



A Pan-Amazônia, segundo a concepção geopolítica do Tratado de Cooperação Amazônica – 1978.

.....

A QUESTÃO GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA

DA SOBERANIA DIFUSA
À SOBERANIA RESTRITA



Mesa Diretora

Biênio 2005/2006

Senador Renan Calheiros

Presidente

Senador Tião Viana

1º Vice-Presidente

Senador Antero Paes de Barros

2º Vice-Presidente

Senador Efraim Morais

1º Secretário

Senador João Alberto Souza

2º Secretário

Senador Paulo Octávio

3º Secretário

Senador Eduardo Siqueira Campos

4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senadora Serys Slhessarenko

Senador Álvaro Dias

Senador Papaleo Paes

Senador Aelton Freitas

Conselho Editorial

Senador José Sarney

Presidente

Joaquim Campelo Marques

Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 64

A QUESTÃO GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA

DA SOBERANIA DIFUSA
À SOBERANIA RESTRITA

Nelson de Figueiredo Ribeiro



Brasília – 2005

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
Vol. 64

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto
© Senado Federal, 2005
Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF
CEDIT@senado.gov.br
[Http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm](http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm)

.....

Ribeiro, Nelson de Figueiredo.
A questão geopolítica da Amazônia : da soberania
dífusa à soberania restrita / Nelson de Figueiredo Ribeiro. --
Brasília : Senado Federal, 2005.
L + 540 p. : il. -- (Edições do Senado Federal ; v. 64)
1. Geopolítica, Amazônia. 2. Degradação ambiental,
Amazônia. 4. Proteção ambiental, Amazônia. 5. Amazônia,
história. I. Título. II. Série.

CDD 918.11

.....

.....

Sumário

AMAZÔNIA:
PATRIMÔNIO NACIONAL

Rubens Bayma Denys

pág. XXV

OFERECIMENTO

pág. XXXI

AGRADECIMENTO

pág. XXXIII

PREFÁCIO

pág. XXXV

INTRODUÇÃO

A questão geopolítica Amazônica

pág. XLI

PRIMEIRA PARTE

**A AMAZÔNIA ESPANHOLA E A AMAZÔNIA PORTUGUESA
DO TRATADO DE TORDESILHAS (1494) AO TRATADO DE MADRI (1750)**

TÍTULO I

A Amazônia espanhola

CAPÍTULO 1

O direito internacional público no final do século XV.

O papel do papado

pág. 5

CAPÍTULO 2

A geopolítica do oceano Atlântico no final do século XV e primórdios do século XVI

pág. 8

CAPÍTULO 3

O descobrimento do Brasil e a situação geopolítica do território descoberto em função do Tratado de Tordesilhas

pág. 21

CAPÍTULO 4

O descobrimento da foz do Amazonas pelos espanhóis e seu significado geopolítico

pág. 24

CAPÍTULO 5

A descoberta do rio Amazonas e sua repercussão geopolítica

pág. 28

CAPÍTULO 6

A União Ibérica e seus efeitos geopolíticos contraditórios na Amazônia espanhola. O sebastianismo

pág. 34

TÍTULO II

A Amazônia luso-espanhola

CAPÍTULO 7

A situação formal e a situação fática da soberania sobre a Amazônia. A cordilheira dos Andes impede o acesso dos espanhóis à ocupação da Amazônia

pág. 39

CAPÍTULO 8

A ocupação da foz do Amazonas

pág. 42

CAPÍTULO 9

A ocupação da Amazônia interior. A viagem de Pedro Teixeira

pág. 46

CAPÍTULO 10

A ocupação da Amazônia interior.

O confronto dos portugueses com as populações indígenas

pág. 52

CAPÍTULO 11

O governo português na amazônia e sua estratégia de ocupação

pág. 56

CAPÍTULO 12

A ocupação da Amazônia através da ação missionária

pág. 61

TÍTULO III

A Amazônia portuguesa

CAPÍTULO 13

Tratado de Madri em 1750

pág. 71

CAPÍTULO 14

A soberania portuguesa sobre a Amazônia

pág. 78

CAPÍTULO 15

A geopolítica portuguesa para a Amazônia no final do século XVIII
e a criação do Estado do Grão-Pará e Rio Negro.

O governo de Lobo d'Almada

pág. 86

CAPÍTULO 16

A Amazônia portuguesa no início do século XIX.
Dom João VI no Brasil e a tomada de Caiena
pág. 88

CAPÍTULO 17

O ideal da independência na Amazônia. A revolução
constitucionalista de 1821. O heróico papel de Filipe Patroni
pág. 91

CAPÍTULO 18

A adesão do Pará à independência e seu significado
geopolítico para a Amazônia
pág. 97

CAPÍTULO 19

As fortificações: marcos da soberania portuguesa sobre a Amazônia
pág. 104

CAPÍTULO 20

O nheengatu, a língua geral da Amazônia, e sua contribuição para a
evangelização e a geopolítica da deculturação, destribalização e
dominação das populações indígenas
pág. 111

SEGUNDA PARTE

A AMAZÔNIA BRASILEIRA

TÍTULO IV

O Brasil independente diante da questão geopolítica amazônica

CAPÍTULO 21

Os problemas geopolíticos da Amazônia decorrentes da adesão à
independência pelo Estado do Grão-Pará e Rio Negro
pág. 119

CAPÍTULO 22

A revolução da Cabanagem: 1835-1840. Implicações geopolíticas importantes. A Amazônia é brasileira por opção de seus filhos. A brasilidade de Eduardo Angelim. O regente pe. Antônio Feijó expõe a Amazônia à cobiça da Inglaterra e França

pág. 122

CAPÍTULO 23

A consolidação das fronteiras amazônicas.
As questões do Amapá, do Rio Branco e do Acre

pág. 131

CAPÍTULO 24

A Amazônia para os Negros Americanos.
A navegação do Amazonas

pág. 150

TÍTULO V

**A estratégia de ocupação da Amazônia e suas
implicações geopolíticas**

CAPÍTULO 25

O impacto da economia da borracha na geopolítica amazônica:
o fastígio e a miséria; a guerra e a escravidão

pág. 163

CAPÍTULO 26

Os desdobramentos geopolíticos da economia da borracha.
A ocupação da Amazônia

pág. 168

CAPÍTULO 27

O significado geopolítico da construção da Estrada
de ferro Madeira-Mamoré

pág. 173

CAPÍTULO 28

O insucesso das tentativas para reerguer a economia amazônica

pág. 177

CAPÍTULO 29

A doutrina Monroe e a doutrina do *big stick*, ambas dos Estados Unidos, uma ameaça à soberania da Amazônia

pág. 181

CAPÍTULO 30

A colonização estrangeira

pág. 185

CAPÍTULO 31

O impacto da Segunda Guerra Mundial sobre a geopolítica amazônica: a Batalha da Borracha. A Constituição de 1946

pág. 190

TERCEIRA PARTE

**A PAN-AMAZÔNIA: UMA NOVA ÓTICA DE
ABORDAGEM GEOPOLÍTICA DA REGIÃO**

TÍTULO VI

Projetos que levariam à internacionalização da Amazônia

CAPÍTULO 32

A abordagem pan-amazônica

pág. 201

CAPÍTULO 33

A tentativa de criação do Instituto Internacional da Hiléia

pág. 206

CAPÍTULO 34

A persistência da ideologia da internacionalização da Amazônia na segunda metade do século XX

pág. 212

TÍTULO VII
A consolidação geopolítica da Amazônia como
patrimônio dos países amazônicos

CAPÍTULO 35

A definição de uma estratégia global da ação para a região
(1946-1966). A implantação de um sistema institucional
para promover o desenvolvimento da Amazônia

pág. 223

CAPÍTULO 36

A Reformulação da Política de Desenvolvimento da Amazônia
(1966 a 1980). Um novo sistema institucional de ação.
A colonização da amazônia. Os grandes projetos minerometalúrgicos

pág. 231

CAPÍTULO 37

A Reação dos Países Amazônicos. O Tratado de Cooperação Amazônica

pág. 256

QUARTA PARTE

A MUNDIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL E SUAS
IMPLICAÇÕES SOBRE A GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA

TÍTULO VIII

A mundialização da questão ambiental
e a devastação da Amazônia

CAPÍTULO 38

A ONU assume a mundialização da questão ambiental.
A Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, em
Estocolmo, 1972

pág. 267

CAPÍTULO 39

Na agenda da discussão científica a “*Morte ou Sobrevivência da Terra*”.
A hipótese de gaia: a comprovação da mundialidade
da questão ambiental

pág. 270

CAPÍTULO 40

O relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente:
O relatório *Nosso Futuro Comum*

pág. 275

CAPÍTULO 41

A devastação florestal da Amazônia nos anos setenta e oitenta

pág. 281

CAPÍTULO 42

A poluição dos recursos hídricos através da garimpagem.
A devastação da fauna aquática pela pesca predatória

pág. 291

CAPÍTULO 43

A devastação da biodiversidade e a prática da biopirataria

pág. 300

TÍTULO IX

A repercussão internacional da devastação ambiental da Amazônia

CAPÍTULO 44

O alarme internacional e as previsões catastróficas para a humanidade
diante da devastação ambiental da Amazônia

pág. 307

CAPÍTULO 45

O assassinato de Chico Mendes, herói da resistência popular à devastação
ambiental da Amazônia, e seu impacto geopolítico

pág. 312

CAPÍTULO 46

As reações internacionais oficiais à devastação ambiental
da Amazônia e o seu forte conteúdo geopolítico

pág. 315

TÍTULO X

**A reação do Brasil diante do clamor público internacional
sobre as queimadas da floresta amazônica e das
ameaças à soberania nacional sobre a região**

CAPÍTULO 47

A política nacional do meio ambiente. O CONAMA.
O licenciamento ambiental

pág. 321

CAPÍTULO 48

O Programa Calha Norte – PCN

pág. 323

CAPÍTULO 49

A Constituição Federal de 1988 e a questão ambiental

pág. 326

CAPÍTULO 50

O Programa “Nossa Natureza”

pág. 328

CAPÍTULO 51

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)
do Senado – CPI da Amazônia

pág. 331

TÍTULO XI

O auge da questão geopolítica da Amazônia: a Cúpula de Haia

CAPÍTULO 52

A criação de uma entidade supranacional para a gestão ambiental da Amazônia: a práxis da internacionalização da região proposta na Cúpula de Haia

pág. 339

CAPÍTULO 53

A reação dos países amazônicos diante da tentativa da Cúpula de Haia quanto à internacionalização da região: a “Declaração da Amazônia” e a “Declaração de Manaus”

pág. 344

QUINTA PARTE

A QUESTÃO GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA NA TRANSIÇÃO DO SEGUNDO PARA O TERCEIRO MILÊNIO

TÍTULO XII

Na década de noventa e na transição para o terceiro milênio, a questão ambiental da exploração dos recursos florestais, minerários e da biodiversidade assume novos conteúdos geopolíticos

CAPÍTULO 54

A devastação florestal da Amazônia continua acelerada na década de noventa e no terceiro milênio

pág. 353

CAPÍTULO 55

A geopolítica da exploração mineral na Amazônia no final do milênio

pág. 364

CAPÍTULO 56

A questão da biodiversidade amazônica no alvorecer do terceiro milênio
torna mais nítida a sua face geopolítica

pág. 370

TÍTULO XIII

**A cooperação estrangeira na pesquisa científica e tecnológica dos
recursos naturais da região e seu forte conteúdo geopolítico**

CAPÍTULO 57

O conteúdo geopolítico das pesquisas científicas e
tecnológicas estrangeiras realizadas na Amazônia

pág. 381

CAPÍTULO 58

O PPG-7 – Programa Piloto para Proteção das Florestas
Tropicais do Brasil

pág. 390

CAPÍTULO 59

O PDBFF – Projeto Dinâmica Biológica de
Fragmentos Florestais

pág. 398

CAPÍTULO 60

O LBA – Experimento de grande escala da
biosfera-atmosfera na Amazônia

pág. 404

TÍTULO XIV

A estratégia de ação do governo brasileiro diante das novas invectivas dos países ricos que levam à soberania restrita sobre a Amazônia

CAPÍTULO 61

O governo brasileiro insiste nas possibilidades do desenvolvimento sustentável da Amazônia

pág. 415

CAPÍTULO 62

O Projeto SIVAM/SIPAM – Serviço de Vigilância da Amazônia e Serviço de Proteção da Amazônia

pág. 423

TÍTULO XV

A transição para o novo milênio em tempos de globalização: novas abordagens conceituais de soberania e o desempenho do governo brasileiro

CAPÍTULO 63

Novas abordagens conceituais da soberania em tempos de globalização e seus questionamentos geopolíticos

pág. 441

CAPÍTULO 64

A persistência das ameaças à soberania do Brasil sobre a Amazônia no final do milênio

pág. 447

CAPÍTULO 65

A atuação e as reações do Brasil na década de noventa diante das tentativas dos países ricos de tornar a soberania restrita sobre a Amazônia uma situação fática

pág. 456

CAPÍTULO 66

A Cúpula dos Presidentes dos Países da América do Sul e sua extraordinária importância geopolítica. A Operação COBRA. O narcotráfico e a ameaça iminente sobre a Amazônia

pág. 462

CAPÍTULO 67

A Cúpula do Milênio, no ano 2000, e a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, no ano 2002

pág. 469

TÍTULO XVI

Uma avaliação prospectiva da questão geopolítica amazônica e suas perspectivas sombrias

CAPÍTULO 68

O império americano. Sua irrupção, mundialidade, formação e concepção doutrinária. O interesse pela Amazônia

pág. 477

CAPÍTULO 69

A dramática situação do clima da Terra. O Protocolo de Quioto e a questão geopolítica amazônica. A participação da Amazônia na formação do clima da Terra. O comércio do carbono

pág. 497

CAPÍTULO 70

A crise mundial da água doce. Abundância, escassez e sua repercussão geopolítica sobre a Amazônia

pág. 505

CAPÍTULO 71

O futuro da ONU e suas implicações para a geopolítica amazônica

pág. 511

CAPÍTULO 72

A geopolítica da globalização e o futuro da
soberania sobre a Amazônia

pág. 519

ÍNDICE ONOMÁSTICO

pág. 531

.....
Índice de Mapas

MAPA I

Localização espacial da amazônia no contexto mundial

pág. XLIX

MAPA II

Mapa do globo, segundo Martim Behaim, de Nurenberg, elaborado em 1491, conforme as idéias geográficas de seu tempo

pág. 17

MAPA III

Divisão entre Espanha e Portugal das áreas do Atlântico segundo o Tratado de Alcáçovas de dezembro de 1479

pág. 18

MAPA IV

Limites no Atlântico Sul entre Espanha e Portugal, segundo a Bula *Inter Caetera II* de 4 de maio de 1493: 100 léguas a oeste e sul do arquipélago de Cabo Verde

pág. 19

MAPA V

Divisão entre Espanha e Portugal das áreas do Atlântico segundo o Tratado de Tordesilhas – 7 de junho de 1494

pág. 20

MAPA VI

O descobrimento da foz do rio Amazonas pelos espanhóis nos primeiros dias de fevereiro de 1500, pelo navegador Vicente Yáñez Pinzón, segundo Max Justo Guedes

pág. 27

MAPA VII

Descobrimento do rio Amazonas pelo espanhol Francisco Orellana,
entre fevereiro e agosto de 1542

pág. 33

MAPA VIII

Viagem de Pedro Teixeira de Belém a Quito, ida e volta entre
28 de outubro de 1636 e 12 de dezembro de 1639

pág. 51

MAPA IX

Limites definidos pelo Tratado de Madri
de 1750 na área da Amazônia

pág. 77

MAPA X

Sistema de fortificações implantado pelos portugueses na Amazônia.
As fortificações históricas da Amazônia (Séculos XVII, XVIII e XIX)

pág. 110

MAPA XI

A Questão do Amapá: área da pretensa República de Cunani – 1885, na
costa do Amapá, sem indicação de seus limites interiores

pág. 146

MAPA XII

A Questão do Amapá: Área do Norte do Brasil que serviu de
base para a arbitragem da Suíça – 1900

pág. 147

MAPA XIII

A Questão do Rio Branco: Área de litígio entre o
Brasil (Roraima) e a Inglaterra (Guiana).

pág. 148

MAPA XIV
A Questão do Acre: O Tratado de Ayacucho (1867)
e a conquista do Acre

pág. 149

MAPA XV
Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, construída entre
1907 e 1912, com 366 km de extensão

pág. 176

MAPA XVI
A Pan-Amazônia, segundo a concepção geopolítica do
Tratado de Cooperação Amazônica – 1978

pág. 205

MAPA XVII
SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia

pág. 434

MAPA XVIII
SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia

pág. 435

MAPA XIX
SIPAM – Terminais remotos

pág. 436

Gráfico demonstrativo da sistemática e atuação do SIPAM – Sistema de
Proteção da Amazônia

pág. 437

.....

*Amazônia:
Patrimônio Nacional*

Rubens Bayma Denys

O

ex-ministro Nelson Ribeiro, nascido no coração da Amazônia, nos presenteia com uma preciosa obra que certamente ocupará um importante lugar na ainda escassa bibliografia da região. O autor reúne inúmeros dados históricos e informações sobre a Amazônia, desde o seu descobrimento até os dias atuais, metodicamente compilados em um único livro, que assim se constitui em valiosa fonte de consulta para quem deseja conhecer a problemática da geopolítica amazônica em toda a sua extensão histórica – do descobrimento aos dias atuais.

O trabalho inicia com informações sobre o Tratado das Tordesilhas (1494) e a partilha das terras descobertas, acordado pelas duas grandes potências marítimas da época, Espanha e Portugal, buscando harmonizar os seus interesses geopolíticos, após os sucessos das primeiras grandes navegações. Faz um relato sobre a descoberta das novas terras e tece considerações sobre os primeiros descobridores

a desbravar a região e as conseqüentes lendas e informações sobre as suas riquezas, logo levadas à Europa.

Ao tratar do domínio luso-hispânico, o autor aborda, em seguida, a expansão luso-brasileira sobre a grande bacia amazônica, a partir do início do século 17, aproveitando-se da união das duas Casas Reinantes da Península Ibérica. Relata com muita propriedade a grande aventura de lusos e brasileiros, que os levou à conquista da imensa região, após uma longa série de expedições militares, sucessivas e eficazes, durante quase duzentos anos. E, assim, ao final do século 18, os limites do Brasil colônia, na Amazônia, estavam definidos, e a soberania luso-brasileira assegurada pelas inúmeras fortificações militares, que a pontilhavam estrategicamente, assinalando os pontos extremos de nossas fronteiras e, no seu interior, os locais de passagem obrigatória a serem defendidos. Encerrava-se, então, o longo período de uma soberania difusa na região amazônica.

O autor expõe com muita clareza que a Amazônia, com os seus mitos e riquezas imensuráveis, sempre despertou curiosidades e cobiças. As primeiras notícias sobre as novas terras, chegando à Europa acompanhadas das lendas do “El Dourado” e das “Índias Guerreiras”, provocaram logo o interesse de países e de aventureiros em busca de riquezas. Nos séculos 17 e 18, atraídos pela magnitude da região, famosos cientistas e naturalistas mundiais vieram conhecê-la e estudá-la. Expedições com esse propósito não pararam mais. E, assim, com a divulgação dos conhecimentos e estudos contidos nos seus relatórios, a atenção internacional para a Amazônia foi sendo mais e mais despertada.

Ao abordar as primeiras investidas estrangeiras para internacionalizar a região, no Segundo Reinado, a partir da segunda metade do século 19, quando o Governo americano pressionava D. Pedro II para abrir a região à livre navegação e ao assentamento

de negros americanos, libertos após a Guerra da Secessão – o autor inicia o fornecimento de uma série de registros históricos a respeito dessas intromissões estrangeiras em nossa soberania na Amazônia, que não cessaram mais. Da leitura, constata-se que essas pressões visavam obter concessões para explorações comerciais e para realizar assentamentos de colonos estrangeiros. Ao não atender essas pretensões estrangeiras, os governos brasileiros evitaram que se realizassem na Amazônia as devastações que ocorreram no Sudeste da Ásia.

O livro apresenta claramente a mudança do enfoque das pressões internacionais a partir da década de 70, do século passado. O autor registra muito bem que, nessa época, o tema ambiental começou a prevalecer nas discussões da ONU e as pressões estrangeiras passaram, então, a buscar restringir as iniciativas do Governo brasileiro, na região, sob pretextos humanitários, ambientais e ecológicos. Essa mudança de postura das investidas internacionais faz supor que o real propósito delas passou a ser o de impedir o desenvolvimento da região em proveito do Brasil e dos brasileiros, mantendo preservados os seus recursos naturais para que possam estar disponíveis aos interesses estrangeiros, no futuro. Vivencia-se o período que o autor considera de soberania restrita.

Em sua introdução ao texto, o autor esclarece muito bem “que as discussões geopolíticas incidem, ora sobre o domínio em si, ora sobre a amplitude desse domínio”. E, complementa: “quando se questiona a geopolítica amazônica, pretende-se caracterizar ou descharacterizar a soberania incidente sobre a Amazônia, com pacífico reconhecimento de todos os povos”. Finaliza dizendo que a questão geopolítica amazônica iniciou com a sua ocupação pelos europeus, “chegando aos dias atuais de forma sempre contundente, e deverá prosseguir Novo Milênio adentro”.

Tal observação, muito lúcida, mostra a necessidade de se desenvolver e cristalizar, no seio da sociedade brasileira, uma consciência em relação à Amazônia, sua importância para a grandeza do nosso país e a real compreensão das dificuldades que o Brasil continuará a enfrentar para assegurar a plena soberania na região.

Herdeiros das conquistas luso-brasileiras, e estando na Amazônia, portanto, há quatro séculos, os brasileiros podem se orgulhar de saber preservar e manter íntegro, apesar de enormes dificuldades, esse valioso patrimônio nacional, garantia de um futuro promissor para a nação brasileira. Ao não atender às pressões estrangeiras, para abrir a região à livre navegação, à exploração comercial e aos assentamentos coloniais, na forma pretendida pelos governos dos Estados Unidos, desde a metade do século 19, e logo pelos governos dos países europeus, os governantes brasileiros evitaram que se realizassem na Amazônia as devastações que ocorreram no sudeste asiático.

“Quem tem uma Amazônia não tem medo do futuro”, disse o Presidente José Sarney, certa vez, ao discursar quando em visita à pequena localidade de Iuaretê, no Alto Rio Negro, região do Projeto Calha Norte.

Os brasileiros, porém, sabem que esse futuro promissor, para o nosso país, depende do descortino e da postura patriótica das nossas autoridades, que se sucedem no governo, não aceitando restrições internacionais indevidas quanto à exploração dos recursos naturais da nossa Amazônia, nem adotando, de forma precipitada e sem acurado exame, propostas de medidas pleiteadas por Organizações Não Governamentais – ONG’s, de origem estrangeira e, portanto, sem compromisso com a nossa nação, como foi o caso da demarcação da reserva Ianomâmi, no final de 1991. A demarcação dessa reserva, em extensa área contínua, após anulação da anterior, feita com 19 áreas descontínuas (“denominadas ilhas”), teve a interferência do

Governo britânico, que teria ameaçado boicotar a reunião da ECO-92, na cidade do Rio de Janeiro, caso o Brasil não se curvasse a sua exigência. A demarcação dessa reserva, em área contínua, era defendida pela ONG inglesa Survival International, desde o final dos anos 60 do século passado. Pela estreita ligação com a coroa inglesa, essa ONG é conhecida como Casa de Windsor.

As ONG's em atividade na Amazônia são atualmente os instrumentos de ação dos que desejam promover pressões e interferência estrangeira na região. Sua tese principal pode ser sintetizada na expressão "Amazônia patrimônio da Humanidade", como escreveu o General Meira Mattos em um dos seus artigos. Fundamentadas nessa tese, se empenham na demarcação de áreas de preservação ambiental e de reservas indígenas, de grandes dimensões e coincidentemente sobre valiosas reservas mineiras.

A Questão Geopolítica da Amazônia - da Soberania Difusa à Soberania Restrita permite ao leitor uma percepção clara do real valor do patrimônio amazônico, através do relato histórico das inúmeras tentativas de intervenção estrangeira nessa fabulosa região, movidas pela cobiça internacional. Permite-lhe também compreender melhor as dificuldades e o esforço empreendido pelas sucessivas gerações, que souberam manter íntegro esse imenso e rico patrimônio nacional sob a égide da soberania brasileira, reconhecendo que as autoridades brasileiras, até então, souberam rechaçá-las com serenidade e firmeza vigilante.

Com esse excelente livro, ao resgatar, como ele próprio diz, uma dívida de gratidão com a Amazônia, o ilustre paraense revela-nos o seu amor entranhado à terra nativa aprofundando-se na sua pesquisa histórica e política. Com notável inteligência e erudição percorre a saga de suas origens, do seu povoamento, da sua geopolítica, dos seus desafios e da luminosa esperança de seu destino.

XXX Nelson de Figueiredo Ribeiro

A Questão Geopolítica Amazônica é um livro de particular interesse para o pesquisador, mas também, e principalmente, para o homem público com responsabilidade funcional em relação à região.

Rio de Janeiro, em 15 ago 2005

.....

Oferecimento

Dedico este livro:

à *memória*
de meu pai, *Mário da Silva Ribeiro*,
de minha mãe, *Julieta de Figueiredo Ribeiro*,
de meu único irmão, *Oiram de Figueiredo Ribeiro*,

com os quais, por muitos anos, convivi, desde meu nascimento no coração da Amazônia, exatamente, na vila (hoje município) de *Terra Santa* e também às margens do paraná do *Bom Jardim*, na foz do rio *Nhamundá*, afluente da margem esquerda do rio Amazonas; foi nessa convivência que me senti arrebatado para amar a Amazônia, pois nela foram plasmados os traços fundamentais que ornaram o largo contduo amazônico da cultura de minha personalidade;

-  minha querida esposa *Celeste*, que tantas vezes se viu privada das minhas atenções, pelo tempo que tive de dedicar às pesquisas e  redação deste livro;
- a meus filhos Mário, Paulo de Tarso, Nelson e Maria Denise, com os quais quero compartilhar o meu amor pela Amazônia;
- aos meus netos Thiago, Mariana, Ana Paula, Mário e Lucas, na esperança de que,  medida que forem atingindo a maturidade, encontrem neste livro uma fonte de reflexões e de definições de atitudes diante da amarga e sensível questão geopolítica amazônica.

.....

Agradecimento

Sensibilizado, deixo aqui consignado o meu maior reconhecimento e agradecimento:

- à minha filha Maria Denise, cuja graduação em Geografia, com especialização em Cartografia, tornou possível a elaboração dos mapas que integram o livro, trabalho que realizou com sacrifício pessoal e filial dedicação;
- à minha sobrinha Maria Domingas, cuja graduação em Biblioteconomia lhe permitiu coletar grande parte do material bibliográfico utilizado, bem como retirar da Internet a documentação que permitiu manter atualizadas as informações coligidas;
- à minha secretária Tharcila Pereira Soares que, com afinho, paciência e alto senso de responsabilidade, digitou os textos deste estudo, a maior parte dos quais lhe foram ditados.

Sem essas colaborações, a conclusão deste estudo teria sido quase impossível.

.....
Prefácio

COM o lançamento deste livro, pretendo, a rigor, resgatar uma dívida que, de certa forma, contrai com a Amazônia. Tendo nascido no coração da Região, exatamente em uma comunidade existente na foz do rio Nhamundá, fui pouco a pouco gestando no meu coração um grande amor pela Amazônia. Sobretudo, quando a Região sofreu o impacto da Segunda Guerra Mundial, em função da qual ficou isolada do restante do país, pois o acesso aos Estados do Sul e, em especial, à capital federal, Rio de Janeiro, somente podia ser feito pela costa, o que provocou um dos maiores desastres para o Brasil, que viu seus navios costeiros serem torpedeados e afundados por submarinos alemães, com grande perda de vidas humanas. Mais de quarenta navios foram torpedeados, dos quais a maior parte se dirigia para a Amazônia.

Ressalte-se que na época a Região exportava, para o restante do país e para o exterior, quase tudo que produzia e importava do sul do país quase tudo que consumia. Portanto, acompanhei de perto

o drama das populações regionais e com elas sofreu as conseqüências do isolamento a que a Amazônia ficou submetida, privada de café, de açúcar e de todos os gêneros alimentícios industrializados.

Além disso, a primeira função pública que exerci foi a partir de 1954, como secretário da Comissão de Planejamento da SPVEA -Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, entidade criada pelo poder público federal que tinha como objetivo promover o desenvolvimento da Região e, principalmente, fazer a integração física dos Estados amazônicos com o restante do país, objetivando superar a dramática experiência a que havia sido submetida a navegação costeira nacional durante a Segunda Guerra Mundial. Essa meta foi atingida, ainda nos anos sessenta, com a implantação da estrada Belém-Brasília (BR-010) e da estrada Cuiabá-Porto Velho (BR-316), através das quais o Governo Federal conseguiu realizar o seu macro-objetivo de fazer a integração da Região, de um lado, com a foz do rio Amazonas, e, de outro, com a área ocidental, alcançando as nascentes dos grandes afluentes da margem direita do rio Amazonas.

Da elaboração dos planos de valorização ou desenvolvimento regional, participei diretamente na qualidade de secretário da Comissão e Planejamento da SPVEA, pois todos os estudos e pesquisas realizados, de alguma forma, passavam pelas minhas mãos. E assim, além de ter uma visão mais global da questão amazônica, pude perceber com maior nitidez os problemas geopolíticos que sofreu a Região desde o seu descobrimento. Por outro lado, ao longo dos quarenta anos de vida pública, exerci funções nas quais pude aprofundar, não só os meus conhecimentos sobre a Região, mas também a sua face geopolítica. Fosse na direção do Banco da Amazônia e do Banco do Estado do Pará, fosse como professor e pró-reitor da Universidade Federal do Pará (UFPA), fosse como Ministro de Es-

tado da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, fosse, finalmente, como Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Mineração, ou como Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, pude coligir grande parte do farto material bibliográfico que utilizei como subsídio para a elaboração deste livro.

Outro fato que ressalta essa dívida moral que contrai para com a Região deve-se à circunstância de que já escrevi quatro livros, todos, entretanto, sobre matérias técnicas relativas às funções que exerci na vida pública. Assim, a condição de professor e pró-reitor da Universidade levou-me a escrever os livros Administração Acadêmica Universitária, editado pela Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., e Planejamento Universitário e Curricular, editado pela UFPA; por ter estudado mais profundamente a questão da Reforma Agrária, na função de Ministro de Estado da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, pude escrever os livros Caminhada e Esperança da Reforma Agrária, editado pela Paz e Terra, e Clamor dos Despossuídos, editado pela CEJUP. Faltava, assim, um estudo sobre a Amazônia, que tanto marcou a minha vida, não só pelo amor, mas também pela esperança que imarcescivelmente sempre nutri, de que a Região possa superar as angústias que suas populações têm sofrido ao longo dos cinco séculos de sua ocupação pelo homem branco.

Além disso, é importante ressaltar que os estudos já existentes e divulgados sobre a geopolítica amazônica em geral dizem respeito a algum aspecto da questão e se referem a situações anteriores aos aspectos ambientais em que mergulhou o problema geopolítico amazônico nas últimas três décadas do século passado. Apesar disso, são notáveis e serão sempre reconhecidas as contribuições que proporcionaram a uma compreensão mais clara do tema, alguns amazonólogos, como a obra do grande historiador Artur César Ferreira Reis, intitulada A Amazônia e a Cobiça Internacional, da

editora EDINOVA; o estudo feito pelo general Meira Matos, Uma Geopolítica Pan-Amazônica, editada pela Livraria José Olympio Editora e, mais recentemente, o estudo da geógrafa Berta Becker, intitulado Geopolítica da Amazônia, da Zahar Editora. Assim, através deste livro, pretendo oferecer, de um lado, uma visão histórica da questão geopolítica amazônica que pervadiu os quinhentos anos do seu descobrimento pelo homem branco e que se intensificou profundamente nas últimas três décadas do século passado e, sem dúvida, deverá prosseguir ao longo do século XXI. Por isso mesmo, o livro termina com um exercício de futurologia sobre a questão geopolítica amazônica.

A minha expectativa é colocar à disposição das lideranças políticas regionais e nacionais uma análise sistemática de um problema preocupante: a fragilidade geopolítica que envolve a Amazônia; e também proporcionar às classes empresariais, aos profissionais liberais, aos professores e estudantes universitários, aos trabalhadores e seus órgãos de classe, uma maior conscientização sobre o vasto painel de questionamentos geopolíticos sobre a Amazônia. É de se esperar que, dessa maneira, todos tenham uma consciência mais profunda dessa fragilidade e, em conseqüência, possam exigir do poder público a formulação de políticas em favor da Amazônia, seja no plano federal, seja no plano estadual, que possibilitem atitudes coerentes e compatíveis com esse aspecto doloroso da realidade amazônica, diante do qual ninguém pode se omitir, nem assumir a postura de inocentes úteis, que acaba colaborando para agravar essa fragilidade que o livro demonstra que, tantas vezes, tem se tornado mais evidente.

A abordagem pan-amazônica que o livro procura oferecer permite que essa conscientização se extravase para os demais países parcialmente amazônicos, de forma que possibilitem sempre uma

ação conjugada no sentido de resguardar a soberania dos respectivos países sobre a Região. Essa postura de conscientização deve começar na própria formação intelectual da gente amazônica, ainda nos bancos de escola, de forma tal que a inteligência regional sobre a questão tenha o indispensável suporte de apoio para lutar contra os abusos e intervenções que vêm atingindo a Região, muitas vezes travestidos de gestos de bondade e cooperação, em favor do desenvolvimento regional. Com essa postura de procedimentos, será possível criar na Região um grau de conscientização que possibilite reações e posturas lúcidas e sensatas de alto interesse para a defesa da soberania nacional.

Finalmente, é fundamental que o povo brasileiro tenha consciência de que, nas últimas décadas do século passado, houve a mundialização da questão ambiental, que passou a ser incluída na pauta das decisões e de toda a política de cooperação internacional articulada e coordenada pela ONU. E, principalmente, que, no centro dessa mundialização, está a questão ambiental amazônica que se tornou uma grave questão geopolítica internacional, seja quando se afirma que a floresta amazônica é um sumidouro de gases tóxicos que provocam o efeito estufa e, em conseqüência, o aquecimento do Planeta; seja pela aceleração da devastação ambiental que a Região vem sofrendo nas últimas décadas. Tudo isso tem servido de pretexto para que lideranças políticas e científicas dos países desenvolvidos e, inclusive da própria ONU, afirmem ostensivamente que a Amazônia é um patrimônio da humanidade e, assim, se buscam, incessantemente, fórmulas, explícitas ou implícitas, para restringir a soberania do Brasil sobre a Região. Esse problema tem que ser enfrentado com sabedoria e habilidade, no sentido de dissuadir quaisquer agressões à soberania nacional.

.....
Introdução

A QUESTÃO GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA

A *S pesquisas históricas revelam que a Amazônia foi descoberta pelo navegador espanhol Vicente Yáñez Pinzón, no crepúsculo do século XVI, precisamente nos primeiros dias de fevereiro de 1500, portanto, quase três meses antes da descoberta do Brasil.*

Ao entrar na foz do Amazonas, o navegador espanhol, sem saber ainda as características geográficas do rio que havia descoberto, dele tomou posse em nome da Coroa espanhola. Começava, assim, a questão geopolítica amazônica que, com tonalidades diferentes, perdura, até hoje, nos primórdios do Terceiro Milênio.

Nos primeiros duzentos e cinqüenta anos, portanto, até o Tratado de Madri, em 1750, os questionamentos geopolíticos sobre a Amazônia cingiram-se à amplitude e tipificação do seu domínio por Portugal e Espanha. Nos anos subseqüentes as discussões sobre a geopolítica amazônica adquiriram dimensões internacionais, suscitadas sempre pelos países europeus e pelos Estados Unidos da América do Norte, alicerçadas em razões (ou pretextos) as mais variadas.

É necessário abrir aqui um parêntese para esclarecer que as discussões geopolíticas incidem, ora sobre o domínio da Amazônia em si, ora sobre a amplitude desse domínio. Quando se questiona a geopolítica amazônica, pretende-se caracterizar ou descaracterizar a soberania incidente sobre a Amazônia, com o pacífico reconhecimento de todos os povos.

Essas discussões adquirem uma conotação mais emocional do que racional porque a Geopolítica é um conceito obscuro, embaçado por interesses nos quais nem sempre se pode distinguir, quando o seu conteúdo é reconhecidamente de natureza científica, como ramo da Antropogeografia das nações, ou predominantemente orientado por critérios de conveniência, em geral ditados pelo imperialismo internacional.

O exemplo mais ostensivo dessa dubiedade conceitual é a estratégia de dominação nazista que precedeu a Segunda Guerra Mundial. A agressão nazista baseou-se na pseudocientífica Geopolítica de Haushofer, geógrafo e general alemão que a denominou de “metafísica geográfica”, pela qual “a raça alemã é destinada a levar a paz ao mundo através da sua dominação e, portanto, os outros Estados devem assegurar à Alemanha todo seu espaço vital”.¹ Esse conceito radical e aético de Geopolítica não passava de mero totalitarismo, regime em que mergulhou a Alemanha e provocou a Segunda Guerra Mundial.

Essa abordagem conceitual, felizmente, já foi superada em nossos dias pelo Estado democrático, sem, porém, excluir inteiramente a dominação como critério subjacente que os estudos dos fatores geográficos sempre tentam permear nos fenômenos políticos, sobretudo nas relações internacionais. Nesse sentido, as relações internacionais incorporam, como variável geopolítica, o ambiente

1 Noberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, *in* DICIONÁRIO DE POLÍTICA, Editora Universidade de Brasília, pág. 544, estudo de Fúlvio Attina.

não-humano; ou seja, os fatores ecológicos que podem influir nas condições de vida na Terra, como um todo.²

A Amazônia é a maior bacia hidrográfica da Terra, revestida pela maior floresta tropical do mundo; por isso mesmo tem sido objeto de discussões e questionamentos internacionais de conteúdo geopolítico, sob a alegação de que a sua preservação é indispensável para o equilíbrio climático da Terra e que sua fantástica biodiversidade deve ser colocada à disposição de todos os povos. Em consequência, a Amazônia é um patrimônio da humanidade. A partir dessa premissa, afirma-se que a soberania sobre a Região, exercida por alguns países latino-americanos e, principalmente, pelo Brasil, é injusta para com a humanidade.

O conceito de soberania, próprio do âmbito do Direito Internacional Público, tem sido manipulado no sentido de seguir um percurso idêntico, isto é, evasivo, permeado de limitações quando se trata dos países pobres. Originariamente entendida como expressão da vontade do soberano (o rei, o imperador), a noção de soberania foi marcada pelo absolutismo, donde o conceito de soberania absoluta, isto é, que não pode sofrer limitações por parte das leis. O Estado moderno, porém, procurou compatibilizar o conceito de soberania com o Estado democrático, que proclamou os direitos individuais do cidadão. É o Estado de Direito, democrático em sua natureza, que passou, então, a ser entendido como um atributo dos Estados que reconhecem haver entre si a mais estreita igualdade; essa concepção foi proclamada pela Carta das Nações Unidas, em seu art. 2º, inciso 1º:

“Art. 2º. A organização e seus membros agirão de acordo com os seguintes princípios:

2 Idem, pág. 545.

“1. A organização é baseada no princípio da igualdade de todos os seus membros”

É intrínseco, portanto, à teoria da soberania, que os Estados têm a obrigação de respeitar os Estados estrangeiros. Os princípios da autodeterminação dos povos, e a da não-intervenção passaram a ser norteadores das relações entre os Estados. Estes têm no seu território o suporte físico da soberania. A integridade do território, diante de qualquer investiva estrangeira, passou a ser a idéia-força que preside o exercício da soberania.

Distorções, porém, provocadas pelo ius imperium, não foram de todo superadas, pois, no limiar do Terceiro Milênio surgem os Estados ricos, tentando impor sua vontade política aos Estados pobres, limitações a sua soberania, a globalização colonialista, em geral travestidas de “concepções doutrinárias” e terminologias suaves, e aparentemente inocentes, como soberania restrita, soberania limitada, que necessariamente importam, do ponto de vista pragmático, em intervenções no território dos Estados fragilizados pela pobreza.

É o que parece vem tentando fazer o famoso Grupo dos 7 (sete), G-7, no entardecer do século XX e no alvorecer do século XXI, em relação à Amazônia, cujo território se distribui por oito países da América do Sul. Para isso invocam concepções modernas de Geopolítica, infladas pelas variáveis ecológicas, com o objetivo de pretensamente assegurar o equilíbrio climático do Planeta Terra. Objetivamente, propõem que os países amazônicos renunciem parte da soberania que possuem sobre o seu território, entregando a gestão ambiental da Amazônia a uma entidade supranacional, como foi alvitado na Cúpula de Haia, em 1989.

É importante ressaltar, no entanto, que a questão ambiental é, apenas, a última das muitas tentativas que têm feito os países ricos para subtrair parte da soberania que os países amazônicos têm sobre

a grande Região. Logo depois da Segunda Guerra Mundial, os países amazônicos chegaram a assinar a Convenção de Iquitos, criando o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica que atuaria na Região em co-gestão com os países ricos. Nos anos sessenta, a construção do Grande Lago Amazônico, que se estenderia sobre toda a região do terciário, provocou acerbos discussões quanto à questão da soberania.

Essa persistência da cobiça internacional sobre a Amazônia, que passou a se exprimir, inclusive, através de propostas ou projetos visando à sua internacionalização, encontra sua explicação, também, na sua localização geográfica, ao longo do Equador, pelas suas fronteiras ocidentais barradas pela Cordilheira dos Andes e pela sua fronteira oriental, aberta para o Atlântico, o que a torna uma região exposta aos interesses europeus e norte-americanos, como se pode verificar pelo Mapa I.

Assim, logo depois que Portugal e mais tarde o Brasil independente, conseguiram consolidar as fronteiras internas da Amazônia, através de vários tratados internacionais, sobrevieram os interesses dos países ricos, ora sobre a navegação pelo rio Amazonas, ora pela tentativa de implantar grandes projetos de exploração mineral e de exploração vegetal que, em geral, não conseguiram sucesso, como o grande projeto de heveicultura de Henry Ford no rio Tapajós, a exploração de celulose na região do rio Jari, pelo empresário americano Daniel Ludwig, o extrativismo da borracha do Acre pelo Bolivian Syndicate, a implantação da estrada de ferro Madeira-Mamoré e os grandes projetos de colonização japonesa.

O presente estudo abrange os quinhentos anos já decorridos do descobrimento da Amazônia. Este evento já ocorreu no contexto de uma pendência geopolítica entre Portugal e Espanha, nas últimas décadas do século XV, pendência que só foi resolvida pelo Tratado de Madri em 1750.

Em conseqüência, este estudo se desdobra em grandes etapas assim apresentadas:

Primeira Parte – que vai do descobrimento da Amazônia até a assinatura do Tratado de Madri, em 1750 e compreende:

a) a fase da Amazônia Espanhola, em que a Região ficou sob o domínio espanhol, nos termos do Tratado de Tordesilhas e que vai do descobrimento da Amazônia, em 1.500, pelo navegador espanhol Vicente Yañez Pinzón, até o ano de 1640, quando ocorreu a separação das Coroas de Portugal e Espanha, ou seja, a extinção da União Ibérica;

b) a fase da Amazônia Luso-Espanhola, em que o domínio da Região foi exercido cumulativamente pela Espanha e por Portugal; a Espanha, que exercia um domínio jurídico-formal; Portugal, que exercia o domínio efetivo; situação geopolítica que se prolongou até ao Tratado de Madri, em 1750;

c) a fase da Amazônia Portuguesa em que, por força do Tratado de Madri, em 1750, a Região passou jurídica e objetivamente ao domínio de Portugal, situação que perdurou até à independência do Brasil em 1822.

Segunda Parte – da independência do Brasil até meado do século XX, com o término da Segunda Guerra Mundial.

Terceira Parte – quando a questão geopolítica amazônica passou a incidir sobre a Amazônia na sua totalidade, portanto, toda a Amazônia Continental, por isso mesmo conhecida como a Pan-Amazônia.

Quarta Parte – *que envolve as décadas de setenta e oitenta e corresponde ao período em que, tendo havido a mundialização da questão ambiental, a Amazônia passou a ser objeto de um clamor público internacional, pois, sua devastação provocaria o desequilíbrio no clima da Terra e, portanto, uma ameaça para o gênero humano; a solução para o problema deveria ser a internacionalização da Região.*

Quinta Parte – *que trata da continuação nos anos noventa e no início no Novo Milênio da questão ambiental amazônica, agora, porém, no contexto de avaliação global do problema do meio ambiente no mundo do qual a Amazônia é, apenas, uma parcela. Nesta última parte, o livro apresenta um exercício de futurologia sobre a questão geopolítica amazônica nos próximos decênios.*

Enfim, é importante frisar que este estudo não pretende ser uma denúncia quanto aos perigos de internacionalização da Amazônia, até mesmo pela postura sábia e vigilante que têm adotado as autoridades brasileiras sobre a questão; nem mesmo oferecer revelações sobre os problemas, uma vez que as informações utilizadas já constam amplamente dos estudos feitos pelos historiadores e, sobretudo, pelos principais estudiosos da questão amazônica e do noticiário da imprensa. Pretende, sim, oferecer uma abordagem sistemática do tema para que o leitor possa conscientizar-se do assunto em todas suas dimensões ao longo dos últimos 500 anos. Com esse objetivo, foi feito um levantamento histórico do problema, com a específica intenção de sistematizar as informações já disponíveis e não de escrever um livro de história da questão a partir de pesquisas em documentos reservados. Os documentos utilizados têm sido divulgados, porém, sempre isoladamente, sem permitir uma visão de conjunto sobre a proble-

mática geopolítica da Amazônia. *Esta sim é a intenção do autor. E mais, demonstrar que a questão geopolítica amazônica surgiu desde que os países europeus e, portanto, o homem branco, decidiram voltar-se para o continente americano, isto é, “descobri-lo”; e, dessa forma, pervadiu todo o processo de ocupação da Amazônia chegando aos dias atuais de forma sempre contundente, e deverá prosseguir Novo Milênio adentro.*

MAPA I
Localização Espacial da Amazônia no Contexto Mundial



PRIMEIRA PARTE

A AMAZÔNIA ESPANHOLA E A AMAZÔNIA PORTUGUESA

DO TRATADO DE TORDESILHAS (1494)
AO TRATADO DE MADRI (1750)

TÍTULO I

A AMAZÔNIA ESPANHOLA

.....

Capítulo 1

O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO NO FINAL DO SÉCULO XV. O PAPEL DO PAPADO

AS noções conceituais de *Geopolítica* e *Soberania* são indissociáveis do Direito Internacional Público, matéria que existe desde que os povos se organizaram como estados e nações. Somente, porém, na Idade Moderna, séculos XVI e seguintes, adquiriu o *Direito Internacional Público* foro científico, através da sistematização das normas e princípios que passaram a permear os direitos dos povos nas suas relações formais. No final do século XV, a Idade Média já havia passado. É o que costumam afirmar os historiadores que identificam a queda de Constantinopla, em 1453, como termo final da Idade Média e o começo da Idade Moderna.

Mas isso é um dado puramente convencional, pois, nas três últimas décadas do século XV, o Papa, ainda, continuava a exercer o *juízo arbitral* nos conflitos entre as nações e suas decisões geravam obrigatoriedade entre as partes, pois os Estados, em verdade, adotavam um *regime teocrático* de governo, já que todos eram cristãos. Não, apenas, o povo, mas também os Estados juravam obediência integral ao Papa. Esse poder de que dispunha o Papado encontra sua origem nas disputas que surgiram entre impérios e principados na época em que o Papa era *Gregório VII* (1073-1085). Ainda no século

XI, Gregório VII interveio em confrontos que ocorreram na Alemanha; ora, entre os bispos e o rei; ora entre os bispos e o Papa; ora, entre os reis e o Papa.

Logo no início de seu papado, *Gregório VII* assumiu a postura teológica de que o poder conferido por Jesus a Pedro não se cingia à ordem espiritual e moral, mas também às questões temporais, pelas quais poderia “*atar e desatar*”, segundo critérios de justiça, os desentendimentos entre os Estados que ameaçavam a paz. Evidentemente, essas disputas criavam uma situação conflitual para a Igreja, não só com os poderes temporais, mas também no seio da própria Igreja. A firmeza de Gregório VII em suas intervenções geopolíticas, apoiava-se, sobretudo, na bula *Dictatus Papae*³ que emitiu logo no segundo ano de seu pontificado.

Esse quadro decisório somente se rompeu a partir da *Reforma Protestante*, provocada por *Martinho Lutero* a partir de 1517, quando expôs as suas 95 teses na porta da igreja do castelo de Wittenberg contra o que considerava erros ou abusos da ação da Igreja. A *Reforma* desenvolveu-se no meado do século XVI e tornou-se um conjunto de movimentos eclesíasticos que formulavam princípios e doutrinas contra a autoridade do Papa, em especial, na defesa do poder temporal.⁴

Ora, no final do século XV, ainda estavam em vigor os critérios de relações internacionais adotados ao longo da Idade Média, estabelecidos pelo Papa, no exercício do poder temporal que possuía. Assim, além do *juízo arbitral* sobre os conflitos entre as nações, o Papa, ao longo do período medieval, em função da união entre a Igreja e os Estados e da inexistência de outros credos na Europa, foi invocado pelos chefes de Estado para dirimir conflitos. Criou-se, então, a situação de mútua interferência; os Estados influenciando decisivamente na nomeação de bispos e párocos; e o Papado dirimindo conflitos entre os Estados, até mesmo sob pena de excomunhão. O Papa era, portanto, o poder supremo, com base no qual instituiu alguns conceitos e princípios de alto significado para as relações internacionais, tais como:

3 V. Éleres, Paraguaçu, in *Intervenção Territorial Federal na Amazônia*, ed. da Imprensa Oficial do Estado do Pará, pág. 26.

4 V. Melo, Celso de Albuquerque, in *Curso de Direito Internacional Público*, 1º vol., págs. 74 e 75, Ed. Livraria Freitas Bastos S.A, 4ª edição, 1974.

A *paz de Deus*, que distinguiu entre beligerantes e não-beligerantes evitando assim que os peregrinos, as mulheres, os camponeses e outros fossem atingidos pelas guerras, provocando a fome e a miséria em pessoas totalmente alheias a conflagrações bélicas.⁵

A *Trégua de Deus*, estabelecida pelo Concílio de Elna, que proibia guerra das 3 (três) horas da tarde de sábado até as 6 (seis) horas da manhã de segunda-feira, para que os beligerantes pudessem cumprir com o dever dominical da missa; esse período foi depois ampliado pelo Concílio de Marselha, em 1040, para que a beligerância fosse suspensa no período de quarta-feira à tarde até segunda-feira pela manhã.⁶

A *guerra justa* foi, sem dúvida, a maior contribuição da Igreja para o *Direito Internacional*, através dos estudos feitos por São Tomás de Aquino, Santo Ambrósio e Santo Agostinho; seus estudos levam em conta as *causas* das guerras;⁷ Santo Agostinho, em seu fantástico estudo *A Cidade de Deus*, demonstra a fundamentação teológica e filosófica da *guerra justa*, sempre que suas causas estão amparadas em critérios de justiça, concepção que até hoje tem sido invocada para justificar a beligerância.

O poder temporal era exercido pelo Papa através de bulas ou instrumentos análogos, tal como ocorreu nos conflitos entre Portugal e Espanha sobre os descobrimentos do Novo Mundo, à medida que se ampliavam as navegações. E foi, no exercício desse poder, que o Papa interveio nas questões que surgiram entre Portugal e Espanha que disputavam o domínio do oceano Atlântico, no período dos grandes descobrimentos havidos no final do século XV e primórdios do século XVI.

5 V. Melo, Celso de Albuquerque, *Curso de Direito Internacional Público*, Ed. Livraria Freitas Bastos, S.A, de 1974, pág. 75.

6 Melo, Celso de Albuquerque, *ob. cit.*, pág. 75.

7 Melo, Celso Albuquerque, *ob. cit.*, pág. 76.

.....

Capítulo 2

A GEOPOLÍTICA DO OCEANO ATLÂNTICO NO FINAL DO SÉCULO XV E PRIMÓRDIOS DO SÉCULO XVI

ENGASTADO na Península Ibérica, Portugal, com grandes dificuldades e graças aos atos heróicos de seus filhos, conseguiu manter-se independente da Espanha, aproveitando-se das tensões que marcaram a consolidação das nacionalidades que se sucederam à expulsão dos árabes do território europeu, em 1249.

Antes, porém, em 1064, *Fernando de Castela*, conquistou Coimbra. Seu filho *Afonso VI*, então, para governar a área conquistada, nomeou *Henrique de Borgonha*, com o título de *conde de Coimbra*. O filho de *D. Henrique* que o sucedeu intitulou-se *rei Afonso I*, em 1139 e conseguiu *conquistar Lisboa*. A definitiva soberania portuguesa consolidou-se em duas etapas: a primeira com a expulsão dos mouros, em 1249; depois, com a vitória dos portugueses na *Batalha de Aljubarrota*, em 1385, contra os castelhanos e após muitas tentativas destes para conquistar o território português. Estava, assim, consolidada a soberania do *Reino de Portugal*.

Desde o começo, os monarcas portugueses perceberam que a sobrevivência do novo reino dependia de seu *desempenho na navegação marítima*, pois, localizado na parte mais ocidental do continente europeu,

somente através da exploração do mar poderia manter sua autonomia. Essa atitude levou os monarcas portugueses a desenvolver a tecnologia da navegação marítima, cujo apogeu foi o século XV, com a criação da *escola de Sagres*, ao lado do cabo de S. Vicente, destinada a ser um centro de estudos náuticos, como os instrumentos de navegação, a arte da pilotagem, as cartas geográficas feitas com base nos *portulanos*, que eram verdadeiros manuais de orientação cartográfica.

O objetivo político e econômico de Portugal era *chegar até às Índias* na busca de especiarias e outras riquezas. Obcecadamente, os navegadores portugueses entendiam que chegariam às Índias, contornando a Costa da África, pois, pelo Mediterrâneo, as rotas que levavam às Índias já estavam definidas em favor dos grandes centros comerciais do Mediterrâneo, como Veneza, Gênova e Marselha. Havia, então, a *estrada da seda*, pelo mar Negro até à Ásia Central; e a *estrada das especiarias*, através do mar Vermelho.

Havia, porém, navegadores e estudiosos do assunto que julgavam que o acesso às Índias deveria ser feito atravessando o Oceano Atlântico, no sentido de leste para oeste. Esse ponto de vista era muito influenciado pelos *mapas hipotéticos* divulgados pelos estudiosos. O exemplo mais acolhido era o globo elaborado por *Martim Behaim*, de Nuremberg, feito em 1491. Martim havia sido companheiro de *Diogo Cão* na expedição ao Congo. No mapa que desenhou do globo, consignou os conhecimentos geográficos da época (V. *mapa II*) indicando a Tartária, Catai (a China) e as Índias, no lugar do que depois foi descoberto como o continente americano; indicava, também, como integrante de um grande arquipélago, a ilha de Cipango, isto é, o Japão.

2.1. O Tratado de Alcáçovas. A Bula Aeterni Regis

A primeira expressão geopolítica das disputas pela *hegemonia do oceano Atlântico* foi a celebração do *Tratado de Alcáçovas*, pequena cidade no sul de Portugal, em *4 de setembro de 1479*, entre os reinos de Portugal e de Castela-Aragão. Esse tratado foi ratificado por Fernando e Isabel, em Toledo, a 6 de março de 1480. O tratado dizia respeito aos territórios extra-peninsulares e a conseqüente definição das respectivas áreas de influência no Atlântico. Portugal reconhecia o domínio do reino de Castela e Aragão

sobre o arquipélago das *Canárias* e o litoral da *costa africana* próximo dessas ilhas. Castela e Aragão aceitavam a soberania de Portugal sobre o reino de *Fez (Marrocos)* na costa da África e sobre os arquipélagos de *Madeira*, de *Açores*, de *Cabo Verde* e de *São Tomé*. Reconheciam, também, o domínio de Portugal sobre as ilhas e terras descobertas e a descobrir, ao sul do paralelo 27°N, próximo ao arquipélago das *Canárias* que tomava o cabo de *Bojador*, na Costa da África, como ponto de referência. A visualização cartográfica das definições geopolíticas do *Tratado de Alcáçovas* está apresentada no *mapa III*. Era a primeira definição geopolítica sobre o domínio de áreas do Oceano Atlântico, até então conhecida.

O *Tratado de Alcáçovas* era sumamente inovador, sob o ângulo geopolítico, porque, pela primeira vez, se referia a *áreas ainda não descobertas* e indicava expressamente limites oceânicos, em sentido horizontal, o *paralelo 27°N*, o que concedia um extraordinário poder político a Portugal. Preocupado com a eficácia política do tratado, *D. Afonso V*, de Portugal, solicitou ao Papa que sancionasse os capítulos 27 e 28 do tratado que se referiam à *partilha horizontal do Atlântico*, no que obteve êxito. O Papa *Sisto IV* aprovou o disposto nos capítulos 27 e 28, através da Bula *Aeterni Regis*, de 21 de junho de 1481.

O êxito das negociações que se concluíram com a Bula *Aeterni Regis* do Papa Sisto IV, praticamente, ocorreu no início do reinado de *D. João II*, a 31 de agosto de 1481. Chamado o "*Príncipe Perfeito*", *D. João II* consagrou estrategicamente sua ação de governo à "*construção geopolítica do Atlântico meridional*".⁸

Tendo por base a jurisdição que Portugal passou a ter sob o *Atlântico Sul*, *D. João II* empenhou-se na exploração da *costa ocidental da África*, a partir das imediações do Equador até ao *cabo da Boa Esperança*, no sul do continente africano. E tão persistente foi o seu empenho que, em 1488, *Bartolomeu Dias* descobriu a viabilidade de chegar à Índia pelo *Atlântico Sul*, contornando o cabo, que chamou das *Tormentas*, mas que, ao comunicar a sua descoberta a *D. João II*, este preferiu profeticamente chamar de *cabo da Boa Esperança*. Ainda para prevenir contestações geopo-

8 V. Couto, Jorge, *Construção do Brasil*. Ed. Cosmos, Lisboa, 1998, pág. 122.

líticas, promoveu, em 1490, D. João II, o casamento de seu filho, *D. Afonso* com *D. Isabel*, filha dos reis *Isabel e Fernando*, de Castela e Aragão, criando um canal de diálogo mais estreito entre Portugal e Espanha.⁹

A viagem de *Bartolomeu Dias* confirmava a tese defendida pelas autoridades e estudiosos portugueses de que o acesso para as Índias far-se-ia, mais adequadamente, contornando o continente africano pelo extremo sul, isto é, partindo do oceano Atlântico em sentido norte-sul e seguindo pelo oceano Índico em sentido sul-norte. Quando *Bartolomeu Dias* deu conhecimento a *D. João II* de sua descoberta, participou desse encontro *Cristóvão Colombo* que na ocasião pedia apoio do monarca português para buscar o caminho das Índias, atravessando o oceano Atlântico. Esse apoio lhe foi negado, levando em consideração a descoberta de *Bartolomeu Dias*.

2.2. O descobrimento da América e as intervenções do Papado na definição geopolítica das soberanias sobre o oceano Atlântico

No começo da última década do século XV, D. João II dedicou-se aos estudos náuticos que possibilitassem a realização da viagem que levaria ao descobrimento do caminho para as Índias percorrendo o *Atlântico Austral*, enquanto os reis católicos *Fernando e Isabel*, voltavam-se para a consolidação da unidade espanhola, o que conseguiram em janeiro de 1492. A partir de então, *Isabel* admitiu patrocinar a viagem de *Cristóvão Colombo*, rumo ao *Atlântico ocidental*, para descobrir o caminho das Índias. Com isso, as rivalidades entre Espanha e Portugal agravaram-se sobremaneira.

Colombo partiu em *3 de agosto de 1492* e descobriu a América a *12 de outubro do mesmo ano*, chegando às ilhas Bahamas e às Antilhas, que o navegador julgava serem um arquipélago da Ásia, adjacente a Cipango (Japão). Demorou-se Colombo percorrendo essas ilhas e somente voltou à Espanha em *março de 1493*. Tendo primeiro estado em Portugal, onde contou a D. João II, em 9 de março de 1493, a sua descoberta. Este informou-lhe logo que, nos termos do *Tratado de Alcáçovas*, estas terras pertenciam a Portugal.

9 Couto, Jorge, *ob. cit.*, pág. 123.

* A BULA *INTER CAETERA* I

O impacto da *descoberta da América* elevou o prestígio dos reis *Fernando e Isabel*, que passaram a se preocupar com a formulação de meios que evidenciassem perante todas as nações que as novas terras descobertas pertenciam à *Coroa de Castela e Aragão*. A caracterização perante o mundo de então dessa medida de *cunho estritamente geopolítico* poderia ser feita mediante o reconhecimento e a proclamação pelo Papa, face ao poder temporal que este, na época, reconhecidamente possuía, no sentido de que as terras descobertas pertenciam à Espanha.

O Papado era exercido por *Alexandre VI*, espanhol de nascimento, valenciano, pertencente à famosa família dos *Bórgias*; sua conduta moral tornara-o um pontífice não muito respeitado. O empreendimento pretendido por Fernando e Isabel facilmente pôde ser realizado. *Um mês, apenas, após a volta de Colombo à Espanha*, Alexandre VI promulgou a Bula *Inter Caetera I*, redigida em abril, datada, porém, de *3 de maio de 1495*, que garantia para a Espanha o domínio das novas ilhas e terras descobertas ou por descobrir nas bandas ocidentais.¹⁰ O ato de *Alexandre VI* expressamente excluía o pretendido direito da Coroa portuguesa às terras americanas, como desejava D. João II, rei de Portugal, baseado no *Tratado de Alcáçovas*. O soberano português entendia que esse Tratado “*consagrava o senhorio lusitano sobre todo o Atlântico a partir do paralelo das Canárias, ficando as terras na zona setentrional para Castela e na austral para Portugal*”.¹¹

* A BULA *INTER CAETERA* II

Os desentendimentos entre as duas potências marítimas agravaram-se crescentemente, quando chegaram as notícias de que Portugal pretendia organizar uma armada para ocupar as ilhas descobertas por Colombo. *Isabel e Fernando* resolveram buscar negociações com o soberano português. Estas, porém, não lograram sucesso. Novamente, os reis católicos, com o poder que tinham perante o *Papa Alexandre VI* e aconselhados por *Colombo* (o

10 Couto, Jorge, *ob. cit.*, pág. 125.

11 Couto, Jorge, *ob. cit.*, pág. 126.

“Almirante do mar Oceano”), conseguiram a edição da Bula *Inter Caetera II*, que foi datado de 4 de maio de 1493, portanto, no dia seguinte à datação da Bula *Inter Caetera I*, mas somente concluída de fato a 28 de junho.¹²

A nova bula doava perpetuamente à Coroa espanhola “todas as ilhas e terra firme, descobertas ou por descobrir, quer se encontrassem ou não nas bandas da Índia, localizadas a ocidente e sul de uma linha imaginária, traçada desde o pólo Ártico até ao pólo Antártico, 100 léguas a oeste e sul das ilhas de Açores e Cabo Verde”¹³ (V. mapa IV).

* A BULA EXIMIAE DEVOTIONIS

Ainda, datada de 3 de maio de 1492, porém, redigida somente em julho do mesmo ano, o Papa Alexandre VI editou a Bula *Eximiae Devotionis*, pela qual concedeu aos reis espanhóis “nas ilhas e terra firme situadas nas regiões ocidentais e no mar Oceano, privilégios, graças, liberdades, isenções, faculdades e imunidades espirituais de teor em tudo idêntico aos atribuídos aos reis de Portugal relativamente aos seus domínios no Norte de África, na Guiné, Mina e ilhas atlânticas”.¹⁴

* A BULA PIIS FIDELIUM

Editada pelo Papa Alexandre VI, em 25 de junho de 1493, a Bula *Piis Fidelium* “concedia faculdades extraordinárias a frei Bernardo Boil para desencadear atividades evangelizadoras junto aos índios e definia a primitiva organização eclesiástica das novas ilhas”.¹⁵

* A BULA DUDUM SIQUIDEM

O rei de Portugal manifestou sempre a sua irresignação com tantas decisões do Papa Alexandre VI em favor dos Reis Católicos. Optou, então, por enfrentar um diálogo diplomático direto com os reis de Castela e Aragão. Enviou embaixadores à Espanha, tentando conseguir o reexame dos problemas geopolíticos sobre o Atlântico. Os resultados desses entendi-

12 Couto, Jorge, *ob. cit.*, pág. 127.

13 Couto, Jorge, *ob. cit.*, pág. 127.

14 Couto, Jorge, *ob. cit.*, pág. 127.

15 Couto, Jorge, *ob. cit.*, pág. 127.

mentos revelaram-se desastrosos para Portugal. Mais uma vez assessorados por Cristóvão Colombo, Isabel e Fernando fizeram valer a sua influência sobre *Alexandre VI* e deste conseguiram a edição da Bula *Dudum Siquidem*, datada de 25 de setembro de 1493, porém, redigida em outubro (ou talvez em dezembro), pela qual os reis de Espanha foram autorizados “a enviar expedições, não só às regiões ocidentais como também às meridionais, investindo-os no senhorio de todas as ilhas e terra firme que os seus súditos, navegando para o poente e meio-dia (sul), descobrirem nas partes orientais que tivessem sido ou fossem da Índia”.¹⁶

Essa decisão pontifícia, na prática, revogava o meridiano de 100 léguas, estabelecido pela Bula *Inter Caetera II*, suprimindo os direitos e privilégios que antes haviam sido concedidos a Portugal, inclusive a jurisdição geopolítica sobre o Atlântico austral até ao paralelo 27°N.

2.3. O Tratado de Tordesilhas

O *Príncipe Perfeito* evidentemente ficou inteiramente inconformado com as decisões pontifícias. Sabia ele que essas decisões haviam sido engendradas pelos *Reis Católicos*, de Castela e Aragão, através da ostensiva influência que tinham sobre o Sumo Pontífice. As reações adotadas por Portugal revelam a argúcia diplomática de D. João II.

Inicialmente, D. João II procurou aumentar o seu poder de barganha acenando para a França com negociações sobre territórios situados no norte da África, cuja soberania a Coroa francesa estava disputando com a Espanha. Depois propôs negociações diretas com os *Reis Católicos*, enviando para isso procuradores devidamente credenciados, em 8 de março de 1494. Preparou, também, uma armada para ir à Índia, percorrendo o Atlântico pelo sul da África.

Os *Reis Católicos* recusavam-se a acolher qualquer proposta, até que tivessem o parecer de Cristóvão Colombo com base na sua *segunda viagem à América* ou, como era aceito na época, às Índias que haviam sido por ele descobertas, em 12 de outubro de 1492. As propostas da delegação

16 Couto, Jorge, *ob. cit.*, pág. 128.

portuguesa eram no sentido de que a partilha das áreas do oceano Atlântico voltasse a ser feita através de limites meridionais predefinidos; e mais, que o meridiano anteriormente indicado para definir a jurisdição geopolítica de Portugal, fixado em *100 léguas* a oeste do arquipélago de Cabo Verde, fosse dilatada para *370 léguas*.

As discussões prosseguiram, enquanto a Espanha aguardava relatos de Colombo e seus companheiros da segunda viagem. Quando isso ocorreu, o relatório que apresentaram convenceu os monarcas de Castela e Aragão de que haviam alcançado o Oriente e “*extremas partes da Índia superior, onde se encontravam os produtos mais valiosos, como pedras preciosas, ouro, especiarias e drogas*”.¹⁷ Diante desse relato, os *Reis Católicos* reabriram as negociações com as autoridades portuguesas.

Em seu conteúdo, os entendimentos havidos concluíram por aceitar o meridiano *situado 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde*, como linha demarcatória dos domínios de Portugal e Espanha. Portanto, a oeste desse meridiano, as ilhas e terras firmes descobertas ou a descobrir, pertenceriam à Espanha; e as situadas a leste, entre o meridiano respectivo e as ilhas de Cabo Verde, seriam domínio de Portugal.

As partes comprometiam-se também a não recorrer ao Papa, reivindicando qualquer alteração no que houvesse sido acordado. Outras pendências ainda surgiram, inclusive quanto à sucessão de D. João II, que logo foram resolvidas e partiram para a assinatura do Tratado, pelos procuradores das partes, na cidade hispânica de *Tordesilhas*, no dia *7 de junho de 1494*. O *Tratado de Tordesilhas* foi ratificado por Isabel e Fernando, a *2 de julho*, e por D. João II, a *5 de setembro*, ambos de *1494* (V. Mapa V).

Nenhum dos monarcas solicitou ao Papa a aprovação do Tratado. D. Manuel I, porém, que sucedeu D. João II, em 1495, obteve indiretamente essa aprovação papal, através da Bula *Ea quae pro bono pacis*, emitida pelo Papa *Júlio II*, em 24 de janeiro de 1506.¹⁸

17 Couto, Jorge, *ob. cit.*, pág. 132.

18 Couto, Jorge, *ob. cit.*, pág. 136.

2.4. *As implicações geopolíticas do Tratado de Tordesilhas*

O Tratado de Tordesilhas fez cessar os desentendimentos que, havia duas décadas, existiam entre Portugal e Espanha pelo domínio do oceano Atlântico. Como, a rigor, o Tratado dispunha sobre limites de áreas do Planeta, ainda desconhecidas pelas partes signatárias do acordo, somente no futuro seus efeitos adquiriram objetividade e concretude.

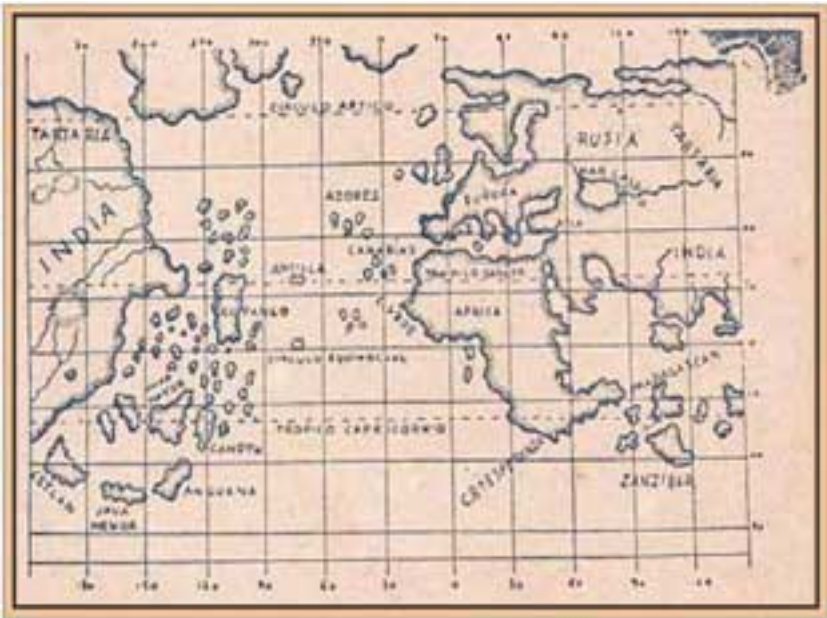
No caso do *Atlântico austral*, as implicações dessa decisão sobre territórios desconhecidos, advieram no final do século XV e início do século XVI; e ao longo dos séculos subseqüentes, definiu que o território brasileiro ficaria sob a soberania de Portugal e as demais parcelas do continente sul-americano ficariam sob a jurisdição e domínio da Espanha.

No caso do território brasileiro, o limite das 370 léguas, a oeste do arquipélago de Cabo Verde, correspondia, aproximadamente, ao meridiano situado a 48° (quarenta e oito graus) de longitude, passando pela *baía de Maracanã*, na costa do Estado do Pará, até à cidade de *Cananéia*, no litoral do Estado de São Paulo (V. *mapa V*).

Nem todos os historiadores estão de acordo com a plotação do verdadeiro trajeto das 370 léguas objeto do *Tratado de Tordesilhas*. Para os objetivos deste estudo, foram tomadas como referências as indicações cartográficas feitas pelo historiador português Jorge Couto, pois parece embasado em estudos mais recentes e consistentes (V. *mapa V*).

MAPA II

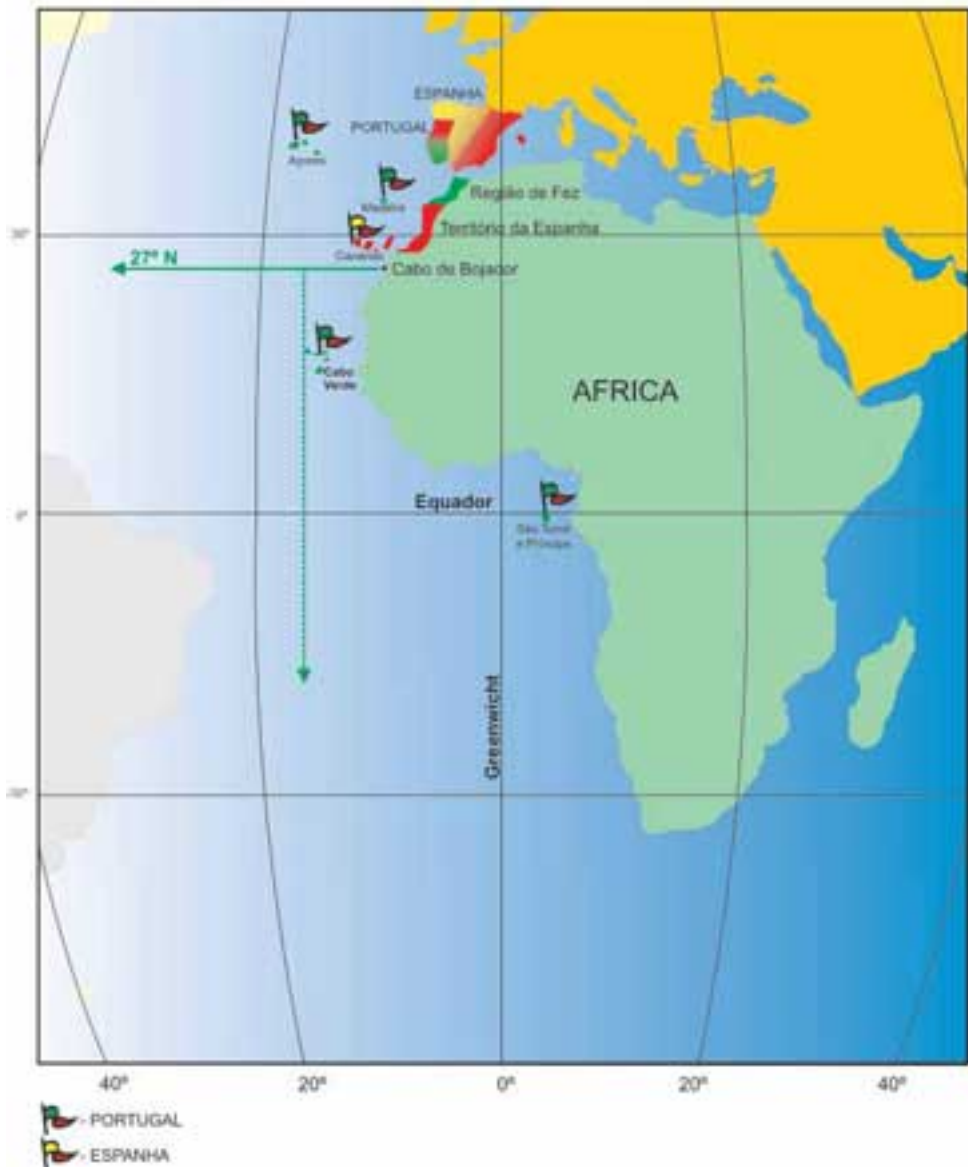
Mapa do globo segundo Martim Behaim, de Nuremberg,
elaborado em 1491, conforme as idéias geográficas de seu tempo



Fonte: *Apud* Joaquim Silva, *História Geral*. Companhia Editora Nacional, 1943, pág. 12.

MAPA III

Divisão entre Espanha e Portugal das áreas do Atlântico segundo o TRATADO DE ALCÁÇOVAS de dezembro de 1479



MAPA IV

Limites no Atlântico Sul entre Espanha e Portugal, segundo a bula
Inter Caetera II, de 4 de maio de 1493:
- 100 léguas a oeste e sul do arquipélago de Cabo Verde



MAPA V

Divisão entre Espanha e Portugal das áreas do Atlântico segundo o Tratado de Tordesilhas - 7 de junho de 1494



.....

Capítulo 3

O DESCOBRIMENTO DO BRASIL E A SITUAÇÃO GEOPOLÍTICA DO TERRITÓRIO DESCOBERTO EM FUNÇÃO DO TRATADO DE TORDESILHAS



QUANDO o Brasil foi descoberto a 22 de abril de 1500, o meridiano, situado a *48º de longitude Oeste*, definia, então, que a área amazônica pertencia à Coroa espanhola, excetuando, apenas, uma pequena nesga de terras, situada a leste da foz do Amazonas, que pertencia a Portugal. A parte amazônica pertencente a Portugal compreendia, hoje, o território paraense a oeste da linha que passa à altura da baía de Maracanã. A floresta amazônica, entretanto, prossegue para leste até chegar à floresta de transição no território do Maranhão. O *mapa V* situa, exatamente, a localização geográfica, por onde passam as 370 léguas desse meridiano que fazem a definição geopolítica da *Amazônia espanhola*. Ressalte-se que, historicamente, se trata de uma abordagem *ex-post*, uma vez que, quando o Brasil foi descoberto a 22 de abril de 1500, esses limites não foram objetivamente questionados, até por que não poderiam, ainda, ter sido plotados.

Em verdade, sob o ângulo geopolítico, o descobrimento de Cabral somente passou a ter efeitos a partir de *28 de agosto de 1501*, quando *D. Manuel I, o Venturoso*, comunicou aos seus sogros, os *Reis*

Católicos de Castela e Aragão, que a expedição que havia enviado às Índias havia achado a *Terra de Vera Cruz*, nome que Cabral tinha dado às terras brasileiras. *D. Manuel*, entretanto, já tinha tomado conhecimento do descobrimento *desde julho de 1.500*, quando a nau, comandada por *Gaspar Lemos*, enviada por Cabral, chegou a *Lisboa*. Mas a comunicação oficial da descoberta somente foi realizada após a chegada da nau *Anunciada*, comandada por *Nuno Leitão da Cunha*, na noite de *23 para 24 de junho de 1501*. A comunicação oficial aos *Reis Católicos* ocorreu somente a *28 de agosto de 1501*, data a partir da qual a descoberta de Cabral passou a ter efeitos geopolíticos quanto ao reconhecimento da soberania portuguesa sobre novas terras. Decorreu, portanto, 1 (um) ano e 4 (quatro) meses depois do histórico evento do descobrimento do Brasil. E mais, essa comunicação somente foi feita por insistência de *Pero López de Padilha*, embaixador dos *Reis Católicos* junto à Corte portuguesa. Na carta, *D. Manuel* escusa-se do atraso alegando que aguardava a volta de Cabral das Índias, o que somente ocorreu em *julho de 1501*, portanto, bem antes do comunicado. Em verdade, *D. Manuel*, pelos laços de parentesco que tinha com os *Reis Católicos*, pois destes era genro, desde outubro de 1497, estava inseguro quanto às reações que seus sogros teriam nos relacionamentos subseqüentes que a grande descoberta provocaria entre Portugal e Espanha.

Ainda sob o ângulo geopolítico, nenhum significado tem a viagem de *Duarte Pacheco Pereira*, que teria estado na costa brasileira em 1498, uma vez que Portugal se absteve de fazer qualquer comunicação oficial aos reis espanhóis, ao Papa e aos demais soberanos europeus. A confirmação de que essa viagem foi efetivamente realizada, somente ocorreu na segunda metade do século passado, com grande repercussão na imprensa. Porém, tendo sido mantido em sigilo o descobrimento de *Duarte Pacheco Pereira*, nenhum significado geopolítico pode ser-lhe atribuído, para os objetivos deste estudo.

Também, sob o ângulo geopolítico, é despicienda a discussão sobre a intencionalidade ou causalidade da descoberta do Brasil por *Pedro Álvares Cabral*, pois isso não influenciou sobre o reconhecimento que os países europeus e o Papado, explícita ou implicitamente, proporcionaram à soberania de Portugal sobre o território descoberto no continente sul-ame-

ricano. Talvez seja possível admitir até que a viagem de *Pedro Álvares Cabral* tenha sido realizada com a pompa e a magnitude que lhe foi conferida, exatamente, para que Portugal pudesse formalizar aos países da Europa e, sobretudo, ao Papado, a notícia de que havia descoberto as terras de um continente, a ocidente do Atlântico austral, dentro dos limites do *Tratado de Tordesilhas*. Portanto, terras que eram de seu domínio exclusivo.

.....

Capítulo 4

O DESCOBRIMENTO DA FOZ DO AMAZONAS PELOS ESPANHÓIS E SEU SIGNIFICADO GEOPOLÍTICO

A 10 DE JULHO de 1499, chegou ao Tejo, de volta do Oriente, *Vasco da Gama*, com provas ostensivas de que havia descoberto, em 1498, o caminho marítimo para as Índias. A Coroa portuguesa ficou exultante de alegria e apressou-se em dar conhecimento de tão grande feito, há décadas perseguido pelos portugueses, aos *Reis Católicos*, ao *Papa* e outros monarcas, objetivando resguardar seus interesses geopolíticos. O êxito da viagem de *Vasco da Gama* sensibilizou os monarcas espanhóis a buscarem a celebração de “*capitulações*” (acordo de concessão de poderes) com outros navegadores, para a exploração das áreas descobertas, eliminando-se, assim, a exclusividade que havia sido dada a Colombo.

Um dos primeiros beneficiários dessas concessões para exploração foi o navegador *Vicente Yáñez Pinzón* que havia comandado a caravela *Niña*, na viagem de *Colombo*, que levou ao descobrimento da América. Tratando-se de uma concessão, a viagem de *Pinzón* foi custeada com recursos

próprios, certamente com os recursos do prêmio que havia recebido por sua participação no descobrimento da América.¹⁹

Durante muitos anos, foi discutido pelos historiadores o verdadeiro trajeto da viagem de *Vicente Pinzón*. Ultimamente, porém, mais precisamente, na década de setenta do século passado, passaram a ser aceitas as pesquisas do capitão-de-mar-e-guerra *Max Justo Guedes*, diretor do Serviço de Documentação da Marinha Brasileira, que, afinal, esclareceram a verdadeira rota de *Pinzón*. Com 4 (quatro) caravelas e cerca de 150 homens, partiu *Pinzón*, a 18 de novembro de 1499, rumo ao sudoeste, aportando nas ilhas *Canárias* e *Cabo Verde*. Continuando a sua viagem, foi atingido por uma grande tempestade que, rapidamente, o levou à costa brasileira, aportando em um cabo, que *Max Justo Guedes* demonstra ser a ponta de *Mucuripe*, no Ceará. Aí travou batalhas com as tribos indígenas e capturou 36 nativos, que levou para vender como escravos na Espanha.²⁰

Continuando a navegar pela costa brasileira, segundo descreve Eduardo Bueno, *Vicente Pinzón* e seus companheiros foram colhidos por grande surpresa; um grande estrondo contínuo, provocado por uma onda ameaçadora; era a *pororoca* provocada pelo encontro das correntezas da foz do Amazonas, na época das grandes enchentes do rio e as marés altas provocadas pelo ciclo lunar. Esse fenômeno ocorre em vários pontos da foz do Amazonas, quando a fase da Lua torna propício o seu surgimento. Os navegadores perceberam que as águas pelas quais navegavam não eram salgadas e sim doces, o que deu para perceber que estavam na foz de um grande rio. Eram os *primeiros dias do mês de fevereiro de 1500*, portanto, quase três meses antes da descoberta do Brasil por Pedro Álvares Cabral.

Também não se sabe qual o lugar da foz do Amazonas onde ocorreu essa descoberta. Alguns sustentam que se tratava de baía do Marajó, onde deságua o braço sul da foz do Amazonas. Outros sustentam que o lugar deve ser o braço norte do Amazonas, onde, com mais freqüência, ocorre o fenômeno da *pororoca*. *Aí tomou Pinzón posse das terras em nome*

19 V. Bueno, Eduardo, in *Náufragos, Traficantes e Degredados*. Ed. Objetiva, vol. II, pág. 13 e 14.

20 V. Bueno, Eduardo, *ob. cit.*, pág. 17.

da Coroa espanhola e, certo de que estava na foz de um grande rio que nasceria em montanhas existentes no interior, denominou o rio descoberto de “*Santa María de la Mar Dulce*”. Os nativos chamavam àquela região de *Mariatambal*. Tratava-se de uma região com muitas ilhas, “*habitada por gente mansa e sociável*”.²¹ Pinzón penetrou ao rio Amazonas, porém, navegando contra as fortes correntezas, certamente não chegou ao rio, propriamente, permanecendo no braço norte ou sul, aquele que encontrou. (V. *Mapa VI*)

Confirmava-se, assim, o reconhecimento geopolítico de que a Amazônia pertencia à Coroa espanhola, pois as terras descobertas situavam-se a oeste do meridiano indicado no Tratado de Tordesilhas, como divisor das terras descobertas, ou por descobrir, entre Portugal e Espanha. Ainda em fevereiro do ano de 1500, outro navegador espanhol, Diogo de Lepe, aportou à Amazônia logo após Vicente Pinzón. Estava, também, a serviço da Coroa espanhola. Deu ao rio o nome de *Marañón*. Aliás, este foi o nome pelo qual o rio Amazonas se tornou conhecido na Europa nos primórdios do século XVI.

21 V. Bueno, Eduardo, *ob. cit.*, pág. 19.

MAPA VI

O *Descobrimento da Foz do Rio Amazonas* pelos espanhóis nos primeiros dias de fevereiro de 1500, pelo navegador Vicente Yáñez Pinzón, segundo Max Justo Guedes



Fonte: O livro *Náufragos, Traficantes e Degredados*, pág. 15 - Ed. Objetiva 1998 de Eduardo Bueno.

- Segundo o capitão-de-mar-e-guerra, Max Justo Guedes (1975)
- Segundo o historiador português Duarte Leite (1926)
- Segundo Vicente Pinzón

.....

Capítulo 5

A DESCOBERTA DO RIO AMAZONAS E SUA REPERCUSSÃO GEOPOLÍTICA

A AMAZÔNIA descoberta, entretanto, era, apenas, a *litorânea*, em especial a *foz do rio Amazonas*. A *Amazônia interior* somente seria conhecida pelos europeus, através da expedição de *Francisco de Orellana* que percorreu o rio Amazonas da nascente para a foz, entre *fevereiro de 1541 e agosto de 1542*. Os espanhóis, que haviam conquistado ao *Império Inca*, na costa do Pacífico, sempre desejavam descobrir o território além da muralha que a cordilheira dos Andes formava. As tentativas feitas não lograram sucesso. Até que Gonzalo Pizarro, governador da província de Quito, resolveu enfrentar o problema. Sua intenção basicamente era tomar posse dos territórios orientais, além da Cordilheira dos Andes, que sabia pertencerem à Espanha por força do *Tratado de Tordesilhas*. Esse era, portanto, seu objetivo geopolítico.

O objetivo mais específico, entretanto, era descobrir uma especiaria de grande valor comercial, a *canela*. Aliás, dizia-se que, além dos Andes, estava o *País da Canela*. O objetivo da viagem era também encontrar o reino do *El Dorado* que estaria no noroeste da Amazônia. Seria um país fabuloso pela riqueza em ouro que possuía, origem de tantas lendas. A fantástica expedição, concebida e projetada por *Francisco Pizarro* e seu irmão

Gonzalo, era por este chefiada e formada por 220 cavaleiros armados, grande quantidade de lhamas que transportavam os alimentos, aproximadamente 2.000 porcos e 2.000 cães e cerca de 4.000 índios.²² *Gonzalo Pizarro*, dirigindo essa enorme expedição, partiu de Quito em *fevereiro de 1541*.

Francisco de Orellana somente alguns dias depois agregou-se à expedição, pois estava em *Guaiaquil*, cidade que havia fundado. Era amigo dos irmãos *Pizarro* (*Francisco* e *Gonzalo*) e pessoa dotada de argúcia e inteligência por todos reconhecida. Inclusive no trato com as populações indígenas, cuja língua de algumas tribos havia conseguido aprender, pelo menos superficialmente. Quando conseguiu juntar-se à expedição, *Orellana* estava exausto e faminto e já havia sofrido várias baixas na pequena expedição que organizara. Foi alegremente recebido por seu amigo *Gonzalo Pizarro* que lhe deu o comando geral das tropas.²³

Após caminhar, durante 70 dias, tentando atravessar os Andes, os expedicionários encontraram alguns pés de canela dispersos, sem qualquer significado econômico. As dificuldades impostas aos viajantes pela natureza, porém, foram muito grandes: sofreram um terremoto que dizimou grande parte da expedição; subindo a *cordilheira andina*, sob um frio arrasador e chuvas constantes, viram-se na contingência de deixar a maior parte dos suprimentos que levavam. Ao longo do caminho defrontaram-se com tribos indígenas que nem sempre os receberam amistosamente. *Pizarro*, porém, reagiu violentamente diante das tribos indígenas, matando muitos índios contra os quais atirava perversamente seus cães.

Enfim, após 10 meses de viagem, conseguiram chegar ao *rio Coca*, onde alguns indígenas lhes prestaram apoio. Caminharam pelas margens do rio Coca durante algum tempo, até que tiveram a idéia de construir um bergantim para colocar nele o pessoal mais debilitado. Nessa embarcação, também foi colocada a maior parte da carga, inclusive os recursos financeiros que levavam. Tendo sido informado pelos indígenas de que o rio Coca iria desaguar em outro rio caudaloso, daí a 10 dias, *Pizarro* decidiu que uma turma iria em frente, sob o comando de *Francisco de Orellana*, com

22 V. Sousa, Márcio, in *Breve História da Amazônia*. Ed. Marco Zero, pág. 24.

23 V. Sousa, Márcio, *ob. cit.*, pág. 29

instrução para prover-se de víveres e voltar para socorrer os companheiros, no prazo de 15 dias.

Assim, começou a viagem de *Francisco de Orellana* que, em um *bergantim*, uma embarcação que, para esse fim especial, o navegador mandou construir, o levaria a percorrer o *rio Amazonas*. *Orellana* capitaneava a expedição com cinquenta e quatro tripulantes, entre os quais o dominicano Frei *Gaspar de Carvajal* que se tornou responsável pelo *relato da viagem*. Chegaram à confluência do *rio Coca* com o *Napo* e não encontraram alimentos. Perceberam, entretanto, que a volta seria difícil por causa das correntezas do *rio Coca*. A alternativa que restava era a de prosseguir sem saber onde iriam chegar, nem que obstáculos teriam de enfrentar. Nessa confluência dos rios *Coca* e *Napo*, *Orellana* deixou três expedicionários com a missão de voltar e relatar a *Gonzalo Pizarro* sobre a impossibilidade do retorno. Era o dia 2 de fevereiro de 1542, portanto, um ano depois do início da viagem.

A expedição de *Orellana* prosseguiu pelo *Napo*, até chegar ao eixo do “*Grande Rio*” ou “*Paranauaçú*”, como era chamado pelos povos indígenas aquele que seria depois denominado por *Orellana* como “*Rio das Amazonas*”. Continuou navegando com o apoio das populações indígenas, tendo chegado a 3 de junho de 1542 ao rio Negro, nome dado pelo próprio *Orellana*, quando deparou com o encontro de suas águas com as do *Amazonas*. Seu contato com as populações indígenas era quase sempre violento, matando e torturando os índios para tomar os suprimentos de que necessitava; muitas vezes, porém, fez-se amigo dos indígenas, deles obtendo todo o apoio de que necessitava. Finalmente, em 23 de junho, os aventureiros chegaram à foz do rio *Nhamundá*, onde se depararam com uma tribo indígena que lhes pareceu ser constituída de *mulheres guerreiras*. Os indígenas, antes, já lhes haviam anunciado que iriam encontrar uma tribo de mulheres guerreiras chefiada por *Condori* ou *Conhori*.

Frei Carvajal descreve as *mulheres guerreiras*, fazendo observações pessoais de forte conteúdo romântico, pela impressão que lhe causaram:²⁴

24 V. Pinto, Emanuel Pontes, *Caiari: Lendas, Proto-História e História*, 1986, pág. 146.

“Estas mulheres são muito alvas e altas, com o cabelo muito comprido, entrançado e enrolado na cabeça. São muito membrudas e andam nuas em pêlo, tapadas as suas vergonhas, com os seus arcos e flechas nas mãos, fazendo tanta guerra como dez índios. E em verdade houve umas destas mulheres que meteu um palmo de flecha por um dos bergantins, e as outras um pouco menos, de modo que os nossos bergantins pareciam porco-espinho.

“Voltando ao nosso propósito e combate, foi Nosso Senhor servido dar força e coragem aos nossos companheiros, que mataram sete ou oito dessas amazonas, razão pela qual os índios afrouxaram e foram vencidos e desbaratados com farto dano de suas pessoas.”

Até hoje não foi possível saber o que havia de verdade e fantasia no relato de Frei *Carvajal*. *Orellana*, diante do que via, aparentemente lembrou-se do episódio das mulheres combatentes da Capadócia, na costa do *mar Negro*, na Ásia, *as amazonas*, que queimavam um seio para melhor manusear o arco. Assim denominou o grande rio que estava percorrendo de *rio das Amazonas*.

A 24 de agosto de 1542, a expedição deixou o Amazonas e, enfrentando grandes dificuldades, voltou para a Espanha. Sobre o trajeto da extraordinária viagem de Francisco de *Orellana*, o descobridor do *rio Amazonas*, veja o *mapa VII*. Do ponto de vista geopolítico, a viagem de *Orellana* teve grande impacto sobre o futuro da Amazônia, devido a dois fatos de forte significado:

- a *descoberta do rio Amazonas*; suas dimensões fantásticas, levaram a Espanha a reconhecer, como seu, todo o território percorrido por *Orellana*, isto é, a *Amazônia*, cujas terras estavam a oeste do meridiano do *Tratado de Tordesilhas*, das quais o navegador espanhol Vicente Pinzón havia tomado posse para a Coroa de seu país;

- o *relatório de Frei Carvajal – Relato do Novo Descobrimento do Famoso Rio Grande das Amazonas* – despertou os interesses, não só de espanhóis, mas dos demais povos europeus para as riquezas que possui a grande região; a exploração dessas riquezas era urgente e necessária; o relatório de *Frei Carvajal* é o marco

inicial da revelação da Amazônia para o mundo. Sobre esse aspecto, aliás, comenta Márcio Sousa,²⁵ com muita propriedade: “... a revelação da Amazônia foi um verdadeiro impacto para os europeus. Uma verdadeira colisão cultural, racial e social, que, como em toda a América Latina, provocou as mesmas contradições que se repetiram ao longo do caminho da empresa desbravadora”.

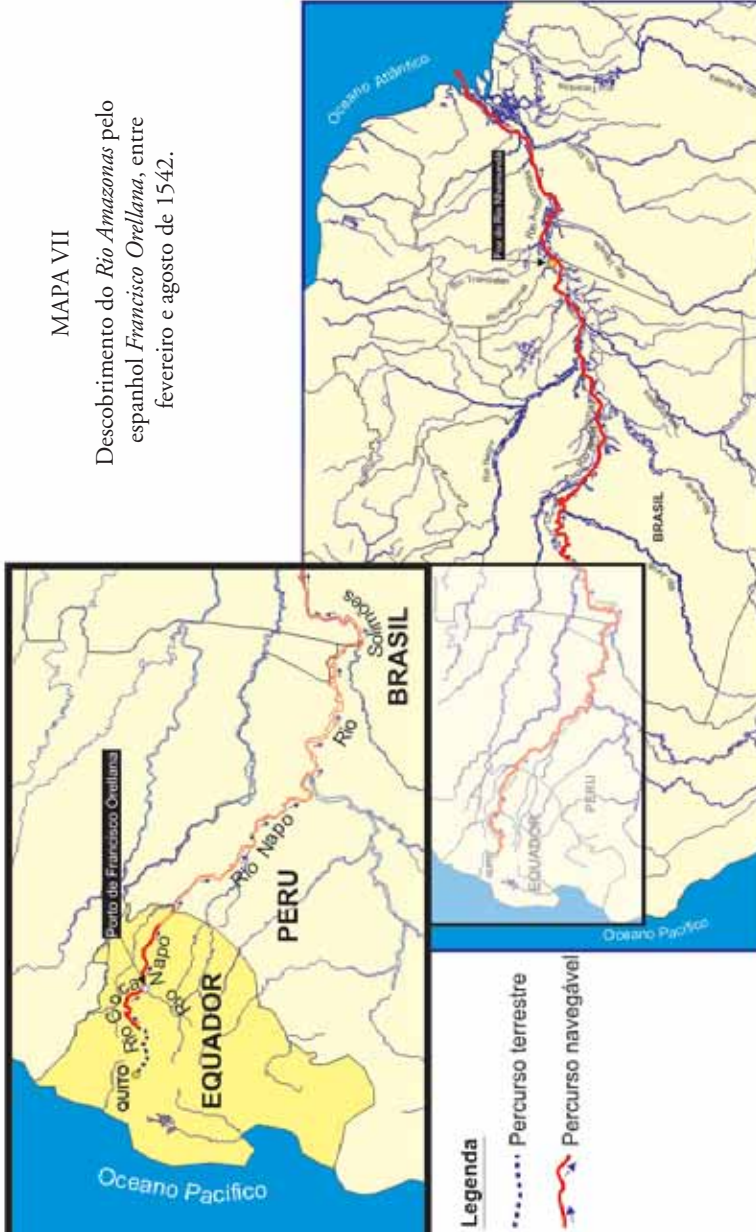
A partir da viagem de *Orellana*, ingleses, alemães, irlandeses e franceses passaram a se interessar pela região descoberta e por muitos anos iriam disputar com os espanhóis e os portugueses a posse de suas riquezas e de seu território.

Diante do relatório de Frei Carvajal, a intenção da Espanha de assumir efetivamente a posse das terras amazônicas manifestou-se objetivamente, quando os reis *Fernando* e *Isabel* atenderam ao pedido de *Francisco de Orellana* para receber o título *Adelantado*, como *governador das terras descobertas*, as quais chamava de *Nova Andaluzia*. Os reis espanhóis, porém, não lhe forneceram os recursos financeiros indispensáveis para assumir e explorar as novas terras. Com recursos próprios ou emprestados, conseguiu armar quatro navios e voltou para a Amazônia. Na viagem, suas tripulações foram quase dizimadas por doenças e tempestades. Chegou ao arquipélago de Marajó, já doente, em 1546. Aparentemente perdeu-se nos meandros do complexo insular marajoara. Morreu em uma das ilhas da foz do Amazonas, onde foi sepultado, quatro anos após ter descoberto o maior rio do mundo, o *rio Amazonas*.

25 Sousa, Márcio, *ob. cit.*, pág. 29.

MAPA VII

Descobrimento do *Rio Amazonas* pelo espanhol *Francisco Orellana*, entre fevereiro e agosto de 1542.



.....

Capítulo 6

A UNIÃO IBÉRICA E SEUS EFEITOS GEOPOLÍTICOS CONTRADITÓRIOS NA AMAZÔNIA ESPANHOLA. O SEBASTIANISMO

N

O período em que a Amazônia ficou sob o domínio da Espanha, o evento geopolítico mais importante foi, sem dúvida, o que ficou conhecido como a UNIÃO IBÉRICA. É o período compreendido entre os anos de 1580 a 1640, em que as Coroas da Espanha e Portugal foram reunidas sob a tutela da dinastia espanhola dos *Habsburgos*. Tratava-se de um velho objetivo feudal que, afinal, fora atingido: a *reunião da Península Ibérica sob o comando da monarquia da Espanha*.

Mesmo depois de Portugal ter conquistado sua soberania, a Espanha nunca deixou de pretender a união da Península Ibérica em uma só monarquia. A morte de *D. Sebastião I*, rei de Portugal, na batalha de *Alcácer-Quibir*, em 1578, sem deixar herdeiros, gerou uma crise sem precedentes para a monarquia portuguesa. A ascensão ao trono do cardeal *D. Henrique*, tio-avô de *D. Sebastião*, desencadeou a discussão sobre os destinos da monarquia portuguesa. Vários pretendentes se candidataram para assumir a Coroa, pois o cardeal já estava com 66 anos de idade e morreu logo 2 (dois) anos depois, em 1580. Entre os pretendentes ao trono de Por-

tugal, estava *Filipe II*, rei da Espanha, que era filho de Carlos V e Isabel de Portugal; era, assim, neto do rei de Portugal, *D. Manuel I*, e, portanto, com parentesco direto com a família real portuguesa. Em consequência reunia as condições dinásticas para assumir o trono vacante. Pleiteava a sucessão e, afinal, exigiu e conseguiu assumir a Coroa de Portugal.

A situação jurídica, porém, era singular, pois *permaneceu existindo a dualidade das Coroas*. *Filipe II*, da Espanha, reconhecia a autonomia da Coroa portuguesa e assumiu-a, por isso, como Filipe I, rei de Portugal. O povo português, porém, nunca se conformou com essa situação e conseguiu a extinção da *União Ibérica* 60 anos depois, ou seja, em 1640. Nesse longo período, a Amazônia ficou sob o *domínio direto* da Coroa espanhola. O Brasil, porém, cujo território estava a leste do meridiano do *Tratado de Tordesilhas*, ficou sob o *domínio indireto* da Espanha. A Amazônia, por sua vez, cujo território situava-se a oeste do meridiano, continuava sob o domínio da Espanha, pois, segundo o historiador Jorge Couto,²⁶ as 370 léguas tinham seus limites definidos, como *termo inicial* a ilha de *Santo Antão*, a mais a oeste do arquipélago de *Cabo Verde*; e, como *termo final*, o meridiano situado a 48° (quarenta e oito graus) de longitude que, na Amazônia, passava na *baía de Maracanã*, na costa do Estado do Pará; e no sul do país, na cidade de *Cananéia*, no litoral do Estado de São Paulo.

Foi nesse período de união das duas Coroas que começou a colonização da Amazônia, em 1616. O equilíbrio das forças peninsulares, conseguido por *Filipe II*, foi pouco a pouco se deteriorando com seus sucessores, *Filipe III* (1598-1621) e *Filipe IV* (1621-1640). Este último impôs a Portugal uma política tributária *escorchante* e reduziu sua autonomia administrativa. O povo português reagiu energeticamente, incentivado pela mística do *sebastianismo* que esperava a volta de D. Sebastião.

O *sebastianismo* teve grande significado na reconsolidação da soberania portuguesa. A morte de D. Sebastião tornou-se motivo de tristeza e amargura para o povo português que perdeu a soberania. Uma melancolia profunda marcava o coração do povo, tornando-se um terreno fértil para o surgimento de *misticismos*. Bastou que alguns sobreviventes da batalha de

26 Couto, Jorge, *ob. cit.*, pág.146.

Alcácer-Quibir difundissem a informação de que D. Sebastião não havia morrido, para que o povo português se apegasse a esse lendário. Uma literatura popular passou a ser difundida anunciando a volta de D. Sebastião, e o povo apegou-se a essa esperança.

A expectativa da volta de D. Sebastião tornou-se um messianismo que alimentou o desejo do povo português de recuperação de sua soberania. Vários líderes surgiram dizendo tratar-se da “*encarnação do Encoberto*”, como a literatura popular se referia a D. Sebastião. O Duque de Bragança liderou um movimento popular, dizendo-se a “*encarnação do Encoberto*” (D. Sebastião). eclodiu a revolução e o Duque de Bragança assumiu o trono português como *D. João IV*, em 1640. Estava extinta a *União Ibérica*.

TÍTULO II

A AMAZÔNIA LUSO-ESPAÑHOLA

.....

Capítulo 7

A SITUAÇÃO FORMAL E A SITUAÇÃO FÁTICA DA SOBERANIA
SOBRE A AMAZÔNIA. A CORDILHEIRA DOS ANDES IMPEDE
O ACESSO DOS ESPANHÓIS À OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

EXTINTA a *União Ibérica*, em 1640, o Brasil voltou ao domínio exclusivo de Portugal. O *Tratado de Tordesilhas*, porém, permanecia em vigor. Em consequência, a *Amazônia continuava sob o domínio da Espanha*, segundo o *Direito Internacional Público* vigente à época. Os portugueses, todavia, não aceitavam o domínio espanhol sobre a Região; contra essa situação se rebelaram, mesmo, ainda, quando vigente a *União Ibérica*.

A Amazônia ficou, dessa forma, durante o longo *período de 110* (cento e dez) anos numa situação geopolítica nebulosa. Entre o ano de *1640* (extinção da *União Ibérica*) e *1750* (assinatura do *Tratado de Madri*), os portugueses, de fato, ocupavam a Amazônia, embora esta do ponto de vista jurídico-formal, continuasse sob o domínio da Espanha.

A razão dessa bicefalia quanto à soberania sobre a Amazônia decorria basicamente da circunstância de que a Espanha havia mobilizado todos os seus recursos financeiros, humanos e institucionais, para serem aplicados no domínio e exploração do *Império Asteca*, no México; do *Império Maia*, no Sul do México e América Central; e do *Império Inca*, no Peru e adjacências ao norte e ao sul. A preocupação central da *Coroa Espanhola*

e seus colonizadores era maximizar a exploração dos fabulosos tesouros que possuíam esses impérios que, aliás, foram literalmente saqueados. Assim, o domínio fático e a exploração da Amazônia deveriam ser realizados a partir das colônias que a Espanha havia implantado na América. Para concretizar esse objetivo, porém, os espanhóis se deparavam com um obstáculo de difícil transposição: a *Cordilheira dos Andes*. Um obstáculo geográfico que gerou um grave problema *geopolítico* para a Coroa espanhola.

Explicam-se, dessa maneira, as dificuldades que *Gonzalo Pizarro* e *Francisco de Orellana* tiveram para chegar à *Amazônia*, tendo de transpor os Andes, a partir de *Quito*, a oeste da Cordilheira, até o rio *Coca*, subfluente do Amazonas que nascia a leste da cordilheira andina. Uma penosa travessia que levou cerca de 1 (um) ano e provocou a desintegração quase total da expedição; por isso mesmo, a viagem prosseguiu, somente, com um pequeno grupo de 54 pessoas, comandadas por *Orellana*, ao longo do rio Amazonas.

Além disso, a *idéia-força* que serviu de supedâneo para que os espanhóis insistissem em enfrentar tão difíceis obstáculos, era a mesma que os levava a concentrar seus maiores esforços sobre as regiões do México, da América Central e do Peru: a *busca de tesouros e riquezas*. No caso da Amazônia, a sua utopia era descobrir o *País da Canela* que presumiam existir do lado oriental da cordilheira; florestas de canela existiriam em abundância, e produziam uma *especiaria* de grande valor para ser explorada e vendida no mercado europeu. Outro objetivo que alimentava a cobiça dos espanhóis era a descoberta do *El Dorado*, região riquíssima por suas jazidas de ouro, que existiria a noroeste da Amazônia. Esse fabuloso tesouro, dizia-se que era dominado por uma tribo indígena, cujo chefe sempre tinha o corpo coberto por uma camada de ouro em pó.

Essa busca de riquezas e tesouros fabulosos sempre norteou as tentativas que a Espanha fez para dar conteúdo prático e, portanto, concretizar o seu domínio sobre a Amazônia. Depois da expedição de *Gonzalo Pizarro* e *Francisco de Orellana*, veio a de *Pedro de Ursua*, *Fernando de Guzmán* e *Lope de Aguirre*; este caracterizou-se pelo horrendo *nível de crueldade* a que chegou sua fúria incontida para ir ao encontro das riquezas. Aguirre acabou matando *Pedro de Ursua* e, mais tarde, *Fernando de Guzmán*. Terminou sua aventura morto pelas tropas espanholas.

Nesse período, porém, a única ação beligerante que ocorreu no sentido de defender os direitos da Coroa espanhola, em função da soberania definida pelo *Tratado de Tordesilhas*, foi a desenvolvida pelo Padre *Samuel Fritz*, jesuíta que organizou, no final do século XVII, uma missão religiosa no rio *Solimões*, dizendo *ocupar aquelas terras em nome da Coroa de Castela*. Sua decisão não era, apenas, decorrente da sua condição de cidadão espanhol, mas baseada no *Tratado de Tordesilhas* que definia expressamente que essas áreas pertenciam à *Espanha*. Os portugueses, todavia, entendiam que os limites do território português, por força da posse tomada por *Pedro Teixeira*, deveriam estender-se até ao rio Napo. Em suas atividades de catequese, o Pe. *Samuel Fritz* chegou ao Solimões em 1686 e promoveu a pacificação dos índios *omáguas*, *aisuares*, *ibanomas*, *xebecos* e *cocamas*. Essas missões integravam o complexo de ações missionárias que se estendiam desde o rio Marañon, ao longo do Solimões, até o rio Negro, denominadas *missões de Maynas*.

Adoecendo gravemente, impossibilitado de voltar a Quito, *Samuel Fritz* teve de descer pelo rio Amazonas até Belém, em 1689, em busca de tratamento de sua saúde. Tomando conhecimento de que o missionário estava atuando em nome da *Coroa espanhola*, em favor da qual havia ocupado as terras situadas às margens do Solimões, os portugueses trataram de sua saúde e o mantiveram prisioneiro como espião. Mais tarde, levaram-no até à aldeia dos *omáguas*. Alguns choques ocorreram, por causa do domínio do Solimões, entre tropas portuguesas e espanholas, até que os primeiros conseguiram expulsar da região os jesuítas que estavam a serviço da Espanha.

.....

Capítulo 8

A OCUPAÇÃO DA FOZ DO AMAZONAS

AINDA durante a vigência da *União Ibérica* e, talvez, até mesmo por causa dela, os portugueses assumiram o objetivo de *ocupar a Amazônia*. É o que revelam as pesquisas sobre a ação portuguesa e espanhola no século XVII. Embora unidas, cada uma das Coroas queria exercer seu domínio sobre a Região: os espanhóis, amparados pelo título de domínio que lhes dava o *Tratado de Tordesilhas*; os portugueses porque entendiam que a Amazônia era uma natural continuidade geográfica do território brasileiro e que, durante a vigência da *União Ibérica*, *Pedro Teixeira dela havia* tomado posse em nome da *Coroa Portuguesa*.

A partir do Estado do Maranhão, a Coroa Espanhola em 1615, tomou a decisão política de ocupar a foz do Amazonas. A expedição que foi designada para realizar as operações de expulsão dos invasores europeus, era *constituída e comandada por portugueses*. *Francisco Caldeira Castelo Branco*, capitão-mor da capitania do Maranhão, chegou, às margens da *baía de Guajará*, a *16 de janeiro de 1616*. Aí localizou sua expedição e chamou àquela área de *Feliz Lusitânia*, nome que, em pleno domínio espanhol, demonstra a orientação geopolítica do comandante português. A sua conquista colocou sob a proteção de *Nossa Senhora de Belém*. Ergueu provisoriamente uma

fortificação e a denominou *Forte do Presépio*, em torno do qual se desenvolveu a futura cidade de *Santa Maria de Belém*.

É importante frisar que essa decisão tinha um *fundamento geopolítico* maior, que era expulsar da foz do Amazonas os *franceses, ingleses, holandeses e irlandeses*. Esses povos, em diversos pontos do golfo marajoara e ao longo do Amazonas, próximo à foz, haviam-se estabelecido, implantando feitorias, com o objetivo de explorar as riquezas amazônicas, cuja importância, variedade e quantidade haviam sido ressaltadas pelo *Relatório* de frei *Gaspar de Carvajal* sobre a viagem de *Francisco de Orellana*. A preocupação com a expulsão dos estrangeiros era tão grande que o *Conselho Ultramarino* resolveu, em 1621, criar o *Estado do Maranhão e Grão-Pará*, para melhor caracterizar a importância política da fundação da cidade de Belém; e, a partir de 1623, quando assumiu o governo do novo Estado, o fidalgo português *Francisco Coelho de Carvalho*, os governadores passaram a permanecer mais tempo na cidade de Belém do que em São Luís.

A empreitada da expulsão dos estrangeiros alcançou sucesso, após muitas batalhas. *Ingleses e holandeses* em 1625 foram expulsos pelos portugueses dos estabelecimentos que haviam implantado no Xingu. Em 1648, os *holandeses* foram expulsos das fortificações que haviam construído em Macapá. Os católicos *irlandeses*, perseguidos nas Antilhas por motivos religiosos, tentaram se estabelecer amigavelmente na Amazônia, mas seu projeto não chegou a ser implementado dadas as reações dos portugueses já estabelecidos na Região.

Com os *franceses*, a disputa pelo domínio da Região que é hoje o Estado do Amapá foi mais prolongada; persistiu desde os anos 30 (trinta) do século XVII, até a aurora do século XX, 1900; portanto, durante 270 anos. No período em que a Amazônia estava ocupada pelos portugueses e, formalmente, sob o domínio da *Coroa espanhola*, os franceses tentaram muitas vezes ocupar a região do Amapá. Inicialmente em 1605, o *rei da França, Henrique IV*, fez a concessão das terras situadas entre a Amazônia e a ilha de Trindade, a *Daniel de la Touche, senhor de La Ravardière*. Essa decisão, porém, não se tornou efetiva; todavia, ela evidenciou até onde o império francês pretendia chegar. Assim, em 1633, fundou a cidade de *Caiena* e criou a *Companhia do Cabo Norte*

que *deveria explorar o Amazonas e o Orinoco*. A reação de *Filipe IV*, em nome das *Coroas espanhola e portuguesa*, foi criar em 14 de junho de 1637 a Capitania do Cabo Norte e entregá-la ao comando de Bento Maciel Parente, como seu donatário.

As discussões sobre o domínio da região do Amapá prosseguiram ao longo do século XVII. Em 1664, a França criou a *Companhia da França Equinocial*, com o objetivo, não só de recuperar o domínio da cidade de *Caiena*, que a *Holanda* havia ocupado em 1653, mas, também, *estender suas fronteiras até o Amazonas*. Durante vários anos tentaram tornar efetiva a ocupação do Amapá, porém, os portugueses sempre reagiram eficazmente.

No final do século XVII, entretanto, a Coroa portuguesa, surpreendentemente, retraiu-se, atendendo a conveniências políticas nas relações que mantinha com as Coroas européias. Portugal assinou com a França o *Tratado Provisório*, em 4 de março de 1700, que *reconhecia, em favor da França, direito sobre a região do Amapá*, obrigando-se, inclusive, a promover a destruição das fortificações luso-brasileiras existentes na região em conflito.²⁷

As relações políticas entre as Coroas européias evoluíram favoravelmente para Portugal que assinou com a França o *Tratado Utrecht* em 11 de abril de 1713. Em verdade, o Tratado de Utrecht é um conjunto de Tratados que tinham o objetivo de pôr fim à guerra pela sucessão espanhola. A parte desse Tratado, assinada entre os reis de Portugal e França, reconheceu para Portugal as terras contestadas no Brasil. O seu artigo 8º declarava expressamente que o rei da França desistia,

*“em seu nome como no de seus descendentes, sucessores e herdeiros, de todo e qualquer direito e pretensão que pode ou poderá ter sobre a propriedade das terras chamadas do Cabo Norte e situadas entre o rio das Amazonas e o de Yápoç, ou de Vicente Pinzón, para que sejam possuídas daqui em diante por S. M. Portuguesa.”*²⁸

27 V. Reis, Artur César Ferreira, *in A Amazônia e a Cobiça Internacional*, Editora Limitada, 2ª edição, págs. 44 e 45.

28 V. *Enciclopédia Mirador Internacional*, edição da Enciclopédia Britânica do Brasil Publicações Ltda., vol. 20, pág. 11009.

A *Coroa francesa*, apesar dos expressos compromissos que assumiu no Tratado, nunca admitiu dar-lhe cumprimento. Ao contrário; continuou a reivindicar o domínio do Amapá, chegando a invadir a área, criando uma pendência que, como adiante será relatado, somente foi resolvida, mediante juízo arbitral, no entardecer do século XIX.

.....

Capítulo 9

A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA INTERIOR. A VIAGEM DE PEDRO TEIXEIRA

AINDA antes da dissolução da *União Ibérica* (1640), um episódio despertou a atenção das autoridades portuguesas que ocupavam a foz do Amazonas, para a importância que tinha a ocupação, também, da *Amazônia interior*. Em 1636, chegaram a *Gurupá* dois religiosos; frei *Domingos de Brieva*, frei *André de Toledo*, juntamente com o português *Domingos Fernandes* e mais seis soldados espanhóis e alguns índios, contando uma fantástica história. Disseram que estavam vindo de Quito; estavam famélicos e depauperados. Narraram que faziam parte de uma grande expedição que saiu da região de *Quito* para tentar conquistar os índios conhecidos pelo nome de “*encabelados*” que habitavam a Amazônia equatorial. Ao chegarem ao rio *Aguarico*, um incidente havido com os indígenas provocou a total desintegração da expedição, parcialmente trucidada. Parte retornou a Quito; parte seguiu pelo rio *Napo* e continuou pelo *Amazonas*, no sentido da correnteza das águas.

De *Gurupá*, foram logo encaminhados a *Belém* e daí para *São Luís*, onde narraram sua história ao Governador *Jácome Raimundo Noronha*. Um século, praticamente, havia decorrido desde a expedição de *Francisco*

de Orellana, no sentido de oeste para leste. A história fantástica despertou no governador a idéia de fazer uma expedição em sentido contrário, de leste para oeste, com o oculto *objetivo geopolítico de ocupar essa vasta extensão de terras para a Coroa portuguesa*.

E assim o fez. Determinou a *Pedro Teixeira*, homem já provado nas lutas travadas para a ocupação da foz do Amazonas, que organizasse uma expedição para fazer, aparentemente, *uma visita de cortesia ao Vice-Rei do Peru*. Pedro Teixeira, com a patente de capitão-mor e poderes de general do Estado, organizou a expedição com 1200 índios de remo e peleja, 70 soldados portugueses, 47 canoas, mais algumas mulheres e curumins, no total acima de 2.000 pessoas.

As instruções de *Jácome Noronha* a *Pedro Teixeira* eram expressas no sentido de reconhecer minudentemente o rio Amazonas, identificar portos para serem fortificados, assegurar boas relações com as populações indígenas e implantar, em área próxima às terras dos omáguas, uma *povoação portuguesa*.

A expedição partiu de *Cameté* a *28 de outubro de 1637*. Enfrentando grandes dificuldades, chegou à povoação de *Paiamino*, na jurisdição de Quito, a *24 de junho de 1638*, portanto, aproximadamente, oito meses depois.

Na capital equatoriana, *Pedro Teixeira* e sua expedição foram recebidas calorosamente pelas autoridades e pelo povo. Para voltar, a expedição foi provida de víveres e munição. Dela passaram a fazer parte dois sacerdotes jesuítas: o padre *Cristóbal de Acuña* e o teólogo padre *André de Artiede*. O Pe. *Cristóbal de Acuña* escreveu sobre a viagem um livro que teve grande repercussão para a revelação da Amazônia ao mundo: "*Novo Descobrimento do Grande Rio Amazonas*". Esse título, aparentemente pomposo, explica-se muito bem, pois, afinal, foi escrito quando já decorria praticamente um século do relato feito por frei *Gaspar de Carvajal* sobre a viagem do *Orellana*.

Na viagem de retorno da expedição ocorreu um *fato geopolítico* de grande significado para o futuro da Amazônia brasileira. *Pedro Teixeira*, ao chegar à confluência dos rios *Aguarico* e *Napo*, aí permaneceu alguns meses para reabastecer sua frota e descansar. Na oportunidade, fundou uma povoação à qual denominou *Franciscana* em homenagem aos frades que,

vindo de Quito, haviam chegado a Belém e dado origem à expedição que estava realizando. O ato foi praticado através de uma cerimônia, na qual *Pedro Teixeira* tomou, solenemente, posse daquelas terras *em nome de Filipe IV* da Espanha, que era *Filipe III* de Portugal. Para marcar seu gesto, jogou um punhado de terra para o ar, dizendo que tomava a posse daquelas terras *em nome da Coroa Portuguesa*. Mandou *lavrar uma ata da solenidade*, que foi assinada por todos. O inteiro da referida ata, dada sua grande importância para a geopolítica amazônica, vai a seguir transcrita:

“Auto de posse: – Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1639, aos 16 dias do mês de agosto, defronte das bocainas do rio do Oiro, estando aí Pedro Teixeira, capitão-mor por sua Majestade das entradas e descobrimento de Quito e rio das Amazonas; e vindo já de volta do dito descobrimento, mandou vir perante si capitães, alferes e soldados de suas companhias, e presentes todos, lhes comunicou e declarou que ele trazia ordem do Governador do Estado do Maranhão, conforme o regimento que tinha o dito Governador de Sua Majestade, para nesse descobrimento escolher um sítio que melhor parecesse para nele se fundar povoação; e porquanto aqueles em que de presente estavam lhe parecia conveniente, assim em razão do oiro de que havia notícia, como por serem bons os ares e haver campinas para todas as plantas, pastos de gados e criações, lhes pedia seus pareceres, por terem já visto tudo no descobrimento e no rio: e logo por todos e cada um foi dito que em todo o decurso do descobrimento não havia sido melhor, mais acomodado e suficiente para a povoação do que aquele em que estavam, pelas razões declaradas: o que visto pelo capitão-mor, em nome de El-Rei Filipe IV, nosso Senhor, tomou posse pela Coroa de Portugal do dito sítio e mais terras, rios, navegações e comércio, tomando terras nas mãos, lançando-as ao ar e dizendo em altas vozes:

“– Que tomava posse dessas terras e do sítio em nome de el-Rei Filipe IV, nosso Senhor, pela Coroa de Portugal. Se havia quem a dita posse contradissesse ou tivesse embargos que lhe pôr, aí estava o escrivão da jornada e descobrimento que lhos receberia: porquanto ali vinham religiosos da Companhia de Jesus, por ordem da Real Audiência de Quito, e porque eram terras remotas e povoadas de muitos índios, não houve por eles

nem por outrem quem lhe contradisse a dita posse: – pelo que eu *Escrivão tomei terra nas mãos e a dei na mão do capitão-mor, e em nome de el-Rei Filipe IV, nosso Senhor*, o houve por metido e investido na dita posse pela Coroa de Portugal, *do sítio, terras, rios, navegações e comércios referidos, ao qual sítio pôs o capitão-mor por nome a Franciscana, do que tudo eu Escrivão fiz este auto de posse que ele assinou. Testemunhas que presentes foram – o coronel Bento Rodrigues de Oliveira, – o sargento-mor Filipe de Matos Cutrim, – o capitão Pedro da Costa Favela, – o capitão Pedro Bavão de Abreu, – o alferes Fernão Mendes Gago, – o alferes Bartolomeu Dias de Matos, – o alferes Antônio Gomes de Oliveira, – o ajudante Maurício de Aliarte, – o sargento Diogo Rodrigues, – o almoxarife de Sua Majestade Manuel de Matos de Oliveira, – o sargento Domingos Gonçalves, – o capitão Domingos Pires da Costa, os quais todos aqui também assinaram: e eu João Gomes de Andrade, Escrivão da jornada, o escrevi.*²⁹ (grifei)

Era o dia 16 de agosto de 1639. A partir dessa data, sob a ótica dos portugueses, estavam indicados os novos limites entre as terras pertencentes à Coroa espanhola e à Coroa portuguesa, em franca violação do *Tratado de Tordesilhas*. Filipe IV era soberano de duas Coroas, o que conferia ao ato de Pedro Teixeira uma situação aparentemente normal, pois não contestava a autoridade do Rei. Pedro Teixeira chegou a Belém em 12 de dezembro de 1639. Foi, pelo seu feito, considerado o *conquistador da Amazônia*. O trajeto da viagem está bem ilustrado no *Mapa VIII*. Porém, a *União Ibérica* seria desfeita no ano seguinte (1640) e os portugueses iriam continuar a ocupar a Amazônia, como se geopoliticamente fosse sua, até os limites indicados na ata da solenidade promovida e presidida por Pedro Teixeira, na confluência dos rios Napo e Aguarico.

À *Coroa espanhola*, entretanto, não passou despercebido o *alcance geopolítico* da viagem de Pedro Teixeira. Tanto que o *Conselho das Índias*, em Madri, tomou conhecimento das preocupações que a viagem do capitão português provocou sobre as autoridades do *Vice-Reinado do Peru*. Os his-

29 V. Pinto, Emanuel Pontes, *Caiari: Lendas, Proto-História e História*, 1986, pág. 167.

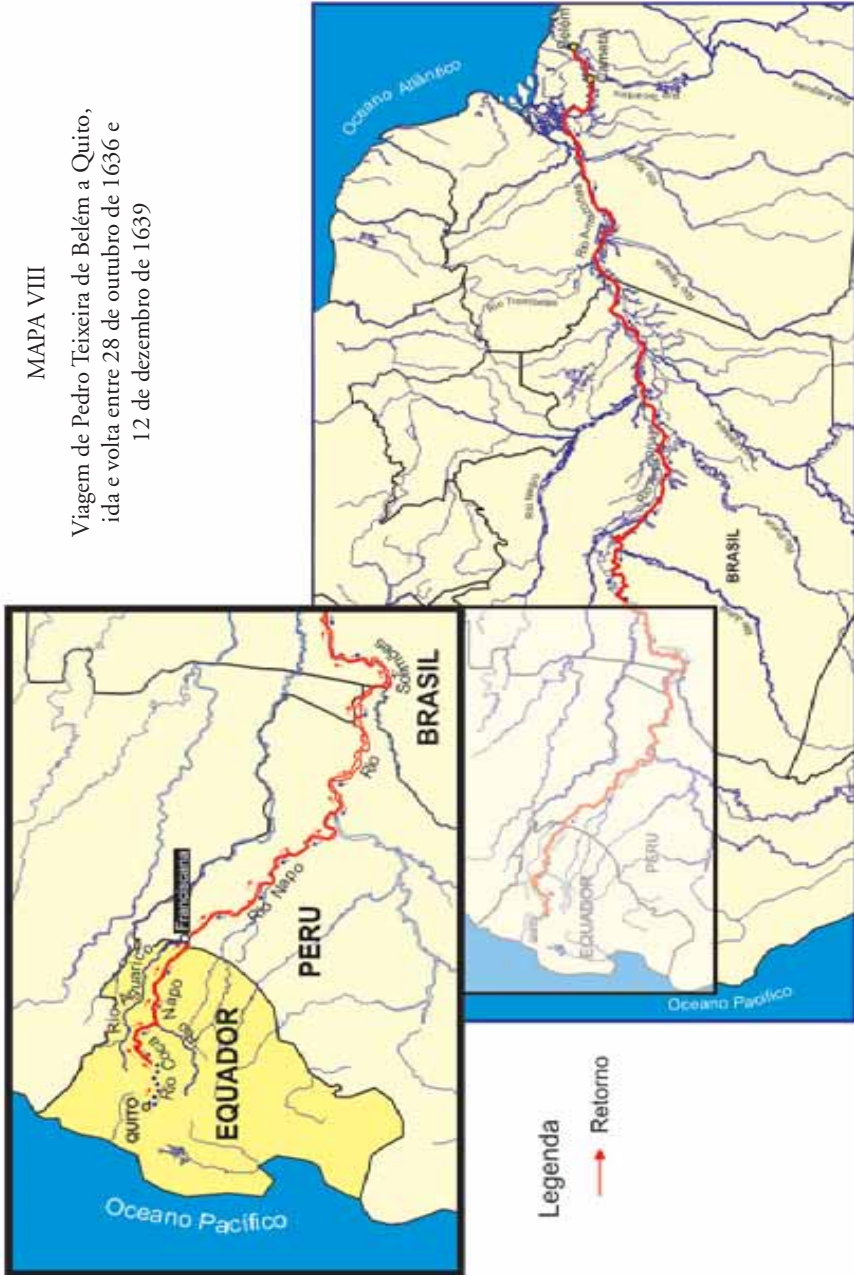
toriadores relatam os registros nas atas das reuniões desse colegiado, contendo reclamações e protestos quanto à viagem e atos de Pedro Teixeira.

A reação mais drástica, porém, da *Coroa Espanhola* foi desencadeada contra *Jácome Raimundo Noronha*, governador do Maranhão e Grão-Pará. Acusado de responsável por ato hostil às autoridades de Castela, *Jácome Noronha* foi preso e levado a ferros para Madri. Quando retornou Pedro Teixeira, já estava na chefia do Governo Bento Maciel Parente, de quem recebeu, como recompensa, trezentos casais de *índios encomendados*, isto é, sob sua guarda.

A pendência geopolítica quanto à soberania sobre a Amazônia, entre Espanha e Portugal, estava criada, e somente 111 anos depois seria resolvida pelo *Tratado de Madri, em 1750*.

MAPA VIII

Viagem de Pedro Teixeira de Belém a Quito,
ida e volta entre 28 de outubro de 1636 e
12 de dezembro de 1639



.....

Capítulo 10

A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA INTERIOR. O CONFRONTO DOS PORTUGUESES COM AS POPULAÇÕES INDÍGENAS

SEPARADAS as *Coroas portuguesa e espanhola* em 1640, a monarquia portuguesa tinha a Amazônia como sua, por força das disposições constantes da Ata da povoação *Franciscana* que *Pedro Teixeira* mandou lavar, declarando que, até lá, as terras do interior da Região pertenciam à sua pátria, Portugal. Tratava-se, porém, de um *ato formal*. Agora, independente da Espanha, Portugal teria de *tornar efetiva a ocupação da Amazônia*, proclamada por *Pedro Teixeira*, evidentemente, em ostensiva violação ao *Tratado de Tordesilhas*, cuja vigência era indiscutível.

A ocupação efetiva da vasta Região, porém, era uma empresa difícil, senão impossível. A estratégia de ocupação seria, então, desenvolvida, através da *colonização* realizada em pontos escolhidos ao longo de eixo rio *Amazonas*, preferentemente, na foz dos seus gigantescos afluentes. Em pontos estratégicos, também, seriam implantadas *fortificações* militares. Essa ocupação efetiva não era, apenas, uma questão geopolítica com a Espanha. Sim, porque a Amazônia *já estava efetivamente ocupada pelas tribos indígenas que milenarmente nela habitavam*. Isso, porém, não era um obstáculo ao império português, pois o *Direito Internacional Público*, vigente naquela

época, restringia-se aos tratados assinados entre monarquias européias, ou administrados pelo poder temporal do Papa. A amplitude de sua aplicação e reconhecimento compreendia, apenas, a Europa, a Ásia Menor e, com reservas, os países asiáticos. Os povos indígenas da África e da América, por sua cultura “primitiva”, *não eram reconhecidos como titulares de direito de soberania sobre as terras que ocupavam.*

As potências européias do século XVI e XVII avançaram com o objetivo de ocupar o continente americano em várias frentes de colonização. Os invasores do Novo Mundo, o continente americano, disputaram entre si e com as tribos indígenas a ocupação dessas terras de forma voraz e violenta; com as tribos indígenas, a ocupação foi feita com requintes estarrecedores de crueldade.

A ocupação efetiva da Amazônia somente começou a realizar-se a partir do século XVII, quando os espanhóis, os ingleses, os franceses e os portugueses já se haviam instalado em pontos estratégicos do continente, definindo-os como de seu domínio e soberania.

Ao chegar à Amazônia, o português aí encontrou um contingente considerável de populações indígenas, um total 1 a 2 milhões de pessoas, que habitavam na Região há alguns milhares de anos (até 13 mil anos ou mais). Frei *Cristóbal de Acuña*, no relato que fez sobre a viagem de *Pedro Teixeira*, afirmou que cerca de 150 nações indígenas existiam ao longo do rio Amazonas.

Os estudos feitos em nossos dias evidenciaram que não se tratava de populações autóctones, até porque não foi encontrado, em todo o continente americano, qualquer vestígio da presença do *hominídeo* que precedeu o *homo sapiens* e do qual evoluiu.³⁰ Eram populações oriundas da Ásia que, em épocas diferentes, migraram, mais provavelmente pelo estreito de Bering, em levadas sucessivas que se distribuíram pelo continente americano e aqui desenvolveram culturas variadas, desde o *Alasca* até à *Patagônia*.

Esses povos foram os verdadeiros descobridores do continente americano e titulares de seu domínio, sem oposição de ninguém, pois

30 V. “Ocupação Humana”, de Adélia Engrácia de Oliveira, *apud Amazônia: Desenvolvimento, Integração, Ecologia*, CNPq, Editora Brasiliense, pág. 145.

estavam diante de um território totalmente desabitado. O “*descobridor*” europeu não passou de um intruso que, sendo portador de uma cultura tecnologicamente mais avançada, sobretudo na utilização de armas de guerra, inclusive armas de fogo, pôde dominar e até dizimar as populações indígenas, ou os “*índios*”, como os europeus chamavam a essa gente, pensando haver chegado ao território da Índia.

Na Amazônia, o migrante asiático, aparentemente, encontrou, como até hoje ocorre, condições ideais de sobrevivência. Caça abundante; produtos florestais em quantidades imensuráveis; rios piscosos. Não havia o que questionar. A sua subsistência estava ligada ao binômio o *rio* e a *floresta*, por isso mesmo passou a habitar na floresta, próximo às margens do imenso aranhol hídrico que é a Amazônia: rios, furos, lagos, igarapés. Ai desenvolveu o que tem sido chamado, pelos antropólogos, *a cultura da floresta tropical*. Domesticou animais e plantas; protegeu-se contra as intempéries; conseguiu condições ideais de relação com o *meio ambiente* que até mesmo o protegeu contra as doenças, já endêmicas no mundo civilizado de então. O *cultivo da mandioca*, com sua multifária apresentação de produtos e subprodutos, parece ter sido a sua conquista cultural mais expressiva.

Os vestígios da cultura indígena amazônica parece que estão, ainda, para ser descobertos, ou mais profundamente interpretados, escondidos que jazem sob a proteção do manto florístico da maior floresta tropical do Planeta, ainda, virgem na maior parte de sua vastidão colossal.

Do ponto de vista *geopolítico*, entretanto, é indispensável acrescentar que, quando o português chegou à Amazônia, o indígena já a ocupava em quase toda sua extensão, havia vários milênios. Não se sabe quantos, mas nesses anos que se perderam nos primórdios da pré-história, o indígena sempre ocupou essas terras como suas.

O indígena tinha nítida consciência dos seus direitos ao domínio das terras que ocupava e explorava. Enfrentou o invasor europeu heroicamente, porém, sem possibilidades de vitória, pois, não tinha condições tecnológicas para guerrear contra as armas de que dispunha o branco: *armas de fogo*. Assim sofreu um verdadeiro genocídio; os indígenas que sobreviveram se refugiaram no interior da floresta ou migraram para outras regiões. A consciência do seu domínio sobre o território foi bem demonstrada por *Márcio Sousa*, citando o protesto de um tuxaua da região de Sinu, na Colômbia:

*“Concordamos que há um só Deus, mas quanto o que diz o Papa, de ser o Senhor do Universo e que havia feito mercê destas ao Rei de Castela, esse Papa somente poderia ser um bêbado quando fez, pois dava o que não era seu. E este Rei que pedia e tomava esta mercê, devia ser louco pois pedia o que era dos outros. Pois venham tomá-la, que colocaremos as vossas cabeças nos mastros...”*³¹

A região como um todo, portanto, poderia ser reivindicada pelas populações indígenas, sob a proteção do princípio jurídico do *indigenato*, enquanto direito originário de um povo, ao abrigo do princípio de *imemorialidade*, como proclama a *Teoria Geral do Direito*. Esses princípios, porém, só obtiveram o reconhecimento universal dos povos alguns séculos depois, já no advento das *organizações internacionais* que se seguiram ao advento das duas guerras mundiais.

31 Sousa, Márcio. *Breve História da Amazônia*, Ed. Marco Zero, pág. 40, *apud De la Conquista a la Independencia*, de Mariano Picón Salas, Ed. Fondo de Cultura Económico, pág. 44, México.

.....

Capítulo 11

O GOVERNO PORTUGUÊS NA AMAZÔNIA E SUA ESTRATÉGIA DE OCUPAÇÃO

IMBUÍDO do ideário de que tinha de ocupar a Região em toda a sua vasta extensão territorial, o Governo português houve por bem montar uma estratégia de ação institucional que pudesse exibir ao mundo como sinal ostensivo de seu domínio sobre a Amazônia, criando, assim, uma situação irreversível perante à Coroa da Espanha. Com esse objetivo, implantou na Amazônia um Estado subordinado diretamente à Coroa portuguesa, através de carta régia de 2 de agosto de 1654: era o *Estado do Maranhão e Grão-Pará*. Em seu sentido geopolítico, o novo Estado, desvinculado do restante do Brasil, indicava com evidência que o Governo português pretendia adotar uma estratégia de ação especial e direta, objetivando ocupar as terras amazônicas, situadas a oeste do meridiano que indicava as 370 léguas objeto do *Tratado de Tordesilhas*. Era claro que o acesso do novo Estado à Coroa portuguesa, era, geograficamente, mais próximo e o processo decisório mais rápido do que se tivesse de passar pela capital do Brasil, situada em Salvador e depois no Rio de Janeiro. A estratégia de ação do novo Estado era escolher pontos especiais da Região, onde deveriam ser implantados povoados, vilas, cidades, colônias, administradas pelo Governo de Portugal, através de seus prepostos no *Estado do Maranhão e Grão-Pará*.

O objetivo imediato do Governo português, para realizar a ocupação do interior da Amazônia, era a coleta das “*drogas do sertão*”, isto é, os produtos gerados pela ciclópica floresta amazônica que proporcionariam ao colono português um alto rendimento, vendendo-os na Europa. Em geral era o cacau, a salsaparrilha, o urucu, o cravo, a canela, o anil, as sementes oleaginosas, raízes aromáticas, puxuri, baunilha e madeiras. Durante um a dois séculos, esses produtos aguçaram a cobiça dos portugueses que, com esse objetivo, foram às últimas conseqüências na escravização e matança dos povos indígenas.

A estratégia de ação do Governo português, segundo a antropóloga Adélia Engrácia de Oliveira,³² compreendia: a) a defesa da posse da Região; b) a criação de uma economia regional, através da agricultura, principalmente da cana-de-açúcar; c) a conversão do indígena ao cristianismo.

Na concretização dessa estratégia de ação, porém, os portugueses defrontaram-se, obviamente, com o *indígena*, já habitante de todas as margens do Amazonas e seus afluentes. O confronto era inevitável diante da atitude geopolítica do Governo português de não reconhecer o *indígena* como titular de quaisquer direitos sobre as terras amazônicas.

Aliás, essa atitude não era exclusiva do império português. As demais monarquias européias nunca reconheceram os direitos de domínio dos povos ameríndios às terras do continente americano. A atividade das potências européias era dominar as terras do continente, escravizando, expulsando ou matando os indígenas, se estes ousassem reagir à dominação que os povos “*civilizados*” lhes impunham.

O Governo português, todavia, diante das populações indígenas, adotou uma atitude ligeiramente diferente. Sua estratégia preliminar era no sentido de se aproximar pacificamente das tribos, procurando aculturá-las; mas essa intenção resvalava quase sempre para escravização do índio. Se reagisse, seria capturado, amarrado até “*amansar*”.

32 Oliveira, Adélia Engrácia de, in *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*, cap. IV, “Ocupação Humana”, ed. Brasiliense em co-edição com o CNPq, 1983, pág. 169.

Ocorre que o índio sempre reagiu à escravização, o que levou o Governo português a adotar uma atitude drástica contra o índio “rebelado”; essa rebeldia “justificava” a guerra, a escravização e o genocídio, permeadas essas medidas com a tentativa em geral de aculturação (em verdade, *decul-turação*) do gentio.

Com esse objetivo, o Governo português foi às últimas conseqüências, fazendo da Amazônia, no século XVII e na primeira metade do século XVIII, o palco de uma das mais terríveis crueldades praticadas contra o gênero humano, dizimando tribos inteiras. Para isso, organizou-se em:

- *tropas de guerra*, que tinham a finalidade de promover guerras contra o gentio e até de exterminá-lo;
- *tropas de resgate*, que tinham a finalidade de resgatar o índio que estava preso em decorrência de guerras intertribais.

Portador de uma tecnologia de guerra muito mais avançada do que o indígena, o português entrou em confronto com todas as tribos indóceis aos seus objetivos de dominação; assim, a guerra contra os índios resultava sempre na dizimação de tribos inteiras; mesmo a concepção das *tropas de resgate* não passava de pretexto para a eliminação das tribos que reagiam à dominação.

O sertanista e o soldado são agentes dessa política de violência e genocídio. No processo de ocupação como um todo, o principal ator, através de meios pacíficos, era o *missionário*, que tinha uma atuação antropológicamente discutível como adiante será relatado.

O modelo de ocupação portuguesa, na sua dimensão econômica, utilizou a *concessão de sesmarias* como forma de dinamizar a exploração da Região. Na *sesmaria*, o titular explorava a terra como sua e podia transmiti-la por herança. Além disso, criou as *capitanias hereditárias*, em 1627, atendendo à sugestão de *Bento Maciel Parente*; eram circunscrições administrativas de uma determinada área ou região, entregue a alguém com plenos poderes para explorá-la.

Na Amazônia, ao longo do século XVII, foram criadas 6 (seis) *capitanias hereditárias*:

- a de *Caeté*, no rio Gurupi, vinculada a Capitania Real do Maranhão; foi doada, em abril de 1627, a *Feliciano Coelho de*

Carvalho, filho do primeiro governador do Maranhão, *Francisco Coelho de Carvalho*;

- a de *Camutá*, também doada a *Feliciano Coelho de Carvalho*, quando este perdeu a Capitania do Caeté para *Álvaro de Sousa*;

- a de *Gurupá* foi instituída em 1633, também doada a *Feliciano Coelho de Carvalho*, na foz do Xingu;

- a do *Cabo Norte*, doada em 1634 a *Bento Maciel Parente*, que se estendia do rio Sucuriju até o Oiapoque e limitava-se a oeste pelo rio Jari; aliás, é importante acentuar que esse donatário tem seu nome ligado para sempre à Amazônia, como um homem sanguinário, responsável pelo extermínio de populações indígenas.

- a de *Joanes*, no Marajó, doada a *Antônio de Sousa Macedo*;

- a do *Xingu*, doada em 1681 a *Gaspar de Sousa de Freitas*; localizava-se à margem direita do rio Xingu.

Essas capitanias não tiveram sucesso, fosse por desinteresse de seus donatários, fosse porque não dispusessem eles de meios indispensáveis a sua exploração. Em qualquer circunstância, elas ressaltam o objetivo geopolítico do Governo português, na efetivação de sua política de domínio sobre a Amazônia.

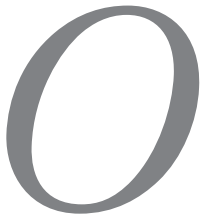
Além das capitanias hereditárias, o Governo do *Estado do Maranhão* e Grão-Pará assinalou o seu domínio através da organização dos *aldeamentos régios*, em que índios e colonos trabalhavam juntos, a serviço do Estado português, na implantação de uma economia de subsistência, à base da exploração da mandioca, da caça e da pesca. Esses aldeamentos tornaram-se conhecidos como *pesqueiros reais*. Essa economia, em que o índio e o colono atuavam de forma cooperativa, deu o tom mais diferenciado do regime de colonização portuguesa, pois a miscigenação racial entre branco e índio generalizou-se a partir dessas atividades cooperativas, dando origem ao *caboclo* (ou *caboco*), que se tornou o ribeirinho que hoje povoa as margens dos rios amazônicos.

O *caboclo* não é só filho da miscigenação entre o índio e o branco; é também o índio deculturado subsequente que assumiu os padrões e costumes do colono, inclusive pela conversão ao cristianismo, através do trabalho do missionário. No mesmo sentido, a miscigenação entre o índio e o negro deu origem ao *cafuzo*, que também assumiu padrões e laços culturais do colono, sob as ordens de quem trabalhava e, na linguagem regional, tornou-se também um *caboclo*.

.....

Capítulo 12

A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA ATRAVÉS DA AÇÃO MISSIONÁRIA



MISSIONÁRIO foi o maior agente da ocupação efetiva da Amazônia pelos portugueses. Vivia-se o tempo de união entre a Igreja e o Estado. O missionário era, portanto, um integrante necessário das expedições portuguesas que objetivavam a descoberta de novas terras, e sobretudo, a conversão dos que as habitavam. Na feliz expressão camoniana, essas expedições levavam a “*fé e o império*” a essas paragens longínquas.

O *Governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará*, com esse duplo objetivo, fez uma verdadeira mobilização das ordens religiosas para que promovessem a ocupação das margens do Amazonas e seus grandes afluentes. Uma sistematização dos estudos de historiadores e antropólogos sobre as missões religiosas na Amazônia foi feita pela antropóloga e doutora *Adélia Engrácia de Oliveira*,³³ do Museu Paraense Emílio Goeldi. Esse estudo ofe-

33 Oliveira, Adélia Engrácia, em *Amazônia: desenvolvimento, integração, ecologia*, Editora Brasiliense em co-edição com o CNPq, 1983, págs. 183 a 185.

rece a magnitude e amplitude das missões religiosas promovidas em toda a Amazônia ao longo dos séculos XVII e XVIII.

É importante ressaltar que, como essas missões estavam simultaneamente a serviço da Igreja e do Estado português, a sua realização dependia de *cartas régias* que outorgavam poderes para promover a pacificação e conversão do gentio; para fazer aldeamentos e a exploração de atividades econômicas (lavoura, criação de gado, construção de olarias, exploração de engenhos, etc.), bem como indicavam as áreas e regiões onde poderiam atuar.

As principais *concessões missionárias*, feitas ao longo do século XVI e princípio do século XVII, foram:

- para os *franciscanos da Província de Santo Antônio*, à margem esquerda do rio Amazonas, compreendendo os rios Paru, Jari, até o cabo Norte, no Amapá;
- para os *carmelitas*, o rio Negro, o rio Urubu, o rio Solimões, o rio Branco, o rio Guamá, o rio Bujaru, parte da ilha de Marajó, a área de Icoaraci, a área de Gurupá, a região de Vigia no Baixo Salgado;
- para os *mercedários*, da ordem de *Nossa Senhora das Mercês*, o rio Negro, o rio Urubu, o rio Uatumã, o rio Anibá, parte da ilha do Marajó;
- para *jesuítas da Companhia de Jesus*, as regiões do cabo Norte, do Baixo e Médio Amazonas, do Salgado, a Bragantina, a ilha do Marajó e adjacências, o rio Tocantins, o rio Itaiciúnas, o rio Xingu, o rio Pacajá, o rio Tapajós, o rio Madeira, o rio Branco, o rio Negro, até confluência do Urupês e a região do rio Gurupi;
- para os *capuchos* (franciscanos) da Província de Nossa Senhora da Piedade, o Baixo e Médio Amazonas, a região do cabo Norte e o rio Tocantins;
- para os *capuchos* (franciscanos) da *Conceição da Beira e Minho*, a região do cabo Norte e a ilha do Marajó.

Algumas *observações* de alto interesse geopolítico podem ser indicadas, a partir da sistematização feita pela pesquisadora *Adélia Engrácia de Oliveira*.

Primeiro, as *concessões* pretendiam, aparentemente, apontar com razoável precisão os limites da atuação de cada ordem missionária. Na prática, porém, o missionário fixava sua atuação nas áreas que, por motivos demográficos ou econômicos, lhe parecessem mais indicadas, ao longo de sua região concedida.

Segundo, há evidentemente superposições geográficas nas concessões outorgadas, o que não quer dizer que houvesse conflito entre as ordens concessionárias que guardavam entre si o necessário entendimento e entrosamento.

Terceiro, a importância da participação das missões no processo de ocupação da Amazônia pode ser melhor aferida pela quantidade de cidades (vilas e povoados) que foram implantadas na Região a partir dos aldeamentos realizados pelos missionários, conforme o levantamento feito pela antropóloga *Adélia Engrácia de Oliveira*.

Foram 6 (seis), as ordens religiosas beneficiárias das *concessões régias*: 5 (cinco) aos *franciscanos* da *Província de Santo Antônio*; 10 (dez) aos *carmelitas*; 5 (cinco) aos *mercedários*; 14 (quatorze) aos *jesuítas*; 3 (três) aos *capuchos* da Piedade e 2 (duas) aos capuchos da Conceição da Beira e Minho. (V. quadro demonstrativo anexo, de autoria da antropóloga Adélia Engrácia de Oliveira).

A obra missionária na Amazônia é hoje muito discutida; essas discussões, entretanto, muitas vezes não levam em consideração os *valores antropológicos*, na época inteiramente desconhecidos pelas ciências humanas e, portanto, não poderiam ser levadas em consideração pelas ordens religiosas. Somente a partir dos estudos de *Charles Darwin*, em 1859, *A Origem das Espécies*, foi possível o surgimento da *Sociedade de Antropologia*, em Paris, bem como a formulação dos conceitos da antropologia contemporânea, em especial da *antropologia cultural*, que se fundamentou em grande parte nos relatórios dos missionários, narrando os hábitos, os costumes e valores dos povos indígenas do continente americano.

A *pacificação* do índio, feita pelo missionário, levava sempre à *aculturação* deles; o que significava assumir os padrões culturais dos brancos, isto é, do povo dominador; por conseqüência, o índio perdia os valores de sua cultura; era, em suma, submetido a um processo de *deculturação*. Ressalte-se que, em geral, para o missionário, ainda, sem os conhecimentos

da antropologia, a aculturação do índio era indispensável para que pudesse ele, não só converter-se, isto é, assumir, em sua vida, os valores do *crístianismo* – a *Palavra de Deus*, a *Revelação Divina* –, mas, também, defender-se da escravização dos colonos brancos.

Sem considerar a circunstância histórica em que ocorreu esse encontro entre os povos ditos “civilizados” e os povos indígenas, ditos “*primitivos*”, sociólogos, antropólogos e historiadores são férteis em acusações para denegrir a imagem do missionário nos dois primeiros séculos da ocupação da Amazônia. São acusados:

- de buscar justificações teológicas para escravização e o extermínio das tribos indígenas;
- de serem insensíveis diante da crueldade do soldado ou do colono.

Não se pode fazer considerações desse tipo, esquecendo que a ação missionária assumiu dimensões altamente relevantes na defesa do índio contra a escravização e, sobretudo, para protegê-lo do morticínio e do genocídio. No caso de escravidão, sempre que não era possível evitá-la, é de justiça reconhecer que, pelo menos, o missionário procurava abrandá-la. Por isso mesmo, em geral, a situação do missionário era de confronto com o colono português. Para melhor defender o gentio e conscientizá-lo do seu valor como pessoa humana, de sua dignidade, o esforço do missionário foi fantástico. Organizou o índio em aldeamentos; criou uma língua comum aos povos indígenas amazônicos: o *nheengatu*; nessa língua escreveu catecismos para que compreendesse o sentido da vida, enquanto pessoa humana vocacionada para redenção e salvação pelo Criador.

Distribuição, atuação e expansão das Ordens religiosas na Amazônia (séculos XVII e XVIII)

ORDENS RELIGIOSAS	DATA DE ENTRADA NA AMAZÔNIA	LOCAIS ONDE SE INSTALARAM	DEMARCAÇÃO DOS DISTRITOS MISSIONÁRIOS SEGUNDO AS CARTAS REAIS DE 1693 E 1694	LOCAIS ONDE ATUARAM	ATIVIDADES LIGADAS À OCUPAÇÃO
Franciscanos da Província de Santo Antônio	1616 ou 1617	Belém (Sítio do Una)	- tudo o que ficasse ao norte do rio Amazonas (margem esquerda), compreendendo os rios Jari, Paru e a aldeia Urubuquara (atual Prainha) como limite do distrito. - todo o interior do sertão do distrito acima, sem limites. - o sertão chamado Cabo do Norte (atual Amapá)	- Cabo do Norte (Amapá) - rio Trombetas - ilha de Marajó e adjacências - rio Tocantins	- pacificação e conversão de índios tubinambás, aruás e tocujuis, entre outros - aldeamentos que, mais tarde, deram origem a vilas e cidades
Carmelitas	1626	Belém (rua do Norte, atual Siqueira Mendes)		- rio Negro - rio Urubu - rio Solimões - rio Branco - rio Guamá - rio Bujuru - ilha de Marajó - Icoaraci (proximidades de Belém) - Gurupá (Xingu) - Vigia (Baixo Salgado)	- aldeamento e missões que, mais tarde, deram origem a vilas e cidades - exploração de engenhos para a fabricação de açúcar - criação de gado - olaria - lavoura

ORDENS RELIGIOSAS	DATA DE ENTRADA NA AMAZONIA	LOCAIS ONDE SE INSTALARAM	DEMARCAÇÃO DOS DISTRITOS MISSIONÁRIOS SEGUNDO AS CARTAS RÉGIAS DE 1693 E 1694	LOCAIS ONDE ATUARAM	ATIVIDADES LIGADAS À OCUPAÇÃO
Mercedários (Nossa Senhora das Mercês)	1639 ou 1640	Belém (Campina)	<ul style="list-style-type: none"> - deveriam ficar no distrito que compreendesse os rios Urubu e Negro, e mais o Solimões, distribuído aos jesuítas, caso eles assim o quisessem e tivessem religiosos disponíveis 	<ul style="list-style-type: none"> - rio Negro - rio Urubu - rio Uatumã - rio Anihá - ilha de Marajó 	<ul style="list-style-type: none"> - centros de catequese e aldeamentos que mais tarde deram origem a vilas e cidades - fazendas de criação de gado que posteriormente deram origem a cidades
Jesuítas (Companhia de Jesus)	1653	Belém (em princípio na Campina e, mais tarde, junto ao forte)	<ul style="list-style-type: none"> - tudo o que ficasse ao sul do rio Amazonas (margem direita), sem limitação para o interior dos sertões - caso eles desejassem e tivessem missionários disponíveis, poderiam ficar com um outro distrito que compreendesse o rio Urubu e o rio Negro, e tudo que houvesse dentro da demarcação dos domínios portugueses (Solimões), a partir do rio Gueribi 	<ul style="list-style-type: none"> - Cabo do Norte (Amapá) - Baixo e Médio Amazonas - Salgado - Braganina - ilha de Marajó e adjacências - rio Tocantins - rio Itacaiunas - rio Xingu - rio Pacajá - rio Tapajós - rio Madeira - rio Branco - rio Negro (até a confluência com o Uaupes) - limites do Pará com o Maranhão 	<ul style="list-style-type: none"> - pacificação e conversão de grupos indígenas variados - aldeamentos e missões que, mais tarde, deram origem a vilas e cidades - fazendas de criação de gado que posteriormente se tornaram cidades (ou não) - atividades extrativistas ligadas ao comércio das "drogas do sertão" - comércio diversificado - exploração de engenhos - exploração da pesca de tainhas

ORDENS RELIGIOSAS	DATA DE ENTRADA NA AMAZÔNIA	LOCAIS ONDE SE INSTALARAM	DEMARCAÇÃO DOS DISTRITOS MISSIONÁRIOS SEGUNDO AS CARTAS RÉGIAS DE 1693 E 1694	LOCAIS ONDE ATUARAM	ATIVIDADES LIGADAS À OCUPAÇÃO
Capuchos de São José ou da Piedade (franciscanos da Província de Nossa Senhora da Piedade)	1692 ou 1693	Gurupá (em 1749 vieram para Belém e iniciaram a construção do convento de São José, atual presídio)	- todas as terras e aldeias que circuncidassem a fortaleza de Gurupá e todas as terras que ficassem para cima da aldeia de Urubiquara, subindo o rio Amazonas, compreendendo neste distrito o rio Trombetas e o Gueribi, como limite.	- Baixo e Médio Amazonas - Cabo do Norte (Amapá) - rio Tocantins	- organização de um hospital em Gurupá - aldeamento e missões que, mais tarde, deram origem a vilas e cidades
Capuchos da Conceição da Beira e Minho	1706	Belém (arsenal da Marinha)		- Cabo do Norte (Amapá) - ilha de Marajó	- atuação pequena, evangelizadora - descimentos de índios, da costa da Guiana, impedindo o contato com os franceses - em Belém criaram um hospital e uma enfermaria

Fonte: Quadro organizado por **Adélia Engrácia de Oliveira**, com base em **Paçanha, Ação das Ordens e Congregações Religiosas na Amazônia; Leite, Serafim, História da Companhia de Jesus no Brasil; Maués, Raimundo Herald, Congregações religiosas na Amazônia; Melo, Oaviano, Topônimos Amazônicos; Muniz, Palma, Patrimônios dos Conselhos Municipais do Estado do Pará.** V. Oliveira, Adélia Engrácia, *ob. cit.*, págs. 182 a 191.

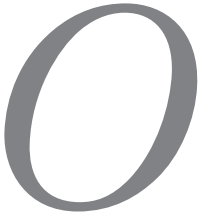
TÍTULO III

A AMAZÔNIA PORTUGUESA

.....

Capítulo 13

O TRATADO DE MADRI EM 1750



QUADRO geopoliticamente ambivalente que existia sobre a Amazônia não podia perdurar. Desde 1616, quando os portugueses começaram a ocupar a foz do rio Amazonas, até meados do século XVIII, a Amazônia formalmente pertencia à Espanha, por força do *Tratado de Tordesilhas*; e de fato, entretanto, era ocupada por Portugal. Foram 134 anos, portanto, mais de uma centúria, em que essa duplicidade geopolítica permaneceu indefinida. A insatisfação de ambas as partes com essa situação era muito grande. Freqüentemente, esse quadro conflitual latente se exprimia em pequenos incidentes, dos quais o mais diretamente vinculado à questão geopolítica foi, sem dúvida, o que surgiu diante da ação missionária do Padre *Samuel Fritz*, a serviço da Espanha, no alto Solimões.

Nos anos quarenta do século XVIII, surgiram condições, nas relações entre Espanha e Portugal, que possibilitaram a solução das pendências entre as duas Coroas ibéricas. Portugal nessa época passou a acompanhar as demais monarquias européias na adoção do *absolutismo*, como regime político, e do *mercantilismo*, como política econômica. *D. João V* reveste o seu reinado do *absolutismo puro*, através de uma corte que imita o fausto e o

cerimonial de *Luís XIV*, rei da França. As relações de Portugal com Roma tornaram-se tensas, e até chegaram a ser rompidas em 1728, embora o império português praticasse, oficialmente, o *catolicismo*, cuja liturgia lhe parecia conveniente para ostentar a suntuosidade régia. É importante ressaltar que o luxo da corte portuguesa era basicamente sustentado pelo *ouro explorado no Brasil*, cujo ciclo econômico teve seu apogeu entre 1735 e 1766.

Os desentendimentos entre as cortes portuguesa e espanhola foram mais fortes quanto à definição das *possessões* que mantinham no continente sul-americano; em especial, quanto ao domínio das terras que margeiam a *bacia do Prata* e, naturalmente, a *hinterlândia amazônica*. Desde o *Tratado de Utrecht*, em 11 de abril de 1713, que estabelece a paz com a França, e a *Convenção de Paris de 1737*, que restabelece a paz com a Espanha, tentava-se um acordo sobre os conflitos que ainda perduravam sob o domínio espanhol e português na América do Sul.³⁴

A presença do brasileiro *Alexandre de Gusmão*, diplomata de grande prestígio e poder na corte de *D. João V*, foi decisiva para a solução dos conflitos entre Portugal e Espanha. As pendências diplomáticas entre os dois países na América eram amplamente conhecidas. É evidente, porém, que as negociações entre os dois impérios foram, convenientemente, muito impulsionadas pela circunstância de que a rainha de Espanha era filha do monarca português, *D. João V*. Essas negociações levaram à assinatura do *Tratado de Madri*, a 13 de janeiro de 1750, que fixou os limites das “*Conquistas entre os muito altos e poderosos Senhores D. João V, rei de Portugal e D. Fernando VI, rei de Espanha*”.

Logo no preâmbulo, as partes reconhecem que haviam violado o *Tratado de Tordesilhas*, tanto na Ásia como na América. *Alexandre de Gusmão* conseguiu, então, nas negociações, que a questão dos limites territoriais fosse resolvida pelo princípio jurídico do *uti possidetis*, isto é, “*cada parte há de ficar com o que atualmente possui*”. E mais, que, em obediência a esse princípio, as linhas definidas por *critérios astronômicos*, passariam a ser definidas pelos *limites naturais*.

34 *Enciclopédia Mirador Internacional*, edição da Enciclopédia Britânica do Brasil Publicações Ltda; 1977, vol. 17, pág. 9187.

Objetivamente, as partes assentiram que a Espanha ficasse com a *Bacia do Prata* e Portugal, com a *Bacia Amazônica*, naquilo que já efetivamente ocupavam nessas regiões. Expressamente definia o Tratado: “...pertencerá à *Coroa de Portugal* tudo o que tem ocupado pelo rio das Amazonas ou *Marañon* acima, e o terreno de ambas as margens deste rio, até as paragens que abaixo se dirão” (Art III). Assim, a parte amazônica que Pedro Teixeira, em 1639, até o povoado denominado *Franciscana*, havia tomado posse em nome da *Coroa portuguesa*, foi, em quase toda a sua extensão, reconhecida, pela *Coroa espanhola*, como pertencente ao domínio português; assim, os *limites naturais* definidos, a oeste, em linguagem complexa, repetitiva e sibilina, eram o rio *Guaporé* e o rio *Mamoré*, até à confluência com o rio *Beni*, e, a partir desse ponto, seguia uma geodésica até às cabeceiras do rio *Javari* e, pelo leito deste, até o rio *Amazonas*, seguindo ao longo deste até o seu afluente, o rio *Japurá*, e, ao norte, pela *cordilheira dos Andes* e, por esta, até os montes que a separam dos rios *Orinoco* e o *Amazonas* (V. Mapa IX). Aliás, pelo significado na organização política do espaço amazônico, é importante transcrever aqui as disposições do Tratado de Madri sobre o assunto especificamente quanto aos limites territoriais:

Na parte introdutória:

Por parte da coroa de Espanha se alegava que, havendo de imaginar-se a linha de norte a sul a 370 léguas ao poente das ilhas de Cabo Verde se hão de começar a contar as 370 léguas, ...e consentindo que se comece a contar desde a mais ocidental, que chamam de *Santo Antão*, apenas poderão chegar as 370 léguas à cidade do *Pará* ... e como a coroa de Portugal tem ocupado as duas margens do rio das Amazonas, ou *Marañon*, subindo até a boca do rio *Javari*, ... sucedendo o mesmo pelo interior do Brasil com a internação que fez esta coroa até o *Cuiabá* e *Mato Grosso*. [grifei]

* * *

ART. III

Na mesma forma pertencerá à Coroa de Portugal tudo o que tem ocupado pelo rio das Amazonas, ou Marañon acima, e o terreno de ambas as margens deste rio até as paragens, que abaixo se dirão;

como também tudo o que tem ocupado no distrito de Mato Grosso, e dele para a parte do oriente ... [grifei]

* * *

ART. VII

Desde a boca do Jauru pela parte ocidental prosseguirá a fronteira *em linha reta até a margem austral do rio Guaporé* de frente da *boca do rio Sararé* que entra no dito Guaporé pela sua margem setentrional; com declaração que se os comissários, que se hão de despachar para o regulamento dos confins nesta parte, na face do país, acharem entre os rios Sierra, e atravessa missão do Moxos, e *formam juntos o rio chamado da Madeira* que entra na das *Amazonas* ou Marañon, pela sua margem austral. [grifei]

ART. VIII

Baixará pelo *álveo destes dois rios, já unidos*, até a paragem situada em *igual distância do dito rio Amazonas* ou Marañon, e da *boca do dito Mamoré*; e desde aquela paragem continuará por *uma linha leste-oeste até encontrar com a margem oriental do Javari até onde desemboca no rio das Amazonas pela sua margem austral*; e baixando pelo álveo do Javari até onde desemboca no rio das Amazonas ou Marañon prosseguirá por *este rio abaixo até a boca mais ocidental do Japurá* que deságua nele pela margem setentrional. [grifei]

* * *

ART. IX

Continuará a fronteira pelo *meio do rio Japurá*, e pelos mais rios que a ele se ajuntam, e que mais se chegarem ao rumo do norte, até encontrar o *alto da cordilheira de Montes que mediam entre o rio Orenoco e o das Amazonas* ou Marañon; e prosseguirá pelo *cume destes montes para o oriente até onde se estender o domínio de uma e outra Monarquia*. As pessoas nomeadas por ambas as Coroas para estabelecer os limites, conforme o prevenido no

presente artigo, terão particular cuidado de assinalar a fronteira nesta parte, *subindo pelo álveo da boca mais ocidental do Japurá*; de sorte que se deixem cobertos os estabelecimentos que atualmente tiverem os portugueses nas margens deste rio e do Negro, como também a comunicação ou canal de que se servem entre estes dois rios; e que se não dê lugar a que os espanhóis com pretexto ou interpretação alguma, possam introduzir-se neles, nem na dita comunicação; nem os portugueses subir para o rio Orenoco, nem estender-se para as províncias povoadas por Espanha, nem para os despovoados que lhe hão de pertencer conforme os presentes artigos; para o qual efeito assinalarão os limites pelas Lagoas e Rios, endireitando a linha na raia, quanto puder ser, para a parte do norte, sem reparar no pouco mais ou menos que fique a uma ou outra Coroa, contanto que se logrem os fins expressados. [grifei]

ART. X

Todas as ilhas que se acharem em qualquer dos rios por onde há de passar a raia, conforme o prevenido nos artigos antecedentes, pertencerão ao domínio a que estiverem mais próximos em tempo seco.

* * *

ART. XIV

e também cede *todas e quaisquer povoações e estabelecimentos que se tenham feito por parte de Espanha no ângulo de terras compreendido entre a margem setentrional do rio Ibicuí e a oriental do Uruguai*, e as que possam ter-se fundado *na margem oriental do rio Pepiri e a aldeia de Santa Rosa, e outra qualquer que se possa ter estabelecido por parte de Espanha na margem oriental do rio Guaporé*. E Sua Majestade Fidelíssima cede na mesma forma à Espanha todo o terreno que corre desde a boca ocidental do rio Japurá, e fica entre meio do mesmo rio e do das Amazonas ou Marañon, e toda a navegação do rio Izá, e tudo o que se segue desde este último rio para o ocidente com a aldeia de S. Cristóvão, e outro qualquer que por

parte de Portugal se tenha fundado naquele espaço de terras; fazendo-se mútuas entregas com as qualidades seguintes:

* * *

ART. XXVI

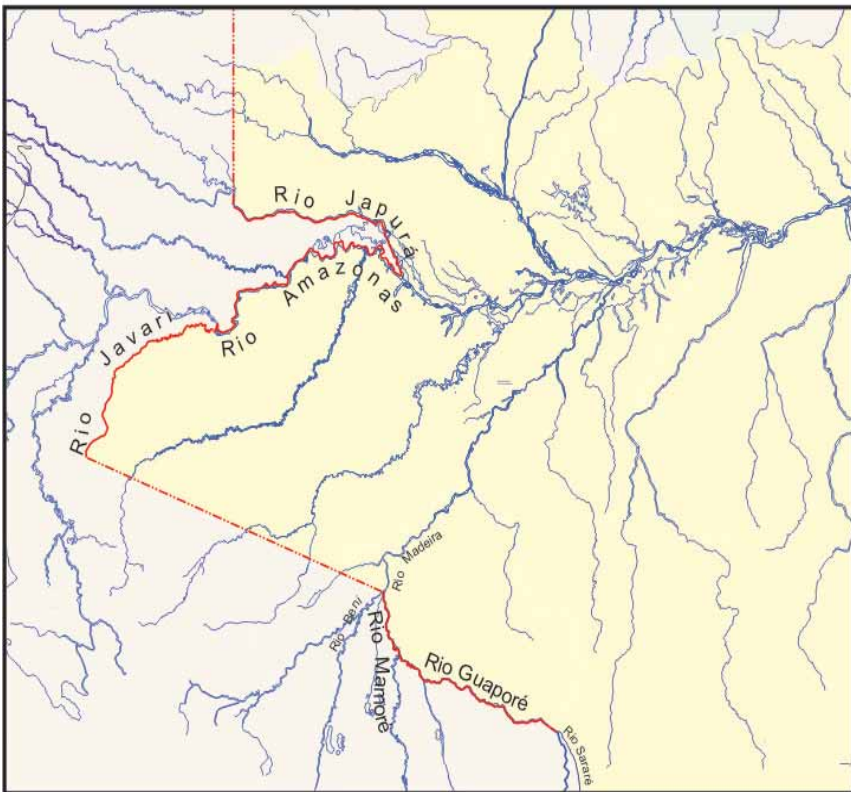
Este tratado, *com todas as suas cláusulas e determinações será de perpétuo vigor entre as duas Coroas*; de tal sorte que, ainda em caso (que Deus não permita) que se declarem guerra, ficará firme e invariável durante a mesma guerra e depois dela, sem que nunca se possa reputar interrompido nem necessite de revalidar-se.” [grifei]

Comissões foram constituídas para dar cumprimento ao Tratado, inclusive fazer as *demarcações*. Isso ocorreu já no período em que *Sebastião José de Carvalho e Melo*, o *Marquês de Pombal*, assumiu de fato o comando do império português. Foi no reinado de *D. José I* que sucedeu a *D. João V*, a partir de *7 de setembro de 1750*. É o *Marquês de Pombal* que passa a partir de então a definir os rumos da política de ocupação da Amazônia lusitana.

Muitas dissensões sobrevieram, ainda, na fase executiva do *Tratado de Madri*, que provocaram alterações no seu conteúdo. Essas alterações se consubstanciaram no *Tratado de Pardo*, celebrado em 12 de fevereiro de 1761, que declarou nulo o *Tratado de Madri*; no *Tratado de Santo Ildefonso*, de *outubro de 1777*, e no segundo *Tratado de Pardo*, em 1778. Esses tratados não puderam, entretanto, revogar o que havia sido acordado pelo *Tratado de Madri* que passou a ser reconhecido como o *marco geopolítico* que definiu a soberania de Portugal sobre a Amazônia, no sentido de leste a oeste. A redefinição dos espaços geopolíticos entre Espanha e Portugal no continente americano é atribuída ao gênio diplomático do brasileiro *Alexandre de Gusmão* que, por sua competência e trabalhos realizados, é, por muitos, proclamado como o *patriarca da diplomacia brasileira*.

MAPA IX

Limites definidos pelo Tratado de Madri de
1750 na área da Amazônia



.....

Capítulo 14

A SOBERANIA PORTUGUESA SOBRE A AMAZÔNIA

A

14.1. O absolutismo da monarquia portuguesa

PRIMEIRA metade do século XVIII foi marcada na história de Portugal pelo longo reinado de *D. João V* que se estendeu de 1707 a 1750. O *despotismo*, o *anticlericalismo* e a *Inquisição* passaram a caracterizar o Governo português. *D. João V* era o *Rei-Sol português*, cuja corte teve seu fausto sustentado pelo ouro retirado do Brasil. O palácio de *Queluz* era uma réplica de *Versalhes*, cujos tetos e pisos foram construídos com madeiras retiradas da mata amazônica.

Logo após a assinatura do *Tratado de Madri*, assume o trono português *D. José I*, no dia 7 de setembro de 1750. Para ocupar o cargo de Secretário de Negócios Estrangeiros e da Guerra, *D. José* nomeou *Sebastião José de Carvalho e Melo*, o *Marquês de Pombal*, que por cerca de três décadas, exerceria o comando pleno do império português. Homem autoritário, com larga experiência adquirida nas funções que exerceu perante outras cortes europeias, *Pombal* estava preparado para implementar nas colônias a concepção política que tinha, como filosofia de governo: o *absolutismo*, na gestão do Estado; o *anticlericalismo*, nas relações com a Igreja; e o *mercantilismo*, como modelo de política econômica.

Coube a ele, também, dentro dessa filosofia de Governo, dar cumprimento ao *Tratado de Madri*, no que dizia respeito aos interesses de Portugal. Sob esse complexo ideológico, *Pombal* considerou algumas peculiaridades que havia nas relações entre a Igreja e o Estado em Portugal; as interações entre as duas entidades, mais do que uma união, eram até mesmo promíscuas. Pelo *absolutismo*, só o Rei tinha o domínio sobre os bens da nação; daí dizer-se que, em verdade, na visão weberiana, tratava-se de um *Estado patrimonialista*.

A partir dessa concepção, a Igreja não possuía bens; estes pertenciam ao Rei que assumia inclusive a responsabilidade pela arrecadação do *dízimo* que os fiéis deveriam recolher durante as celebrações litúrgicas. O governo arrecadava e aplicava o *dízimo*, remunerando bispos e párocos, construindo templos. Enfim, toda a organização e ação da Igreja era paga pelo Estado português. Como consequência desse amplo poder, o governo português passou, também, a *criar dioceses e paróquias* e nomear seus respectivos titulares. Era o *Padroado Real*, instituição própria de Portugal e suas colônias.

O *mercantilismo*, por sua vez, também tinha em Portugal suas peculiaridades; era o chamado “*exclusivo colonial*”, pelo qual as colônias somente podiam vender seus produtos no mercado português. No tempo de *Pombal*, essa obrigação tornou-se mais estreita ainda, pois a venda dos produtos coloniais somente podia ser feita para a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada por alvará de junho de 1755.

14.2. O totalitarismo português exercido sobre a Amazônia

Como medida inicial, entendeu *Pombal* que a administração da soberania portuguesa sobre a Amazônia deveria ser feita *diretamente pela Coroa portuguesa*, portanto, sem qualquer vinculação com o Estado Brasileiro. Com esse objetivo, reestruturou o *Estado do Maranhão e Grão-Pará* que, a 31 de julho de 1751, passou a denominar-se *Estado do Grão-Pará e Maranhão*, tendo por sede a cidade de Belém. A mudança na denominação e na sede do *Estado do Maranhão e Grão-Pará* tinham a finalidade de melhor evidenciar o *sentido amazônico* da nova política. O centro de decisão passava, então, a ser a cidade de Belém.

A importância que a Amazônia passou a ter para Portugal evidenciou-se, ainda mais, quando o *Marquês de Pombal* decidiu nomear para governador do *Estado do Grão-Pará e Maranhão* seu irmão *Francisco Xavier de Mendonça Furtado*, a 19 de abril de 1751.

Essa política de fortalecimento da ação do Estado português na Amazônia evidenciou-se, ainda, com a criação da *Capitania de São José do Rio Negro*, em 3 de março de 1755. A sede da capitania deveria ser na *Vila Nova de São José do rio Javari*, porém, *Mendonça Furtado*, por motivos estratégicos, preferiu sediá-lo no rio Negro, em *Mariuá*, que passou a chamar-se *Vila de Barcelos*.

A missão principal de *Mendonça Furtado* era promover a *demarcação dos limites* entre os territórios português e espanhol na Amazônia, definidos pelo *Tratado de Madri*. Com essa finalidade, em 1752, foi nomeado também Primeiro Comissário, nos termos preconizados pelo referido *tratado*. Para dar cumprimento à sua missão, *Mendonça Furtado* organizou uma grande expedição, a maior desde a de *Pedro Teixeira*, que deveria encontrar-se com a expedição espanhola, chefiada por *D. José Iturriaga* e fazer a demarcação ao longo dos rios Madeira, Javari, Negro e Japurá. Levava consigo especialistas e técnicos que deveriam fazer a demarcação física.

Mendonça Furtado dirigiu-se para *Mariuá*, deixando o governo em mãos do bispo *D. Miguel Bulhões*. Esperou o representante espanhol, *D. José Iturriaga*, por dois anos. Este, porém só chegou em 1759, quando *Mendonça Furtado* já se achava em Portugal. O longo tempo em que aguardara o representante espanhol, levou *Mendonça Furtado* a adotar uma série de medidas com o objetivo de consolidar a colônia portuguesa. As mais importantes foram as referentes ao *povoamento*, já que a Região se achava em franca decadência, provocada principalmente por uma epidemia de varíola que teria levado à morte cerca de *40 mil pessoas*, no período de *1743 a 1750*. Por isso mesmo, logo em 1752, promoveu a vinda para a Amazônia de 430 imigrantes açorianos, que foram fixados em Macapá, Ourém e Bragança.

14.3. O conflito entre o governo português e os missionários na Amazônia

Quando o governo português assumiu a plena soberania sobre a Amazônia, deparou-se com uma situação que já vinha ocorrendo, havia

mais de uma centúria, que era a ação do missionário, principalmente os jesuítas, junto às populações indígenas. O regime monárquico português tinha uma visão diferente quanto à forma de atuar em relação ao gentio; seu objetivo era escravizá-lo para tê-lo como mão-de-obra a serviço do processo de colonização, com o que não concordava o missionário de forma nenhuma; essa divergência deu origem a um conflito grave com a Igreja, sobretudo, com os inácianos.

Para compreender bem as características desse conflito é necessário lembrar que na época havia uma profunda união entre a Igreja e o Estado que resultava naturalmente numa invasão de atribuições entre as duas entidades: a Igreja compartilhava e às vezes até assumia o poder temporal; o Estado, por sua vez, nomeava bispos, párocos e missionários. Havia, portanto, uma imbricação de ações entre as duas entidades com efeitos perversos para cada uma.

Além disso, dentro da própria Igreja, havia uma dissociação entre a *ação dos missionários* que atuavam em nome de suas respectivas ordens religiosas e os bispos *diocesanos*, em geral designados de comum acordo com a Coroa. Essa situação conflitual configurou-se de forma mais ostensiva, no período de 1749 a 1758, quando o bispo do Grão-Pará era *D. Frei Miguel Bulhões e Sousa*. Esse bispo teve uma atuação francamente hostil aos missionários, principalmente os jesuítas, em favor de cuja expulsão formalmente se manifestou.

O problema mais grave, em torno do qual os desentendimentos entre o Estado português e a Igreja se tornaram incontornáveis, adveio sobre os *aldeamentos indígenas*, nos quais as ordens religiosas não admitiam a intervenção dos governantes portugueses porque estes sempre falavam em nome dos colonos portugueses que queriam o indígena aldeado e pacífico para torná-lo escravo. A mão-de-obra indígena era considerada indispensável para a prática do extrativismo dos produtos regionais, cuja tecnologia de exploração só índio conhecia, após milênios de atuação no meio amazônico. Era, portanto, uma exigência do *mercantilismo*.

Ao longo do processo de ocupação e colonização da Amazônia, o conflito entre as autoridades portuguesas e as ordens missionárias assumia conotações bem diferentes, sobretudo diante das atuações dos jesuítas. Ainda nos primeiros tempos da colonização, a Companhia de Jesus assumiu uma

missão eminentemente *profética*, sob a liderança do Pe. *Antônio Vieira* que nos seus sermões e cartas não temeu profligar e denunciar a escravidão dos povos indígenas e o grave pecado que se praticava com esse procedimento. Seus sermões são verdadeiras catilinárias contra os poderosos, inclusive reis e outros membros da realeza. Por isso mesmo, sofreu muito; foi expulso mais de uma vez do Brasil.

Esse período das missões, que os historiadores denominaram de *Profético*, mudou radicalmente com a promulgação do *Regimento das Missões*, a 21 de dezembro de 1686. Vieira ainda vivia, mas estava destituído de todo e qualquer poder sobre as missões. Os historiadores, em geral, denunciam que a ação missionária dos jesuítas mudou inteiramente a partir do novo Regimento. Sua atuação passou a ser de leniência e até conivência com a prática de escravidão indígena. E mais, teria tornado os aldeamentos indígenas verdadeiras *empresas extrativistas* que usavam mão-de-obra escrava.

Essa nova postura criou necessariamente um conflito com as autoridades portuguesas, conflito que chegou ao seu auge com o governo do *Marquês de Pombal* que, com seu irmão *Mendonça Furtado*, decidiu intervir, fosse para salvaguardar a autoridade despótica que exercia sobre a Região, fosse para reorientar o *extrativismo* dos aldeamentos no sentido do *mercantilismo*, que presidia toda a filosofia econômica portuguesa.

A 3 de março de 1755 foi assinada a Carta Régia criando a *Capitania de São José do Rio Negro*, cuja sede era *Mariuá*, vila que depois passou a denominar-se *Barcelos*. A nova Capitania era a origem do hoje Estado do Amazonas, ato que indicava a determinação geopolítica de *Pombal* de ocupar efetivamente a Amazônia.

Em 6 de junho de 1755 foi promulgada a lei, assinada pelo Rei e pelo Marquês de Pombal, sobre a liberdade dos índios, dizendo expressamente: “... porque há por bem restituir aos Índios do Grão-Pará e Maranhão a liberdade das suas pessoas, bens e comércio na forma que se declara”.³⁵ Como se observa, o objetivo principal na nova lei era proclamar a liberdade dos índios, retirando-o, portanto, de qualquer sujeição destes às ordens religiosas.

35 Moreira Neto, Carlos de Araújo, *História da Igreja na Amazônia*, capítulo VI, Editora Vozes, pág. 220.

Por isso mesmo, logo no dia seguinte, a 7 de junho de 1755, foi baixado o Alvará que subtraía “inteira e absolutamente o poder temporal dos missionários de qualquer Religião por incompatível com as obrigações do sacerdócio...”.³⁶ Estava assim abolido o *Regimento das Missões de 1686* que regulava a atuação missionária e das respectivas ordens religiosas na Amazônia.

Em 3 de maio de 1757, *Mendonça Furtado* promulgou um novo estatuto do índio, criando, assim, condições legais para a substituição dos missionários. O novo estatuto foi denominado: “*Diretório que se deve observar, nas povoações dos índios do Pará e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*”.³⁷

Um aspecto importante dos atos de intervenção de *Pombal* na Amazônia foi sua preocupação geopolítica com a *lusitanização* da Região; com esse objetivo mudou as denominações dos núcleos urbanos em formação na Amazônia, substituindo-as por nomes portugueses – *Óbidos, Faro, Alenquer, Santarém*, etc. Mais importante, ainda, foi a lei que incentivava a miscigenação entre índios e portugueses. Os soldados ou colonos que se unissem em matrimônio com as populações indígenas receberiam terras, dinheiro, armas, instrumentos agrícolas e não podiam, por isso, sofrer infâmia. Essa orientação originou, não só a miscigenação racial, mas também a formação de novos padrões culturais que se exprimem, ainda hoje, sobretudo, na figura do *caboclo amazônico*.

14.4. O mercantilismo português na amazônia. A expulsão dos jesuítas

O ponto culminante, entretanto, da ação de *Pombal* na Amazônia veio através do *Alvará de 3 de setembro de 1759* que determinou a *interdição das ações dos missionários jesuítas na Região e o seqüestro dos seus bens*.³⁸ No ano seguinte, foram os jesuítas removidos compulsoriamente para Portugal. Partiram de Belém 115 missionários. Ao chegarem, muitos ficaram prisioneiros, até o final do governo pombalino em 1776. As demais

36 Moreira Neto, Carlos de Araújo, *ob. cit.*, pág. 221.

37 Moreira Neto, Carlos de Araújo, *ob. cit.*, pág. 221.

38 Moreira Neto, Carlos de Araújo, *ob. cit.*, pág. 225.

ordens religiosas de alguma forma procuraram acomodar-se ao despotismo do governo pombalino.

A expulsão dos jesuítas, porém, não é, apenas, a exacerbação de um conflito religioso; no seu fundamento maior, repita-se aqui, está a questão da *política econômica pombalina*. Os *aldeamentos indígenas* eram verdadeiros centros de exploração extrativista, sobretudo da pesca e dos produtos vegetais. Os jesuítas e os aldeamentos missionários que formavam não orientavam sua ação empresarial pela *ordem econômica mercantilista*, isto é, os resultados empresariais que obtinham eram sempre revertidos e reinvestidos na empresa extrativista, ou seja, em favor da comunidade indígena.

Ora, a *ordem econômica do mercantilismo* português caracterizava-se:

a) pela cega obediência ao *absolutismo*, segundo o qual o rei era senhor de todos os bens que existiam em seu reino e, por consequência, da produção respectiva: era uma economia estatal de caráter monopolista;

b) esse monopólio econômico na Amazônia era exercido pela *Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão*, criada por Pombal, em 1755;

c) tinha essa Companhia o direito exclusivo da navegação, do tráfico de escravos e da compra e venda de produtos da colônia;

As autoridades portuguesas, no exercício pleno da soberania sobre a Amazônia, a partir do *Tratado de Madri*, bem como os colonos, não aceitavam a exclusão dos *aldeamentos indígenas* desse monopólio mercantilista da produção. Além disso, o modelo organizacional dos *aldeamentos indígenas* apoiava-se na concepção religiosa das ordens missionárias, no sentido de não permitir a escravidão do índio. Embora muitos historiadores falem que nos aldeamentos também existia a escravização, confirmam todavia que ela não tinha conteúdo violento como era praticada pelo colono; e nem era generalizada.

Os *aldeamentos indígenas* eram, assim, um refúgio para o índio sempre ameaçado de extermínio ou de violenta escravização pelo colono português. Este, por sua vez, havia largado tudo na sua terra, para aqui se estabelecer. Ao verificar que não tinha o domínio das tecnologias indispensáveis à exploração extrativista, nem sabia onde melhor poderia praticar essa

exploração, o colono literalmente sentiu-se totalmente perdido na imensidão do mundo amazônico.

Pombal, com poderes ditatoriais, não teve dúvidas de que o remédio que se impunha aplicar era afastar o grande obstáculo que se antepunha à ordem econômica que havia decidido aplicar na Região: *expulsar o missionário para que pudesse criar na Região uma economia que pudesse ser usufruída pelo Estado português.*

.....

Capítulo 15

A GEOPOLÍTICA PORTUGUESA PARA A AMAZÔNIA NO FINAL DO SÉCULO XVIII E A CRIAÇÃO DO ESTADO DO GRÃO-PARÁ E RIO NEGRO. O GOVERNO DE LOBO D'ALMADA

N

O final dos anos setenta do século XVIII, em 1777, morre o Rei *D. José I* e *Pombal* cai em desgraça, sendo logo exonerado dos cargos que ocupava. Os presos políticos foram anistiados por *D. Maria I*. *Pombal* foi processado por abuso de poder e condenado, em janeiro de 1780. Atendendo a sua idade avançada, foi banido para sua quinta, onde morreu em 1782.

Na Amazônia, ainda em agosto de 1772, *Pombal* dividiu o *Estado do Grão-Pará e Maranhão* em dois outros: o de *Maranhão e Piauí* e o do *Grão-Pará e Rio Negro*. A partir de então a Amazônia passou a ter um governo próprio e exclusivo, diretamente vinculado ao governo português. Em 1780, assumiu o governo do *Estado do Grão-Pará e Rio Negro* o capitão-general *João Pereira Caldas* que deu os primeiros passos para a criação de uma economia amazônica estável: incentivou o preparo de manteiga de tartaruga, implantou uma olaria, uma fábrica de tecidos de algodão e novos engenhos para produção de aguardente de cana.

Em abril de 1784, entra no cenário do governo português o líder que iria incentivar objetivamente a economia amazônica: o brigadeiro

Manuel Gama Lobo d'Almada; inicialmente atuou nos trabalhos relativos à demarcação de limites com a Espanha. Em 1788 assumiu o governo da capitania de *São José do Rio Negro*. Em 1792 mudou a sede da capitania de *Barcelos* para o *Lugar da Barra*, que seria depois a cidade de Manaus.³⁹

Lobo d'Almada é proclamado pelos estudiosos da história da Amazônia como um homem de visão, que praticou ações voltadas para o desenvolvimento da economia regional. É, assim, que é reconhecido pelos técnicos e amazonólogos que, em 1955 elaboraram o *I Plano de Valorização da Amazônia*. Lobo d'Almada procurou diversificar a economia de base exclusivamente extrativista, incentivando a *agricultura* do arroz, do café, da cana, do algodão, do cacau, do tabaco, da mandioca, da pimenta, do cânhamo. Incentivou a *pecuária* nos campos gerais da região do *rio Branco*, que se tornou um pólo de produção de gado.

Lobo d'Almada faleceu no final do século XVIII, a 27 de outubro de 1799. Na Amazônia, seu governo exprimiu a marca de um líder progressista, cuja estratégia de ação, daí por diante, iria orientar a atuação das populações que habitavam a Região que antes se caracterizava exclusivamente pela atividade extrativista.

É também nas duas últimas décadas do século XVIII que a Igreja iria encontrar, no espírito lúcido do bispo *D. Frei Caetano Brandão*, condições para superar a relação conflitual que existia entre as ordens religiosas e o governo diocesano, situação que havia se agravado no meado do século, e chegado ao seu clímax com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal em 1759, ato praticado com a conivência do *Bispo D. Frei Miguel Bulhões e Sousa*. *D. Caetano Brandão* visitou as mais longínquas regiões em que atuava a Igreja; eram as *visitas pastorais*, cujo relato são uma demonstração não só da decadência da ação da Igreja na Amazônia, mas também da pobreza em que viviam as populações.

39 Oliveira, Adélia Engrácia, in *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*, ed. Brasiliense em co-edição com o CNPq, 1983, cap. IV, págs. 210 a 213.

.....

Capítulo 16

A AMAZÔNIA PORTUGUESA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX. DOM JOÃO VI NO BRASIL E A TOMADA DE CAIENA

COM a invasão da Península Ibérica pelas tropas de *Napoleão Bonaparte*, chefiadas pelo general *Junot*, *D. João VI* viu-se na contingência de transferir a sede da Coroa para o Brasil, chegando ao Rio de Janeiro a 7 de março de 1807. A presença de *D. João* no Brasil deu à colônia um novo significado geopolítico que levaria à independência do país 15 anos depois. Ao quadro político referencial não podia ficar indiferente a Amazônia, ou seja a *Província do Grão-Pará e Rio Negro* cujo vínculo de dominação era exercido diretamente pela Coroa de Portugal.

A situação econômica e social da província amazônica na época era de penúria e abandono. As drogas do sertão deixaram de ter o significado econômico que tinham antes. O índio arredio fugiu, floresta adentro, evitando ter de submeter-se à escravidão da empresa colonial. A expulsão dos jesuítas tornou mais difícil os *descimentos*, seguidos dos *aldeamentos indígenas* que sustentavam a economia e a atividade extrativista na Região. A situação do processo colonização, após o período pombalino, era de profunda letargia com uma economia extremamente fragilizada. Sobre esse quadro, o escritor Márcio Sousa afirma:

“O século XIX começava com a Amazônia abandonada e sem perspectivas ... Uma sociedade voltada para o extrativismo para suprir exigências do mercado externo, subordinado a importações para atender as necessidades internas”.⁴⁰

Quando da chegada de D. João VI ao Brasil, continuava o impasse com o governo francês quanto à sua possessão na América do Sul, a *Guiana Francesa*. Pretendiam os franceses estender o território da possessão à foz do Amazonas, envolvendo a área que hoje corresponde ao Estado do Amapá. Chegando ao Brasil, tangido pela avassaladora campanha de Napoleão Bonaparte, D. João decidiu vingar-se do constrangimento a que o ditador francês o havia submetido, invadindo a possessão que seu país tinha no limite com o Brasil.

Com esse objetivo, ordenou ao tenente-general do Pará, *José Narciso de Magalhães Meneses*, que organizasse uma expedição de 600 combatentes. A 8 de outubro de 1808 partiu a expedição em três barcos canhoeiros, uma lancha e um iate, sob o comando do tenente-coronel *Manuel Marques*. A essa frota, D. João negociou com a Inglaterra, em guerra com Napoleão Bonaparte, que se agregasse um apoio inglês. A expedição inglesa era formada por uma corveta e dois brigues portugueses, com 300 combatentes, comandados pelo capitão *James Lucas Yeo*.

A colônia francesa organizou a sua defesa, constituída por 500 combatentes europeus, 200 pardos livres e 500 escravos, sob o comando do comissário imperial francês *Vitor Hughues*. Após duas horas de duros combates, o comissário francês propôs a rendição, que ocorreu a 12 de janeiro de 1809.⁴¹

O tenente-coronel *Manuel Marques* foi nomeado governador militar da Guiana, já promovido a brigadeiro pelos relevantes serviços que havia prestado. Esse domínio da Guiana durou oito anos, ocupada pela gente amazônica. Essa dominação foi encerrada nos termos do art. 107 do *Tratado de Viena*, assinado em Paris a 30 de maio de 1814, que confirmou os limites entre a Guiana Francesa e o Brasil que haviam sido definidos

40 Sousa, Márcio, in *Uma Breve História da Amazônia*, ed. Marco Zero, págs. 72 e 73.

41 Cruz, Ernesto, in *História do Pará*, edição da Universidade Federal do Pará, 1º vol. págs. 145 e 146.

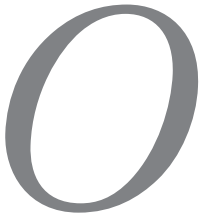
pelo *art. 8º do Tratado Utrecht*, de 11 de abril de 1713. O *Tratado de Viena* dispunha sobre a devolução, aos países de origem, das porções territoriais conquistadas por *Napoleão Bonaparte*. Os limites entre o Brasil e a Guiana Francesa⁴² voltavam a ser aqueles que haviam sido definidos pelo *Tratado de Utrecht* em seu artigo 8º, ou seja, o rio Oiapoque.

42 V. *Enciclopédia Mirador Internacional*, editada pela Enciclopédia Britânica do Brasil Publicações Ltda., 1977, págs. 11009 e 11010.

.....

Capítulo 17

O IDEAL DA INDEPENDÊNCIA NA AMAZÔNIA. A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1821. O HERÓICO PAPEL DE FILIPE PATRONI



MARASMO e a sensação de abandono a que ficou submetida a população amazônica nas primeiras décadas do século XIX geraram uma insatisfação em toda a Região que iria exprimir-se de forma revolucionária nas décadas de vinte e trinta, sustentada por um forte sentimento nativista.

A primeira dessas reações revolucionárias ocorreu em 1821. Sua origem está na *revolução constitucionalista do Porto*, em Portugal, de agosto de 1820. Como é sabido, esse levante armado pretendia que fosse promulgada uma Constituição que acabasse com o *absolutismo da monarquia*, criando um *Estado de Direito*. Esse era, pelo menos, o seu objetivo manifesto. Quando Lisboa aderiu à Revolução, D. João VI decidiu retornar para Portugal, aqui deixando seu filho D. Pedro, como Regente.

A *Revolução do Porto* foi acompanhada com entusiasmo por um jovem paraense, universitário em Coimbra; era *Filipe Alberto Patroni Martins* que, por causa da Revolução, logo decidiu voltar para Belém, onde chegou a 10 de dezembro de 1820. Sua intenção era conseguir que o *Pará aderisse ao movimento revolucionário constitucionalista de Portu-*

gal. Aqui chegando, *Filipe Patroni* conseguiu o apoio de várias lideranças ao movimento constitucionalista, apesar das reações da *Junta Interina de Sucessão*. Ocorria, entretanto, que a população se sentia explorada pelos impostos arrecadados pela Junta, o que abria espaço para que tivesse êxito a pregação cívica de *Filipe Patroni*. Esse quadro evoluiu para uma conspiração revolucionária, com apoio dos regimentos de infantaria de linha, tendo sido marcado um motim para acontecer no dia *1º de janeiro de 1821*, exatamente porque, no primeiro dia de cada mês, as forças armadas se reuniam no largo do Palácio do Governo e a revolução poderia ser deflagrada.

Tudo ocorreu conforme o planejado. Os comandantes militares revoltaram-se e, subindo as escadarias do Palácio do Governo, proclamaram *a adesão do Pará à revolução constitucionalista do Porto*, dando vivas ao rei D. João VI. Foram eleitos novos membros para a Junta Governativa, tendo como presidente *Dom Romualdo Antônio de Seixas*. O sentimento nativista tornou-se vitorioso e a Junta Governativa enviou ao Rio de Janeiro o tenente-coronel *Joaquim Mariano de Oliveira Belo*, para comunicar a D. João VI a mudança do Governo na província.

A Junta Governativa nomeou, então, procurador da província do Pará junto ao Reino, o bacharel *Filipe Patroni* que imediatamente seguiu para Lisboa, acompanhado do Alferes Simões da Cunha. Não demorou, porém, que *Filipe Patroni* percebesse que os propósitos das Cortes Portuguesas em relação ao Brasil não eram sinceros. Seu objetivo era, apenas, forçar a volta de D. João VI para Portugal, evitando, assim, que a sede do Governo continuasse no Brasil. O entendimento dos revoltosos portugueses era que, se o retorno de D. João VI não ocorresse, Portugal iria tornar-se uma colônia do Brasil.

Filipe Patroni insistiu em ser recebido pela Cortes, porém estas não lhe proporcionaram audiência. Segundo o historiador Domingos Antônio Raiol, *Filipe Patroni* somente foi recebido em 22 de novembro de 1821, pelo monarca D. João VI, diante de quem pronunciou um discurso que se tornou célebre pela palavras contundentes com que tratou o rei. Vale a pena transcrever as palavras de *Filipe Patroni*, pelo alto significado geopolítico e em função das quais foi obrigado a retirar-se da presença de Sua Majestade:

“Senhor – Quatro vezes tenho falado a Vossa Majestade. É porém infelicidade, não sei se minha, se da província em que nasci, se dá nação a que pertença, se de Vossa Majestade que a rege; todas as vezes que entro nesta casa, não entro eu para outro fim que não seja acusar o desleixo, a nenhuma energia dos agentes do poder, com que Vossa Majestade tem repartido a autoridade que o povo português lhe há confiado.

“Acredite, Senhor, no que lhe vou expor. Vossa Majestade ainda está cercado de aduladores, de homens que não lhe falam a pura verdade. Toda a gente que o cerca ainda o ilude e engana, comprometendo de tal maneira a honra do chefe da nação. Não se estranhe o que acabo de dizer: eu o provo com um fato assaz palpável.

“Seiscentas vezes tenho reclamado providências para que de uma vez se derroque o montão de males que oprimem a Província do Pará. O Ministério concordou comigo nos meios que conduziam à sua execução, desculpando-se com o Congresso. O Congresso enfim desatou as mãos ao Ministério, decretando em 29 de setembro a criação das Juntas ultramarinas, e nomeação dos governadores das armas: cinquenta dias tem já decorrido, depois que se expediu aquele decreto, e até agora os ministros estão a dormir!!! A charrua Gentil Americana, destinada a navegar para o Pará, está surta no Tejo a fazer despesas à nação, há dois meses!!! Nem se nomeia governador para aquela província; nem se faz partir para lá a charrua! ... É muito desmazelo! ... É muito dormir! ... É pôr os povos do Pará na última desesperação, e contribuir para que eles rompam todos os obstáculos, para se libertarem dos seus tiranos.

“Falemos claro, Senhor, todos querem obedecer à Lei e não ao capricho; todos querem ser bem governados.

“Se um Ministério, pela sua negligência ou despotismo, apresenta um governo tirano, os povos desesperam e sacodem o jugo. Os povos não são bestas, que sofram em silêncio todo o peso, que se lhes impõe. O Brasil quer estar ligado a Portugal; mas se o Ministério do Reino-Unido, pela sua frouxidão, contribuir para consistência e duração da antiga tirania, o Brasil em pouco tempo proclamará a sua independência.

“Estas verdades devem os ministros d’Estado dizer a Vossa Majestade todos os dias; mas infelizmente eles se calam e encobrem seus mútuos descuidos.

“Se eu tiver seis criados, um dos quais seja indolente, se os cinco que restam tiverem notícia e conhecimento da sua inaptidão, ao mesmo tempo que eu o ignoro, deverei porventura, chamá-los criados fiéis e amigos de seu amo? Decerto que não. Eis aqui as circunstâncias em que se acham as secretarias d’Estado. Todo o mundo sabe que o atual ministro da Marinha é inábil. Sua velhice, seu falar, seu gesto, seu andar, tudo inculca o repouso próprio de quem está mais chegado à vida futura. Todos sabem que Torres não é capaz de ocupar o laborioso cargo de secretário d’Estado.

“Seus colegas no Ministério o confessam abertamente; e todavia nada dizem a Vossa Majestade; e entretanto os povos padecem, e o Pará está desesperado! ...

“Desengane-se, Senhor, Vossa Majestade está cercado de servis e aduladores, de homens que lhe não falam a verdade pura, com a franqueza própria do homem honrado.

“Os ministros d’Estado e os conselheiros deviam já ter dito a Vossa Majestade que Torres deve ser demitido; ele já tem sido acusado no congresso por anticonstitucional, por incapaz em uma palavra: é velho, e velho frouxo, não tem energia. Dê-lhe Vossa Majestade sua demissão e ponha em seu lugar um homem cheio de patriotismo, seja de que classe for: um carpinteiro, que seja inteligente, honrado e enérgico pode ser secretário d’Estado; não é preciso que seja almirante, nem conde, nem comendador, nem bispo.

“Faça Vossa Majestade responsáveis todos os seus ministros e conselheiros, quando não lhe falarem verdade, e lhe não insinuarem tudo quanto for a benefício da nação. Em qualquer negócio seja de que natureza for, um secretário d’Estado não pode desculpar sua omissão, por que não é da sua incumbência. O ministro da Fazenda, sabendo que um negócio, na repartição da Marinha, não vai bem, deve participá-lo ao rei, e assim todos os mais ministros. Os secretários e conselheiros d’Estado são os olhos do rei, e o rei é quem

deve vigiar sobre os interesses da nação. Faça Vossa Majestade em tudo responsáveis os ministros e conselheiros; e quando souber que algum deles é servil e adulator, e que lhe não fala verdade com toda a franqueza, mande-o enforcar: doutra maneira não se põem as coisas no seu verdadeiro andamento.

“É este o momento, Senhor, em que Vossa Majestade deve fazer uma experiência sobre todas as verdades que acabo de enunciar.

“As providências requeridas há sete meses para o Pará não se têm dado até agora. Os ministros e conselheiros d’Estado, dizem, uns, que não é isso da sua competência; outros, que não tem havido tempo suficiente, para se elas porem em execução.

“Mande Vossa Majestade uma ordem aos secretários e conselheiros, para que já, já, se nomeie governador das armas do Pará, o qual haja de partir impreterivelmente no dia segunda-feira 26 do corrente, na charrua Gentil Americana, ficando eles responsáveis pela mais pequena demora; e veremos, então, se não há tempo para se dar esta providência, ou se não incumbe a cada um dos ministros e conselheiros d’Estado prestar toda atenção aos interesses da pátria...”⁴³

Depois destas palavras, Patroni foi obrigado a retirar-se da presença do monarca. Decepcionado decidiu, então, regressar a Belém imediatamente, aqui chegando em *janeiro de 1822*. O primeiro passo que adotou foi fundar o jornal *O Paraense*, através o qual passou a pregar a *independência da pátria*. A Junta Governativa, entretanto, reagiu energicamente à pregação de *Filipe Patroni* que, em 25 de maio de 1822, foi preso e recolhido ao Forte do Castelo, sob a alegação de que havia desrespeitado o monarca português, através do discurso que havia pronunciado em Portugal; a seguir Patroni foi removido para Portugal pelo seu desafeto general *José Maria de Moura*.

O jornal *O Paraense* ainda continuou a circular sob a direção do cônego *João Batista Gonçalves Campos*, desenvolvendo forte campanha

43 Raiol, Domingos Antônio, *in Motins Políticos*, edição da Universidade Federal do Pará, 1970, págs. 22 e 23.

contra o general *Moura*. Pregando a independência do Grão-Pará, *Batista Campos*, por isso, também, foi preso, no dia *18 de setembro de 1822*, na Fortaleza da Barra. O jornal continuou a circular sob a direção do cônego *Silvestre Antunes Pereira de Barra*, tendo, porém, encerrado suas atividades em *fevereiro de 1823*. Foram impressos setenta números que retratam, com fidelidade, o sentimento libertário que existia na Província do Pará nos primórdios da década de 20 do século XIX.

.....

Capítulo 18

A ADESÃO DO PARÁ À INDEPENDÊNCIA E SEU SIGNIFICADO GEOPOLÍTICO PARA A AMAZÔNIA



18.1. O movimento nacionalista de abril de 1823

BRASIL já havia proclamado sua independência a 7 de setembro de 1822. Mas a notícia demorou a chegar a Belém. Além disso, como a Província do Grão-Pará e Rio Negro era diretamente vinculada ao Reino de Portugal, pelo menos em tese, não havia ela sido abrangida pela independência proclamada por *D. Pedro I*. A Província do Pará continuava dominada por autoridades portuguesas que promoviam a repressão de qualquer movimento libertário que surgisse na Região.

Foi nesse contexto que *surgiu o movimento nacionalista de abril de 1823*, apoiado pela eleição de novos vereadores, para comporem a *primeira Câmara Constitucional de Belém*, o que provocou a ira do general *José Maria Moura* que praticamente não reconheceu a validade da nova instituição. A pompa com que tomou posse a *Câmara Constitucional*, a 27 de fevereiro de 1823, irritou profundamente o general Moura. Os portugueses, por sua vez, reclamavam que o pleito deveria ser anulado e presas as pessoas que integravam a Junta Provisória e a Câmara. Os portugueses sentiram-se marginalizados diante do governo eleito e o conflito foi aguçando-se mais intensamente.

Eis que nesta época chega a Belém *José Luís Aeroza*, o emissário dos líderes do Brasil Independente, para iniciar conversações com os revolucio-

nários paraenses, visando a obter a adesão do Pará à independência. *Aeroza* contou logo com o apoio do italiano *João Batista Balby*, em cuja residência começaram a ser promovidas as confabulações em favor da independência. As lideranças que foram mobilizadas para participar do movimento de adesão do Pará à independência, contou com a participação de vários personagens que marcaram a História do Pará: *Boaventura da Silva*, o alferes *Domingos Marreiros*, *Antônio Barreto*, *José Mariano de Oliveira Belo*, *Bernal do Couto*, o padre *Jerônimo Pimentel*, *Teodósio Constantino Chermont*, *Manuel Evaristo*, *José Pio*, *Tenreiro Aranha* e tantos outros. O movimento conspiratório infelizmente foi delatado às autoridades portuguesas por dois soldados, o que levou o general Moura a promover a repressão imediata.

Os revoltosos haviam se alojado no convento de *Santo Antônio*, onde foram dominados e presos pelas tropas do general *Moura*. Aqueles que eram militares foram recolhidos à *Fortaleza da Barra*; os civis foram presos na cadeia pública, entre os quais a figura austera de *Bernardo Sousa Franco*, o cônego *Jerônimo Pimentel* e os demais revoltosos. Encerrava-se, assim, melancolicamente, a revolta de *14 de abril de 1823*. Os assessores imediatos do general Moura exigiam a pena de morte para os revoltosos, mas o prelado, *Dom Romualdo Antônio de Seixas*, na qualidade de presidente da *Junta Governativa*, opôs-se a esse ato extremo, conseguindo salvar a vida dos revoltosos.

*

Grande parte dos revoltosos refugiou-se em vários municípios da Província do Pará. Os que se refugiaram na *Freguesia de Muaná*, *José Possidônio Pereira*, *Brás Odorico Pereira* e *João Pereira da Cunha*, buscaram o apoio de um líder político de grande influência na comunidade, *José Pedro de Azevedo*. Continuando a conspirar, decidiram deflagrar um novo motim, o que ocorreu a *28 de maio de 1823*.

O novo movimento, a partir de *Muaná*, proclamou a independência, organizou uma força expedicionária e instituiu uma bandeira própria. As tropas governamentais, comandadas pelo major *Francisco José Ribeiro*, conseguiram dominar os revoltosos doze dias depois, capturando 145 cidadãos, que foram levados para Belém e recolhidos aos porões da fragata *Leopoldina* e da charrua *Gentil Americana*.

*

A 13 de julho de 1823, os prisioneiros políticos, no total 267, foram levados a Lisboa, a bordo da galera *Andorinha do Tejo*. Vários faleceram ao longo da viagem; outros foram vítimas de varíola. Em Portugal foram recolhidos ao forte de *São Julião da Barra*; outros conseguiram voltar para a Província.

18.2. A adesão do Pará à independência

Somente a 15 de agosto de 1823 consumou-se a adesão do Pará à independência. No dia 11 de agosto, chegou ao Pará o capitão *John Pascoe Grenfell*, a bordo do brigue de guerra *Maranhão*. *Greenfell* imediatamente encaminhou ofício do comandante-em-chefe da esquadra imperial, *Almirante Cochrane*, comunicando o bloqueio do porto de Belém e exigindo a imediata adesão da Junta Governativa à independência do Brasil.

O general *Moura*, contando com cerca de 600 soldados, entendeu que deveria resistir. A Junta Governativa, porém, presidida por *Dom Romualdo de Sousa Coelho*, entendeu que esse colegiado deveria ser imediatamente convocado para deliberar sobre o ofício do *Almirante Cochrane*. O povo movimentava-se pelas ruas, manifestando sua adesão à independência. A Junta Governativa reunida, sob o impacto da confusão reinante, *decidiu imediatamente aderir à independência contra o voto do general Moura e de mais um de seus membros*. A decisão foi tomada às 11 horas da noite e o povo veio às ruas, proclamando sua total adesão à decisão da Junta Governativa.

No dia 14 de agosto, o general *Moura* foi preso e recolhido a bordo do brigue *Maranhão*. No dia 15 de agosto, o brigue *Maranhão* deu uma salva de 21 tiros, que foi imediatamente correspondida pela *Fortaleza da Barra*, anunciando a adesão do Pará à independência e a bandeira brasileira foi hasteada em todas as embarcações e fortalezas da cidade. Sucederam-se as novas eleições da Junta Provisória, confirmando-se, assim, o final do domínio português sobre a Amazônia.

18.3. *A revolta de outubro de 1823 e a prisão do cônego Batista Campos*

A eleição da nova *Junta Provisória do Governo* não satisfez o povo paraense, que pleiteava a presidência desse colegiado para *Dom Romualdo de Sousa Coelho* ou para o cônego *Batista Campos*. Exigiu, ainda, a demissão de funcionários e oficiais portugueses. A *Junta de Governo* procurou protelar essas decisões, o que provocou a exaltação do povo que entendia que a Junta estava conivente com as lideranças portuguesas que haviam permanecido na Província. A Junta havia decidido marcar o dia *12 de outubro* para fazer a solene aclamação de *D. Pedro I* como imperador, pois esta era a data do seu natalício.

Várias festividades foram realizadas, como parada militar, sermão e missa na catedral, iluminação feérica da cidade e um baile oferecido pelo Governo às pessoas gradas da Província. A insatisfação, entretanto, era muito grande e na noite *do dia 15 de outubro*, o *1º e 2º Regimento*, juntamente com o *Esquadrão de Calavaria*, foram à luta. Os amotinados exigiam o afastamento dos portugueses dos cargos que ocupavam no governo e também a renúncia do presidente da Junta, *Geraldo José de Abreu*. Foram atendidos em seu pedido e a presidência da Junta passou a ser exercida pelo cônego *Batista Campos*.

Grenfell, porém, acompanhava tudo isso preocupado com a ordem pública. No dia 16 mandou prender as pessoas que altas horas da noite ainda estivessem andando pela cidade. A repressão de *Grenfell* aos amotinados foi ríspida, incluindo a prisão do cônego *Batista Campos*, acusado de responsável pela desordem pública reinante. Decidiu assim, o capitão inglês, amarrar o herói paraense à boca de um canhão de artilharia. Os demais membros da Junta, entretanto, imploraram em favor de *Batista Campos* para que o mesmo não fosse punido com a morte. Acolhido o apelo, *Batista Campos* foi conduzido preso para bordo do brigue *Maranhão*, de onde foi deportado para o Rio de Janeiro e encarcerado na fortaleza de Santa Cruz. Julgado, foi absolvido e retornou ao Pará.

18.4. *A tragédia do brigue Palhaço e os mártires paraenses da independência do Brasil*

As agitações políticas do mês de outubro, chegaram ao seu fim de forma trágica, com a morte de 256 pessoas, entre milicianos e civis que, a

pedido da Junta Governativa, foram recolhidos por ordem de *Grenfell* para bordo do brigue *Palhaço*. A embarcação era comandada neste momento pelo tenente *Joaquim Lúcio de Araújo*, que mandou recolher aos porões todos os prisioneiros. No dia *22 de outubro de 1823*, foram todos cruelmente assassinados, num ato de selvageria, descrito por *Domingos Raiol*, o *Barão de Guajará*, de forma pormenorizada, como um marco da história paraense, a partir daí manchada para sempre, pois os prisioneiros morreram sufocados por grande quantidade de cal, jogado nos porões sob o pretexto de, assim, aplacar a ira dos amotinados.

Domingos Raiol, dizendo ter recorrido a uma “pessoa estranha”, assim descreve essa terrível tragédia:

“Ali, em um dos dias de maior calor neste clima, foram lançados no porão ou em um espaço de trinta palmos de comprimento, vinte de largura e doze de alto, fechando-se as escotilhas e deixando-se apenas aberta uma pequena fresta para entrada de ar. Encerrados ou atochados em tão estreito recinto, esses infelizes, que pertenciam a diversos partidos e cores, que convinha extremar, romperam logo em gritos e lamentos, exasperados pelo calor e falta de ar, que experimentavam; e no meio dessa terrível vozeria, ouviram-se algumas ameaças contra a guarnição de bordo, as quais se deviam considerar como impotentes efeitos da desesperação.

“Pela narração de um dos quatro, que puderam sobreviver à matança, soube-se que os infelizes presos foram instantaneamente acometidos de violentas dores de cabeça e suor copioso, sobrevivendo-lhes uma sede insuportável, e afinal grandes dores de peito. Bradaram diversas vezes por água para saciar a sede que os devorava, e água do rio, salubre e turva, lhes foi lançada em uma grande tina que havia no porão; a ela se arrojaram tumultuariamente, bebendo-a com as mãos, com os chapéus, e de bruços, procurando cada um ser o primeiro neste mister, amontoando-se com violência uns sobre os outros, e tudo na maior sofreguidão e desordem. Alguns caíram sem sentidos, logo depois de beberem a água, e a outros exacerbaram-se as dores, os lamentos, os gritos e as vociferações.

“Diversos foram os meios a que recorreram para mitigar o estado em que se abrasavam, depois que certificaram-se que nada havia que pudesse mover aos seus ferozes guardas, estando eles decididos a vê-los morrer. Puseram-se nus; agitaram o ar com os chapéus e roupas; lançaram-se à tina d’água; atiraram-se ao costado do navio no intento de achar alguma umidade, e no meio desta violenta desordem e frenesi, muitos caíram desfalecidos e inanimados de forças, e alguns deles acabaram espezinhados e comprimidos pelos seus companheiros de infortúnio. Acabando-se a água da tina, que logo se tornou imunda, pediram nova; deu-lhes, porém armando-se uma furiosa contenda sobre quem primeiro beberia, os mais fracos foram derrubados e sucumbiram pouco depois. A água ainda não pôde matar a sede dos que a puderam beber; devorava-os uma febre ardente, que crescia com espantosa rapidez. Após dela seguiu-se um violento frenesi, sucedido logo por acessos de raiva e furor que os levou a lançarem-se uns contra os outros, e darem-se reciprocamente punhadas e a se dilacerarem com as unhas e com os dentes, entre gritos, ameaças e horríveis vociferações.

“A bárbara guarnição do navio que presenciava tudo isto, e que com um sorriso infernal comprazia-se de ver aquela horrorosa cena de desesperação e furor, dirigiu alguns tiros de fuzil para o porão e deram dentro uma grande porção de cal, cerrando-se logo a escotilha e ficando o porão hermeticamente fechado, a pretexto de que por este meio atroz se aplacaria o motim, e os presos ficariam sossegados. Por espaço de duas horas ainda se ouviu um rumor surdo e agonizante que foi extinguindo aos poucos, e às três horas de encerramento completo, que foi ao escurecer, reinou no porão o silêncio dos túmulos!

“Eram sete horas da manhã do dia 22, quando se correu a escotilha do navio em presença do comandante ... E o que viu ele? ... Um montão de duzentos e cinqüenta e dois corpos, mortos, lívidos, cobertos de sangue, dilacerados, rasgadas as carnes, com horrível catadura e sinais de que tinham expirado na mais longa e penosa agonia.

“Arrojados os corpos na lancha do navio, foram levados para a margem do rio, no sítio chamado Penacova, e aí sepultados em uma

grande vala, que para isso se abriu: e passando-se a recolher de novo o porão, encontraram-se entre as cavernas quatro corpos que ainda respiravam, os quais sendo expostos ao ar livre, em poucos momentos recobriram a vida, três deles, para sucumbirem dentro de poucas horas no hospital, e o quarto para passar uma existência molesta e definhada, tornando-se valetudinário na idade de vinte anos.” (págs. 50 e 51)⁴⁴

44 Raiol, Domingos Antônio, *ob. cit.*, págs. 50 e 51.

.....

Capítulo 19

AS FORTIFICAÇÕES: MARCOS DA SOBERANIA PORTUGUESA SOBRE A AMAZÔNIA

N

A estratégia de ocupação da Amazônia, os portugueses consideraram necessário consolidar politicamente o seu domínio, através da implantação de *fortificações*, com o objetivo, não só de *defender* o território ocupado, mas também de promover a *dissuasão* de quaisquer tentativas contestatórias à sua dominação. Não só de estrangeiros – ingleses, irlandeses, espanhóis, holandeses e franceses – mas também para conter a rebeldia das populações indígenas.

Num levantamento feito pela antropóloga *Adélia Engrácia de Oliveira*, indicando a ordem cronológica dessas *fortificações*, pode-se visualizar a evolução da preocupações geopolíticas do conquistador português.

Excluindo-se do levantamento mencionado as *fortificações* implantadas no Maranhão, porque não tinham qualquer objetivo geopolítico explícito em relação à Amazônia, podem-se identificar na estratégia da ocupação da Região os *grandes eixos geográficos* da dominação aos quais o governo português deu um *sentido militar*. A abrangência geográfica desses grandes eixos, praticamente, estende-se a toda a Amazônia.

A sistematização espacial dessas fortificações permite a identificação dos seguintes *grandes eixos* (V. *mapa X*):

- a) *o eixo do braço direito da foz do Amazonas, ao longo do Rio Pará, da foz do rio Tocantins, do rio Guamá e da baía do Guajará, estendendo-se pela costa atlântica paraense, conhecida como a Região do Salgado;*
- b) *o eixo do braço norte da embocadura do Amazonas, estendendo-se pela costa atlântica, até à foz do Oiapoque; é a região que compreende hoje o Estado do Amapá;*
- c) *o eixo do rio Amazonas, do começo da sua embocadura à altura da foz do rio Xingu, até a foz do rio Javari, no limite com o Peru;*
- d) *o eixo do rio Negro e seu afluente, o rio Branco;*
- e) *o eixo do rio Tocantins-Araguaia;*
- f) *o eixo do rio Madeira, continuando pelo seu afluente Mamoré e pelo rio Guaporé;*

19.1. As fortificações do braço direito da foz do Amazonas

Essas fortificações começaram a ser implantadas logo que os portugueses decidiram ocupar a Amazônia, aqui chegando a 12 de janeiro de 1616, sob o comando de *Francisco Caldeira Castelo Branco*. Ao chegarem à baía do Guajará, ocuparam suas margens e aí fundaram o forte do Presépio e uma povoação à qual deram o sugestivo nome de *Feliz Lusitânia* e entregaram à proteção de *Nossa Senhora de Belém*. O forte do *Presépio* recebeu esse nome em homenagem ao dia da partida da expedição de São Luís do Maranhão, o dia de Natal de 1615.

O objetivo imediato do forte do *Presépio* era servir como base para a expulsão de holandeses, irlandeses, ingleses da foz do Amazonas, e também expulsar as populações indígenas das áreas que oferecessem resistência à ocupação. Esses objetivos foram cumpridos com rigor e eficácia, pois no meado do século XVII, os estrangeiros já haviam sido expulsos e os indígenas, dominados ou expulsos e, em grande parte, cruelmente exterminados.

Registre-se, porém, que antes da implantação do *forte do Presépio*, os portugueses já haviam assinalado a sua presença em território amazônico, com a construção em 1615 do *Fortim do Caeté*, em uma ilha próxima à foz do rio Caeté, hoje município de Bragança.

O *Forte do Presépio* tornou-se de fato o núcleo polarizador do *eixo das fortificações* de que fazia parte, pois quase todas as demais que nessa

área foram implantadas guardavam com ele uma relação de complementaridade.

Assim, ainda na segunda metade do século XVII e no século XVIII, foram implantados:

- em 1665, o forte de *São Pedro Nolasco*, também chamado *Forte das Mercês*, às margens da baía do Guajará, onde hoje é o cais do porto de Belém;
- em 1685, a fortaleza de *Nossa Senhora das Mercês da Barra*, próxima de Val-de-Cães, para guardar o canal da Barra;
- no século seguinte, foi construído em 1708, o forte do *Santo Cristo do Castelo de São Jorge*; essa fortificação foi construída sobre as ruínas do *forte do Presépio* que era de taipa;
- em 1738, foi erigido o *Forte da Barra*, localizado numa ilha, próximo à fortaleza de *Nossa Senhora das Mercês da Barra*; seu papel era auxiliar esta fortaleza;
- em 1771, foi construído o *Reduto* ou *Bateria de São José*, ao lado do convento dos capuchos de Santo Antônio, para complementar a atuação do forte das *Mercês*;
- em 1791, foi construída a bateria de *Santo Antônio*, localizada entre o *Reduto de São José* e o *Forte das Mercês*;
- em 1793, foi construído o forte da *Ilha dos Periquitos*, localizado próximo ao forte da *Barra*, com a função também de guarnecer o canal da Barra;
- ainda na mesma época, foi construída a *Bateria de Val-de-Cães*, também para apoiar a fortaleza da *Barra*;
- mais distante de Belém foi construído, em 1725, o *Forte do Rio Guamá*, na área onde hoje se situa a cidade de Ourém, com a finalidade de proteger a estrada que, a partir desse ponto, dava acesso ao Maranhão.

19.2. As fortificações do eixo do braço norte da foz do Amazonas

Compreende a região do hoje Estado do Amapá que, ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, foi insistentemente disputada com os *franceses*. Nesse período, foram construídos:

- em 1660, o *Forte do Araguari*, à margem do rio de mesmo nome, para proteger os missionários franciscanos que ali estavam;
- em 1686, foi construída a *Fortaleza de Santo Antônio de Macapá*, sobre as ruínas do *Forte de Camaú*, construído pelos ingleses;
- em 1688, foi implantado o *Forte do Batabouto*, na confluência do rio de mesmo nome com o rio Araguari.
- em 1738, foi construído o *Reduto de Macapá* com objetivo de observar a movimentação dos franceses;
- entre 1761 e 1782, foi construída a fortaleza de *São José de Macapá*, na mesma área em que havia sido instalado o *Reduto de Macapá*; seu papel era afastar os franceses da região do Amapá;
- em 1761, foi instalada a *Vigia do Curiaú*, na confluência com o Amazonas, abaixo de Macapá;

No século XIX, em 1802, foi implantada a *Vigia da Ilha de Bragança*, com a finalidade de auxiliar a *Fortaleza de Macapá*.

19.3. As fortificações ao longo do eixo do rio Amazonas

Essas fortificações exprimem uma constante preocupação das autoridades portuguesas durante o processo de ocupação da Amazônia. Para o português, a ocupação da Amazônia, depois de haver sido definida em torno dos dois braços que formam a sua embocadura, deveria estender-se pelas margens do grande rio. Assim:

- sete anos após ter sido instalado o *forte do Presépio*, em 1623, foi implantada a *Fortaleza de Santo Antônio do Gurupá*, à margem direita do rio Amazonas, exatamente na área em que se bifurcam os braços que formam a embocadura do grande rio; o local era o mesmo onde os holandeses haviam implantado o *Forte de Mariocai*, onde hoje está a cidade de Gurupá;
- em 1638, foi implantada o *Forte do Desterro*, na área onde hoje se situa a cidade de Monte Alegre;

- em 1638, ainda, foi construído o fortim do *Tueré*, na foz do rio do mesmo nome, à margem esquerda do rio Amazonas;
- em 1697, foi implantada a *Fortaleza do Tapajós*, na confluência do rio do mesmo nome com o rio Amazonas, onde mais tarde foi erguida a cidade de Santarém;
- entre 1698 e 1758, foi implantada a *Fortaleza dos Pauzis* que, a partir de 1758, passou a chamar-se *Fortaleza de Óbidos*, lugar onde surgiu a cidade do mesmo nome, muito conhecido por sua importância estratégica, por ser a parte mais estreita do rio Amazonas;
- em 1710, foi construído o *Forte do Paru*, próximo à foz do rio do mesmo nome, à margem esquerda do Rio Amazonas;
- em 1770, foi implantado o *Forte de São Francisco Xavier*, próximo à foz do rio Javari, em torno do qual surgiu a povoação de Tabatinga.

19.4. As fortificações do eixo do rio Negro e rio Branco

Essas fortificações foram implantadas para garantir a dominação portuguesa contra os interesses espanhóis, na região oeste e noroeste da Amazônia. Assim, ainda no século *XVII*, em 1669, foi construído o forte de *São José do Rio Negro*, na foz do rio do mesmo nome. Em torno desse forte iria surgir mais tarde a cidade de Manaus. Essa reação ostensiva à penetração espanhola tornou-se, obviamente, mais evidente após o *Tratado de Madri*, quando não mais sentiam os portugueses quaisquer limitações ou constrangimentos em garantir a sua soberania sobre a Amazônia, diante dos espanhóis e de quaisquer estrangeiros. Com esse objetivo foram implantadas as seguintes *fortificações*:

- em 1761, o governo de Pombal implantou, no alto rio Negro, a *Casa Forte de São Gabriel* que depois se tornou o *Forte de São Gabriel*; essa fortificação foi erguida às proximidades de Cachoeira de São Gabriel, no alto rio Negro;
- com a mesma finalidade, ainda no período pombalino, foi erguido em 1763 o *Forte de São José de Marabitanas*, no alto

do rio *Cucuí*, afluente do rio Negro, próximo à fronteira com a Colômbia;

- no alto do rio Branco, na foz do seu afluente, o rio Tacutu, foi erguida em 1775, a *fortaleza de São Joaquim*, com a finalidade específica de deter a entrada de holandeses e espanhóis e mais tarde dos ingleses no vale do rio Branco.

19.5. As fortificações do eixo dos rios Tocantins e Araguaia

As fortificações portuguesas nessa região foram implementadas após o *Tratado de Madri*, portanto, já na época em que a Coroa portuguesa exercia com plenitude sua soberania sobre a Amazônia. Assim, com o objetivo de fiscalizar o contrabando de ouro e conter a rebeldia ou os ataques das populações indígenas que habitavam a região, foram implantados:

- em 1780, o *Forte de Nossa Senhora de Nazaré*, em *Alco-baça*;
- em 1797, o *Registro da Cachoeira de Itaboca*;
- em época não identificada, foi implantado o *Registro de São João do Araguaia*, próximo à foz do Araguaia, com a finalidade de substituir o *Registro da Cachoeira de Itaboca*, cuja localização se mostrou inadequada.

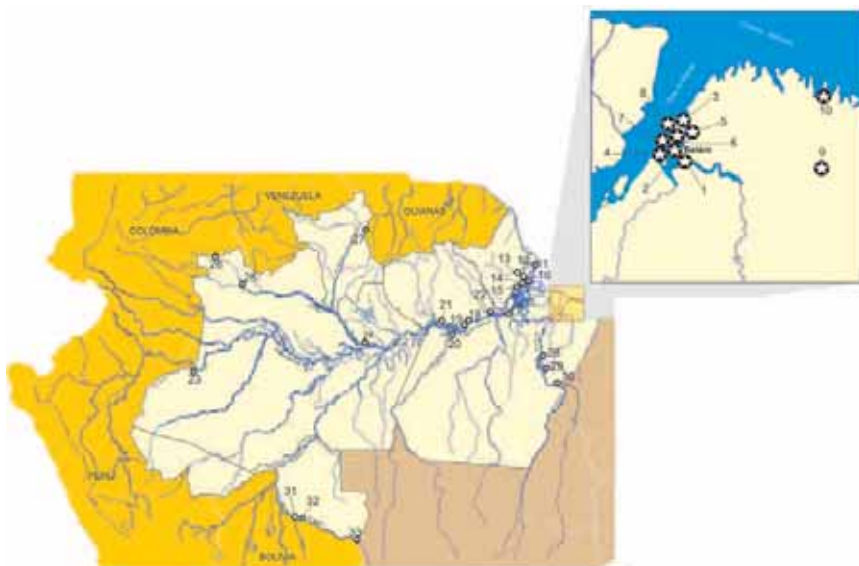
19.6. As Fortificações no Eixo dos Rios Madeira, Mamoré e Guaporé

Essas fortificações foram erguidas com a finalidade de deter qualquer tentativa de invasão espanhola. Assim é que:

- em 1750, foi constituído o forte de *Nossa Senhora da Conceição*, localizado à margem direita do rio Guaporé, onde havia existido a povoação espanhola de Santa Rosa;
- em 1776, foi erguida a *Real Fortaleza do Príncipe da Beira*, próximo à confluência dos rios Guaporé e Mamoré, em substituição ao forte de *Nossa Senhora de Conceição*;
- em 1778, foi construída a bateria de *Vila Bela* que, mais tarde, passou a denominar-se *Mato Grosso*, com a finalidade de defender a capitania do mesmo nome.

MAPA X

Sistema de fortificações implantado pelos portugueses na Amazônia
AS FORTIFICAÇÕES HISTÓRICAS DA AMAZÔNIA
(Séculos XVII, XVIII e XIX)



- 1 – Forte do Presépio/Santo Cristo do Castelo de São Jorge. 2 – Forte de São Pedro Nolasco/Forte das Mercês. 3 – Fortaleza Nossa Senhora das Mercês da Barra. 4 – Forte da Barra. 5 – Bateria de São José. 6 – Bateria de Santo Antônio. 7 – Forte da Ilha dos Perequitos. 8 – Bateria de Val-de-Cães. 9 – Forte do Rio Guamá. 10 – Fortim do Caeté. 11 – Forte do Rio Araguaia. 12 – Fortaleza de Santo Antônio de Macapá. 13 – Forte de Batabouto. 14 – Reduto de Macapá/Fortaleza de São José de Macapá. 15 – Vigia de Curiaú. 16 – Vigia da Ilha de Bragança. 17 – Fortaleza de Santo Antônio do Gurupá. 18 – Forte do Desterro. 19 – Fortim do Tuerê. 20 – Fortaleza do Tapajós. 21 – Fortaleza de Pauxis/Fortaleza de Óbitos. 22 – Forte do Paru. 23 – Forte de São Francisco Xavier. 24 – Forte de São José do Rio Negro. 25 – Forte de São Gabriel. 26 – Forte de São José de Marabitanas. 27 – Fortaleza de São Joaquim. 28 – Forte Nossa Senhora de Nazaré. 29 – Registro de Cachoeira de Itaboca. 30 – Registro de São João do Araguaia. 31 – Forte Nossa Senhora da Conceição. 32 – Real Fortaleza do Príncipe da Beira. 33 – Bateria de Vila Bela.

.....

Capítulo 20

O NHEENGATU, A LÍNGUA GERAL DA AMAZÔNIA, E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EVANGELIZAÇÃO E A GEOPOLÍTICA DA DECULTURAÇÃO, DESTRIALIZAÇÃO E DOMINAÇÃO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS



SURGIMENTO do *nheengatu* na Amazônia estava diretamente ligado à estratégia de ocupação portuguesa da Região. Tratava-se de uma evolução da língua falada pelos tupinambás, sob o impacto do processo de colonização e dominação portuguesa. O estudioso *Luís C. Borges*,⁴⁵ do *Museu Paraense Emilio Goeldi*, acredita que houve também uma evolução natural da língua falada pelos índios, considerando:

- a) a dinâmica característica da língua indígena que, não estando comprometida com a escrita e as regras gramaticais, voltava-se mais para o objetivo de, simplesmente, conseguir realizar a comunicação entre as pessoas;
- b) os fatores decorrentes da extensão geográfica e da diversidade do meio cultural e lingüístico, o que levou o *nheengatu* a absorver fundamentos lingüísticos totalmente estranhos às línguas tupis;

45 V. “O Percurso Amazônico do Nheengatu”, do lingüista Luís C. Borges, in *Ecologia, Desenvolvimento e Cooperação na Amazônia*, editado pela Associação das Universidades Amazônicas - UNAMAZ, 1992.

c) a interferência da língua portuguesa que evidentemente gozava de maior prestígio na sociedade, induziu a que a língua falada pelos índios maximizasse a sua semelhança com o português.

O colono português e o missionário, por motivos diferentes interessavam-se muito em comunicar-se com as tribos indígenas. O *colono*, que precisava do trabalho do índio para explorar os recursos naturais da região. O *missionário*, que somente justificava sua presença na região pelo objetivo de evangelizar o gentio. Muitas vezes os interesses do colono e do missionário tornavam-se coincidentes; em geral quando o missionário era cooptado pelo colono para com ele ser mais leniente ou até conivente na exploração da mão-de-obra indígena.

Além disso, o português enriqueceu-se com as formas léxicas que emprestou do *nheengatu*, o que muitas vezes indicava uma certa similaridade entre as duas línguas. O *nheengatu* estendeu-se ao longo de toda a região amazônica, desde o Maranhão até atingir as fronteiras da Colômbia e Venezuela.

Foi no período colonial, correspondente à entrada do português na Amazônia (1616) e à celebração do *Tratado de Madri* (1750), que o *nheengatu* teve a sua formação e maior difusão. Os aldeamentos indígenas tornaram-se por excelência o *locus* onde basicamente se forjou o *nheengatu*. A dependência que o missionário tinha de comunicar-se com o índio para organizá-lo no modelo do *aldeamento* e a necessidade que o colono tinha de contar com a mão-de-obra indígena para explorar os recursos florestais e fluviais, tornaram os aldeamentos o núcleo por excelência de formação do *nheengatu*. Em conseqüência, a ocupação da Amazônia encontrou no *nheengatu* o instrumento indispensável para a dominação dos povos indígenas e da conquista territorial da Região. Era um processo que começava pela *destribalização* do gentio, através dos *descimentos*; continuava com a organização do *aldeamento indígena*, o que provocava a *deculturação* do índio; e tinha seu termo final na *dominação* e *escravização* do gentio. Nesse processo que se alongou por dois séculos (XVII e XVIII), houve condições suficientes para o surgimento do *nheengatu*, a língua geral da Amazônia que, assim, adquiriu grande importância na geopolítica portuguesa adotada para a Região.

Com a celebração do *Tratado de Madri* e o advento do regime absolutista do Marquês de Pombal, o governo português voltou-se para a maximização da exploração de recursos naturais da Região. Assim, viu nos *aldeamentos indígenas* uma usurpação que os missionários faziam dos produtos regionais, já que na prática as ordens religiosas mantinham o controle de administração do aldeamento. De outro lado, o reconhecimento pelo *Tratado de Madri* de que a Amazônia era portuguesa levou as autoridades do Reino a afastar o missionário como um concorrente na produção econômica. Além disso, procurou *lusitanizar* a toponímia regional e assim deu nomes portugueses para as cidades e procurou obrigar o índio a comunicar-se com o colono sempre na língua portuguesa. Com isso, o *nheengatu* entrou em declínio, perdendo a força que tinha no processo de comunicação. Pouco a pouco foi sendo afastado, reduzindo-se, hoje, à língua falada pelas tribos indígenas do alto rio Negro, a partir de São Gabriel da Cachoeira.

SEGUNDA PARTE

A AMAZÔNIA BRASILEIRA

TÍTULO IV

O BRASIL INDEPENDENTE DIANTE DA
QUESTÃO GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA

.....

Capítulo 21

OS PROBLEMAS GEOPOLÍTICOS DA AMAZÔNIA DECORRENTES DA ADESÃO À INDEPENDÊNCIA PELO ESTADO DO GRÃO-PARÁ E RIO NEGRO

AO TORNAR-SE independente em 1822, o Brasil defrontou-se, de imediato, com o *problema geopolítico amazônico*. Para que melhor possa ser compreendido o quadro geopolítico da época que precisaria ser enfrentado pelas autoridades do Brasil independente, é indispensável fazer uma *rápida remissão à herança deixada pelo domínio português*. Logo após a assinatura do *Tratado de Madri, em 1750*, o governo português, através da administração pombalina, considerando a questão geopolítica que pairava sobre a Região, entendeu por bem implantar *uma administração específica para a Amazônia*. Assim, a 31 de julho de 1751, o Marquês de Pombal mudou a denominação do *Estado do Maranhão e Grão-Pará* para *Estado do Grão-Pará e Maranhão*, transferindo a sede de São Luís para Belém. E para acentuar o seu interesse especial pela a Amazônia, Pombal nomeou para ser Governador do novo Estado, o seu irmão *Francisco Xavier de Mendonça Furtado*, que tomou posse no mesmo ano. Para evidenciar a soberania portuguesa sobre toda a Região perante o mundo de então e, em especial, perante à *Coroa espanhola*, criou Pombal, em março de 1755, a *Capitania de São José do Rio Negro*, que era o embrião político do futuro Estado do Amazonas.

A evolução do problema geopolítico amazônico levou Pombal a promover a divisão do *Estado do Grão-Pará e Maranhão*, em 1772. Criou então, o *Estado do Maranhão e Piauí*, com sede em São Luís; e o *Estado do Grão-Pará e Rio Negro*, com sede em Belém. Configurava-se, então, *uma administração exclusiva para a Amazônia*, diretamente subordinada a Lisboa.

Quando foi proclamada a Independência do Brasil, em 1822, o *Estado do Grão-Pará e Rio Negro* não fazia parte, pelo menos teoricamente, do novo País que assumia sua autonomia e soberania, uma vez que era subordinado diretamente a Portugal e, portanto, em tese, não integrava o território do vice-reinado que se transformara no *Império do Brasil*.

A influência portuguesa no *Estado do Grão-Pará e Rio Negro* era muito forte. Os portugueses possuíam o controle absoluto do poder econômico na *Amazônia colonial*. Eram proprietários das terras, controlavam o comércio dos produtos regionais que também eram por eles explorados e coletados pela prática do extrativismo. Assim, diante da independência do Brasil, tentaram manter a colônia sob o domínio português. Chegaram a projetar a organização de um vice-reinado, com sede em Belém, cujo território compreenderia não apenas a Amazônia, mas também o Maranhão e o norte de Goiás. O ideal da independência, porém, já havia marcado a sociedade local, apoiada em um forte sentimento nativista. No ano que antecedeu à proclamação da Independência, eclodiu em Belém uma revolta de inspiração liberal, desafiando, assim, o absolutismo dominante no governo português, conforme foi descrito no título anterior.

Proclamada a Independência, em 7 de setembro de 1822, o novo País tratou de reprimir todas as resistências que, ainda, subsistissem em qualquer lugar do seu território. Nesta situação, em princípio, não se incluía o território da *Província do Grão-Pará e Rio Negro* que continuava diretamente vinculado a Portugal. Assim, porém, não entendiam as autoridades do novo *Império do Brasil* que exigiram a adesão das autoridades amazônicas à independência. A 11 de agosto de 1823, o brigadeiro *Maranhão* fundeu no porto de Belém, sob o comando do inglês *John Pascoe Grenfell*, que intimou a Junta Governativa a aderir à independência do Brasil. As tentativas de resistência foram inócuas. No dia *15 de agosto de 1823*, a Junta prestou juramento de fidelidade ao Imperador do Brasil. No ano

seguinte, em maio de 1824, *José de Araújo Rego* assumiu a presidência da nova província.

É necessário registrar que a adesão da *Província do Grão-Pará e Rio Negro* à independência não representou, ainda, uma adesão da Amazônia em sua amplitude territorial. A capitania de *São José do Rio Negro*, na época, não mais aceitava sua vinculação ao *Estado do Grão-Pará*. Lutou muito para se fazer representar na Constituinte convocada pelo Imperador *D. Pedro I*. Posteriormente, levantou a acusação de que as correspondências de *José Bonifácio*, convocando a capitania para se fazer representar, haviam sido retidas em Belém, por administradores lusófilos que em verdade queriam que a Amazônia permanecesse fora do Império do Brasil e, portanto, continuasse como colônia de Portugal. Apesar desses problemas, agravados pela distância e pelo tempo, que retardavam a chegada de notícias, a *Capitania de São José do Rio Negro*, por sua Junta Administrativa, proclamou sua adesão à independência do Brasil, a *9 de novembro de 1823*, completando-se, dessa forma, a soberania brasileira sobre o território da antiga *Amazônia portuguesa*.

.....

Capítulo 22

A REVOLUÇÃO DA CABANAGEM: 1835-1840. IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS IMPORTANTES. A AMAZÔNIA É BRASILEIRA POR OPÇÃO DE SEUS FILHOS. A BRASILIDADE DE EDUARDO ANGELIM. O REGENTE PE. ANTÔNIO FEIJÓ EXPÕE A AMAZÔNIA À COBIÇA DA INGLATERRA E FRANÇA

A

22.1. A Cabanagem

PESAR de já viver sob a soberania do *Império do Brasil*, a Província do Grão-Pará e Rio Negro mantinha-se de fato sob domínio dos portugueses que tinham o controle da economia regional e ocupavam cargos na gestão política e administrativa de Belém. Os nativos da Província, todavia, não se conformavam com essa situação. Os descendentes dos negros, os índios aculturados e filhos de brancos nascidos na Região reagiam energicamente contra o domínio da economia pelos portugueses. Pouco a pouco, o ódio foi tomando conta do sentimento nativista da população regional.

É importante lembrar que a *Província do Grão-Pará e Rio Negro*, por ocasião da Independência, já possuía cerca de 80.000 habitantes, com 46 municípios (9 no Amazonas e 37 no Pará). A economia regional havia-se desorganizado sob o impacto do absolutismo pombalino. A insatisfação das populações nativas era muito grande, exploradas que se sentiam pelos colonizadores.

Assim, em 1835, eclodiu a revolução que passou a chamar-se de *Cabanagem* porque era feita pelos *cabanos*, isto é, aqueles que habitavam

em pequenas cabanas, principalmente no meio rural – índios aculturados e seus descendentes, negros importados da África e os descendentes de portugueses. Em geral, admite-se que o termo *cabano* era a designação dada depreciativamente pelos soldados do Império aos revoltosos que viviam em cabanas, aludindo à pobreza em que viviam.

O historiador Artur César Ferreira Reis,⁴⁶ assim descreve a figura do *cabano*:

“Cabanos eram os caboclos que viviam ao longo do rios, nos sítios, nos pontos de pesca, nas fazendas de cacau, viviam quase à lei da natureza, sem qualquer possibilidade de ascensão social, econômica e política, e agora vinham cobrar, cheios de ódio, aos bem instalados, aos brancos, que eram portugueses ou deles diretamente descendentes, a situação difícil em que se encontravam, responsabilizando-os pelo que sofriam.”

A cabanagem foi uma revolução violenta em que cerca de 40.000 vidas se perderam. Por três vezes os cabanos assumiram o poder em Belém. Os presidentes cabanos foram *Félix Antônio Clemente Malcher*, *Francisco Pedro Vinagre* e *Eduardo Nogueira Angelim*. Tem interesse especial para este estudo, pelo seu significado geopolítico, o governo de *Eduardo Nogueira Angelim*, um jovem seringueiro, com apenas 21 anos de idade, que assumiu o governo da Província em *14 de agosto de 1835*. Em outubro desse mesmo ano, ocorreu um incidente de grande significado geopolítico.

22.2. A tomada e o saque do navio inglês Clio. A proposta dos ingleses de apoiar a separação da Amazônia. A brasilidade de Eduardo Angelim.

O navio inglês de nome *Clio* foi assaltado na cidade de *Salinas*, no começo da embocadura do rio Amazonas, em outubro de 1835, quando ali ancorou para embarcar o prático da barra que o conduziria até Belém. O

46 Reis, Artur César Ferreira. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. Editora Edinova Ltda., RJ, pág. 55, 1965.

navio trazia considerável quantidade de armas encomendadas pelo presidente da Província, *Lobo de Sousa*. O povo de Salinas, instigado pelo ideário da Cabanagem, tomou de assalto a embarcação, matou os tripulantes e saqueou sua carga.

No ano seguinte, veio a reação dos ingleses. Em 17 de março de 1836, três belonaves inglesas chegaram a Belém. O comandante dos navios britânicos enviou um ofício ao governador, na época o cabano *Eduardo Angelim*. Na correspondência exigia a reparação dos danos havidos por ocasião do assalto ao *Clio*. Queria a prisão dos saqueadores e indenização pela perda da embarcação e sua carga. Exigia, ainda, o desagravo da bandeira inglesa que deveria, então, ser hasteada em todas as fortalezas da cidade, tendo por baixo a bandeira brasileira; a bandeira inglesa seria a seguir saudada com uma salva de 21 tiros.

Eduardo Angelim conduziu-se com habilidade e firmeza diante das exigências britânicas. Em resposta ao ofício do comandante inglês, recusou-se a atender as exigências quanto ao hasteamento da bandeira inglesa; quanto aos saqueadores, informou que não podia entregá-los sem ordem do governo imperial; assegurou que os mesmos seriam punidos segundo a lei do País e que as cargas roubadas seriam indenizadas. Concluiu a sua resposta dizendo categoricamente:⁴⁷

“... jamais os entregarei ao governo inglês sem ordem do Governo do Rio de Janeiro, quando o país tem leis para punir os criminosos; e, igualmente, não sujeitarei a bandeira de minha nação à humilhação exigida sem ordem da Corte”.

Após entendimentos, as explicações de *Angelim* foram aceitas. Para celebrar essa concordância, *Angelim* ofereceu um almoço aos oficiais ingleses. Segundo informa o historiador Domingos Antônio Raiol, sabendo que *Eduardo Angelim* era um líder cabano amotinado, “*houve quem o aconselhasse a proclamar a separação política do Pará, como nação livre e independente, com a promessa de proteção estrangeira*”; ao que respondeu o governador revolucionário “*que não trairia nunca*

47 Reis, Artur César Ferreira. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. Editora Edinova Ltda., RJ, pág. 55, 1965.

a sua pátria para trocar o nome de cidadão brasileiro com o qual se sentia enobrecido".⁴⁸

Apesar de sua postura eminentemente nativista e cheia de brasilidade, a *Cabanagem* foi tratada pelo governo central como mais uma das muitas revoluções ou motins que assolavam o País, na fase de consolidação da independência. *Eduardo Angelim* deixou o poder sufocado pelas forças legais do Império, comandadas pelo brigadeiro Soares Andréia, a 30 de abril de 1836. Ao se afastar, assegurou que o respeito à autoridade do Imperador não fora interrompido, *"a despeito de todas as vantagens prometidas logo no princípio da revolução por alguns agentes estrangeiros que me patentearam a necessidade de ligar-me a seus Estados"*.⁴⁹ Quem foram esses *agentes estrangeiros*? Além de Portugal, os agentes consulares em Belém eram da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos. É de presumir-se, portanto, que um desses três, ou os três, quiseram levar a Amazônia à secessão do Brasil.

Sobre esse assunto, ressalta o historiador Ernesto Cruz, em seu livro *Nos Bastidores da Cabanagem*, que *Eduardo Angelim*: *"Recusou recursos militares do governo americano para proclamar a independência da Amazônia"*.⁵⁰

Isso tudo permite concluir que a *Cabanagem* teve um *extraordinário significado geopolítico para a Amazônia*, na medida em que suas lideranças se recusaram a proclamar a independência isolada da Província do Grão-Pará e Rio Negro, apesar de que para isso contaram com o apoio das nações mais poderosas do mundo na época. A Amazônia assumiu sua integração ao Brasil porque assim quiseram os líderes cabanos, que se revoltaram contra o poder econômico que controlava o sistema produtivo e comercial na *Província do Grão-Pará e Rio Negro*. Pode-se, assim, afirmar que a gente amazônida é brasileira por opção.

48 Raiol, Domingos Antônio, in *Motins Políticos*, apud Reis, Artur César Ferreira, *ob. cit.*, pág. 58.

49 Raiol, Domingos Antônio, in *Motins Políticos*, apud Reis, Artur César Ferreira, *ob. cit.*, pág. 59.

50 Raiol, Domingos Antônio, in *Motins Políticos*, apud Reis, Artur César Ferreira, *ob. cit.*, pág. 59.

22.3. O regente Pe. Antônio Feijó expõe a Amazônia à cobiça da Inglaterra e da França

Os perigos pelos quais passou a Amazônia, no sentido de ser absorvida por nações estrangeiras na época da *Revolução da Cabanagem*, tiveram seu ápice num gesto do padre *Diogo Antônio Feijó*, à época regente do Império Brasileiro que governava o País durante o período de menoridade do Imperador D. Pedro II. O gesto veio a lume no Brasil somente agora no início do ano 2000. Trata-se de uma carta que o *brasilianista* *David Cleary* casualmente descobriu em Londres, nos arquivos do *Publics Records Office*, dirigida pelo embaixador da Inglaterra no Brasil, *Henry Stephen Fox*, em 17 de dezembro de 1835, ao ministro da Relações Exteriores da Inglaterra, *Lorde Palmerston*. Nesse documento, o embaixador inglês narra que, juntamente com o embaixador da França, *Monsieur Pantois*, havia tido uma reunião com o Regente *Diogo Antônio Feijó*, no dia 17 de janeiro de 1835, de caráter secreto.

Com surpresa, os embaixadores da Inglaterra e da França receberam a proposta, em caráter confidencial, no sentido de que cada um dos dois países, juntamente com Portugal, deveriam reunir cerca de 1.000 (mil) soldados regulares, portanto, cerca de 400 (quatrocentos) homens de cada país, para colaborar com o Brasil para *sufocar a Revolução da Cabanagem*. Esses novos soldados permaneceriam em uma esquadra próximo a Belém e atacariam e ocupariam as regiões do Marajó, Cameté e “*outros locais próximos à cidade do Pará*”. De sua parte, o Governo Brasileiro comprometia-se a reunir cerca de 2.000 (dois mil) soldados regulares e mais 1.000 (mil) que seriam recrutados, para tomar a cidade de Belém.

A carta do embaixador inglês é suficientemente elucidativa para que se tenha uma idéia da irresponsabilidade com que o Governo brasileiro tratava, na época, as questões amazônicas. Os revoltosos cabanos tinham de ser destruídos, ainda que, para isso, fosse colocada em risco a soberania brasileira sobre a Amazônia.

O jornalista *Lúcio Flávio Pinto* faz um longo comentário no seu periódico *Agenda Amazônica*, ano 1, n.º 05, de janeiro de 2000, sob o significativo título “*Quando a Inglaterra não quis tentar ser a dona da Amazônia*”. O jornalista transcreve vários tópicos da carta e ressalta que o embaixador

inglês respondeu ao Regente Feijó que acreditava no insucesso da iniciativa, “a não ser que o comunicado nos fosse feito por escrito”.

O inteiro teor da carta foi divulgada pelo jornalista *Elias Ribeiro Pinto*, no jornal *Diário do Pará*, em janeiro do ano 2000. O texto que vai a seguir transcrito é o que consta do livro *Cabanagem, Documentos Ingleses*, tradução de *Christine Moore Serrão*, que foi editado dois anos depois, portanto, em 2002, que contém todos os textos coligidos por *David Cleary*.⁵¹

“MRE 128 Caixa 20 F566-57

De: Henry Stephen Fox, Ministro de Sua Majestade Britânica
no Rio de Janeiro

Para: Lorde Palmerston

Data: 17 de dezembro de 1835

Local: Rio de Janeiro

Despacho nº 61
Secreto e Confidencial

Excelência

Há alguns dias, eu e Monsieur Pontois, ministro francês na Corte do Brasil, fomos convidados pelo Regente Feijó para uma conferência particular, quando Sua Excelência nos fez a seguinte comunicação confidencial:

Ele disse que o Governo brasileiro estima que possa reunir no Pará, por volta do mês de abril próximo, uma força de 3.000 homens, compreendendo 2.000 soldados regulares; que ele calcula que essa força seja suficiente para retomar a cidade do Pará e vizinhanças; mas que, não obstante, para tornar o êxito mais seguro e para privar os rebeldes de qualquer esperança de resistência, ele deseja que a Inglaterra, a França e Portugal façam reunir no Pará, aproximadamente no mesmo período, e como se fosse por

51 *Cabanagem, Documentos Ingleses*, org. David Cleary, tradução Cristine Moore Serrão, edição da Secretaria Executiva de Cultura do Governo do Estado do Pará, de 2002, pág. 188.

acaso, uma esquadra de navios de guerra, *transportando uma tropa de cerca de 1.000 soldados regulares, aptos para serviço em terra, quer dizer, cerca de 300 a 400 de cada nação. Ele propõe que esta força deveria ficar de prontidão para cooperar com as tropas brasileiras, a pedido e à discrição das autoridades civis e militares brasileiros no comando e que seriam mais particularmente empregadas na ocupação temporária dos postos do Marajó, Cametá e outros lugares nos arredores da cidade do Pará; tal cooperação, ele julga, seria suficientemente justificada, ao que parece, pelo interesse geral da humanidade e civilização, como também pelos motivos particulares de proteger nossos respectivos conterrâneos e de colocá-los novamente de posse de suas residências e propriedades sem que fosse de conhecimento público que as medidas foram usadas a pedido do Governo brasileiro.*

Monsieur Pontois e eu concordamos imediatamente e declaramos ao Regente que estávamos prontos para transmitir seu comunicado a nossos respectivos governos, mas que não esperávamos que qualquer resultado sucedesse a não ser que o comunicado fosse feito por escrito (o que poderia ser feito de maneira igualmente confidencial) para que pudéssemos informar nossos Governos exatamente sobre a extensão da cooperação que Sua Excelência desejava obter, seus limites e objetivos expressos; e ainda, para justificar essa cooperação, caso se concretizasse e fosse contestada por qualquer parte no Brasil. O Regente nos respondeu que, como a Constituição do Império proibia taxativamente a admissão de tropas estrangeiras no território brasileiro sem o consentimento da Assembleia Geral (o que não poderia ser alcançado agora em tempo hábil), ele estava impossibilitado de colocar sua proposta por escrito e que, além disso, seria desonroso para o Governo tornar oficialmente conhecido que eram incapazes, sem ajuda estrangeira, de dominar um punhado de rebeldes desgraçados e que, portanto, ele somente poderia solicitar que comunicássemos aos nossos Governos o que ocorreu nessa entrevista, como o assunto de uma conversa confidencial com o Regente, deixando ao encargo dos nossos Governos enviar aos comandantes de suas respectivas

forças navais aquelas instruções que achassem convenientes sobre o posto em questão.

Monsieur Pontois e eu prometemos ao Regente, portanto, que faríamos o comunicado aos nossos Governos na forma confidencial que ele desejava, mas não lhe oferecemos qualquer certeza, até onde valesse nossas opiniões, de ser atendido seu pedido de cooperação. O Regente declarou, em resposta a uma pergunta minha, que nem os ministros brasileiros residentes na Inglaterra e na França, nem o Marquês de Barbacena, agora encarregado de uma missão especial na Inglaterra, seriam informados do comunicado que ele acabava de nos dar em confidência.

O acima exposto é o conteúdo da conversa com o Regente, do qual eu e M. Pontois concordamos em fazer um sumário depois que se concluiu a entrevista. O mínimo que posso fazer, é claro, é transmitir o comunicado a Vossa Excelência, mas não creio que haja a menor probabilidade de o Governo de Sua Majestade ou de o Governo Francês aquiescerem aos desejos do Regente, ou consentirem em comandar uma operação militar com base em um pedido tão informal e vagamente feito. A proposta do Regente é, como ele mesmo admitiu, uma violação direta das leis e da Constituição do país e seria, é claro, imediatamente rejeitada, e a culpa da intervenção não autorizada atribuída aos poderes estrangeiros se achasse conveniente fazê-lo.

Devo observar, também, que não creio que haja a menor probabilidade de que o Governo brasileiro consiga, agora ou no futuro, reunir diante do Pará uma força regular tão grande como a que o Regente propunha contar.

O ministro português não foi convidado pelo Regente para a mesma conferência comigo e com o ministro francês, porém, quero crer que uma comunicação semelhante já lhe tenha sido feita, ou está prestes a sê-lo, em separado. Empregar no Pará os ingleses ou franceses, junto com uma força portuguesa, tornaria ainda mais questionável esse procedimento, considerando na peculiar circunstância da influência e dos propósitos que Portugal ainda nutre por este país.

Arrisco-me a sugerir, sem prejudicar o Regente Feijó, cuja conversa comigo e com M. Pontois foi particular e confidencial, que seria prudente não mencionar esse assunto ao Marquês de Barbacena, que provavelmente estará em contato com Vossa Excelência sobre outras questões.

Tenho a honra de ser, etc.” (grifei)

.....

Capítulo 23

A CONSOLIDAÇÃO DAS FRONTEIRAS AMAZÔNICAS. AS QUESTÕES DO AMAPÁ, DO RIO BRANCO E DO ACRE



23.1. A estratégia geopolítica do Barão do Rio Branco

BRASIL independente assumiu, como sua, a Amazônia, que havia sido objeto do *Tratado de Madri em 1750*, celebrado entre a Espanha e Portugal. Este *Tratado* abrangia os territórios da Província do *Grão-Pará e Rio Negro*, ocupados pelos portugueses nos séculos XVII e XVIII. Seus limites foram objeto de perlangas entre os representantes de Espanha e Portugal ao longo da segunda metade do século XVIII, sobretudo, durante o governo do *Marquês de Pombal*.

Ficaram ou surgiram, porém, algumas pendências que somente puderam ser resolvidas pelo governo do *Brasil independente*: *uma*, com a França, a mais problemática delas, quanto ao domínio da *Guiana brasileira*, a área do hoje Estado de Amapá; *outra*, com a Inglaterra, sobre os verdadeiros limites do Brasil com as possessões inglesas, nas áreas limítrofes entre a que mais tarde seria conhecida, como a *Guiana inglesa*, que hoje forma a *República da Guiana*; do lado do Brasil, a que seria mais tarde o *Território do Rio Branco*, hoje *Estado de Roraima*; finalmente, nas últimas décadas do século XIX e logo no início do século XX, o problema dos limites com a Bolívia, que ficou conhecido como a *Questão do Acre* e compreende hoje o Estado do mesmo nome.

As questões do Amapá, de Roraima e do Acre permearam, principalmente, a segunda metade do século XIX e só nos últimos anos desse século, ou no início do século XX, tiveram sua definitiva solução. Nessa época, as relações exteriores do Brasil obedeciam à direção patriótica e competente de *José Maria da Silva Paranhos*, o *Barão do Rio Branco*. Dotado de excelente formação e experiência diplomática, muito aprendeu com seu pai, o Visconde do Rio Branco, que tinha o mesmo nome. O Barão do Rio Branco teve uma atuação decisiva na consolidação das fronteiras do Brasil com os demais países da América do Sul, principalmente com o Uruguai e Argentina. De forma especial, deve-se a Rio Branco a definição das fronteiras do Brasil com os demais países amazônicos.

Assim é que foram resolvidas pelo *Barão do Rio Branco* as questões de limites com a Venezuela, a Colômbia, o Equador e o Peru. A via diplomática, baseada no princípio jurídico do “*uti possidetis solis*”, orientou a solução das pendências de fronteiras com esses países. Com o Peru, o Equador e Colômbia as soluções tornaram-se mais complexas face às disputas que esses três países mantinham entre si quanto aos seus limites respectivos. Os desentendimentos entre o Peru, o Equador e a Colômbia acabaram por excluir as relações de fronteiras entre o Brasil e o Equador. O *Protocolo do Rio de Janeiro*, celebrado em 1942, encerrou a guerra entre Peru, Colômbia e Equador, e definiu os novos limites entre os países beligerantes. O Equador foi o grande prejudicado pela guerra, pois perdeu cerca de dois terços do território que reivindicava. Os novos limites entre os três países não provocaram qualquer mudança nas fronteiras territoriais que, com o Brasil, já haviam sido estabelecidas, no período de domínio português; mas foram todas formalizadas e demarcadas. Mas o Equador deixou de ter fronteiras com o Brasil.

23.2. A Questão do Amapá

Os problemas dos limites do Brasil com a Guiana francesa somente foram resolvidos no final do século XIX. A origem da questão, entretanto, remonta aos primórdios da ocupação da Amazônia pelos portugueses no século XVII. Aliás, antes mesmo de os portugueses haverem-se estabelecido na embocadura do Amazonas, em 1616, já havia o rei Henrique IV, da

França, outorgado em 1605, a *Daniel de la Touche, Sieur de la Ravardière*, a concessão das terras situadas *entre a foz do Amazonas e a ilha de Trindade*, ato de ocupação que não se concretizou.

Ao longo da primeira metade do século XVII, a França fez sucessivas concessões para a colonização da área que se estendia *até a foz do Amazonas*; essas concessões também não lograram êxito, por não ter havido nenhuma ocupação efetiva, nem assentamentos para a colonização da região. O sonho imperialista dos monarcas franceses era criar nos trópicos a *França Equinocial*. Com esse objetivo, em 1664, a França expulsou os holandeses do território guianense e ali instalou 1.200 (mil e duzentos) colonos. Os portugueses, porém, já haviam criado em 14 de junho de 1637, a *Capitania de Cabo Norte*, doada a *Bento Maciel Parente*; seu território estendia-se até o *rio Oiapoque*, limite que os franceses não aceitaram.

Durante toda a segunda metade do século XVII várias refregas ocorreram entre portugueses e franceses. Em 1700, as disputas entre as coroas européias criaram uma difícil situação para a Coroa portuguesa. Com o objetivo de solucionar seus problemas, Portugal concordou em assinar o *Tratado Provisório*, pelo qual o monarca português reconhecia os direitos da França sobre o território da *Guiana brasileira*, um equívoco que somente foi resolvido pelo *Tratado Utrecht*, celebrado a 11 de abril de 1713. Esse Tratado punha fim às disputas entre as coroas européias; porém sua abrangência extravasava o âmbito da Europa para compreender também os territórios que os países signatários ocupavam em suas colônias. Nestes incluiu-se o conflito sobre a área da *Guiana brasileira*, hoje Estado do Amapá que, pelo *Tratado de Utrecht*, a França, afinal, reconheceu, como limite entre as duas Guianas, o *rio Oiapoque*. O governo português, para se proteger das incursões francesas, construiu em 1764 a fortaleza de *São José de Macapá* que, hoje, é um grande monumento arquitetônico.

Ao longo de todo o século XVIII, sob a vigência do *Tratado de Utrecht*, os franceses sempre manifestaram a sua insatisfação com o que consideravam como uma perda do território ao sul do Oiapoque. O sonho da *França Equinocial* continuava a alimentar desejos imperialistas, em especial, sobre o continente sul-americano. Com a ascensão de *Napoleão Bonaparte* e seus sucessores ao poder, esse ideário tornou-se mais forte ainda. Com a ocupação de Portugal pelas tropas de *Napoleão Bonaparte* e a

conseqüente transferência da Coroa portuguesa para o Brasil, *D. João VI* julgou conveniente revidar a humilhação que havia sofrido, ocupando a Guiana Francesa, o que realizou em 12 de janeiro de 1809. Essa ocupação durou oito anos, até o *Tratado de Paris*, em 1817.

O Brasil independente, em 1822, entretanto, já em pleno século XIX, defrontou-se, em 1836, com mais uma ocupação francesa em território amapaense. O governo brasileiro reagiu; protestou e Soares Andréia, então governador da *Província do Grão-Pará e Rio Negro*, intimou os franceses a se retirarem; não só as tropas, mas também os colonos que se haviam instalado no território brasileiro. As tropas imperiais em 1840 obrigaram a retirada dos franceses que, apenas, recuaram, passando a ocupar a região do rio *Maracá*, próximo ao Oiapoque.

Solertemente, os franceses passaram a alegar que o rio Oiapoque a que se referia o *Tratado de Utrecht*, não era aquele indicado cartograficamente; e sim correspondia ao rio *Carapapóris*, embora às vezes se referissem que se tratava do rio *Calçoene*. O rio indicado pelos portugueses era, segundo diziam, denominado *Vicente Pinzón*. Exigiam os franceses que fosse reconhecido que o território francês estendia-se, a partir da nascente do rio *Carapapóris*, por uma reta, até aos campos do Rio Branco.

O governo brasileiro sustentou que os limites, evidentemente, eram os indicados pelo rio *Oiapoque* que havia sido denominado de *Vicente Pinzón*, em homenagem ao grande navegador que o havia descoberto, conforme definia o *Tratado de Utrecht*.

Um incidente agravou ainda mais a questão: um grupo de aventureiros, proclamou a *República de Cunani*, em 1885, cujo território se estendia da *foz do rio Araguari ao rio Oiapoque*. *Cunani* era, apenas, um povoado com cerca de 600 habitantes. A caricata república elegeu um presidente, o romancista *Jules Gros*, que procurou organizar seu governo sem qualquer sustentação fática. O próprio governo francês, reconhecendo o impacto geopolítico negativo para a França, interveio e, no dia 2 de setembro de 1887, acabou com a *República de Cunani*. (V. Mapa XI)

A descoberta de ouro aluvional na área do rio *Calçoene*, em 1893, provocou a invasão em massa de garimpeiros. O confronto entre brasileiros e franceses tornou-se inevitável. Oito a dez mil brasileiros, quase todos garimpeiros. O administrador francês na região foi deposto pelos brasileiros

que escolheram um triunvirato para substituí-lo, formado pelo cônego *Domingos Maltez*, *Francisco Xavier de Veiga Cabral* e *Desidério Coelho*. A área contestada ficou de fato na posse dos brasileiros. Em maio de 1895 veio a reação francesa, através do navio de guerra *Bengali*, que fundeou na entrada do rio Amapá, comandado pelo capitão-tenente *Lunier*.

O desembarque do capitão francês, na vila do Amapá, provocou uma luta armada. O capitão francês procurava por *Cabralzinho*, nome pelo qual era conhecido *Francisco Xavier da Veiga Cabral*. Identificando-o, tentou prendê-lo de revólver em punho. *Cabralzinho* com rapidez conseguiu dominá-lo, tomou-lhe a arma e o matou com três tiros. Os franceses furiosos atacaram a vila do Amapá, matando trinta e oito moradores, em geral velhos, mulheres e crianças. Não tendo conseguido prender os líderes brasileiros, as tropas francesas voltaram para a embarcação e não puderam atacar a vila à noite, como planejaram, porque a maré não lhes foi favorável. O ataque das forças francesas através do navio de guerra *Bengali*, aparentemente, foi determinado pelas autoridades da Guiana, *sem consentimento do governo francês*.

É também importante ressaltar, o *judicioso relatório* que, a 21 de novembro de 1893, sobre a questão de fronteiras com a *Guiana francesa*, foi apresentado ao governo brasileiro pelo insuspeito cientista suíço *Emílio Goeldi*, diretor do museu paraense em Belém que tem o seu nome. O eminente historiador Artur César Ferreira Reis transcreve em seu livro *A Amazônia e Cobiça Internacional*, esse documento que é uma demonstração ostensiva da ação imperialista da França contra o Brasil e um marco na questão geopolítica amazônica; por isso vai transcrito a seguir por que emitido por um cientista estrangeiro, estudioso da Amazônia, que relata, com isenção, o sentido imperialista do governo francês. *Emílio Goeldi* visitou a região contestada e apresentou o seguinte relatório ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, *Dr. Carlos de Carvalho*, datado de 21 de novembro de 1893:

“De volta a nossa expedição da Guiana brasileira, que o Brasil nunca devia ter tolerado que se chamasse de Territoire contesté franco-brésilien – redigi às pressas um relatório sumário, que entreguei a S. E. o Sr. Lauro Sodré e que muito provavelmente chegará às mãos de V. Ex. pelo mesmo vapor, com esta carta. Nesta carta eu

queria ainda concentrar de modo outras impressões gerais como juntar algumas informações que podem ser útil por sua atualidade.

O território contestado é, folgo poder afirmá-lo do modo o mais positivo, habitado na sua maior superfície por brasileiros. Brasileiros são sem exceção a gente do Amapá pelo sul; brasileiros são moradores do rio Cunani, do rio Oiapoque. A língua usada é a portuguesa, o modo de vida, os costumes, a educação – tudo é tal qual como no Pará, porque quase todos são paraenses.

Nas ditas localidades há, quando muito, um total de meia dúzia de estrangeiros, sendo talvez uns três somente crioulos de Caiena. O único ponto do Território Contestado, onde de fato há uma completa inversão é o rio Calçoene, formando os crioulos de Cayenne, de Martinique e Guadalupe, enfim súditos franceses, decidida preponderância numérica. Com este rio a França entretém constantes relações, diretas e via Cayenne e Martinique.

Mas para o espírito de qualquer árbitro não é bastante saber que os moradores do Território Contestado são de origem brasileira. Importa tanto ou mais ainda saber se eles querem ser brasileiros. Pois posso afiançar, porque o vi e me convenci, que eles de fato querem pertencer ao Brasil, e não à França. O que o Sr. H. Coudreau escreveu acerca das simpatias para a França é grossa mentira, a gente de Cunani ficou indignada quando li os respectivos trechos do livro de Coudreau. Não encontrei em parte alguma o que poderia intitular um partido francês; há no Cunani um ou outro (no máximo umas 8 pessoas) que são um tanto descontentes com a prisão de Trajano, mas estou por outro lado convencido que o próprio Trajano, voltando ao Cunani, deixará as suas antigas relações com Cayenne e tranqüilizará seus compadres e parentes. Quer me parecer que o Brasil faria um passo acertado, tratando tanto o Trajano como o piloto Evaristo, com clemência: é melhor tê-los como amigos do que como inimigos rancorosos.

Quanto ao valor do Território Contestado não quero dissimular a minha firme convicção que as regiões baixas do sul (Cabo Norte e Amapá), não prestam para nada ainda por muito tempo. Por outro lado são belas e dignas de discussão as regiões do Norte,

do Cunani até o Oiapoque. Não é por nada que a França se contentava com a parte setentrional, do rio Calçoene em diante: ela ficaria destarte com o pedaço bom, ao passo que o Brasil ficaria com o ruim! Cortar pelo meio o nó gordiano é cousa que não convém absolutamente ao Brasil. A divisa deve ser: Ou tudo ou nada! – Se o Território Contestado se limitasse ao Amapá, Sr. Ministro, não valeria a pena e o tempo de brigar. Um limite mais natural e mais estratégico não poderia haver e eu aconselharia tanto ao Brasil como à França de dar esta zona de presente; seria uma espécie de cavalo troiano! Mas como o norte do Contestado é tão bom como o sul é ruim, o litígio é plenamente justificado e o Brasil deve cuidar dos seus legítimos direitos.

Soube pelo Sr. Governador Dr. L. Sodré de uma recente reclamação francesa concernente ao impedimento de súditos franceses no Contestado. Como eles torcem os fatos! Tudo alteram, nunca vão com a verdade! O que há é isto: no Cunani, como no Amapá, o governo local proíbe, proprio motu, a invasão do curso superior dos rios por aventureiros de qualquer nação, e não só da francesa. Dizem que a consequência destas invasões é necessariamente a desordem, a falta de segurança individual, o desassossego, e apontam, como exemplo palpável, para o caso do rio Calçoene. Aos aventureiros i.e. , mineiros, dão sempre a mesma resposta estereotípica: "aguardem a solução do litígio, a arbitragem. Por ora ninguém sobe – somos nós que não o permitem".

Ora, acho este procedimento perfeitamente razoável; é o fruto da iniciativa do povo indígena e a França se tornaria sumamente ridícula, se ela duvidasse de semelhante direito de vigiar cada um seu torrão [sic] contra desordeiros. Ele poderia queixar-se, se houvesse exclusivismo relativo aos franceses; mas este não existe; sei que José da Luz intimou, no Cunani, por diversas vezes, tanto ingleses, como franceses e canoas com mineiros de diversas nacionalidades, a recuar. Esta tática é de fato perfeitamente lógica; esta gente quer as costas em paz e as costas são neste caso as cabeceiras dos rios; esta tática é filha da experiência prática. É um veto de paisanos contra aventureiros, e não de brasileiros contra franceses!

Igualmente infundadas são as reclamações francesas relativas ao Evaristo, o piloto do Bengali. Evaristo é paraense, de Benfca, perto do Pará, onde ele ainda hoje tem parentes, como ele mesmo me contou. É a segunda vez, que os franceses caem na asneira de reclamar como seu patrício um que nunca o foi. Evaristo, de quem tirei a fotografia (que quando desenvolvida e impressa mandarei a V. E.), fez, a modo de muitos vigienses do Pará, por bom número de anos, piloto e pescador, viagens para Caienne, e conhece a costa desde o Pará até o rio Maroni e Surinam; e chegou a casar-se com uma crioula em Caienne e residiu lá, como ele mesmo me contou. Ora, o Code Napoléon estabelece: “La femme suet la condition du mari”! Por consequência a tal crioula tornou-se brasileira, seguindo a própria lei francesa e eu queria ver a cara perplexa do Sr. Ministro Francês, para provar o caso inverso! – O caso Evaristo é o pendant para o caso Trajano.

A navegação para o Contestado não é muito boa durante o verão, e é decididamente má no inverno (janeiro para maio). O mar entre Macapá e o Cabo do Norte tem fama. Duvido que o vapor Ajudante agüente as viagens durante o inverno; parece que a Comp. do Amazonas encomendou um novo vapor apropriado. Merece menção especial o fato que os mapas de Mouchez, relativos à costa da Guiana, apesar de terem sido bastante bem feitos no seu tempo – hoje quase não servem mais para a navegação. As sondagens de hoje não correspondem mais com as indicadas no Mouchez; desapareceram ilhas que ela indica, tem novas não mencionadas, os canaise muitos bancos cresceram e apresentam outro aspecto. O mapa hidrográfico da costa precisava ser renovado pelo menos de 5 em 5 anos, tão grandes as modificações que lá se realizam.

À pergunta, o que conviria fazer atualmente em relação ao Território Contestado, direi: prestar mais atenção ao norte do Contestado, animar os moradores do Cunani, do Caciporé e do Nassá e cuidar que estas grandes avançadas fiquem em contacto entre eles e com o sul.

Prendendo assim no meio o rio Calçoene, a influência francesa acha-se por assim dizer num cul-de-sac, e o Brasil pode esperar tranqüilamente o dia da liquidação final.

Reina paz no Contestado neste momento, mas devo confessar que a estrídula vizinhança dos crioulos no Calçoene com o Cabral no Amapá é uma fonte constante do perigo de novos encontros e novas complicações. Em linha reta a distância que os separa é de poucas horas; por terra, via rio Amapá Grande a viagem do Calçoene até o Amapá Pequeno não é maior do que de um dia. Certo Lourenço Beixamar, de Marajó (Pará), indivíduo que muito simpatiza com os crioulos de Caiena e constantemente reside em Caiena e no Calçoene, abriu uma picada até o Amapá, com o fim evidente de preparar o caminho para uma expedição terrestre, atacando o Cabral pelas costas.

*Peço desculpas a V. E. da falta de coordenação de idéias nestas linhas escritas na última hora.”*⁵²

Afinal, França e Brasil concordaram em submeter a pendência de limites à arbitragem internacional do *Presidente da Confederação Suíça*. A área que os dois países concordaram em submeter à arbitragem do governo da Suíça é que está indicada no *Mapa XII*. O Brasil entregou a defesa dos seus interesses ao *Barão do Rio Branco*, como representante plenipotenciário. O grande embaixador brasileiro logrou uma vitória total dos direitos brasileiros, através do *laudo arbitral*, emitido a 1º de dezembro de 1900, data da sentença do Presidente de Suíça, Dr. *Walter Hauser*, que *reconhecia o rio Oiapoque como o limite do Brasil com a Guiana Francesa*, encerrando-se uma pendência de fronteiras com a França que durou quase 3 (três) séculos.

23.3. A Questão do Rio Branco

No final do século XVIII, os ingleses ocuparam as colônias holandesas que faziam fronteira com o território luso-brasileiro. Desde a independência das colônias norte-americanas, queriam os ingleses ocupar outras áreas do continente americano que lhes proporcionassem matérias-primas para atender as necessidades crescentes do império britânico.

52 Reis, Artur César Ferreira, *ob. cit.*, págs. 104 a 107.

O trópico úmido, em especial a Amazônia, parecia-lhes da maior conveniência.

Ao ocuparem o território da região que hoje forma a *República da Guiana*, os ingleses verificaram que os luso-brasileiros ocupavam todo o alto rio Branco e seus afluentes, estendendo seu domínio até a região do alto *Rapununi*, afluente do *Essequibo*, o principal rio que dividia ao meio a área ocupada pelos ingleses. Inicialmente enviaram os ingleses emissários para estudar a região. Com esse objetivo designaram, em 1835, o cientista prussiano *Robert Schomburg* para estudar a região em nome da *Royal Geographical Society*.

Schomburg constatou a fragilidade da ocupação brasileira e apresentou, em 1840, relatórios ilustrados com mapas da ocupação britânica, indicando uma nova fronteira que envolvia a área do *alto Rapununi*, ocupada pelo Brasil.

No mesmo sentido, foi enviado o missionário protestante *Tomás Youd* que se instalou na região do *Pirara*, onde havia um ponto de ocupação brasileiro, no momento em total acefalia pelo deslocamento das tropas, para enfrentar a *Revolução da Cabanagem*. Criou-se, assim, ao longo do século XIX, uma situação litigiosa com a Inglaterra, litígio esse que compreendia uma área de aproximadamente 30.000 km² (trinta mil quilômetros quadrados). Sobre essa área contestada, o General Meira Matos, em seu excelente livro *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, define o aspecto geopolítico da questão nos seguintes termos: “a linha fronteira reivindicada pelo governo brasileiro abriria ao nosso país o acesso ao vale do *Essequibo*; a linde pretendida pela Inglaterra asseguraria a sua presença na *Bacia Amazônica*”.⁵³

Nesses termos ficou a pendência litigiosa de fronteiras, já em pleno período republicano, até que, a 28 de dezembro de 1898, o Brasil concordou com a proposta de governo britânico para que o assunto fosse submetido ao arbitramento de um governo amigo. O árbitro escolhido foi o rei *Vitório Emanuel III*, da Itália. O Brasil designou, como seu embaixador plenipotenciário, para defender os seus interesses, o grande estadista

53 V. Meira Matos, *Uma política pan-amazônica*, Ed. Livraria José Olympo, pág. 60.

Joaquim Nabuco, que foi municiado de fortes subsídios *históricos e geográficos* que comprovavam o direito do Brasil à região do alto Rapununi, já ocupado por brasileiros ostensivamente; em conseqüência, pelo princípio do *uti possidetis soli*, os direitos do Brasil estavam assegurados. O governo britânico, porém, insistia que os limites eram os rios *Surumu e Tacutu*, na foz do *Maú* e no *Pirara*.

O laudo arbitral do rei *Vitório Emanuel III* foi prolatado em 1904, definindo os limites pelos rios *Tacutu e Maú*. A Inglaterra não teria seus limites até o rio *Surumu*. O Brasil não teria suas fronteiras até o alto *Rapununi*. Aparentemente uma solução salomônica; de fato, porém, quem perdia era o Brasil que construía o forte de *São Joaquim*, às margens do rio *Tacutu*, dando cobertura à ocupação brasileira do alto *Rapununi*, que fazia muitos anos se havia configurado. Por outro lado, é ostensivamente sabido que a Inglaterra, ao pleitear que os limites se fizessem pelo rio *Surumu*, estava apenas fazendo uma alegação que aumentasse o seu poder de barganha nas negociações, pois não existia na região do rio mencionado qualquer ocupação inglesa. (*V. Mapa XIII*)

Por outro lado, independentemente do aspecto territorial, o Brasil perdia a sua pretendida possibilidade de acesso ao mar do Caribe, através do rio Essequibo no qual ingressava pelo seu afluente, o rio Rapununi, que já de fato ocupava. A Inglaterra, porém, apropriando-se de 19.630 km² conseguira realizar o seu grande objetivo de acesso à Amazônia, através do rio *Tacutu*, seguindo pelo rio Branco, depois pelo rio Negro até chegar ao Amazonas. Tinha razão, assim, Joaquim Nabuco de sentir grande frustração com o laudo arbitral que refletia mais os interesses ingleses do que as justas reivindicações do Brasil, através de estudos numerosos que havia apresentado. Certamente, o que deve ter evidentemente influído na sentença prolatada, é o fato de o Brasil não possuir, na época, ainda, no contexto internacional, uma personalidade de maior significado geopolítico; ao contrário da Inglaterra que, ainda, era o império mais importante do mundo na época, com o qual a monarquia italiana procurava manter as melhores relações possíveis que se evidenciaram pela troca de visitas dos respectivos monarcas aos seus países, visitas que ocorreram exatamente no ano imediatamente anterior à emissão do laudo arbitral.

23.4. *A Questão do Acre*

As fronteiras do Brasil com a Bolívia foram definitivamente configuradas através do *Tratado de Ayacucho*, celebrado a 27 de março de 1867. A demarcação dos limites foi feita sem dificuldade, no trecho que, na época, correspondia integralmente ao Estado do Mato Grosso, e grande parte do que hoje é o Estado de Rondônia; chegou-se, assim, à demarcação até às confluências dos rios Mamoré e Beni, formadores do rio Madeira. A partir daí, estabelecia o *Tratado* que haveria uma linha geodésica até as cabeceiras do rio Javari. Não se sabia, entretanto, onde eram exatamente as nascentes do rio Javari. As demarcações, nos termos do *Tratado*, foram suspensas diante do grande envolvimento da Bolívia na *Guerra do Pacífico*, entre 1879 e 1884, pela qual perdeu para o Chile o território que lhe dava acesso ao oceano Pacífico. Só em 1895 foram retomadas as demarcações entre o Brasil e a Bolívia.

A essa altura, porém, um fato novo tornou difícil a solução pacífica da demarcação: uma frente pioneira de penetração, oriunda do Brasil, havia chegado aos altos rios formadores do Purus e do Juruá, para exploração da borracha, cujo significado econômico, sobretudo na indústria automobilística nascente, já se havia evidenciado. Era o *rush* da borracha, como passou a ser conhecido esse avanço das populações pioneiras, oriundas, em larga escala, do Nordeste brasileiro, tangidas pelas secas que assolavam a região. De outro lado, é importante ressaltar que a geodésica preconizada estendendo-se até às nascentes do rio Javari, tinha implicações diretas com a definição dos limites do Brasil com o Peru, problema que, evidentemente, extravasava a amplitude de competência do *Tratado de Ayacucho*.

Em 1894, o capitão boliviano *José Manuel Pando* chamou a atenção do seu governo que os sertanistas brasileiros que exploravam o alto Purus e seu afluente o rio Acre, estavam atuando em território boliviano. Os entendimentos havidos entre as autoridades dos dois países logo recomeçaram, em meio às lutas que sobrevieram entre os brasileiros que ocupavam a região e as forças bolivianas. Em *19 de fevereiro de 1895*, esses entendimentos provocaram a assinatura de um *Protocolo* que estabelecia o reinício das demarcações de fronteiras, o que implicava praticamente reconhecer que a área em que os brasileiros exploravam a borracha era boliviana por força do *Tratado de Ayacucho*, que definiu que os limites se fariam por uma geodésica

a partir da confluência do rio *Mamoré* com o rio *Beni*, para formar o rio Madeira, até à nascente do rio *Javari*. Preliminarmente, ficou estabelecido que a Bolívia poderia implantar uma alfândega, em *Porto Alonso*, no rio Acre, que era a área onde mais intensamente se realizava a exploração de borracha pelas frentes pioneiras brasileiras. A instalação da alfândega boliviana somente ocorreu a 3 (*três*) de fevereiro de 1899, sob garantia das forças armadas brasileiras.

Os brasileiros que ocupavam a região não aceitaram o porto alfandegário boliviano, e em 9 de maio de 1899, expulsaram os bolivianos.

Dois meses após, os brasileiros ocupantes da região, magoados com as autoridades do seu país e, diante do apoio velado do Governo brasileiro ao Tratado de Ayacucho, decidiram proclamar a República do Acre. Era o dia 14 de julho de 1899. Para governar a nova República, os proprietários dos seringais contrataram em Belém o cidadão espanhol Dom Luís Galvez. No ano seguinte, porém, mais precisamente, em 23 de maio de 1900, uma flotilha naval expulsou o governo de Galvez e restabeleceu o porto alfandegário boliviano de Porto Alonso.

Foi aí, então, que surgiu o *Bolivian Syndicate*. Esquema engendrado pelo boliviano *Avelino Aramayo*, que tinha vinculações com empresas de capital internacional. Seu pensamento para solucionar a pendência era entregar a exploração da região gumífera às companhias inglesas e norte-americanas, mediante concessão feita pelo governo boliviano. Essas empresas formariam uma *chartered company*, companhia de carta, um modelo institucional da iniciativa privada, em que as empresas operavam mediante outorga do Estado, pela qual este lhes transmitia poderes, privilégios e encargos para uma área de interesse do poder concedente. Várias dessas companhias foram constituídas pela Inglaterra e Estados Unidos para operar na exploração de matérias-primas e mão-de-obra nos países pobres. Eram, em verdade, companhias a serviço do *colonialismo* dos países ricos sobre as nações tropicais e de todo o Hemisfério Sul que operaram com frequência nos séculos XVI a XVIII.

Foi organizada, então, para a exploração da borracha boliviana, a *Concessão Aramayo*, que foi aprovada pelo Congresso boliviano. Essa concessão na prática, seria exercida pelo *Bolivian Syndicate*. Objetivamente, a região dos limites do Brasil com a Bolívia iria tornar-se um enclave estran-

geiro. O *Bolivian Syndicate* foi organizado em Nova York e era formado por empresas norte-americanas e inglesas. Em *11 de junho de 1901*, foi assinado o contrato de arrendamento, figurando, como representante da Bolívia, *Avelino Aramayo* e pelo *Bolivian Syndicate*, *Frederick Willingford Whitrige*. É importante ressaltar que participavam do *Bolivian Syndicate* um filho do Presidente dos Estados Unidos, na época, *Theodore Roosevelt*, e a *United States Rubber Company* que possuía 25% do capital da nova corporação. As *chartered companies*, que já vinham operando com sucesso na África e na Ásia, seriam, agora, transplantadas para a América do Sul.

Os brasileiros que ocupavam a região gumífera tomaram conhecimento do arrendamento dessas terras, em *julho de 1902*, pelos jornais de Manaus. A essa altura, o governo brasileiro, também, decidiu não aceitar a entrega da região ao capital internacional. O *Barão do Rio Branco* começou a tomar providências. Logo foi proibido o livre trânsito pelos rios brasileiros no sentido da Bolívia, o que provocava a inviabilidade prática do arrendamento da área. Esse ato gerou protestos diplomáticos dos Estados Unidos, da França, da Inglaterra e da Alemanha.

Os brasileiros ocupantes da região decidiram ir à guerra para conter a presença desses estrangeiros. Com esse objetivo, formaram suas tropas, sob o comando de *Plácido de Castro*, um gaúcho ex-aluno da Escola Militar de Porto Alegre. As tropas de *Plácido de Castro* sofreram inicialmente algumas reveses. Depois começaram a recuperar o domínio da região. *Plácido de Castro* depôs, em *6 de agosto de 1902*, as autoridades bolivianas instaladas em Xapuri. A Bolívia, porém, reagiu em Porto Alonso. Um ataque avassalador feito pelas tropas de *Plácido de Castro*, em janeiro de 1903, levou à queda das forças bolivianas. *Plácido de Castro* proclamou a instalação do *Estado Independente do Acre*. O governo brasileiro enviou tropas, sob o comando do general *Olímpio da Silveira*. Surgiram desentendimentos inevitáveis entre o general *Olímpio da Silveira* e *Plácido de Castro*, quanto à interpretação do *modus vivendi* que Brasil e Bolívia deveriam manter na região, enquanto negociavam uma solução diplomática para toda a área em conflito.

Só em *21 de março de 1903* cessaram as hostilidades e logo a seguir dissolveu-se o *Bolivian Syndicate*. Finalmente, em *17 de novembro de 1903*, foi assinado o *Tratado de Petrópolis*, pelo qual o Brasil incorporou ao

seu território a área que foi objeto de disputa, no total de 181.000 km², (V. *Mapa XIV*) e ofereceu à Bolívia, a título de compensações:

- 2.296 km² de sua área decorrente de ajustamento na linha divisória definida anteriormente;
- o compromisso de *construir uma estrada de ferro* paralela ao trecho encachoeirado dos rios Madeira e Mamoré; *era a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*; e
- pagamento de 2 (*dois*) milhões de libras esterlinas à Bolívia.

É indispensável ressaltar que a vitória diplomática do Brasil na questão do Acre teve um extraordinário alcance geopolítico de caráter preventivo em relação aos problemas que o Brasil iria ter com os governos dos países em que se formou o *Bolivian Syndicate* – os Estados Unidos e a Inglaterra. Para isso, basta lembrar que, logo no ano seguinte ao *Tratado de Petrópolis*, o Presidente dos Estados Unidos, *Theodore Roosevelt*, fortalecido pelo início de seu segundo mandato, proclamou a política do *Big Stick* (a grande vara) pela qual os *Estados Unidos se reservavam o direito de intervir nos assuntos dos países latino-americanos, para proteger interesses privados de seus cidadãos*. Se as negociações entre Brasil e Bolívia tivessem sido retardadas de um ano, poderiam, evidentemente, os Estados Unidos, julgar-se no direito de intervir na região em conflito para proteger os interesses do *Bolivian Syndicate*, que nada mais era do que um concessionário de interesses geopolíticos e econômicos extraterritoriais de dois países ricos a serviço dos quais iria atuar: a Inglaterra e Estados Unidos.

MAPA XI

A Questão do Amapá

Área da pretensa *República de Cunani* - 1885,
na costa do Amapá, sem indicação de seus limites interiores



MAPA XII

A Questão do Amapá

Área do Norte do Brasil que serviu de base para a arbitragem da Suíça - 1900



Fonte: Gen. Meira Matos. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Ed. Livraria José Olímpio. Mapa do território contestado e neutralizado em 1700, a 1ª memória francesa apresentada ao governo suíço.

MAPA XIII

A Questão do Rio Branco

Área de litígio entre o Brasil (Roraima) e a Inglaterra (Guiana).



Áreas reivindicadas:

- Pelo Brasil
- Pela Inglaterra

MAPA XIV

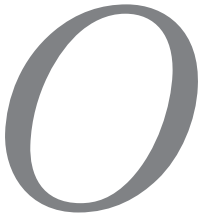
A Questão do Acre
O Tratado de Ayacucho (1867)
e a conquista do Acre



.....

Capítulo 24

A AMAZÔNIA PARA OS NEGROS AMERICANOS. A NAVEGAÇÃO DO AMAZONAS



24.1. Os primórdios das pressões para a abertura do Amazonas à navegação estrangeira

BRASIL independente herdou do período colonial a política de manter fechada a Amazônia aos estrangeiros. A abertura dos portos do país, feita em 1808 por D. João VI, não incluiu evidentemente aqueles que estivessem situados às margens dos rios. D. Pedro II sempre foi reticente quanto a aceitar as pressões internacionais que reivindicavam a abertura de navegação pelo rio Amazonas e seus afluentes. Aliás, quanto mais fortes se mostraram essas pressões, mais o imperador relutava em aceitá-las, pois parecia evidente que os interesses internacionais não se limitavam apenas à navegação.

A primeira manifestação dessas pressões estrangeiras ocorreu em Nova York, em 1824. Foi organizada uma companhia para fazer a navegação do Amazonas, *The Amazon Steam Navigation Company*, com total aprovação do embaixador do Brasil, José Silvestre Rebelo, junto ao governo norte-americano. Infelizmente, nas invectivas de estrangeiros sobre a Amazônia, como ficará evidenciado ao longo deste estudo, sempre existe a complacência (ou conivência) de um brasileiro. Segundo a historiadora *Níxia Vilela Luz*, em seu clássico livro *A Amazônia para os Negros Americanos*,

a companhia denominava-se de *South Americam Steam Boat Association* e foi criada em Nova York. Seus dirigentes decidiram inicialmente enviar ao Rio de Janeiro um representante para obter o privilégio da navegação do Amazonas, por 25 anos, o que, liminarmente foi recusado pelas autoridades brasileiras.

Diante disso, resolveu a companhia criar um *fato político* que levasse o Brasil a recuar de sua posição: enviou ao Brasil o navio denominado *Amazonas* que fundeou em Belém, em abril de 1826. Seu comandante dizia que *pretendia abrir o comércio com as repúblicas hispano-americanas* e, em conseqüência, desejava subir o rio até à *Grã-Colômbia*. O governador do Pará convocou a Assembléia Legislativa para apreciar o problema; as autoridades locais estavam muito preocupadas por entenderem que se tratava de uma provocação de uma empresa estrangeira, pois o comandante, em águas brasileiras, recusou-se hastear a bandeira brasileira. A Assembléia decidiu *negar permissão* para que o navio entrasse no rio Amazonas, o que provocou um grave incidente diplomático, pois a empresa alegava estar autorizada pelo embaixador brasileiro nos Estados Unidos; por isso, reclamou perdas e danos dos quais queria ser indenizada.

Ao longo das décadas de vinte, trinta e quarenta a questão de navegação do Amazonas continuou sendo objeto de preocupação, porém, as pressões havidas sempre eram esmaecidas, na medida em que os estrangeiros reconheciam a situação de pobreza em que vivia a Amazônia, conforme o relato de emissários, em geral travestidos de cientistas, que informavam o quadro de penúria em que viviam os habitantes da Região.

Dois acontecimentos eram responsáveis por esse quadro adverso. O primeiro foi a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, em 1759. Os inácianos haviam desenvolvido uma economia na Região, apoiada nos *aldeamentos indígenas*, verdadeiras empresas que tinham capacidade para maximar o extrativismo, apoiada na mão-de-obra do silvícola. Com a expulsão dos jesuítas, houve a desagregação dessa organização econômica. As medidas para supri-la não puderam ter efeitos benéficos, nem mesmo a médio prazo, pois os colonos desejavam sempre apoiar-se na mão-de-obra escrava que era difícil de ser obtida, entre as populações indígenas desagregadas. A mão-de-obra oriunda da escravidão negra não podia substituir o

indígena na prática do extrativismo rentável, pois não conheciam os negros os segredos da floresta tropical amazônica.

O segundo acontecimento foi a *Revolução da Cabanagem* que se estendeu por toda a Região, na década de trinta do século XIX. Foi uma revolução promovida por descendentes de índios, negros e portugueses, portanto, brasileiros que não aceitavam a permanência do domínio da economia regional pelos portugueses. Seu efeito foi avassalador sobre o sistema econômico regional, que só iria se reorganizar no final do século com a exploração de borracha.

24.2. *A campanha do Tenente Matthew Maury e a teoria do “Destino Manifesto”.* “*A República Amazônica para os negros americanos.*” *A praxiologia da “Doutrina Monroe”*

Na década de cinqüenta, do século XIX, porém, um fato novo criou um sério problema geopolítico para a Amazônia: a campanha que começou a ser feita nos Estados Unidos pelo tenente da marinha americana *Matthew Fontaine Maury*; incapacitado para o serviço ativo, *Maury* tornou-se encarregado do *Depósito de Cartas e Instrumentos do Departamento da Marinha*, em Washington, que depois foi transformado no *Naval Observatory and Hydrographix Office*.

Maury era reconhecido como um homem competente, porém, visionário, racista e imperialista. Desencadeou uma campanha nos Estados Unidos tentando convencer o povo e, principalmente, as autoridades americanas da validade da *Teoria do Destino Manifesto*. Essa *teoria* baseava-se no ideário imperialista e racista que tinham as lideranças dos Estados do Sul do país que começavam a entrar em conflito com os Estados do Norte; aqueles escravagistas, com estrutura latifundiária, insistiam no potencial geopolítico que tinham os Estados Unidos para dominar o *México*, o *Caribe* e *América do Sul até a Amazônia*. *Maury* era porta-voz desse ideário; preconizava que os Estados Unidos tinham o *destino manifesto* de unir as bacias do Mississípi-Missúri com o Orinoco e o Amazonas. Na Amazônia, seria criada uma *República para os Negros Americanos*, uma vez que os trópicos úmidos deveriam ser dominados somente por populações escravas. *Maury* era racista, por isso afirmava que a Amazônia era o habitat natural do negro;

especificamente, do negro escravo. Suas pregações junto aos líderes sulistas eram no sentido de que deveriam voltar-se prioritariamente para a colonização da Amazônia, pois assim poderiam superar as dificuldades do Sul, ressaltando já a importância da exploração de borracha. Dizia então:

*Este vale é uma região para escravo...É a terra dos papagaios e macacos e só o africano está à altura da tarefa que o homem aí tem de realizar.*⁵⁴

Tentava, assim, comprovar a irreversibilidade do *destino manifesto* dos Estados Unidos; assegurava que a preservação da Amazônia desocupada era uma decisão de Deus para que os problemas do Sul do seu país pudessem ser superados. Era uma questão de *determinismo geográfico e predestinação divina* que a Amazônia seria povoada pelos escravos norte-americanos.⁵⁵

O passo estratégico para que essa colonização se realizasse era exigir a *abertura da navegação do Amazonas*; com esse objetivo pressionou o governo brasileiro através do representante do Brasil em Washington, o embaixador *Sérgio Teixeira de Macedo*. Essas pressões foram assumidas pelo próprio governo americano que solicitou ao representante brasileiro permissão para que uma expedição de caráter científico ingressasse no Amazonas. No entanto, a verdadeira finalidade da expedição era conhecer melhor a Amazônia para nela instalar uma colônia americana que seria depois transformada em *República Amazônica para Negros Americanos*.

Como o governo brasileiro tardasse em atender o pedido, Maury resolveu promover uma expedição que deveria explorar o Amazonas, a partir de Lima no Peru, navegando pelo rio Amazonas. O encarregado da missão era o tenente da marinha *William Lewis Herndon*, cunhado de *Maury*. E assim aconteceu. Em Lima, a expedição foi dividida em duas; uma que viria pelo *Marañon*, sob o comando de *Herndon*. A outra, comandada por *Lardner Gibbon*, que penetraria através da Bolívia, alcançaria o rio *Madeira* até atingir o Amazonas. As viagens foram realizadas. *Herndon* e

54 *The Comercial Prospects of the South*, pág. 696, *apud* Nícia Vilela Luz, *in* *Amazônia para os Negros Americanos*, Editora Saga S.A., pág. 58.

55 *Ibid*, pág. 58.

Gibbon apresentaram seus relatórios. O de Herndon seguia mais a linha de orientação de *Maury* e, por isso mesmo, está repleto de fantasias. O relatório de *Gibbon* é mais realista sobre a Amazônia. Ambos foram publicados pelo Congresso Americano.

O relatório de *Herndon* descreve os 11 (onze) meses de viagem sob o impacto das idéias do seu cunhado; insiste nas possibilidades de transformar a Amazônia num grande centro de produção. Esse relato *serviu de base para a campanha de Maury* pela imprensa em favor da abertura imediata da navegação do Amazonas aos navios de bandeira estrangeira. Voltava-se *Maury* contra a política brasileira de manter fechado o rio Amazonas, política que *Maury* qualificava de “*japonesa*”, ou seja, hermética.

A campanha de *Maury* sempre teve forte impacto perante o governo americano, com algumas oscilações. O embaixador norte-americano no Brasil, *Sr. William Hunter*, sempre preconizava uma *política conciliatória* nas relações com o Brasil, sobretudo em nome dos mútuos interesses comerciais. As autoridades americanas, porém, abertamente apoiavam a campanha de *Maury* quanto à navegação do Amazonas. O *destino manifesto* passou a representar o interesse de toda a nação norte-americana e não apenas dos sulistas. O movimento *Young America* que surgiu no âmbito do *Partido Democrata* tinha a finalidade ostensiva de difundir a *democracia americana*, como modelo para outros países, em especial no continente americano; esse movimento era, portanto, *absolutamente contrário à monarquia brasileira*.

Por outro lado, é importante assinalar que estava em vigor a política proclamada pelo presidente *James Monroe*, desde 1823, que visava a afastar a influência européia sobre os países do continente americano: “*A América para os Americanos*”. Preocupavam-se as autoridades norte-americanas, no caso do Brasil, sobretudo com a França que mantinha, no Atlântico Sul, uma poderosa frota naval e não renunciava seus propósitos de implantar na costa brasileira a *França Equinocial*. A *Doutrina Monroe* persiste até os nossos dias, dourada com novos matizes, sobretudo, no sentido de que, se, de um lado, afasta a influência européia sobre os países sul-americanos, de outro, sustenta o imperialismo e o controle econômico norte-americano sobre esses países.

24.3. O Barão de Mauá assume com exclusividade a navegação do Amazonas. A criação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas. A navegação a vapor no Amazonas

O governo brasileiro, em especial o imperador D. Pedro II, acompanhava a invectiva dos americanos ideologicamente revestida com a doutrina do *Destino Manifesto*, com preocupação e firmeza e, sabe-se hoje, com muita sabedoria diplomática. As reações do País, sempre foram marcadas, ora pelo *silêncio conveniente*, ora por passos bem estudados, pois permitiram que o Brasil conseguisse sempre, como até hoje, boas relações com a poderosa nação norte-americana sem abrir mão de sua soberania. Assim, em setembro de 1850, foi aprovada a lei que autorizava o governo implementar a *navegação a vapor no Amazonas e seus afluentes*, diretamente ou mediante concessões à iniciativa privada. Ninguém se habilitou. O governo então convenceu o grande empresário e empreendedor brasileiro Irineu Evangelista de Sousa, Barão de Mauá, a organizar uma empresa que teria a *exclusividade* de navegação por trinta anos e uma subvenção de 160 contos de réis. A 10 de agosto de 1852, foi baixado o decreto pelo qual o governo aprovava o contrato com a empresa criada, a *Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas*. A empresa obrigava-se a fundar 60 colônias, ao longo dos rios amazônicos, formada por estrangeiros ou índios.

A exclusividade concedida a Mauá para a navegação do Amazonas agravou fortemente a onda de protestos internacionais. As pressões aumentaram e o governo brasileiro viu-se na contingência de obter da Companhia concessionária, em 1854, a *renúncia ao privilégio da exclusividade*.

Em suas operações, Mauá começou a perceber as limitações e certamente o elevado *custo amazônico*, inerentes à navegação pelos altos rios. Queixou-se, primeiro, de que a *exigência de colonização* inviabilizava financeiramente a empresa. Em 1857, conseguiu que fosse excluído do contexto da concessão a obrigatoriedade da implantação de colônias. Era o *custo amazônico* que, até hoje, impõe *restrições* ao desenvolvimento regional, mostrando, pela primeira vez, a sua face de maneira ostensiva, o que evidentemente provocou o desânimo das forças americanas sobre a ocupação da Amazônia.

Alegava-se muito, na época, que a geopolítica brasileira, em relação à Amazônia, era contraditória, pois na bacia do Prata reclamava a livre

navegação, enquanto no Amazonas pregava o fechamento do rio. Objetivamente, não era bem assim; em verdade a Amazônia era uma área apenas formalmente ocupada, e por isso totalmente exposta à cobiça estrangeira, o que recomendava cautela por parte das autoridades brasileiras.

É importante ressaltar que, nas décadas de cinquenta e sessenta, a luta do *tenente Maury* orientava-se, ora no sentido de acentuar a questão da *navegação da Amazônia*, ora procurando sensibilizar as autoridades americanas para a *ocupação da Amazônia*. Neste último caso, aliás, o episódio de natureza geopolítica que mais preocupações trouxe às autoridades brasileiras foi a sugestão do embaixador norte-americano no Brasil, general *James Watson Webb*, ao presidente *Abraham Lincoln*, no sentido de que os negros libertos, em 22 de setembro de 1862, viessem para a Amazônia, onde formariam um Estado soberano: a tão sonhada *República dos Negros Americanos*. *Abraham Lincoln*, já totalmente envolvido pela *Guerra da Secessão*, acolheu em princípio as sugestões de seu embaixador e as apresentou aos líderes negros. A resposta das lideranças negras salvou o Brasil de um conflito de perspectivas inimagináveis, pois se limitaram a dizer: “*não aceitamos a proposta pois este país também é nosso*”. Foi a desestruturação dos sonhos imperialistas do *Tenente Maury* e seus companheiros de luta em função da doutrina do *Destino Manifesto*.

A criação da *Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas*, sob o comando de Mauá, trouxe, também, um grande avanço tecnológico que foi a introdução da *navegação a vapor*. A empresa começou a operar com três navios de pequeno porte; em três anos, porém, já atuava com dez navios de médio porte que no futuro iriam tipificar a navegação amazônica. A expansão do comércio, apoiado na navegação fluvial, sobretudo para a exploração dos seringais, deu origem ao surgimento de duas empresas privadas; a *Companhia Fluvial Paraense* e da *Companhia Fluvial do Alto Amazonas*.

24.4. Alguns brasileiros assumem a postura de “inocentes úteis” favoráveis às pretensões norte-americanas em relação à Amazônia

É preciso não esquecer que, mesmo no Brasil, a pregação do *Tenente Maury* repercutiu favoravelmente, como é o caso do ministro brasi-

leiro, em Washington, Sérgio Teixeira de Macedo, que, em informe reservado, dirigido, em 14 de novembro de 1850, ao ministro das Navegações Estrangeiras do Brasil, José Antônio Soares de Sousa, discute longamente, em onze parágrafos o sentido geopolítico da Amazônia, não só em relação aos demais países amazônicos, mas, também, diante das potências marítimas de então – os Estados Unidos, a Inglaterra e a França. Artur César Ferreira Reis, na sua festejada obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, transcreve a íntegra do informe reservado de *Teixeira de Macedo*, um documento seguramente de alto significado para que se possa compreender a inserção geopolítica da Amazônia no contexto internacional, até mesmo em nossos dias.⁵⁶

O pronunciamento de *Sérgio Teixeira de Macedo* deixa perceber que ele era admirador do *Tenente Maury*; sobre o livro do tenente a respeito da Amazônia, diz tratar-se de um “*trabalho luminoso e interessante*”. Discute longamente a posição brasileira de manter fechado o Amazonas à navegação estrangeira, para concluir que o Brasil não tinha outra alternativa. Que estávamos diante de um país poderoso e ambicioso que, impulsionado pela *Doutrina de Destino Manifesto*, iria inevitavelmente conquistar o México, a América Central, as Antilhas e *todo o norte da América do Sul até as margens do rio Amazonas*. O povo americano não se havia conformado em tomar ao México os território ao norte desse país (a Califórnia, o Texas, o Novo México), que havia ocupado nos anos 40 do século XIX. O esforço de conquista iria inelutavelmente prosseguir até às margens do rio Amazonas.

Preconizava o embaixador do Brasil, em Washington, que o Brasil deveria adotar uma *política de antecipação*, através da abertura da navegação do Amazonas aos povos estrangeiros, pois, assim, estaria criando um fato político capaz de conter o ânimo geofágico dos líderes sulistas norte-americanos. Os demais países do mundo, sobretudo, as potências marítimas, passariam a navegar no Amazonas, o que serviria de escudo contra ambições imperialistas americanas. Frisou, ainda, que se os Estados Unidos

56 Reis, Artur César Ferreira, in *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, Ed. Edinova Ltda., pág. 65 a 79.

ocupassem a *calha norte do rio Amazonas*, o Brasil perderia, do ponto de vista jurídico-internacional, o direito de fechar o Amazonas, porque não mais detinha isoladamente o domínio sobre a embocadura do rio. O informe reservado do ilustre embaixador brasileiro dá uma idéia clara da crítica situação geopolítica que viveu a Amazônia no meado do século XIX, com a conivência até mesmo de autoridades brasileiras.

Outro ilustre brasileiro entrou no debate do assunto, assumindo nítida posição favorável a uma *ação cooperativa com projetos norte-americanos*. Foi Aureliano Cândido *Tavares Bastos*. Tratava-se de um jornalista, político e escritor alagoano de grande influência no País que defendia a aplicação no Brasil do modelo de democracia e regime de governo idêntico ao dos Estados Unidos. Com o pseudônimo significativo de *Solitário*, Tavares Bastos defendia a abertura da navegação do Amazonas aos povos estrangeiros. Entrou num debate contundente para defender o seu ideário tentando sempre demonstrar que o modelo de organização política norte-americano era o melhor para o Brasil, que o deveria adotar sem reservas. Em nosso tempo, *Tavares Bastos* seria, sem dúvida, acويمado de *entreguista*. Seu entusiasmo pelas ambições americanas em relação à Amazônia, levou o imperador D. Pedro II, na intimidade, a acusá-lo de “*falto juízo prudencial*”.

24.5. A abertura da navegação do Amazonas

Na década de sessenta do século XIX, porém, os temores do Brasil quanto à abertura da navegação do Amazonas a estrangeiros foram em grande parte superados, mais por desinteresse das potências marítimas da época. Assim, a *7 de dezembro de 1866* foi baixado o decreto que abria o rio Amazonas à navegação estrangeira. Esta todavia não surgiu de imediato. No ano seguinte, em *7 de dezembro de 1867*, essa abertura foi limitada à concessão específica nos seguintes eixos fluviais:

- a. *do Tocantins até Cametá;*
- b. *do Tapajós até Santarém;*
- c. *do Madeira até Borba;*
- d. *do rio Negro até Manaus.*

Somente sete anos mais tarde, portanto, em 1874, é que surgiu no Amazonas o primeiro navio estrangeiro; era um navio dinamarquês à vela que chegou até Manaus. Em 1874, ainda, surgiu uma empresa estrangeira que incorporou as empresas nacionais. Era a *Amazon Steam Navigation* que não chegou a exercer o monopólio da navegação porque as empresas brasileiras continuaram com razoável sucesso operacional.

TÍTULO V

A ESTRATÉGIA DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA E
SUAS IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS

.....

Capítulo 25

O IMPACTO DA ECONOMIA DA BORRACHA NA GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA: O FASTÍGIO E A MISÉRIA; A GUERRA E A ESCRAVIDÃO

A

25.1. A descoberta da borracha e sua vulcanização

ECONOMIA da borracha e o interesse mundial que a envolveu ainda é o acontecimento mais importante da história política, social e econômica da Amazônia, sobretudo se forem consideradas as repercussões geopolíticas que provocou: a) a consolidação da ocupação econômica da Amazônia; b) a guerra pela posse do Acre; c) a trágica construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré; d) o fantástico significado da borracha para a viabilização da indústria automobilística.

A descoberta da borracha, enquanto goma elástica, ocorreu já quando Colombo chegou ao continente americano, na sua segunda viagem, quando observou no Haiti as bolas especiais que as populações indígenas faziam, a partir do látex extraído de algumas plantas. No México, os europeus observaram que as populações indígenas fabricavam vários produtos de uso pessoal e de utilidade doméstica, como vasilhames, capas para proteção contra o frio, inclusive de recém-nascidos. Chamava também a atenção o fato de que o produto tinha grande elasticidade e impermeabilidade.

Foi na Amazônia, porém, que os colonizadores do continente americano descobriram que existia o melhor tipo de goma elástica, a

partir da qual iria surgir a economia gumífera. Os índios cambebas (ou omáguas) chamavam-na de *havé* e dela faziam vários produtos. Em sua classificação essas plantas gumíferas pertencem à família das *euforbiáceas*, cujas principais espécies existentes na Amazônia, de interesse econômico, são a *Hevea brasiliensis* (seringueira), a *Hevea guianensis* (seringueira-vermelha), a *Hevea benthamiana* (seringueira-chicote), a *Hevea randiana* (seringueira-branca), a *Hevea spruceana* (seringueira-barriguda), a *Hevea microphylla* (seringueira-tambaqui), e a *Hevea lutea* (seringueira-itaúba). Essas variedades de seringueiras não produziam um látex que alcançasse a importância e o valor mercadológico da *Hevea brasiliensis*. Também existiam plantas lactíferas da família das *moráceas*, como o *caucho*, porém, de qualidade inferior; a *balata*, da família das *sapotáceas*, da qual se extrai um látex seco, usado na fabricação de correias de transmissão e bolas de golfe.

A borracha já estava no mercado internacional antes de serem descobertos os processos fitoquímicos que a levariam a pontificar na economia industrial como *produto estratégico* para o desenvolvimento. Já começava a se forjar o sistema produtivo que, por muitas décadas caracterizaria, como o produto-rei do trópico úmido, a planta gumífera que passou a ser chamada de seringueira; já era possível identificar o caráter relativamente gregário das plantas que, em cada conjunto, formavam o *seringal*; o extrator do látex era o *seringueiro*; a goma elástica que coletava era a *seringa*; o dono da área em exploração era o *seringalista*. Nesta fase de produção mais empírica, seja na coleta do produto, seja na sua manufatura, passou a ser conhecido pela denominação de *borracha*, termo adotado pelos portugueses, aplicado a um produto de uso tradicional em Portugal: um saco de couro ou odre, totalmente vedado, para conter líquidos, principalmente água e vinhos; com o aparecimento da goma elástica foi possível fazer esse saco de forma mais adequada, pois tinham um pequeno tubo ajustável na boca que servia como *seringa*. O nome do odre ou saco passou a ser aplicado à matéria-prima de que era fabricado, isto é, o látex da seringueira passou a chamar-se de *borracha*.

A eclosão da borracha na economia industrial surgiu a partir da descoberta de *vulcanização do produto*. Os primeiros estudos começaram, ainda, por ocasião da viagem de *Charles-Marie de la Condamine*, em 1736

à América do Sul para fazer a medição da linha do Equador. O cientista francês ficou impressionado com o uso que as populações indígenas da Amazônia equatorial faziam da goma elástica. Ao chegar em Caiena, encontrou o naturalista *François Fresneau* que, também, compartilhava do mesmo interesse pelo produto, a partir da planta lá existente, a *Hevea guianensis*, que tinha pouca rentabilidade. *La Condamine* apresentou à Academia de Ciências de Paris o relato de suas observações em 1745. Em 1762, o botânico *Fuset Aubleg* descreveu a *Hevea brasiliensis*. Nesse ano, ainda, *Fresneau*, depois de 20 anos de experiências, comunicou ao governo francês haver descoberto a *liquefação* do produto coagulado, quando dissolvido em *terebintina*.

No século seguinte, em 1823, na Escócia, *Charles Mac Intosh*, aplicou na borracha, como solvente, a *nafta do carvão*, que permitiu desenvolver a *impermeabilização* do produto. O sucesso da nova tecnologia levou *Mac Intosh* a implantar uma fábrica de tecidos à prova d'água.

Foi, entretanto, a descoberta da *vulcanização* da borracha pelo norte-americano *Charles Goodyear*, em 1839, que deu consistência industrial ao produto. *Goodyear* era profissionalmente um inventor, atividade à qual se dedicava também seu pai. Desde 1830, dedicava-se à busca da comercialização da borracha. Em 1836 recebeu uma encomenda do Departamento de Correios dos EE.UU para a fabricação de sacos postais de borracha. Esse produto, porém, não resistia a temperaturas extremas, endurecia no inverno e amolecia no verão. Em 1839, casualmente, submeteu o produto ao aquecimento até à temperatura de 140°C, ao qual eram adicionados outros produtos, como a flor-de-enxofre e uma carga mineral de cal e magnésio. O produto assim processado tinha a consistência necessária para ser utilizado industrialmente. *Goodyear* denominou o processo químico utilizado de *vulcanização*, associando-o ao deus mitológico *Vulcano*, o deus dos vulcões, portanto, que precisava de elevadas temperaturas para sua elaboração.

A patente da *vulcanização* somente foi concedida em 15 de junho de 1844. Não foram, porém, reconhecidos os direitos de patente de *Goodyear*; nem nos EE.UU, nem na Europa. Em 1855, conseguiu permissão em Paris para fabricação de seu invento, o que o levou à falência e à miséria. Morreu pobre em Nova York, a 1º de julho de 1860, deixando a

família na miséria. Sobre sua descoberta escreveu o livro *A Goma Elástica e suas Variedades*.

O impacto da borracha na indústria seguiu seu curso ascendente de forma irrefreável. Os tipos de produtos dela oriundos já se contavam às centenas. O principal produto, porém, é o que deu origem à denominada *indústria pesada de borracha*: a fabricação de *pneumáticos* para automóveis. A borracha viabilizou a produção dos veículos automotores em larga escala; era a *indústria automobilística* que é, sem dúvida, o marco estratégico inicial das sociedades desenvolvidas. Estimulada pela demanda de borracha em escala acelerada, a Amazônia conheceu duas décadas de fastígio: a última do século dezenove e a primeira do século vinte. Com a mesma velocidade com que se elevou, também caiu a demanda de borracha amazônica. A riqueza da sociedade amazônica, mesclada com a miséria e o tratamento escravo do seringueiro, levou a Amazônia a um marasmo, que por muitas décadas, iria caracterizar a economia regional. Por quê? A geopolítica dos países ricos levou o Brasil à marginalização na produção de borracha. O *boom* da borracha levou os países industriais, muito cedo, a perceberem que não poderiam depender da produção extrativista, pois tratava-se de um processo produtivo rudimentar e limitado, por isso mesmo não teria condições de oferecer o suporte de que necessitava a demanda industrial ascendente e acelerada do produto.

25.2. *A biopirataria da borracha*

Ainda, em 1876, o inglês *Henry Alexander Wickham* coletou 70 mil sementes de *Hevea brasiliensis*, na região dos rios Madeira e Tapajós. As sementes foram levadas para o *Kew Garden* na Inglaterra, onde mais de 7 mil delas brotaram. Levadas para Ceilão, no Oriente, aí foram transplantadas, adaptaram-se muito bem, dando origem à *borracha de cultivo*, em concorrência com a *extrativa*. Multiplicou-se a produção asiática e em poucos anos a produção amazônica era, apenas, um número insignificante no mercado mundial do produto. O extrativismo da borracha não tinha condições competitivas com a heveicultura. A consequência fundamental tornou-se inevitável: a Amazônia foi marginalizada do mercado internacional da borracha e a economia regional entrou em rápido declínio. Era mais

um efeito perverso da geopolítica para a Amazônia, no caso, praticado sob a liderança da Inglaterra.

Durante as duas décadas da produção da borracha em larga escala, não foi, apenas, a transferência da sede do eixo econômico da Amazônia para a Ásia o seu único impacto de sentido geopolítico mais grave. Dois outros ocorreram de fantástico significado. Um, que já foi visto; a *guerra do Acre*, a anexação do seu território ao Brasil, de forma altamente onerosa para o Tesouro Nacional. O outro, mais doloroso, que adiante será estudado: a construção da *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*.

.....

Capítulo 26

OS DESDOBRAMENTOS GEOPOLÍTICOS DA ECONOMIA DA BORRACHA. A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

A

26.1. O extrativismo e a escravidão por dívidas

ECONOMIA da borracha, em sua fase de maior esplendor, havia provocado na Amazônia uma grande transformação. Foram grandes mudanças de vasto significado geopolítico imarcescível para configuração humana da Região, em suas dimensões econômicas e sociais. Pela sua amplitude, essas mudanças tiveram grande impacto quanto à soberania do Brasil sobre a Região, bipolarizada entre o povoamento e o extrativismo da borracha.

A forte migração para a Amazônia que a economia da borracha provocou mudou o perfil ocupacional da Região. Foram milhares de nordestinos tangidos pela miséria e pela seca que vieram para a Amazônia em busca de melhores condições de vida. É dolorosamente consabido que, aqui chegando, o nordestino não encontrou uma vida melhor; mudaram as condições naturais e sociais que os levavam à marginalização; mas continuou na miséria; fosse porque teve de se defrontar com a grande floresta tropical, cujos segredos e peculiaridades desconhecia, porque absolutamente inexistentes em sua região de origem, fosse porque passou a ser vítima da prática da *peonagem*, isto é, a *escravidão por dívidas*.

Diante da floresta amazônica, ao chegar era apelidado de “*brabo*”, no sentido de indicar que tinha de ser “*domado*” pelas práticas do extrativismo; enquanto não sabia como entrar na floresta e dela sair, sofria muito. Na sua região de origem era vítima da falta de água. Na Amazônia sofria pelo excesso de chuvas, às quais tinha de se adaptar, até aprender a construir as *estradas* dos seringais que tinham de ser percorridos, para a coleta do látex. Começava a percorrer as estradas, ainda pela madrugada e só nas primeiras horas da noite terminava a sua cruel atividade diária, quando defumava a borracha coletada. Nas longínquas margens dos altos rios, ficava totalmente dependente do seringalista, aquele que de fato era o dono do seringal. Era o seringalista que lhe fornecia os gêneros alimentícios e os produtos de qualquer natureza de que ele e sua família precisavam para sobreviver. Esses fornecimentos somente poderiam ser pagos com o produto de sua coleta de borracha. Constituía-se, assim, uma economia não monetizada: produtos trocados por produtos; o *escambo*. Isolado do mundo, reduzido à solidão humana, o seu universo era binômio, o *rio e a floresta*; não tinha alternativa, a não ser deixar-se manipular pelo patrão; era a *praxis* da escravidão por dívidas, cuja dimensão não sabia sequer avaliar, porque era analfabeto e se achava em situação de dependência absoluta diante do seringalista.

Pois foi este homem, nessa condição limite de vida que ocupou a Amazônia, fazendo dela a sua terra, o seu *habitat*. Por ela foi à guerra com a Bolívia, onde milhares perderam a vida; nela construiu uma estrada de ferro de 366 km de extensão, rasgando a selva virgem e morrendo vítima das intempéries da Região; da malária, do tifo, da febre amarela e tantas outras adversidades.

Objetivamente, o seringueiro era um escravo, pois nem liberdade tinha para deixar o seringal já que se pretendesse fazê-lo tinha de previamente pagar as suas dívidas; como era analfabeto, suas dívidas eram praticamente arbitradas pelo seringalista, que criava condições pelas quais ele nunca conseguia amortizá-los. Ressalte-se, ainda, que a prática da escravidão por dívidas, ou por qualquer outro motivo, nem sequer era, na época, tipificada como crime; a legislação era omissa sobre o assunto; somente o Código Penal de 1940 é que, em seu artigo 149, passou a dispor sobre a matéria como crime que, aliás, continua a ser praticado ostensivamente na Amazônia, sem que as autoridades tenham condições de coibir esse tipo de violação dos direitos humanos.

Mas foi com o suor e em cima da liberdade do seringueiro que o Brasil pôde demonstrar ao mundo que a Amazônia era efetivamente sua, porque de fato a ocupava. Duas grandes capitais surgiram ao longo do rio Amazonas, para melhor evidenciar essa ocupação, *Belém* e *Manaus*. As regiões dos altos rios Madeira, Purus e Juruá foram efetiva e juridicamente ocupadas, pois o sentido brasileiro dessas regiões passou a ser dado pela presença do seringueiro e sua família.

Muitos seringais tornaram-se depois cidades, algumas das quais hoje de forte importância geopolítica no espaço amazônico. Assim, do seringal *Empresa*, surgiu a cidade de *Rio Branco*, hoje capital do Estado do Acre; do seringal *Remate de Males* surgiu a cidade de *Benjamim Constant*, guarnecendo a fronteira da Amazônia brasileira pelo eixo do rio Amazonas.

As potências estrangeiras não ficaram indiferentes à epopéia da borracha; dela participaram diretamente, como interessadas no controle da economia extrativista que havia surgido. Assim, interferiram diretamente na *Questão do Acre*, como se partes fossem na pendência gerada pela formação do *Bolivian Syndicate*, que ingleses e americanos haviam constituído para ocupar a região gumífera.

Foram ingleses e americanos que interferiram diretamente na construção da *estrada de ferro Madeira-Mamoré*, dela saindo derrotados pela inclemência da selva tropical. Aproveitando o período de opulência da economia gumífera, como mercado comprador de produtos, procuraram interferir no processo econômico, posicionando-se, institucionalmente, em condições estratégicas do fluxo do produto, ao longo da Região. Assim foi que os ingleses:

- a) no setor do *transporte internacional da borracha*, criaram a *Amazon River Steam Navigation*, articulada, através do acesso aos portos de Belém e Manaus com a *Booth Line Co.*
- b) no setor *portuário*, construíram e operaram os portos de Belém e Manaus; em Belém, através da *Port of Pará*; em Manaus, através da *Manaos Harbour LTDA.*
- c) no setor *bancário*, através do *Bank of London & South America LTDA.*
- d) no setor de *comunicações*, através do *Parah Telephone Co.*

A economia gumífera, entretanto, deixou o saldo geopoliticamente positivo da *consolidação da soberania do Brasil sobre a Amazônia*, ainda que apoiada na impiedade do trabalho escravo, na morte precoce provocada pelas doenças tropicais.

26.2. Aviamento e o regatão

É indispensável acentuar a grande importância que teve para a ocupação da Amazônia, ao longo das regiões mais longínquas, o modelo creditício concebido pelo capitalismo atuante na Região, objetivando oferecer aos produtores da borracha o custeio das safras de exploração do produto. Geralmente, ao longo dos meses de novembro e dezembro, quando, nos altos rios, começava a enchente, tornava-se possível o acesso aos afluentes e subafluentes mais distantes, onde mais abundantes eram os seringais. O seringueiro precisava receber os mantimentos de que necessitava para fazer o seu *tapiri* às margens dos rios, a partir do qual poderia penetrar as “*estradas dos seringais*”; recebia as mercadorias e viajava. O fornecimento dos mantimentos era feito pelo *seringalista*: o proprietário do seringal. Este, por sua vez, recebia as mercadorias da *casa aviadora*.

Foi, assim, que se institucionalizou o *aviamento*: o modelo creditício concebido para o custeio das safras da borracha. O crédito era, assim, capilarizado até as mais longínquas regiões possibilitando a sua ocupação pela gente brasileira: o *seringueiro e sua família*. O aviamento levava o crédito ao seringueiro e, ao mesmo tempo, institucionalizava sua dependência total do seringueiro e, por conseqüência, a *escravidão por dívidas*. Registre-se que esse crédito concedido ao seringueiro era oferecido em mercadorias e seu pagamento era feito em borracha. Era a economia do *escambo*.

Outro elo importante na cadeia de instituições que foram forjadas para a ocupação da Amazônia, foi o *regatão*. O sistema de navegação e transporte, que levava as mercadorias até os altos rios e deles traziam a borracha, criou o *regatão* como um meio, a um só tempo de *transporte* e de *comércio*. O ato de comércio pelo qual eram vendidas as mercadorias, mediante sua troca por produtos, era praticado a bordo do navio, isto é, o *regatão*. Seu significado social e econômico para a Amazônia é imensurável.

Em verdade o *regatão* era o único elo que garantia, não apenas as relações econômicas, mas também as relações sociais e políticas com o restante do País, em especial com os centros urbanos de Belém e Manaus. O *regatão* levava jornais e revistas que permitiam a esses desbravadores da floresta amazônica auferir algum conhecimento sobre o País e, em consequência, manter o *sentido brasileiro* dessas longínquas regiões. O seringalista, o guarda-livros da empresa dos seringais e outros letrados liam e transmitiam as notícias para o solitário seringueiro, em geral analfabeto. O sentido brasileiro estava assim resguardado. O seringueiro não se sentia totalmente abandonado, embora fosse explorado dolorosamente pelo seu patrão. O *regatão*, como instituição mista de *transporte* e de *comércio*, perdeu na região e, ainda hoje persiste, como elo entre as regiões mais distantes da Amazônia e os seus grandes centros urbanos.

.....

Capítulo 27

O SIGNIFICADO GEOPOLÍTICO DA CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ

U

DRAMA de conteúdo geopolítico que sofria e sofre até hoje a Bolívia é a falta de acesso aos oceanos que margeiam a América do Sul: os oceanos Atlântico e Pacífico. A história da Bolívia tem sido uma incessante busca de espaço territorial que lhe permita esse acesso.

Em sua gênese, o isolamento da Bolívia foi provocado pela instabilidade política que dominou o país desde sua independência, em 1825. Entrou em conflitos com seus vizinhos que geraram guerras que lhe foram de resultados adversos. Com o Peru, com o Paraguai e, com o Brasil, a *Questão do Acre* e com o Chile, que desencadeou a *Guerra do Pacífico*, entre 1879 e 1883. O resultado foi a perda, para o Chile, do território que lhe dava acesso à Costa do Pacífico, o que gerou ressentimentos graves que, até hoje, permanecem imarcescíveis.

Com o Brasil, houve a *Questão do Acre* que terminou com o *Tratado de Petrópolis*, de 17 de novembro de 1903, pelo qual, em compensação pela perda do território dos altos rios Purus e Juruá, o Brasil obrigou-se a construir a *estrada de ferro Madeira-Mamoré*. Essa estrada alongar-se-ia de Porto Velho, no rio Madeira, até Guajará-Mirim no rio Guaporé, com 366 km de extensão, permitindo, assim, à Bolívia acesso ao tráfego fluvial

do rio Madeira e, por este, até à embocadura do Amazonas no Atlântico. Esse percurso permitiria que fossem contornadas 19 cachoeiras, ao longo dos rios Madeira, Beni, Mamoré e Guaporé.

A construção dessa estrada, que o Brasil se comprometeu a empreendê-la em 1903, já havia sido objeto de *projetos anteriores*, pois parecia óbvio que, dessa maneira, a Bolívia poderia compensar em parte a perda do acesso para o Pacífico, bem como escoar a sua produção de borracha pelo Atlântico, através do porto de Belém. A idéia surgiu em 1861, com o objetivo específico de superar os trechos encachoeirados do rio Madeira. A construção dessa estrada, desde sua origem, tinha um *forte conteúdo geopolítico*, pois nela estavam interessados os Estados Unidos e a Inglaterra.

Por isso mesmo, a primeira tentativa de construí-la foi promovida, através da constituição de uma firma inglesa, *Madeira-Mamoré Railway Co. Ltda*, em 1872. Menos de um ano, porém, após o início das obras, o presidente da empresa, o Coronel *George Church*, pediu à justiça inglesa a rescisão do contrato. Alegou, como razões de seu pleito, que havia sido enganado quanto à extensão da ferrovia e às condições sociais e sanitárias da região. A área era insalubre e habitada por índios hostis. Estes atacavam e matavam os trabalhadores. A malária, a desinteria, a febre amarela e tantas outras doenças levavam à morte os trabalhadores. A construção foi suspensa.

O ideário geopolítico contra a soberania brasileira sobre a Amazônia, todavia, era muito forte. Com a declarada intenção de proteger a Bolívia, assume a construção da estrada, em 1879, uma empresa norte-americana que logo faliu e abandonou o empreendimento. Na oportunidade, morreram muitos norte-americanos, irlandeses, italianos e brasileiros nordestinos. Apenas 7 (sete) quilômetros de ferrovia foram construídos. Cerca de 300 norte-americanos conseguiram voltar para sua pátria, depois de terem pedido publicamente auxílio nas ruas de Belém.

Com as negociações que levaram à celebração do *Tratado de Petrópolis em 1903*, a construção da ferrovia ressurgiu fortemente. Lembrando que o *Bolivian Syndicate*, o grupo que pretendia explorar a borracha do território acreano, mediante concessões da Bolívia, era constituído de empresas norte-americanas e inglesas, é fácil entender a pressão que o Brasil sofreu, tendo de pagar um alto preço pela aquisição da vasta área gumífera do Acre. Fracassados na tentativa de implementar a ferrovia Madeira-

Mamoré, ingleses e norte-americanos conseguiram que a Bolívia exigisse a construção do empreendimento pelo Brasil, como compensação pela perda do território dos altos rios Purus e Juruá.

Consignada no *Tratado de Petrópolis* a obrigação do Brasil de construir a ferrovia, os trabalhos tiveram início em 1907 e seu percurso estender-se-ia por 366 km, de Porto Velho até Guajará-Mirim. (V. *Mapa XV*) Concluída em 1912, constatou-se que nesse período o Brasil pagou por ela um elevadíssimo custo social. Milhares de vidas foram perdidas e por isso passou a ser chamada a “ferrovia da morte”. “Pagamos o preço de um vida de operário por dormente de linha assentado”, diziam os cronistas da época. Nessa fase, foram contratados 22.000 (*vinte e dois mil*) trabalhadores. Mas esse número foi sem dúvida muito maior, porque se tem notícias de que mais de 30.000 (trinta mil) operários foram hospitalizados, embora muitos possam ter sido hospitalizados mais de uma vez. Entre esses trabalhadores, incluíram-se nordestinos e bolivianos, principalmente. Em menos quantidade, fizeram parte desse audacioso projeto norte-americanos, ingleses, barbadianos, espanhóis, portugueses, gregos, italianos, franceses, hindus, húngaros, poloneses, dinamarqueses e de outras nacionalidades.

Inaugurada a 1^o de agosto de 1912, a estrada atraiu dezenas de imigrantes, principalmente espanhóis e gregos, todos voltados para afã de explorar a borracha. Mas a produção era pequena e não dava para viabilizar a ferrovia, tendo por suporte financeiro, apenas a economia gumífera. Mas a Bolívia não possuía na região outra atividade econômica importante. O resultado é que a estrada era subutilizada, não chegando a 10% da sua capacidade de transporte. Em 30 de setembro de 1957, a ferrovia passou a integrar *Rede Ferroviária Nacional S.A.* e em 1966 foi entregue ao Exército até ser substituída por uma rodovia, dentro de um programa concebido pelo ministro *Juarez Távora*, no sentido de extinguir as ferrovias de operação antieconômica. Hoje a estrada está sendo viabilizada pelo Governo do Estado de Rondônia para utilização como *ferrovia turística*.

MAPA XV

Estrada de Ferro MADEIRA-MAMORÉ
construída entre 1907 e 1912 com 366 km de extensão



.....

Capítulo 28

O INSUCESSO DAS TENTATIVAS PARA REERGUER A ECONOMIA AMAZÔNICA

C

28.1. A heveicultura e o fracasso do Projeto Henry Ford

ONSCIENTE de que o extrativismo da borracha era de difícil rentabilidade e que se realizava através de práticas altamente desumanas, as autoridades passaram a se voltar para a borracha de cultivo. O raciocínio era simples: se os ingleses conseguiram fazer grandes plantações no Oriente Tropical, estas também poderiam ser feitas na Amazônia, até mesmo com mais sucesso, já que daqui era originária a planta. O governo de *Hermes da Fonseca*, através do ministro da agricultura *Pedro Toledo*, lançou então em 1912 o *Plano de Defesa da Borracha*, aprovado através da Lei nº 2.542-A de 5 de janeiro de 1912, regulamentada através do Decreto nº 9.521 de 7 de abril de 1912. O *Plano* destinava-se não só a fortalecer e proporcionar condições mais humanas para a exploração extrativista de borracha, mas também a fomentar a *heveicultura* que seria incentivada basicamente na Amazônia, mas também na Bahia, em Minas Gerais e no Paraná. O Plano tinha metas ambiciosas, mas o País não dispunha de capitais para implantá-lo. Um ano depois foi abandonado. As estações experimentais de heveicultura, instaladas próximo à cidade de Manaus, não puderam prosseguir, extintas que foram em 1916.

O Pará e Amazonas chegaram a celebrar um convênio, em 1911, com a finalidade de incentivar a *heveicultura*. Essas providências também não lograram sucesso.

A providência, entretanto, de maior significado geopolítico foi a implantação do *projeto de heveicultura de Henry Ford*, o grande empreendedor da indústria automobilística americana que pretendia verticalizar o seu sistema produtivo, produzindo também o pneu que os carros que fabricasse iriam utilizar. No afã de maximizar a verticalização da sua indústria, imaginou, também, verticalizar a produção da matéria-prima necessária à produção de pneus, isto é, a borracha.

Com esse objetivo obteve do Governo do Estado do Pará a concessão de uma área “*de cerca de 1 milhão de hectares*” à margem direita do rio Tapajós. O Dr. Paraguaçu Éleres, estudioso do assunto, demonstra que, nas concessões de terras públicas do Estado do Pará, feitas no governo de Dionísio Bentes, houve fraudes, pois elas foram realizadas através de transações nebulosas, tanto que na *Revolução de 30* o interventor Magalhães Barata anulou essas concessões, exceto a que foi feita para o *grupo Henry Ford*, face às implicações jurídico-internacionais que a envolviam.

Henry Ford criou a *Companhia Ford do Brasil* para levar em frente o empreendimento. Começou trabalhando em *Fordlândia*, onde as seringueiras plantadas foram atacadas pelo “*mal-das-folhas*” provocado pelo *Microcyclus Ulei*. Depois passou a plantar na região de *Belterra*, numa área de 281.500 hectares, onde chegou a plantar 6.000 pés de seringueiras que depois foram atacados também pelo “*mal-das-folhas*”. Estava assim caracterizado o fracasso da heveicultura na Amazônia. Ford teria investido, segundo Paraguaçu Éleres, cerca de 20 milhões de dólares e, diante da inviabilidade do empreendimento transferiu-o para o governo brasileiro por 225 mil dólares.⁵⁷

Sobre o aspecto geopolítico, Paraguaçu Éleres ressalta que essas terras pertenciam ao Estado do Pará e acabaram sendo federalizadas, sem que o Estado do Pará houvesse recebido qualquer indenização. Mas o signi-

57 Éleres, Paraguaçu. *Intervenção Territorial Federal na Amazônia*. Imprensa Oficial do Estado Pará, 2002, pág. 64 e seguintes.

ficado geopolítico de maior importância foi sem dúvida o fracasso do empreendimento, pois, sem dúvida alguma, se *Henry Ford* tivesse tido sucesso e, portanto, as suas plantações não tivessem sido atingidas pelo “*mal-das-folhas*”, a importância econômica da Amazônia seria hoje totalmente outra, pois estaria abastecendo a indústria pesada da borracha na fabricação de pneumáticos para todos os países ricos do Hemisfério Norte, condição essa que, se o Brasil tivesse sabedoria nas negociações que seriam feitas, a localização geográfica da Amazônia daria condições competitivas no mercado internacional, certamente muito mais vantajosas do que a borracha produzida no Sudeste asiático pelas vantagens locais que a Região possui.

28.2. O marasmo e o aviamento. Novos produtos extrativos: castanha-do-pará, balata, pau-rosa. Primeiras tentativas de integração da Amazônia ao restante do país: a Comissão Rondon e o Parque Indígena do Xingu

O espaço amazônico estava ocupado por uma população que se distribuía ao longo dos rios; eram populações ribeirinhas que, com o fracasso da economia gumífera, naturalmente se questionava o que fazer agora. Muitos abandonaram suas “*colocações*” e voltaram para o Nordeste. Outros, porém, esperavam ansiosos uma nova oportunidade. Estes, porém, viram no extrativismo florestal a melhor alternativa. Assim desenvolveu-se a coleta da *castanha-do-pará* (*Brazilnuts*) que passou a ter grande aceitação nos mercados europeus e norte-americanos. A *castanha-do-pará* não supriu as perdas da economia da borracha, mas atenuou o drama do declínio que a região passou a sofrer: *o marasmo de uma economia deprimida*. Algumas regiões no Pará chegaram mesmo a crescer sob o impacto de produção de *castanha-do-pará*, como Marabá, no eixo do Tocantins, a maior região produtora; Alenquer, Óbidos e Oriximiná, no Baixo Amazonas; Manaus, na Amazônia Oriental.

Outros produtos extrativos surgiram; todos, porém, com forte dependência do mercado externo. É o caso do *pau-rosa*, planta da família das lauráceas (*Aniba rosaeodora*) para a produção de essência aplicada na indústria de perfumaria. A *balata* (*Mimusops balata*), cujo látex tinha aceitação no mercado internacional para fabricação de correias de transmissão, bolas de golfe e outros produtos. A tecnologia de exploração do pau-rosa e

da balata supunha corte integral da planta, o que levou a sua quase extinção. O pau-rosa era derrubado porque a essência era extraída mediante usinagem da própria madeira. A balata, porque o balateiro praticava o chamado “*corte-espinha*”, que era feito através de incisões desde a parte superior até o tronco da árvore que não suportava essa agressão e terminava morrendo. Além disso, esses produtos passaram a enfrentar a competição de sintéticos, produzidos com sucesso em outros países.

*

Tem significado geopolítico importante a penetração que fez a *Comissão Rondon*, criada pelo Presidente *Afonso Pena* com a finalidade de estender as *linhas telegráficas*, de Cuiabá até o sudoeste da Amazônia, na região que compreende hoje o Estado de Rondônia, o sul do Estado do Amazonas e o Estado do Acre. Foi o primeiro trabalho efetivo realizado para integração física da Amazônia ao restante do País. A Comissão era comandada pelo pioneiro general *Cândido Mariano da Silva Rondon* que atuou entre 1907 e 1917, implantando 2.770 quilômetros de linhas telegráficas que são predecessoras das estradas de integração nacional, construídas na segunda metade do século XX.

A mesma função geopolítica deve ser atribuída à expedição *Roncador-Xingu*, criada no governo de *Getúlio Vargas*, pelo seu Ministro *João Alberto*, com base no Decreto-Lei nº 4.750 de 28 de setembro de 1942. A expedição teve a participação dos irmãos Villas-Boas (Leonardo, Orlando e Cláudio) que deram o conteúdo desbravador da área da floresta amazônica, ainda não percorrida pelas frentes pioneiras de penetração do País. Era a região do alto Xingu e dos rios que o formavam no norte de Mato Grosso e sul do Pará. Além do desbravamento da região, foi, afinal, criado o *Parque Indígena do Xingu* que possibilitou a reconciliação das tribos que ali habitavam e ainda não haviam tido contato com o homem branco. Eram os primórdios da integração física da Amazônia ao restante do País.

.....

Capítulo 29

A DOCTRINA MONROE E A DOCTRINA DO *BIG STICK*, AMBAS DOS ESTADOS UNIDOS, UMA AMEAÇA À SOBERANIA DA AMAZÔNIA

D

URANTE toda a primeira metade do século XIX, os Estados Unidos devotaram-se a uma geopolítica de expansão territorial; desde 1803, quando compraram a Louisiana da França, até 1848, quando conquistaram o Colorado, na Guerra com o México, o território original que se havia tornado independente, a 4 de julho de 1776, e que tinha aproximadamente 1 milhão de quilômetros quadrados, ampliou-se extraordinariamente, chegando a mais de 9 milhões de quilômetros quadrados, da costa do Atlântico até à costa do Pacífico, incluindo o Alasca. Através de compras de possessões européias e de guerras, o vasto território norte-americano foi consolidado, em apenas meio século de conquistas.

Realizava-se, assim, o sonho americano de construir uma grande nação; e por que não? Uma potência. Essas conquistas fantásticas, realizadas em tão pouco tempo, deram asas ao surgimento da doutrina do *Destino Manifesto*, que permeou toda a segunda metade do século XIX e formava um corpo doutrinário que era objeto de estudos, artigos, livros e conferências, sempre no sentido de proclamar que os Estados Unidos tinham o “*destino manifesto*” de ser uma potência; que eram os líderes do continente americano, o que significava promover

o afastamento dos colonizadores europeus do território sobre o qual tinham liderança evidente.

Objetivamente, diante do continente americano, eram os norte-americanos senhores do mar do Caribe que, por isso mesmo, deveria ser entendido como um “*lago americano*”. O México e América Central e toda a América do Sul eram considerados unicamente prolongamentos do território americano. Aliás, apenas do ponto de vista geográfico, uma “*península*” do território dos Estados Unidos. Por sorte dos povos latino-americanos, porém, a dedicação das autoridades norte-americanas à consolidação do domínio do oeste recém-conquistado afastava-as da preocupação de voltar-se para a dominação desses territórios que tinham o “*destino manifesto*” de um dia conquistar.

Através da construção de três grandes ferrovias, rumo ao Pacífico, abriam-se novas frentes de colonização e ocupação, que realizavam com base no *Homestead Act* (“Ato de propriedade familiar”). Um processo de ocupação modelar para o mundo, não apenas baseado na pequena e média propriedade, mas também apoiado na implantação da infra-estrutura indispensável para desenvolver uma economia rural. O modelo de ocupação do território americano excluía a necessidade futura de lutas pela reforma agrária, pois se apoiava no fortalecimento da família rural; ao contrário dos demais países da América Central e da América do Sul que basearam a ocupação do seu território na grande propriedade e até hoje sofrem as conseqüências perversas desse pecado de origem.

Mas as autoridades americanas não ficaram indiferentes totalmente à doutrina do *Destino Manifesto*. Já em 1823, o presidente *James Monroe* havia lançado a *Doutrina Monroe*, consignada na mensagem anual ao Congresso Americano. Em suma, a *Doutrina Monroe* afirmava que os Estados Unidos não tinham pretensões sobre as colônias européias no continente americano, porém, consideravam uma ameaça à paz e à segurança dos Estados Unidos qualquer tentativa de ampliar esses domínios.

Até o final do século XIX, a *Doutrina Monroe* deu cobertura para que os países europeus sopitassem suas ambições de criar colônias no Sul do continente americano. O lema “*América para os americanos*” manteve Portugal, Espanha, Inglaterra e Holanda afastados da América do Sul e Central. A *Doutrina Monroe* foi explicitada depois, ao sabor das conveniê-

cias geopolíticas do governo americano. É o caso do *Corolário Polk*, editado pelo presidente *James P. Polk*, em 1845, para justificar a anexação do Texas, alegando que os Estados Unidos “*aceitavam*” a proposta dos colonos americanos que haviam invadido o Texas para que tornassem a área ocupada uma unidade de Federação.

A explicitação mais importante da *Doutrina Monroe* foi feita no início do século XX, pelo presidente *Theodore Roosevelt*, em 1904. É a política do *Big Stick* (a “*vara longa*”), pela qual os Estados Unidos proclamavam que tinham grande identidade de interesses com seu vizinhos e, a partir dessa premissa propunham-se a promover uma *cooperação* para o desenvolvimento comum. Essa *cooperação* era, apenas, o revestimento que “*dourava a pílula*” que os países latino-americanos teriam de deglutir, pois, o eixo da doutrina era justificar a *intervenção militar* nesses países vizinhos, sempre que:

- a) “seus governos revelassem *inabilidade para promover a justiça interna*”;
- b) “*violassem direitos internacionais dos Estados Unidos*”;
- c) “*favorecessem agressões externas em prejuízo da comunidade das nações americanas*”.

Dessa maneira, os Estados Unidos assumiram, por decisão unilateral, o papel de árbitros da política continental externa e interna das nações vizinhas. É importante acentuar que a doutrina do *Big Stick* foi lançada *no ano seguinte ao Tratado de Petrópolis*, pelo qual o Brasil consolidou seu domínio sobre o Acre e, assim, afastou o *Bolivian Syndicate* da Amazônia. Grande sorte do Brasil e da Amazônia em particular, pois, se tivesse sido retardada a solução da *questão do Acre*, certamente a situação do território que estava sendo disputado seria abrangido pela *doutrina do Big Stick*. Como eram americanas as empresas que haviam obtido a concessão para explorar a borracha acriana, certamente, seria invocado que o Brasil estava violando “*direitos internacionais*” dos Estados Unidos, o que justificaria, na visão unilateral de *Ted Roosevelt*, a intervenção militar das forças norte-americanas.

Um aspecto importante que deve ser ressaltado na política do *Big Stick* é que seu autor, *Theodore Roosevelt*, é reconhecido como grande estadista, chamado “*verdadeiro tigre de princípios morais*”. Em verdade, ele

deu o tom imperialista da posição dos Estados Unidos diante do mundo. Várias intervenções que os Estados Unidos praticaram na América Latina até os nossos dias encontram sua justificativa na *doutrina do Big Stick*.

Ted Roosevelt tinha o gosto pela aventura e um desejo profundo de conhecer de perto a Amazônia, que tinha sido objeto da fantástica campanha do Tenente *Maury* para que nela fosse implantada a *República para os Negros Americanos*. Águas passadas; mas o mistério amazônico continuou a seduzir os homens que tinham grandes utopias como *Ted Roosevelt*. Foi para satisfazer esse ideal que, em 1913, *Roosevelt* veio ao Brasil, chefiando uma grande missão para conhecer a Amazônia. Foi recebido com grandes festas no Rio de Janeiro e uniu-se ao lendário desbravador brasileiro, o Marechal *Cândido Rondon* que se tornou o guia da grande aventura do ex-presidente norte-americano. A expedição entrou na Amazônia pelo Centro-Oeste, região do norte dos Estados Mato Grosso e Rondônia, alcançando, com muito sacrifício as nascentes do *rio da Dúvida*. O declarado objetivo da viagem era descobrir o verdadeiro curso desse rio. Tratava-se de um afluente do rio *Aripuanã*, por sua vez afluente do *Madeira*. Mais tarde, em homenagem ao estadista americano, o *rio da Dúvida* passou a denominar-se de *rio Roosevelt*. Ao longo da viagem, *Roosevelt* contraiu uma febre, aparentemente malária, pois se tratava de região altamente insalubre. Com muita dificuldade, *Theodore Roosevelt* foi resgatado da região do alto *Aripuanã* e voltou à sua pátria, onde veio a falecer 6 (seis) anos depois, aparentemente em consequência da doença que contraiu na Amazônia.

.....

Capítulo 30

A COLONIZAÇÃO ESTRANGEIRA

A

30.1. O fracasso, na segunda metade do século XIX

AMAZÔNIA sempre foi vista por todos os países do mundo como um fantástico espaço vazio, rico “*pela própria natureza*” e subutilizado pelo Brasil, o principal titular do seu domínio. Isso sempre pareceu aos olhos dos povos estrangeiros como um abuso, sobretudo diante dos países asiáticos superpopulosos. Objetivamente, essa atitude levava ao ideário de promover a *colonização da Amazônia*. No meado do século dezenove, essas idéias adquiriram maior concretude e foram inseridas no contrato de concessão dos direitos de navegação sobre o rio Amazonas feitos a *Irineu Evangelista de Sousa*, o *barão de Mauá*; mais especificamente, à empresa concessionária que *Mauá* havia criado, a *Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas*. O contrato de concessão, em contrapartida ao privilégio do monopólio de navegação, obrigava a concessionária a implantar projetos de colonização estrangeira, o que começou a ser feito em 1854.

Inicialmente foram assentados 1061 colonos portugueses e 30 chineses. Foram instaladas duas colônias; a de Mauá e a de Itacoatiara. Nenhuma teve sucesso; pouco a pouco foram sendo abandonadas. Aliás,

isso foi o que sucedeu com todos os projetos de colonização estrangeira ao longo do século XIX. Assim é que fracassaram:

- a) os projetos de colonização com *portugueses*, promovidos pelo Presidente da Província, *Sebastião do Rego Barros*, a partir de 1853;
- b) a tentativa do coronel *José Ó de Almeida*, em 1855, de implantar colônias no rio Araguari, no rio Tocantins, no município de Óbidos e na ilha das Onças, perto de Belém, através de colonos *americanos, franceses, açorianos, espanhóis*.

Os americanos chegaram à Amazônia em duas levas: uma em 1867 e outra em 1874: 212 colonos foram assentados em uma área de 60 léguas quadradas próximo de Santarém. Eram cidadãos derrotados pela *Guerra da Secessão* americana, sob a direção do major *Warren Lansford Hastings*. Tiveram algum sucesso no plantio do algodão, da cana-de-açúcar, do trigo e da batata. Como projeto econômico, entretanto, fracassou.

Não teve sucesso, também, a *colônia de Benevides*, no Pará. Eram 177 colonos europeus: franceses, italianos, espanhóis, alemães, belgas, ingleses, suíços; e também argentinos. Esse caldeamento de culturas não floresceu, vítima que foi de doenças tropicais.

Outras tentativas foram feitas com sucesso parcial, através de colonos *italianos*, que se fixaram às proximidades da vila de *Castanhal*, nos núcleos de colonização *Anita Garibaldi* e *Ianetama*. Vieram, também, *açorianos*, em 1886, sob o amparo da *Sociedade Paraense de Imigração*, entidade criada em 1885. O maior impacto migratório, entretanto, ocorreu ao final do século passado, no governo de *Lauro Sodré* que, mediante lei especial, autorizou a entrada de *100 (cem) mil imigrantes*, oriundos basicamente de Portugal e Espanha. A preferência, porém, dos imigrantes era pelo Sul do País, onde melhores eram as condições climáticas e pedológicas. Somente 13.299 imigrantes vieram para a Amazônia, ao amparo de lei de *Lauro Sodré*. Muitos núcleos coloniais surgiram com a construção da *estrada de ferro de Bragança*; porém, em geral não foram formados por estrangeiros, mas *por nordestinos*, que, tangidos pela seca, se voltavam para a Amazônia.

Dentro da colonização estrangeira é necessário referir a chegada à Amazônia dos *judeus sefarditas*, de origem espanhola. Expulsos da Espa-

na e Portugal pela Inquisição, foram inicialmente para o Norte da África. Muitos deles, porém, vieram para a Amazônia e se localizaram nas cidades que margeiam o eixo do rio Amazonas, dedicando-se à atividade comercial, em especial, o *aviamento*; mais tarde, muitos se tornaram seringalistas, como arrendatários ou proprietários dos seringais. No período da borracha, vieram, ainda, *sírios e libaneses* que se voltaram, também, para o comércio, sobretudo, assumindo o papel de “*aviadores*”, na exploração da borracha.

Pode-se, assim, concluir que a imigração e a colonização estrangeiras na Amazônia, na segunda metade do século XIX, não teve maior influência na estruturação da economia da borracha e sim que a economia regional seguiu a onda que o mercado internacional do produto provocou sobre a Amazônia, a audácia do seringalista desbravador e, principalmente, a submissão do seringueiro ao regime da escravidão por dívidas. Os atores da economia da borracha não eram, em sua origem, estrangeiros, salvo raras exceções quanto ao seringalista.

30.2. O sucesso na primeira metade do século XX - a colonização japonesa

A colonização estrangeira que deu certo foi a *japonesa*. Fato aliás reconhecido à unanimidade por toda a sociedade amazônica. Na primeira metade desse século XX, com a crise a economia da borracha, as autoridades brasileiras passaram a se preocupar com o reerguimento da economia amazônica, através de outras alternativas, não necessariamente vinculadas à prática do extrativismo. A apatia tomava conta da atividade econômica regional; ora, as esperanças se voltavam para a busca de outras atividades extrativistas; ora, para a implantação de atividades agrícolas de longo ou de pequeno ciclo.

Do outro lado do mundo, na Ásia, havia grande preocupação com os países superpovoados, como a China, Japão, Coreia e os do sudeste asiático. O povo japonês gozava de alto conceito, como gente trabalhadora, que facilmente absorvia as tecnologias modernas, em suas atividades produtivas. Além disso, o Japão era caracteristicamente um país de *emigração*. Não tardou, então, que comesçassem a surgir entendimentos entre os governos brasileiro e japonês para que fosse desencadeado o processo migratório de procedência oriental.

Esses entendimentos foram promovidos, através de projetos de *concessão de terras* para colonização, modelo que o governo federal e os governos regionais do Pará e Amazonas visualizaram como adequado ao desenvolvimento de atividades agrícolas rentáveis na Amazônia. Ressalte-se que essa orientação representava uma mudança na estratégia geopolítica para a Amazônia brasileira que sempre viu com cautelas a absorção de excedentes populacionais asiáticos.

Era a primeira metade do século vinte. Os governos do Pará e do Amazonas viam a sociedade amazônica dominada pela apatia. Não havia no horizonte esperanças fora do extrativismo, cujo papel econômico havia declinado a níveis incipientes. No raciocínio de todos, somente forças exógenas poderiam quebrar a quietude da economia amazônica. Convocar outros povos, portadores de tradições econômicas mais sólidas, seria a solução; eles poderiam trabalhar, utilizando tecnologias mais avançadas, que poderiam desencadear um efeito demonstração capaz de sacudir o amazônida desesperançado. As negociações havidas levaram a concessões de terras de grandes dimensões, tanto no Amazonas, no governo de *Ifigênio Sales* (1926-1929) e de *Durval Porto* (1929-1930), como no Pará, no governo de *Dionísio Bentes* (1925-1929).

Essas concessões em geral não tiveram ou nem chegaram a se realizar, com exceção das que foram feitas aos colonos japoneses, que começou em 1929. Até mesmo a concessão a *Henry Ford*, ao longo do rio Tapajós, para a heveicultura, não alcançou êxito, porque os seringais plantados foram atingidos pelo “*mal-das-folhas*”, praga que tornou baixíssima a produtividade das plantas. O processo migratório de colonos japoneses, entretanto, foi bem planejado e orientado, sob a direta supervisão das autoridades de seu país de origem; assim, foi possível concretizar-se através de verdadeiros assentamentos agrícolas, quer no Pará quer no Amazonas. Dispondo entre seus membros de pessoas tecnicamente qualificadas, os colonos japoneses procuraram identificar as atividades agrícolas que mais seriam adequadas para a Amazônia. E tiveram sucesso no cultivo da *juta* e da *pimenta-do-reino*. Embora enfrentando vários percalços, os colonos japoneses conseguiram tirar a Amazônia do marasmo econômico que sofria e aqui implantaram uma verdadeira economia agrícola, apoiada na produção de *pimenta-do-reino e das fibras de juta*.

É importante ressaltar que os colonos japoneses, além das dificuldades que sofreram para se adaptar ao trópico úmido, foram atingidos pelos problemas geopolíticos provocados pelo conflito bélico da II Guerra Mundial, em que o Japão entrou como integrante dos países que formavam o *Eixo*: a Alemanha, a Itália e o Japão, contra os Aliados (Estados Unidos, Inglaterra e Rússia). Tendo o Brasil ficado ao lado dos *Aliados*, os japoneses sofreram restrições de várias formas; foi uma interrupção no esforço que os colonos japoneses faziam para consolidar a economia agrícola. Passado, porém, o conflito bélico, foi possível implantar a economia de *pimenta-do-reino* e a da *juta* que tantos benefícios trouxeram para a Amazônia, como bem demonstrou com lucidez o cientista Alfredo Homma,⁵⁸ da EMBRAPA e professor da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (hoje Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA), em estudos que praticamente esgotam a matéria.

58 *A Amazônia, Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrícola*; edição da EMBRAPA. Editor: Alfredo Kuigo Ojama Homma. Capítulos 1, 2 e 3, respectivamente “A imigração japonesa na Amazônia, 1915-1945”; “A civilização da juta na Amazônia - expansão e declínio”; “Civilização da pimenta-do-reino na Amazônia”.

.....

Capítulo 31

O IMPACTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL SOBRE A GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA: A BATALHA DA BORRACHA. A CONSTITUIÇÃO DE 1946

A

*31.1. “A Batalha da Borracha”. Os “Acordos de Washigton”:
um cravo na soberania nacional sobre a Amazônia*

II GUERRA MUNDIAL teve um extraordinário impacto geopolítico sobre a Amazônia, não só para tirá-la do marasmo econômico em que vivia o povo, mas, principalmente, para despertá-la para as perspectivas concretas que se ofereciam no sentido da restauração da economia gumífera, depois de quase 30 anos de depressão que alimentava na sociedade amazônica a sensação de abandono e letargia.

O impacto mais ostensivo sobre a Amazônia, provocado pelo conflito bélico mundial, foi a perda pelos países aliados europeus e americanos do acesso à importação da borracha do sudeste asiático, bloqueada que ficou essa região pelas forças do *Eixo* (Japão, Alemanha e Itália). O fato em si repercutiu como um cataclisma sobre a indústria pesada de borracha, que fabricava os pneus para os veículos automotores. Era urgente buscar uma saída para o impasse.

Duas frentes foram constituídas diante da situação: o incentivo à produção da *borracha química* e a reativação de *produção gumífera da Amazônia*. A primeira medida não teve resultados a curto prazo e o tempo incubir-se-ia de mostrar que a *borracha química* não tinha condições de

competir com a *borracha botânica*, o que não significa dizer que foi inútil a sua produção, pois passou a entrar como mais um insumo na indústria da borracha em geral, dependendo da qualidade que se pretendesse atribuir ao produto desejado.

A reativação de produção de borracha amazônica foi a saída encontrada, mais rapidamente realizável, embora tenha, com esse objetivo, mobilizado um fantástico aparato institucional. As negociações entre os governos brasileiro e americano resultaram na celebração, a 3 de março de 1942, dos *Acordos de Washington*, com a agência governamental norte-americana *Rubber Development Corporation*.

Os *Acordos de Washington* objetivavam oferecer recursos institucionais, financeiros e humanos, especificamente, para a exploração de borracha, exigindo do Brasil, não só a oferta de mão-de-obra, mas também a fixação de um *preço-base* na compra e venda da borracha. A situação de letargia que fragilizava a economia amazônica não deixava outra alternativa, a não ser aceitar essa fixação do *preço-base* que se revelou altamente inconveniente para os interesses brasileiros que assistiam o governo americano comprar a borracha boliviana, até pelo dobro do preço pago pela brasileira, sem nada poder fazer, atados que estavam por um acordo internacional de comércio.

Quanto aos recursos institucionais e financeiros, os resultados foram em parte vantajosos para o Brasil. Primeiro, pela criação do *Banco de Crédito da Borracha*, com 40% de capitais americanos. Esse banco passou a ter essa importância estratégica para a economia amazônica, na medida em que se tornou, em 1950, um *banco de fomento à produção* e em 1967, um *banco de desenvolvimento regional*, responsável pela canalização de créditos à iniciativa privada regional. Outra instituição estratégica criada, sob os auspícios dos *Acordos de Washington*, foi o *Serviço Especial de Saúde Pública* (SESP) que atuou de forma eficiente e eficaz no controle de doenças transmissíveis. Atuou com tanto sucesso que foi mais tarde transformado em uma entidade nacional para atuar na área de saúde pública, vinculada ao Ministério de Saúde, mudando sucessivamente a sua denominação até chegar à *Fundação Nacional de Saúde*.

O esforço de guerra, porém, para maximizar a produção de borracha silvestre, criou outras entidades com a finalidade básica de mobilizar

trabalhadores, principalmente no Nordeste, para migrarem rumo à Amazônia e atuarem na exploração de borracha. Foram criados o *Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia* (SEMATA), a *Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia* (CAETA) e a *Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico* (SAVA). Essas instituições tiveram vida efêmera, apenas, enquanto durou o esforço para maximização da produção de borracha nativa, ou seja, até o término da guerra mundial.

Esse esforço concentrado para a exploração de borracha passou a ser conhecido como a *Batalha da Borracha* e a mão-de-obra mobilizada era formada pelos chamados “*soldados da borracha*”. E aqui se revelou o aspecto trágico desse esforço de guerra. As precaríssimas e subumanas condições, em que se fazia a mobilização do trabalhador, desde o sertão nordestino até os altos rios amazônicos, provocaram uma verdadeira tragédia. Tangido pela seca e pela miséria na sua região de origem, o trabalhador era transportado em condições subumanas até o seringal, onde era submetido ao duro regime de “*escravidão por dívidas*”. A penúria e as doenças que grassavam a Região, sobretudo a malária, a febre amarela, o tifo e as verminoses, completavam o que faltava para de vez esmagar o, ironicamente, chamado “*soldado da borracha*”. Não se sabe quantos morreram. Estima-se em cerca de 40 mil, isto é, uma quantidade quase 100 vezes maior do que o número de soldados brasileiros que morreram nos campos de batalha da Itália, cujo total foi de 454 baixas, em um contingente de 25.223 expedicionários.

Na II Guerra Mundial, o Brasil foi envolvido em três frentes bélicas: *A Força Expedicionária Brasileira* (FEB) na Itália; os navios *mercantes e de passageiros* que eram torpedeados na costa pelos submarinos do Eixo; e a *Batalha da Borracha*, para suprir a indústria automotiva. O caráter trágico de cada uma dessas ações é evidentemente que o sofrimento imposto ao povo brasileiro foi muito doloroso. No caso do “*soldado da borracha*”, porém, morreriam ele, sua esposa e seus filhos, sem qualquer sensação de um envolvimento bélico, em completo anonimato; seu túmulo é um segredo guardado pelo emaranhado da floresta amazônica, às proximidades de um igarapé, um dos milhares de braços que formam o aranhado hídrico do fantástico rio Amazonas.

31.2. O “Discurso do Rio Amazonas” e o Movimento pela Reconstrução Nacional. Os Territórios Federais.

O pano de fundo da geopolítica da borracha, nos anos quarenta, já se apresentava com as cores do nacionalismo. O Brasil sempre esteve preocupado com a sorte de sua Amazônia. Já era cediço perante às autoridades do País que havia uma cobiça indisfarçada das mais poderosas nações do mundo, sobre a Amazônia. O governo federal entendeu que o Brasil precisava tornar público e ostensivo o seu interesse pela Região, apesar da estagnação econômica que sofria há três décadas. Getúlio Vargas decidiu visitar, então, a Amazônia. Em Manaus, no emblemático palco do belo *Teatro Amazonas*, pronunciou o seu famoso *Discurso do Rio Amazonas*, no dia 10 de outubro de 1940.

Preconizava Getúlio Vargas que o governo central passaria a adotar *uma nova atitude para com a Região*. O povoamento da área, a celebração de convênios com os demais países amazônicos para a cooperação pacífica, eram o gérmen de uma nova ótica para a defesa da Região, diante das ambições dos países ricos: *a Pan-Amazônia*. Trata-se de uma abordagem estratégica de conteúdo geopolítico que passou a ser implantada e fortaleceu a soberania de países amazônicos sobre a Região, como adiante será evidenciado. Getúlio falou em um “*movimento de reconstrução nacional*”, ressaltou que a Amazônia era “*a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã*”. É importante transcrever aqui um trecho desse discurso, marco histórico para a geopolítica amazônica:

“Vim para ver e observar de perto as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros; também estrangeiros, técnicos e homens de negócio, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro!

Nada nos deterá nesta arrancada que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade

*extraordinária, em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser afinal um simples capítulo da história da terra, e equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização.”*⁵⁹

Essa nova atitude para com a Amazônia, apesar do envolvimento bélico do País na II Guerra Mundial, teve alguns resultados objetivos:

1. a instalação em 1941 do *Instituto Agrônômico do Norte* (IAN), criado em 1939, com a função de promover a pesquisa e experimentação agrícola e pecuária, entidade que até hoje subsiste com a denominação de *Centro de Pesquisas Agropecuárias do Trópico Úmido* (CPATU) que, ao longo desses anos, deu sem dúvida a mais significativa contribuição para o conhecimento científico sobre a Amazônia;
2. a encampação da *Amazon River Steam Navigation* e da *Port of Pará* que formaram o *SNAPP - Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará* que, assim, teve sua frota modernizada e uma presença forte na economia regional; e
3. a criação de três *Territórios Federais* na Amazônia: o do *Amapá* (hoje Estado do Amapá), o do *Guaporé* (hoje Estado de Rondônia) e o do *Rio Branco* (hoje Estado de Roraima). É importante, assinalar o significado geopolítico da criação dessas unidades de Federação que tornavam mais forte a ação do poder público federal em áreas que haviam sido objeto de litígios de fronteiras: do *Amapá*, com a França; do *Rio Branco*, com a Inglaterra; e do *Guaporé*, com a Bolívia. Nesta última, ampliava-se a presença da União na área de fronteira, pois o *Acre* já era Território Federal e o *Guaporé* havia sido palco da construção da *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*, em cumprimento às obrigações que o País havia assumido pelo *Tratado de Petrópolis*, para escoamento da produção da borracha boliviana.

59 Apud Benchimol, Samuel. *Estrutura Geossocial e Econômica da Amazônia*. Edição do Governo do Estado do Amazonas, 1966, pág. 166.

31.3. A Constituição Federal de 1946 e a Integração Nacional da Amazônia

A Guerra Mundial despertou a sociedade brasileira para a circunstância de que o Brasil guardava com a Amazônia uma *relação puramente colonial* que se exprimia, objetivamente, pela distância física que a Região mantinha do centro político de tomada de decisões: a *Capital Federal* (Rio de Janeiro), o *Congresso Nacional* e os principais centros de economia do país, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O acesso desse centro de poder à Amazônia era feito através de navegação oceânica, ao longo da imensa costa brasileira. Era uma distância tão grande como se a Amazônia fosse localizada na costa oeste da África, na área de Angola. Essa navegação oceânica submeteu os navios brasileiros à ação bélica dos submarinos dos países do *Eixo*, especialmente a Alemanha. Mais de 40 navios brasileiros foram torpedados ao longo da costa. Centenas de pessoas perderam a vida.

A volta da *Força Expedicionária Brasileira – FEB* e a atmosfera mundial que se desenvolveu em favor da democracia e contra o nazifacismo provocaram a queda de *Getúlio Vargas* e a convocação de uma *Assembléia Constituinte* que iria consolidar a redemocratização do País. Entre os grandes temas que foram levantados na Constituinte, como grandes problemas nacionais, estava, sem dúvida, a Amazônia e seu isolamento do restante do País. Foi criada, então, no âmbito de Constituinte, a *Comissão Parlamentar de Valorização Econômica da Amazônia*. Era o espaço político, voltado exclusivamente para a *questão amazônica*, em sua dupla dimensão, de:

– *valorização econômica*, na linguagem da época, que tinha a missão de equacionar a superação do dramático problema da pobreza da vasta Região;

– *integração nacional*, para proporcionar recursos que possibilitassem a construção de estradas que tornassem efetiva a integração nacional da Amazônia.

Foi através dos estudos e proposições dessa *Comissão Parlamentar* que se tornou possível consignar, na Constituição Federal de 1946, o *artigo 199* que mandava aplicar na *valorização econômica da Amazônia*, anualmente, pelo menos, *3% da renda tributária da União*. Esses recursos tiveram um impacto muito grande na Região; à conta deles foi possível renovar a frota do SNAPP, implantar sistemas de energia de Manaus e Belém e, principal-

mente, viabilizar a primeira estrada de integração nacional, a *Belém-Brasília* (BR-010), que somente foi concluída em 1961, ainda sem ser asfaltada. O perigo, porém, da ligação, apenas, oceânica da Amazônia com o restante do País estava definitivamente afastado, sobretudo considerando-se que também foi viabilizada a ligação rodoviária da Amazônia com o Nordeste, através da BR-316 (*Pará-Maranhão*) e a integração da Amazônia ocidental com o Centro-Oeste do País até Brasília, através da BR-364 (*Cuiabá-Porto Velho*).

TERCEIRA PARTE

A PAN-AMAZÔNIA: UMA NOVA ÓTICA DE ABORDAGEM GEPOLÍTICA DA REGIÃO

TÍTULO VI

PROJETOS QUE LEVARIAM À
INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

.....

Capítulo 32

A ABORDAGEM PAN-AMAZÔNICA

TERMINADA a Segunda Guerra Mundial, a questão da *geopolítica amazônica* assumiu uma nova dimensão. Não se tratava mais de interesses internacionais voltados, apenas, para a *Amazônia Brasileira*. Esses interesses passaram a dirigir-se para a *Amazônia Continental*, portanto, envolvendo à parte amazônica dos demais países sul-americanos, embora, a *Amazônia Brasileira* permanecesse como o canal necessário em qualquer abordagem orientada para a *Amazônia* em sua totalidade, seja pela sua dimensão em relação à parte amazônica dos demais países, seja pela localização geográfica estratégica que tem em relação a cada uma delas. Além disso, a *Amazônia Brasileira* detém, não só a foz do *rio Amazonas*, mas, também, a foz de todos os seus grandes afluentes que se estendem, em suas nascentes, em maior número, pelos territórios amazônicos sobre os quais os demais países têm soberania plena.

É preciso acentuar que o conceito do que seja a *Pan-Amazônia* não tem tido um dimensionamento fácil. A grande região do Trópico Úmido tem sido objeto de definições, mediante critérios diferentes, dando a origem a três tipos de abordagens: a) a *Amazônia Hidrográfica*; b) a *Amazônia Florestal*; c) a *Amazônia Geopolítica*.

A existência de uma definição geopolítica para a *Pan-Amazônia* surgiu da dificuldade de se chegar a um acordo quanto às dimensões da

Amazônia Florestal e da *Amazônia Hidrográfica*. A *Amazônia Florestal* compreende, segundo admitem os especialistas em geobotânica, uma área total de 5.897.795 km², assim distribuídos:

País	Superfície da selva amazônica (km ²)	%
Brasil	3.540.000	60.0
Peru	762.400	13.0
Bolívia	490.400	8.3
Colômbia	476.395	8.0
Venezuela	259.000	4.4
Guianas	240.000	4.1
Equador	130.000	2.2
Total	5.908.195	100.0

Logo se verifica que se inclui na *Amazônia Florestal* a área formada pelas Guianas – República da Guiana, Suriname e Guiana francesa, cuja hidrografia não se confunde com a bacia amazônica.

Já a *Amazônia Hidrográfica* exclui naturalmente as Guianas e, no caso, o Brasil inclui a área dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Rondônia, cujos tributários meridionais do rio Amazonas nascem em regiões de cerrados e savanas. Admite-se que a *Amazônia Hidrográfica* tem 6.869.344 km² e é formada pelas áreas da bacia amazônica que integram o Brasil, a Bolívia, a Colômbia, o Equador, o Peru e a Venezuela, que têm a seguinte participação na área amazônica:

País	Área hidrográfica amazônica (km ²)	%
Brasil	4.989.361	72.6
Peru	762.400	11.1
Bolívia	600.000	8.7
Colômbia	336.583	5.0
Equador	130.000	1.9
Venezuela	51.000	0,7
Total	6.869.344	100.0

Diante dessas incoincidências entre a Amazônia Florestal e a Amazônia Hidrográfica, os países amazônicos optaram por uma definição *geopolítica* para indicar as áreas que são objeto do *Tratado de Cooperação Amazônica*:

- a) o *Brasil*: inclui toda a *Amazônia Legal*, inicialmente definida pela Lei nº 1.806, de 06 de janeiro de 1953 e, subseqüentemente;
 - com a criação do *Estado de Mato Grosso do Sul*, o *Estado de Mato Grosso* passou a fazer parte integralmente da *Amazônia Legal*, antes indicada pelo paralelo 16°, através da Lei Complementar nº 31, de 11.10.77;
 - com a criação do *Estado do Tocantins*, pela Constituição Federal de 1988, no art. 13 de suas Disposições Transitórias, o parágrafo 1º desse artigo definiu que o novo Estado deveria integrar a Região Norte;
 - assim, apenas o Maranhão continuou como um Estado parcialmente amazônico, até o meridiano 44° consoante dispõe a lei nº 1806/53, já citada.
- b) a *Bolívia*: inclui toda a bacia hidrográfica que tem maior dimensão que a *Amazônia Florestal*;
- c) a *Colômbia*: tem uma *Amazônia Legal* bem menor que a *Amazônia Florestal*, porém maior que a *Amazônia Hidrográfica*;
- d) a *Venezuela*: inclui apenas a *Amazônia Hidrográfica*, pois a parte florestal foi incluída na bacia do Orinoco;
- e) o *Peru*: que inclui toda a *Amazônia Florestal* e a *Amazônia hidrográfica*;
- f) o *Equador*: inclui, tanto a *Amazônia Florestal*, quanto à *Hidrográfica*;
- g) a *República da Guiana*: que inclui a *Amazônia Florestal*, pois não integra a *Amazônia Hidrográfica*.
- h) a *República do Suriname*: que inclui toda a *Amazônia Florestal* pois também não participa da *Amazônia Hidrográfica*.

Portanto, para efeitos puramente geopolíticos, a Pan-Amazônia é a que está indicada no *Mapa XVI* e dela participam percentualmente os diversos países, nas seguintes dimensões:

	%	Km ²
Brasil	70,5%	5.217.423
Bolívia	8,2%	600.000
Colômbia	5,5 %	403.350
Peru	10,3 %	762.400
Equador	1,7 %	130.000
Venezuela	0,6 %	51.000
Guiana	1,8 %	141.919
Suriname	1,4 %	104.572
	100 %	7.710.664

As tentativas ou incursões de significado geopolítico, sobre a Pan-Amazônia, depois do término da *Segunda Guerra Mundial*, mais importantes, foram: a) a tentativa de criação do *Instituto Internacional da Hiléia Amazônica*; b) os *projetos de ocupação em massa da Região* por populações de países superpovoados, como o *Projeto Hindu*, o *Projeto Japonês*, o *Projeto Chinês*; c) a idéia de que a Amazônia fosse utilizada como abrigo para a população norte-americana em caso de guerras nucleares; d) a construção do Grande Lago Amazônico; e) o projeto de criação do *Centro do Trópico Úmido*; f) a idéia de concessão de terras públicas para exploração madeireira. Nestas reflexões, não serão analisados os projetos de ocupação do vazio demográfico amazônico por populações oriundas dos países superpovoados, nem a utilização do espaço amazônico como abrigo nuclear, porque não passaram de idéias levantadas circunstancialmente, sem que tivessem maior importância para o problema geopolítico amazônico.

MAPA XVI

A PAN-AMAZÔNIA segundo a concepção geopolítica do *TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA* - 1978



.....

Capítulo 33

A TENTATIVA DE CRIAÇÃO DO INSTITUTO INTERNACIONAL DA HILÉIA

TRATA-SE de um projeto concebido, ainda, quando a Organização das Nações Unidas (ONU), criada a 26 de junho de 1945, em São Francisco, EUA, estava em fase de estruturação. A idéia surgiu em 1945 e foi apresentada pelo professor Paulo Berredo Carneiro que representava o Brasil junto à UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Pouco a pouco a idéia foi tomando corpo até se transformar numa convenção internacional, chamada a Convenção de Iquitos. Entre a concepção do projeto e a convenção que o aprovou, foram percorridas várias etapas de negociações, como a seguir são apresentadas.

1ª etapa: concepção

Durante a estruturação da ONU, havia uma idéia e preocupação central: que organismos internacionais fossem criados para maximizar o nível de conhecimento sobre a natureza, bem como o desenvolvimento da ciência e da tecnologia em benefício de toda a humanidade. A partir daí surgiu a *FAO* (Food and Agriculture Organization); a *UNESCO* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura); o Banco Inter-

nacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) - *Banco Mundial*. Foi nessa atmosfera de implementação de uma *nova ordem internacional*, que o professor *Paulo Berredo Carneiro* entendeu ser oportuno criar uma organização internacional que tivesse condições de mobilizar os homens de ciência de várias partes do mundo para que viessem à Amazônia com o objetivo de estudá-la profundamente e colocar esses conhecimentos, não só à disposição dos países amazônicos, mas também de toda a humanidade. Aqueles conhecimentos da Amazônia que haviam sido objeto de expedições científicas isoladas, passariam a ser sistematizados e aprofundados. Aparentemente nada mais justo e adequado. O novo modelo institucional seria, então, o *Instituto Internacional da Hiléia Amazônica - IIHA*.

É indispensável lembrar que, quando se discutia no Brasil a viabilização do organismo internacional para a Amazônia., surgiram acusações, ao que tudo indica malévolas e infundadas, de que a concepção original do IIHA não se devia a *Paulo Carneiro* e sim ao Secretário do Tesouro Norte-Americano, *Sr. George Humphrey*, que havia sido diretor da *Hanna Exploration Co.*, empresa contratada pelo Governo do Território Federal do Amapá para pesquisar minérios naquela região. *Paulo Carneiro* seria, então, um mero instrumento utilizado pelo capital estrangeiro para dar ao projeto do *Instituto*, uma dimensão internacional.

2ª etapa: a aprovação do projeto pelo Governo brasileiro

Paulo Carneiro apresentou ao Governo Brasileiro um programa preliminar que serviria de fundamento institucional para o novo órgão. O programa foi aprovado sem restrições, ainda em 1945, pelas autoridades brasileiras.

3ª etapa: o projeto na UNESCO

Apresentado o *programa preliminar* à Comissão Preparatória da UNESCO, em 1946, em Londres, vários cientistas e organizações dedicadas à ciência manifestaram seu maior interesse pelo empreendimento. A Comissão Preparatória recomendou, então, que o assunto fosse submetido à Conferência Geral da UNESCO, o que ocorreu em novembro de 1946 em Paris, na qual o Brasil se fez representar por ilustres cientistas, como

Olímpio da Fonseca, Carlos Chagas Filho e Miguel Osório de Almeida que concordavam com a criação do novo centro científico amazônico. A decisão da Conferência foi mandar promover a realização de estudo mais aprofundado por uma comissão de peritos.

4ª etapa: a aprovação pela comissão de cientistas em Belém

A comissão de cientistas reuniu-se em agosto de 1947, em Belém do Pará. Foi, então, apresentado um minucioso plano de estudos a serem realizados pelo *Instituto Internacional de Hiléia Amazônico*, plano esse cuja abrangência envolvia praticamente todos os campos do conhecimento humano, nas áreas de ciências naturais, sociais, médicas, antropológicas, ecológicas, etc. Ficaram fora do plano, ostensivamente, os estudos geológicos, o que, em princípio, desmente a participação de interesses estrangeiros subalternos na concepção do *Instituto*. A reunião de Belém, apoiada nos pronunciamentos do *Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura - IBECC* e do Presidente da Comissão Parlamentar de Valorização da Amazônia, Deputado *Leopoldo Peres*, aprovou integralmente o plano apresentado.

5ª etapa: a aprovação pela UNESCO

O plano elaborado foi então submetido à *Segunda Conferência da UNESCO*, em novembro de 1947 e foi inteiramente aprovado.

6ª etapa: a convenção de Iquitos

Por ocasião da Segunda Conferência da UNESCO, foi logo marcada um reunião que se deveria realizar na cidade de Iquitos, praticamente a capital da Amazônia peruana, da qual deveriam participar os países amazônicos, inclusive aqueles que possuíam colônias em territórios amazônicos: pela *Guiana Inglesa*, a *Inglaterra*; pela *Guiana Holandesa*, a *Holanda*; e pela *Guiana Francesa*, a *França*. A Inglaterra não compareceu à reunião. Os *Estados Unidos*, convidados pelo Brasil e pelo Peru, também não compareceram. Estranhamente, porém, compareceu a Itália, sob a alegação de

que, como havia aprovado o projeto na UNESCO, queria dele participar efetivamente.

A reunião elaborou os termos do *Tratado* que, sob o nome de *Convenção de Iquitos*, foi assinado pelos representantes de todos os países. A assinatura, porém, foi feita *ad referendum* da aprovação dos países signatários, através de seus poderes competentes. A reunião decidiu ainda que a sede do Instituto seria em Manaus.

7ª etapa: o Congresso Nacional não aprovou o projeto. O Protocolo Adicional

Começava, então, a última e decisiva etapa: *O Governo brasileiro não homologou a Convenção, o que tornou inviável a implantação do Instituto*. Quando a Convenção foi submetida à aprovação do Congresso Nacional, surgiu na imprensa e nos debates parlamentares uma nova visão do Instituto: a sua implantação levaria, a médio ou a longo prazo, à *internacionalização da Amazônia*. Era o que procuravam demonstrar os discursos do deputado *Artur Bernardes* que, com a sua autoridade de ex-presidente da República, tornou-se um férreo adversário da homologação da *Convenção de Iquitos* pelo Congresso Nacional. Os debates tornaram-se acirrados entre os defensores da criação do Instituto e os adversários dele. Estes, apoiados em forte concepção nacionalista. Mesmo assim, a homologação da Convenção teve parecer favorável da *Comissão de Relações Exteriores da Câmara Federal*.

Ao ser submetido, porém, à *Comissão de Segurança Nacional da Câmara*, esta entendeu que as dúvidas levantadas deveriam ser convenientemente dirimidas. Em consequência tornava-se imperioso ouvir o *Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA)*. Em judicioso parecer, o *EMFA* fez várias restrições à *Convenção*, de forma a resguardar os interesses nacionais.

Diante do pronunciamento do *EMFA*, o *ITAMARATI* entrou em entendimentos com os governos dos países signatários da Convenção para que fosse firmado um *Protocolo Adicional*, incorporando as sugestões feitas pelo *Estado-Maior das Forças Armadas*. Todos os países acolheram o projeto do Protocolo Adicional que foi subscrito, no Rio de Janeiro, em *12 de maio de 1950*. É importante ressaltar que, em seu ângulo geopolítico, o Pro-

toloco Adicional incluiu duas diretrizes de alto significado para que fosse sempre resguardada a *soberania nacional*:

- a *primeira*, no sentido de que eram signatários da convenção, apenas, *os países amazônicos*; entre estes, por suas colônias na Região Amazônica, a *França* e os *Países-Baixos*; não incluía a Inglaterra que, apesar de ter a Guiana inglesa como sua colônia, não se interessou em participar da Convenção. Estranhamente, incluía a Itália que, desde o início reivindicou sua participação no *Instituto*, sem possuir nenhuma parcela do território amazônico. A norma estabelecida atribuía o *poder de veto* a cada uma das partes convenientes quanto à aceitação da entrada de quaisquer outros países;
- a *segunda* diretriz proibia expressamente que o *Instituto* pudesse exercer qualquer forma de exploração econômica da Região.

Encaminhado à Câmara o *Protocolo Adicional*, a homologação da Convenção não mais teve andamento. A campanha de descrédito contra o projeto do *Instituto* havia conseguido lançar preocupações nacionalistas muito fortes no Congresso Nacional, agora, não mais, apenas, pelas normas consignadas na *Convenção*. Havia o reconhecimento de que, na Europa, o projeto do *Instituto* havia sido entendido de forma diferente. Jornais europeus falavam sobre a *alienação de terras para a colonização da Amazônia*. Admitia-se que a nova entidade iria proporcionar condições para a entrada de capitais e populações na Região. Até mesmo as autoridades brasileiras na Europa passaram a ser procuradas por capitalistas interessados em obter *informações sobre as áreas com as quais poderiam contar para fazer explorações econômicas e a localização de populações. Entre as mais graves acusações afirmava-se que o Instituto tinha poderes para adquirir terras que ficariam fora da tutela jurisdicional do Brasil*; essas terras o Instituto poderia alienar para investidores estrangeiros, sobretudo, para a implantação de projetos de colonização; os territórios que integravam esses empreendimentos estariam fora da jurisdição nacional. A veracidade disso nunca foi constatada, mas tiveram um impacto nacionalista muito forte no Congresso Nacional. A reação do Congresso, diante dessa atmosfera geopolítica que pairava sobre o *Instituto*, foi silenciar quanto à aprovação da *Convenção*, inviabilizando dessa forma o empreendimento.

Para melhor exprimir a sua reação, diante do quadro internacional superveniente, o Governo brasileiro decidiu criar uma *instituição nacional* para realizar na Amazônia as mesmas tarefas científicas que o *Instituto Internacional da Hiléia* iria exercer. Através do Decreto nº 31.672, de 29 de outubro de 1952, criou o *Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas - INPA*, com sede em Manaus, vinculado ao *Conselho Nacional de Pesquisas*. Essa entidade foi implantada com sucesso, já dispondo hoje de um grande acervo de conhecimentos sobre a Amazônia, tornando-se dessa forma uma resposta geopolítica válida, em substituição ao *Instituto Internacional da Hiléia*.

.....

Capítulo 34

A PERSISTÊNCIA DA IDEOLOGIA DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

EXCLUÍDO o projeto do *Instituto Internacional da Hiléia*, passaram-se alguns anos sem novas invectivas à soberania do Brasil e na dos demais países sul-americanos sobre a Amazônia. No meado dos anos sessenta, porém, novas discussões vieram à luz, mostrando que a cobiça sobre a Amazônia persistia, estava viva, aguardando, apenas, a oportunidade mais conveniente para se apresentar. Dois projetos vieram a lume, embora de cunho fantasioso, que envolviam instituições de alta projeção, ligadas ao Governo norte-americano.

34.1. O Projeto do Centro do Trópico Úmido

Tratava-se de um projeto concebido pela Academia de Ciências de Washington, objetivando promover a realização de pesquisas que possibilitassem maximizar o nível de conhecimento sobre o Trópico Úmido. Segundo Artur César Ferreira Reis, a Academia, com base nas sugestões de um grupo de cientistas norte-americanos, propunha-se a organizar uma

força-tarefa, para realizar na Amazônia um conjunto de ações que deveriam obedecer às seguintes diretrizes:

- “*A Força-Tarefa concluiu que o principal esforço para atingir os resultados necessários nas pesquisas deve ser feito independentemente das instituições existentes na área.*” (grifei)
- “*Um dos novos conceitos é o de que o planejamento de programas de pesquisas vá ao encontro das necessidades das zonas ecológicas ao invés das unidades políticas.*”
- “*A Força-Tarefa propõe inicialmente compor a direção da Fundação com um corpo de cientistas treinados e recrutados particularmente nos Estados Unidos.*” (grifei)
- “*A Força-Tarefa propõe que a fundação de seu colegiado de direção retenha a direção dos programas, suas finanças e seu corpo.*”
- “*A Força-Tarefa sugere que a Academia de Ciências dos Estados Unidos e suas entidades de Agricultura escolham os membros do Colegiado, diretor, ou indiquem um outro órgão para fazer isso.*” (grifei)
- “*A Força-Tarefa propõe que o Colegiado de Direção seja localizado em Washigton.*”⁶⁰

Como se vê, a concepção institucional do projeto era excludente de qualquer participação brasileira, embora consignasse que seus propósitos eram eminentemente científicos e humanitários, através da formulação de projetos de produção de alimentos em larga escala, de forma que houvesse condições para enfrentar a fome que avançava celeremente pelo mundo todo. Esse objetivo não era evidentemente verdadeiro, pois, se assim o fosse, por que excluir a participação de brasileiros? Sob esse ângulo, o projeto era audacioso e grosseiramente agressivo à soberania nacional. Pretendia-se ostensivamente retomar o projeto do *Instituto Internacional da Hiléia*, agora, sob nova roupagem : o *Centro do Trópico Úmido*, que atuaria totalmente à

60 Reis, Artur César Ferreira, *A Amazônia e a Cobiça Internacional*; Editora Edinova Ltda., RJ, pág. 6, 1965.

margem do *Museu Goeldi*, do *INPA* e do *IPEAN*, os principais centros de pesquisas brasileiros existentes na Região.

Submetido o assunto à consideração do Presidente *Humberto Castelo Branco*, este evidentemente não concordou com a concepção institucional projetada. Exigiu o comando brasileiro para a nova entidade e a participação de cientistas brasileiros em suas atividades. Assim, surgiu o *CPATU - Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido*, vinculado à EMBRAPA e sediado em Belém.

CPATU revelou-se, na prática, um modelo institucional de cooperação internacional, altamente eficiente e eficaz, pois o seu desempenho tem permitido a oferta de pesquisas de alto interesse para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Esses estudos, infelizmente, são subaproveitados pelos poderes públicos federal, estadual e municipal, cujos administradores se voltam prioritariamente para empreendimentos que lhes proporcionem retorno político-eleitoral imediato. Sob outro ângulo, é importante acentuar que a abertura do *CPATU* à cooperação científica internacional, seja acolhendo pesquisadores que bons serviços têm prestado ao País e à Região, seja pelo intercâmbio científico que mantém com tantas entidades de pesquisas de vários países do mundo, é uma demonstração ostensiva de que o Brasil não é infenso à participação estrangeira na realização de pesquisas na Amazônia.

34.2. O Projeto do Grande Lago Amazônico

No meado dos anos sessenta, a imprensa noticiou amplamente que o *Hudson Institute*, um centro norte-americano de pesquisas estratégicas, estava divulgando um projeto de construção de um grande lago na Amazônia, que seria implantado a partir de uma barragem no rio Amazonas, à altura das cidades de Óbidos ou de Monte Alegre, no Estado do Pará. O noticiário baseava-se em artigo publicado em uma revista mexicana.⁶¹ Essa revista, em julho de 1967, publicou um artigo intitulado “*Nuevo Enfoque del Amazonas*”, de autoria dos cientistas *Hermann Kahn* e *Robert*

61 *Revista del Desarrollo Latinoamericano*, págs. 134-141.

Panero, ambos do *Hudson Institute*. As notícias veiculadas eram bem concatenadas não podendo ser acoimadas de que aqueles que se voltavam contra o empreendimento estavam motivados por exacerbações nacionalistas, pois o artigo era subscrito pelos autores do projeto.

Surgem, necessariamente, então, algumas indagações sobre essa idéia extravagante, concebida por uma entidade estrangeira, para implementar um empreendimento de tão grande porte em um país soberano que do mesmo não iria participar. Onde surgiu essa idéia? Era ela oficialmente do próprio Instituto? Após o primeiro impacto na imprensa, verificou-se que o projeto, na sua gênese, era de autoria de um brasileiro, o engenheiro Eudes Prado Lopes, que antes havia trabalhado na PETROBRÁS. Seu projeto foi apresentado em conferência pronunciada no Auditório do Ministério da Educação, patrocinado pelo Lion's Clube da Gávea. Sugeriu o conferencista que fosse feita uma barragem no rio Amazonas, à altura da cidade de Óbidos, a parte mais estreita do rio, destinada à geração de 70.000.000 KW de energia.⁶²

Logo depois, segundo o professor Orlando Valverde, contactos foram feitos com o chefe de gabinete do Ministério de Planejamento, o engenheiro *Artur Soares Amorim*, e o projeto foi submetido à apreciação do titular do ministério, embaixador *Roberto Campos*. Este encaminhou o projeto ao *Hudson Institute*, entidade norte-americana que tinha a função básica de atuar no *planejamento estratégico do Pentágono*. Tratava-se de um grupo de cientistas do mais alto nível, entre os quais tinha maior prestígio o Dr. *Hemann Kahn*, considerado o teórico da questão da guerra nuclear. O artigo evidenciava nitidamente o propósito neocolonialista do *Hudson Institute*.

De posse dos estudos de *Eudes Prado Lopes*, foi designado para estudá-lo o senhor *Robert Panero*. Este então apresentou um estudo mais amplo, com a finalidade de criar um *sistema supranacional de barragens na América do Sul*, assim delineado:

62 Valverde, Orlando, *O Problema Florestal da Amazônia Brasileira*, Ed. Vozes, 1980, artigo intitulado "Dos Grandes Lagos Sul-Americanos aos Grandes Eixos Rodoviários", pág. 105.

1. *Projeto Chocó* que deveria ligar as bacias dos rios Atrato e San Juan na Colômbia, objetivando duplicar o canal do Panamá;
2. *Projeto Pimichim*, interligando o Orenoco e rio Negro, na fronteira do Brasil com a Venezuela, em substituição ao canal do Caciquire;
3. *O Projeto do Grande Lago Amazônico*, que aproveitava o projeto do engenheiro Eudes Prado Lopes e barraria o rio Amazonas na cidade de Óbidos ou em Monte Alegre;
4. *O Projeto do Guaporé-Paraguai*, que abriria condições para a ligação da bacia do Prata com a do Amazonas;
5. *O Projeto La Araracuara*, que barraria o rio Caquetá (denominado Japurá, no Brasil) no sul da Colômbia, até às fraldas dos Andes;
6. *O Projeto Amazonas Peruano* que barraria o rio Ucayáli, no Peru;

A criação de *um sistema de seis grandes barragens* e, não apenas de uma, não é a principal modificação ou distorção feita ao projeto do engenheiro brasileiro *Eudes Prado Lopes*. Os estudos do *Hudson Institute* não se orientavam precisamente para o aproveitamento de *energia hidráulica*, mas sim para a extração de *produtos vegetais e minerais*, uma vez que o valor da eletricidade, por si só, não justificaria a construção das barragens. Dentro dessa perspectiva, o projeto dividia a Amazônia em (3) três grandes áreas:

Área A, para as *zonas urbanas*, formadas pela civilização do século XX, à qual se agregam favelas;

Área B, para as *zonas rurais*, habitadas por civilizações do século XVII, já modernizadas;

Área C, para as *zonas inexploradas*.

Segundo os cientistas do *Hudson Institute*, maior importância deveria ser dada as áreas tipo C que permitiriam auferir maiores lucros sem maiores *impactos políticos*. Em suma, tratava-se de um projeto basicamente de *exploração mineral*, pois a barragem feita em Óbidos possibilitaria a construção de um lago que levaria à submersão dos *terrenos quaternários* e terciários da Amazônia Ocidental, devendo a margem do lago chegar até aos terrenos

que formam a faixa de contacto entre os *terrenos arqueanos* e os terrenos *terciários* da Amazônia. É nessa faixa de contacto que se localizam as rochas metalogênicas, isto é, que possibilitam a exploração mineral mais intensiva. Além disso, era evidente que se tratava de um projeto eminentemente *colonialista*, modelo utilizado pelos países ricos, em várias regiões pobres do Globo, e que nada tinha a ver com o desenvolvimento da Amazônia nem mesmo com a geração de energia.

A reação da imprensa brasileira e de vários estudiosos da questão amazônica em Belém e Manaus realçou o conteúdo absurdo do projeto do *Hudson Institute*, que era uma agressão à soberania nacional. Além disso, haveria um fantástico *impacto social* que o *Grande Lago Amazônico* provocaria, uma vez que muitas vilas, povoados e cidades seriam submersas, inclusive grande parte da cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas; mas isso parecia secundário aos olhos dos cientistas do *Hudson Institute*. O *impacto ambiental* pela submersão de milhões de hectares da floresta da Hiléia Amazônica, também era secundário. A reação enérgica do amazonólogo, ex-governador do Estado do Amazonas, Artur César Ferreira Reis, em entrevistas e palestras, levaram à criação da Comissão Nacional de Defesa e Desenvolvimento da Amazônia - o CNDDA que consagrou suas atividades à defesa da soberania brasileira sobre a Amazônia. O projeto do lago foi abandonado, ante o pronunciamento do EMFA - Estado-Maior das Forças Armadas, que o considerou lesivo aos interesses nacionais.

34.3. A concessão de terras públicas para a exploração madeireira

Um episódio, ocorrido no âmbito do *Grupo de Trabalho* designado pelo Presidente *Humberto Castelo Branco* para reformular a política de desenvolvimento da Amazônia, retrata bem a persistência da questão geopolítica na Região, através de sua entrega à ação de grupos estrangeiros. Em suma, o episódio foi o seguinte: o *Grupo de Trabalho* havia visitado a Amazônia, depois de uma luta interna muito grande que o autor deste estudo sustentou nas reuniões, considerando que era o único membro do Grupo que pertencia à Região; os demais, com exceção do então *Major Gustavo Morais Rego*, nunca haviam estado na Amazônia. A visita foi bem organizada pela Diretoria do então *BCA - Banco de Crédito da Amazônia*, de

forma que o Grupo tivesse a oportunidade de ouvir as lideranças da Região, não só de integrantes dos governos estaduais, mas também dos órgãos de classe.

O resultado da visita levou o Grupo a uma mudança radical na abordagem da problemática regional. Todos passaram a revestir-se de profunda humildade em relação às *soluções* ou *diretrizes* que poderiam propor em favor da Região. Na primeira reunião com o Ministro do Planejamento, o embaixador *Roberto Campos*, sob essa ótica da complexidade da questão amazônica, foram relatadas as observações resultantes dos encontros que o Grupo havia tido com as lideranças regionais. Os relatos continuavam sendo feitos, quando, inopinadamente, o *Ministro Roberto Campos* dirigiu-se ao Grupo e perguntou se o mesmo já havia feito *estudos sobre as concessões de terras públicas para exploração madeireira por empresas estrangeiras na Amazônia*. Diante da resposta negativa, o ministro chamou a atenção de que esse assunto deveria ser estudado imediatamente. Assegurou que o Governo brasileiro deveria permitir que fossem feitas concessões de áreas florestais de, pelo menos, *200.000 hectares*, para cada uma das empresas estrangeiras multinacionais de exploração madeireira.

A situação pessoal do autor deste estudo, diante da imprudente e absurda sugestão, tornou-se muito difícil, pois era o único membro do Grupo pertencente à Região e evidentemente, não poderia concordar com essa esdrúxula idéia. Antes de fazer qualquer denúncia sobre a sugestão levantada, entendi que o assunto deveria ser levado ao conhecimento do *Presidente da República* e do *EMFA - Estado-Maior das Forças Armadas*, pois estava convencido de que, nem o Presidente, nem o EMFA, iriam concordar com ela. Procurei, então, o *Major Gustavo Morais Rego* para que levasse o assunto ao conhecimento do *Presidente Castelo Branco*. Ao *Almirante Geraldo Maia*, que no Grupo representava o *EMFA*, pedi que, antes de mais nada, ouvisse esse órgão sobre o assunto.

O resultado foi imediato. O Presidente da República proibiu que o assunto fosse tratado pelo Grupo de Trabalho e o EMFA, mostrou seu total desacordo com a idéia. O assunto foi, assim, superado. É aqui relatado, não para fazer qualquer acusação ao ilustre embaixador Roberto Campos, cujo desempenho na vida pública brasileira foi muito vasto, pois dela participou durante quase toda segunda metade do século XX. E sempre se houve

com notável *competência*. Apesar disso, no caso, era ele evidentemente mais um “*inocente útil*” que levantou uma sugestão que se revelou politicamente inviável e que, se aprovada tivesse sido, sua aplicação levaria a um desastre ecológico de proporções gigantescas na Região e, sem dúvida, uma agressão à soberania nacional de difícil reversão. Mais uma vez se comprova a *origem nacional* de tantos “projetos” ou tentativas de promover agressões geopolíticas à soberania nacional sobre a Amazônia.

TÍTULO VII

A CONSOLIDAÇÃO GEOPOLÍTICA DA
AMAZÔNIA COMO PATRIMÔNIO
DOS PAÍSES AMAZÔNICOS

.....

Capítulo 35

A DEFINIÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA GLOBAL DA AÇÃO PARA A REGIÃO (1946-1966). A IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA INSTITUCIONAL PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

D

URANTE a *Segunda Guerra Mundial*, a consciência nacional foi despertada para o isolamento da Amazônia, configurado pelo torpedeamento de mais de 40 navios que faziam a única ligação possível entre a Região e o restante do País – a longa costa brasileira. Além disso, na segunda metade dos anos quarenta, surgiu o episódio do Instituto Internacional de Hiléia Amazônica, que causou grande preocupação com os destinos da Amazônia. Isso tudo levou o Governo Federal e as lideranças políticas regionais a buscar e definir uma nova atitude do País para com sua grande região do Trópico Úmido. Os países ricos, europeus e norte-americanos, viam-na como uma região riquíssima pelos recursos naturais que possuía, porém, habitada por uma população pobre e abandonada a sua própria sorte; em seu conjunto, era vista pelo mundo como um imenso vazio demográfico, cujos recursos naturais abundantes, os países amazônicos egoisticamente não exploravam, nem deixavam ninguém explorar.

O palco, onde essas questões passaram a ser discutidas, foi o Congresso Nacional através da *Comissão Parlamentar de Valorização Eco-*

nômica da Amazônia que tinha a missão de elaborar o projeto de lei que deveria regulamentar a aplicação dos recursos previstos na Constituição Federal de 1946, em seu artigo 199, em favor da *valorização da Amazônia*. Esse dispositivo constitucional havia estabelecido que a União estava obrigada a aplicar, anualmente, na Amazônia, pelo menos, três (3) por cento de sua renda tributária nacional, durante vinte anos. Mas essa regulamentação não poderia, no entendimento dos membros da Comissão, ser apenas uma norma procedimental. O seu caráter substantivo exigia uma definição mais ampla, de alto significado geopolítico. A questão era: o que deve o Brasil fazer com a sua grande região setentrional? Trata-se da maior área contínua do Trópico Úmido do Planeta; portanto, não apenas, o que fazer, mas, sobretudo, como fazer, diante dos países que a cobiçam, ostensivamente e do quase total desconhecimento das ciências e tecnologias que deveriam ou poderiam ser aplicadas para utilização de seus recursos naturais.

Nestes termos, era fácil concluir que a Comissão não chegaria a uma resposta, pois esta necessariamente envolveria conhecimentos científicos e tecnológicos sobre a Região, ainda não disponíveis. A partir desse entendimento, a Comissão optou por conceber um *modelo institucional de ação* que, a médio e a longo prazo, se voltasse para a pesquisa dos recursos naturais regionais e a elaboração de tecnologias orientadas para a adequada atuação do homem na utilização do vasto patrimônio natural amazônico. Além disso, o *modelo institucional* concebido deveria promover, desde logo, incentivos de qualquer natureza para que a *iniciativa privada* tivesse condições de promover a implantação de empreendimentos voltados para o desenvolvimento da sociedade amazônica.

A concepção e formulação desse modelo institucional compreendem um conjunto de medidas orientadas: a) para criação de entidades e órgãos de pesquisa, bem como a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento regional; b) para a elaboração de programas e projetos de grande impacto no desenvolvimento regional, mediante a utilização dos recursos destinados pela Constituição Federal de 1946, em seu artigo 199, para a “valorização da Amazônia”: 3% (três por cento) da renda tributária da União.

35.1. A criação da SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

Somente sete (7) anos após a promulgação da Constituição Federal de 1946, a SPVEA foi criada pela Lei nº 1806, de janeiro de 1953. Instalada em setembro de 1953, sua primeira tarefa era elaborar um *Programa de Emergência* para o exercício de 1953. Além disso, deveria elaborar, até o dia 26 de junho de 1954, o *Primeiro Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia*. Do ponto de vista geopolítico, a União, através desse Plano e dos que lhe sucederam, nem sempre obedecendo a uma adequada cronologia, assumiu a promoção e o controle do desenvolvimento (ou *valorização*, na linguagem econômica da época) econômico e social da Amazônia.

Depois da SPVEA, a Amazônia não mais seria a mesma do ponto de vista dos interesses nacionais sobre a Região. A entidade tornou-se, com várias limitações e até restrições quanto a sua estratégia de ação, uma “longa manus” da União sobre a Amazônia. Aos olhos do mundo, em especial dos países que ambicionavam suas riquezas ou disputar a soberania sobre a Região, ela não mais parecia e nunca mais foi tida como *uma área abandonada à sua própria sorte*.

A SPVEA, de forma certamente muito discutível, promoveu a definição das políticas públicas para a Amazônia: nas áreas da educação, da saúde e do saneamento básico, do desenvolvimento cultural, dos transportes e comunicações, da agricultura e pecuária da exploração dos recursos naturais e da oferta à iniciativa privada de crédito para o desenvolvimento assistido e orientado.

35.2. O sistema de pesquisa dos recursos naturais: o INPA, o Museu Paraense Emílio Goeldi, o CPATU-EMBRAPA

No setor dos *recursos naturais*, a Comissão Parlamentar de Valorização da Amazônia preconizou a prioridade da pesquisa. Com esse objetivo, foi criado o *INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia*, implantado em 1954, com sede em Manaus. Era a resposta que o Brasil oferecia ao ambicioso projeto do *Instituto Internacional de Hiléia Amazônica*, afastando dessa forma qualquer tentativa de agressão à soberania nacional, sob o manto da pesquisa científica, aparentemente para atender aos interesses da humanidade. Não ficou, apenas, nessa providência a pesquisa dos recursos

naturais. Optou-se que o INPA, com sede em Manaus, seria vinculado ao CNPQ, tal como já o era o *Museu Emílio Goeldi*, sediado em Belém e que gozava de grande conceito nacional e internacional. A SPVEA contribuiu decisivamente para implantação do INPA e o fortalecimento institucional do *Museu Emílio Goeldi*. No mesmo sentido, no setor de pesquisa e experimentação agropecuária, fortaleceu o IAN - *Instituto Agrônomo do Norte* que, depois de várias transformações, integrou-se à EMBRAPA, com o nome de CPATU - *Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido*. Este projeto, na sua origem, envolvia uma idealização institucional, no sentido da abertura internacional da pesquisa agropecuária, através de uma espécie de *co-gestão* que, afinal, foi excluída.

Ainda no campo das pesquisas sobre a biodiversidade amazônica, dos recursos naturais e da antropologia dos povos indígenas, houve a federalização do Museu Paraense Emílio Goeldi que pertencia ao Governo de Estado do Pará e passou para a jurisdição do CNPq. Com isso o CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico passou a contar com duas instituições de pesquisas na Amazônia; uma sediada em Belém, o Museu Paraense Emílio Goeldi, e outra em Manaus, o INPA. Esse dispositivo institucional, acrescido do CPATU-EMBRAPA, fortaleceu a atuação do poder público na defesa da soberania nacional sobre a Região, excluindo definitivamente os modelos institucionais internacionais, voltados para a revelação e avaliação dos recursos naturais regionais. O Brasil manteve-se aberto a receber a colaboração de instituições científicas estrangeiras, sempre em regime de cooperação com instituições nacionais que, a partir de então, o País passou a exigir que fosse consignado nos acordos de cooperação internacional, aliás tal como preconizava a Carta das Nações Unidas de 1945.

35.3. *A transformação do Banco da Borracha no Banco de Crédito da Amazônia.*

O Banco da Borracha havia sido criado por ocasião da “Batalha da Borracha”, com a finalidade específica de financiar o custeio das safras da borracha de produção extrativista, com parte minoritária do capital pertencente ao Governo americano, por força dos Acordos de Washington. Terminada a II Guerra Mundial, o Banco da Borracha continuou atuando para exercer,

em nome da União, o monopólio da borracha. A Comissão Parlamentar de Valorização da Amazônia, na concepção do modelo institucional para o desenvolvimento da Amazônia, entendeu que o Banco da Borracha deveria ser reestruturado, de forma que pudesse atuar, não apenas no financiamento da produção, beneficiamento e comercialização da borracha, mas também em outros setores produtivos, entendidos como estratégicos para o desenvolvimento regional: custeio das safras agrícolas, a pecuária e a industrialização das matérias-primas da Região. Assim, em 1950, o Banco da Borracha foi transformado no Banco de Crédito da Amazônia - BCA. Para fortalecer o novo Banco foi criado o Fundo de Fomento à Produção que deveria ser aplicado, através da iniciativa privada. Esse Fundo era constituído de 10% (dez por cento) dos recursos anuais oriundos do Fundo de Valorização da Amazônia, por sua vez formado pelos 3% (três por cento) da renda tributária da União, nos termos do artigo 199 da Constituição Federal.

O *BCA* não conseguiu cumprir a sua nova missão plenamente. O *Fundo de Fomento à Produção* era aplicado a juros de 4% (quatro por cento) ao ano. Com a inflação galopante que se desencadeou no país a partir do meado dos anos cinqüenta, o Fundo não tinha *recuperações creditícias* suficientes de suas aplicações e no final dessa década foi extinto. O exercício do monopólio da União sobre a borracha continuou a ser a função básica do *BCA* que, a partir dessa década, com a implantação da indústria automobilística no País, deu origem à indústria pesada da borracha, isto é, a fabricação de pneus que utilizava a borracha amazônica, como matéria-prima, complementada com a borracha importada do Oriente.

35.4. O programa de emergência e da SPVEA. A concepção preliminar de valorização econômica da Amazônia

É a primeira ação programada desenvolvida pela SPVEA. Elaborado pela Comissão de Planejamento da nova entidade para aplicar os recursos do *Fundo de Valorização da Amazônia* relativos ao exercício de 1954, o *Programa de Emergência* tem um aspecto de grande importância geopolítica para a Região. Nele foi consignada a *Concepção Preliminar de Valorização Econômica da Amazônia*, que integra o conjunto de justificativas do

Programa de Emergência para 1954. A Concepção Preliminar está desdobrada em 49 itens que definem a *nova atitude* do País para com a sua grande região do Trópico Úmido; e mais, formula as grandes diretrizes que o poder público brasileiro passaria a adotar em relação ao desenvolvimento da Região e de sua integração à economia nacional. Trata-se de um documento denso, o primeiro que o Governo Federal, depois de mais de 300 anos de ocupação política da Região, produzia objetivando à aplicação dos recursos que a Constituição Federal havia consignado para o desenvolvimento da Amazônia. Assim, a *Concepção Preliminar*:

- a) definia a *Valorização Econômica da Amazônia* como uma *obra política* que visava “*a integração territorial, econômica e social da região amazônica à unidade nacional*”;
- b) discutia amplamente a política extrativista, agrícola e industrial;
- c) formulava a política da educação e saúde, de transportes e comunicações, e a de crédito para a iniciativa privada.

35.5. O primeiro Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia

Era o documento básico que passaria a presidir a orientação que o poder público federal, estadual e municipal, na Região, deveria adotar, não só nos próximos 5 (cinco) anos, mas também os grandes rumos a serem seguidos nos anos subseqüentes, de forma a se criar na região “*uma sociedade econômica estável e progressista, capaz de, com seus próprios esforços, satisfazer as suas necessidades*” (objetivo fundamental do Plano). O Plano Quinquenal apresentou o *zoneamento econômico e social da região*, trabalho de fôlego e grande significado geopolítico. É fácil compreender, numa leitura apressada, que se tratava de um plano ambicioso. Em verdade, porém, ele poderia ser definido como uma *grande utopia*, no sentido sociológico do termo, porque a sua realizabilidade pode ser discutível a curto ou a médio prazo; porém, a longo prazo indica quais são as grandes estratégias que o povo brasileiro desejava que fossem implementadas em favor da Amazônia.

A implantação do *I Plano Quinquenal* tornou-se difícil. A Região não teve poder político para conseguir a sua aprovação no Congresso Na-

cional. E assim, foi em cima das *propostas orçamentarias anuais* que continuaram definindo quais os projetos que seriam implementados na Região. A consistência do I Plano Quinquenal, entretanto, continuou a ser uma referência para a elaboração dos orçamentos anuais do *Fundo de Valorização Econômica da Amazônia*.

35.6. Os serviços de navegação da Amazônia e da administração do porto do Pará

Um dos programas especiais que teve sucesso relativo na sua implantação foi o que dotava os *Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará - SNAPP* de uma frota à altura das necessidades de integração fluvial da Região. Com esse objetivo, a Comissão Parlamentar de Valorização da Amazônia, mesmo antes da criação da SPVEA, conseguiu que o Congresso Nacional aprovasse a consignação de recursos para mandar construir, nos estaleiros da Holanda, 5 (cinco) navios e 11 (onze) chatas. Essa frota de navegação, por muitos anos, teve relativo sucesso, contudo, porém, pela incapacidade da entidade de fazer a manutenção das embarcações. Pouco a pouco a frota foi sendo sucateada, por falta de apoio logístico e manutenção adequada.

35.7. A integração física da Amazônia com o restante do país

Uma preocupação central, porém, das políticas governamentais federais para a Amazônia foi a integração física da Região ao restante do País. A idéia central era a construção inicial de duas grandes estradas de integração nacional: uma, que fizesse a integração com a foz do Amazonas; outra, com as nascentes dos afluentes da margem direita do Amazonas, no caso o rio Xingu, o rio Tapajós, o rio Madeira, o rio Purus e o rio Juruá. A integração pela foz do rio Amazonas foi feita pela construção da Belém-Brasília (BR-010) e da Belém-São Luís (BR-316). Foram complementadas em etapas bem diferentes; no caso da Belém-Brasília, a primeira etapa foi marcada pelo seu caráter pioneiro; a derrubada da floresta de norte a sul e de sul a norte, na expectativa de que, em um ponto previsto, as duas frentes de construção se encontrassem. Tal não aconteceu; tornou-se necessário fazer um desvio para que as duas frentes se encontrassem. A estrada foi aberta, portanto, sem nenhum levantamento topográfico, tangido pelo pioneirismo que dominava seus construtores. O comando da construção do gigantesco empreendimen-

to foi assumido por *Bernardo Saião*, vice-governador de Goiás, que sonhava com uma saída de seu Estado diretamente rumo ao Hemisfério Norte. No seu entusiasmo, acabou morrendo vítima da derrubada de uma árvore que o atingiu. A integração física, porém, tornou-se realidade irreversível, que se configurou praticamente, quando um contingente desses pioneiros seguiu de Belém para Brasília, enfrentando as condições precaríssimas da estrada para, no dia 21 de abril de 1960, participar das comemorações da inauguração de Brasília, a nova capital do País.

Ainda é dessa época a chegada dos primeiros caminhões a Porto Velho, capital do então Território Federal do Guaporé. Era o primeiro passo da construção da BR-364, que deveria depois se estender até Rio Branco, capital do Acre, e Cruzeiro do Sul, a principal cidade do alto rio Juruá. Dizia-se, então, figurativamente, que o Brasil, agora, *abraçava a Amazônia*, pela frente oriental, até a foz do Amazonas, e pela sua frente ocidental, diretamente, pelos altos rios Madeira, Purus e Juruá e, através de pequenos trechos rodoviários, com os altos rios que formam o Xingu e o Tapajós. O ideal da integração nacional havia sido concretizado e assumido dimensões geopolíticas imarcescíveis.

35.8. *A energização das capitais*

Nem sempre é lembrado que as capitais dos Estados e Territórios Federais da Amazônia dispunham de sistemas de energia precaríssimos, que não tinham condições de possibilitar adequada iluminação residencial, nem a industrialização na Região. Assim, uma prioridade especial foi dada para a energização de Belém e Manaus, as principais capitais. Só quem viveu na época pode avaliar o drama de habitar numa grande capital praticamente sem energia. Como a Região, ainda, não dispunha de energia hidráulica, teve de contentar-se com a energia térmica. Os estudos feitos permitiram a criação de empresas de energia elétrica, tecnicamente capazes de administrar o fornecimento de redes de energia adequadas e com capacidade satisfatória. Assim, foram atendidas as cidades Belém e Manaus e depois as capitais dos Territórios Federais: Macapá, Rio Branco, Porto Velho e Boavista. Com isso a Região atingiu um novo patamar tecnológico, do qual não mais poderia sair, firmando-se uma nova dimensão geopolítica para fortalecer a soberania nacional sobre a Região.

.....

Capítulo 36

A REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (1966 a 1980). UM NOVO SISTEMA INSTITUCIONAL DE AÇÃO. A COLONIZAÇÃO DA AMAZÔNIA. OS GRANDES PROJETOS MINEROMETALÚRGICOS

A

36.1. *A integração e ocupação da Amazônia*

ASCENSÃO dos militares ao poder em março de 1964, seguida da implantação de um regime totalitário de governo, teve repercussões geopolíticas profundas sobre a Amazônia. Imbuídos do nacionalismo inerente a sua própria formação, era natural que os militares voltassem suas preocupações para Amazônia, cuja soberania reconheciam, como sempre, ameaçada. Em alguns ambientes ou setores do poder decisório que a chamada *Revolução de 1964* implantou, essas preocupações tornaram-se altamente sensíveis. O significado de algumas palavras que passaram a ser veiculadas insistentemente dá uma melhor idéia da importância que a *questão geopolítica amazônica* passou a ter em alguns setores do Governo.

A integração física da Amazônia ao restante do Brasil era a idéia dominante da resposta geopolítica que o País deveria oferecer à cobiça internacional que se apresentava latente ou ostensiva em relação à Região. *Ocupação efetiva* da grande Região, para que deixasse de ser um *vazio demográfico* que o Brasil “egoisticamente” mantinha inexplorado, era um esforço que urgentemente deveria ser concretizado. Tão forte eram essas preocupações que a resposta que o Governo entendia que deveria ser oferecida

se consubstanciava em um lema que passou a ser consignado no discurso oficial: “*Integrar para não entregar*”.

O ideal da *integração física* foi traduzido em projetos. Alguns já haviam sido concebidos nas duas décadas que se seguiram ao término da Segunda Guerra Mundial: Belém-Brasília (BR-010) e Cuiabá-Porto Velho (BR-364); estradas que não haviam sido consolidadas. Atravessando milhares de quilômetros de floresta do Trópico Úmido, é fácil perceber que a alta incidência das chuvas as tornavam intransitáveis. Além disso, essas estradas haviam sido abertas sem corretos levantamentos topográficos; em conseqüência, logo verificou-se que seus trajetos não eram os mais adequados.

Além disso, os estrategistas militares do Governo entendiam que os dois grandes objetivos, *integração e ocupação*, eram indissociáveis. A integração física deveria ser feita para possibilitar a ocupação social da Região. Em conseqüência, novas estradas deveriam ser traçadas, projetadas e implementadas, para servirem como leito de acesso populacional que levaria à maximização da ocupação da Região. Na década de sessenta, os programas regionais voltaram-se para a consolidação das estradas já abertas e para a oferta de apoio, orientação, incentivos creditícios e fiscais em favor das populações que demandassem ocupar a Amazônia.

Um fato novo, porém, ocorreu: ainda quando o governo militar formulava suas primeiras concepções sobre a *questão amazônica* e a definição de suas estratégias de ação, surgiu esse fato que deu um colorido diferente à abordagem do problema regional, sem a radicalidade nacionalista que caracterizava o pensamento de alguns setores do Governo, embora sem excluí-la totalmente. Preliminarmente, é importante acentuar que as medidas concebidas a partir do nacionalismo militar eram forjadas a nível nacional, sem auscultar o pensamento dos políticos, empresários e técnicos da Região. A essa altura, porém, a Amazônia já dispunha de um contingente de intelectuais que tinham uma visão que destoava da que havia orientado as ações federais na Região nas duas décadas anteriores. Também, não se deixava envolver pela emocionalidade que presidia a formação de projetos que exprimissem a radicalidade do nacionalismo militar, mas considerava essa variável importante na formulação de uma nova política de desenvolvimento da Amazônia. Já

existiam na Região duas universidades; uma em Belém, outra em Manaus, que passaram a oferecer decisiva contribuição para a formação da “*intelligentzia*” regional.

36.2. O grupo de trabalho criado para reformular a política de desenvolvimento da Amazônia. O novo modelo institucional de ação. A política de incentivos fiscais.

Com a implantação do governo militar em 1964, um grupo de estudos da questão amazônica, alguns deles professores universitários, foi convocado para dirigir o Banco de Crédito Amazônico. Esse grupo era liderado pelo professor *Armando Dias Mendes* presidente do Banco; fazia parte também do grupo o autor deste estudo que assumiu a sua Carteira de Crédito Especializado.

Logo foi fácil aos dirigentes do então BCA, constatar que, por melhor que fosse o seu desempenho funcional, muito baixas seriam as possibilidades de orientar suas ações em favor do desenvolvimento da Região, pois o banco continuava objetivamente a ser, apenas, um *banco de um produto*, a *borracha*, cujo monopólio de exploração, beneficiamento e comercialização era por ele exercido em nome da União. Não dispunha o banco de recursos voltados para o incentivo ao desenvolvimento regional, nem de um corpo técnico para isso qualificado. Além disso, mesmo que o banco dispusesse desses recursos, não tinha possibilidades de promover as mudanças estruturais indispensáveis para a criação na Amazônia de uma sociedade economicamente estável e desenvolvida. A Região para isso necessitava, não apenas de recursos creditícios para apoiar a iniciativa privada, mas também de investimentos infra-estruturais (estradas, energia, transporte, comunicação), de incentivos fiscais, etc.

Decidiu a diretoria do banco fazer o estudo definindo uma *nova concepção* para o desenvolvimento da Amazônia. O estudo feito questionava, objetivamente, o que pretendia o Brasil fazer com a sua gigantesca região do Trópico Úmido que correspondia a 59% do território nacional e jazia abandonada, com um enorme vazio demográfico e parcialmente ocupada por uma população predominantemente pobre e marginalizada, física e economicamente, do restante da população brasileira. E mais, a relação

frágil que guardava com o restante do País era de *absoluta dependência e caracteristicamente colonial*.

O estudo elaborado pelos novos dirigentes do Banco da Amazônia preconizava um *novo modelo de ação estratégica institucional para a Amazônia*. Mostrava que era indispensável reestruturar a SPVEA, a essa altura, totalmente fragilizada, por acusações de corrupção administrativa, submetidas à apreciação de comissões de sindicância. O BCA não dispunha de recursos para incentivar a iniciativa privada a investir em projetos de interesse para o desenvolvimento regional. O estudo da diretoria do banco foi encaminhado ao Presidente da República, General Humberto Castelo Branco, que havia comandado a 8ª Região Militar, em Belém e havia sido Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, funções nas quais necessariamente sensibilizou-se muito com a questão amazônica, inclusive, naturalmente, com a sua dimensão geopolítica.

O estudo mereceu um despacho elogioso do Presidente que o encaminhou ao Ministro de Estado do Planejamento, embaixador Roberto Campos, para que fosse criado um *grupo de estudos para reformulação da política econômica da Amazônia*. Em decorrência do despacho presidencial foram criados dois grupos de estudos: um, mediante Decreto de 15 de julho de 1965, que tinha uma abrangência ampla, pois destinava-se a fazer os estudos necessários para definição de *uma nova política de desenvolvimento para a Amazônia*; outro, criado pelo Decreto nº 56.490, de 18 de junho de 1965, especificamente, para promover os estudos necessários à reformulação da política econômica da borracha.

Ambos os grupos de estudos dedicaram-se com afinco a suas funções durante cerca de um ano e dois meses. Toda a Amazônia foi visitada e amplos seminários e debates foram realizados com as lideranças regionais, inclusive com as entidades de classe do sistema produtivo regional. Afinal, em outubro do ano de 1966, foram aprovadas as leis que definiam a nova estratégia de ação institucional para a Amazônia:

- a Lei nº 5.122, de 28.10.66, transformou o Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S/A - BASA.
- a Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966 dispunha sobre a extinção da SPVEA e criava a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

- a Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966, dispunha sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Amazônia.

A nova estratégia de ação foi lançada na Amazônia pelo Presidente Castelo Branco, através de dois memoráveis discursos pronunciados, um, a 1º de setembro de 1966, em Macapá, hoje capital do Estado do Amapá; e outro, a 20 de setembro de 1966, em Boavista, hoje capital do Estado de Roraima. As palavras do Presidente tiveram grande repercussão. O ideal de uma *nova atitude* do Brasil para com a Amazônia alcançou seu maior impacto no lançamento da *Operação Amazônia*, através do Decreto nº 59.455, de 4 de novembro de 1966. A *Operação Amazônia* tinha a finalidade de promover a implantação de um novo sistema institucional de ação para a Região. Com esse objetivo foi realizado um grande seminário, a bordo de um navio transatlântico, o *Rosa da Fonseca*, em memorável viagem realizada de Manaus para Belém. As lideranças políticas e empresariais, a emergente *intelligentzia* regional e líderes políticos e dirigentes do País, passaram 4 (quatro) dias refletindo, pensando, discutindo amplamente a questão amazônica e concebendo novos rumos para a Região.

Ainda no Governo Castelo Branco, já quando estava prestes o término do mandato presidencial, alguns atos legislativos foram baixados para completar a definição do *novo sistema institucional de ação* do poder público na Região:

- a Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967 que dispunha sobre a nova política da borracha;
- o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, criando a Zona Franca de Manaus.

Estava, assim, completo o novo sistema institucional de ação para o desenvolvimento da Amazônia. Em seu conteúdo e nas funções estratégicas que deveria exercer, o novo sistema institucional de ação compreendia:

- a) a SUDAM, uma entidade que deveria definir e implementar a política de desenvolvimento regional, coordenando a ação de todos os demais com as quais guardava uma interface, através do Conselho de Desenvolvimento da Amazônia - CODAM;

b) o BASA, uma entidade para atuar junto à iniciativa privada, proporcionando-lhe o indispensável apoio creditício; era o Banco da Amazônia S.A., a partir de então institucionalizado como um banco de desenvolvimento regional;

c) a SUDHEVEA, uma entidade que teria por função promover incentivos à produção de borracha, não só a nativa, mas também a de heveicultura; era a Superintendência da Borracha, articulada nacionalmente através do Conselho Nacional da Borracha;

d) a SUFRAMA, uma entidade para administrar a Zona Franca de Manaus que, através de isenções fiscais, daria condições para que fosse criado no coração da Amazônia um parque industrial, na cidade de Manaus;

e) três entidades voltadas para a pesquisa dos recursos naturais regionais, da antropologia social e do aproveitamento do solo para exploração agropecuária da Região. Essas entidades eram o Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém; o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), em Manaus, e o Centro de Pesquisa Agroflorestral do Trópico Úmido - CPATU, em Belém.

Uma avaliação preliminar revela que esse sistema institucional teve, apenas um êxito relativo. Vejamos.

A SUDAM voltou-se predominantemente para aplicar os *incentivos fiscais*. Incumbia-se de aplicar as *deduções tributárias para investimentos na Amazônia*; ou seja, os recursos oriundos da faculdade que tinham todas as empresas do País de deduzir parte do imposto de renda devido, a cada ano, para aplicar em empreendimentos que o Conselho Deliberativo da SUDAM considerasse como de interesse para o desenvolvimento da Amazônia. Além disso, esses empreendimentos, considerados de interesse para o desenvolvimento da Região, passaram a gozar de isenções de impostos em graus diferentes, consoante a sua natureza.

Uma vultosa quantidade de *projetos de investimentos* foi aprovada pela SUDAM. Em conseqüência, um relevante objetivo geopolítico foi alcançado: o país inteiro, por seu sistema de ação institucional, foi

mobilizado para participar da *ocupação econômica* da Amazônia. Isso repercutiu evidentemente perante os países ricos, sempre interessados em impor sua soberania sobre a Amazônia, no sentido de que o Brasil não mais admitiria essas ambições e invectivas, pois através de seu empresariado, passava a ter interesses objetivos sobre a Região ao amparo de uma nova política de desenvolvimento da Amazônia e de sua integração ao restante do País.

Adiante será discutido o fracasso da política de *incentivos fiscais* que se revelou inadequada para a Amazônia, não só pela corrupção generalizada havida nas aplicações, mas principalmente pelo impacto ambiental perverso que provocou sobre a Região.

O Banco da Amazônia assumiu o seu papel de banco de desenvolvimento regional, com uma atuação sofrível, face às pressões políticas a que esteve tantas vezes sujeito, no seu processo decisório. Isso, porém, não chegou a descaracterizar o seu papel como recurso institucional de alto significado para a economia regional.

A SUFRAMA teve pleno sucesso ao transformar a cidade de Manaus em um grande centro urbano e industrial localizado no coração da Amazônia brasileira. Do ponto de vista geopolítico, Manaus passou a ser a evidência mais ostensiva da ocupação econômica da Amazônia. Um marco geopolítico do interesse do País pela sua grande região do Trópico Úmido.

As entidades de pesquisa vêm cumprindo o seu papel com relativo sucesso. Já dispõem todas de um estoque considerável de pesquisas sobre os recursos naturais, a agricultura, a pecuária e a antropologia regional, infelizmente pouco aproveitadas na formulação das políticas de desenvolvimento da Amazônia, pela falta de recursos financeiros e institucionais orientados para a difusão e a aplicação de tecnologias de interesse para a economia regional. Sob o ângulo geopolítico, as entidades de pesquisas passaram a cumprir um importante papel; tornaram-se necessariamente os canais para absorção da cooperação internacional na pesquisa dos recursos naturais regionais, preservando-se, assim, a soberania nacional.

36.3. As estradas de integração nacional e a ocupação da Amazônia. A frente pioneira de penetração.

A queda do Presidente Humberto Castelo Branco levou ao poder os segmentos militares conhecidos no jargão político, como de “*linha dura*”; portanto, a ditadura militar ampliou a sua abrangência e se voltou, predominantemente, para a repressão político-ideológica, como prioridade de ação, amparada, então, no Ato Institucional nº 5 que suprimia totalmente as garantias individuais. Com essa filosofia de ação, o novo governo totalitário não se deu por satisfeito com o modelo de estratégia de ação, concebido pelo Grupo de Trabalho criado para a reformulação de política de desenvolvimento da Amazônia. O Ministério do Interior, a partir de então, dirigido por militares, passou a proclamar que era preciso *ocupar a Amazônia*; não, apenas, *economicamente*; mas também, *socialmente*. Em termos objetivos, a ocupação deveria realizar-se pelo *povoamento* da Região.

A nova estratégia de ação exigia que fossem criados canais de acesso para as populações oriundas de outras regiões do País, principalmente do Nordeste. Era preciso povoar a Amazônia, através do programa de *colonização* da Região, ao longo de *estradas de integração* que seriam construídas com objetivo de fazer a ligação direta da Amazônia com o Nordeste, com o Centro-Sul e com o Centro-Oeste do País. Com essa finalidade foi concebido o *Programa de Integração Nacional - PIN*, criado pelo Decreto-Lei nº 1106, de 11 de junho de 1970. As principais estradas ou eixos de integração eram a BR-10; BR-163; a BR-364; a BR-316.

A *BR-10, Belém-Brasília*, foi a estrada de maior impacto na integração da Amazônia com o restante do País. A Região passou a ser ligada por via rodoviária à capital federal, o principal centro de decisões do País e, a partir de Brasília, com as regiões econômicas mais importantes, no eixo Minas Gerais e Rio de Janeiro e no eixo São Paulo até o Rio Grande do Sul. Foi um acontecimento de grande significado; primeiro, porque a abertura da estrada foi feita de forma pioneira, apenas revestida de piçarra e com um trajeto altamente problemático, de alto risco, porque foi construído sem requisitos tecnológicos indispensáveis; isso ocorreu nos anos que precederam à inauguração da nova capital federal; quando esta foi inaugurada, em 21 de abril de 1960, já chegaram pela estrada os

primeiros pioneiros amazônidas; o segundo acontecimento ocorreu no final dos anos sessenta e começo dos anos setenta, quando o trajeto da estrada foi definido tecnicamente, mediante levantamento topográfico, asfaltamento e consolidação.

A BR-163, Cuiabá-Santarém, estrada de importância econômica para o Brasil Central, pois seu objetivo era possibilitar o escoamento das safras de grãos dessa região no sentido do Hemisfério Norte, foi aberta, porém, mas não teve manutenção adequada, e até hoje ainda não foi consolidada.

A BR-364, que passou a fazer a ligação entre Cuiabá e Porto Velho, capital de Rondônia, com Rio Branco, capital do Acre; e, a partir de Porto Velho, com Manaus, capital do Amazonas. Essa estrada foi concluída até o eixo de Porto Velho e Rio Branco, e assim tem um alto significado geopolítico, pois integra, ao centro de decisão do País, áreas que haviam sido objeto de disputas com a Bolívia, sob interferência de interesses internacionais, norte-americanos e ingleses (o Bolivian Syndicate); além disso, essa estrada tem uma outra importância geopolítica pela fato de possibilitar a sua ligação a eixos rodoviários da Bolívia e do Peru e, assim o acesso ao Oceano Pacífico; aqui é relevante ressaltar que esse projeto tem sido objeto de lutas políticas das lideranças partidárias dos estados de Rondônia e do Acre que, articulados com os governos da Bolívia e do Peru, conseguiram que o governo japonês acolhesse um pedido de financiamento para a construção da estrada até à costa do Pacífico. Isso provocou uma ostensiva interferência e até ameaças do Presidente dos Estados Unidos, Sr. George Bush, ao governo japonês para que não fosse efetivado o financiamento, sob o pretexto de que o projeto era danoso do ponto vista ambiental. O Japão aceitou as pressões e o financiamento não foi efetivado. O Brasil continua sem acesso rodoviário ao oceano Pacífico.

A BR-316, Pará-Maranhão, que deveria ser concluída para que fosse feita a ligação da Amazônia com o Nordeste, foi consolidada, sobretudo nos trechos que levavam a São Luís e a Teresina, hoje estrada de tráfego intenso.

A ligação mais importante, porém, foi a *Transamazônica (BR-230)*, estrada que faria a ligação de *Pernambuco*, cidade de *Picos*, até *Cruzeiro do Sul*, no alto rio Juruá. Era um eixo que atravessava o Brasil de leste

a oeste em seus pontos extremos. Sua dimensão importante era atravessar a Amazônia de leste a oeste, fazendo a ligação entre os grandes afluentes da margem direita do rio Amazonas: o Tocantins, o Xingu, o Tapajós, o Madeira, o Purus e o Juruá.

A estrada foi aberta numa época em que os impactos ambientais não eram objeto de maiores preocupações das autoridades brasileiras, pois a legislação sobre a política do meio ambiente somente adveio nos anos oitenta. No plano internacional, haviam, apenas, programas especiais dos chamados *partidos verdes* na Europa. Assim, foi fácil possibilitar o acesso de empresários rurais e pequenos produtores agropecuários às regiões centrais da Amazônia, no coração da floresta tropical amazônica, hoje uma área sujeita a intensa devastação que cresce anualmente. Esse assunto será tratado adiante mais objetivamente.

Além da integração rodoviária com o Centro-Sul, o Nordeste e o Centro-Oeste do País, os governos militares manifestaram preocupação com a ocupação das terras situadas ao norte do Amazonas, pela sua margem esquerda, denominada, de forma mais objetiva de *Calha Norte*. Como a noção que tinham da ocupação dessas terras ressaltava predominantemente o *povoamento*, já que a região da *Calha Norte* é um vasto vazio demográfico, as soluções preconizadas levaram ao delírio da construção da estrada *Perimetral Norte*, que deveria estender-se do Amapá até o oeste do Estado do Amazonas, nas fronteiras com a Colômbia. Essa estrada começou a ser aberta mediante a derrubada das árvores; as dificuldades de alocação de recursos orçamentários e os protestos veiculados pela imprensa levaram o Governo Federal a suspender a sua construção e dela não mais se ouviu falar.

A ligação de Manaus com o Estado de Roraima, e seu prolongamento no sentido da *Venezuela* (BR-174), somente nos anos noventa foi viabilizada, e seu sentido geopolítico é evidente na medida em que possibilita, não só a integração do Estado de Roraima ao restante do País, mas também pela sua extensão até à Venezuela, nesta passando pela cidade fronteira de *Santa Helena*, até alcançar *Ciudad Bolívar*, na foz do Orinoco. Trata-se de uma estrada de alta importância turística, pois possibilita o acesso ao Mar do Caribe.

36.4. *A ocupação da Amazônia. A colonização dirigida e colonização espontânea*

A abertura das estradas de integração nacional, até o coração da Amazônia, era, apenas, uma face da política dos governos militares no sentido de povoar a Região. Era necessário ocupar efetivamente a Amazônia, através do assentamento de populações oriundas principalmente do *Nordeste* e *Centro-Oeste*. De fato, até populações do Rio Grande do Sul foram mobilizadas para serem assentadas ao longo das estradas de integração nacional, através de um vasto programa de *colonização dirigida*.

Agência incumbida dessa gigantesca tarefa foi o *INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária*, na época voltada, principalmente, para a ocupação de terras públicas; portanto, ações características de colonização; a reforma agrária, sob a pressão dos grandes proprietários rurais que eram, também, atores da denominada Revolução de 1964, jazia afastada das prioridades nacionais. Foram projetados assentamentos agrários, principalmente ao longo do eixo da Transamazônica, no Estado do Pará, sobretudo no trecho que se estende a partir do Xingu até o Tapajós, pelo reconhecimento de que se tratava de uma região que tinha condições pedológicas ideais para agricultura.

Os assentamentos foram feitos, em condições precárias, mas com relativo sucesso, tanto que hoje vários municípios surgiram no trecho mencionado, em função das populações que se concentravam entre Altamira, no rio Xingu, e Itaituba, no rio Tapajós. Tratava-se, em verdade, de um novo modelo de assentamentos preconizados na época pelo INCRA: os *PICs* (Projetos Integrados de Colonização) e os *PADs* (Projetos de Assentamentos Dirigidos) que promoveram o povoamento da Região.

Além disso, é necessário acentuar que, para os eixos das estradas de integração nacional, não vieram, apenas, as populações, oficialmente, mobilizadas, dentro dos projetos de colonização dirigida. Dois outros segmentos populacionais vieram espontaneamente:

- a) pequenos produtores rurais, oriundos das regiões adjacentes à Amazônia;
- b) os grandes produtores rurais interessados em absorver os recursos oriundos da política de incentivos fiscais.

As fronteiras da Amazônia com o restante do País, agora, estavam abertas pelas estradas de integração nacional. Antes, três frentes pioneiras no sentido da Amazônia haviam estagnado diante da muralha florestal que diante delas se erguia. Uma frente no Maranhão, entre o vale do rio Mearim e a floresta amazônica; duas outras, nas regiões em torno dos municípios de Poxoréu e Cáceres, ambos no Estado do Mato Grosso. Com a abertura das estradas de integração, essas populações penetraram na Amazônia em busca de áreas para ocupar e produzir. Estava, assim, formada a *frente pioneira de penetração na Amazônia*, que até hoje avança cada vez mais no sentido da hinterlândia amazônica, deixando na sua passagem as marcas da devastação florestal que é hoje objeto de tantas preocupações do poder público, com repercussões internacionais negativas.

A marca mais forte, entretanto, dessa política ocupacional da Amazônia, foi proporcionada pelos grandes proprietários rurais. Em geral, empresários do Sul do País, principalmente de São Paulo, que decidiram aproveitar a política fiscal de deduções tributárias para investimentos na Amazônia – lei de *incentivos fiscais*, sempre no sentido de aplicar os recursos deduzidos em *projetos pecuários*. Era a forma que encontraram para implantar com recursos do poder público federal, oriundos de deduções do imposto de renda, fazendas para exploração pecuária, administradas à distância, pois, esses empresários sempre as gerenciam, através de prepostos empregados no estabelecimento.

Para isso tiveram de rasgar milhares de hectares da floresta amazônica, para substituir a vestimenta florística por pastagens. A escala elevada desses projetos, cada um utilizando sempre milhares de hectares (10, 20, 50 ou até 100 mil hectares) provocou e continua provocando um verdadeiro *desastre ambiental*, que o poder público até hoje não tem tido condições de coibir, nem mesmo paralisando o avanço devastador.

No balanço do atendimento dos objetivos preconizados pelos governos militares, verifica-se, de um lado, que essas frentes pioneiras de penetração conseguiram maximizar o nível de ocupação da Amazônia, através do povoamento; de outro, entretanto, observa-se que esse povoamento se realizou a um *custo social e ambiental* elevadíssimo, o qual aumentou profundamente o grau de problematização da questão amazônica,

sobretudo no plano geopolítico, pelas repercussões negativas que teve essa acelerada devastação florestal no plano internacional.

36.5. A federalização das terras públicas estaduais

Os governos militares, porém, entendiam que esse povoamento deveria ser intensivo e urgente para que servisse como uma resposta geopolítica do Brasil às ambições internacionais sobre a Amazônia. Para isso entenderam que seria *necessário reduzir a autonomia dos Estados amazônicos sobre os seus respectivos territórios*. A idéia concebida foi consignada no *Decreto-Lei nº 1164, de 1º de abril de 1971*. Por esse diploma legal, de conteúdo autárquico, foram federalizados os terrenos situados na faixa de 100 quilômetros ao longo das rodovias federais construídas ou projetadas. Era a forma que os tecnocratas do Governo Federal encontraram para subtrair aos Estados o poder de decidir sobre a ocupação dos territórios situados ao longo das estradas de integração nacional.

Foram subtraídas, assim, à jurisdição dos Estados, as terras públicas situadas ao longo de uma faixa de 200 quilômetros de largura (100 de cada lado), incluindo nessa decisão arbitrária, as *estradas construídas*, ou em *construção*, ou ainda as apenas “*projetadas*”. Diz-se “projetadas” porque de fato nunca foram, realmente, objeto de estudos e projetos; nunca passaram de traçados feitos em mapas, aleatoriamente. O Estado mais atingido foi o Pará, que perdeu jurisdição institucional sobre quase 60% do seu território. Essa situação não foi de fato elidida até hoje, pois, apesar do *Decreto-Lei nº 1164/71* haver sido revogado pelo *Decreto-Lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987*, o ato de revogação consignou tantas ressalvas que a recuperação das condições anteriores de jurisdição dos Estados tornou-se impossível. Sobretudo no Estado do Pará, cuja estrutura fundiária tornou-se caótica pela ação arbitrária com que exerceram suas funções o INCRA e o GETAT (Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins):

O GEBAM (Grupo Executivo do Baixo Amazonas), criado pelo *Decreto nº 84.516, de 26 de fevereiro de 1980*, que possuía jurisdição sobre as áreas do Estado do Pará situados à margem esquerda do rio Amazonas e toda a área do então Território Federal do Amapá, não chegou a atuar de forma direta sobre a questão fundiária; seu objetivo tinha o caráter eminen-

temente geopolítico de fortalecer a presença do Governo Federal nessa área mais longínqua do território pátrio. Pode-se dizer que o objetivo precípua do GEBAM era promover a dissuasão sobre as tentativas de apropriação por grupos estrangeiros de vastas áreas desse território, dos quais o mais ostensivo foi, sem dúvida, o *Projeto JARI*, em favor do qual o milionário norte-americano *Daniel Ludwig* reclamava a apropriação de quase 4 milhões de hectares, ao longo do rio Jari. Em verdade, ao adquirir o controle da *Empresa Jari Ltda.*, adquiriu a propriedade de 225.967,6 ha; para efeito de pagamento de impostos declarou perante o INCRA que a área era de 1.600.000 ha; perante o BNDES, portanto, para efeito de obtenção de créditos, informou que a área era de 3.700.000 ha.

A dissuasão teve sucesso, pois, o investidor norte-americano acabou alienando a grupos empresariais brasileiros, com financiamento do Banco do Brasil e do BNDES, os pretensos direitos reais que possuía sobre a área ao longo do rio Jari. Foi uma solução negociada de alto alcance geopolítico, pois preveniu a ocorrência de um incidente internacional, pelo qual o governo norte-americano se achasse no direito de intervir na questão, invocando a *Doutrina do "Big Stick"*, conforme foi explicado em capítulo anterior.

36.6. O Programa Grande Carajás e sua componente geopolítica. Os grandes projetos minerometalúrgicos

Olhado do ponto vista geopolítico, o *Programa Grande Carajás (PCG)*, apesar de ter sido institucionalizado somente em novembro de 1980 (Decreto-Lei nº 1813, de 24.11.1980), começou esboçar-se no final da década de sessenta, com a descoberta da grande jazida de ferro da Serra dos Carajás, pelo geólogo *Breno Augusto dos Santos*.⁶³ Não como uma descoberta do acaso, mas sim como fruto do programa de pesquisa elaborado nos Estados Unidos pela *United States Steel (USS)*. Segundo revela o ilustre

63 V. Santos, Breno Augusto dos, "Recursos Minerais", capítulo 13 do livro organizado por José Maia Gonçalves de Almeida Jr., intitulado *Carajás Desafio Político, Ecologia e Desenvolvimento*, pág. 294 e seguintes. Ed. do CNPq e Editora Brasiliense.

descobridor da grande jazida ferrífera, em 1966, a USS concebeu em Pittsburgh um ambicioso programa de prospecção mineral para Amazônia, objetivando a descoberta de manganês, minério estratégico do qual muito dependiam suas siderúrgicas.

Diante da situação crítica que reconheceu existir, a multinacional elaborou o *Brazilian Exploration Program - BEP*. Elaborado em 1966, o BEP somente teve início em 1967, através da subsidiária da USS – *Companhia Meridional de Mineração* – que já atuava no Brasil, em Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Sobre essa origem estrangeira na gênese do PGC, vale registrar o apropriado e oportuno comentário do geólogo Breno Augusto dos Santos:

“Os processos de ocupação da Amazônia têm apresentado, como característica marcante, *o fato de serem orientados de fora para dentro, tendo como objetivo a resolução de problemas alheios à realidade regional*, seja o abastecimento de mercados, normalmente externos, seja a absorção de contingentes migratórios expulsos pela ação de ocupação do solo de outras regiões brasileiras. Dentro desse contexto, Carajás não surgiu por acaso, mas sim *como consequência da região amazônica ser parte de um país periférico da economia mundial* e, constituir-se, *até a década de 60*, em uma *das últimas fronteiras* para o desenvolvimento da exploração mineral.”⁶⁴ (grifo do autor)

A descoberta da jazida ocorreu no dia 31 de julho de 1967. O geólogo fazia sobrevôos de helicóptero em áreas previamente indicadas, que obrigavam ao reabastecimento do aparelho em clareiras existentes na região, utilizando combustível transportado no bagageiro da aeronave. No pouso, realizado no dia mencionado, na serra da Arqueada, o geólogo pôde constatar que a clareira era provocada por uma “*cobertura de canga hematítica que permitiu o desenvolvimento apenas de uma vegetação arbustiva*” (Santos, Breno, *ob. cit.*, p. 298). A confirmação, porém, de que se tratava de uma jazida de grande porte somente ocorreu após o reconhecimento das principais clareiras existentes na área, o que foi feito entre os dias 22 e 23 de agosto de 1967.

64 V. Santos, Breno Augusto dos, *ob. cit.*, pág. 294 e seguintes.

O interesse, porém, da *USS* pela jazida somente se configurou no mês de setembro do mesmo ano, quando foi descoberta a jazida de manganês de *Buritirama*. Aí, então, a multinacional adotou providências junto ao *DNPM-Departamento Nacional da Produção Mineral*, para realizar a pesquisa do minério, dentro de uma área de 160.000 hectares. Surgiram, então, as primeiras reações do governo brasileiro visando a defender os interesses nacionais. O *DNPM* mostrava às autoridades do País suas preocupações em deixar uma jazida, aparentemente de grande porte, em poder de uma multinacional. Os entendimentos havidos levaram cerca de dois anos e envolveram a estatal *CVRD-Companhia Vale do Rio Doce* que se associou à *USS* para constituir a *Amazônia Mineração S/A - AMSA*, com 51% do seu capital pertencentes à *CVRD* e 49% à *USS*. A constituição da nova empresa ocorreu a 15 de abril de 1970. As pesquisas começaram imediatamente e foram concluídas em 1974, indicando a existência de *18 bilhões de toneladas de minério de ferro de alto teor*.

Com o início da recessão provocada pelo primeiro “*choque do petróleo*” em 1973, a *USS* foi perdendo o seu interesse pela jazida. Além disso, o nível de entendimento e cooperação entre as empresas que constituíam a *AMSA* era muito baixo, o que agravou o desinteresse da *USS* pela jazida, culminando com a sua retirada da sociedade mediante uma indenização de suas perdas, no valor de 50 milhões de dólares americanos. Daí em diante o projeto de exploração da jazida passou a ser implementado, apenas, pela *CVRD*.

Os estudos geológicos, entretanto, realizados na região da Serra dos Carajás revelaram que se tratava de uma gigantesca *província mineral*. Um quadro demonstrativo feito pelo geólogo Breno Augusto dos Santos (*ob. cit.*, pág. 230), no período de 1966 a 1982, informa que foram descobertas 22 jazidas na região de Carajás, sendo três (3) de *minério de manganês*, uma (1) de *minério de ferro*, três (3) de *cassiterita* (estanho), duas (2) de *cromita*, duas (2) de *minério de níquel*, três (3) de *minério de cobre*, uma (1) de *bauxita metalúrgica*, quatro (4) de *ouro*, três (3) de *wolframita*.

Essas descobertas, levaram o Governo Federal a se preocupar com a sistemática de procedimentos para a exploração dessa grande província mineral. Foi com esse objetivo que criou o *Programa Grande*

Carajás - PGC, através do *Decreto-Lei nº 1.813 de 24 de fevereiro de 1980*. O *PGC* é um conjunto de incentivos fiscais e institucionais para a exploração das jazidas descobertas na região. Eram jazidas, todas pertencentes à União, nos termos da Constituição Federal. A magnitude da província mineral, exigia de um lado a presença do Governo Federal, definindo as condições em que deveriam ser exploradas as jazidas; de outro, a participação da iniciativa privada, em geral oriunda de capitais estrangeiros, pertencentes a empresas detentoras do controle do mercado internacional de minérios.

Assim, o Governo Federal criou o *PGC*, cuja *área de abrangência*, definida no *Decreto-Lei nº 1.813*, citado, compreendia o território situado *ao norte do paralelo 8º (oito graus), de latitude sul*, limitado *ao norte*, pelo *rio Amazonas*, pelo *braço direito da foz do Amazonas*, conhecido como *rio Pará* e pela *costa atlântica até o rio Parnaíba*; a *oeste* pelo *rio Xingu até o citado paralelo de 8º graus*; e a *leste* pelo *rio Parnaíba*; compreendendo, assim, partes dos Estados do *Pará, Maranhão e Goiás* (hoje *Tocantins*). Essa área foi depois ampliada pelo *Decreto-Lei nº 1.904, de 23 de dezembro de 1981*, para incluir integralmente os territórios dos *municípios* cortados pelo *paralelo 8º (oito graus) de latitude sul*.

Os empreendimentos que, na área sob jurisdição do *PGC* receberiam apoio ou incentivos do Governo Federal, compreendiam:

a) projetos de *infra-estrutura*, especificamente, a construção da *Ferrovias Serra dos Carajás-São Luís*; de construção de *portos*, dos quais os mais importantes foram o da ponta da Madeira, na baía de São Marcos, perto de São Luís, destinado à exportação de *ferro*; e o de Barcarena, perto de Belém, destinado à extração de alumínio e de alumina;

b) projetos de *pesquisa, prospeção, extração, beneficiamento* ou industrialização de minérios, não só no *Projeto Ferro-Carajás*, como nos projetos de exploração em cadeia da *bauxita*, da *alumina* e do *alumínio*.

A legislação incluía, ainda, incentivos ao florestamento e reflorestamento, à pesca, à agroindústria, à agricultura e à pecuária. Esses setores, porém, não chegaram a ser diretamente amparados pelo *Programa Grande*

Carajás, pois, se situavam, também, na área de jurisdição da *SUDAM-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia*, que lhes concedia não só isenções tributárias, mas também recursos para investimentos, oriundos de deduções tributárias.

O *PGC* foi criado no âmbito da Presidência da República, como uma organização constituída por um *Conselho Interministerial* incumbido de aprovar os projetos de empreendimentos situados na área do Programa. Observe-se, porém, que o *PGC* surgiu basicamente em torno do *Projeto Ferro-Carajás*, implementado pela Companhia Vale do Rio Doce - CVRD. Essa estatal era, também, titular de todas as jazidas que, ao longo da década de setenta, foram descobertas na região. Por conseqüência, o *PGC* era de fato um *Programa da CVRD* que, como estatal que era, exigiu do governo a concessão de incentivos e vantagens, sob a alegação de que esses apoios se revelavam indispensáveis para que os empreendimentos respectivos fossem viabilizados economicamente, sobretudo os que deveriam competir no mercado internacional.

Sob a égide do *PGC*, foram implementados na área 4 (quatro) grandes projetos de infra-estrutura:

1º) a *Usina Hidrelétrica de Tucuruí*, com capacidade para gerar até 8.000MW de energia, teve cumprida a realização de sua 1ª fase com 12 turbinas de 330MW cada, no total de 3.960MW; atualmente acha-se em fase de ampliação para os 8.000MW previstos para o projeto total. Para implantar uma usina de tão grande porte, a região não dispunha de capacidade efetiva de demanda. É importante lembrar que, quando as obras começaram, a elaboração do projeto respectivo ainda não havia sido concluída. Houve, assim, uma decisão, nunca razoavelmente explicada para acelerar as obras. Na imprensa sempre se falou que o motivo era necessidade de gerar energia para atender tempestivamente as necessidades do Nordeste. Depois, entretanto, ficou evidenciado que o motivo mais evidente da premência na construção da usina era produzir *alumínio* e *alumina* em Barcarena, no Pará, respectivamente através dos projetos das empresas *ALBRÁS* e *ALUNORTE*, utilizando energia subsidiada da hidrelétrica de Tucuruí.

2º) a *Estrada de Ferro de Carajás-São Luís*, para fazer o transporte do minério da jazida na Serra dos Carajás até o porto de embarque na baía de São Marcos, no Maranhão;

3º) o *Porto da Vila do Conde*, especializado para embarque e desembarque de minérios de *bauxita, alumina e alumínio*, com calado para navios de até 50.000 toneladas;

4º) o complexo portuário para desembarque e embarque do minério de ferro, que compreende o *Porto Comercial de Itaquí* e o *Terminal Marítimo da Ponta da Madeira* que se polarizam em torno da baía de São Marcos, no Maranhão.

No setor da *exploração mineral*, o *Programa Grande Carajás* viabilizou vários empreendimentos mínero-metalúrgicos, não só pelos investimentos que fez na infra-estrutura implantada, mas também pela concessão de isenções tributárias e subsídios embutidos no preço da energia fornecida pela *Hidrelétrica de Tucuruí*. Esses empreendimentos foram:

a) o *Projeto Ferro Carajás*, que explora a jazida que tem medidos 18 bilhões de toneladas de ferro, que é explorado, apenas, pela CVRD, hoje privatizada, e que exporta, anualmente, mais de 50 de milhões de toneladas de minério de ferro; nesse empreendimento deve ser incluída também a exploração da *jazida de manganês*, que é feita, também, apenas, pela CVRD;

b) o *Projeto Alumínio*, que compreende a exploração da *bauxita* pela *Mineração Rio do Norte*, de *alumina* pela *ALUNORTE* e do *alumínio* pela *ALBRÁS*; registre-se:

- que o projeto da *ALUNORTE*, somente foi viabilizado nos anos noventa, já depois de extinto o *PGC*;

- que, nesses três empreendimentos, a *CVRD* não detém neles necessariamente o controle acionário, embora este acabe ocorrendo na prática mediante *acordos de acionistas*;

c) ainda na exploração de *alumínio*, deve-se acrescentar o projeto da *ALUMAR*, em São Luís do Maranhão, pertencente a um consórcio das multinacionais - *ALCOA-BILLINGTON*

- para a produção de alumina e alumínio, respectivamente 2.000ton/ano e 400.000ton/ano;

d) os projetos de *ferro-gusa*, ao longo da *Estrada de Ferro Carajás*, também beneficiados pelo *PGC*; foram implantadas cinco usinas no Estado do Pará e outras no Maranhão; são projetos de médio porte; seu impacto maior tem-se revelado na área ambiental e social pelos problemas que provocam com utilização do carvão vegetal.

As demais jazidas de minérios, descobertas na região do *PGC*, somente foram viabilizadas depois de extinto o Programa, como é o caso do *ouro* do igarapé Bahia, do *caulim* (três jazidas) na região da bacia do rio Capim, afluente do rio Guamá. Outros, como o *cobre*, só agora estão tendo seus respectivos projetos equacionados.

A vigência do *PGC*, quanto aos incentivos fiscais, mediante isenção de Imposto de Renda pelo prazo de 10 (dez) anos, encerrou-se em 31 de dezembro de 1995, pois, nos termos do Decreto-Lei nº 1825, de 22 de dezembro de 1980, somente poderiam ser beneficiários da referida isenção os projetos que se instalassem, ampliassem ou modernizassem até 31 de dezembro de 1985 (art. 1º do Dec.-Lei nº 1825, de 22.12.80). É necessário ressaltar, porém, que esses empreendimentos, por estarem localizados na área da SUDAM passaram a beneficiar-se dos incentivos por esta administrados, incentivos esses que compreendiam a redução de 50% do Imposto de Renda do produto industrializado.

Uma avaliação sobre o impacto geopolítico do *Programa Grande Carajás* leva ao reconhecimento de que se trata de uma mudança radical no perfil econômico da Região. Embora continue a ser uma prática extrativista, é forçoso reconhecer, porém, que se trata de uma atividade que exige tecnologia avançada, não só na *extração* do minério, mas também no seu *beneficiamento*, de forma que possa ser transportado, em geral através de navios graneleiros. Com a extração mineral, a Amazônia passou a ser vista pelo mundo, em especial pelos países ricos, como um fantástico patrimônio natural, que as classes empresariais entendem que deve ter sua exploração maximizada; para os ambientalistas e líderes políticos, deve ser preservada.

Quanto às vantagens para a população amazônica, o significado desses empreendimentos não é proporcional ao volume dos investimentos

realizados. Nessas duas décadas de intensificação da exploração mineral na Amazônia, os investimentos havidos na Região, tanto em projetos infra-estruturais, como projetos de produção, devem ter atingido valores da ordem de 15 a 20 bilhões de dólares. Mas os efeitos sociais são modestos; restringem-se à mão-de-obra e às compras no mercado local, quando isso acontece. Inicialmente, os Estados amazônicos eram beneficiados pelo *Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços*. Legislação posterior, entretanto, tornou-os isentos por serem produtos destinados à exportação (*Lei Kandir*). O *royalty* – a compensação financeira devida à sociedade pela perda de um recurso natural não renovável – criado pela Constituição Federal de 1988, art. 21, teve seu valor fixado em lei complementar de forma muito reduzida, uma vez que os governos federal e estaduais acolheram a reivindicação dos empresários no sentido de que sua soma ao ICMS poderia tornar o produto mineral sem condições de competitividade no mercado internacional. Com a legislação que isentou do ICMS os produtos exportados, a contribuição desses empreendimentos para o poder público e, em conseqüência, para a sociedade, tornou-se insignificante.

De outro lado, com a privatização da CVRD, adquirida por grupos empresariais, os projetos mínero-metalúrgicos foram envolvidos pela onda gigantesca da globalização que, por princípio e concepção, não considera a *questão social* como um valor que deve ser incluído nas suas prioridades de investimentos.

Além disso, é importante ressaltar que esses empreendimentos, mais do que *benefícios*, trouxeram indiretamente *malefícios* sociais, eis que, sendo implantados em uma área da frente pioneira de penetração na Amazônia, atraíram grandes massas humanas oriundas do Nordeste e do Centro-Oeste, em busca de emprego nesses projetos, o que evidentemente não conseguiram, uma vez que se tratava de empreendimentos que exigem, pelo menos, mão-de-obra semiquificada. O resultado é que essas populações se alojaram, aliás, literalmente, *acamparam*, em torno dos canteiros de obras desses projetos, formando enormes *bolsões de pobreza* que os Estados não têm condições de atender em suas necessidades básicas (saúde, educação, bem-estar social e segurança pública), porque não auferem das empresas respectivas contribuições tributárias de qualquer natureza. Sob esse ângulo, aliás, os Grandes Projetos Minerometalúrgicos representaram e continuam

a representar um pesado ônus social para os Estados amazônicos, principalmente, o Estado do Pará que, nas duas últimas décadas, vem suportando o peso das frentes pioneiras de penetração, em seu território, sempre atraídos pela miragem dos grandes projetos.

Sob essa ótica, o jornalista Lúcio Flávio Pinto,⁶⁵ fez um oportuno comentário a respeito dos 20 anos desses empreendimentos, sob o título *Grandes Projetos - Cavalos de Tróia na Amazônia*, no qual conclui:

“Em vários pontos espalhados pelo interior amazônico, aquelas ‘terras altas’ valiosas que começaram a ser divisadas no pós-guerra, os ‘grandes projetos’ como multiplicados cavalos de Tróia, trazidos do litoral para possibilitar a extração de alguns bens mais nobres existentes no território amazônico. Ao menos para fazer um balanço realista de relação entre prós e contras, é preciso levar em consideração essa data, os 20 anos em que esses cavalos troianos *high-tech*, surgidos do mar, brotaram no *hinterland* da Amazônia. É necessário abrir seus estômagos e divisar claramente o seu conteúdo.

“Com eles, ficamos mais ricos ou ficamos mais pobres?”

36.7. *A construção das grandes hidrelétricas. Tucuruí e Balbina. Os projetos Belo Monte e Babaquara.*

A implantação do *Programa Grande Carajás (PGC)* supunha a disponibilidade de energia para atender às necessidades dos grandes projetos mínero-metalúrgicos. Na área do *PGC*, a solução era evidente: a construção da *Hidrelétrica de Tucuruí*, utilizando a queda-d’água do rio Tocantins, conhecida como a *Cachoeira de Itaboca*.

Quando os estudos iniciais estavam sendo realizados, surgiu o primeiro problema: o Presidente da República havia tomado conhecimento de que em poucos anos, 3 ou 4, iria faltar energia para atender a demanda potencial do Nordeste. Os jornais noticiaram que, com base nos estudos

65 V. *Agenda Amazônica*, outubro de 1999, Ano I, nº 2.

já feitos por uma empreiteira do ramo, a Camargo Correia, foi tomada a decisão de começar imediatamente a obra. A construção da hidrelétrica foi entregue à empreiteira que a havia projetado. Entrementes, é necessário ressaltar que os rios amazônicos, sobretudo os afluentes da margem direita, têm um fantástico potencial hidráulico, sobretudo nos rios Madeira, Tapajós, Xingu e Tocantins. Mas o transporte dessa energia produzida para os grandes centros nacionais de demanda, o Sul e o Sudeste do País, somente pode ser feito a altíssimos custos; sejam *financeiros*, pelo investimento na rede de transmissão ao longo de 2.000 a 3.000 quilômetros, custo esse ao qual deve ser acrescido o valor das perdas pelo *sangramento da energia* ao longo do seu transporte, perdas essas estimadas na época, com a tecnologia disponível em 36% (trinta e seis por cento); sejam *sociais*, pelo impacto provocado pela realocação de pessoas residentes na área que deve ser coberta pelo reservatório do lago; *ambientais*, pela submersão de florestas, a devastação da fauna e toda a biodiversidade.

Em *Tucuruí*, nenhum estudo sobre os impactos sociais e ambientais foi feito. Aliás, na época o Brasil não possuía, ainda, nenhuma legislação ambiental sobre a implantação desse tipo de empreendimentos, o que significa dizer que o projeto foi implantado sem prévio licenciamento ambiental, como estabelece hoje a legislação que dispõe sobre a política ambiental – Lei nº 6 938, de 31/8/81 e normas subseqüentes. Ao governo militar, na época, interessava que o projeto hidrelétrico atendessem a *dois objetivos*: o fornecimento de energia para os projetos mínero-metalúrgicos, sobretudo a produção de alumina e alumínio; e o fornecimento de energia para atender o Nordeste. O desprezo do poder público federal pelos impactos sociais e ambientais sobre o Estado do Pará e pelos interesses da população paraense ficou nitidamente configurado na necessidade que o Governo Estadual, para promover a energização dos seus municípios, teve de fazer empréstimos externos que muito oneraram a sua baixa capacidade de endividamento.

A área submersa, com um fantástico estoque de florestas de madeira de lei, forma um lago com mais de 2 200 km² de superfície. A área inundada tornou-se totalmente poluída e, nos anos subseqüentes, provocou um dramático impacto sobre as populações que habitam as margens do lago, vítimas da agressão maciça de carapanãs e outros insetos, provocando uma verdadeira calamidade pública; essas populações, em grande parte,

tiveram de migrar porque os órgãos de saúde pública não conseguiram afugentar os enxames de insetos. Além disso, tratando-se de populações paupérrimas, sobretudo provindas do Nordeste, mais grave tornou-se a questão social. Pior tornou-se a situação das populações que tiveram de ser retiradas da área do reservatório de água e que não foram reassentadas pelo governo federal, em sua maior parte.

Do ponto de vista *geopolítico* criou-se então um grave problema entre o governo central e o governo estadual, no caso o Estado do Pará. Não só governo estadual, mas também as populações amazônicas tomaram consciência do desprezo com que eram tratados pelo governo central. A construção das estradas de integração nacional não foi suficiente para acabar com a relação colonial com que as áreas mais desenvolvidas sempre trataram a Amazônia, pois desta tudo se pode tirar, pois é, apenas, supridora de matérias-primas para regiões desenvolvidas.

Um marco na discussão do problema tornou-se mais evidente pelo fato de que a União construiu uma hidrelétrica, com capacidade para gerar 4.000 megawatts de energia que podem ser ampliados para 8.000 megawatts, o que já vem sendo realizado. Além de todos os efeitos perversos que o empreendimento provocou, o governo barrou totalmente o rio Tocantins, deixando de construir as esclusas que deveriam permitir a navegabilidade do rio, subseqüentemente, através da implantação da *Hidrovia Tocantins-Araguaia*. O governo do Estado do Pará, irritado com esse desprezo, chegou a ingressar em juízo contra União, uma vez que o fechamento do rio era uma ostensiva violação do Código das Águas. Ainda sob o ângulo *geopolítico*, os impactos social e ambiental, provocados pela construção da gigantesca usina, teve forte repercussão internacional negativa.

Em 1977, a *ELETRONORTE*, a sociedade de economia mista responsável, em nome da União, pela oferta de energia na Região Norte, começou a construção da *hidrelétrica de Balbina*, no rio *Uatumã*, com a finalidade de atender à demanda energética da cidade de Manaus. Esse empreendimento foi também uma decisão eminentemente política, tomada através de um acordo entre os governos federal e estadual. Todos os estudos técnicos mostravam a sua inconveniência pelo enorme impacto ambiental que iria provocar, através da implantação de um reservatório de água de mais de 2.000 quilômetros quadrados, destinado a gerar, apenas, 250

megawatts de energia. Em geral as orientações técnicas optavam para que a hidrelétrica fosse construída no rio *Trombetas*, que poderia gerar mais de 800 megawatts de energia, com menor impacto ambiental. Essa solução, porém, foi rejeitada pelo governo do Estado do Amazonas que queria que a hidrelétrica fosse *construída no seu território* e não no Estado do Pará. *Balbina* é, assim, o custo da irresponsabilidade com a gestão da coisa pública, sob o impacto de um provincianismo obtuso.

Foi, assim, por esses descaminhos do processo decisório, que a usina *hidrelétrica de Balbina*, quando foi concluída, não mais atendia à demanda da cidade de Manaus. Sua implantação exigiu que seu reservatório cobrisse uma superfície que tinha uma dimensão idêntica ao da usina hidrelétrica de Tucuruí, mas a produção de energia corresponde, apenas, a 3,1% do total que deverá gerar a UHE de Tucuruí, quando concluída a sua segunda etapa.

O governo federal, no meado dos anos oitenta, tentou viabilizar a construção de duas hidrelétricas no rio Xingu. *Cararaô* e *Babaquara* que juntas poderiam gerar cerca de 19.000 megawatts de energia. Essa energia deveria ser transportada para o Sul do país. A reação das populações atingidas, inclusive das tribos indígenas, foi muito forte. Logo de início, o governo abandonou a idéia de implantar a usina de *Babaquara*, que provocaria a construção do lago gigantesco, submergindo vasta área de terras indígenas e iria gerar 8.000 megawatts. Depois de muitos conflitos, o assunto esmaeceu pela crise financeira em que entrou o País. A construção da usina de *Cararaô* foi adiada. O governo passou a denominá-lo de usina hidrelétrica de *Belo Monte*, pequena comunidade existente na região. Com isso procurou afastar a idéia de situação conflitual com terras indígenas. No início do novo milênio, o projeto dessa hidrelétrica foi, afinal, elaborado; sua implantação voltou a ser amplamente discutida diante da expectativa de expansão da demanda de energia que haverá no Sul do País em função do crescimento da economia.

.....

Capítulo 37

A REAÇÃO DOS PAÍSES AMAZÔNICOS. O TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA



37.1. *Concepção histórica e geopolítica*

BRASIL nunca ficou indiferente a essas tentativas de agressão à soberania nacional sobre a Amazônia. O *Itamarati* e *Estado-Maior das Forças Armadas* (EMFA) sempre tiveram uma postura lúcida e competente diante das discussões que os países do Hemisfério Norte desencadearam no sentido de dividir a Amazônia. Essas invectivas sempre se basearam em pretextos diferenciados, nos quais a “*proteção dos interesses humanidade*” tem sido ressaltada como o fundamento último. As tentativas, porém, havidas no século XX, em geral voltadas para a *internacionalização da Amazônia*, exigiram uma reação forte e sistemática, sobretudo considerando que se dirigiam para a Amazônia como um todo, isto é, a Amazônia Continental que, na época, passou sempre a denominar-se a *Pan-Amazônia*.

Há muito que se cogitava da celebração de um *Tratado* entre os países, cujos territórios fossem integrados pela Amazônia. Nos anos setenta, porém, por iniciativa do governo brasileiro, os entendimentos entre os países amazônicos foram acelerados. Todos reconheciam que era indispensável uma atuação conjunta; e, sobretudo, uma reafirmação ostensiva da soberania de cada um sobre as respectivas áreas amazônicas. E mais e prin-

principalmente, que reafirmassem que estavam unidos na defesa da soberania sobre a Amazônia.

As negociações foram longas. A amplitude do trabalho deveria ser objeto de cuidadoso exame de cada país, o que exigia tempo e paciência. Além disso, não era fácil aos países amazônicos da América hispânica sopitar ressentimentos que sobreviveram à celebração do *Tratado de Madri*, em 1750, pelo qual os limites da América portuguesa se estenderam até próximo à confluência dos rios Napo e Aguarico, onde Pedro Teixeira, em 1639, havia marcado a posse das terras *em nome da Coroa portuguesa*, então unida à *Coroa espanhola*. Lembro-me que, em 1966, participei como representante do Banco da Amazônia da reunião havida, em Manaus, dos embaixadores do Brasil junto aos países amazônicos. Discutia-se a conveniência de um acordo de cooperação entre Brasil e esses países. No calor das discussões, segredou-me um embaixador: “*Cuidado! Esses países têm o Brasil como um país geófilo.*” Superados os obstáculos sobre o conteúdo do *Tratado*, pois as negociações foram exitosas, em 3 de julho de 1978, em Brasília, foi celebrado o *Tratado de Cooperação Amazônica*, ou, como se tornou mais conhecido, o *Pacto Amazônico*.

Trata-se de um *acordo-quadro*, a partir e com base no qual devem ser definidos os instrumentos mais específicos de ação, através do *Conselho de Cooperação Amazônica*, apoiados nos estudos e entendimentos promovidos por uma secretaria, ambos presentes respectivamente, nos artigos XXI e XXII do *Tratado*.

37.2. Abrangência territorial

O critério básico escolhido para delimitação territorial do *Tratado* foi o predominantemente hidrográfico. No Brasil, o critério de definição é o da Amazônia Legal. Os demais países têm tomado o critério hidrográfico em suas respectivas áreas amazônicas, compreendendo os afluentes do rio Amazonas que nascem na cordilheira dos Andes, ou, ainda, no Maciço Guiano. A amplitude das áreas que balizam o *Tratado* vão além dos limites das florestas de Trópico Úmido. De outro lado, a extensão dessas florestas chega até às áreas de rios que não são afluentes do Amazonas e sim que nascem no Maciço Guiano. É o que está expresso no artigo II do *Tratado*, nos seguintes termos:

“Artigo II - O presente *Tratado* se aplicará nos territórios das Partes Contratantes na Bacia Amazônica, assim como, tam-

bém, em qualquer território de uma Parte Contratante que, pelas suas características geográficas, ecológicas ou econômicas, se considere estreitamente vinculado à mesma”.

A bacia do Amazonas, formada pelo fantástico aranhol de seus rios e as florestas de Trópico Úmido, em toda a sua extensão, definiram a amplitude do território abrangido pelo *Tratado*, com exceção da *Guiana Francesa* que, certamente, por não gozar de soberania sobre o seu território, não foi incluída no *Pacto Amazônico*, cujo preâmbulo foi expresso no sentido de ressaltar que as partes contratantes estão cientes de que, tanto o desenvolvimento econômico como a preservação do meio ambiente, são responsabilidades *inerentes à soberania de cada Estado*. Com base nesses dados, ver o mapa da *área de abrangência do Tratado* (Mapa XVI).

37.3. *Objetivos e avaliação de desempenho*

Alguns pontos definem a ótica que preside o conteúdo do *Tratado*, tais como:

- A elevação do nível de vida das populações amazônicas;
- O aproveitamento da flora e da fauna, feito de forma racional a fim de manter o equilíbrio ecológico da Região;
- A pesquisa científica e tecnológica;
- A troca de informações entre as partes contratantes visando ao melhoramento das condições das vias navegáveis;
- O incremento das correntes turísticas nacionais e internacionais.

O *Tratado* abre a possibilidade de *cooperação de organismos internacionais* na execução de estudos, programas e projetos (art. IX, parágrafo segundo). Com isso, o *Tratado* evidenciou que não abriga qualquer sentido xenófobo. Ao contrário, os países amazônicos reconhecem que precisam de apoio de organismos internacionais que se revelem indispensáveis no campo da ciência e da tecnologia, bem como

no financiamento de projetos e programas de desenvolvimento sustentável da Região Amazônica.

Uma análise atual, já decorridos cerca de 25 anos de vigência do *Pacto Amazônico*, é forçoso reconhecer que os países contratantes muito pouco conseguiram avançar no desenvolvimento sustentável de suas áreas amazônicas. Alguns, aliás, praticamente nada conseguiram fazer e até deixaram que suas áreas fossem usadas ilegalmente no plantio e comercialização de drogas, como a Colômbia, o Peru, e a Bolívia, provocando dessa forma um grande problema internacional, sobretudo com os Estados Unidos, que se sentem atingidos pela cocaína proveniente desses países para ser vendida no mercado norte-americano.

O Brasil conseguiu fazer um pouco mais em favor da Amazônia brasileira, através do fortalecimento das capitais dos Estados regionais, principalmente, em Manaus, através da política fiscal da SUFRAMA, e Belém que, já há mais de um século, era a principal cidade amazônica. Hoje pode-se dizer que *Belém* e *Manaus* estão entre as principais cidades que o homem conseguiu erguer ao longo do Trópico Úmido na faixa equatorial, juntamente com *Jakarta*, capital da *Indonésia*, *Kuala Lumpur*, capital da *Malásia*, e *Cingapura*, cidade-estado. É forçoso reconhecer que essas grandes capitais do Trópico Úmido são marcadas pela pobreza, sinal característico dos países emergentes em que se situam.

Em qualquer circunstância, é necessário acentuar que o *Pacto Amazônico* não teve até hoje o poder de dissuasão suficiente, diante dos países ricos, quanto às suas ambições em relação à Amazônia. Coesas, porém, as partes contratantes já reagiram diante de propostas concretas no sentido de intervir na Região, como ocorreu na *Cúpula de Haia*, em 1989. Esse pronunciamento teve grande importância geopolítica. Foi a *Declaração da Amazônia* que adiante será apresentada e analisada.

Além disso, é evidente que só o Brasil tem tido maiores condições para promover o desenvolvimento de sua respectiva área amazônica, embora através de um modelo sujeito a severas contestações. Os demais países pouco têm conseguido fazer em favor de suas parcelas amazônicas que estão situadas além da cordilheira andínea e do Maciço Guiano, o que dificulta uma atuação mais forte nessas regiões.

37.4. Projetos de integração física

Como estratégia geopolítica, diante de cada um desses países, o Brasil tem projetos de maximização de sua integração física com cada um deles. Os projetos mais importantes são:

a) com a *Bolívia*:

- o projeto de ligação rodoviária, especialmente dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas e Mato Grosso até portos do Pacífico no Peru; essa rodovia deverá partir da BR-364, já construída ao longo de Mato Grosso, Rondônia e Acre;
- a hidrovía do Madeira, começando nos afluentes que nascem em território boliviano, principalmente através de eclusas que serão constituídas no rio Madeira.

b) com o *Peru*:

- a ligação rodofluvial entre Belém e o porto *Paitá* na costa do Pacífico, fazendo a ligação hidroviária de Belém até *Sarameriza*, no rio Marañon (Peru), de onde prosseguirá por rodovia até o porto de *Paitá*;

c) com o *Equador*:

- há o projeto de uma ligação rodofluvial de Belém até o *Porto de Esmeraldas*, na costa do Pacífico, partindo do Amazonas, seguindo pelo rio Iça que, com o nome de Putumaio, faz limite entre o Peru e a Colômbia e prossegue fazendo o limite entre o Equador e a Colômbia; ao alcançar a cidade equatoriana de *Porto Putumaio*, a ligação pode prosseguir por uma rodovia até à capital, Quito, e depois até ao porto de *Esmeraldas*;
- mais recentemente o Equador vem realizando estudos para que essa ligação se faça pelo *rio Napo* proporcionando condições de navegabilidade entre as cidades de *Francisco Orellana* e *Nuevo Rocafuerte*, o projeto do *Eixo Intermoldal do Amazonas*,

que por rodovia possibilitará o acesso até o porto de *Manta*, na costa do Pacífico.

d) com a *Colômbia*:

- haverá tráfego pelo rio Japurá, afluente do Amazonas que, no território colombiano, desdobra-se nos subafluentes Caquetá e Apaporis; a partir desses rios, a ligação far-se-á por via rodoviária até a capital, Bogotá;

- também poderá haver tráfego hidroviário pelo rio Iça que, com o nome de Putumaio faz o limite inicialmente entre o Peru e a Colômbia e depois entre o Equador e a Colômbia.

e) com a *Venezuela*:

- a ligação existente é rodoviária, a *BR-174*, que foi constituída a partir da cidade de Manaus, no sentido do Estado de Roraima, até a sua capital, Boavista, e desta até à fronteira com a Venezuela; e prossegue essa rodovia em território venezuelano até a cidade *Santa Helena*, desta até à *Ciudad Bolívar*, às margens do rio Orinoco;

- essa ligação, não é excludente de *ligação hidroviária*, pela abertura do *canal de Caciquiare* que faz a ligação do rio Negro com o Orinoco, ligando a bacia do Amazonas à do Orinoco;

f) com a *República de Guiana*, já existe a ligação rodoviária de Boavista até às margens dos rios que fazem o limite do Brasil com a Guiana; neste país, porém, ainda não foram feitas as ligações que deverão levar até a capital, Georgetown;

g) com o *Suriname*, há o projeto de prolongar a *BR-163*; depois de atravessar o Amazonas essa estrada será prolongada até Paramaribo, capital do Suriname.

Embora, não faça parte do Tratado, a *Guiana Francesa* já negocia com o Brasil a ligação da *BR-156* que vai até a cidade de Oiapoque, às margens do rio do mesmo nome. Essa ligação permitirá o acesso à *cidade de Caiena*, capital da *Guiana Francesa*. Para completá-la faltam, apenas, serem

construídos 82 quilômetros entre a cidade do *Régine*, às margens do rio Apruague, e a cidade de *Saint George*, no território guianense.

Nos primeiros anos do novo milênio, o *Tratado de Cooperação Amazônica* passou a ser objeto de medidas mais concretas de implementação. Os projetos de integração hidroviária e rodoviária vêm sendo discutidos de forma mais objetiva, inclusive o BNDES tem sido acionado para financiar os projetos de integração amazônica, mesmo em favor dos demais países que fazem parte do Tratado. Para dar mais eficácia ao Tratado, foi criada, por decreto de 8 de novembro de 2002, a *Comissão Nacional Permanente do Tratado de Cooperação Amazônica no plano nacional*. Esse decreto define quais os ministérios que a integram estabelecendo que a sua presidência será exercida pelo ministro de Estado das Relações Exteriores.

Também foi objeto de criação pelos 8 países reunidos em Lima, capital do Peru, representados pelos seus respectivos chanceleres, a *Secretaria Permanente do TCA*, sediada em Brasília, dando assim, ao Tratado, condições de implementação e eficácia de programas e projetos de interesse das partes contratantes que precisam de um acompanhamento continuado.

QUARTA PARTE

A MUNDIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE A GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA

TÍTULO VIII

A MUNDIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL
E A DEVASTAÇÃO DA AMAZÔNIA

.....

Capítulo 38

A ONU ASSUME A MUNDIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL. A CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE HUMANO, EM ESTOCOLMO, 1972

A QUESTÃO ambiental sempre foi objeto de preocupações do homem, mesmo em tempos remotos da História da humanidade. Essas preocupações, porém, eram sempre de conteúdo tópico e emocional, sem chegar a envolver a sociedade como um todo. Não havia, assim, programas, ou políticas, ou mesmo diretrizes que obrigassem o homem a adotar medidas preventivas de danos ambientais, e assim resguardar os interesses sociais ou controlar os impactos que a ação antrópica viesse a provocar ao intervir sobre a natureza.

Na segunda metade do XX, porém, os cientistas, sobretudo aqueles que estudavam as ciências da natureza, começaram a alertar a sociedade para os aspectos adversos que a ação do homem sobre os recursos naturais estava provocando. Mostravam que os impactos ambientais se voltavam contra o próprio homem; chamavam a atenção para o fato de que esses impactos tinham um efeito reverso, pois, praticados pelo homem, voltavam-se contra o próprio homem, agredindo-o principalmente na deterioração crescente de sua qualidade de vida.

O alerta dos cientistas passou a repercutir sobre as políticas públicas formuladas pelos partidos em plataformas de campanha. No princípio,

surgiram os *partidos verdes*, quase sempre pequenas agremiações políticas que mobilizavam os jovens e os idealistas para a gravidade do problema e para a impostergabilidade da adoção de decisões que levassem ao controle da ação antrópica sobre a natureza. O assunto acabou repercutindo na ONU - *Organização das Nações Unidas* que se viu pressionada a buscar caminhos para que a humanidade pudesse enfrentar esse novo problema que a ameaçava.

A Assembléia Geral das Nações Unidas examinou o assunto, de forma global, pela primeira vez em sua reunião de 1968. Reconhecendo a gravidade da questão, decidiu convocar a *Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente*, através da Resolução nº 23/68. A Conferência foi realizada em Estocolmo, no período de 5 a 17 de junho de 1972, com a participação de 113 países. Um fato novo estava acontecendo: a quase totalidade dos países do mundo proclamava que o tratamento da questão ambiental passava, a partir de então, a ser parte dos seus respectivos sistemas jurídico-institucionais; em conseqüência, todos deveriam formular suas próprias políticas ambientais e os respectivos modelos de controle e monitoramento da ação do homem sobre os recursos naturais. As decisões da ONU sobre o problema ambiental tornaram-se, assim, referência obrigatória para cada país na formulação das respectivas políticas ambientais.

O Brasil compareceu à Conferência, fazendo-se representar por uma delegação chefiada pelo Ministro do Interior, General Costa Cavalcanti. A Amazônia já nessa Conferência foi objeto de questionamentos e acusações. A delegação brasileira, para demonstrar a sua abertura em discutir a questão ambiental, ofereceu uma proposição para que o Brasil sediasse a próxima Conferência da ONU sobre o tema, o que foi acolhido, tendo a Conferência se realizado 20 anos depois, no Rio de Janeiro; foi a ECO-92.

Os termos, porém, em que a questão foi tratada pela ONU levou quase todos os países do mundo a formularem suas políticas públicas ambientais e, em conseqüência, os partidos de qualquer coloração política passaram a inserir, em seus respectivos programas e plataformas eleitorais, a questão ambiental como um objetivo fundamental, na melhoria da qualidade de vida das populações, objetivo que deveria ser perseguido impostergavelmente.

Duas decisões da Conferência de Estocolmo tiveram grande significado no tratamento do problema ambiental :

- uma, foi a criação do PNUMA - *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* que, logo depois de sua implantação, passou a ter agências, sucursais, consultorias em vários países do mundo, com forte atuação, sobretudo nos países emergentes e nos países subdesenvolvidos, subsidiando-os na implementação de políticas públicas ambientais;

- outra, foi a criação da *Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente* com a incumbência de fazer estudos globais sobre a questão ambiental, avaliando os grandes problemas ecológicos que nos últimos decênios vinham preocupando homens de ciências e agências do poder público que orientam ação antrópica sobre a natureza.

Além disso, duas decisões tomadas pela Conferência tiveram impacto profundo, como adiante será demonstrado, no tratamento da questão ambiental :

- a *primeira*, no sentido de que o “*desenvolvimento econômico e social é essencial para garantir ao homem um meio ambiente favorável à vida e ao trabalho*”.

- a *segunda*, foi “*o direito soberano que têm os Estados de explorar os seus próprios recursos de acordo com suas próprias políticas ambientais e a responsabilidade de assegurar que atividades levadas a cabo dentro de sua jurisdição ou controle não venham a causar prejuízo ao meio ambiente de outros Estados ou áreas além dos limites da jurisdição nacional*”.

.....

Capítulo 39

NA AGENDA DA DISCUSSÃO CIENTÍFICA A “MORTE OU SOBREVIVÊNCIA DA TERRA”. A HIPÓTESE DE GAIA: A COMPROVAÇÃO DA MUNDIALIDADE DA QUESTÃO AMBIENTAL



S ANOS setenta oferecem, também, uma ampla literatura científica que pretende demonstrar os perigos que ameaçam a sobrevivência da Terra, ressaltando entre elas a ação deletéria do homem sobre a natureza. Logo no início dessa década, em 1971, surge o livro de *Richard A. Falk*, professor da Universidade Princeton, cujo título fala por si mesmo: *Morte e Sobrevivência da Terra*. Observa-se, porém, que a questão ambiental é, apenas, uma das “quatro dimensões do perigo planetário”. As demais são a guerra nuclear, o crescimento demográfico e a insuficiência dos recursos. O estudo de Falk não se situa, portanto, nos parâmetros dos problemas ecológicos; sua visão dos perigos que ameaçam a Terra têm forte conteúdo político. E aqui é importante ressaltar que sua abordagem do assunto tem como premissa a seguinte assertiva:

“Um mundo constituído por estados soberanos é incapaz de enfrentar os problemas que ameaçam todo o Planeta.”⁶⁶ (grifei)

66 V. *Morte e Sobrevivência da Terra*. Ed. Artenova S.A., 1992, pág. 47.

Trata-se de uma afirmação que vinha sendo feita insistentemente pelos países ricos em relação à Amazônia e que chegou ao seu paroxismo na década de oitenta.

É claro que a afirmação de que a soberania é obstáculo à solução dos problemas ambientais somente pode ser levantada contra os países emergentes e subdesenvolvidos. Nenhum cientista arrogar-se-ia extrapolar essa afirmação para atingir a soberania dos países ricos - o chamado *Grupo dos Sete*, pois seria até ridicularizado pela sua absoluta irrealizabilidade, mesmo que os homens de ciência reconheçam e, timidamente, proclamem que os países ricos são os grandes responsáveis pelo *efeito estufa*, ou destruição da camada de ozônio que protege o Planeta Terra.

Nesses estudos científicos, os anos setenta trouxeram à colação conceitos próprios da questão ambiental e que se tornaram alguns até mais populares, como poluição, efeito estufa, devastação, desertificação, extinção de espécies, etc. Nesse ambiente de maior percuciência da questão ambiental, o estudo que maior impacto causou foi, sem dúvida, a chamada *Hipótese de Gaia*, desenvolvida pelo químico britânico *James Lovelock*, em 1979. Gaia é a deusa grega que representa a Terra. Em que consiste a *Hipótese de Gaia*? Segundo o *Dicionário da Ecologia e Ciências Ambientais*, consiste na “proposição de que as funções da biosfera são um sistema único que mantém a homeostase do mesmo modo que um organismo singular, em vez de uma reunião de sistemas separados”. Para Lovelock, “a flora e a fauna, o clima e os ciclos biogeoquímicos da Terra são interligados de modo que as mudanças em uma parte do sistema afetam a biosfera como um todo”.⁶⁷

Colocado o problema nesses termos, com a evidência de um forte conteúdo científico, o noticiário da imprensa tinha matéria-prima para alarmar o mundo, sobretudo os países ricos, chamando a atenção de que “*Gaia está doente*”, ou “*a gravidade das condições de saúde de Gaia não tem retorno*”. Na mitologia grega, a deusa Gaia era vista como um fator de esta-

67 V. *Dicionário de Ecologia e Ciências Ambientais*, da Editora ENESP e Melhoramentos, 1998, p. 283.

bilidade e como a *mãe do universo* que, de alguma forma, controlava o espaço desorganizado, o *Caos*. Na *Hipótese de Gaia*, a Terra está em condições de manter-se em equilíbrio na interdependência que mantém com a biosfera e, por consequência, com toda a atmosfera.

James Lovelock, em estudo publicado no Brasil, sugestivamente intitulado *A Terra como um Organismo Vivo*,⁶⁸ resalta os aspectos mais importantes de sua teoria, que vão aqui indicados:

“Quando eu trouxe novamente à baila a visão de que nos encontrávamos sobre um superorganismo – e não numa mera bola de pedra – o argumento não foi bem recebido”.

.....

“A teoria de Gaia vê a biota e as rochas, o ar e os oceanos como existência de uma entidade fortemente conjugada. Sua evolução é um processo único”. (pág. 621)

.....

“A teoria de Gaia também amplia a ecologia teórica. Colocando-se as espécies e o meio ambiente juntos, algo que nenhum ecologista teórico fez, a instabilidade matemática clássica de modelos de biologia populacional está curada”. (pág. 621)

.....

“Não precisamos mais justificar a existência de florestas tropicais úmidas sobre bases precárias de que *elas podem conter plantas com drogas capazes de curar doenças humanas. A teoria de Gaia nos força a ver muito mais do que isso. Dada sua capacidade de evapotranspirar enormes volumes de vapor d’água, elas servem para refrescar o Planeta proporcionando-lhe a proteção solar de nuvens brancas refletoras. Sua substituição nas lavouras poderia precipitar um desastre em escala global*” (pág. 622)(grifei)

.....

68 V. *Biodiversidade*, E. O. Wilson, Org. Editora Nova Fronteira, p. 620.

“Gaia funciona a partir do ato de um organismo individual que se desenvolve até o altruísmo global” (pág. 623).

Essas afirmações do ilustre cientista britânico tornaram-se o pano de fundo de que as lideranças políticas dos países ricos precisavam para exigir a intangibilidade da Amazônia, pois, afinal quem fala de Trópico Úmido na transição do Segundo para o Terceiro Milênio está evidentemente referindo-se à Amazônia, já que as demais florestas do ambiente tropical já foram atingidas fortemente pela ação antrópica. Os *fundamentos científicos que iriam trazer à discussão a soberania dos países amazônicos sobre a Região estavam definitivamente lançados*. E essa discussão e as pressões políticas dela decorrentes marcaram o cenário geopolítico da Amazônia nos anos oitenta.

A intensa repercussão que passou a ter em todo mundo a questão ambiental levou a ONU a não se conformar com os resultados da *Conferência de Estocolmo, em 72*, e com os estudos que o *PNUMA* desenvolvia com proficiência. Ao começarem os anos oitenta, decidiu promover a formulação de estudos que tivessem maior impacto e subsidiassem a nova *Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente* que se realizaria em 1992, no Rio de Janeiro, a ECO-92, como ficou conhecida no Brasil.

É necessário assinalar, porém, que, ainda nos anos setenta, havia sido dado um passo importante no tratamento global, mediante a celebração, em 1973, de um tratado multilateral: a *“Convenção de Washington, sobre o Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Selvagem em Perigo de Extinção”* - o CITES (1973).

Só nos anos oitenta veio uma decisão da ONU de maior impacto na questão ambiental global. Através de Resolução N° 38/161, adotada na 38° sessão de Assembléia Geral das Nações Unidas, foi criada *Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Era o outono de 1983. A Sra. *Gro Harlem Brundtland*, líder do Partido Trabalhista da Noruega, foi designada para ser presidente dessa comissão. O prestígio internacional de que já gozava a Sra. Brundtland na época maximizou o *status* político da Comissão, sobretudo, porque se tornou depois primeira-ministra do seu país. A Comissão contava com 23 membros, entre os quais o ecólogo brasileiro, Prof. *Paulo Nogueira Neto*. Tratava-se de um

grupo de escol dentre os grandes especialistas e pensadores sobre a dramática questão ambiental que estava assustando, praticamente, todos os países do mundo. Contou a Comissão com a colaboração de centenas de especialistas e entidades das quais relacionaram, no anexo II de seu relatório, um total de 890 pessoas e instituições que valiosas contribuições ofereceram à elaboração do Relatório *Nosso Futuro Comum*.

.....

Capítulo 40

O RELATÓRIO DA COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE: O RELATÓRIO *NOSSO FUTURO COMUM*

A COMISSÃO iniciou seus trabalhos através da reunião inaugural realizada em Genebra, no período de *1 a 3 de outubro de 1984*. Nessa reunião foram selecionadas as oito questões básicas das quais iria tratar:

- *perspectivas quanto à população, meio ambiente e desenvolvimento sustentável;*
- *energia: meio ambiente e desenvolvimento;*
- *indústria: meio ambiente e desenvolvimento;*
- *segurança alimentar, agricultura, silvicultura, meio ambiente e desenvolvimento;*
- *assentamentos humanos: meio ambiente e desenvolvimento;*
- *relações econômicas internacionais, meio ambiente e desenvolvimento;*
- *sistemas de apoios às decisões relativas à administração ambiental;*
- *cooperação internacional.*

À reunião inaugural, seguiram-se as *reuniões deliberativas* e as *audiências públicas*. Especificamente, quanto aos setores de energia, indústria e segurança alimentar, a Comissão criou painéis consultivos integrados por renomados especialistas. Os resultados desses painéis foram publicados em maio de 1986 sob os títulos *Energia 2000*, *Indústria 2000* e *Alimentação 2000*. Criou ainda a Comissão um grupo de especialistas para estudar os aspectos jurídico-ambientais. O relatório desse grupo foi aprovado em setembro de 1986 e publicado sob o título *Princípios Legais de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*. Esses princípios são, fora de qualquer dúvida, o fundamento do *Direito Internacional Ambiental*.

A Comissão concluiu seus trabalhos em 20 de março de 1987, tendo apresentado um substancial relatório sob o título *Nosso Futuro Comum*, também chamado “Relatório Brundtland”, em homenagem à presidente da Comissão.

O relatório *Nosso Futuro Comum*, editado no Brasil pela Fundação Getúlio Vargas, em 1988, é, sem dúvida, o estudo mais importante, mais profundo e mais abrangente sobre a questão ambiental da Terra. Todos os estudos, as convenções e tratados de cooperação que a ele se seguiram tiveram-no como referência obrigatória.

Logo no seu início, o relatório absorve os conhecimentos científicos mais abrangentes já disponíveis sobre a situação ambiental do Planeta, inclusive, de forma indireta, a *Hipótese de Haia*:

- “Vista do espaço, a Terra é uma bola frágil e pequena, dominada não pela ação e pela obra do homem, mas por um conjunto ordenado de nuvens, oceanos, vegetação e solos”.⁶⁹
- “Do espaço, podemos ver e estudar a Terra como um organismo cuja saúde depende da saúde de todas as suas partes”. (*ob. cit.*, pág. 1)

69 Relatório *Nosso Futuro Comum*, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998, pág. 1.

Divide-se o estudo em três partes, cujos títulos por si indicam seu conteúdo:

Parte I: PREOCUPAÇÕES COMUNS

Parte II: DESAFIOS COMUNS

Parte III: ESFORÇOS COMUNS

Na Introdução apresenta uma visão panorâmica da situação de Terra, ressaltando que, apesar dos aspectos dramáticos apontados, há sinais de esperança de o homem conscientizar-se do problema e adotar medidas que possibilitem a neutralização ou superação das tendências do agravamento do quadro detectado.

Assim chama a atenção de todos os governantes do mundo:

- que hoje “*há, em termos absolutos, mais famintos no mundo do que nunca*” (*ob. cit.*, p. 2);
- que se amplia, cada vez mais, “*o fosso entre as nações ricas e as nações pobres*” (*ob. cit.*, p. 2);
- que “*a cada ano, 6 milhões de hectares de terras produtivas se transformam em desertos inúteis*” (*ob. cit.*, p. 2);
- que, “*anualmente, são destruídos 11 milhões de hectares de florestas*” (*ob. cit.*, p. 2);
- que *novos conceitos surgiram sobre a problematização e o agravamento da questão ambiental*, tais como as “*chuvas ácidas*”, o “*efeito estufa*” (provocado, principalmente, pela queima dos combustíveis fósseis), a redução da “*camada protetora de ozônio*” que envolve a Terra (*ob. cit.*, p. 3);
- que, *em conseqüência poderá aumentar a incidência de câncer e ocorrer o rompimento da cadeia alimentar nos oceanos* (*ob. cit.*, p. 3);
- que *a pobreza é causa e efeito dos problemas ambientais* (*ob. cit.*, p. 4).
- que “*o desenvolvimento sustentável é um objetivo a ser alcançado, não só pelas ‘nações em desenvolvimento’, mas também pelas industrializadas*”. (*ob. cit.*, p.4)

Algumas assertivas, consignadas no Relatório, são de tão alta relevância que todos devem nelas meditar profundamente:

- “o mundo industrializado impõe as normas que regem as principais organizações internacionais, e em que esse mundo industrializado já usou grande parte do capital ecológico do Planeta. Essa desigualdade é o maior problema ambiental da Terra; é também seu maior problema de desenvolvimento.” (*ob. cit.*, p. 6);
- “Devido à ‘crise da dívida’ da América Latina, os recursos naturais dessa região estão sendo usados não para o desenvolvimento, mas para cumprir as obrigações financeiras contraídas com os credores estrangeiros.” (*ob. cit.*, p. 7);
- “Tomamos um capital ambiental emprestado às gerações futuras, sem qualquer intenção ou perspectiva de devolvê-lo”. (*ob. cit.*, p. 8).

Um dos aspectos mais importantes do Relatório é levar as lideranças políticas a assumirem em suas plataformas de ação a estratégia do *desenvolvimento sustentável*, um conceito, hoje um tanto vulgarizado, mas sem dúvida de grande significado como fundamento filosófico da ação antrópica sobre a natureza (*ob. cit.*, pp. 9 e 10 e 46 a 49).

Nesse sentido, resume o seu ponto de vista:

“A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável – de garantir que ele atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas.” (*ob. cit.*, p. 9)

Nos apelos que faz à ação, destaca:

“Os países em desenvolvimento enfrentam as evidentes ameaças à vida representadas pela desertificação, pelo desmatamento e pela poluição, e suportam grande parte da pobreza decorrente da deterioração ambiental. Toda a família humana de nações sofreria caso desaparecessem as florestas tropicais, se extinguissem espécies vegetais e animais e se alterassem os regimes pluviais.” (*ob. cit.*, p. 25)

E adiante acentua:

“Nos últimos 100 anos, houve mais desmatamentos para criar áreas de cultivo do que em todos os séculos precedentes.”
(*ob. cit.*, p. 34)

Em suma, o Relatório *Nosso Futuro Comum* pode ser proclamado como o mais completo estudo até hoje feito sobre a questão ambiental mundial. Sob esse ângulo, o Relatório, com sua abrangência, esgota o assunto. Por isso mesmo é importante salientar que todos os estudos, as leis, as políticas públicas, os acordos e as convenções internacionais, sobre a questão ambiental, necessariamente devem ter o relatório *Nosso Futuro Comum* como referência preliminar e fundamento básico. Os estudos e as pesquisas sobre a questão ambiental obrigatoriamente têm de tê-lo como ponto de partida.

Assim, após aprovação desse Relatório pela ONU, uma nova questão geopolítica havia surgido, na medida em que nem um povo, em *nome da soberania*, pode atuar sobre a natureza, agravando as condições de vida das populações de outros países; ou até mesmo as condições de pobreza de seus compatriotas.

Tornou-se, assim, o Relatório como painel de referência geopolítica que criou, inevitavelmente, uma restrição forte à ação antrópica sobre a Amazônia, como a maior reserva florestal e de biodiversidade do Planeta que, necessariamente, não pode como tal ser desconhecida pelos governos dos países que detêm soberania sobre a Região, sob pena de gerar conflitos com os países ricos que estão atentos em busca de razões ou pretextos para contestar a soberania dos países amazônicos sobre suas respectivas parcelas amazônicas, principalmente o Brasil, como detentor da maior parcela da Região.

A inserção do Relatório *Nosso Futuro Comum* no contexto geopolítico mundial provocou um *novo tempo nas relações entre os povos: antes e depois do Relatório*. Antes, a questão ambiental existia; porém seu tratamento político era praticamente inexistente e sem maior impacto nas relações entre os povos. Depois, a questão ambiental passou a ter um tratamento global que não tem retorno nas relações entre os povos. Cada vez de forma mais intensa, vai ser reconhecida a interação e a conseqüente interdepen-

dência que o tratamento da questão ambiental deve guardar, não só entre países limítrofes, mas também no âmbito dos continentes e do próprio orbe terrestre. Os países pobres e os países emergentes que vinham sendo acusados de grandes poluidores do Planeta, ou de indiferença diante da questão ambiental, tiveram no Relatório um forte aliado, na medida em que, mesmo reconhecida a falta de políticas institucionalizadas de controle ambiental nesses países, denuncia os países ricos como os principais responsáveis pela situação da *camada de ozônio*, pela maximização do *efeito estufa*, através do dióxido de carbono e o agravamento das condições de pobreza dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Não se pode esquecer, porém, que estes países têm agravado a *desertificação do Planeta* pelo mau uso do solo e agredido dramaticamente a biodiversidade pela devastação florestal, provocando a extinção de várias espécies ou colocando-as em perigo de extinção.

Esse quadro teve seu palco de confronto na *II Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Aí ficaram, de um lado, evidenciados os impasses entre os países pobres e emergentes *versus* países ricos, pois saíram da Conferência com baixa margem de concordância, reduzindo as conclusões a uma vasta plataforma de generalidades; de outro, o reconhecimento de que a cooperação internacional é o único caminho que existe para enfrentar o controle da questão ambiental. Sob este ângulo ficou também evidenciado que só os países ricos têm condições de financiar os projetos de prevenção e controle da questão ambiental. Estes países, em sua maioria, deixaram patente a sua indisposição para financiar esses projetos em favor dos países pobres e emergentes, a não ser, como se tem evidenciado, sobretudo, no caso da Amazônia, à custa da própria soberania dos países amazônicos sobre a Região.

.....

Capítulo 41

A DEVASTAÇÃO FLORESTAL DA AMAZÔNIA NOS ANOS SETENTA E OITENTA

A DEVASTAÇÃO florestal da Amazônia foi e continua sendo o problema geopolítico que mais tem afetado a Amazônia nas relações com os países ricos, não só motivado pelo fato em si, mas sobretudo pelas interpretações distorcidas que cientistas estrangeiros têm dado ao problema e, assim, açulado as autoridades desses países contra o governo brasileiro. A mundialização da questão ambiental tornou inevitável esse tipo de impacto geopolítico, dada à circunstância de que, mesmo se reconhecendo que há distorções na avaliação da devastação ambiental da Amazônia, é evidente que ela venha ocorrendo sem que as autoridades brasileiras tenham conseguido coibir esse abuso tão problematizante.

Neste capítulo trataremos de questão da *devastação florestal* e os dois subseqüentes da *devastação dos recursos hídricos* e da *biodiversidade*, tendo sempre como pano de fundo o reconhecimento de que as *estradas de integração nacional* que o Brasil teve necessariamente de construir por motivos de ordem geopolítica são os principais pontos de sustentação de toda devastação ambiental regional, através das *queimadas* para a *atividade agropecuária e da exploração madeireira*.

41.1. As estradas de integração nacional e a entrada devastadora da frente pioneira de penetração na hinterlândia amazônica

As preocupações do poder público federal com a integração da Amazônia ao restante do País manifestaram-se desde os primórdios da Independência. É consabido que os portugueses que habitavam a Região não aceitaram pacificamente a independência. O *Estado do Grão-Pará e Rio Negro* somente declarou sua adesão à independência a 15 de agosto de 1823. Isso, porém, foi mera formalidade. Uma guerra revolucionária desencadeou-se, de forma devastadora e cruel, de tal forma que na metade da década seguinte, acabou provocando a *Revolução da Cabanagem*. Ao longo dos anos que se seguiram, o acesso da Amazônia ao Nordeste, ao Leste e Sul do País era feito sempre pela Costa, em longas viagens, unicamente realizadas pelas camadas mais ricas e poderosas da Região.

Assim perdurou, desde a descoberta do Brasil, por quatro séculos. Somente com o envolvimento do Brasil na *Segunda Guerra Mundial*, as lideranças políticas do País conscientizaram-se de que a integração da Amazônia pelo interior do País às demais regiões era impostergável. A dependência da Amazônia em relação ao resto do país era total. Tudo o que a Amazônia produzia teria de ser vendido no mercado do Sul do País; o que não produzia e precisava consumir tinha que comprar também no mercado do Sul. Exportava para o Sul borracha, madeiras e outros produtos extrativos. Importava café, açúcar, arroz, roupas, etc. Esse mercado obrigatoriamente era feito pela Costa e as embarcações passaram a encontrar, nos submarinos dos países do *Eixo*, principalmente, da *Alemanha*, um terrível inimigo. Mais de 40 navios foram torpedeados na Costa brasileira. A maior parte deles provinha da Amazônia ou para ela se dirigia.

Terminada a *Guerra Mundial*, a integração física da Amazônia com o Nordeste e o Centro-Sul tornou-se prioridade absoluta, embora só tenha começado a efetivar-se no meado dos anos cinquenta, com a construção de Brasília e a mudança da capital do País. O presidente *Juscelino Kubsticheck* reconhecia que, com a mudança da capital para o centro do território nacional, era indispensável que todas as unidades da Federação tivessem acesso, ao novo centro de decisão do País, por via terrestre. Nisto incluíram-se, evidentemente, os estados amazônicos.

A decisão tomada foi construir a *Belém-Brasília (BR-010)* e a *Cuiabá-Porto Velho (BR-364)*, integrando a Amazônia ao restante do País, a partir da foz do Amazonas e a partir das regiões dos altos-rios da margem direita do rio Amazonas, ainda ao longo da década de sessenta. Foi, porém, o *Programa de Integração Nacional (PIN)* que deu dimensões mais amplas ao ideal político de integração da Amazônia com o restante do País, por via rodoviária. As estradas *Belém-Brasília* e *Cuiabá-Porto Velho* foram consolidadas, inclusive asfaltadas. Foi projetado o prolongamento da *BR-364* até *Rio Branco*, no Acre, e até *Manaus*, no Amazonas. De *Rio Branco*, a estrada deverá prolongar-se até *Cruzeiro do Sul*, no Alto Juruá e depois até à fronteira com o Peru, objetivando fazer a ligação com portos da costa da América do Sul, no oceano Pacífico. A outra derivação deveria estender-se de *Manaus* até *Boavista*, em *Roraima*.

No início da década de setenta, aplicando à Amazônia a sua *doutrina da segurança nacional*, o governo militar voltou-se para o objetivo direto de ocupar a Amazônia, incentivando a entrada na Região de *frente pioneira de penetração nacional*, formada pelos trabalhadores rurais, expulsos de suas regiões de origem por falta de terras para trabalhar; em verdade, expulsos pelo *latifúndio*, seja ele *por extensão*, seja *por exploração* (Estatuto da Terra, art. 4º, inciso IV). Também foram amplamente incentivados os empresários do Sul e do Sudeste a participarem do esforço de ocupação da Amazônia, através de empreendimentos *agropecuários*. Esses empresários são de fato os maiores responsáveis pela devastação florestal da Amazônia, pois, para isso, contaram, não apenas, cada um, com milhares de hectares, adquiridos dos Estados a preços irrisórios, mas também utilizaram os recursos oriundos de incentivos fiscais que receberam, como participações acionárias que, na prática, se transformaram em *investimentos aplicados a fundo perdido*, pois não distribuem dividendos aos acionistas que aplicaram no projeto recursos oriundos de deduções tributárias federais.

Esse modelo de atuação teve, como ponto de partida, o *Programa de Integração Nacional* que, em suma, preconizou que a Amazônia fosse interligada às demais regiões do País, cortada por rodovias de leste a oeste e de sul a norte. Dessas estradas, tiveram maior importância a *Transamazônica* e a *Perimetral Norte*, ambas de leste a oeste, e a *BR-163 (Cuiabá-Santarém)*. A essas rodovias devem ser acrescidas as que foram abertas na década de setenta, mas somente consolidadas na década de oitenta: a *Belém-Brasília*

(BR-010) e a *Cuiabá-Porto Velho* (BR-364). Esta última foi estendida até Rio Branco, no Acre, e Manaus, no Amazonas. Assim, a Amazônia teve a sua floresta entrecortada por estradas que permitiram o acesso da frente pioneira de penetração ao coração da hinterlândia amazônica de forma arrasadora, provocando, para o Governo Brasileiro, o surgimento de uma nova face na geopolítica amazônica: a questão ambiental.

As décadas de setenta e oitenta desencadearam, assim, um novo tempo na Amazônia. A quietude da vastidão florestal e a adequação ambiental da biodiversidade cessaram. A decantada *floresta virgem* perdeu a sua virgindade e os mais longínquos rincões da hinterlândia tornaram-se expostos à voracidade irrefreável da *frente pioneira de penetração*. A convivência do poder público com a devastação, seja pelos incentivos que concedeu à iniciativa privada, seja pela limitada capacidade para exercer seu poder de fiscalização, possibilitou que a ação antrópica devastadora atingisse números que assustaram o País e o mundo.

41.2. A devastação florestal pelas queimadas para a agropecuária

A extensão da devastação florestal nunca pôde ser mensurada com números confiáveis. Têm-se, porém, estimativas de entidades idôneas, como as feitas pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e várias ONG's nacionais e estrangeiras. As dificuldades que todos apresentam para que se disponha de dados mais precisos são sempre as mesmas:

- 1^o) a avaliação das queimadas tradicionais antes de sua mensuração por equipamentos e tecnologias mais avançadas; nesse caso, o ano de 1979 é tomado como referência para indicar que até o final dos anos setenta as estimativas são grosseiras;
- 2^o) os dados fornecidos por satélites são muito questionados, tanto por cientistas, como por lideranças políticas:
 - ora no sentido de que são imprecisos para mais, na medida em que os reflexos de superfícies aquíferas seriam representados nas imagens coletadas como se fossem de queimadas;
 - ora, também para mais, no sentido de que não seriam detectados distintamente nas imagens de satélites, queimadas

de capinzais mais altos, como canaranas e murizais, que se estendem nas vastas superfícies aquáticas das áreas de várzea, das queimadas florestais;

- ora, ainda, porque as imagens de satélites não distinguem as queimadas das *florestas primárias* das que incidem sobre as florestas *secundárias* (capoeiras e capoeirões).
- ora, finalmente, porque estudos mais recentes, feitos pela ONG Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM, publicado no livro *Floresta em Chamas*, indicam que as imagens de satélites não detectam “os desmatamentos feitos por 8 milhões de pequenos agricultores que vivem na região” (jornal *O Liberal*, de 12.4.99); o estudo do IPAM, elaborado sob o patrocínio do *Banco Mundial*, esclarece que as imagens de satélites somente captam áreas que sofrem desflorestamento a partir de 6,25 hectares; os pequenos agricultores somente desmatam e queimam áreas de 1 a 3 hectares, compatível com a capacidade de trabalho da unidade familiar; alegam os pesquisadores do IPAM que “o empobrecimento invisível da floresta” atinge, anualmente, cerca de *11 a 15 mil quilômetros quadrados*; daí a conclusão a que teriam chegado os pesquisadores no sentido de que a verdadeira taxa anual “deve ser quase o dobro da taxa anual divulgada anualmente pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais)”.

É tendo em conta essas limitações que serão apresentadas aqui as taxas de desmatamentos da Amazônia nos anos setenta e oitenta, deixando-se para indicar na Quinta Parte as taxas dos anos noventa e no início do novo milênio.

Preliminarmente, é necessário acentuar que objetivamente é impossível apresentar-se um mapeamento que indique com razoável precisão as áreas amazônicas que já foram objeto de devastação florestal, considerando as restrições, contradições e distorções que apresentam os dados cartográficos até hoje feitos com base em fotografias de satélites. Há, porém, algumas informações, absolutamente verdadeiras, que podem dar uma idéia consistente sobre a gravidade da devastação florestal:

- que a hinterlândia amazônica foi invadida pela devastação florestal, apoiada pelas estradas de integração nacional que cruzam a *Hiléia*, em todos os seus quadrantes;
- que essa devastação florestal agravou-se extraordinariamente com a complementaridade existente entre a utilização das estradas de integração nacional e a política de incentivos fiscais à agropecuária;
- que, com as estradas de integração nacional – Belém-Brasília, Santarém-Cuiabá, Transamazônica, Cuiabá-Porto Velho e outras – o avanço da devastação florestal nos anos setenta e oitenta atingiu o próprio coração da *Hiléia* e, em consequência, as áreas florestais devastadas não se restringiram apenas às florestais de transição, mas atingiram o fantástico estoque de recursos naturais existentes na *Hiléia* que vem sendo reduzido a cinzas pela voracidade da atividade agropecuária.

As demonstrações sobre o dimensionamento da área atingida pelas queimadas, nessas duas décadas, são as seguintes, de acordo com os estudos do *Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE*:

1. *desmatamentos antigos*, anteriores a 1970 – 92.546,43 km² (Relatório da CPI da Amazônia, no Senado Federal, DOU de 1.11.1989, pág. 6575); citando como fonte o *Instituto Nacionais de Pesquisas Espaciais*, o cientista *Jon Erickson* indica, para os *desmatamentos antigos* 97.600 km², ocorridos na Amazônia Legal, tomando aparentemente o ano de 1977 como o limite final desses desmatamentos ditos antigos. (V. Jon Erickson, *in Nosso Planeta está Morrendo*, 1991, editores Makron Books do Brasil⁷⁰ Ltda., pág. 211);
2. *No período de 1970 a 1978* – 48.576,50 km² (Relatório da CPI da Amazônia, já citado); a obra citada de Erickson, indica 54.600 km²;

⁷⁰ Erickson, Jon, *Nosso Planeta está Morrendo*, MAKBADN Brook, Editora McGraw-Hill Ltda, 1997, pág. 21.

3. O estudo de *Jon Erickson* informa que, até agosto de 1989, o desflorestamento recente já havia atingido 303.800 km^2 que, acrescido do desflorestamento antigo, perfaz o total de 401.400 km^2 ;
4. Apesar dessas informações divergentes, pode-se admitir que, até o final da década de 80 (oitenta), o desflorestamento total tinha atingido 350.000 km^2 aproximadamente, sendo:
 - desflorestamento antigo, portanto, até 1970, conforme estimativa do INPE, 90.000 km^2 .
 - desflorestamento recente, entre 1970 e 1990, tomando por base um desmatamento anual de 10.000 km^2 a 15.000 km^2 , tem-se o total, no período considerado, de 200.000 km^2 a 300.000 km^2 de área desflorestada.
5. Se a essas áreas desmatadas, detectadas por imagem de satélite, somarmos o desmatamento feito por pequenos produtores rurais que não é detectável pelos satélites, pode-se ter uma área bem maior, embora de difícil, ou quase impossível dimensionamento, pois esses produtores, em grande parte, são ribeirinhos que atuam em áreas de várzeas, onde as terras desmatadas tornam-se agricultáveis nos anos subsequentes, pela colmatagem anual do rio Amazonas e seus afluentes, provocada pelas enchentes periódicas ou, mesmo tratando-se de áreas de terra firme, a agricultura pode ser praticada em dois ou três anos sucessivos;
6. Em qualquer circunstância, porém a área desmatada da floresta amazônica, a partir dos anos 70 até o final da década de 80, portanto, no período de *vinte anos*, foi quatro a cinco vezes superior a todo o desmatamento havido desde a chegada do colonizador português à foz do Amazonas, em 1616, isto é, ao longo de *quase 400 (quatrocentos) anos*. Nesse período, ocorreu uma verdadeira explosão do desmatamento na Amazônia.

41.3 A devastação florestal pela exploração madeireira

De um lado, o maior manto florestal do mundo, a *Pan-Amazônia*, com cerca de *5,9 milhões de quilômetros quadrados*; de outro, uma demanda fantástica e imensurável da população dos países ricos por madeiras de lei, tornam a floresta amazônica a região mais exposta do Planeta à exploração madeireira. Enquanto permanecia floresta virgem, as pressões internacionais pela exploração de madeiras na Amazônia não se faziam sentir. A abertura, porém, das estradas de integração nacional trouxe no seu bojo, não apenas as queimadas para a agropecuária, mas também a exploração madeireira em larga escala, com um impacto ambiental trágico para a Região. O grande impacto ambiental da exploração madeireira começou, portanto, na década de setenta e continuou incessantemente até hoje.

No Brasil, o estado mais atingido pela exploração madeireira tem sido o Pará, seguido de Mato Grosso e Rondônia. É comum os órgãos de classes empresariais defenderem a atividade, sob a alegação de sua importância para a economia regional e pelo significado social, sobretudo, através da maximização da oferta de emprego; um argumento veementemente contestado pelos ambientalistas que ressaltam :

- de um lado, que os danos ambientais que provoca são tão elevados que não são compensados pelos resultados econômicos que proporciona;
- de outro, que a qualidade dos empregos que oferece é muito baixa, inclusive, muitas vezes, pela prática de “*peonagem*”, isto é, a *escravidão por dívidas*.

O impacto ambiental perverso, porém, é evidente. O elenco de agressões ao meio ambiente que a atividade provoca, segundo denunciam os cientistas que têm feito estudos e pesquisas sobre o assunto, assume dimensões e formas de grande amplitude como a seguir são indicadas. As principais questões levantadas vão a seguir relatadas.

1^a) A maior parte da exploração madeireira nesse período era e continua sendo totalmente ilegal;

2º) A exploração tem sido feita só excepcionalmente com apoio em projetos de manejo florestal; mesmo os programas que nesse sentido eram apresentados às agências de financiamentos (SUDAM, BASA e outros) não passavam de meros formalismos para a obtenção de recursos públicos; uma vez liberados os financiamentos ou incentivos fiscais e financeiros, o plano de manejo era abandonado porque as agências das entidades financiadoras não faziam qualquer fiscalização sobre a execução dos projetos respectivos. O problema assumia, assim, um conteúdo perverso, pelo qual *a devastação florestal era financiada pelo poder público*.

3º) Os estudos promovidos por cientistas sobre as *tecnologias de exploração madeireira*, objetivando minimizar os impactos ambientais, não eram aceitos pelas empresas madeireiras, sob a alegação de que sua utilização implicaria custos elevados; as tecnologias desenvolvidas pelo CPATU – EMBRAPA, FCAP (hoje UFRA), pela SECTAM, ou por Organizações não-governamentais, como o IMAZON, somente podiam ser aplicadas efetivamente se exigidas e fiscalizadas pelos órgãos ambientais, federais ou estaduais; não havia qualquer possibilidade de as empresas madeireiras aceitarem voluntariamente a utilização dessas tecnologias, pois encontravam pretextos para se recusarem a aceitá-los.

4º) Para agravar mais o problema, havia um ostensivo acordo de ação conjugada entre madeireiros e agropecuaristas; estes queriam promover o desmatamento para fazer pastagens; num primeiro momento, vendiam a madeira de lei existente em suas propriedades para as empresas madeireiras; estas promoviam a retirada dessas madeiras que eram vendidas ainda *in natura*; depois que o madeireiro retirava essas árvores, o fazendeiro fazia a derrubada e a queima da floresta; essa ação conjugada permitia a complementariedade de interesses entre esses dois personagens, ampliando anualmente a área desflorestada da Região.

5º) Durante as décadas de setenta e oitenta, a exploração madeireira foi praticada por pequenos e médios industriais extrativistas, com grande capacidade de penetração nas áreas florestais mais longínquas, abrindo estradas que possibilitaram o tráfego de seus equipamentos pesa-

dos. Há estimativas de que essas estradas rasgaram *2 mil a 3 mil quilômetros de florestas, inclusive em terras indígenas*

6^e) A exploração madeireira, orientada pela demanda econômica do produto, voltava-se preferencialmente para determinadas espécies, como o *mogno*, que correm o perigo de extinção.

7^e) Ao longo das décadas de setenta e oitenta, a exploração madeireira na Região atingiu a quantidades elevadíssimas.

8^e) O *desperdício na exploração madeireira* era muito alto; estimam os pesquisadores que, apenas, um terço (1/3) das toras extraídas era aproveitado. O restante era desperdiçado, sob a forma de serragem, lascas e cavacos, excluindo, o seu aproveitamento, até mesmo como energia de biomassa.

.....

Capítulo 42

A POLUIÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS ATRAVÉS DA GARIMPAGEM. A DEVASTAÇÃO DA FAUNA AQUÁTICA PELA PESCA PREDATÓRIA

A QUESTÃO ambiental que surgiu em torno da exploração dos recursos hídricos teve, como eixos de incidência, a *garimpagem* e a *pesca predatória*. Ambas com grande repercussão internacional, seja pela poluição dos recursos hídricos, através do mercúrio usado na garimpagem, seja pela devastação da fauna aquática, através da pesca predatória.

42.1. A poluição dos recursos hídricos pela garimpagem

Nas décadas de setenta e oitenta, as populações amazônicas, o Brasil inteiro e em parte, a imprensa internacional, assistiram estarecidas à invasão da Amazônia por hordas numerosas de contingentes humanos em busca da *exploração do ouro* na Amazônia. Era a frente pioneira que orientava sua fixação, não apenas nas áreas de fronteiras da floresta amazônica. Ao contrário, penetraram na Região pelos mais estranhos e indeterminados caminhos, com objetivo específico de alcançar as áreas potencialmente auríferas. E isso sempre ocorreu rapidamente. Assim que surgia a informação ou boato da existência de ouro em algum lugar da Região, garimpeiros das

mais longínquas regiões do País apareciam repentinamente naquela área.

As principais áreas na Amazônia que, nos anos setenta e oitenta, se viram atacadas pela garimpagem desenfreada foram:

- a) as áreas da *margem direita do rio Tapajós*, no *Estado do Pará*, onde inclusive foi criada uma *reserva garimpeira*, instituto presente no Código de Mineração com o objetivo de delimitar a ação perversa da garimpagem, o que não teve qualquer eficácia, porque os garimpeiros nunca obedeceram a esses limites;
- b) as áreas do *sudeste do Pará*, nas quais se inclui a região da *Serra Pelada*, onde houve o maior impacto de um contingente humano voltado para a exploração de uma única cava aurífera;
- c) as áreas do *norte de Mato Grosso*, continuação da região do rio Tapajós, compreendendo seus afluentes e subafluentes, principalmente, os rios *Juruena* e *Teles Pires*, formadores do rio Tapajós;
- d) as *áreas de Rondônia*, no leito do rio Madeira;
- e) as *áreas de Roraima*;
- f) as *áreas do Amapá*;
- g) as áreas do *rio Gurupi* e seus afluentes, na fronteira dos Estados do Pará e Maranhão;
- h) áreas do *rio Tocantins*, no Estado do Pará;
- i) áreas adjacentes às cidades de *Cuiabá* e *Poconé* no Estado de Mato Grosso.

A população garimpeira que ocupou essas áreas, segundo estimativa do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, é muito variável, dado o caráter altamente especulativo da atividade e a atuação nômade do garimpeiro. Admite-se, porém, que a população garimpeira evoluiu de 90.000, em 1980, chegando a 350.000, em 1989, um contingente humano considerável, idêntico à população marajoara e adjacências. Verifi-

ca-se, ainda, que mais de um terço dessa população está localizada na região do Tapajós, na área do Estado do Pará. As três áreas localizadas no Estado do Pará – Tapajós-Parauri, sudeste do Pará e Gurupi – eram exploradas por cerca de 50% (cinquenta por cento) da população garimpeira amazônica. Além disso, o *boom* de *Serra Pelada* ficou evidenciado pelo aumento populacional na área a partir de 1982, atingindo o seu maior volume em 1983, quando se iguala com a população garimpeira do Tapajós.

Segundo estimou o DNPM, nos anos oitenta a Amazônia respondeu por mais de 90% da produção nacional de ouro; que a região do rio Tapajós, no Estado do Pará, produziu, nesse período, em média, um quarto da produção amazônica, exceto 1985 e 1986, quando a produção de Serra Pelada (sudeste do Pará) superou a do Tapajós.

Essa garimpagem, praticada na Região em larga escala, utilizando tecnologias rudimentares, provocou impactos ambientais altamente devastadores. As fotografias de uma área qualquer que sofreu a ação da garimpagem mostram que o solo, não apenas foi desflorestado, mas também perdeu totalmente quaisquer condições de vida; a imagem que se tem é de que se trata do solo lunar.

O grande problema, porém, da garimpagem é a *poluição dos rios*. Em suas diversas formas, a poluição pode ser assim classificada:

- a) a *poluição química* que ocorre de duas formas:
 - pelo lançamento no ambiente, sobretudo nos rios, de resíduos químicos, como detergentes e sabões, restos de combustíveis e lubrificantes, metais diversos, plásticos e embalagens em geral;
 - o mercúrio, usado para fazer a separação do ouro.
- b) a *poluição física*, pela sedimentação dos rios.

A poluição pelo uso de mercúrio provoca um verdadeiro desastre ecológico pelos conhecidos efeitos sobre a saúde humana, o *hidrargirismo*, hoje mais conhecido pelo nome de *doença de Minamata*, a baía do Japão onde ocorreu o mais conhecido, estudado e divulgado surto epidêmico da doença provocado pela absorção do metilmercúrio, a sua forma mais tóxica. Tecnicamente, a contaminação que leva à doença é provocada pelo uso do mercúrio para fazer a separação do ouro, utilizando tecnologia rudimentar.

A descrição feita pelos especialistas é simples: o garimpeiro utiliza o mercúrio líquido, com o qual faz um amálgama; submetido ao calor pelo fogo, pequenas gotas são lançadas nos rios; a maior quantidade adquire a forma de vapor que da atmosfera é depositado no solo, nas plantas e nas águas, a partir dos quais pode entrar na cadeia biológica.

Em 1992, a *SECTAM - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente* do Pará, promoveu, em preparação para a ECO-92, um seminário internacional que ficou conhecido como o *SIMDAMAZÔNIA - Seminário Internacional sobre Meio Ambiente, Pobreza e Desenvolvimento da Amazônia*. Sobre a utilização do mercúrio na garimpagem, o cientista Luís Drude de Lacerda apresentou um estudo no qual estima que, na década de 80 (oitenta), foram lançados nos rios amazônicos entre 1.000 (mil) e 3.000 (três mil) toneladas de mercúrio (*Anais Simdamazônia*, pág. 79, publicado pelo Governo do Estado do Pará, através da SECTAM). É sem dúvida um número assustador, cujas conseqüências para o ambiente natural ou para o ambiente humano não foram até hoje avaliadas adequadamente, sobretudo pela enorme dispersão adotada pela prática da garimpagem ao longo da Região. O fato, porém, é que esse mercúrio lançado nos rios entra na cadeia biológica, contaminando os peixes e, através destes, as populações, sobretudo, as que têm sua dieta alimentar baseada no pescado. Ninguém, portanto, poderá se surpreender com o surgimento de um repentino surto epidêmico de hidrargirismo, sobretudo, na região do rio Tapajós e seus afluentes, a área mais atingida pela garimpagem. É o que têm alertado os cientistas que vêm estudando o assunto.

A *poluição física* dos rios amazônicos pela garimpagem é um desastre ambiental de proporções gigantescas. Ela é desencadeada pela remoção de grandes quantidades de material de superfície aluvional, seja às margens dos rios, seja nos seus leitos, o que provoca a turbidez das águas. Assim, pequenos afluentes têm simplesmente desaparecido ou desviado seu curso. O pior, porém, é a turbidez que passaram a ter rios de águas claras, belíssimos como o Tapajós, o rio Fresco, afluente do Xingu e tantos outros. Em certas épocas do ano, o rio Tapajós, talvez o rio mais belo do mundo, pela singularidade de suas águas azul-marinho, chegou a apresentar coloração idêntica à dos rios de águas barrentas, como o próprio Amazonas.

Um ângulo importantíssimo do problema, inclusive por suas implicações geopolíticas, é a forte *dimensão social da garimpagem*. Dedicam-se a essa atividade, em condições subumanas, legiões de desesperados, vítimas da miséria que não mais têm, em suas regiões de origem, qualquer esperança de uma vida melhor. A garimpagem torna-se, assim, uma aventura fantástica, na qual o garimpeiro se engaja cheio de esperanças de que um dia vai bamburrar; dedicando toda sua vida para a garimpagem que, em geral, se estende por longos anos e nos mais diversos locais com potencial aurífero, o garimpeiro torna-se um miserável que sonha com o *bambúrrio*.

Pobre, muito pobre, excluído do ambiente social em que nasceu e cresceu, o garimpeiro vive na solidão dos mais longínquos rincões da Amazônia, em geral trabalhando solitário, quase sempre com várias malárias na história de sua vida de aventureiro. Sua vida social é a *cantina*, onde se abastece dos gêneros de primeira necessidade e freqüenta os *prostíbulos*; aqui se expõe à violência de uma terra sem lei e às doenças sexualmente transmissíveis, inclusive a AIDS. Fora do ouro, nada produz, nem mesmo pela prática da caça e da pesca, as quais só excepcionalmente exerce. É um excluído, condição que assume porque foi expulso de suas regiões de origem, por falta de trabalho e, sobretudo, de educação.

A repercussão mundial do impacto ambiental da garimpagem foi muito grande, objeto de reportagens alarmistas, sobretudo, nos países ricos. Estes, porém, nunca se sensibilizaram para ajudar o Brasil a combater a garimpagem ou a implantar condições adequadas para que ela possa ser feita através de tecnologias limpas de exploração de ouro que permitissem que a recuperação do metal possa ser feita sem provocar o agravamento da questão social que reduz o garimpeiro a um escravo, seja pelo desespero, seja pelas dívidas que contrai e nunca pode pagar.

Essas tecnologias limpas são bem conhecidas, como a adoção de equipamentos que permitam a utilização do mercúrio na recuperação do ouro, sem que seja lançado na atmosfera, no solo ou nos rios. E mais, que possibilite ao garimpeiro auferir um rendimento pelo seu trabalho duas a três vezes maior.

Várias tentativas já foram feitas, projetos e programas foram elaborados, seja pelos governos federal e estaduais, e até mesmo pela iniciativa privada. Esses esforços sempre pereceram por falta de recursos financeiros.

42.2. A devastação da fauna aquática pela pesca predatória

A pesca é uma atividade extrativista praticada desde a chegada do homem à Amazônia, portanto, pelas populações indígenas que dela tiravam fundamentalmente a sua subsistência. Quando o europeu começou a atuar na Região, em escala produtiva e econômica, teve de fazê-lo prioritariamente na atividade pesqueira, aliando-se ao indígena, fosse para obrigá-lo a pescar em seu favor, fosse para aprender as tecnologias de coleta do pescado que o indígena adotava.

Nos quatro séculos que se seguiram, em que se consolidou o domínio do homem branco sobre a Região, sobretudo pela hecatombe das populações indígenas, o extrativismo da pesca prosseguiu, evidentemente em maior escala, para abastecer as cidades, vilas e povoados. A tecnologia adotada, porém, era praticamente a mesma que as populações indígenas utilizavam, já, entretanto, aperfeiçoada pela matéria-prima de que eram fabricados os apetrechos respectivos: o arco, a flecha, o anzol, a tarrafa, o arpão e outros instrumentos.

Pode-se assegurar, então, que essa pesca não poderia ser considerada como predatória, pois era limitada ao abastecimento das populações locais. Caracteristicamente, portanto, era uma *pesca artesanal* com alguma dimensão comercial; não se tratava, evidentemente, da *pesca industrial*, cujas características predatórias são ostensivas, como adiante será demonstrado. Isso, porém, não significa afirmar que a pesca artesanal seja praticada com plena obediência a critérios preservacionistas e sim que, pela sua dimensão, não gerava impactos ambientais graves.

A partir dos anos setenta, porém, mais precisamente no ano de 1972, começou a ser praticada a *pesca industrial*, cuja produção está voltada, apenas, para a exportação. Foi o Governo Federal que, a partir de 1968, com a política de incentivos fiscais para a Amazônia, passou a oferecer recursos para implantação de frigoríficos industriais para fazer o beneficiamento e estocagem do pescado destinado ao comércio nacional e internacional. No mesmo sentido, passou a financiar a aquisição de barcos de pesca, em casco de metal, com capacidade para a pesca em alto-mar.

42.2.1. A pesca da piramutaba

O objetivo principal da *pesca industrial* é a pesca de *piramutaba* (*Brachyplatystoma vaillantii*) e a do camarão, que têm grande aceitação no mercado internacional. A ocorrência de piramutaba estende-se da bacia do rio Orinoco (Venezuela), passando pelo rio Amazonas e rios adjacentes até o rio Parnaíba que faz o limite entre o Maranhão e o Piauí. Sua ocorrência no estuário desses rios está concentrada em determinadas épocas do ano, geralmente entre os meses de outubro a abril; fora desse período, as piramutabas adentram-se rio acima, em geral, segundo as últimas pesquisas científicas, para fazer a desova. O relatório da V Reunião do *Grupo Permanente de Estudos sobre a Piramutaba (GPE)*, demonstra bem essa dinâmica da piramutaba. A sua migração, entre o estuário do rio Amazonas e altos rios que formam seus afluentes, também está bem ilustrada no relatório do GPE, p. 4, indicando que esse percurso migratório pode atingir a 3.300 quilômetros de extensão, quando chega em Letícia, na Colômbia.

Os principais portos de captura da piramutaba são Belém, Santarém, Óbidos, Manaus, Letícia (na Colômbia). A pesca industrial da piramutaba é praticada por cerca de 30 a 40 empresas ao longo do eixo do Amazonas. O número de barcos aplicados especificamente na pesca da piramutaba foi fixado pelo GPE em *48 embarcações*; a quantidade detectada pelos órgãos de fiscalização mostra que chegaram a *58 barcos*, com 27 a 29 metros de comprimento. A produção, o descarte e a captura da piramutaba foram estimados e apresentados pelo GPE, no período de 1972 a 1996 (Relatório citado, pág. 25).

Observa-se que o descarte não se refere à *fauna acompanhante* que é lançada fora por falta de interesse mercadológico; a tabela demonstra que o descarte, apenas da piramutaba, em função do seu peso, chega a um terço (1/3) do volume total capturado, havendo, portanto, um grande desperdício. Ressalte-se, ainda, que os dados levantados pelos órgãos de fiscalização indicam que o descarte da *fauna acompanhante* chega a 5 ou 6 quilos para cada quilo de piramutaba, o que bem caracteriza a prática predatória dessa atividade pesqueira.

A causa principal do caráter predatório nessa atividade pesqueira decorre de tecnologia adotada pelo pescador industrial. Os barcos pesquei-

ros industriais são equipados com aparelhos de tecnologia avançada, como ecossondas, GPS, refrigeração, etc. A técnica de pesca é o *arrasto de fundo*. São redes arrastadas em pares de barcos. Tradicionalmente, nos primeiros anos, essa pesca era feita, apenas, com uma parca de barco. A partir de alguns anos, passaram a ser utilizados três, quatro e até seis barcos, denominados *trilheiras*, *quadrilheiras*, etc. Essa técnica tem evidentemente um sentido altamente predatório pelo elevado desperdício da *fauna acompanhante*.

Uma importante constatação feita pelos pesquisadores é que a exploração pesqueira nessa região do estuário amazônico está muito aquém do potencial da biomassa que pode ser coletada. O IBAMA e o IBGE estimam que a quantidade dessa biomassa anualmente explorada é da ordem de 90.000 toneladas/ano; seu potencial, porém, é de 500 mil a 700 mil toneladas/ano, se observadas tecnologias adequadas e a busca de mercados mais diversificados.

42.2.2. A pesca do camarão

Outra atividade pesqueira industrial de caráter altamente predatório é a *pesca do camarão*. A espécie mais pescada é o camarão-rosa (*Penaeus subtilis*) que responde por mais de 95% do total pescado. Na costa norte do Brasil, ao longo da foz do Amazonas, existe um dos maiores bancos camaroeiros do mundo que se estende da altura de Tutóia, no Maranhão, até a fronteira com a Guiana Francesa, com a dimensão de 233 mil quilômetros quadrados. A frota camaroeira é formada por, aproximadamente, 200 embarcações, a maior parte sediada no Pará e Amapá.

A captura do camarão-rosa no estuário do Amazonas tem-se situado em torno de 5.000 toneladas de peso bruto, o que corresponde, aproximadamente, a 3.700 toneladas de peso de caudas (65%). É o que revela o estudo feito pelo IBAMA, através do CPNOR - *Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira do Norte do Brasil*, feito em setembro de 1996. Esse estudo do CPNOR conclui por mostrar o *caráter predatório* da pesca camaroeira quando afirma:

- a) que “o período atual do defeso não está protegendo a captura de juvenis”, o que sem dúvida repercute na economicidade dessa atividade pesqueira;

- b) que “a atividade camaroeira está ameaçada pela sobrepesca dos camarões pequenos”;
- c) que “o melhor período de proteção do recrutamento e, conseqüentemente, do defeso, seria de janeiro a março”.

A pesca do camarão, além do caráter predatório mencionado, tem ainda um *forte desperdício da fauna acompanhante*, chegando a atingir 1 quilo de camarão para 6 a 8 quilos de peixes descartados, evidentemente, já mortos, o que é, sem dúvida um crime ambiental, que não vem sendo coibido por desídia das autoridades de controle e fiscalização.

*

O caráter predatório da pesca na Amazônia não se revela, apenas, na pesca industrial da piramutaba e do camarão. No interior da Região, nos lagos mais piscosos e nas épocas de grande exploração, adota-se, em geral, a denominada *pesca comercial*. São barcos de menor porte e não suficientemente equipados; em geral são chamados simplesmente de *barcos geleiros* motorizados. Operam, porém, com malhadeiras, algumas com mais de três metros de tamanho, quando atuam no estuário. No interior atuam em menor escala, mas induzem o pescador artesanal a pescar, mesmo em *período de defeso*, para vender o pescado para os donos dos barcos geleiros. No estuário, entram em conflito aberto com o pescador artesanal, porque atuam nas mesmas áreas em que estes estão operando, gerando prejuízos graves e irreversíveis para o pequeno pescador que faz a *pesca de subsistência*. A *pesca comercial* deve ser coibida, não só pelo seu caráter predatório, mas, sobretudo, por se tratar de uma atividade meramente especulativa que sustenta a figura do *atravessador*, aquele que se interpõe entre o produtor e o consumidor, comprando daquele o produto por preço extremamente reduzido e vendendo-o para o consumidor, por preço exorbitante.

.....

Capítulo 43

A DEVASTAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E A PRÁTICA DA BIOPIRATARIA

U

MA das razões alegadas, sobretudo nas três últimas décadas, em favor da internacionalização da Amazônia, ou de práticas atentatórias à soberania dos países amazônicos sobre a Região, tem sido a acusação de que a omissão desses países, diante da devastação florestal e faunística, levará necessariamente à extinção do maior repositório de diversidades biológicas do Planeta, em prejuízo da humanidade como um todo. Toda a ação antrópica descrita anteriormente tem evidentemente incontável efeito deletério sobre a biodiversidade amazônica.

Em seu aspecto mais geral, quando se fala na *Hipótese de Gaia* e, numa perspectiva holística, adverte-se que a *Terra (Gaia) está doente*. O “*pathos*” ambiental, objeto de maiores preocupações, é a aceleração, nos últimos anos, da extinção das espécies, sobretudo nas regiões tropicais, o que naturalmente colocará em perigo a própria sobrevivência do homem sobre a Terra. As queimadas florestais, a poluição dos recursos hídricos, a pesca predatória tornam-se, assim, os instrumentos de ação do homem de hoje contra os seus pósteros, porque destes subtraem a sustentabilidade da própria vida.

A idéia mais contundente sobre a extinção da biodiversidade foi manifestada no *Fórum Nacional sobre Biodiversidade*, realizado em Washington, no período de 21 a 24 de setembro de 1986, sob os auspícios da *Academia Nacional de Ciências* e do *Instituto Smithsonian*, com a participação dos maiores expoentes mundiais, 60 ao todo, no campo da Biologia, da Economia, da Filosofia e outras áreas do conhecimento humano.⁷¹ Para objetivos deste livro, percebe-se o forte impacto geopolítico que têm os estudos apresentados nesse Fórum, sobretudo quanto à biodiversidade das florestas tropicais e, por conseqüência, quanto à Amazônia.

Norman Myers, no estudo que apresentou no referido Fórum (ob. cit. p. 36) – *Florestas Tropicais e suas espécies, sumindo, sumindo ...?* – ressalta que *estamos “nos estágios iniciais de um espasmo de extinção”*. As espécies começaram a existir há quatro bilhões de anos, atingindo provavelmente um total de 500 milhões e hoje somente alguns milhões subsistem. A extinção, nos últimos 600 milhões de anos, foi da ordem de uma espécie por ano e hoje é cem vezes maior. No passado a extinção das espécies foi provocada por causas naturais; em nosso tempo a causa fundamental é a ação antrópica, ou seja, a *ação predatória* do *Homo sapiens*, pela qual 76.000 a 92.000 quilômetros quadrados de florestas são destruídos a cada ano; daí a estimativa de que *1% do bioma* está sendo desmatado anualmente.

Aplicadas à Amazônia, essas previsões assumem um conteúdo catastrófico, como a perda de 15% das espécies de plantas até os primeiros anos do século XXI; isso poderá levar à transformação da floresta úmida em floresta seca, devido aos impactos hidrológicos, devidos sobretudo a mudanças climáticas.

Já o estudo apresentado pelo cientista *Ariel E. Lugo*, chefe do *Projeto no Departamento de Agricultura do Instituto de Florestas Tropicais dos EEUU*, no referido Fórum (ob. cit., pág. 72), tem um enfoque menos pessimista; seu estudo intitulado *Estimativas de Reduções da Biodiversidade de Espécies da Floresta Tropical*, diz expressamente que espera *“estimular uma análise mais crítica e equilibrada da questão”*.

71 V. *Biodiversidade*, org. de E. O. Wilson, Editora Nova Fronteira, 1997.

De fato, Ariel Lugo demonstra, em suma:

- a) que as estimativas da extinção potencial das espécies nos trópicos, talvez, em sua maior parte, carece de fundamentação científica;
- b) que os cálculos feitos sobre as taxas de extinção de espécies, aplicando critérios idênticos para todas as florestas tropicais, é totalmente equivocado, porque estas são formadas de 32 tipos capazes de sustentar florestas diferentes;
- c) por isso mesmo “estimar a riqueza total de espécies no bioma tropical está provavelmente além da capacidade do esforço científico neste momento” (*ob. cit.*, pág. 74).
- d) as florestas secundárias quando se recuperam “são ecossistemas adotivos em potencial para as espécies em perigo de extinção” (*ob. cit.*, pág. 77).
- e) apesar das tentativas feitas, ainda não é possível determinar qual a relação existente entre a taxa de desmatamento e perda das espécies.

Fique claro, porém, que as ponderações ou restrições do ilustre cientista sobre os estudos feitos não pode servir de justificativa para que se possa expandir o desmatamento das florestas tropicais, sobretudo, quando se tem em mira a gigantesca floresta amazônica, cujos milhões de espécies não foram, ainda, totalmente identificadas e classificadas pela ciência. Além disso, vários grupos de cientistas têm demonstrado que a maior riqueza da biodiversidade biológica na Amazônia está na copa das árvores; é o que mostra *Terry L. Erwin* que relatou suas pesquisas sobre a floresta amazônica no mencionado Fórum (V. *ob. cit.*, pág. 158), chamando as copas das árvores de “*coração da diversidade biótica*”.

Sobre a biodiversidade amazônica especificamente, o cientista João Murça Pires, do *Museu Paraense Emílio Goeldi*, apresentou por ocasião do SINDAMAZÔNIA,⁷² um excelente estudo sobre o Inventário Florístico

72 V. SINDAMAZÔNIA - Seminário Internacional sobre o Meio Ambiente, Pobreza e Desenvolvimento da Amazônia, em 16 a 19 de fevereiro de 1992. Anais publicados pelo Governo do Estado do Pará, através da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente.

da Amazônia (*ob. cit.*, pág. 101), os diversos estágios de evolução do conhecimento biológico da Região; desde a fase pré-indígena até ao estudo integrado dos ecossistemas que é a fase em que se espera que especialistas de vários campos do conhecimento possam assumir o estudo continuado do ecossistema regional. Só a partir de então será possível maximizar as políticas de manejo florestal que possibilitem prevenção da extinção das espécies.

Quanto ao *inventário faunístico da Amazônia*, o cientista *William Laslie Overal*, do Museu Paraense Emílio Goeldi, por ocasião do SINDAMAZÔNIA (*ob. cit.*, pág. 105), ressaltou em seu estudo, não só a importância, como a dimensão ciclópica desse inventário. Estudos já realizados contêm estimativas que bem dão a dimensão desse levantamento:

- 2.500 a 3.000 espécies de peixes;
- cerca de 900 espécies de aves;
- 20.000 de insetos;
- 36 de primatas.

Esse inventário, porém, é extremamente difícil, pela diversidade do ecossistema que ressalta a heterogeneidade da Região, um verdadeiro mosaico de habitantes para a fauna: igapós, várzeas, terra firme, campinas, savanas, manguezais, pântanos, canaranais, tabocais, etc.

Os cientistas Richard E. Bodner e Deborah L. Rodrigues apresentaram no SINDAMAZÔNIA estudos mostrando a importância do manejo da vida silvestre, para a caça de subsistência, sobretudo no caso dos ungulados silvestres amazônicos: o veado-mateiro, o veado-girá, o caititu e a queixada, a anta; ou o manejo e a domesticação dos recursos genéticos em geral. (*ob. cit.*, pág. 118 a 121)

*

Todos os estudos apresentados, porém, ressaltam um problema de alto significado geopolítico para a Amazônia: a *incapacidade do Brasil para formular uma política de controle e manejo da biodiversidade da Região*, seja por falta de recursos financeiros, seja *por falta de pessoal técnico e científico qualificado*. Todos insistem na *indispensabilidade de cooperação dos países ricos*, sobretudo, quanto à oferta de recursos financeiros e de pessoal espe-

cializado; essa oferta tem havido, mas evidentemente é insuficiente para realizar tão gigantesco trabalho; e os recursos financeiros, os países ricos em geral, só oferecem para os seus próprios cientistas atuarem na Região, orientando sempre a aplicação desses recursos para programas e projetos de seu imediato interesse. Isso naturalmente gera problemas geopolíticos graves e, em princípio, inaceitáveis.

*

A esse quadro, acrescentou-se a questão grave da *biopirataria*, neologismo pelo qual se exprime a acusação de que os cientistas estrangeiros retiram da Região, à sorrelfa, exemplares da biota amazônica para reproduzir em outras regiões, onde implementam bancos de germoplasmas para multiplicação de espécies; além disso, coletam junto às populações indígenas ou seus descendentes, os caboclos, plantas e suas substâncias para aplicação medicinal, o que, pela sua alta incidência, vem causando sérios problemas geopolíticos ao País, porque os grandes laboratórios dos países ricos registram essas substâncias medicinais como sua propriedade industrial, devidamente patenteadas internacionalmente. Este assunto, pela magnitude que assumiu nos últimos anos, será mais minuciosamente examinado na última parte deste estudo.

TÍTULO IX

A REPERCUSSÃO INTERNACIONAL DA
DEVASTAÇÃO AMBIENTAL DA AMAZÔNIA

.....

Capítulo 44

O ALARME INTERNACIONAL E AS PREVISÕES CATASTRÓFICAS PARA A HUMANIDADE DIANTE DA DEVASTAÇÃO AMBIENTAL DA AMAZÔNIA

A REPERCUSSÃO internacional, em seu aspecto mais emocional, refere-se aos perigos que representava para o Planeta a devastação ambiental da Amazônia, sobretudo o seu desflorestamento que colocaria sob ameaça a própria sobrevivência da humanidade. O tempo, como adiante será relatado, permitiu que fosse demonstrada a falácia dessas alegações que não passavam de pretextos para que os mais imprudentes justificassem suas propostas de internacionalização da Região.

44.1. Em sua origem, um equívoco grosseiro

Esses questionamentos e sugestões foram basicamente feitos ao longo da década de oitenta. É importante, porém, acentuar que, em sua origem, o alarme internacional tem seu fundamento num grosseiro erro jornalístico que atribuiu ao ilustre cientista alemão *Harald Sioli* afirmações que o mesmo, por óbvios motivos, não fez, em entrevista a um jornalista da *United Press International*. Quando questionado sobre a influência que a floresta amazônica tem sobre o Planeta, o cientista

respondeu que a floresta fixa cerca de 25% do dióxido de carbono existente na atmosfera.

Essa constatação foi feita pela *CPI da Amazônia* cuja atuação será adiante objeto de um capítulo especial deste estudo. O relator da Comissão, senador Jarbas Passarinho, assim descreve o equívoco grosseiro:

“O biólogo alemão Harald Sioli, do Instituto *Max Planck*, foi entrevistado em novembro, quando em pesquisas na Amazônia, por um jornalista norte-americano, repórter de uma agência de notícia. Perguntando a respeito da influência da floresta sobre o Planeta, o Dr. Sioli afirmou que a floresta fixava grande quantidade (25%) de dióxido de carbono (CO₂) existente na atmosfera. Ao preparar a matéria, o jornalista truncou a declaração, eliminando o C, do que resultou O₂, símbolo da molécula de oxigênio. Do balanço oxigênio/gás carbônico, a afirmação do cientista fora de que cerca de 25% do carbono existente na atmosfera terrestre estavam armazenados na biomassa da floresta amazônica. O equívoco, ou a ignorância do repórter, transformou esses 25% em oxigênio, a reportagem foi publicada em quase todo o mundo e a Amazônia como pulmão passou a ser mais novo mito amazônico.” (Relatório da CPI da Amazônia, pág. 17, ed. do Senado Federal, 1989)

A entrevista foi veiculada em novembro de 1971, portanto, numa fase em que ainda não se podia falar em *devastação ambiental*, pois apenas duas grandes estradas de integração nacional haviam sido abertas: a Belém-Brasília (BR-010) e a Cuiabá-Porto Velho (BR-364); apenas abertas e não consolidadas; portanto, não tinham sido, ainda, objeto de ocupação intensa de fazendeiros e posseiros. A afirmação, porém, era atribuída a um cientista de renome internacional, pertencente ao *Instituto Max Planck de Limnologia*, Alemanha, com muitos anos de atuação na Amazônia, com relevantes serviços prestados ao conhecimento científico da Região, sobretudo, no campo da limnologia; é de sua autoria o estudo bioquímico e físico e a classificação dos rios amazônicos. Sua palavra sempre teve grande respeitabilidade.

O equívoco foi evidenciado, principalmente, nos meios científicos, mas nos ambientes em que são engendradas abordagens geopolíticas

contra a soberania brasileira sobre a Amazônia, ninguém tomou conhecimento desses desmentidos, muito menos do absurdo científico contido na notícia veiculada. Até hoje, políticos internacionais servem-se desse erro absurdo para justificar suas ambições geopolíticas. Destas manifestações, a mais ostensiva e direta é atribuída ao presidente norte-americano *Bill Clinton* que teria declarado formalmente:

“Precisamos proteger as florestas que produzem o oxigênio que respiramos”.

44.2. As previsões catastróficas de alguns cientistas estrangeiros

No meado nos anos oitenta, autoridades políticas e cientistas chegaram à constatação de que a devastação ambiental vinha se acelerando em ritmo crescente, ano a ano. Isso deu origem a que alguns cientistas, principalmente, estrangeiros, fizessem previsões catastróficas sobre o desflorestamento da Região; alguns previram a devastação total da Amazônia em 50 anos; outros, para o início do novo milênio; todos asseguraram que, no ritmo em que estava ocorrendo o desflorestamento, em prazo relativamente curto, a *Hiléia* estaria totalmente eliminada da face da Terra.

O aspecto catastrófico dessas previsões repousava basicamente nas seguintes premissas:

- a) no aumento do *efeito estufa* que as queimadas da floresta estavam provocando e que iria se acentuar nos próximos anos, colocando em risco a sobrevivência das espécies, inclusive a humana;
- b) na *extinção da floresta* que era o “*pulmão do mundo*”, porque produzia a maior parte do oxigênio de que a humanidade precisava para respirar;
- c) na *extinção da biodiversidade amazônica*, o maior banco genético do Planeta, onde estão presentes, embora, ainda não descobertas, substâncias que permitirão a aquisição dos conhecimentos para a produção de medicamentos que possibilitem o combate da maior parte das doenças crônicas ou de alta letalidade que atingem o homem.

Diante desse noticiário desastroso para a imagem do País, o Senado Federal decidiu criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para “apurar as denúncias sobre a devastação da hiléia amazônica e participação estrangeira nestas denúncias”. O Relatório da Comissão que foi apresentado pelo seu relator, Senador *Jarbas Passarinho*, em 25.10.89, acusa frontalmente alguns cientistas americanos, com grande atuação na Amazônia, como “fontes do alarmismo internacional” veiculado sobre a devastação da Amazônia.⁷³

Os cientistas acusados foram o Senhor *Philip Fearnside*, pesquisador do *INPA*, em Manaus; o senhor *Dennis Mahar*, assessor do Banco Mundial; e o senhor *Thomas Lovejoy*, ex-vice-presidente da *World Wildlife Foundation*, que depois passou a atuar no *Smithsonian Institute*. Esses cientistas são pessoas de alto conceito e respeitabilidade na Região, onde atuaram durante longos anos junto aos órgãos de ciência e pesquisa ali existentes e produziram estudos de grande valor científico sobre a Amazônia.

Apesar disso, a CPI diz que *Philip Fearnside*, em artigo publicado na *Carta Amazônica*, sob o título “Desmatamento na Amazônia”, em setembro de 1982, tomou como premissa, para projetar esse desmatamento, que o mesmo teria um *crescimento exponencial* e a partir dos milhões de hectares já devastados, em tão pouco tempo, previu que toda a floresta em Rondônia estaria destruída em 1990, a de Mato Grosso, em 1989. Essas projeções, o cientista repetiu em 1984, em artigo publicado na revista *Ciência Hoje* volume 2, nº 10, sob o título “A Floresta vai Acabar”, acrescentando que, no Acre, acabaria em 1993.

O Sr. *Dennis Mahar*, em artigo publicado pelo próprio Banco Mundial, em 1989, admitiu a existência de exagero nas projeções dos ambientalistas que haviam predito a extinção da floresta amazônica até o fim do século; mas recomendava “que não havia razão para complacência”, diante das imagens da devastação apresentadas pelo satélite Landsat. *Thomas Lovejoy*, em artigo publicado na *Folha de São Paulo*, de 23 de março de 1989, afirmou:

73 V. “Relatório Final” da CPI da Amazônia, editado pelo Senado Federal, em outubro de 1989, p. 10 e seguintes.

“Até que ponto a Amazônia brasileira já foi afetada? Mais uma vez não existem números precisos, mas a maioria dos cientistas que estudam o assunto crêem que cerca de 15 a 20% da floresta já foi desmatada.”

A autoridade e a respeitabilidade de que gozam esses cientistas teria sido mais uma fonte para o alarme internacional que se baseava em um equívoco técnico: *o crescimento exponencial do desmatamento*, como afirmou *Philip Fearnside*. Embora seja evidente a aceleração do desmatamento, nada permitia que se assegurasse objetivamente um crescimento exponencial para a devastação da floresta.

44.3. A repercussão internacional dessas previsões

O jornal *The New York Times* começou a publicar editoriais referindo-se ao “*holocausto ambiental*” que estava ocorrendo na floresta amazônica; outros jornais voltavam a carga contra a destruição do “*pulmão do mundo*”; alguns jornais e líderes ambientalistas falavam no “*vergonhoso estupro da Amazônia*”.

As organizações não-governamentais voltadas para a questão ambiental passaram a dirigir veementes protestos contra a destruição da floresta amazônica, através de cartas, manifestos, declarações ou em seminários e conferências. Um exemplo acentuado desse tipo de manifestação veio da ONG *Grupo dos Cem*, que dirigiu carta à embaixada brasileira no México, dizendo que *era desonesto invocar a soberania nacional para justificar a devastação da Amazônia*; e conclui propondo a criação de um *tribunal internacional para julgar o governo brasileiro pela prática de “ecocídio”*. Por sua impertinência, a carta foi devolvida pelo governo brasileiro. Em seu conjunto, as ONG’s contam com milhares, talvez milhões de membros, o que dá uma idéia de importância geopolítica do seu posicionamento.

.....

Capítulo 45

O ASSASSINATO DE CHICO MENDES, HERÓI DA RESISTÊNCIA POPULAR À DEVASTAÇÃO AMBIENTAL DA AMAZÔNIA, E SEU IMPACTO GEOPOLÍTICO

FRANCISCO *Alves Mendes Filho*, por todos conhecido como *Chico Mendes*, era um modesto seringueiro que, com o declínio da exploração extrativista da borracha, após a queda do monopólio de sua exploração que era detido pela União e em nome desta exercido pelo Banco da Amazônia, reuniu-se com seus companheiros formando um sindicato com o objetivo de defender a sua profissão, exigindo apoio, sobretudo do governo, para que a exploração da borracha fosse reativada. A política governamental voltava-se mais para a heveicultura e para a liberação das importações do produto do sudeste asiático, deixando à margem qualquer apoio ou incentivo ao extrativismo florestal da borracha, sob a alegação de que o custo da exploração era muito alto e sem condições competitivas.

Sem apoio, sem créditos e incentivos, sem garantia de preços para o produto, os seringalistas (donos dos seringais) começaram a vender suas terras e com elas os seringais, para empresários oriundos do Sul do País, fortemente amparados pela política de incentivos fiscais. Esses novos “*empreendedores*” não tinham nenhum interesse na exploração de seringais florestais e nem poderiam ter, pois o apoio financeiro que o governo federal

lhes concedia era para a agropecuária; foi ao amparo dessa política que se formou, a partir da faixa de contato da floresta amazônica com o Centro-Oeste do País, a enorme *frente pioneira de penetração na Amazônia*, com o objetivo precípua de implantar projetos pecuários, financiados pela União, através da SUDAM e BASA; na prática, esses financiamentos eram *doações* que, em linguagem mais sofisticada, chamam-se “*financiamentos a fundo perdido*”. Perdido sim, para o poder público federal e para a sociedade amazônica.

Evidentemente que, para implementar seus projetos pecuários, esses “*empreendedores*” tinham de derrubar a floresta e fazer campos de pastagens. À medida que as estradas de integração nacional, nos anos setenta, chegavam ao Acre, os seringais eram devastados e os seringueiros ficavam sem trabalho, passavam a viver na penúria, e a maior parte teve de migrar para a Bolívia, onde foram submetidos a trabalho escravo, em geral a escravidão por dívidas.

É nesse contexto conflitual que surge a figura de *Chico Mendes*, disposto a lutar contra a derrubada dos seringais. Com esse objetivo cria, em 1982, o *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri*, no município onde morava com sua família. Sua estratégia de ação desenvolveu-se em duas frentes:

- de um lado, através dos “*empates*”, termo que usava para levar os seringueiros e suas famílias para acampar nos seringais e evitar que fossem derrubados;
- de outro, passou a denunciar ao País e ao mundo a prática absurda e irresponsável da derrubada dos seringais.

Para melhor sustentar a sua luta, ingressou na política e passou a percorrer os principais centros de decisão do País, Brasília, Rio, São Paulo principalmente, para denunciar o que estava ocorrendo, alcançando sempre grande apoio da imprensa. Suas denúncias tiveram forte repercussão internacional. Mundialmente conhecido, recebeu, em 1987, o *Prêmio Global 500*, conferido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - *PNUMA*. A estratégia de sua luta tornou-se eficaz, o que provocou o ódio incontido dos “*empreendedores*” de projetos pecuários no Acre. Esse ódio crescente teve sua expressão mais cruel através do assassinato do líder

ambientalista, de tocaia, pelo filho de um fazendeiro, a mando de seu pai, ocorrido em *22 de dezembro de 1988*.

A repercussão geopolítica do assassinato foi imensurável. *Chico Mendes* passou a ser proclamado, tanto no Brasil como no exterior, como um *mártir da defesa do meio ambiente amazônico*. E, sem dúvida, o foi. Não se tratava, apenas, de um covarde homicídio, mas também de um sinal do conflito social amplo que estava ocorrendo ao longo da frente pioneira de penetração capitalista na Região.

Era a prova mais evidente de que o Brasil não tinha condições de evitar a devastação da Amazônia. Mais do que isso, o que já era chamado, pela imprensa internacional e pelos líderes ambientalistas, de “*ecocídio*”, agora tornava-se, também, *homicídio*.

.....

Capítulo 46

AS REAÇÕES INTERNACIONAIS OFICIAIS À DEVASTAÇÃO AMBIENTAL DA AMAZÔNIA E O SEU FORTE CONTEÚDO GEOPOLÍTICO



CRUEL e covarde assassinato de *Chico Mendes* tornou-se a gota d'água que estava faltando para que as agências internacionais oficiais e os governos dos países ricos passassem a preconizar e a propor medidas concretas, objetivando limitar ou, até mesmo, a excluir a soberania do Brasil sobre a Amazônia, sob o pretexto de que não tinha condições ou capacidade para prevenir ou controlar a devastação na Região, em prejuízo dos interesses da humanidade. As reações mais ostensivas vão a seguir relatadas.

46.1. *A visita dos senadores e deputados norte-americanos à Amazônia*

Dentro da estratégia de manifestar o seu protesto contra a devastação da Região, o Congresso Americano enviou duas comissões ou grupos de senadores e deputados para ver (!) “*in loco*” a gravidade da destruição da floresta.

O primeiro grupo foi formado pelos senadores *Albert Gore*, *Richard Shelby*, *Tim Worth* e *John Heinz* e pelos deputados *Gerry Sikorski* e *John Breyant*. Esse grupo de parlamentares propôs a criação de uma *Fundação para a Conservação Brasileira*, cuja direção contasse com especialistas

estrangeiros. Além disso, o grupo pressionou duramente o Banco Mundial e o Governo japonês para restringirem seu apoio financeiro ao Brasil.

O *outro grupo* foi constituído somente por senadores: *Dale Bum-pers, Arlen Specter, John Chafee e Steve Symms*; sua postura foi mais conveniente e construtiva para com o Brasil.

46.2. O projeto de lei do senador Albert Gore

Desejando reafirmar a sua plataforma política ambientalista, o senador *Albert Gore* apresentou ao Senado norte-americano um projeto sob o título *Lei de Política Ambiental Mundial de 1989*. O título do projeto de lei já evidencia a *arrogância do Império Americano*, quando pretende que o Senado dos Estados Unidos aprove uma lei definindo a política ambiental a ser obedecida por todo o mundo. Na justificativa, o ilustre senador, que depois foi candidato à Presidência de seu país, ressalta a importância da preservação da floresta amazônica que está sendo “*saqueada*”. Trata-se evidentemente de uma tentativa de praticar um *ato de império*, a ser exercido pelo chefe da polícia ambiental do Planeta, o presidente dos Estados Unidos, pois seria uma lei do governo americano para “*proteger*” o meio ambiente mundial, não importando se isso iria violar a Carta das Nações Unidas, que protege a soberania dos países membros.

46.3. O pronunciamento do senador Robert Karsten no ato celebrado em memória de Chico Mendes

Foi apresentado durante um ato religioso, celebrado em 25 de janeiro de 1989, em memória de Chico Mendes, por ocasião do qual o Senador *Robert Karsten*, evidentemente na sua condição funcional, emitiu o seguinte pronunciamento: “*A floresta tropical não é brasileira apenas; é também nossa, que dela necessitamos para respirar.*” Registre-se aqui que, além da agressão à soberania nacional, o senador repete o erro veiculado pela imprensa internacional em 1971, portanto, 18 anos antes, afirmando que a Amazônia é o “*pulmão do mundo*”, afirmação atribuída grosseiramente ao cientista *Harald Sioli*.

46.4. Pronunciamento do ministro do Tesouro italiano, negando a soberania do Brasil sobre a Amazônia

Trata-se do Sr. *Giuliano Amato* que, em entrevista coletiva, declarou que o governo italiano estava disposto a dar sua contribuição para a “*salvação*” da Amazônia, uma vez que se trata “*de um bem supranacional, sem pôr em discussão a soberania do Brasil*”. Essa agressão à soberania nacional torna-se mais chocante por verificar-se que foi praticado por uma autoridade de um país que, tradicionalmente, se diz amigo do Brasil. Estranha amizade essa!

46.5. As tentativas de organismos internacionais de provocar restrições ou “punições” de caráter financeiro contra o Brasil

A imprensa e as organizações não-governamentais voltaram-se contra a soberania do Brasil sobre a Amazônia, em dois sentidos; de um lado, objetivando formar uma opinião pública contra o domínio do Brasil sobre a Amazônia; de outro, objetivando pressionar os organismos internacionais, inclusive os multilaterais de natureza financeira, a adotarem medidas restritivas à concessão de créditos ao Brasil pelo seu “desleixo” no tratamento da questão ambiental amazônica. Um dos principais focos dessa pressão foi o Banco Mundial. O *PNUMA*, órgão da ONU, fez pronunciamentos agressivos ao Brasil, em Genebra; o Secretariado desse organismo defendeu ostensivamente que a biodiversidade da floresta amazônica é “patrimônio comum da humanidade”.

O pronunciamento mais agressivo, porém, à soberania nacional sobre a Amazônia partiu do *Parlamento Europeu*, em sua reunião de *16 de março de 1989*. Trata-se evidentemente, de uma manifestação com o objetivo específico de oferecer represália pelo fato de o Brasil não ter concordado com a “*declaração*” que deveria ser emitida pela *Cúpula de Haia* que se havia realizado 5 (cinco) dias antes, isto é, entre os dias 10 e 11 de março de 1989, que será objeto adiante de uma análise mais circunstanciada, pela sua importância geopolítica.

O *Parlamento Europeu*, em suma, emitiu uma resolução sobre a floresta amazônica na qual proclamava a *mundialização da responsabilidade*

pela proteção da floresta tropical. A resolução recomenda que a Comunidade Econômica Européia (CEE) “suspenda” seu auxílio em favor do Programa Grande Carajás; auxílio aliás que nunca existiu; por isso mesmo, não havia nada para “suspende”. E mais, concitou o Banco Mundial, o FMI e o PNUMA a adotarem posições idênticas. É claro que o Parlamento Europeu estava esperneando porque os países ricos europeus, ante à reação do Brasil, não haviam conseguido na *Cúpula de Haia* promover a *internacionalização da questão ambiental amazônica* por meios diplomáticos formais.

TÍTULO X

A REAÇÃO DO BRASIL DIANTE DO CLAMOR
PÚBLICO INTERNACIONAL SOBRE AS QUEIMADAS
DA FLORESTA AMAZÔNICA E DAS AMEAÇAS
À SOBERANIA NACIONAL SOBRE A REGIÃO

.....

Capítulo 47

A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. O CONAMA. O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

AS autoridades brasileiras naturalmente não ficaram inertes diante do clamor que se fez ouvir, sobretudo, através da imprensa escrita ou falada dos países ricos. A dimensão dada e veiculada quanto aos perigos que as queimadas da floresta amazônica ofereciam para a sobrevivência da humanidade era um exagero proposital para justificar a intervenção *a fortiori* desses países, ainda que violando a soberania nacional na Amazônia. Mas o governo brasileiro sempre demonstrou que reconhecia e via com preocupação o impacto que a frente pioneira de penetração na Amazônia estava provocando sobre o meio ambiente da Região, acelerando o seu desflorestamento, poluindo os rios e devastando a biodiversidade.

Assim, logo na *Conferência de Estocolmo*, ainda em 1972, o Brasil ofereceu-se para sediar a próxima Conferência que deveria realizar-se 20 (vinte) anos depois, portanto, em 1992, objetivando com isso deixar claro ao mundo o seu interesse em prevenir e combater a devastação ambiental da Amazônia; e mais, que sempre esteve totalmente aberto para discutir o problema com cientistas, ambientalistas e autoridades, sem reservas maiores, porém, sem emocionalidades e, sobretudo, sem incluir qualquer restrição à soberania nacional sobre a Região. Além disso e, principalmente, por isso, decidiu adotar um elenco de medidas que possibilitassem a maximização

do controle ambiental sobre a Amazônia, das quais vão a seguir resumidas as mais importantes.

Logo no início da década de oitenta, através da Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, foi institucionalizada a *Política Nacional do Meio Ambiente*. Essa lei enumerava os *princípios* que deveriam presidir essa política e os objetivos que deveriam ser alcançados. Do ponto de vista institucional, porém, surgiu a maior inovação: a política para o meio ambiente passou a ser realizada através do *Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA*, do qual necessariamente fariam parte União, os Estados e os Municípios, criando, assim, um processo de centralização e descentralização no poder de polícia da questão ambiental, com uma abrangência compatível com a amplitude do problema.

Além disso, foi criado o CONAMA - *Conselho Nacional do Meio Ambiente*, com representantes dos estados e de todos os órgãos federais que, por sua natureza, têm interface com a questão ambiental. O CONAMA tem a competência normativa e deliberativa sobre a questão ambiental em todas as suas formas. No mesmo sentido, preconizou a criação de colegiados deliberativos com princípios idênticos para atuar no nível estadual. Nos instrumentos de atuação, a lei instituiu o *regime do licenciamento ambiental* para todas as atividades efetiva ou potencialmente poluidoras; esse regime foi regulamentado para exigir, nas hipóteses indicadas, a indispensabilidade da realização do *Estudo de Impacto Ambiental (EIA)*, seguido do *Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)*, formando o *EIA-RIMA* que passou a integrar necessariamente os projetos do poder público e da iniciativa privada que provoquem impacto sobre o meio ambiente natural ou social.

.....

Capítulo 48

O PROGRAMA CALHA NORTE - PCN

EM dezembro de 1985, o Presidente da República, Dr. José Sarney, aprovou a Exposição de Motivos nº 770 do Ministério do Planejamento, criando o *Programa Calha Norte*, que é um conjunto de medidas, providências e, principalmente, de projetos a serem aplicados na calha norte do rio Amazonas. A região compreendida pelo PCN decompõe-se em três áreas técnicas.

- a) o arco de fronteira, entre a cidade de Tabatinga (AM) e o rio Oiapoque (AP);
- b) a orla ribeirinha dos rios Solimões e Amazonas e seus afluentes;
- c) a hinterlândia, formada pelas terras interiores, limitadas pelas duas áreas mencionadas anteriormente.

O *Programa Calha Norte* é uma ordenação sistemática de um conjunto de medidas que visam a maximizar a ocupação da imensa área entre a margem esquerda do rio Amazonas e a fronteira do Brasil com os países limítrofes: o Peru, a Colômbia, a Venezuela, a República da Guiana, o Suriname e, além destes, uma possessão, a Guiana Francesa. Há evidentemente um macroobjetivo que é fortalecer o sentido brasileiro dessa região, que tem uma ocupação populacional rarefeita e é destituída de uma economia em processo de desenvolvimento.

O PCN busca, assim, atender a uma velha preocupação das Forças Armadas brasileiras que reconhecem que não basta, apenas, instalar nessa Região *postos militares de fronteira*, ou manter vôos da força aérea periodicamente até aos pontos estrategicamente selecionados, ou, enfim, manter a navegação da Marinha até os pontos de acesso por embarcações militares de pequeno porte. Isso vem sendo feito; mas é reconhecidamente insuficiente; por isso, essa atuação deveria ser ampliada de forma programática pela implementação de ações que expressem o sentido econômico e social da ocupação brasileira dessa área.

Sou testemunha dessa antiga preocupação das Forças Armadas, quando, no meado dos anos cinquenta, participei, como Secretário da Comissão de Planejamento da SPVEA (que antecedeu a SUDAM), de reuniões com oficiais representantes do Estado-Maior das Forças Armadas que pediam à SPVEA que assumisse, juntamente com o Exército brasileiro, a implementação das *Colônias Militares de Fronteira*, providência que, infelizmente, nunca se efetivou. Esse programa era informalmente conhecido como de *vivificação de fronteiras*. Essa continua sendo a preocupação central do PCN: *transformar fronteiras mortas em fronteiras vivas*.

Na amplitude de seu conteúdo, o PCN pretende principalmente:

- a) aumentar a presença brasileira na área;
- b) ampliar as relações com os países vizinhos, através da cooperação internacional;
- c) implementar uma infra-estrutura viária na Região;
- d) oferecer assistência às populações indígenas na Região.

Enfim, promover a implementação de projetos e empreendimentos que possibilitem a maximização da ocupação estratégica da Região. Aqui é importante ressaltar que a concepção institucional do PCN não mais se restringe ao controle linear das fronteiras e sim compreende a ótica moderna, desenvolvida na segunda metade do século, que envolve a noção de *região de fronteira* como aquela que melhor responde aos critérios geopolíticos de nosso tempo.

O *Programa Calha Norte*, em sua implantação, tem passado por muitos percalços, dos quais, sem dúvida, o mais difícil é a falta de alocação de recursos orçamentários para os seus projetos. É indispensável que o país

e, em especial, o Governo Federal se conscientize da alta prioridade que tem o PCN, pois, a importância do seu significado geopolítico exige a garantia de recursos para sua implementação em prazos curtos e adequados.

Entre os percalços que abateram o PCN estão as reações e acusações de cientistas, de políticos e de ONG's, alegando que esse Programa tinha o objetivo oculto de militarizar o tratamento da questão indígena; seria, portanto, uma intromissão indébita das Forças Armadas em assunto fora de sua competência. É claro que se trata de uma acusação absurda e sem nexo que, por isso mesmo, deve até ser desprezada. Primeiro, por que, por força da Constituição Federal, cuidar da defesa, inclusive preventiva, da soberania nacional, é competência própria das Forças Armadas de qualquer país no pleno exercício de sua autodeterminação. Segundo, porque o PCN não é um projeto, apenas militar, mas multidisciplinar e, principalmente, multiinstitucional.

E aqui repousa um dos maiores obstáculos que o PCN tem encontrado para sua implantação: a articulação e cooperação dos diversos ministérios com os quais guarda interface e com as entidades autárquicas e fundacionais. Esses ministérios e entidades paraestatais que atuam na Região, em geral, não vêm cumprindo a responsabilidade que lhes cabe na implantação do PCN. Essa, porém, é uma questão política que precisa ser assumida e exigida sua solução pelo Presidente da República. A grande expectativa é que, agora, com a implantação do SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia, esse tipo de obstáculo seja superado e o PCN seja, afinal, concretizado.

.....

Capítulo 49

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A QUESTÃO AMBIENTAL

P

ARA demonstrar de forma inequívoca a sua preocupação e responsabilidade no tratamento da questão ambiental brasileira, os constituintes de 1987 e 1988 entenderam por bem deixar evidente os conteúdos normativos fundamentais de defesa do meio ambiente, consignando-os na própria Constituição Federal. Era uma forma de responder às acusações que os países ricos vinham fazendo, ostensivamente, ao Brasil sobre o problema da devastação ambiental amazônica, sempre com ameaças à soberania nacional.

A partir dessa concepção, a Carta Magna inseriu, no seu Título VIII, que trata *Da Ordem Social*, o Capítulo VI - *Do Meio Ambiente*, um elenco de princípios normativos, definindo de início, como direito de todos, um “*meio ambiente ecologicamente equilibrado*”; com esse objetivo, preconiza que o Poder Público, para assegurar esse direito, deve:

- promover o *manejo ecológico* das espécies e ecossistemas;
- preservar a diversidade e integridade do *patrimônio genético* do País;
- criar espaços territoriais a serem especialmente protegidos: *unidades de conservação*;

- exigir, na implantação de projetos, o estudo prévio de impacto ambiental: o *EIA-RIMA*;
- promover a *educação ambiental* do povo;
- implementar a obrigação de que explorador de *recursos minerais* recupere o meio ambiente em que exerceu sua atividade danosa ao patrimônio natural; o Brasil passou a assumir o princípio do *poluidor-pagador*;
- definir e caracterizar os *crimes ambientais*.

Em um dos seus dispositivos, o parágrafo 4º do art. 225, estabelece que a *Floresta Amazônica é patrimônio nacional* e que sua utilização deve obedecer a diretrizes de *manejo ambiental*. Trata-se, naturalmente, de uma resposta àqueles que vinham ameaçando a soberania nacional sobre a Região que, assim, não é um patrimônio da humanidade, juridicamente definido, como querem alguns ambientalistas, mas sim um *patrimônio nacional*.

Uma das inovações mais importantes da Constituição Federal foi no seu aspecto institucional, ao definir no seu art. 24, a *competência concorrente* da União e dos Estados para *legislar sobre a proteção do meio ambiente*, sem prejuízo da competência dos municípios para legislar sobre *matéria ambiental de interesse local* (C.F. art. 30). A responsabilidade pelo tratamento da questão ambiental passou a ser *compartilhada* por todo o sistema federativo: a União, os Estados e os Municípios, o que possibilitou o aumento da capacidade institucional do Poder Público no monitoramento da questão ambiental.

.....

Capítulo 50

O PROGRAMA “NOSSA NATUREZA”

A

50.1. *Concepção, recursos, medidas institucionais*

NOVA Constituição Federal foi publicada no dia 5 de outubro de 1988. Sete dias após, isto é, a 12 de outubro de 1988, o Governo Federal baixou o *Decreto nº 96.944*, criando o *Programa Nossa Natureza*, especificamente voltado para enfrentar a questão ambiental amazônica e por isso, com um título que melhor define a amplitude e especificidade de seu objeto: *Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal*. O *Programa Nossa Natureza* indica a preocupação do Governo em implementar imediatamente os princípios e objetivos definidos pela Constituição Federal, no que diz respeito a sua aplicação à Amazônia. Era em si a afirmação ao Mundo que vinha provocando problemas geopolíticos por causa da Amazônia, no sentido de que as normas constitucionais não seriam letra morta, mas que seriam efetivamente aplicadas para conter a devastação ambiental da Região.

Foi, evidentemente, com esse objetivo que o Decreto criou a Comissão Executiva do Programa; criou, também, seis *Grupos de Trabalho Interministerial (GTTs)* para promover estudos sobre os vários ângulos da questão ambiental amazônica, como a proteção da cobertura florística, a

poluição mineral, a estruturação do sistema de proteção ambiental, a educação ambiental, a pesquisa, a proteção do meio ambiente, das comunidades indígenas e das populações extrativistas.

A partir desses GTI's surgiu uma ampla legislação ambiental, como a de *proteção das florestas existentes* nas nascentes dos rios (Lei nº 7.754, de 14.4.89); a que cria a *CORPAM - Comissão Coordenadora da Regional de Pesquisas da Amazônia* (Lei nº 7.796, de 10.7.89); a que cria o *Fundo Nacional do Meio Ambiente* (Lei nº 7.797, de 10.7.89); a que dispõe sobre o *destino final de resíduos e embalagens* (Lei nº 7.802, de 11.7.89).

A medida mais importante, porém, resultante do Programa Nossa Natureza adveio da convicção do Governo Federal de que o sistema institucional existente não tinha condições de implementar as normas constitucionais vigentes com eficácia e adequação. Duas providências foram adotadas nesse aspecto institucional:

- a *primeira* veio pela *Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990*, com a finalidade de adequar a *Política Nacional do Meio Ambiente*, definida pela *Lei nº 6.938, de 31.08.81*, às normas estatuídas pela nova Constituição Federal;
- a *segunda* que criou o *Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA*, como autarquia federal para executar a *Política Nacional do Meio Ambiente*, através da *Lei nº 7.735 de 22 de fevereiro de 1989*.

50.2. A criação do IBAMA

Foi sem dúvida a medida institucional mais importante decorrente do *Programa Nossa Natureza*, preconizada logo quatro (4) meses após a sua vigência. A lei que criou o IBAMA tem o objetivo fundamental de aglutinar, numa mesma entidade, as ações que tinham por objetivo implementar a política de controle e proteção ambiental e que estavam dispersas por várias entidades; em consequência, foram extintas a *SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente* e a *SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca*; suas atribuições foram transferidas para o IBAMA. No mesmo sentido, foi sancionada, alguns dias antes, a *Lei nº 7.732, de 14*

de fevereiro de 1989, que extingue a *SUDHEVEA - Superintendência da Borracha e o IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal*; suas atribuições, assim, também passaram para o IBAMA.

O IBAMA passou, então, a ser a agência do Poder Público Federal que assumiu a responsabilidade pela implementação da *Política Ambiental do País*, que deveria atuar em estreita articulação com os órgãos estaduais de meio ambiente e também com os municípios, objetivando desenvolver uma ação articulada e sinérgica para controlar e proteger o meio ambiente do País, em especial, na Amazônia.

.....

Capítulo 51

A COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) DO SENADO - CPI DA AMAZÔNIA

AS reações às ameaças internacionais à soberania do Brasil sobre a Amazônia não se cingiram, apenas, à adoção das providências de caráter institucional pelo *Poder Executivo*, visando a implementar um modelo de ação do Poder Público contra a devastação da Amazônia e a assegurar o controle geopolítico da Região. Também o *Poder Legislativo* reagiu ostensivamente diante dessas ameaças, sobretudo face às invectivas da *Cúpula de Haia*.

Uma providência preliminar foi adotada pela *Comissão de Relações Exteriores* da Câmara dos Deputados que convocou o embaixador *Paulo Tarso Flexa de Lima* para fazer uma exposição sobre as ameaças internacionais que haviam surgido, nos últimos tempos, em geral, de forma grosseira e arrogante. A exposição foi feita no dia *12 de abril de 1989*. Note-se que o ilustre embaixador havia representado o Brasil na *Cúpula de Haia*, quando foi apresentada a famosa proposta de *soberania restrita* do Brasil sobre a Amazônia que, pela sua importância geopolítica, será objeto de uma análise mais circunstanciada no próximo título. A exposição do embaixador está transcrita no seu livro *Caminhos Diplomáticos*, editora Francisco Alves,

pág. 189ss. Trata-se de uma apresentação sistemática dos problemas que o Brasil vinha enfrentando ao longo das décadas de setenta e oitenta, por causa da difícil questão ambiental amazônica e que haviam culminado com as propostas absurdas feitas na *Cúpula de Haia*.

O Senado decidiu, então, apurar mais profundamente os problemas levantados pelo noticiário da imprensa nacional, criando, para isso, ainda, em abril de 1989, uma *Comissão Parlamentar de Inquérito* com essa finalidade, que ficou conhecida como a *CPI da Amazônia*. Essa Comissão teve como relator o Senador *Jarbas Passarinho*, homem da Região, natural do Acre, que fez sua carreira política no Estado do Pará, a partir do qual adquiriu prestígio nacional, seja como governador do Estado do Pará, seja várias vezes como ministro de Estado, seja como senador da República. Um outro aspecto que permitia uma mais profunda e adequada avaliação do assunto era fato de o relator ser pessoa de reconhecido embasamento intelectual e estudioso da questão amazônica.

Os objetivos da Comissão⁷⁴ foram desdobrados em três etapas.:

- “1º) obter um número confiável para o desflorestamento da Amazônia brasileira;
- “2º) averiguar a procedência ou não de ser a floresta tropical úmida a grande exportadora de oxigênio para o Planeta ou seja, a Amazônia como “*pulmão do mundo*”, bem assim, qual a contribuição das queimadas para o “*efeito estufa*”;
- “3º) fazer um balanço das diversas políticas de ocupação da Amazônia”.

Com esse objetivo, a Comissão convidou vários cientistas e estudiosos da Amazônia, pessoas de renomado saber, para comparecerem à Comissão e prestarem depoimentos sobre os problemas mencionados. Foram 24 depoimentos, sempre realizados com a preocupação de escoimar da abordagem do tema, o conteúdo altamente emocional com que, até então, vinha sendo tratado.

74 Relatório nº 4 de 1989, da CPI da Amazônia, publicado no *Diário do Congresso Nacional*, nº 150, de 1 de novembro de 1989, seção II.

Sobre a questão do desmatamento, concluiu a CPI:

“Conclusões e Recomendações

“O último relatório do INPE merece fé, sendo indevida a acusação de ter feito fraude na apuração da taxa de desmatamento realizada até 1989. A sistemática de trabalho foi a mesma usada por cientistas estrangeiras, que sempre tomaram a Amazônia Legal como a área a ser considerada e jamais incluíram os desflorestamentos anteriores à década de 1970;

“Há necessidade de considerar, no total desmatado, as alterações da floresta amazônica concretizadas antes de 1970, o que leva a aumentar para 343.975,98 km² o total desmatado até agora. O quadro seguinte mostra o crescimento da superfície atingida, entre 1978 e 1988:

<i>Desmatamentos em km²</i>			
	<i>Recentes</i>	<i>Antigos</i>	<i>Total</i>
	<i>(posteriores a 1970)</i>		
1978 -	48.516,50	92.546,43	141.122,93
1988 -	251.429,55	92.546,43	343.975,98

“A velocidade de desflorestamento ou de alteração da cobertura vegetal na Amazônia Legal é preocupante, pois se analisarmos apenas o que tem sido avaliado em decorrência dos monitoramentos por sensoriamento remoto, o crescimento foi, entre os 11 anos citados, de 417 %. (grifei)

“Com a inclusão dos desflorestamentos antigos, o total da área alterada passa dos 5,12 % para 7,01 %, na Amazônia Legal.

“O último trabalho do INPE, dado a público, afirma que, sem incluir os desmatamentos antigos, um crescimento linear, considerando as taxas mais altas verificadas nos últimos 30 anos, fará subir de 251.429,55 km² para 272.858,16 km² o desmatamento até o fim do corrente ano;

“As projeções utilizadas por Denis Mahar e P. Fearnside, uma vez que consideraram o crescimento como exponencial, são meramente especulativas e não se confirmaram;

“Os estados mais afetados por desmatamentos são Rondônia, com 12,6% da cobertura vegetal destruída, e especialmente o Maranhão, uma vez considerados os 60.724 km² dos desmatamentos antigos, quando a taxa sobe de 9,13 % para a assustadora marca de 32,47 % de sua cobertura florestal derrubada; no que tange à parte do Maranhão, 260.237,7 km², está contida na Amazônia Legal:

“A floresta amazônica como “pulmão do mundo” é uma falácia, originada de um erro de jornalista, e mantida graças à ignorância generalizada de botânica e de geofisiologia. Ao contrário das florestas, são os oceanos, por sua algas e fitoplanctons, os grandes responsáveis pela produção e acúmulo de oxigênio na atmosfera terrestre;”(grifei)

Reconhece a CPI que houve um grande aumento na velocidade do desflorestamento, a partir de 1978, de forma preocupante. Tendo havido um crescimento da área desflorestada até 1978, que correspondia a 5,12% da cobertura florestal amazônica, para 7,01%, em 1988. As taxas de crescimento foram muito elevadas, porém, seu *crescimento foi linear*, não se confirmando, portanto, o *crescimento exponencial*, como haviam afirmado alguns técnicos e cientistas estrangeiros. Por isso mesmo, recomenda a CPI a adoção de providências imediatas pelas autoridades do País, inclusive com a efetiva implementação do *Programa Nossa Natureza*.

Quanto à repetida afirmação de que a floresta amazônica é o “pulmão do mundo” porque *produz o oxigênio que a humanidade respira*, os depoimentos dos cientistas foram unânimes no sentido de que se trata de uma falácia, sem qualquer embasamento científico; trata-se, apenas, de um pretexto para “justificar” a *internacionalização da Amazônia* que, por isso mesmo, continua a ser objeto de declarações de estadistas dos países ricos quando falam da impostergabilidade da intervenção sobre a Amazônia por ser um “patrimônio da humanidade”. Os cientistas que falam despidos de precon-

ceitos geopolíticos reconhecem que o oxigênio que respiramos provém do estoque que se formou ao longo dos bilhões anos em que a Terra adquiriu o indispensável equilíbrio dos fatores responsáveis pela formação e sustentação da vida.

Quanto ao “*efeito estufa*”, a CPI constatou que os perigos que o desmatamento poderá provocar nas condições climáticas da Terra não passaram de hipóteses ou teorias, em torno das quais ocorre grande discordância entre os cientistas. Isso, evidentemente, sem falar que, para a formação desse “*efeito estufa*”, a maior contribuição é proveniente do excesso de gás carbônico que se concentra na atmosfera, decorrente da queima dos combustíveis fósseis – carvão, petróleo e gás – emitido, em larga escala pelos países ricos e industrializados. São cerca de *5 bilhões de toneladas de gás carbônico* que anualmente a queima de combustíveis fósseis eleva para a atmosfera, enquanto o desmatamento feito no Brasil emite, apenas, cerca de 336 milhões de toneladas/ano, ou seja, 7,32% do total provocado pela queima de carvão, petróleo e gás. E só os Estados Unidos emitem cerca de 25% do total desses combustíveis.

Quanto às medidas a serem adotadas que possibilitem um aperfeiçoamento das relações do Brasil com os países ricos sobre a questão ambiental amazônica, o Relatório da CPI, após apresentar sugestões feitas por *Armando Mendes* e *Samuel Benchimol*, admite que pareceu à Comissão, como proposta mais exequível, a que vai a seguir transcrita:

“Proposta mais exequível é a troca da dívida pela preservação da floresta, o que, em escala pequena, já é feito por países como Costa Rica, Bolívia, Equador e Madagascar. A operação se desenrola da seguinte maneira: o banco de um país, credor de um país endividado do Terceiro Mundo, vende a uma organização ecológica um crédito, oferecendo um desconto compatível com o valor do título no mercado secundário; em troca desse crédito, a organização ecológica obtém do país endividado em moeda nacional um valor que será aplicado em reflorestamento, criação de parques nacionais e no treinamento de mão-de-obra para a utilização de técnicas de cultura menos nocivas ao meio ambiente.

“Duas desvantagens são apontadas:

- “1) para o Brasil, os recursos precisariam ser muito elevados, para a redução expressiva da dívida externa, já que os congressistas americanos que levantaram a idéia para o Presidente Sarney alvitaram soma de apenas oito bilhões de dólares;
- “2) a organização ecológica estrangeira teria interferência na política florestal brasileira, decidindo a respeito de parques nacionais e áreas de reflorestamento. Já treinamento de mão-de-obra, visando a aplicação de tecnologia apropriada para evitar a agressão ao meio ambiente, esse seria bem-vindo e poderia ampliar os avanços salientados por Armando Mendes, quando falou das respostas positivas do setor produtivo, com nova mentalidade de pecuaristas, madeireiros e extrativistas em geral.”

As desvantagens apresentadas pela Comissão em relação a essa proposta são suficientes para excluir a conveniência da sua aceitação, atendendo a razões de caráter geopolítico, pois ela somente poderá ter grande impacto no controle ambiental da Região, se utilizada em larga escala, o que levaria necessariamente ao surgimento de graves problemas geopolíticas para o Governo brasileiro, bastando para isso lembrar, como já foi salientado neste estudo, que continua em vigor a política americana do *Big Stick*, concebida e implementada pelo Presidente *Theodore Roosevelt* no início do século passado, pela qual os Estados Unidos se reservam o direito de intervir, em qualquer país do continente americano, para proteger os interesses dos seus cidadãos.

TÍTULO XI

O AUGES DA QUESTÃO GEOPOLÍTICA
DA AMAZÔNIA: A CÚPULA DE HAIA

.....

Capítulo 52

A CRIAÇÃO DE UMA ENTIDADE SUPRANACIONAL PARA A GESTÃO AMBIENTAL DA AMAZÔNIA: A PRÁXIS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA REGIÃO PROPOSTA NA CÚPULA DE HAIA

AS ACUSAÇÕES que eram feitas ao Brasil quanto a sua incapacidade ou incompetência para administrar a questão ambiental amazônica e, sobretudo, as ameaças à soberania nacional, repetidas vezes feitas por chefes de estados e líderes ambientalistas, chegaram ao seu clímax por ocasião da realização da *Cúpula de Haia*, convocada por iniciativa do primeiro-ministro da França, Michel Rocard, que se realizou nos dias 10 e 11 de março de 1989. O objetivo declarado da Conferência era discutir questões relativas à proteção da atmosfera. Da conferência participaram representantes de 24 países a saber: Alemanha, Austrália, Brasil, Canadá, Costa do Marfim, Egito, Espanha, França, Suécia, Tunísia, Venezuela, Zimbábue, Hungria, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Jordânia, Quênia, Malta, Noruega, Nova Zelândia, Países-Baixos e Senegal.

Os verdadeiros objetivos da Conferência, pomposamente denominada Cúpula de Haia, surgiram no texto apresentado para ser a *Declaração de Haia*. O texto propunha ostensivamente que fosse criada uma *entidade supranacional* para administrar a questão ambiental amazônica e a adoção de sanções *contra os países que apresentassem "má conduta" em matéria de proteção*

ambiental. Segundo o embaixador *Paulo Tarso Flexa de Lima*, em exposição que fez na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em 12.4.89, “a atuação do Brasil e de outros países, com pontos de vista semelhantes, determinou que no texto original desaparecessem tais elementos”.⁷⁵

Ressalte-se, porém, que, na mesma exposição, o embaixador informa que no dia 3 de abril de 1989, os jornais franceses divulgaram a íntegra da *Declaração de Haia* na qual “*se afirmava que os países signatários estavam dispostos a estabelecer uma autoridade global e a delegar parte de sua soberania*” (grifei). Esse fato teria gerado uma reação oficial do governo brasileiro que o embaixador não informou qual foi.

Apesar de a atuação do ilustre representante do Brasil ter conseguido evitar a aprovação da proposta formulada pelo Presidente François Mitterrand, o texto da *Declaração de Haia*, afinal aprovado, ainda contém o embrião da criação, *no âmbito das Nações Unidas*, de uma entidade supranacional para promover a gestão ambiental, agora, porém, não voltada especificamente para a Amazônia, como chegou a ser proposta, mas envolvendo a gestão ambiental de todo o Trópico Úmido.

Essa posição da França tem sua explicação na própria história de ocupação da Amazônia, que teve sua fase mais aguda em um conflito bélico pelo domínio da área, onde é hoje o Estado do Amapá. A pendência internacional, como foi relatado em capítulos anteriores, estendeu-se por quase três séculos, precisamente, 284 anos; isto é, desde a chegada dos portugueses à Amazônia, em 1616, até ao laudo arbitral emitido pelo presidente da Confederação Helvética, a Suíça, em 1900, que reconheceu o direito do Brasil à área do Amapá.

O texto, afinal, aprovado pela Cúpula de Haia contém o que foi chamado de “Princípios”, mas, em verdade, *um modelo de gestão ambiental mundial*, assim concebido:

- “a) O princípio de desenvolver, no âmbito das Nações Unidas, *uma nova autoridade institucional, pelo fortalecimento das instituições existentes*, ou com a criação de uma *instituição que, no contexto da preservação da atmosfera terrestre, deva ter a res-*

75 V. *Caminhos Diplomáticos*, embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima, Ed. Francisco Alves, 1987, p. 198.

ponsabilidade de combater qualquer aumento no aquecimento global da atmosfera, ter poder de decisão e efetividade, mesmo se, por acaso, não conseguir entendimentos unânimes entre as partes;(grifei)

- “b) O princípio de que esta autoridade institucional se compromete a executar ou contratar os estudos necessários, coletar informações acuradas, garantir a circulação e o intercâmbio de informações tecnológicas e científicas, inclusive facilitar o acesso à tecnologia necessária, desenvolver instrumentos e definir padrões para fortalecer ou garantir a proteção da atmosfera e monitorar a execução para manter a consonância com as diretrizes;
- “c) O princípio de que haja indicadores apropriados para que a implantação efetiva ocorra em conformidade com as decisões da nova autoridade institucional, decisões estas que estarão sujeitas ao controle do Tribunal Justiça Internacional;
- “d) O princípio de que os países – para os quais foram impostas medidas de proteção da atmosfera que venham a se tornar muito onerosas e, considerando, entre outras coisas, o nível do seu desenvolvimento e sua efetiva responsabilidade com a deteriorização da atmosfera – deverão receber assistência equânime e justa para compensá-los por incorrerem em tal ônus. Deverão ser criados mecanismos para este tipo de assistência;
- “e) A negociação de instrumentos legais necessários à criação de uma base, institucional e financeira, efetiva e coerente, para os princípios mencionados acima.”

A Declaração continua afirmando que os países signatários se comprometem a:

- “- promover a implementação de suas iniciativas no âmbito das Nações Unidas devendo estar em perfeita articulação, coordenação e cooperação com os órgãos que funcionam sob os auspícios das Nações Unidas;

- “- convidar todos os países do mundo e as organizações internacionais com competências nesta área para, juntos, tomando por base os estudos do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, realizarem reuniões de planejamento, bem como outros instrumentos necessários à definição de autoridade institucional e à implementação dos outros princípios descritos acima, voltados para a proteção à atmosfera e o combate às mudanças do clima e, mais especificamente, ao aquecimento global.
- “- insistir para que todos os governos do mundo e as organizações internacionais com competência nesta área participem e realizem convenções voltadas para a proteção da natureza e do meio ambiente;
- “- solicitar a todos os governos do mundo, o endosso da presente Declaração.”

É fácil observar que o texto da *Declaração da Cúpula de Haia* não contém nenhum “princípio”, como diz, e sim “*diretrizes de ação*”, começando por preconizar a criação de uma “*nova autoridade institucional*”, com a finalidade de “*combater qualquer aumento no aquecimento global da atmosfera ...*”, o que evidentemente, não poderá ser feito sem violar a soberania dos países nos quais será feito esse *combate*, uma vez que não se afirma que as Nações Unidas vão proporcionar apoio aos países, ou atuar em regime de cooperação, para que esse *combate* seja realizado. E mais, na alínea *c*, fica explícito que as decisões da *Nova Autoridade Institucional* terão um caráter cogente através do *Tribunal de Justiça Internacional*, o que levará à violação da soberania dos países respectivos.

Verifica-se, ainda, que os Estados Unidos, não são signatários da *Declaração de Haia*, o que evidentemente já era uma antecipação da posição que esse país iria adotar diante do problema das mudanças climáticas, no sentido de não concordar em assinar o *Protocolo de Quioto*, como adiante será visto, apesar de ser responsável por 25% da quantidade da emissão de gases que afetam as condições climáticas da Terra. Por outro lado, seria uma ingenuidade admitir que a “*Nova Autoridade Institucional*” venha a fazer qualquer intervenção, por exemplo nos Estados Unidos, para “*combater*” a

ação poluente que esse país vem fazendo para provocar o aumento do aquecimento da atmosfera. Evidentemente nenhum dos países ricos admitiria esse tipo de intervenção, em sua soberania. Logo a intervenção preconizada dirige-se unicamente para os países pobres; em especial, os que estão na zona do Trópico Úmido, como o Brasil.

Essa *espada de Dâmocles* paira ameaçadora sobre a cabeça dos países amazônicos e, com a globalização da questão ambiental, poderá cair a qualquer momento. Reconheça-se, porém, que as medidas preconizadas pela *Cúpula de Haia* têm um efeito reverso, uma vez que, tendo sido acen-tuado que o objetivo último das indicações oferecidas é controlar o grave problema das *mudanças climáticas*, o assunto continuou a ser estudado em conferências posteriores que resultaram no *Protocolo de Quioto*, que os Estados Unidos, sendo o país responsável pela emissão de mais de um quarto dos gases poluentes da atmosfera, vem-se recusando a aprovar.

No Brasil é importante que as autoridades tenham consciência de que essa aprovação ocorrerá, mais cedo ou mais tarde; e aí, então, a grande contribuição do Brasil para o monitoramento do *efeito estufa* será necessariamente, a preservação da *Floresta Amazônica*.

.....

Capítulo 53

A REAÇÃO DOS PAÍSES AMAZÔNICOS DIANTE DAS TENTATIVAS DA CÚPULA DE HAIA QUANTO À INTERNACIONALIZAÇÃO DA REGIÃO: A “DECLARAÇÃO DA AMAZÔNIA” E A “DECLARAÇÃO DE MANAUS”

D

IANTE da tentativa do *Presidente Mitterrand* de promover a criação de uma *entidade supranacional para administrar a questão ambiental amazônica*, o Brasil não ficou inerte. Como já foi visto, logo no mês seguinte, a Comissão de Relação Exteriores da Câmara dos Deputados convocou o embaixador *Paulo Tarso Flexa de Lima*, para fazer uma exposição sobre o assunto e outros aspectos da questão geopolítica amazônica. Essa exposição foi feita em 12 de abril de 1989 e foi quando veio a lume na imprensa brasileira, de forma mais objetiva, a questão da *doutrina da soberania restrita sobre a Amazônia*.

No mês seguinte, o Itamarati promoveu uma reunião dos Presidentes dos países que integram o *Tratado de Cooperação Amazônica (TCA)* que ocorreu em Manaus, no dia *6 de maio de 1989*; portanto, menos de dois meses após a *Cúpula de Haia*. Fizeram-se presentes os países que integram o TCA. A decisão desses países foi emitir a *Declaração da Amazônia*. Pelo texto dessa Declaração, verifica-se que a estratégia diplomática adotada foi evitar que o pronunciamento dos presidentes evidenciasse que se tratava de uma resposta direta ao pronunciamento do senhor *François Mitterrand*.

Dessa forma, ficava excluído qualquer entendimento no sentido de que o assunto fosse abordado *como se houvesse uma pendência em termos diplomáticos quanto à soberania da Amazônia*. Sob essa ótica, a *Declaração da Amazônia* procura evidenciar que os países membros do *Tratado de Cooperação Amazônica* assumem a responsabilidade de resolver os seus problemas ambientais soberanamente, portanto, excluindo a criação de qualquer entidade de caráter supranacional, já que violaria a soberania dos países membros do TCA.

Dentro dessa orientação, a *Declaração da Amazônia* trata a questão ambiental como se fosse um problema exclusivo da responsabilidade dos países membros do TCA. Assim no seu item 2 declara:

“Conscientes da importância de proteger o patrimônio cultural, econômico e ecológico de nossas regiões amazônicas e da necessidade de mobilizar esse potencial em proveito do desenvolvimento econômico e social de nossos povos, reiteramos que o patrimônio amazônico deve ser conservado por meio da utilização racional dos recursos da região, para que as gerações atuais e futuras possam usufruir os benefícios desse legado da natureza.”

Adiante a Declaração torna mais explícita a questão da soberania de cada país na administração dos seus recursos naturais, nos seguintes termos:

“Expressamos o nosso apoio às recém-criadas Comissões Especiais do Meio Ambiente e de Assuntos Indígenas, destinadas a fomentar o desenvolvimento, conservar os recursos naturais, o meio ambiente e as respectivas populações amazônicas, e reiteramos o pleno respeito ao direito que assiste às populações indígenas dos territórios amazônicos de que sejam adotadas todas as medidas conducentes à manutenção e preservação da integridade dos grupos humanos, suas culturas e do seu ‘habitat’ ecológico, no exercício do direito inerente à soberania de cada Estado. Reiteramos, igualmente, nosso apoio a ações que conduzam ao fortalecimento da soberania dos países membros do TCA.”

lecimento da estrutura institucional do Tratado de Cooperação Amazônica, de acordo com o preconizado na Declaração de São Francisco de Quito.” (grifei)

Verifica-se, assim, que, além da sua responsabilidade soberana de definir o tratamento da questão ambiental, os países membros do TCA reconheceram a indispensabilidade da cooperação estrangeira e das organizações internacionais para o monitoramento dos problemas ambientais regionais; e por isso ressaltam, no item 8, os termos em que aceitam essa cooperação internacional e a dos países ricos, de maneira a ficarem evidenciados os *requisitos que a cooperação deve preencher para ser aceita*. E mais, no item 4 reafirma a *Declaração da Amazônia*:

“o direito soberano de cada país de administrar livremente seus recursos naturais, tendo presente a necessidade de promover o desenvolvimento econômico e social de seu povo e a adequada conservação do meio ambiente. No exercício da responsabilidade soberana de definir as melhores formas de aproveitar e conservar essas riquezas, e em complementação aos nossos esforços nacionais e à cooperação entre nossos países, manifestamos nossa disposição de acolher a cooperação de países de outras regiões do mundo e de organizações internacionais que possam contribuir para a implementação dos projetos e programas nacionais e regionais que decidamos adotar livremente e sem imposições externas, de acordo com as prioridades de nossos Governos”.

Finalizam a *Declaração*, ressaltando a necessidade da cooperação entre os países membros em torno de um “empreendimento conjunto, vigoroso e pioneiro, voltado para assegurar um futuro de paz, de cooperação e de prosperidade para as nações da região amazônica. Para tanto, decidimos passar a reunir-nos anualmente”.

Quase três anos depois, nos dias 10 e 11 de fevereiro de 1992, os presidentes dos países amazônicos reuniram-se novamente em Manaus e emitiram a: “*Declaração de Manaus*, relativa à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”.

Trata-se de um pronunciamento sobre aspectos mais objetivos e operacionais dos assuntos que haviam sido objeto da *Declaração da Amazônia* e em conseqüência, nos itens 12 e 13, fazendo uma remissão a essa Declaração, nos seguintes termos:

“12. Reafirmamos, nesse sentido, os princípios e os propósitos da Declaração de Manaus, de 6 de maio de 1989, em que nossos países consignaram seus interesses comuns na região amazônica, em particular sobre o futuro da cooperação para o desenvolvimento e a conservação desse patrimônio.

“13. Reafirmamos, também, que esse empenho não será suficiente sem a cooperação internacional em apoio aos esforços realizados por nossos estados no desempenho de suas responsabilidades e no exercício de sua soberania.”

No seu objetivo mais amplo, a *II Declaração de Manaus* levou os países amazônicos a chegarem na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que se realizaria quatro meses depois no Rio de Janeiro, com posicionamentos idênticos quanto às questões que envolvessem direta ou indiretamente, a problemática ambiental amazônica.

QUINTA PARTE

A QUESTÃO GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA NA TRANSIÇÃO DO SEGUNDO PARA O TERCEIRO MILÊNIO

TÍTULO XII

NA DÉCADA DE NOVENTA E NA TRANSIÇÃO
PARA O TERCEIRO MILÊNIO, A QUESTÃO
AMBIENTAL DA EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS
FLORESTAIS, MINERÁRIOS E DA BIODIVERSIDADE
ASSUME NOVOS CONTEÚDOS GEOPOLÍTIVOS

.....

Capítulo 54

A DEVASTAÇÃO FLORESTAL DA AMAZÔNIA CONTINUA ACCELERADA NA DÉCADA DE NOVENTA E NO TERCEIRO MILÊNIO

JÁ FOI VISTO que as questões geopolíticas levantadas nas décadas de setenta e oitenta, sobre a devastação ambiental da Amazônia, orientavam-se basicamente para a questão do *desflorestamento da Região*. Apesar dos esforços do governo brasileiro para controlar e coibir essa devastação, seja através do *Programa Nossa Natureza*, seja através de uma legislação ambiental mais ríspida, não se pode afirmar que houve sucesso, no sentido de reprimir ou reduzir a devastação florestal.

Essa devastação vem sendo provocada principalmente através de dois tipos de atividades: a primeira, pela realização de *queimadas* com a finalidade de implantar atividades agropecuárias; a segunda, através da *exploração madeireira*. Essas duas formas de atuação, como adiante será visto, guardam entre si, ocasionalmente, uma relação de complementariedade.

54.1. O desflorestamento pelas queimadas para a exploração agropecuária

As frentes pioneiras de penetração do Centro-Oeste e do Nordeste no sentido da Amazônia, seja através de pequenos produtores expulsos de suas regiões de origem por falta de assentamento agrário, seja pelos empresários, principalmente do sul do país, apoiados por incentivos fiscais

concedidos pelo governo federal, continuaram a atuar nos anos noventa, com intensidade idêntica à que provocou a devastação florestal, principalmente nas décadas de setenta e oitenta.

O governo montou um sistema de monitoramento da devastação florestal amazônica através de satélites e criou, para isso, o *PRODES – Projeto de Estimativa do Desflorestamento da Amazônia*, através do *Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE*. O relatório emitido pelo *INPE*, através da Internet, relativo aos anos 2000-2001, intitulado *Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite*, afirma expressamente “*que o governo está adequadamente preparado, em termos técnico-científicos, para fiscalizar essa vasta paisagem brasileira*”; e, mais, assegura que o *PRODES* “*permite ao país dialogar com a comunidade internacional com base em estimativas confiáveis e de metodologia comprovada, nas reuniões que tratam de mudanças globais*”.

O relatório mencionado apresenta um quadro demonstrativo da devastação florestal, não só na década de noventa, mas ao longo de todo o período em que vem se intensificando a ação antrópica na Amazônia. Vai a seguir, a demonstração do desflorestamento bruto havido na Região até o mês de agosto de 2000.

*Extensão do Desflorestamento Bruto (km²)
de abril de 1988 a agosto de 2000.*

Estados da Amazônia	Jan78	Abr88	Ago88	Ago90	Ago91	Ago92	Ago94	Ago95	Ago96	Ago97	Ago98	Ago99	Ago00
ACRE	2500	8900	9800	10300	10700	11100	12064	13306	13742	14203	14714	15136	13767
AMAPA	200	800	1000	1300	1700	1736	1736	1782	1782	1846	1962	1963	1963
AMAZONAS	1700	19700	21700	22200	23200	23999	24739	16629	27434	28100	26666	29616	30322
MARANHÃO	63900	90800	92300	93400	94100	95255	95979	97760	99338	99789	100590	102326	104256
MATO GROSSO	20000	71900	79600	83600	86500	91174	103614	112150	119141	125823	131808	137610	140930
PARÁ	58400	131500	139500	144200	148000	151767	160355	169007	176138	181225	188372	194619	200118
RONDÔNIA	4200	30000	31800	33900	34600	36803	42055	46132	48340	50529	53275	53278	56143
RORAIMA	700	2700	3600	3800	4200	4681	4981	5124	5361	5563	5701	6112	6386
TOCANTINS	3200	21600	22300	22900	23400	23809	24475	25142	25483	25763	26404	26613	268412
AMAZÔNIA BRASILEIRA	152200	377500	401400	415200	426400	440166	469978	497035	517060	532000	551782	569269	587227

Como se pode ver, até o ano de 1978, o desflorestamento havia atingido na Amazônia o total de 152.200 km^2 . Esse período é conhecido como “o desflorestamento antigo”. Em agosto do ano 2000, esse total elevou-se para 587.727 km^2 , dos quais 435.527 km^2 , no período 1978 a 2000; isso demonstra que a média anual da devastação, ao longo desse período de 22 anos, atingiu 19.796 km^2 . Considerando-se, porém, apenas, o *decênio de agosto de 1991 a agosto de 2000*, a média anual do desflorestamento foi de 17.232 km^2 , portanto, pouco inferior ao total do período considerado que envolve também a década de oitenta. Além disso, levando-se em conta que a área total devastada, até o ano 2000, foi de 587.727 km^2 e que a área florestal da Amazônia brasileira é de cerca de *4 milhões de km^2* , tem-se que até o ano 2000 já haviam sido desflorestados aproximadamente 14,7% da floresta amazônica.

Nos três primeiros anos do novo milênio, entretanto, esse quadro agravou-se extraordinariamente. Assim é que, no período de *2000 para 2001*, o INPE através do *PRODES*, informa que foram devastados 18.165 km^2 de florestas; no período de *2001/2002*, a devastação atingiu a 23.266 km^2 ; e no período de *2002/2003*, chegou a 23.750 km^2 . Somados esses anos ao que havia sido devastado até o ano 2000, a área total da Região que já foi desflorestada chega a 652.908 km^2 .

Ora, até o ano de 1988, em que a área total devastada era de 551.782 km^2 , o mundo ficava espantado com a comparação de que o total da área desflorestada era *maior do que a área da França* que tem 543.965 km^2 . Hoje, a área que excede à dimensão do território francês é de 108.943 km^2 . Além disso, o noticiário da imprensa no meado do ano de 2004 vem assustando mais ainda, com a informação de que no período de 2003 a 2004, a devastação da Região teria atingido cerca de 25.000 km^2 exatamente quando a administração pública da questão ambiental está a cargo da *Ministra Marina Silva*, amazônica, conhecida como ambientalista que sempre lutou contra esta devastação ambiental. (<http://www.obt.inpe.br/prodes/prodesanalogico.htm>)

Aparentemente, a partir do meado de 2004, em função dos dados fornecidos pelo SIPAM, o *Ministério do Meio Ambiente* firmou convênio com o *Ministério da Defesa* objetivando maximizar a repressão aos crimes ambientais que vêm sendo praticados pela devastação florestal

da Região. É a primeira vez que se tem notícia de uma medida concreta que talvez venha a conter o avanço crescente do desmatamento da Região. Certamente, essas novas medidas, articuladas com o SIPAM, deverão permitir o desenvolvimento de modelos e estratégias de ação, capazes de incentivar a exploração florestal da Região, em condições ambientais idôneas e compatíveis com a preservação florestal. Pelo menos esta é a esperança de todos.

Os relatórios do *PRODES* são, portanto, um subsídio arrasador quanto ao problema das queimadas amazônicas, acentuando que, especificamente no ano de 1995, a área atingida foi de 29.059 km², demonstrando, assim, a incapacidade do governo de conter o desflorestamento. Alguns estudos que foram feitos sobre o *futuro da Amazônia como uma área de capoeira, pelo Museu Emilio Goeldi*, na região da Zona Bragantina,⁷⁶ ressaltam que aí “*sobreviverão as espécies que têm resistência ao fogo e ao corte, conseguindo brotar de tocos e ratzes, bem como as que se espalham em maior número e possuem sementes leves o suficiente para serem levadas por animais*”. O estudo demonstra que apenas 35% das espécies de árvores originalmente encontradas na floresta nativa, voltam a colonizar as capoeiras. Conclui-se, então, que *65% das espécies nativas* não conseguem regenerar-se no período de 40 anos.

Outro aspecto importante da devastação florestal que deve ser considerado é uma colocação hipotética, levantada pelo *IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia*, em estudo que fez, com o patrocínio do *Banco Mundial*, divulgado em 1999, através de um livro intitulado ⁷⁷ *Floresta em Chamas*. Segundo essa pesquisa, as imagens de satélites não conseguem detectar os desmatamentos feitos pelos pequenos produtores rurais que só têm capacidade para desmatar, anualmente, entre 1 a 3 hectares. Como são cerca de *8 milhões de produtores* rurais, a área desmatada por esses produtores não vem sendo detectada pelo *PRODES*, que somente coleta imagens superiores a seis hectares. Assim, a área detectada pelo *PRODES* deve ser acrescida de 11.000 a 15.000 km².

76 Jornal *O Liberal* de 23.11.97, pág. 11.

77 Jornal *O Liberal* de 12 de abril de 1999.

No início do terceiro milênio, um novo tipo de preocupação surgiu com a questão das queimadas. Um estudo feito pelo *Instituto socioambiental*, divulgado a 17 de abril do ano 2000, oferece o que chamou de *Cenários Futuros para a Amazônia*, em decorrência do Programa *Avança Brasil* que, entre outros, tem por objetivo *pavimentar as grandes estradas de integração nacional*, bem como a construção de portos, hidrovias, ferrovias e usinas hidrelétricas na Amazônia. Esses empreendimentos têm o potencial de gerar grandes impactos ambientais e socioeconômicos negativos sobre a Região. O relatório estima que “*em apenas uma faixa de 50 km ao longo de quatro trechos de estradas a serem pavimentadas através do Avança Brasil, uma área de 80 mil a 180 mil km² poderá ser desmatada nos próximos 25 a 35 anos*”. Esse desmatamento desenvolve *3 ciclos viciosos de empobrecimento ambiental na Região*:

- o *primeiro ciclo* deverá estimular a *implantação da pecuária extensiva* e da *agricultura precedida de queimadas*, contribuindo para o aumento dos incêndios acidentais;
- no *segundo ciclo*, a *exploração madeireira não-sustentável* e o *efeito da seca severa* tendem a aumentar as florestais atingidas pelo fogo;
- no *terceiro ciclo vicioso*, a *expansão do desmatamento*, potencializada pelos dois ciclos descritos anteriormente, inibe a ocorrência de chuvas, *favorecendo o aumento dos incêndios acidentais*.

O relatório citado *Floresta em Chamas* ressalta, ainda, que a pavimentação das estradas poderá afetar acentuadamente as terras indígenas, os parques nacionais e todas as áreas de grande importância para a conservação da biodiversidade.

O *Instituto socioambiental – ISA* reconhece, porém, que a pavimentação, apenas, das estradas já abertas poderá atenuar sensivelmente esse cenário perverso; se assim não for, o governo poderá estar *perpetuando o modelo de desenvolvimento predatório da Amazônia*, pois, segundo foi constatado, “*3/4 dos desmatamentos entre 1978 e 1994 ocorreram dentro de uma faixa de 100 km de largura ao longo das rodovias (50 km cada lado) pavimentadas na região*”.

54.2. *O desflorestamento pela exploração madeireira de caráter predatório*

O citado relatório do *Instituto Socioambiental* acentua que “aproximadamente 90% das atividades madeireiras na Amazônia são ilegais e o aumento da rede rodoviária favorecerá a prática desautorizada e descontrolada dessa atividade”. E continua: “A madeireira cria um grande número de clareiras na floresta, abrindo o dossel para a penetração da luz e aumentando a quantidade de material combustível depositado no chão da floresta”. Isso, evidentemente, aumenta a suscetibilidade da floresta ao fogo e, portanto, aumenta o risco de incêndios florestais nas épocas de seca severa na Região.

Em maio de 1999, o *Greenpeace* apresentou um relatório sobre a exploração madeireira, demonstrando o grande impacto geopolítico sobre a Amazônia que essa atividade produtiva vem provocando. Intitulado *Face a face com a destruição*, o relatório do *Greenpeace*⁷⁸ volta-se, sobretudo, para uma descrição mais objetiva sobre a ação das Companhias Multinacionais Madeireiras – CMMs, na Amazônia brasileira. Logo de início ressalta que “80% da madeira extraída na Amazônia é de origem ilegal” (*sic*). O estudo relata detalhes sobre as atividades exercidas na Amazônia por dezessete *Companhias Multinacionais Madeireiras – CMMs*. Em suma, faz as denúncias a seguir relatadas.

- *Com o esgotamento crescente da cobertura florestal do Sudeste Asiático e da África Central, a Amazônia passou a ser encarada pelas CMMs como a principal fonte de madeira tropical das próximas décadas.*
- *A participação da madeira amazônica no total da produção brasileira pulou de 14% para 85% em apenas duas décadas.*
- *Dos 36 pontos críticos de desmatamento na Amazônia, 72% estão relacionados à indústria madeireira.*
- *O corte de árvores danificou 1,5 milhão de ha (*sic*) em 1997 e é o principal fator de destruição da cobertura florestal nativa da Amazônia.*

78 “Face a Face com a Destruição”. *Relatório Greenpeace* sobre as companhias multinacionais madeireiras na Amazônia brasileira. Edição do Greenpeace. Pág. 1.

- *80% da madeira explorada na Amazônia têm origem ilegal. Na maior parte dos casos, os Planos de Manejo Florestal não são seguidos, mas usados meramente para satisfazer requerimentos legais.*
- *A atividade madeireira apresenta índices de desperdício incriveis. 2/3 de todas as árvores exploradas na Amazônia viram sobras ou serragem.*
- *Um reduzido número de empresas originárias da Europa, Estados Unidos e Ásia, respondem por mais de 12% da capacidade de processamento da região e por quase metade do seu (potencial) valor de exportação.*
- *Oito CMMS localizadas no Pará e Amazonas controlam áreas florestais que equivalem ao tamanho de Belize.*
- *A Amaplac, do grupo malaio WTK, apresentou um plano de manejo florestal para explorar 369 mil m³ de toras por ano, o equivalente a mais da metade da produção total do Estado do Amazonas em 1997. Até o momento, o IBAMA não autorizou a empresa a iniciar a exploração.*
- *Apenas uma companhia que opera na região, a Mil Madeiras, é totalmente certificada pelo Conselho de Manejo Florestal (Forest Stewardship Council – FSC). Uma segunda companhia, a Gethal Amazonas S. A., tem cadeia de custódia com certificação do FSC usando matéria-prima da Mil. A Gethal planeja certificar parte de sua produção própria ainda em 1999.*
- *Das 17 CMMs pesquisadas, 13 indicaram não ter qualquer interesse em obter a certificação do FSC.*

De um modo geral, o relatório acentua que essas madeiras usam tecnologias ultrapassadas e que apenas $\frac{1}{3}$ (um terço) da madeira retirada da floresta é transformada em produtos finais, com grave desperdício para a economia regional, pois os $\frac{2}{3}$ (dois terços) que são desperdiçados poderiam ser perfeitamente aproveitados se fosse exigida, com eficácia, a sustentabilidade da exploração madeireira na Região. O desprezo da ex-

ploração madeireira pelos *planos de manejo* é assim descrito no *Relatório do Greenpeace*:⁷⁹

*“O DESRESPEITO DA INDÚSTRIA MADEIREIRA
AOS PLANOS DE MANEJO*

- *Em 1996, investigações do governo do Pará (financiadas pela associação de indústrias, AIMEX) revelaram que a maioria dos planos de gerenciamento florestal aprovados não era obedecida (CPATU-EMBRAPA – 1996).*
- *estudo, conduzido por uma equipe multidisciplinar que incluía engenheiros florestais, economistas e antropólogos, descobriu que nenhum dos projetos aprovados fez o inventário da exploração prevista; apenas 37% obedeceram ao requisito do corte de cipós anterior ao corte de árvores em direção predeterminada; 100% deixaram de seguir os procedimentos de anelamento de tronco e apenas 44% seguiram os requerimentos legais de monitoramento.*
- *A ONG Amigos da Terra e o IMAZON reportaram ainda um baixo número de multas por crimes. Estima-se que, em 1996, apenas 13% do valor das multas aplicadas na região amazônica foram coletados (FOEI, 1996; Greenpeace/Barreto, 1998).”*

Com a chegada das multinacionais, a atividade madeireira alcançou proporções muitas vezes maiores, pois, adquirindo empresas de pequeno porte, passaram a ser proprietárias de 2.380.616 hectares de áreas florestais. Suas exportações elevaram-se a cerca de 150 milhões de dólares de madeiras em toras. Em suas conclusões, sugere o *Greenpeace*,⁸⁰ para deter a devastação florestal, as seguintes medidas:

“Para deter a destruição da Amazônia, o Greenpeace demanda que:

79 *Greenpeace, ob. cit.*, pág. 8.

80 *Greenpeace, ob. cit.*, pág. 12.

- *Não se permitam novas concessões para a extração de madeira nos remanescentes de florestas primárias da Amazônia, antes que um inventário biológico e um plano de conservação para toda a região sejam completados e que as zonas de uso e não-uso sejam demarcadas.*
- *Para as empresas que já estão presentes, mas ainda não exercem atividade de extração em áreas de florestas primárias, seja estabelecida uma moratória até que inventários biológicos, planos de conservação e zoneamento estejam prontos.*
- *Para as empresas já em atividade de extração em áreas de fragmentos de florestas primárias, exija-se a certificação do FSC atestando que o ecossistema foi mantido íntegro ou que não foi significativamente alterado.*
- *Os consumidores de madeira amazônica comprem apenas produtos de origem conhecida e que tenham sido independentemente certificados pelo FSC.*
- *O governo brasileiro aja firme e urgentemente para interromper a extração ilegal e predatória da madeira e promova práticas sustentáveis de exploração.*
- *Devido à inexistência de dados confiáveis, que o governo brasileiro realize com urgência um inventário detalhado, por Estado, do setor na Amazônia. Este levantamento deve conter os dados de todas as empresas, incluindo tamanho, capacidade produtiva, equipamentos, áreas de operação, áreas sob planos de manejo, proprietários e número de empregados”.*

Nos últimos anos, a ação do governo, no sentido de que a exploração madeireira tenha sustentabilidade, revela-se mais eficaz. Milhões de toras de madeiras são apreendidas, porque não dispõem de licenciamento do IBAMA, o que significa dizer que foram extraídas sem o indispensável *manejo florestal*. A ação conjugada entre *IBAMA* e *Polícia Federal* tem permitido apreensões de madeiras em tora em quantidade capaz de dissuadir a prática criminosa. Já se busca a criação do *sistema amazônico de certificação florestal*, provavelmente pela criação na Região de uma subsidiária do *Conselho Mundial de Certificação Florestal (FSC – Forest Stewardship Council)*,

umentando, assim, a capacidade das agências de controle e fiscalização para não permitir a comercialização de madeiras sem o FSC.

Os estudos feitos no sentido de conseguir maximizar o controle da exploração florestal permitem, hoje, admitir a existência de um cenário mais otimista quanto à possibilidade de que as autoridades brasileiras, apoiadas pelo *sistema SIPAM/SIVAM* e pela *Polícia Federal*, tenham condições de maximizar a sustentabilidade da exploração madeireira regional. Essa sustentabilidade, entretanto, depende de medidas de incentivo e apoio do poder público em favor do empresário madeireiro para que aceite a adoção de procedimentos compatíveis com a política ambiental. Nessas medidas deve necessariamente ser incluído um insistente e consistente trabalho de *conscientização*, até porque o grupo de madeireiros está, evidentemente, permeado daqueles que não têm nenhuma mentalidade empresarial; são especuladores extrativistas que preferem atuar à margem da lei na busca do lucro fácil e imediato. Esse tipo de atuação permitirá a separação do joio do trigo, de forma que as madeiras especuladoras sejam afastadas da produção e do mercado.

No meado de 2004, o Governo Federal anunciou a sua intenção de encaminhar ao Congresso Nacional um Projeto de Lei que dispõe sobre a *gestão de florestas públicas* e que cria o *Serviço Florestal Brasileiro – SFB*. Trata-se de uma versão aparentemente mais avançada do *Projeto de Lei nº 7.492 de 2002*, do Governo Fernando Henrique Cardoso. O Ministério do Meio Ambiente abriu a discussão do assunto para várias entidades ambientais e outros Ministérios; e com esse objetivo teve o apoio do *IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia*. O projeto vem sendo apresentado como um passo mais profundo na exploração das florestas públicas e que, segundo declarações de seus autores, procuram escoimar do seu conteúdo quaisquer ameaças à soberania nacional.

As características essenciais do novo projeto de lei mantêm a abertura da exploração madeireira para as empresas estrangeiras; não se restringe, apenas, a exploração madeireira; exige que a exploração florestal seja feita utilizando tecnologias que resguardem a sustentabilidade do manejo florestal e garante uma economia bastante avançada quanto a seus resultados financeiros. Os ambientalistas que são adversários desse projeto de lei vêm acusando-o duramente, no sentido de que ele não resguarda adequadamente a soberania nacional.

Por enquanto, não se pode afirmar numa análise serena, que a soberania nacional venha a ser violada pela implantação do projeto, uma vez que não se tem conhecimento exato de seu conteúdo. As autoridades governamentais, entretanto, garantem que o mesmo não provoca nenhum impacto geopolítico adverso sobre os interesses nacionais. Além disso, é importante reconhecer que o Governo se propõe a discuti-lo amplamente com todos os setores e organizações que atuam na questão ambiental, o que leva admitir-se que, quando se transformar em lei, o projeto tenha condições de viabilidade para resguardar os interesses nacionais.

.....

Capítulo 55

A GEOPOLÍTICA DE EXPLORAÇÃO MINERAL NA AMAZÔNIA NO FINAL DO MILÊNIO

A 55.1. *As oscilações na definição constitucional da política minerária*

POLÍTICA mineral brasileira evoluiu, na segunda metade do século passado, ao sabor da abertura da exploração das jazidas por empresas de capital estrangeiro, que foi a conotação dominante sobre o assunto no Congresso Nacional, sobretudo nas Constituições Federais de 1946 e 1969. As normas constitucionais estabeleciam que a exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais seriam concedidos, exclusivamente, a *brasileiros* ou a *sociedades organizadas no País*. Não havia, portanto, qualquer restrição às explorações de minerais feitas por estrangeiros, uma vez que estes, simplesmente, poderiam constituir uma *sociedade no Brasil*, na forma da *legislação brasileira*, para terem acesso à exploração dos recursos minerais do País.

Nesse período, essa política teve forte repercussão na Amazônia, pois, grandes grupos de empresas multinacionais da área minerária constituíram empresas para fazer pesquisas na Região, do que resultou na descoberta da maior *jazida de ferro* do Planeta, em Carajás, no Estado do Pará; da *bauxita*, nas margens dos rios Jari e Trombetas e na região do município de Paragominas; das jazidas de *caulim*, às margens do rio Capim e do rio Jari; outras descobertas de minérios foram realizadas, como o *ouro*, o

cobre, o *manganês*, a *cassiterita* e o *níquel*, quase todos no Estado do Pará; a *cassiterita*, principalmente, no Amazonas.

Com o advento da Constituição de 1988, o *nacionalismo* tornou-se majoritário na Constituinte e a abertura ao capital estrangeiro na atividade minerária foi bloqueada. A nova Constituição estabeleceu a distinção entre *empresa brasileira* e *empresa de capital nacional*. *Empresa brasileira* passou a ser aquela constituída sob as leis brasileiras e que deveria ter sede e administração no País (art. 171,I); e a empresa brasileira de capital nacional era aquela cujo controle efetivo, estivesse, em caráter permanente, sob a titularidade direta ou indireta, de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou de entidades de direito público interno (art. 171. II).

Tornou-se, assim, inviável a entrada de capitais estrangeiros para explorar os recursos minerais do País e isso repercutiu, diretamente, na Amazônia que já havia comprovado o seu imenso potencial minerário. As empresas de pesquisas minerais, subsidiárias de empresas estrangeiras, afastaram-se da Região; nos termos da nova política minerária, adveio naturalmente a expectativa de que as *empresas nacionais* viessem a atuar em grande escala na Região. Isso não aconteceu. A *CVRD-Companhia Vale do Rio Doce*, porém, sendo, na época, uma empresa estatal, continuou a fazer pesquisas minerárias e ampliou extraordinariamente seu estoque de jazidas, compreendendo o *ferro*, o *ouro*, o *níquel*, o *cobre*, a *bauxita*, o *manganês* e outros minérios, o que possibilitou reconhecimento de que a região da Serra dos Carajás era a *maior província mineral do Planeta*.

O argumento que serviu de suporte para a posição nacionalista dos constituintes de 1988 era assaz importante: os minérios são *recursos naturais* não renováveis e a sua exploração por empresas estrangeiras, analisada sob a ótica dos custos e benefícios, revelava à conclusão de que os *custos* para o País eram muito maiores do que os *benefícios*; o emprego de mão-de-obra era relativamente pequeno, o valor dos impostos, insignificante, pois, as empresas exploradoras sempre exigiam baixas alíquotas tributárias, sob alegação de que precisavam ter capacidade competitiva para vender sua produção no mercado internacional.

As pressões internacionais para que o País voltasse a adotar o regime estabelecido nas constituições de 1946 e 1969 tornaram-se muito fortes, ao embalo do *neoliberalismo* e da avalanche da *globalização* da economia na década de noventa. Exigia-se uma abertura normativa, sem restrições, ao capital estrangeiro. O governo submeteu, então, à apreciação do Congresso Nacional, a emenda constitucional nº 6, de 1995, que foi integralmente aprovada. Essa Emenda Constitucional revogou simplesmente o artigo 171 da Carta Magna e deu nova redação ao parágrafo 1º do art. 176, estabelecendo que a pesquisa e a lavra dos recursos minerais seriam feitas por brasileiros ou “*por empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede e administração no País*”. Voltava-se, dessa forma, ao regime jurídico-minerário adotado nas Constituições de 1946 e 1969, portanto, com total abertura ao capital estrangeiro. O artigo 171, revogado pela Emenda Constitucional, era o que dispunha sobre a orientação nacionalista da política minerária do País.

55.2. O impacto mercadológico da nova política de exploração minerária

A expectativa era, portanto, que as empresas estrangeiras voltassem a constituir no País subsidiárias com o objetivo de fazer a pesquisa e a lavra dos recursos minerários. Tal expectativa não se realizou. Ao contrário, as empresas minerais multinacionais continuaram desinteressadas da exploração minerária no País. Por quê? Que fato novo provocou essa mudança de atitude? As respostas identificadas são de conteúdo mercadológico.

Pouco a pouco, nos últimos anos do segundo milênio, os produtos minerais passaram a serem tratados, no mercado internacional, como “*commodities*”, sujeitos, portanto, às oscilações dos preços, fixados do lado da demanda do produto e que se exprimem através de cotações mercadológicas. Alguns estudiosos da questão minerária na Amazônia, como *Breno Augusto dos Santos*, *Alberto Rogério Benedito da Silva*, *Xafi da Silva Jorge João*, têm produzido análises mais profundas, mostrando essa assimetria no eixo produto/mercado de minérios, o que, evidentemente, se torna um forte problema geopolítico para a Região. Nas três últimas décadas, a Região passou a ser reconhecida como detentora de um forte potencial de produtos minerais que jazem inexplorados. Em livros, entrevistas, palestras e na imprensa, os cientistas têm chamado a atenção para a indispensabili-

dade de as autoridades brasileiras procurarem incentivar a *verticalização da atividade minerária*, promovendo a sua industrialização, de forma a saírem da condição mercadológica de “*commodities*”, e assim, maximizarem a internalização de seus benefícios.

O caso do *ouro* é emblemático na questão, pois, as empresas estrangeiras voltaram-se para sua exploração na bacia do rio Tapajós, buscando, não mais a sua exploração aluvional, mas sim o *ouro de rochas*. Licitadas pela CPRM as áreas de exploração, várias empresas estrangeiras manifestaram o seu interesse na exploração do grande potencial aurífero naquela bacia hidrográfica. Eis que, entretanto, quando tudo parecia equacionado, veio a queda da cotação do ouro no mercado internacional, provocada pela entrada no mercado dos estoques de ouro que a Inglaterra possuía, medida seguida logo depois pela Rússia. Os baixos níveis de preços, tornaram a exploração aurífera na Amazônia financeiramente inviável.

Isso não significa afirmar que a mineração na Amazônia tenha perdido o seu conteúdo geopolítico; ele permanece, na medida em que as empresas estrangeiras continuam a deter na Região grandes áreas licenciadas para pesquisa minerária; e algumas detêm jazidas já cubadas, sem promover a lavra respectiva; no linguajar do setor, “*estão sentadas na mina*”; não a exploram e nem deixam ninguém explorar; para isso contam com a complacência das autoridades responsáveis pelo setor que vão sempre concordando com a prorrogação dos prazos para a exploração das jazidas. Em verdade, essas empresas estão, apenas, aguardando melhores condições mercadológicas para fazer a lavra de suas jazidas ou estocando jazidas para futuramente explorarem.

55.3. A relação custos e benefícios da exploração minerária na Amazônia

Do ponto de vista dos interesses nacionais, é importante ressaltar que a exploração de minérios é destinada à exportação; em conseqüência, pouco deixam em favor do desenvolvimento econômico e social da Região; preliminarmente, porque se trata de um *recurso natural não-renovável*; logo a sua exploração só será compensatória se deixar algum benefício social adequado para a população. Isso não ocorre, pois a exportação de minérios no Brasil é isenta do ICMS – *Imposto sobre o Comércio de Mercadorias e Serviços*.

O *royalty*, previsto no parágrafo 1º do artigo 20 da Constituição Federal, a título de “*compensação financeira*” pela exploração mineral, é de valor irrisório, pois foi fixado, quando a exportação desses produtos sofria a incidência do ICMS, e, assim, para não aumentar os encargos tributários da empresa mineradora, o valor dos *royalties* foi fixado em base extremamente reduzida, segundo uma “*alquimia tributária*, pela qual a base de cálculo é reduzida, às vezes até à metade do valor real, permanecendo constante a percentagem da alíquota. Hoje esses produtos estão isentos, por lei complementar, do ICMS e continuam a pagar o mesmo valor reduzido pelo *royalty*, cujo valor varia de 2% (dois por cento) a 3% (três por cento)

Apesar desse quadro desestimulante, dependente das oscilações de mercado, a exploração minerária na Amazônia continua a ser um problema que tem um forte componente geopolítico. É preciso não esquecer que o Estado do Pará “*é considerado como uma anomalia geológica de escala planetária pelas importantes jazidas que possui*”, como bem demonstra o geólogo Alberto Rogério Benedito da Silva.⁸¹ Em seu estudo, o ilustre estudioso da matéria apresenta a relação das empresas que faziam exploração minerária no Estado do Pará, no *meado dos anos noventa*, indicando a origem do capital respectivo, como indicado na tabela a seguir.

Empresas de Mineração com Negócios no Estado do Pará

Nome	Área	Capital
• Barrick Gold	• Tapajós/Castelo Sonhos	• canadense
• RTZ-CRA	• Tapajós/Volta Grande	• britânico
• STVX Gold	• Xingu/Iriri	• canadense
• WMC	• Tapajós	• australiana
• Pegasus	• Tapajós	• americano
• Placer Dome	• Tapajós/Gradaús	• canadense

81 V. “A Mineração na Amazônia”, de Alberto Rogério Benedito da Silva, pág. 6, publicação avulsa.

• Homestake	• Tapajós	• americano
• Minero Peru	• Tapajós	• canadense
• Newmont	• Tapajós	• americano
• Austral Inc.	• Tapajós	• americano
• Rio Algom	• Tapajós	• canadense
• Jordex	• Tapajós	• canadense
• Phelps Dodge	• Tapajós	• canadense
• William Resource	• Tapajós	• canadense
• Enterpa	• Tapajós	• canadense
• Golden Star	• Tapajós	• brasileiro
• Anaconda	• Tapajós/Andorinhas	• canadense
• CVRD/Docego	• Iriri (Ig. Madalena)	• canadense
• Canyon Resources	• Serra Leste	• brasileiro
• Tombstone	• Gradaús/Andorinhas	• canadense
• Sta Fé Pac. Gold	• Trombetas	• canadense
• Anglo American	• Gurupi	• canadense
• Echo Bay/Santa Elina	• Cumaru	• sul-africana
• Madison do Brasil	• Inajá	• canad/brasileira
• Ambrex	• Tucumã	• canadense
• Battle Mountain	• Xingu	• canadense
• RJK	• Gurupi	• canadense
• Geopexlore	• Tapajós	• brasileira
• Geotapajós	• Tapajós	• brasileira

Verifica-se, portanto, que, do total de 29 (vinte e nove) empresas que atuavam na atividade minerária, praticada no Estado do Pará, apenas 5 (cinco) eram brasileiras. Esse quadro mostra, de um lado, o grande interesse estrangeiro pela exploração mineral na Amazônia; de outro, a baixíssima capacidade das empresas brasileiras de participarem dessa exploração, o que realça o alto componente geopolítico dessa atividade.

.....

Capítulo 56

A QUESTÃO DA BIODIVERSIDADE AMAZÔNICA NO ALVORECER DO TERCEIRO MILÊNIO TORNA MAIS NÍTIDA A SUA FACE GEOPOLÍTICA

O

INTERESSE dos países ricos pela biodiversidade amazônica tornou-se mais ostensivo nos anos noventa, seja de forma direta e formal, mediante acordos de *cooperação científica*, seja através da prática mais intensiva de *biopirataria*. De outro lado, a atuação das entidades científicas amazônicas tornou-se mais objetiva e eficaz no estudo da biodiversidade regional; aperfeiçoaram sua organização e ampliaram a cooperação com entidades nacionais e estrangeiras de ciência e biotecnologia.

Um dos aspectos que evidenciam o aumento do interesse dos países ricos sobre a biodiversidade amazônica foi a persistência do noticiário da imprensa sobre o assunto, ora acentuando a sua dimensão ciclópica e o seu reduzido conhecimento sobre esse imenso banco genético, ou a expectativa de que essa riqueza biogenética guarda segredos, não só para a cura de doenças graves, como para o aumento da longevidade humana. Um exemplo disso foi o amplo noticiário, no sentido de que a biodiversidade brasileira tem um valor fantástico, estimado pelo IBAMA, em aproximada-

mente 2 trilhões de dólares.⁸² A expectativa do IBAMA, comentava a notícia, era que até o ano 2002 estivessem concluídos os cálculos sobre o valor da biodiversidade do País que corresponde a cerca de 20% da existente em todo o Planeta.

Os países ricos, entretanto, sempre insistiam na premissa geopolítica de que, para poderem dispor dos segredos dessa vasta biodiversidade, precisariam ter *ampla e ilimitada liberdade de intervir na pesquisa e exploração desses recursos genéticos*; para justificar esse raciocínio alegam, de forma singela, que a Amazônia é um *patrimônio da humanidade* e, por isso mesmo, seus fantásticos recursos naturais devem ser colocados à disposição de todos os seres humanos. Trata-se evidentemente de um discurso de conteúdo geopolítico, contra a soberania nacional, que se baseia em uma premissa sem qualquer conteúdo de veracidade, pois o Brasil nunca ofereceu qualquer obstáculo à cooperação científica com entidades de países estrangeiros e sempre abrigou em suas agências de ciência e tecnologia regional – *Museu Paraense Emílio Goeldi*, *EMBRAPA*, *INPA* e outras – cientistas estrangeiros que buscam a Região para fazer estudos e pesquisas, principalmente, sobre a biodiversidade.

56.1. A biopirataria

O aspecto mais grosseiro desse viés atitudinal foi o aumento da *biopirataria* na última década do milênio passado. No *I Congresso Norte de Medicina Natural e Terapias Holísticas*, realizado em Belém (PA), do dia 24 a 26 de maio do ano 2000, houve a denúncia da prática de biopirataria de ervas medicinais, como a marapuama, a andiroba, o jambu e outras plantas, para centros científicos de outros países, feita de maneira ostensiva e intensiva e sem qualquer reação das autoridades brasileiras.⁸³

A repressão à *biopirataria* tem detectado atos de contrabando e apreendido recursos biogenéticos em quantidades fantásticas. São apreendidos

82 Jornal o *Diário do Pará*, de 11 de julho de 2000, caderno “Hoje”, pág. 3.

83 Jornal *Diário do Pará*, de 21 de maio de 2000.

insetos (besouros, borboletas) e plantas adquiridas na Amazônia a preço vil, explorando crianças, desempregados, aposentados; esses bens são vendidos na Europa por US\$ 1.000,00 e até US\$ 20.000,00 dólares, conforme a espécie. São contrabandistas estrangeiros, que entram no País com visto de turistas e para as autoridades regionais se dizem “*pesquisadores científicos*”. É exatamente por isso que os pesquisadores estrangeiros, que realmente atuam com objetivos científicos, têm a cautela de seguir, em sua entrada no País, os caminhos regulamentares da cooperação científica, o que, muitas vezes, os expõe a ter de transpor excessos burocráticos.

Normalmente, contrabandistas de espécies que são objeto de pirataria têm mercado certo nos países ricos, e, em geral, operam da seguinte forma :

- têm sempre na Amazônia o apoio de *contrabandistas brasileiros* que fazem as coletas das espécies para vender ao “pesquisador”;
- estes usam rotas diferentes para chegar com seus produtos aos mercados compradores das espécies que são coletadas irregularmente na Região;
- os eixos ou rotas do contrabando que mais têm sido utilizados são:
 - a) Manaus – Miami – Houston.
 - b) Santarém – Manaus – Belém – São Luís – Fortaleza – Recife – Zurique.
 - c) Belém – Caiena.
 - d) Palmas – Campo Grande – S. Paulo – Europa.
 - e) Palmas – Brasília – Rio – Alemanha.

A imprensa também informa que há pesquisadores autênticos que têm sido envolvidos pelas altas vantagens financeiras do contrabando e acabam por integrar o intrincado sistema de *biopirataria*; alguns a serviço dos grandes laboratórios de pesquisa dos países ricos. Aliás, o jornal *Folha de S. Paulo*, do dia 1^o de junho de 1997, publicou ampla reportagem sobre a *biopirataria* praticada por esses grandes laboratórios, sob o título “*Floresta vira Farmácia*”. A reportagem denuncia expressamente o laboratório

Shaman Pharmaceuticals, de S. Francisco, Califórnia (EUA), que estava pesquisando cerca de sete mil plantas extraídas da floresta amazônica para a produção de medicamentos. Ressalta que a empresa é uma das mais importantes dos Estados Unidos no seu ramo de atividade e que, também, é a que mais insiste na farmacologia de plantas tropicais. Relata, ainda, que a cientista norte-americana *Rebecca Goldberg*, do *Fundo de Defesa do Meio Ambiente*, denunciou que essa *biopirataria* não se faz, apenas, na área dos fármacos, mas também na de insetos, bactérias e vírus. A ilustre cientista, segundo a reportagem, afirma:

“A engenharia genética está introduzindo genes de bactérias, vírus e insetos, retirados da floresta amazônica, em frutas, cereais e verduras.”

A reportagem, por outro lado, ressalta que o *Jardim Botânico Real de Kew* (é o mesmo que levou a borracha amazônica para o Oriente), da Inglaterra, suspendeu a produção de medicamentos a partir de plantas brasileiras em respeito à *Convenção de Biodiversidade*, assinado por 144 países por ocasião da ECO-92.

Os cientistas brasileiros também têm manifestado a sua preocupação com a *biopirataria*; o cientista *Ricardo Secco*, curador de herbário do *Museu Paraense Emílio Goeldi*, através do jornal *O Liberal*, de 2 de fevereiro de 1998, denunciou o assalto que está sendo feito ao banco genético da Amazônia; diz que a cobiça estrangeira sobre esse banco genético decorre de que *“há muita coisa a ser descoberta nas matas, rios e igarapés da região”*. Ressalta que o Brasil está aberto à cooperação científica com outros países, cujos cientistas podem vir a fazer pesquisas na Região, desde que nela entrem e atuem obedecendo aos parâmetros, normas e diretrizes da legislação brasileira.

56.2. O Governo brasileiro reage e decide criar um sistema de ação para a defesa e a exploração da biodiversidade amazônica. O PROBEM. A BIOAMAZÔNIA

Bem antes de regulamentar a *Convenção da Diversidade Biológica*, o Governo Brasileiro decidiu adotar medidas institucionais visando especificamente à implementação de projetos de exploração de biodiversi-

dade da Região. Com esse objetivo foram adotadas as seguintes medidas de maior significado:

- em 10 de dezembro de 1997, através de Portaria 273, do *Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal*, foi criado um Grupo de Trabalho para “*estudar e elaborar proposta de criação e implementação de um programa brasileiro para uso sustentável de biodiversidade da Amazônia Legal*”.
- Foi assinado, em 11 de dezembro de 1997, um *Termo de Compromisso*, entre os diversos ministérios que, direta ou indiretamente, têm atuação ou interface com a questão da biodiversidade, visando à criação do *PROBEM/Amazônia – Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia*;
- em 4 de agosto de 1998, foi criada a *BIOAMAZÔNIA – Associação Brasileira para o Uso Sustentável da Biodiversidade Amazônica*, portanto, uma associação civil, criada nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 que preconizou a implementação da figura da *OS – Organização Social*, entidade que, como tal, é qualificada mediante decreto do Presidente da República e é obrigada a celebrar com o poder público um *contrato de gestão*;
- assim, no ano seguinte, por decreto presidencial, de 18 de março de 1999, a *BIOAMAZÔNIA* foi qualificada como uma *Organização Social*, nos termos da lei nº 9.637/98;
- uma vez implementada, a *BIOAMAZÔNIA*, celebrou em 29 de maio de 2000, um *Acordo de Cooperação* com o *NOVARTIS PHARMA AG*, um gigantesco laboratório, sediado na Suíça, resultado da fusão da CIBA com o SANDOZ. Trata-se de um longo e minucioso contrato que define as condições para a exploração da biodiversidade amazônica; a rigor, de forma sumária, pode-se reconhecer que o *Acordo de Cooperação* compreenderia a viabilização de exploração de *biodiversidade*, o desenvolvimento da *biotecnologia* e implementação da *bioindústria*.

Divulgado pela imprensa, o *Acordo* foi contestado e discutido amplamente. A questão era polemizada no sentido de que o *Acordo não resguardava os interesses nacionais*. O problema teve repercussão no Congresso Nacional, onde o deputado *Valdeci Oliveira* questionou o contrato celebrado, admitindo que era contrário aos interesses nacionais e requereu aos seus pares, na *Comissão do Patrimônio Genético*, da Câmara de Deputados, que os dirigentes do *BIOAMAZÔNIA* fossem convocados para dar explicações sobre o assunto. O requerimento do deputado *Valdeci Oliveira* foi aprovado pela Comissão unanimemente. O *Dr. José Seixas Lourenço*, na qualidade de presidente do *Conselho de Administração* de *BIOAMAZÔNIA* e o prof. *Spartaco Astolfi Filho*, coordenador do *Conselho Técnico-Científico* da mesma, compareceram à *Comissão do Patrimônio Genético* da Câmara Federal para prestar esclarecimentos sobre o *Acordo*.

O problema assumiu dimensões geopolíticas mais fortes, ante às declarações do *Ministro de Estado do Meio Ambiente, Dr. José Sarney Filho*, fazendo também críticas ao contrato, inclusive alegando, em nota oficial, que o documento não tinha valor legal, pois o mesmo extrapolava os limites impostos pelo Presidente da República, no decreto que qualificou a *BIOAMAZÔNIA* como *Organização Social*, nos termos de lei nº 9.637/98. Estava criado, assim, um conflito no âmbito das próprias autoridades governamentais.

A solução dada para a questão não veio a público. Sabe-se, porém, que o contrato não prevaleceu, portanto, não foi homologado por órgãos competentes, o que bem demonstra o forte sentido geopolítico que tinha o *Acordo* que, tendo sido considerado lesivo aos interesses nacionais, não foi acolhido pela *Comissão do Patrimônio Genético da Câmara Federal*.

A repercussão mais importante das questões levantadas sobre o novo modelo de exploração da biodiversidade amazônica foi, sem dúvida, no âmbito do Poder Executivo, através da institucionalização de um sistema de controle dos projetos que visam à exploração da biodiversidade de forma mais direta pelas autoridades governamentais respectivas. A medida adotada foi a celebração, aparentemente, de um *Contrato Gestão* entre o Ministério de Meio Ambiente e a Organização Social *BIOAMAZÔNIA*, nos termos preconizados pela lei que criou a figura institucional das *OS*

– *Organizações Sociais*. Era a resposta às questões levantadas pelo Ministro do Meio Ambiente, *Dr. José Sarney Filho*. Trata-se de um documento minucioso, pelo qual o Ministério, na forma da lei nº 9.637/98, assume a condição *entidade supervisora* das ações da *BIOAMAZÔNIA*. Com esse objetivo foi criada a *Comissão de Acompanhamento e Avaliação*, sob a coordenação da *entidade supervisora*. Em suma, o governo manteve a autonomia da *BIOAMAZÔNIA*, mas passou a acompanhar mais de perto o seu desempenho, de forma a evitar o surgimento de problemas, com dimensões geopolíticas fortes que viessem a deixar mal o governo perante a sociedade.

56.3. O Governo brasileiro regulamenta a convenção da biodiversidade biológica

Além disso, o Governo decidiu não mais esperar a aprovação pelo Congresso Nacional do projeto de lei que dispunha sobre exploração de biodiversidade, regulamentando a execução no País da *Convenção sobre a Diversidade Biológica*, aprovada pela ECO-92, promovida pela ONU, realizada em junho 1992, no Rio de Janeiro, sobre a questão ambiental mundial. Assim, o governo baixou a *Medida Provisória nº 2.167*, de 27 de dezembro de 2000, que “*dispõe sobre o acesso a patrimônio genético*” e outros aspectos conexos. Essa Medida Provisória foi substituída pela de nº 2.186 de 23 de agosto de 2001 que continua em vigor.

Com isso, pode-se dizer hoje que o País possui um dispositivo institucional bem concebido e elaborado sobre o incentivo e o controle de exploração de biodiversidade, com aplicação especial sobre a Amazônia. Isso não significa dizer que a biodiversidade, sua proteção e exploração, estão, agora, indenes à *biopirataria* e aos *problemas geopolíticos* que esse tipo de ação provoca. É provável que neste século, a exploração da biodiversidade amazônica seja uma forte fonte de atritos de grande impacto geopolítico, dado o interesse que os grandes laboratórios de multinacionais têm sobre os recursos biológicos que a Região, exuberantemente, possui.

Na medida, porém, em que o País maximiza o seu modelo institucional de exploração de biodiversidade, no qual se inclui, de forma transparente, a cooperação internacional, é evidente que haverá *uma dissuasão maior da prática da biopirataria*, uma vez que esta subsiste apoiada em um

mercado inescrupuloso, voltado para a exploração do patrimônio genético amazônico, o qual vem sendo simplesmente objeto de apropriação indébita por laboratórios de empresas multinacionais. Isso vem criando um sério problema geopolítico, uma vez que as *tribos indígenas*, as entidades governamentais e não-governamentais que as apóiam, denunciam e reclamam ostensivamente a prática desse abuso; é de se esperar que as autoridades brasileiras tenham condições de proteger e efetivamente resguardar os direitos de patentes desses conhecimentos.

O mesmo pode-se afirmar com relação aos conhecimentos auferidos pelas *comunidades locais*, desde a ocupação do País, que, a partir da nova lei, passaram a contar com a criação do dispositivo institucional que deverá ser responsável pela aplicação das normas legais e regulamentação da biodiversidade, disciplinando:

- a) a questão do *acesso* a componentes do patrimônio genético e de sua *remessa* para o exterior;
- b) o *acesso à tecnologia* da exploração da biodiversidade e sua *transferência* para terceiros;
- c) a *repartição dos benefícios* auferidos pela exploração econômica de produtos e processos entre a União e as demais contratantes;
- d) as *sanções administrativas* decorrentes de infrações havidas na exploração do patrimônio genético do País.

TÍTULO XIII

A COOPERAÇÃO ESTRANGEIRA NA PESQUISA
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DOS RECURSOS
NATURAIS DA REGIÃO E SEU FORTE
CONTEÚDO GEOPOLÍTICO

.....

Capítulo 57

O CONTEÚDO GEOPOLÍTICO DAS PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS ESTRANGEIRAS REALIZADAS NA AMAZÔNIA

A

57.1. Nas pesquisas científicas realizadas até à primeira metade do século XX

ANTES do século XX, não existiam normas e critérios que pudessem formar um conjunto sistêmico, capaz de exprimir a vontade do País quanto às pesquisas científicas e tecnológicas realizadas por estrangeiros. Portanto, na Amazônia havia praticamente uma total abertura para a entrada de cientistas que aqui viessem com o objetivo de descobrir e compreender o patrimônio natural da Região. Evidentemente, que a vastidão de recursos naturais amazônicos sempre foi extremamente seduzente aos homens de ciência da Europa e América do Norte; em conseqüência, observa-se que, a partir do século XVIII, várias incursões foram realizadas por cientistas estrangeiros na Amazônia, que produziram estudos considerados, ainda hoje, altamente relevantes para compreender os recursos naturais da Região. O histórico destas viagens, seus trajetos e a coleta de dados que realizaram, têm sido mais aprofundados em nosso tempo e têm revelado que algumas dessas viagens ou expedições científicas não se restringiram aos seus objetivos expressos no campo da ciência. Muitas delas escondiam

propósitos geopolíticos de grande significado para a Amazônia.⁸⁴ As ocorrências mais ostensivas serviam aos interesses da França ou da Inglaterra.

Um dos casos mais comprovados é o da expedição do cientista francês *Charles-Marie de la Condamine* que, a serviço da Academia de Ciências de Paris, tinha o propósito de fazer a medição do arco do equador. Começou seus trabalhos indo diretamente ao Equador, acompanhado de cientistas espanhóis e depois seguiu para a Amazônia, descendo o rio até à cidade de Belém. Ao chegar em Paris apresentou seu relatório, em 1745, ilustrado com mapas e informações detalhadas sobre a gente amazônica e o patrimônio natural regional. No bojo das suas informações cartográficas, de forma, aparentemente, apenas circunstancial, ofereceu a sua opinião sobre a questão de *limites entre o Brasil e a Guiana Francesa*, pendência entre o governo português e o governo francês, que já se configurava havia mais de um século. Não teve pejo *la Condamine* de consignar no seu relatório, que o *rio Vicente Pinzón não era o mesmo rio Oiapoque*. Ao contrário, indicou que o *rio Vicente Pinzón era um afluente do rio Araguari*, portanto, muito ao sul do *rio Oiapoque*. Já foram descritas as conseqüências de natureza geopolítica que surgiram a partir dessa informação totalmente improcedente, porém, manifestada formalmente por um homem de ciência de conceito internacional. A pendência da questão limites entre o *Brasil* e a *Guiana Francesa* prolongou-se até o ano de 1900, portanto, 155 anos depois, quando, por arbitramento do presidente da *Confederação Helvécia*, foi reconhecido que *o rio Oiapoque era o mesmo rio Vicente Pinzón* que fazia o limite natural do Brasil com a *Guiana Francesa*.

É forçoso lembrar, também, que, para o prolongamento da questão de limites entre o *Brasil* e *Guiana Francesa*, muito contribuiu o cientista francês *Henri Coudreau* que praticamente trazia a preocupação geopolítica como o verdadeiro objetivo de sua viagem. Aqui esteve em 1879, visitando exatamente a região contestada, quanto ao limite entre o *Brasil* e a *Guiana Francesa*. Ali firmou sua adesão aos franceses que pretendiam ocupar a região do *rio Cunani* e incentivou que fossem realizadas petições ao governo francês para que designasse autoridades para governar a região contestada.

84 Reis, Artur César Ferreira, in *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, Editora Edinova, págs. 86 a 96.

Coudreau voltou para a França e retornou à região contestada, acompanhado de sua esposa e mais oito companheiros, para se instalar na área em litígio, onde se estabeleceu com uma casa comercial e permaneceu até o ano de 1895. Nos livros que escreveu em 1887, *Voyages à Travers les Guyanes et Amazonie* e *Les Français en Amazonie*, passou a divulgar a existência da luta na região contestada para se separar do Brasil.

Também tiveram importância na geopolítica amazônica as expedições científicas dos irmãos *Robert* e *Richard Schomburg* que, sendo alemães, colocaram-se a serviço da *Inglaterra*, especificamente da *Sociedade de Geografia de Londres*. Os relatórios que apresentaram ao governo inglês provocaram a questão de *limites entre o Brasil e a Guiana Inglesa*, e serviram muito para prejudicar o Brasil. A questão foi resolvida mediante arbitramento, em prejuízo dos interesses brasileiros, pelo rei *Vitório Emanuel III*, da *Itália*, em 1904,⁸⁵ conforme descrito no capítulo 23.

Outras expedições foram inquinadas de forte conteúdo geopolítico, em prejuízo dos interesses do Brasil, como é o caso da viagem de *Henri Alexandre Wickman* que, a serviço da Inglaterra, levou da Amazônia 70.000 sementes de seringueiras transportadas para o *Jardim Botânico de Kew* e, depois que germinaram, transferidas para o Oriente, onde aclimatadas passaram a produzir látex em larga escala e levaram à extinção o monopólio que o Brasil possuía na produção da borracha no mercado internacional. Esse ato, entretanto, foi praticado abertamente, com o auxílio dos brasileiros e não pode ser enquadrado como uma expedição que inclui propósitos geopolíticos subalternos em relação à Amazônia. O fato é que as autoridades do Brasil, na época, não perceberam o prejuízo que isso poderia trazer para a economia regional.

O mesmo pode-se dizer da expedição dos oficiais da Marinha Americana *William Lewis Herdon* e *Lardner Gibbon* que entraram na Amazônia, em 1851, através do Peru e depois se separaram, tendo *Herdon* decidido o *Marañon*, e *Gibbon*, o *Solimões*. Reencontraram-se em *Itaquatiara*, seguindo até Belém. Esses oficiais não tinham propósitos científicos e sim objetivos claramente geopolíticos. Estavam, como já foi demonstrado no

85 Reis, Artur César Ferreira, *ob. cit.*, pág. 108.

capítulo 24, a serviço da doutrina do *Destino Manifesto*, orientados pelo tenente *Matthew Maury*, com a intenção de criar uma situação de fato que levasse o Brasil a abrir a navegação do Amazonas às nações estrangeiras.

De um modo geral, pode-se assegurar que as expedições científicas, no seu conjunto, tiveram um saldo positivo em relação à Amazônia, pois elas despertaram o governo português e, subseqüentemente, o governo brasileiro para a importância da pesquisa científica na Amazônia, pois a partir dos seus relatórios, foi possível dar os primeiros passos na busca de uma política de ciência e tecnologia para a Região. Não estão aqui relacionadas essas expedições, porque não tiveram nenhum significado geopolítico direto para a Amazônia. É unânime, porém, o reconhecimento de que foi da maior relevância para a identificação dos recursos naturais que possui a Região. Nesse caso, registrem-se aqui, a título de exemplo, as pesquisas realizadas por *Alexander Von Humboldt*, geógrafo e naturalista (às vezes confundido com seu irmão *Wilhelm Von Humboldt*, pai da lingüística moderna), que percorreu o Orinoco e o Amazonas nos primórdios do século XIX, atravessando o canal de Caciquire e classificou a floresta amazônica com o nome científico de *Hiléia*; *Karl Friederick Von Martius* e *Johann Baptist Von Spix*, ambos em 1820; *Henry Walter Bates*, entre 1848 e 1859; por *Alfred Wallace*, entre 1848 e 1852; *Richard Spruce*, entre 1849 e 1864; *Louis Agassiz*, entre 1865 e 1866; *Charles Frederic Hart*, em 1867; *Orville Derby*, em 1870; *Paul Le Coite*, na primeira metade do século XX, que passou a residir em Belém, onde faleceu; e tantos outros que deram uma relevante contribuição para a ciência amazônica.

57.2. No regime de cooperação científica internacional

Terminada a *Segunda Guerra Mundial*, os países que se haviam envolvido nessa terrível conflagração bélica entenderam da maior relevância que fosse criado um organismo internacional com a função básica de adotar medidas de diversas naturezas, capazes de *prevenir a ocorrência de guerras* com a amplitude que tiveram as duas grandes guerras mundiais que se configuraram na primeira metade do século XX. A concepção do novo organismo deveria necessariamente ser mais profunda do que aquela que havia determinado o surgimento da *Liga das Nações*, pois esta não havia

evitado a ocorrência da *Segunda Guerra Mundial*. Além disso, tendo esta terminado, já com o lançamento de bombas atômicas, no Japão, era indispensável, para a própria sobrevivência da humanidade, que o novo organismo tivesse poderes e condições instrumentais de prevenir a ocorrência de um desastre atômico sobre o gênero humano.

Assim, foi criada a *Organização das Nações Unidas – ONU*, em 1945 e na Carta que a criou, ao definir no Art. 1º os *propósitos* da nova instituição, foi consignado:

“Art 1º: os propósitos das Nações Unidas são:

1º

2º

3º: Conseguir *uma cooperação internacional* para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião”. (grifei)

No Artigo 13, item 1º, foi definido que a *Assembléia Geral das Nações Unidas* deveria iniciar estudos e fazer recomendações destinadas a:

“a) promover *cooperação internacional no terreno político e incentivar o desenvolvimento progressivo do direito internacional e a sua codificação*; (grifei)

b) promover *cooperação internacional nos terrenos econômico, social, cultural, educacional e sanitário*, e favorecer o pleno gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, por parte de todos os povos, sem distinção de raça, língua ou religião”. (grifei)

Finalmente, a Carta da ONU abriu o *Capítulo IX – Cooperação Internacional Econômica e Social*, que define com maior minudência a política de cooperação internacional que, daí por diante, começaria a ser implementada. Trata-se, assim, de um marco histórico entre os povos que, a partir da ONU, passaram a intensificar a cooperação internacional para o desenvolvimento econômico e social, objetivando promover o desenvolvimento das sociedades, inclusive, precipuamente, voltando-se para os *países*

pobres. Em verdade, o meado do século passado é um marco nos estudos econômicos e sociais de um modo geral, indicando uma melhor compreensão do fenômeno da pobreza, sobretudo explicando a sua causação e a indispensabilidade do apoio que as nações pobres têm de receber para superar as barreiras do seu subdesenvolvimento.

Ressalte-se, porém, que a *cooperação internacional* não começou, exatamente, com a criação da ONU. Antes, os países faziam entre si *alianças*, através de tratados bilaterais e multilaterais, com base nos quais proporcionavam apoio mútuo para superar seus problemas econômicos. Como se tratava, entretanto, apenas, de *alianças*, sua amplitude era muito limitada, restrita aos países que faziam parte do respectivo pacto e muitas vezes degeneravam em cooperações de conteúdo bélico, por força da natureza da aliança celebrada.

A partir da ONU, entretanto, a *cooperação internacional* passou a ser uma obrigação entre os povos, sobretudo, objetivando à superação das condições de pobreza e miséria. Assim, a ONU passou a sistematizar a cooperação internacional:

- de um lado, através da criação do *Banco Mundial* e do *Fundo Monetário Internacional* (FMI), com o objetivo precípua de proporcionar aos países mais pobres o apoio financeiro e técnico indispensável ao financiamento de seus programas e projetos de desenvolvimento;
- de outro, visando à criação de programas específicos, como a *FAO – Organização para a Agricultura e Alimentação*, que hoje atua no mundo inteiro; o *PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*; o *ONUDI – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial*; a *UNICEF – Fundo Internacional das Nações Unidas para a Infância*; a *OMS – Organização Mundial da Saúde*; a *OIT – Organização Internacional do Trabalho*, e outros; todos são organismos voltados à *cooperação internacional* em torno de programas e projetos para o *desenvolvimento* dos povos.

Além disso, começaram a surgir *organizações internacionais regionais*, em torno das quais se aglutinam os países que integram uma de-

terminada região que, solidariamente e de forma juridicamente integrada, definem o regime de cooperação técnica e científica, econômica e social que atenda aos interesses regionais. A mais importante delas é sem dúvida a *União Européia* que verticalizou profundamente seu regime de cooperação, não só em termos financeiros, mas também tecnológicos e sociais, em vários ângulos da atividade estatal, chegando mesmo até a criar uma moeda única. É o caso do *MERCOSUL* (Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai); do *NAFTA* (Estados Unidos, Canadá e México); da *OEA* (Organização dos Estados Americanos) e outros acordos internacionais, ainda pouco verticalizados.

A evolução do *regime de cooperação internacional* tem hoje um impacto muito grande no campo de Direito, em função do qual já se pode falar em um *Direito Internacional da Cooperação*, cujas características normativas e institucionais são definidas em acordos de cooperação que têm evidentemente grande impacto sobre a soberania dos países pactuantes.

No Brasil, evidentemente, por ser um país em desenvolvimento ou emergente, o regime de *cooperação internacional* tem hoje um grande significado que foi aprofundado no final do século, seja com a criação do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e do *MERCOSUL*, seja através da cooperação com diversas agências da ONU que atuam aqui no Brasil, como a *PNUD*, a *FAO*, a *UNICEF*, o *Banco Mundial*, o *FMI* e outros; seja através de acordos diretos com a *União Européia* e outras agências regionais.

É evidente que essa multiplicidade de instituições e regimes de cooperação internacional não podiam deixar de ter um *grande impacto geopolítico sobre a Amazônia*, sobretudo na medida em que esses acordos envolvem necessariamente a questão da soberania sobre a Região. A *questão ambiental amazônica*, pelo impacto geopolítico que provocou sobre a Região, tem sido objeto de programas especiais, como é o caso do *PPG-7*, criado pelos sete países mais ricos do mundo sob a gestão do *Banco Mundial*, especificamente, para estudar e contribuir econômica e financeiramente para a *superação da questão ambiental amazônica*. Outros foram provenientes de acordos bilaterais com os Estados Unidos, como é o caso do *PDBFF – Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais*; o *LBA – Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia*. Esses três programas,

pela sua importância geopolítica, serão objeto de capítulos especiais neste estudo.

O ministro *Celso Amorim*, em estudo que apresentou, em 1994, na USP,⁸⁶ definiu de forma objetiva os critérios e diretrizes que devem ser obedecidos pelo Brasil na política de *cooperação científica internacional*, de forma a maximizar resultados vantajosos para os interesses nacionais, seja quando essa cooperação se faz com os países ricos, seja na cooperação com os países emergentes. Vejamos:

- “a cooperação internacional não pode ser encarada como alternativa para o esforço interno. *Só coopera com outros países quem já dispõe de certa base científica e tecnológica própria. Ape-lar para a cooperação como fonte exclusiva ou principal de desen-volvimento é condenar-se à dependência e à submissão;* (grifei)
- a cooperação só será verdadeiramente frutífera quando hou-ver complementaridade real de interesses. Naturalmente, tal complementação será encontrada com maior facilidade, como foi indicado, entre nações de nível de desenvolvimento similar, mas ela pode estar presente também em outros tipos de relacionamentos menos “simétricos”. Certos programas, como o de informática com a RFA e outros ainda em gesta-ção com nações como a França, aproximam-se bastante desse padrão;
- a ampliação das ações cooperativas do terreno científico para o tecnológico, além das complexidades já mencionadas, en-volve adaptações e ajustes no aparelho institucional que não estão totalmente resolvidos;
- vale insistir que *a cooperação em C&T não pode estar isola-da do conjunto do relacionamento internacional do país*. As relações com o Leste europeu, por exemplo, que, durante muito tempo, estiveram reprimidas por motivos político-ide-ológicos, encontram ainda um obstáculo difícil de transpor

86 *In Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão*. Org. Jacques Marcovitch, em 1994, Ed. USP, págs. 161 e 162.

no desequilíbrio comercial que freqüentemente dificulta a exportação de novos serviços e produtos brasileiros de maior densidade tecnológica.” (grifei)

No caso específico da Amazônia, os cientistas brasileiros têm chamado a atenção para o fato de que os programas estrangeiros de pesquisas já são apresentados totalmente concluídos, resguardando apenas os interesses do país de origem que habitualmente não aceita qualquer alteração. Outra questão relevante que tem sido apresentada é o contingente de *cientistas regionais* que é muito reduzido, o que tem impossibilitado a Amazônia de auferir benefícios dos estudos e pesquisas realizados. Há vários exemplos desse quadro nas universidades e centros científicos que atuam na Região. Os órgãos do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Ciência e Tecnologia têm de atentar para essas limitações da Região, exposta que fica, muitas vezes, como será demonstrado em capítulos subseqüentes, a tornar-se um fantástico campo de pesquisas estrangeiras, das quais o País não auferire maiores benefícios.

Além desses acordos internacionais voltados, especificamente, para a Amazônia, é importante ressaltar que o governo brasileiro decidiu adotar uma *política interna sobre a coleta, por estrangeiros, de dados e materiais científicos no Brasil através do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990*, regulamentado pela Portaria MCT nº 55 de 14.3.90, cujo cumprimento é basicamente exercido no âmbito do *Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT)* e com os ministérios e entidades federais com os quais a aplicação do referido decreto guarda indireta interface, como é o caso do *Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e a Fundação Nacional do Índio – FUNAI*. Trata-se de uma disposição normativa que tem por objetivo exercer um controle sobre a coleta de materiais científicos no Brasil, coibindo, assim, os abusos que se fazem ostensivos, através da biopirataria, o que, evidentemente, tem maiores implicações sobre a Amazônia, que é o maior espaço de biodiversidade do Planeta.

.....

Capítulo 58

O PPG-7 – PROGRAMA PILOTO PARA PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL



58.1. A concepção

AGRAVAMENTO da devastação florestal na Amazônia nos anos oitenta provocou o surgimento de uma grave questão geopolítica para o Brasil. O País passou a ser acusado pela imprensa, pelos líderes políticos e os homens da ciência dos países ricos, ora no sentido de que estava atuando irresponsavelmente diante do desflorestamento regional e até o incentivando, financeiramente; ora que não tinha capacidade técnica e institucional para coibir a devastação florestal. O Brasil procurou por vários meios, como já foi demonstrado, assegurar que estava tomando medidas preventivas contra a devastação florestal e também reprimindo-a como podia.

A voz dos representantes do Brasil acabou encontrando eco junto ao *Grupo dos Sete (G-7)* países mais ricos. Assim, na reunião do *G-7*, havida em *Houston, Texas*, nos Estados Unidos, em *julho de 1990*, o representante da Alemanha propôs que o Grupo proporcionasse apoio financeiro ao Brasil para que pudesse preservar suas florestas tropicais, já que seria difícil ao País, sozinho, adotar medidas eficazes, dada a vastidão de suas florestas. Sobre a proposta apresentada, assim se manifestaram os países ricos:

“estamos determinados em agir para aumentar a conservação das florestas, ao mesmo tempo protegendo as já existentes e reconhecendo o direito soberano de todos os países em usar seus recursos naturais... Acolhemos com satisfação o compromisso do governo brasileiro (GOB) em ajudar a cessar esta destruição e a prover um manejo florestal sustentado. Apoiamos ativamente este processo e estamos prontos a cooperar com o Governo Brasileiro num amplo *Programa Piloto* para contrapor-se à ameaça que as florestas tropicais vêm sofrendo neste País” (grifos do autor).

O Governo Brasileiro, diante do pronunciamento do G-7, criou uma comissão internacional, juntamente com o *Banco Mundial* e a *Comissão da Comunidade Européia*, que elaborou um estudo preliminar denominado *Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil*. Esse *Programa* preconizou a realização de investimentos em projetos de proteção ambiental na Amazônia, no valor de US\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de dólares), para ser aplicado no prazo de 5 (cinco) anos. Foram realizadas reuniões, em Washington, em dezembro de 1990, em Bruxelas, em março de 1991, e no Rio de Janeiro, em maio de 1991, para aperfeiçoar o texto de *Programa*. Finalmente, em junho de 1991, em Londres, os membros do *Grupo dos Sete* concordaram com o *Programa* apresentado pelo Brasil e nos dias 7 e 8 de dezembro de 1991, em Genebra, houve a reunião de representantes do G-7, da *Comissão da Comunidade Européia*, do *Banco Mundial* e do *Governo Brasileiro*, e ficou decidido que, em uma primeira fase do *Programa Piloto*, seriam alocados de US\$ 250 milhões para investir no começo do empreendimento. Foi decidido, também, que, desses recursos, US\$ 50 milhões seriam apartados para constituir um *fundo fiduciário*, administrado pelo *Banco Mundial*, denominado *Rain Forest Trust Fund* (RFT), cuja constituição em definitivo somente ocorreu em março de 1992.

58.2. Institucionalização

O Governo Brasileiro adotou as providências indispensáveis à implantação do *Programa Piloto*, através do *Decreto nº 563, de 5 de junho*

de 1992 (dia mundial do meio ambiente). Esse Decreto define o sistema institucional nacional responsável pela operacionalização do *Programa*, que compreende o *Ministério do Meio Ambiente*, como Secretario Executivo, e os órgãos executores dos projetos, como Secretarias Técnicas. Esse sistema é vinculado a uma *Comissão de Coordenação*, integrada pelos ministérios que guardam interface com os objetivos e ações do programa e mais três organizações não-governamentais, sendo duas da Amazônia e uma da Mata Atlântica.

O PPG-7, sigla pela qual passou a ser identificado o *Programa Piloto*, configurou sua atuação em três *subprogramas estruturais*:

- o *Subprograma de Política de Recursos Naturais*;
- o *Subprograma de Unidades de Conservação e Manejo de Recursos Naturais*; e
- o *Subprograma de Ciência e Tecnologia*.

Além destes, foi criado um *Subprograma de Projetos Demonstrativos*.

O *Subprograma de Política de Recursos Naturais* é formado por cinco projetos:

- a) Zoneamento Econômico-Ecológico;
- b) Monitoramento e Vigilância Ambiental;
- c) Controle e Fiscalização Ambiental;
- d) Fortalecimento Institucional dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente;
- e) Educação Ambiental.

O *Subprograma de Unidades de Conservação e Manejo de Recursos Naturais* inclui os projetos citados a seguir:

- a) Parques e Reservas;
- b) Unidades de Conservação de Uso Direto, com os subprojetos de Florestas Nacionais e Reservas Extrativistas;
- c) Reservas Indígenas;

- d) Manejo de Recursos Naturais; e
- e) Recuperação de Áreas Degradadas.

O *Subprograma de Ciência e Tecnologia*, contempla os projetos de Centros de Excelência e Pesquisa Dirigida – PPD.

A partir desses *Subprogramas*, foram elaborados os projetos, todos estrategicamente concebidos e tecnicamente bem estruturados.

58.3. Implementação

Tem sido muito lenta. Os onze projetos aprovados, em 1991, na reunião de Genebra, para desencadear o *Programa Piloto*, no prazo de um triênio, aproximadamente, somente no início do novo milênio, portanto, nove anos depois, tiveram sua implementação deflagrada. Os projetos concebidos são voltados para a realização de estudos e pesquisas que sirvam de base para o controle ambiental da ação antrópica na Amazônia. Esses projetos, segundo o *Relatório Anual do PPG-7*, divulgado pela *Internet*, referente ao período 1999-2000, estão agrupados em cinco áreas de ação:

- Experimentação e demonstração
- Conservação
- Fortalecimento institucional
- Realização de estudos científicos
- Aprendizagem e disseminação de lições

A atuação da entidade nessas áreas tem sido lenta; basta referir que, dos recursos do *Programa* (cerca de US\$ 250 milhões, incluindo a colaboração da Holanda), somente US\$ 80 milhões foram liberados no período de 1995 a 2000. Isso sem considerar as aplicações à conta do *Fundo para Floresta Tropical*.

O *Programa Piloto* passou nos últimos anos por uma revisão de sua estratégia de atuação, com a denominação de *Revisão Meio Termo* (RMT), abrangendo o campo da *Reforma Institucional*; uma preocupação importante nessa revisão foram as implicações ambientais do Programa “*Avança Brasil*”, criado pelo governo brasileiro. Esse Programa tem sofrido sérias acusações no sentido de que deverá agravar os problemas da devasta-

ção regional, pois possibilitará que as populações pioneiras possam alcançar as mais longínquas regiões da Amazônia, com a mesma fúria devastadora com que atingiram outras regiões, desde os anos sessenta com a construção das estradas de integração nacional.

58.4. Avaliação

Apesar do que foi feito pelo PPG-7, fato incontestável é que esse Programa não tem logrado o sucesso esperado, em especial naquilo em que se fundamentou a sua concepção inicial: *conter o desmatamento e as queimadas florestais*. Isso, evidentemente, gera sérios problemas geopolíticos, porque, de alguma forma, confirma a incapacidade do Governo Brasileiro para proteger a Amazônia da devastação ambiental que, nas três últimas décadas, vem sofrendo.

Merece registro especial o fato de o PPG-7 ter incluído entre os seus *projetos de demonstração*, um voltado para o apoio aos *povos indígenas*, denominado *Componente dos Povos Indígenas*.

Em seu conjunto, o PPG-7 está implementando um elenco variado de projetos que são assim classificados:

1. *Experimentação e Demonstração;*

1.1. *Projetos de Demonstração* que se decompõem em vários subprojetos;

1.2. *Componente dos Povos Indígenas;*

1.3. *Projeto de Manejo de Recursos Florestais*, que compreende quatro subprojetos;

1.4. *Projeto de Manejo de Recursos de Várzeas* (PROVAR-ZEA).

2. *Conservação:*

2.1. Projetos de Reservas Extrativistas (RESEX 1);

2.2. Projetos de Terras Indígenas (PPTAL);

2.3. Projeto de Corredores de Floresta Tropical.

3. *Fortalecimento Institucional:*

- 3.1. *Projeto de Políticas de Recursos Naturais (NRPP)*
- 3.2. *Prevenção de Desmatamentos e Incêndios Florestais.*
- 3.3. *Controle de Incêndios Florestais.*

4. *Iniciativas de Fortalecimento de Capacidade:*

- 4.1. *Fortalecimento de Coordenação do Programa pelo Ministério do Meio Ambiente;*
- 4.2. *Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA);*
- 4.3. *Rede Mata Atlântica (RMA);*
- 4.4. *Mobilização e Treinamento na Prevenção de Incêndios (PATOGER II);*
- 4.5. *Projeto de Controle de Queimadas e Desmatamento (PRODESQUE).*

5. *Pesquisa Científica:*

- 5.1. *Projetos de Centros Científicos e Pesquisas Direcionadas (Fase I) e Assistência de Emergência a Centros Científicos;*
- 5.2. *Pesquisas Direcionadas – Segunda Chamada para Projetos;*
- 5.3. *Apoio Futuro à Ciência.*

6. *Aprendendo e Disseminando Lições:*

- 6.1. *Projeto de Monitoramento e Análise.*

7. *Novas Iniciativas Transversais:*

- 7.1. *Projeto de Produção Sustentável;*
- 7.2. *Subprograma Mata Atlântica.*

Como se pode verificar, as ações do PPG-7 foram estruturadas em 7 (sete) áreas de atuação que, por sua vez, foram fracionadas em 19 *projetos*, sendo 17 para a Amazônia e 2 para a Mata Atlântica. Trata-se, assim de um fantástico elenco de áreas de ação que, em princípio, dão cobertura

para que possa ser adequadamente tratada a difícil questão ambiental amazônica.

58.5. Avaliação geopolítica

Observado sob o ângulo geopolítico, o PPG-7 é, sem dúvida, *um bom programa de cooperação internacional*. Não só porque não provoca maiores arranhões na soberania nacional, mas também porque se volta para apoiar as formulações das políticas públicas ambientais para a Amazônia, sempre de comum acordo com o Governo Brasileiro, bem como porque coopera diretamente com a aplicação para a implantação dessas políticas.

A crítica que se pode fazer ao Programa Piloto, desde a sua concepção, é no sentido de que o *Grupo dos Sete (G-7)* acenou com a possibilidade de contribuir diretamente para o combate da devastação ambiental da Região. Aliás, como já foi visto, na própria declaração emitida pelo G-7, quando decidiu cooperar com o Governo Brasileiro no controle da questão ambiental amazônica, foi dito expressamente: “*estamos determinados a agir para aumentar a conservação das florestas*”. Ora, isso só vem acontecendo discretamente, pois, até hoje o PPG-7 não tem feito investimentos voltados diretamente para prevenir e combater a devastação florestal, pelo menos na intensidade que seria necessária de forma a reduzir as queimadas anuais que atingem à Região.

No ano 2004, entretanto, tem-se observado que o Governo Federal vem cobrando do PPG-7 um maior apoio para o combate ao desmatamento da Amazônia. Isso ficou evidenciado por ocasião da *3ª Conferência Científica do LBA*, realizada em Brasília, no final do mês de julho de 2004, na qual o *Ministério do Meio Ambiente* procurou ressaltar a articulação existente entre o *Programa da Amazônia Sustentável (PAS)* e o *Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG-7)*.

Tudo indica que o *Ministério do Meio Ambiente*, muito preocupado com o aumento da devastação anual da Amazônia, está tentando fazer uma forte articulação interinstitucional que envolva os programas que atuam na Região de forma individualizada e inteiramente desarticulada. Assim, o *Ministério do Meio Ambiente*, através do PAS, deverá mobilizar as *Forças Armadas*, a *Polícia Federal*, o PPG-7 e o LBA, através de *uma*

ação conjugada que possibilite, de um lado, a sustentabilidade da exploração florestal e de outro, a sustação do desflorestamento da Região. Haverá uma relação de complementariedade entre os recursos humanos, institucionais e financeiros, bem como a utilização de *tecnologias idôneas* que evitem a continuação da devastação florestal regional. É o que foi evidenciado pela reportagem publicada pela Revista *ISTOÉ*, n. 1816, de 28.07.04.

Finalmente, é importante frisar que o *PPG-7* é a demonstração ostensiva de que, sozinho, o Brasil não tem condições de conter a devastação ambiental da Amazônia, não apenas porque não dispõe dos recursos financeiros indispensáveis ao monitoramento e à repressão a quaisquer ações antrópicas perversas sobre a Região, mas também porque tem de incentivar o *desenvolvimento sustentável* das populações que nela habitam.

.....

Capítulo 59

O PDBFF – PROJETO DINÂMICA BIOLÓGICA DE FRAGMENTOS FLORESTAIS

T

59.1. Na origem: uma expedição científica americana

RATA-SE de um projeto de grande envergadura na área da pesquisa florestal e da biodiversidade em geral que tem seu campus de atuação a 80 km ao norte da cidade de Manaus, numa área de mais de 500 mil hectares de floresta, localizado no *Distrito Agropecuário na Zona Franca de Manaus (SUFRA-MA)*. De todos os programas de cooperação científica existentes na Amazônia, este, sem dúvida, é o mais polêmico, que tem provocado questionamentos e reações fortes de parte de alguns segmentos científicos e políticos do País.

O objetivo do projeto é quantificar “*as mudanças no ecossistema que ocorrem à medida que a floresta contínua é transformada pelo desenvolvimento humano em um mosaico de habitats*”. Inicialmente, o projeto era identificado pelo título *Tamanho Mínimo Crítico de Ecossistema*. Seu objetivo era “*identificar um tamanho mínimo do habitat de floresta tropical para a manutenção da maior diversidade de espécies representada em um ecossistema intacto*”.⁸⁷ Segundo informam os relatórios anuais de 1999 e

87 20º e 21º Relatórios Anuais do PDBFF, divulgados pela Internet.

2000, do PDBFF, depois de passados 20 anos de implementação do empreendimento, as observações feitas pelos pesquisadores “*indicam que os fragmentos da floresta são entidades ecológicas altamente dinâmicas e que é uma super-simplificação se esperar ser capaz de predizer ‘a capacidade de ocorrência das espécies’, a partir do tamanho do fragmento. As relações espécie/área são insuficientes para se entender todos os processos que determinam quantas e quais espécies estarão presentes em um determinado fragmento.*” Dessas assertivas pode-se concluir quais são os campos do conhecimento de atuação do PDBFF.

Em sua origem, esse projeto começou a ser concebido aparentemente, na segunda metade da década de 70 do século passado, surgindo de maneira muito sutil. A notícia sobre a sua existência foi veiculada pelo jornal *Estado de São Paulo*, a partir de seu correspondente em Washington, informando da existência de um plano de governo norte-americano “*para salvar a Amazônia*”. Seu autor foi o cientista norte-americano *Thomas Lovejoy*. O noticiário dizia tratar-se do *maior empreendimento ecológico do Planeta*, voltado para o conhecimento da biodiversidade “*antes que as florestas acabassem por volta do ano 2000*”. Evidentemente que esse noticiário teve um impacto nos meios científicos brasileiros, que o acusavam de pretender desmoralizar os projetos sobre “*as florestas de rendimento*”, preconizadas pela SUDAM.

O cientista americano *Thomas Lovejoy* conseguiu introduzir no Brasil o PDBFF, inicialmente como uma *expedição científica* que tinha por objetivo determinar o “*tamanho crítico mínimo de ecossistemas*”. Sua denominação era *Projeto Tamanho Crítico de Ecossistemas – Um Estudo Fundamental para o Planejamento de Parques Nacionais*. Sobre os primórdios do PDBFF, há um interessante estudo feito por *William Nazaré Guimarães Gama*, constante de uma dissertação de mestrado que teve como orientador o professor *Luis Eduardo Aragón Vaca*, da *Universidade Federal do Pará*, através do seu *Núcleo de Altos Estudos Amazônicos*. Essa dissertação tem o sugestivo título: *PROJETO DINÂMICA BIOLÓGICA DE FRAGMENTOS FLORESTAIS – PDBFF (INPA/SMITHSONIAN): UMA BASE CIENTÍFICA NORTE AMERICANA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA*. Como se pode verificar, o título da dissertação já contém uma acusação contra o PDBFF de conteúdo geopolítico grave, pois, em se tratando de uma *base*

científica norte americana, o projeto representa forte atentado à soberania nacional.

O fato é que esse empreendimento foi conduzido junto ao governo brasileiro pelo cientista *Thomas Lovejoy* com grande habilidade, pois, tendo o total domínio da língua portuguesa, sempre o discutiu com grande abertura e transparência, revelando-se um verdadeiro *diplomata da cooperação científica*, junto a todas as esferas do poder público que têm oferecido qualquer questionamento sobre o projeto. Através da imprensa ou em seminários, defende sempre a tese de que o Brasil e a humanidade poderão auferir muitos benefícios a partir da implementação do *PDBFF*. Recentemente, uma edição especial de nº 22 da revista *Veja*, intitulada “*Ecologia*”, o Sr. *Thomas Lovejoy* escreveu um excelente e convincente artigo intitulado “*A Fronteira Final*”, sobre a questão da biodiversidade na sua perspectiva mundial. Esse estudo é uma demonstração evidente, não só da competência técnica, mas também da argúcia com que o Sr. *Lovejoy* trata a questão ambiental.

Os relatórios do *PDBFF*, apresentados pela *Internet*, dão uma idéia da magnitude do trabalho que já foi realizado, mostrando que, somente nos dois últimos anos do último milênio, 26 projetos de pesquisas forma desenvolvidos, neles incluídas, 15 teses de mestrado e doutorado. Atualmente, o *PDBFF* tem em andamento, segundo revela pela *Internet*, 37 projetos, sendo 16 na área de *Ecologia Animal*, 8 de *Ecologia Vegetal*, 8 de *Interação Animal-Planta* e 5 de *Longa Duração*.

O *PDBFF*, no princípio era conduzido pela *WWF*, através do *Fundo Mundial da Vida Selvagem dos Estados Unidos*; o tempo se incumbiria, entretanto, de mostrar que seu objetivo maior era consolidar a implantação da base científica, com atuação numa área de 500.000 hectares do *Distrito Agropecuário de Manaus*. Por isso mesmo, dentro desse escopo, em 1990, o projeto passou a mostrar a sua face governamental, através da celebração de um convênio de cooperação científica entre o *INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia* e o *SI – SMITHSONIAN INSTITUTION*; o *INPA*, vinculado ao governo brasileiro, através do *Ministério da Ciência e Tecnologia*; e o *SI*, vinculado ao governo norte-americano. Esse convênio foi revisto, em abril de 1992, através de um *termo aditivo* celebrado entre o *SI* e o *INPA*. Por isso mesmo, as informações sobre o

projeto, divulgadas pela *Internet*, passaram apresentar o *PDBFF* como um projeto *binacional*.

59.2. Hoje: uma base científica americana?

A tese de mestrado do *Prof. William Nazaré Guimarães Gama* é da maior relevância do ponto de vista geopolítico, pois ela demonstra que o *Sr. Lovejoy* conseguiu transformar uma mera *expedição científica*, portanto, um projeto *transitório*, em uma *base científica*, isto é, um empreendimento *permanente*, estruturado como um centro de pesquisas localizado em uma área de *500 mil hectares*. Por isso mesmo deve ser ressaltado que, do ponto de vista geopolítico, a implementação de uma *base científica* em território nacional, adquire um caráter de *irreversibilidade* e, portanto, de um projeto de cooperação permanente entre o Brasil e os Estados Unidos, o que sem dúvida gera questionamentos geopolíticos relevantes.

Por outro lado, um aspecto ressaltado pela referida tese de mestrado é que o *PDBFF* foi sempre muito questionado dentro do INPA, tendo em vista as várias situações e atividades consideradas atentatórias à soberania nacional, como:

- 1^o) o INPA não tem capacidade para manter no Projeto um contingente de cientistas idêntico ao dos Estados Unidos, ou, pelo menos, razoavelmente, em quantidade e qualidade, capaz de apreender e internalizar, em favor dos interesses nacionais, os resultados das pesquisas realizadas;
- 2^o) a participação de brasileiros e estrangeiros no *PDBFF* deixa evidente essa disparidade: *60% de estrangeiros para 40% brasileiros*;
- 3^o) agrava-se mais ainda essa disparidade, considerando as funções que exercem:
 - no *alunado* de pós-graduação, 42 são brasileiros para 16 estrangeiros;
 - entre os *estagiários*, 75 são brasileiros para 66 estrangeiros; portanto, em funções científicas anclares ou de apoio;

- 4^o) já quando se trata de *colaboradores e pesquisadores*, observa-se que:
- há 65 colaboradores brasileiros, para 181 estrangeiros;
 - 4 pesquisadores brasileiros, para 54 estrangeiros;
- 5^o) no *subprojeto Aves*, verifica-se que o PDBFF doou, só em 2001, 1.971 aves, das quais 93% para duas instituições norte-americanas; o Museu Paraense Emílio Goeldi recebeu, apenas, 139 aves, ou seja, 7%;
- 6^o) estas disparidades também existem nos subprojetos de *ecologia vegetal*, de anfíbios, mamíferos e invertebrados, nos quais sempre mais de 80% do material coletado é remetido para os Estados Unidos.

É fundamental reconhecer que esse quadro, evidentemente, representa uma interferência na soberania nacional, praticada, entretanto, com a *complacência das autoridades brasileiras*, seja porque não dispõem de recursos humanos, financeiros e institucionais para ter uma participação, mais ou menos, paritária, seja porque as autoridades brasileiras não têm tido a cautela de exercer uma vigilância mais adequada sobre essas discrepâncias, principalmente quanto ao material encaminhado a países estrangeiros, dos quais aparentemente, o INPA nem sequer tem conhecimento dos resultados auferidos pela pesquisas a que certamente essas espécies foram submetidas. Sob esse ângulo, o *PDBFF* viola ostensivamente os princípios e critérios de cooperação estrangeira definidos pelo Ministro Celso Amorim, referidos no capítulo 57 deste livro.

*

Sem qualquer xenofobia ou nacionalismo exacerbado, é evidente que o *Congresso Nacional*, o *Ministério da Ciência e Tecnologia*, o *EMFA* e o *Itamarati* deveriam exercer uma fiscalização, ou um acompanhamento mais adequado, sobre o andamento desse extraordinário empreendimento, que certamente trará muitos benefícios para a humanidade, mas, provavelmente, a partir de outros centros científicos estrangeiros, através das pesquisas que seus cientistas realizaram na Região e do material botânico e animal

que nela foi coletado, numa ostensiva espécie de “*biopirataria oficializada*”. Afinal de contas, o que está em jogo não é a pessoa do Sr. *Thomas Lovejoy* que, apenas, está cumprindo o papel que lhe foi atribuído pelo órgão que representa, o *SI – SMITHSONIAN INSTITUTION*. O núcleo do problema é o efetivo cumprimento de um programa, o *PDBFF*, apresentado, pelo menos formalmente como um *empreendimento binacional* e que, em consequência, deve satisfazer plenamente aos interesses de *ambas as partes convenientes*. Nos termos em que está, o *PDBFF* deve ser renegociado.

.....

Capítulo 60

O LBA – EXPERIMENTO DE GRANDE ESCALA DA BIOSFERA-ATMOSFERA NA AMAZÔNIA

E

60.1. Um projeto da NASA na Amazônia

ESTE projeto foi concebido pela *NASA* e submetido à aprovação do governo brasileiro. Na sua apresentação, entretanto, está consignado que se trata de “*uma iniciativa internacional de pesquisa liderada pelo Brasil*”. A instituição nacional que o representa é o *Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE*; pelos Estados Unidos, a instituição que o representa é a *National Aeronautics Space Administration – NASA*. Também, no plano internacional, integra o LBA, o *DLO – Winand Staring Center For Integrated Land*, da *União Européia*. Assim, na prática tornou-se um acordo tripartite entre os *Estados Unidos*, a *União Européia* e o *Brasil*.

O processo de institucionalização desse projeto começou através de um *acordo de cooperação em ciência e tecnologia*, celebrado entre o governo brasileiro e o governo americano, em *6 de fevereiro de 1994*, que foi revalidado através da *Emenda e Protocolo de Extensão*, assinada entre os dois países, a *21 de março de 1994*. Os aspectos específicos do LBA foram consignados em um *Ajuste Complementar*, celebrado entre o governo brasileiro e o governo americano, em *17 de dezembro de 1998*, voltado especificamente para as *geociências* e, em especial, à ecologia. Por esse *Ajuste Complementar* tornaram-se *agências executoras do LBA*, pelo Brasil, o *INPE*

– *Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais*; e pelos E.E.U.U., a *NASA*. Ficou também estabelecido que o LBA poderia atuar nos seguintes campos do conhecimento:

- a) a física do clima;
- b) o armazenamento e trocas de carbono;
- c) a biogeoquímica;
- d) a química da atmosfera;
- e) a hidrologia e química das águas;
- f) os usos da terra e a cobertura vegetal.

Pelo *Ajuste Complementar*, sua abrangência volta-se, especificamente, para os aspectos ecológicos e, por isso, passou a chamar-se *LBA-ECOLOGIA*.

O envolvimento da *NASA* no projeto é suficiente para demonstrar o seu grande significado geopolítico, por isso o *Ajuste Complementar* define no art. 5º quais as responsabilidades da *NASA* e no art. 6º, as responsabilidades do *INPE*. O envolvimento do governo americano no projeto através de sua agência espacial, a *NASA*, visto juntamente com o *PDBFF*, vinculado a outra agência norte-americana, o *Smithsonian Institute*, evidencia o extraordinário interesse que tem o governo americano pela Amazônia, buscando compreender as características *físicas, químicas e biológicas*, do imenso patrimônio genético da Região e suas interações ambientais, sobretudo, no clima e na atmosfera de um modo geral.

Os fundamentos e a concepção institucional do *LBA* são indicados no Projeto que foi amplamente divulgado pela Internet, nos seguintes termos:

.. *Perspectiva Internacional*

- “No princípio dos anos 90, a comunidade científica brasileira, em resposta à preocupação mundial com respeito ao destino do meio ambiente da Amazônia, chamou atenção para a necessidade de um novo esforço multidisciplinar de pesquisa. *A comunidade científica chegou a um consenso de que um esforço internacional de pesquisa deveria ser inicial-*

mente edificado em torno de um abrangente experimento de campo, a ser realizado na Amazônia. A partir de então, um grande número de programas, agências e grupos individuais de pesquisa, na América do Sul, nos Estados Unidos e na Europa, têm colocado o LBA como prioridade em suas pautas.”

.. *Justificativa e Objetivos do LBA.*

- “Atualmente, temos um incompleto entendimento de *como a Amazônia se comporta como um sistema ambiental integrado* e como seus vários ecossistemas respondem à intervenção antropogênica. Não obstante existirem alguns estudos quantitativos dos efeitos ambientais de grande escala resultantes do desmatamento da Amazônia, esses simplesmente extrapolam os resultados de estudos de um único ou de poucos pontos para toda a bacia, com pouca consideração de suas diferentes zonas ecológicas, hidrológicas e climáticas. *A motivação do LBA consiste em aumentar o entendimento científico, por meio de estudos de campo e modelagem, de como a Amazônia atualmente funciona como uma entidade ambiental regional, e de como esse funcionamento é afetado pela mudança dos usos da terra e pelo clima, e como ela funcionará no futuro.*” (grifo do autor)

.. *Os objetivos específicos do LBA estão, assim, definidos no Projeto:*

- “Quantificar, compreender e modelar os processos físicos, químicos e biológicos que controlam os ciclos de energia, água, carbono, gases-traço e nutrientes encontrados na Amazônia, e determinar como esses processos se associam à atmosfera global.
- Quantificar, entender e modelar a resposta dos ciclos de energia, água, carbono, gases-traço e nutrientes ao desmatamento, às práticas agrícolas e a outras mudanças dos usos da terra, e como essas respostas são influenciadas pelo clima.

- Prever os impactos dessas respostas dentro e fora da Amazônia sob futuros cenários de mudanças dos usos da terra e do clima.
- Determinar as trocas, entre a Amazônia e a atmosfera, dos principais gases-estufa, e gases-traço reguladores do potencial oxidante da atmosfera, e entender os processos reguladores dessas trocas.
- Fornecer informações qualitativas e quantitativas para apoiar políticas de desenvolvimento sustentável e proteção dos ecossistemas da Amazônia, no contexto de seu funcionamento regional e global.”

Em suas linhas gerais, o Projeto esclarece que o LBA tem o aval do *PROGRAMA MUNDIAL DE PESQUISAS CLIMÁTICAS*, como parte do *GWEX – Global Energy and Water Cycle Experiment*, do *Programa Internacional da Geosfera-Biosfera (IGBP)* e do *International Satellite Land Surface Climatology Project (ISLSCP)* e outras interações com programas de grande escala. Pelo lado brasileiro, além do *INPE*, têm forte participação no LBA o *Museu Paraense Emílio Goeldi*, o *Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA* e a *EMBRAPA*. A implementação e conclusão do projeto é estimada em dez anos, o que o torna um tanto diferente do *PDBFF*, pois tem prazo determinado para a sua realização.

Quando o *LBA* estava sendo objeto de negociações, sua realização sofreu restrições e questionamentos. Alguns setores das Forças Armadas levantaram a acusação de que havia o risco de superposição com o projeto *SIPAM/SIVAM*; outros indicaram que a Amazônia era uma área de interesse estratégico para o Brasil e, por isso, não poderia ser objeto de abertura para instituições estrangeiras.⁸⁸ Na Câmara Federal, a Deputada *Socorro Gomes* apresentou, em 18 de novembro de 1998, na *Comissão de Ciência e Tecnologia*, requerimento pedindo informações sobre o Projeto. E mais, justificou seu requerimento afirmando que a referida Comissão deveria acompanhar de perto o Projeto para resguardar os interesses nacionais.

88 V. jornal *A Província do Pará*, caderno “Cidades” de 27 de dezembro de 1998, pág. 3.

60.2. Uma grande participação do Brasil no projeto

O andamento do projeto vem sendo demonstrado através de seminários dos quais são apresentados relatórios que, em geral, são divulgados pela Internet, através de um boletim denominado *Folha Amazônica*.

A primeira conferência sobre o LBA foi realizada em Belém, nos dias 26 a 30 de julho de 2000, quando foram apresentados 283 trabalhos. Na oportunidade foi ressaltada a contribuição de 102 pesquisadores da Região Amazônica, pertencentes à EMBRAPA, ao Museu Paraense Emílio Goeldi, ao INPA e às universidades amazônicas. Participaram do evento 376 pesquisadores, sendo 208 brasileiros e 168 estrangeiros, o que bem demonstra a forte participação do Brasil nesse empreendimento.

Quanto aos temas, objeto de discussão no seminário ⁸⁹ podem ser ressaltados os seguintes:

- “As medidas de fluxo de carbono nas diversas torres do LBA em operação contínua ... que apontam uma absorção de carbono de 1 a 6 toneladas por hectare/ano”;
- Isso indica que a floresta está absorvendo altas taxas de carbono “auxiliando na remoção atmosférica deste gás de efeito estufa”;
- chega-se a conclusão de que “a Amazônia está atualmente funcionando como sumidouro de parte do excesso de CO₂ atmosférico”;
- foram apresentados estudos e descobertas dos efeitos da ação antrópica na Amazônia, tais como:
 - “o melhor entendimento sobre os processos de recuperação de áreas degradadas”;
 - “os processos fundamentais na ciclagem de nutriente em áreas de várzea e de terra firme”;
 - alterações meteorológicas na conversão floresta-pastagem”.

89 V. *Folha Amazônica*, Ano 3 – nº 4, jan. 2001.

A nona reunião do *Comitê Científico Internacional do LBA*⁹⁰ em maio de 2001, discutiu a interação entre os diversos componentes do *LBA* – “*Usos da terra, ciclagem de nutrientes, ciclo do carbono, física climática, química atmosférica, biogeoquímica e ciclos de nutrientes, hidrologias e química das águas e dimensões humanas*”.

Em novembro de 2001, o *Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT* aprovou a proposta do *LBA* para o *Programa Instituto do Milênio*, lançado através de edital pelo MCT. Esse programa, ainda em fase de implantação, está voltado para o apoio de 15 grandes projetos de pesquisas em diversas áreas de conhecimento.⁹¹ O *Programa Instituto do Milênio* “*está focado na análise dos impactos das alterações de uso de solo na Amazônia*”.

O boletim de junho de 2002 do *LBA*,⁹² apresenta resultados científicos do Projeto, distribuídos em seus vários temas que começam a se consolidar na literatura científica internacional. O editorial desse boletim ressalta que o que está sendo feito é “*o mais abrangente estudo ambiental sobre ecossistemas tropicais já realizado*” e que “*as sociedades dos países amazônicos esperam respostas concretas a muitos dos seus problemas de utilização sustentável dos seus recursos naturais*”.

A *Segunda Conferência Científica do LBA* realizou-se em Manaus, no período de 7 a 10 de julho de 2002. E teve a participação de 630 cientistas, em sua maioria representantes de centros científicos brasileiros.

Por outro lado, o pesquisador do INPA *Antônio Donato Nobre*, Coordenador do Projeto de Pesquisa *ECOCARBON*, discute em um artigo o seguinte questionamento: “*afinal de contas o bioma amazônico é sumidouro ou fonte de carbono para a atmosfera?*” Pela importância deste questionamento e de seu extraordinário impacto geopolítico, a partir de suas digressões científicas, deve-se atentar para a conclusão a que chegou o ilustre pesquisador em seu artigo:

“Como o bioma amazônico é um complexíssimo mosaico de ambientes em diferentes graus de alteração, cada um com compor-

90 V. *Folha Amazônica* – Ano 3 – nº 5 – Setembro/2001.

91 V. *Folha Amazônica* – Ano 3 – nº 6 – Novembro/2001.

92 V. *Folha Amazônica* – Ano 4 – nº 8 – Junho/2002.

tamentos distintos em relação às trocas de carbono com a atmosfera, uma visão completa e crível do papel real de toda a região para a atmosfera somente poderá emergir quando os vários estudos integrem seus resultados e quando os mecanismos físicos e biogeoquímicos forem melhor compreendidos em sua extensão e complexidade.”

Na página do LBA, na Internet,⁹³ o pesquisador Flávio Luizão, coordenador da Conferência, divulgou alguns aspectos e conclusões do referido encontro científico que são, sem dúvida alguma, da maior relevância, tais como:

- “A tese de que a floresta amazônica é uma grande emissora de gás carbônico já está ultrapassada. *Pesquisas recentes revelam que a floresta pode ser um sorvedouro de carbono, contribuindo assim para minimizar o aquecimento global.* Outra descoberta recente: *a densa vegetação tropical da região já foi savana há 14 mil anos.*” (grifei)
- “*Carbono* – segundo o pesquisador Flávio Luizão, a maioria dos trabalhos apresentados durante a 2ª Conferência Científica do LBA aponta para uma pequena absorção de CO₂ pela floresta em torno de 1 tonelada por hectare ao ano, uma tendência que vem se consolidando nos resultados das últimas pesquisas. No entanto, Luizão lembra que ainda há estudos que indicam o seqüestro de até 9 toneladas por hectare ao ano. De qualquer forma, ressalta, não se acredita mais na idéia de que a Amazônia seja fonte emissora deste gás, um dos componentes responsáveis pelo efeito estufa. É, portanto, cada vez mais forte a idéia entre os pesquisadores de que a floresta está fixando carbono”.
- “Outro resultado destacado pelo pesquisador é a descoberta de uma relação entre água e carbono mais forte do que se imaginava anteriormente, quando iniciaram-se os estudos do LBA, em 1998. Estudos indicam uma maior quantidade de carbono dissolvido nos rios e uma conseqüente maior emissão

93 <http://lba.cptec.inpe.br/lba.conf-manaus02-en/resultado.htm>.

pelos rios. Segundo Luizão, tal constatação reforça a importância da floresta no ciclo do carbono. Campanhas científicas do LBA irão se concentrar nos próximos anos em regiões de áreas degradadas, onde a perda de biomassa e emissão de carbono não é compensada pela absorção da floresta.”

Entre 15 e 17 de maio de 2003, o *LBA* realizou a sua 13ª reunião do *Comitê Científico Internacional*, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. A dimensão mais importante das discussões havidas no comitê representa uma novidade na sua estratégia de ação. Foi discutida mais amplamente a participação do *LBA* no problema do *combate às queimadas, bem como as dimensões humanas nas mudanças climáticas*. Por ocasião da realização da 3ª *Conferência do LBA*, em Brasília, do final do mês de julho de 2004, essas novas dimensões ou abordagens do Programa foram amplamente discutidas, porém seus anais ainda não foram divulgados.

Pode-se, então, concluir que o *LBA*, do ponto de vista geopolítico, conta com uma boa participação dos cientistas brasileiros e que as pesquisas realizadas são de grande importância para a humanidade. Que se trata de um projeto de interesse multilateral entre o Brasil, os Estados Unidos e a Comunidade Européia, o que é uma demonstração evidente de que o governo brasileiro não pretende manter as portas da Amazônia fechadas à pesquisa internacional e, muito menos, para os interesses da humanidade como um todo. Espera-se que o *LBA* ofereça uma séria contribuição à compreensão fenomenológica da inserção ambiental da Amazônia no mundo, seu significado para a humanidade e, em especial, sobre a contribuição que ela pode oferecer para os interesses do gênero humano.

TÍTULO XIV

A ESTRATÉGIA DE AÇÃO DO GOVERNO
BRASILEIRO DIANTE DAS NOVAS INVECTIVAS
DOS PAÍSES RICOS QUE LEVAM À SOBERANIA
RESTRITA SOBRE A AMAZÔNIA

.....

Capítulo 61

O GOVERNO BRASILEIRO INSISTE NAS POSSIBILIDADES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA

A

61.1. O aparato institucional

PARTIR do meado dos anos oitenta, com a divulgação pela ONU do relatório *Nosso Futuro Comum* e com o agravamento das pressões internacionais em decorrência da aceleração da devastação ambiental da Amazônia, o governo brasileiro passou a apostar no *desenvolvimento sustentável da Região*, tal como preconizava a ONU no relatório mencionado. Assim, atuaram insistentemente as autoridades brasileiras ao longo dos anos noventa, através de várias medidas institucionais.

Na primeira metade dos anos noventa, o Governo criou o *Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal*, passando, assim, Região a ter um tratamento político e decisorial de nível ministerial. Com esse objetivo, criou na estrutura do referido Ministério a *Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal*. E mais criou, através do Decreto nº 1541, de 27 de junho de 1995, o *Conselho Nacional de Amazônia Legal*.

O novo aparato institucional e administrativo não se superpõe aos organismos regionais. A intenção aparente é proporcionar aos órgãos

regionais um maior apoio ao processo decisório e, assim, fortalecer as entidades regionais federais, estaduais e municipais.

Dentro dessa perspectiva, uma das primeiras medidas adotadas pelos novos órgãos de ação da Região foi a formulação de *Política Nacional Integrada para Amazônia Legal* e, subseqüentemente, a elaboração da *Agenda Amazônica*, portanto, um conjunto de ações de que visam à aplicação da *Agenda 21*, aprovada pela *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Isso ressalta objetivamente a decisão do governo brasileiro de promover o desenvolvimento da Amazônia com o máximo de sustentabilidade.

É forçoso reconhecer, porém, que, apesar de se tratarem de decisões da maior responsabilidade, concebidas por pessoas e entidades de notório saber sobre a Região, na prática não conseguiram realizabilidade. As ações dos organismos regionais continuaram inteiramente desarticuladas, cada um agindo em sua estreita esfera de ação, desconhecendo a interface que os seus atos guardam com as demais entidades que atuam na Região. E mais, verifica-se ostensivamente que os fundos destinados à iniciativa privada estão voltados, principalmente, para a rentabilidade dos projetos financiados, sem um acurado exame pelas entidades que têm a finalidade de fazer o controle ambiental, para que sejam previamente ouvidos sobre o *licenciamento ambiental* respectivo. Em conseqüência, os projetos não perquirem, com seriedade, dos impactos que sua implantação irá provocar. O resultado é o poder público acabar tornando-se o principal financiador da devastação ambiental da Região.

61.2. Dúvidas e questionamentos sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia

A questão assume uma dimensão objetiva mais forte, quando se reconhece que, mesmo aqueles empreendimentos aprovados com adequados estudos de impacto ambiental, na sua implantação, não conseguem usar tecnologias idôneas e compatíveis com as exigências do Trópico Úmido, inerentes à natureza da Região. Por isso surgem até mesmo questionamentos nos meios científicos quanto à possibilidade do *desenvolvimento sus-*

tentável da Amazônia. Em geral, todos reconhecem que essa possibilidade existe, porém, a longo prazo.

Os estudos que, com esse objetivo, têm sido feitos, nos últimos anos, confirmam essa possibilidade, porém, sua implantação esbarra na inexistência de recursos financeiros, institucionais e humanos para a *difusão e transferência de novas tecnologias*. O Doutor *Alfredo Homma*, em análise sobre o assunto publicada pelo jornal *O Liberal*,⁹⁴ sob o título “*Desenvolvimento Sustentável como Segunda Natureza?*”, ressalta a incompatibilidade financeira entre o desenvolvimento sustentável e a lucratividade dos empreendimentos. Algumas contradições são levantadas pelo ilustre cientista, tais como, a idéia de que “*os processos destrutivos são mais lucrativos*”; ou ainda que “*a pobreza e a miséria tendem sempre a priorizar as necessidades imediatas, mesmo que isso leve à irreversibilidade dos recursos naturais disponíveis a médio e longo prazo*”. Além disso, o sacrifício que é exigido das populações amazônicas, pelos países ricos, é contraditório, já que eles são os maiores poluidores do Planeta.

As ações antrópicas sobre a Região, em geral provocam a devastação ambiental. A começar pela *agricultura* que é praticada de forma rudimentar, fracionada em etapas recolhidas da cultura indígena – brocagem, derrubada, queima, coivara, limpeza e plantio, colheita – portanto, sem correção do solo e adubação, o que leva necessariamente à prática de *agricultura itinerante*, pela qual, no prazo de dois ou três anos de utilização de uma área, o agricultor vê-se na contingência de deslocar-se para outra área, porque a que estava utilizando perdeu a sua fertilidade, face à alta pluviosidade e outros aspectos climáticos. Evidentemente, que esse é um problema cultural das famílias de agricultores e de omissão do poder público quanto à *difusão de tecnologias agrícolas* adequadas e disponíveis nas agências de pesquisas agrícolas, existentes na Região, sobretudo, na EMBRAPA.

O mesmo pode-se dizer da pesca que utiliza instrumentos e tecnologias que não são acessíveis ao pescador artesanal, enquanto o pescador industrial utiliza redes de arrastão que levam à destruição da *fauna acompanhante*.

94 V. jornal *O Liberal*, caderno “Painel”, pág. 7, de 1 de janeiro de 2000.

É consabido que os madeireiros e as grandes empresas de pesca reagem à prática de tecnologias ambientalmente idôneas, pelo alto custo que, segundo eles, têm a sua adoção, a ponto de perderem competitividade no mercado internacional. O fato é que essas afirmações em geral são apriorísticas, porque nunca foram aplicadas em amplitude espacial e temporal que permitam sua avaliação de forma sensata. A revista *Veja*, em sua edição de 22 de agosto de 2001, faz ampla reportagem, subscrita por Leonardo Coutinho, sob o título “*A Floresta do Dinheiro*”, procurando demonstrar que, a *longo prazo*, o Brasil pode auferir fantásticos rendimentos da exploração sustentável da Amazônia, chegando a uma estimativa de *US\$ 1,28 trilhão*, num prazo de *50 anos*.

Esses rendimentos seriam auferidos pela exploração do petróleo, de medicamentos e cosméticos, agricultura e extrativismo, minérios, carbono, turismo e madeiras. Embora se trate de uma especulação hipotética analítica, não se pode deixar de reconhecer que, no período considerado, 50 anos, há grande possibilidade de dar-se consistência tecnológica sustentável e financeira para a análise feita pelo jornalista, com base em elementos colhidos nas agências de poder público e da iniciativa privada que atuam nesses setores.

61.3. *Uma estratégia de longo prazo*

A longo prazo, portanto, a utopia do desenvolvimento sustentável da Amazônia pode tornar-se uma realidade. Afinal, é reconhecido e proclamado que “*as realidades de hoje são as utopias de ontem*”.

No final do Milênio, o *IMAZON – Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia*, em parceria com o *Banco Mundial*, apresentou um estudo de grande significado para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Esse estudo intitula-se *Amazônia Sustentável: Limitantes e Oportunidades para o Desenvolvimento Rural*.⁹⁵ Trata-se da primeira abordagem global sobre as possibilidades do desenvolvimento agropecuário na Amazônia, ressaltando inclusive os problemas que têm levado à baixa ren-

95 *IMAZON – Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia*, em parceria com o Banco Mundial, ano 2002; “*Amazônia Sustentável: limitações e oportunidades para o desenvolvimento rural*”.

tabilidade das culturas de pequeno ciclo, das culturas de longo ciclo e do desfrute pecuário.

O estudo mostra a correlação direta existente entre a pluviosidade da Região e o sucesso ou fracasso das atividades agropecuárias. Indica que a pluviosidade na Amazônia é bastante diversificada e distingue na Região três áreas, com base nos índices pluviométricos: ⁹⁶

a) *A Amazônia Seca*, com pluviosidade abaixo de 1.800 mm/ano, que ocorre, principalmente, em Roraima, Pará e Mato Grosso, compreendendo uma área total de cerca de 17% da Região;

b) *A Amazônia de Transição*, com pluviosidade entre 1.800 mm/ano e 2.200 mm/ano, que corresponde, aproximadamente, a 38% da Região. Aparentemente, se presta para implantar com sucesso as *culturas de longo ciclo*, embora sua viabilidade econômica sofra restrições porque são atacadas por doenças, como o “*mal-das-folhas*” (*Microcyclus ulei*) que atinge a seringueira; a “*vassoura-de-bruxa*” (*Crinipellis perniciososa*) que agride o cacau e o cupuaçu; o fusário (*Fusarium solani*), que ataca a pimenta-do-reino e o “*amarelão fatal*” que agride o dendê e tem causas desconhecidas; assim, apesar dessas restrições patológicas na *Amazônia de Transição*, essas culturas florestais podem ser economicamente viáveis.

c) *A Amazônia Úmida*, com pluviosidade acima de 2.200 mm/ano, chegando às vezes até a 4.000 mm/ano, que compreende cerca de 45% da Região e se estende pelos Estados do Amazonas e Amapá, noroeste de Rondônia, sudoeste, noroeste e nordeste do Pará; as condições de alta pluviosidade tornam difíceis a economicidade das atividades agrícolas, embora haja sucessos nos cultivos da pimenta-do-reino, da malva, do dendê, do maracujá, da laranja, do mamão e do açaí.

É por não levar em conta essas peculiaridades pluviométricas espaciais que tem sido grande o insucesso de vários programas agrícolas

96 IMAZON, *ob. cit.*, folhas 8 a 10.

e pecuários na Região; o que significa dizer que a política agropecuária regional, para ter condições de sustentabilidade e rentabilidade, deve, necessariamente, ser implantada sob orientação tecnológica constante, o que infelizmente não vem sendo observado, pois os estudos da EMBRAPA nem sempre têm condições de *difusão tecnológica*, dadas as dificuldades administrativas e financeiras que sofrem os órgãos e entidades de assistência técnica. Além disso, torna-se evidente que as culturas de longo ciclo não podem dispensar o *manejo tecnológico* adequado para que tenham rentabilidade.

Assim, o estudo do IMAZON chama atenção para as “questões cruciais para o futuro da Amazônia”, que são:

- a) estabelecer uma política de desenvolvimento baseada no manejo florestal;
- b) apoiar a política agropecuária no zoneamento do uso do solo na Região;
- c) separar as fronteiras de exploração madeireira da exploração agrícola, pois a união das duas atividades tem levado à devastação florestal;

Enfim, conclui o IMAZON: ⁹⁷

- “O desempenho da agricultura na Amazônia é fortemente determinado pelos padrões de pluviosidade.”
- “Na floresta úmida, a exploração sustentável poderia oferecer mais empregos, comunidades mais estáveis e melhor retorno de investimento em infra-estrutura do que a agropecuária.”
- “Se as forças de mercado atuarem livremente na região, a exploração madeireira predatória associada à pecuária extensiva, predominará.”
- “O modelo de exploração madeireira predatória tem ocasionado o esgotamento dos recursos florestais nos pólos madeireiros mais antigos.”

97 IMAZON, *ob. cit.*, folha 32.

- “O uso sustentável dos recursos naturais resultaria em maiores benefícios (emprego e renda) no longo prazo.”
- “Porém, no curto prazo os benefícios financeiros e políticos da exploração madeireira predatória tendem a ser maiores.”
- “Portanto, é necessário que o Governo assuma a responsabilidade de garantir o desenvolvimento sustentável.”

É importante citar algumas experiências que vêm sendo feitas com sucesso na implantação de projetos de *desenvolvimento sustentável*. O projeto *Tipitamba*, palavra que significa *capoeira* na língua dos índios tiriós, é um deles. Esse projeto vem sendo aplicado com sucesso pela *EMBRAPA da Amazônia Oriental* e hoje já começa a ser estendido para toda a Região. Seu objetivo é substituir as queimadas por uma técnica de plantio que consiste na *trituração da vegetação*. É evidente que essa tecnologia tem grandes vantagens sobre as queimadas, pois nestas o agricultor é obrigado a esperar que a vegetação seque para poder nela pôr fogo; e depois deixe fazer as coivaras e demais técnicas de limpeza para que o terreno fique apto a receber o plantio. A *trituração da vegetação* pode ser feita em apenas um dia, sem que a área seja submetida aos efeitos perversos das queimadas e suas implicações climatológicas e ambientais.

O Doutor *Alfredo Homma* que atua na *EMBRAPA da Amazônia Oriental* escreveu no jornal *O Diário do Pará* de 6 de abril de 2004, um excelente artigo sobre o *manejo florestal* e *silvicultura* na Amazônia, indicando algumas medidas que podem ser adotadas para a exploração ambientalmente idônea da floresta amazônica e da silvicultura. Essas indicações podem ser assim resumidas:

- chama a atenção de que “a manutenção da indústria madeireira e sua verticalização vão depender da garantia de fornecimento contínuo e crescente de madeira a preços competitivos”;
- “o volume de exportação de madeira no Pará que já chegou a atingir quase 350 milhões de dólares em 1995, mostra a importância que devemos dar a esse setor e sua conseqüente verticalização com capacidade para triplicar esse valor”;
- a implantação das guseiras no Pará e Maranhão mostra que a longo prazo elas não podem depender apenas da utilização de carvão vegetal oriundo das florestas nativas;

- o mercado de papel e celulose vem estimulando o reflorestamento da Amazônia, portanto, com menos pressões sobre a questão ambiental;
- o reflorestamento para atender esses setores e até mesmo garantir a produção de lenha para a produção de farinha de mandioca, mostra a necessidade crescente do incentivo ao reflorestamento;
- o reflorestamento para produção de *madeiras nobres* já vem sendo feito no Pará, inclusive para a produção de mogno;
- no caso das *madeiras nobres* é necessário referir que “*as grandes plantações de teca, madeira de origem asiática, com preços três vezes superiores ao do mogno, estão sendo desenvolvidos, principalmente em Mato Grosso e que, certamente, pode se estender para outros Estados da Região*”. (grifei)

Pelos estudos do doutor Alfredo Homma pode-se verificar que o reflorestamento da Amazônia tem grandes perspectivas, sobretudo, no aproveitamento de áreas já degradadas, fazendo uma reposição da floresta em condições de ser explorada economicamente. Portanto, apesar dos graves problemas ambientais que a Região vem sofrendo, atualmente, há perspectivas, não só da exploração da floresta nativa, mas também, e principalmente, na silvicultura e proporcionar condições de sustentabilidade para a economia florestal.

.....

Capítulo 62

O PROJETO SIVAM/SIPAM – SERVIÇO DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA E SERVIÇO DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

N

62.1. Concepção e origem polêmica

O final dos anos oitenta, o governo brasileiro percebeu que estava diante de um impasse que precisava enfrentar de forma urgente e compatível com a sua magnitude. De um lado, era forçoso reconhecer que a Amazônia continuava a ser uma Região exposta a questionamentos internacionais quanto a sua soberania; aberta ao contrabando; utilizada como rota de narcotráfico; invadida por garimpeiros de todos os recantos do país que utilizavam aeroportos clandestinos e que também serviam como rota para o narcotráfico e o contrabando. De outro, persistiu a devastação ambiental que também serviu sempre de pretexto para questionamentos internacionais e ameaças à soberania nacional.

Foi no contexto desse dilema, que o governo brasileiro concebeu o projeto *SIVAM / SIPAM* entre 1989 e 1990. Precisamente, em setembro de 1990, a *Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE/PR)*, os *Ministérios da Aeronáutica* e da *Justiça* apresentaram ao Presidente da República uma exposição de motivos oferecendo um diagnóstico sobre a questão amazônica e seus aspectos geopolíticos e propondo um modelo institucional de ação com a missão específica de tornar-se uma resposta aos problemas que o País

vinha sofrendo diante da devastação ambiental da Região e, também, de outras ações criminosas que nela vinham sendo praticadas – o contrabando, o narcotráfico, a garimpagem altamente poluente dos rios, as agressões às populações indígenas, etc.

A exposição de motivos apresentou os estudos preliminares que levaram à concepção dos projetos SIVAM e SIPAM. O primeiro era o *Serviço de Vigilância da Amazônia – SIVAM*; o segundo era o *Serviço de Proteção da Amazônia – SIPAM*. Dois projetos complementares, cara e coroa de uma mesma medalha, isto é, o controle e monitoramento da ação antrópica sobre a Amazônia e a articulação interinstitucional indispensável para promover o seu desenvolvimento com o máximo de sustentabilidade.

Após a aprovação da exposição de motivos pelo Presidente da República, os ministérios envolvidos desencadearam um conjunto de ações visando à elaboração dos projetos respectivos. Desses, o mais complexo, não só pela sua amplitude, mas, principalmente, pelas características científicas e tecnológicas que deveria atender, era o *SIVAM*, cuja elaboração ficou a cargo do *Ministério da Aeronáutica*. A elaboração do *SIPAM* ficou a cargo da *Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE / PR)*.

O *SIVAM* foi concebido como um conjunto de equipamentos, tecnologias e estratégias de ação para exercer *vigilância* sobre a Região nos mais longínquos rincões e, assim, coletar dados que pudessem formar *matrizes de informações* para serem transmitidas ao *SIPAM*. Este, por sua vez, formando o conjunto articulado, interinstitucional e multidisciplinar, deve adotar as providências para repressão ou prevenção dos problemas detectados. O primeiro assume, assim, as características de um *projeto*; o segundo de um *programa* articulado de ação.

Pelas exigências de equipamentos e tecnologias que deve utilizar, o *SIVAM* tornou-se de elevado custo financeiro; cerca de *1,4 bilhão de dólares*; tomou-se como premissa que o País não dispunha dos equipamentos de que necessitava, nem das tecnologias indispensáveis à coleta dos dados. Em conseqüência, em agosto de 1993, o Presidente da República, ouvido o *Conselho de Defesa Nacional*, decidiu dispensar a licitação internacional para a aquisição dos equipamentos e serviços necessários à implantação do projeto.

Esse ato deu origem a um amplo debate pela imprensa e no Congresso Nacional que discutiu as questões fundamentais, sobre o projeto

- uns, contestando a necessidade do *SIVAM*;
- outros, o seu custo muito alto e a relação custos e benefícios do projeto;
- outros, ainda, afirmando que o projeto, embora necessário, poderia ser implementado por cientistas brasileiros e não entregue a empresas estrangeiras como preconizavam as propostas feitas;
- outros, finalmente, levantando questionamentos sobre a lisura na implantação do empreendimento.

O assunto passou ser objeto de contestações no Congresso Nacional, inclusive quanto à lisura na implantação do projeto, o que acabou gerando a queda do ministro da Aeronáutica e de um embaixador que exercia suas funções na Presidência da República.

Os depoimentos prestados pelo *Ministro da Aeronáutica* e pelo *Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República*, no Congresso Nacional, dirimiram as principais dúvidas levantadas pelos parlamentares, e o *SIVAM*, afinal, foi aprovado, tendo o governo brasileiro concordado com a contratação de *Raytheon Company*, empresa norte-americana, por julgar sua proposta mais vantajosa do que a da empresa francesa *Thompson*. O Senado Federal aprovou a proposta de financiamento externo para o *SIVAM*, no valor de *R\$ 1,395 bilhão*; parte desses recursos financiados pelo *EXIMBANK*, parte pela *Raytheon*. A aprovação do Senado encerrou as discussões e o projeto passou a sua fase de implantação.

O cronograma do *SIVAM*, a contar de julho de 1997, estabelece o prazo de *5 (cinco) anos para sua implantação*, portanto, o empreendimento deveria entrar em operação até o final do ano de 2002.

62.2. O modelo institucional

Enquanto sistema de coleta de dados e geração de informações, o Projeto *SIVAM* compreende *3 (três) Centros Regionais de Vigilância (CRV)* – *Belém, Manaus e Porto Velho*; um *Centro de Apoio Logístico (CAL)*, em

Manaus; e um *Centro de Coordenação Geral (CCG)*, em *Brasília*; este último tinha sua implantação prevista para o final do ano 2002, quando era esperada a conclusão da implantação do projeto. Além desses Centros, o projeto deverá implantar, ainda, *Unidades de Vigilâncias (UV)*, *Unidades de Vigilâncias Transportadas (UVT)*, e *Unidades de Telecomunicações (UT)*, dispersas ao longo de toda a Região.

Esses Centros e Unidades formam um conjunto sistêmico que, segundo publicação do próprio *SIVAM*, é constituído de três subsistemas:

- *O Subsistema de Aquisição de Dados* – formado pela rede de sensores, incluindo o sensoriamento remoto por satélite, radares fixos, transportáveis e aeroembarcados; coleta de dados meteorológicos e hidrológicos.
- *O Subsistema de Tratamento e Visualização de Dados* – banco de dados relacionais, informações geográficas colhidas através de modernos equipamentos de tratamento de imagens e dados de inteligência artificial.
- *O Subsistema de Telecomunicações* – que utilizará meios próprios, públicos e privados para integração do sistema, constituído por uma rede física de telecomunicações.

Como se pode observar, o *SIVAM* deverá cobrir toda a Amazônia, com equipamentos tecnológicos avançados, como satélites, aeronaves, radares, serviços de telecomunicações, estações meteorológicas. Esse conjunto de equipamentos e tecnologias deverá possibilitar o conhecimento em *tempo real* das ações antrópicas que podem ter qualquer resultado deletério para a Região. A visualização cartográfica do *SIVAM*, ao longo da Região, e sua conexão com a capital do País é a que está apresentada no *Mapa XVII*.

O *SIPAM*, pela dimensão substantiva que possui em relação ao projeto como um todo, é apresentado em opúsculo, divulgado pelo projeto, que tem o sugestivo título: *O Sistema de Proteção da Amazônia: uma Questão de Soberania*. Uma forma direta de definir a *atividade-fim* do projeto, sob ótica geopolítica. Em suas áreas ou instrumentos de ação ressalta a publicação que o *SIPAM* deverá proporcionar:

- Vigilância Ambiental;
- Vigilância do Espectro Eletromagnético;
- Controle de Ocupação e Uso do Solo;
- Vigilância e Controle de Fronteiras;
- Prevenção e Contato de Endemias e Epidemias;
- Rápida e Eficaz Atuação da Defesa Civil;
- Identificação e Combate a Atividades Ilícitas;
- Proteção de Terras Indígenas;
- Vigilância e Controle do Projeto Aéreo;
- Apoio do Controle e a Circulação Fluvial;
- Apoio às Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável da Região;
- Outros produtos e serviços.

Como se vê, trata-se de um programa ambicioso que evidentemente levará alguns anos até a sua consolidação. A expectativa da *vigilância ambiental*, por exemplo, depende de atividades complementares, que o dispositivo institucional existente na Região, está longe de preparo adequado. Não, apenas, quanto à vigilância *stricto sensu*, mas principalmente, em seu *sentido lato*, que possibilitará a adoção, pelas populações regionais, de tecnologias de ação antrópica compatíveis com as características climáticas e pedológicas do *Trópico Úmido* inerentes à Região. É reconhecido que quase toda a ação antrópica que vem sendo praticada na Região tem sido sempre ambientalmente perversa, porque utiliza tecnologia rudimentar, necessariamente devastadora. É o caso das atividades agrícolas e pecuárias, ambos utilizando tecnologias que levam ao rápido empobrecimento do solo, o que provoca a *agricultura itinerante* e de *regime extensivo*; e a pecuária de *baixo desfrute* e *sustentabilidade*; a *tecnologia de pesca* tem caráter *predatório*; a *atividade madeireira* é necessariamente *devastadora* pelo tipo de tecnologia que utiliza. O controle da exploração da *biodiversidade* é extremamente difícil e, hoje, sabe-se que é mais utilizada por outros países, através da *biopirataria*, disfarçada ou ostensiva, do que pelos países amazônicos. O *SIPAM*, entretanto, é um

modelo de ação coordenado, articulado e integrado que, a longo prazo, tem condições de superar esses obstáculos. E, se não for o SIPAM, dificilmente será encontrado outro modelo institucional adequado e eficaz para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Apesar das limitações das ações institucionais que têm tido pouco alcance e, por isso, se revelam incapazes de provocar mudanças atitudinais na ação antrópica praticada na Região, é preciso depositar muitas esperanças no *SIPAM*, pois, apoiado em um fantástico sistema de informações, pode, com ação coordenada e articulada, descobrir as limitações que têm os órgãos regionais para cumprir suas tarefas e suprir suas deficiências.

É forçoso reconhecer e proclamar que a implantação do projeto *SIVAM/SIPAM* tem todas as condições para ser uma resposta objetiva e concreta em favor da soberania nacional sobre a Amazônia, pois é, sem dúvida, o maior empreendimento de monitoramento ambiental do mundo.

Entre a sua concepção e a sua inauguração, o Projeto *SIVAM/SIPAM* passou por algumas mudanças estruturais objetivando não só torná-lo mais eficaz, como também compatibilizá-lo com as necessidades decorrentes da atuação das diversas agências governamentais com o *SIPAM*. Assim, foi criado o *CONSIPAM – Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia*; além disso, cuidou-se da implementação do *Plano de Ativação* dos órgãos que devem nortear seu desempenho articulado com o *SIPAM*, tais como: a *ANA – Agência Nacional das Águas*; a *ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações*; o *DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral*; o *DPF – Departamento de Polícia Federal*; o *IBAMA*; a *FUNAI*; o *IBGE*; o *INPE*; e diversos órgãos das forças armadas.

62.3. Inauguração

No dia 25 de julho de 2002 foi oficialmente ativado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso o *SIPAM/SIVAM*, através do *Primeiro Complexo Operacional*, sediado em Manaus. Alguns pontos do pronunciamento do Presidente da República devem ser aqui ressaltados pela importância geopolítica de que se reveste o grande projeto:

“E tudo isso resulta, para nós, em uma pesada responsabilidade: como desenvolver, de forma sustentável, de forma ambientalmente responsável, esse imenso território com que fomos abençoados?”

“Desenvolvê-lo não apenas para nós, mas também para as gerações futuras. E desenvolvimento se faz com trabalho, com investimento e com conhecimento. Conhecimento que, no caso da Amazônia, requer um esforço especial, e que ganha um impulso extraordinário, hoje, com a inauguração do *Sistema de Vigilância e Proteção da Amazônia, o Sivam e o Sipam*.”. (grifei)

.....

“Há muita gente que fala sobre a importância da nossa soberania. É importante que se fale. *Mas importante, mesmo, é exercer efetivamente a soberania. É o que estamos fazendo aqui, hoje. Estamos pondo em funcionamento um sistema que nos dará condições para um controle mais efetivo sobre o território e sobre o espaço aéreo de toda a Região Amazônica. Também controle sobre seus recursos naturais. Controle sobre esta vasta região geoeconômica. É uma afirmação, também, da competência tecnológica do Brasil*”. (grifei)

.....

“O *Sivam/Sipam* permitirá que o processo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia se faça da forma mais racional. Permitirá enfrentar problemas que não são novos, mas que são graves e precisam ser equacionados para que a Amazônia possa crescer e dar a seus habitantes melhores condições de vida. Problemas como o do manuseio inadequado dos espaços e do solo, que são problemas antigos e que poderão ser revistos agora. Também a exploração predatória de recursos naturais e – para falar no mais importante – a insuficiente qualidade de vida das populações.”

.....

“A escassez de presença do poder público em algumas áreas mais isoladas será suprida pelas informações, como nós pudemos ver há pouco, que virão dos sensores, virão dos aviões que transmitem os sinais, virão dos radares. *Isso tudo permitirá que a*

presença do Estado marque a nossa soberania de uma forma concreta nesta região.”

.....

“Vejo a exploração racional de florestas e recursos biológicos em benefício de todos, mas, muito particularmente, das próprias populações amazônicas, inclusive as indígenas, que merecem atenção especial. Vejo a conquista de resultados definitivos na garantia da segurança dos cidadãos e na prevenção de atividades criminosas.

Vamos mostrar ao mundo que a prevenção da Natureza não implica abrir espaços para o crime e a ilegalidade – antes o contrário.”

.....

“Quero, também, deixar uma palavra de gratidão e apreço a todos os políticos e parlamentares, não só desta região, senão de todo o Brasil. Por isso, pedi realmente que o nosso Senador Ramez Tebet pudesse expressar o seu sentimento. E a Amazônia tem representantes no Congresso, que lutaram, também. Muitos.

“Seria injusto se não dissesse, aqui, que reli, recentemente, os discursos do líder do Governo, Deputado Artur Virgílio, a respeito do Sivam/Sipam. Em momentos que não eram propriamente os do aplauso generalizado, como hoje, mas que era o do ceticismo contagiante. E, nunca, esses homens da Amazônia deixaram de fazer-nos compreender a importância da continuidade do Projeto Sivam/Sipam.

“Citei o presidente Tebet, que foi o relator. Mas, certamente, estou omitindo muitos outros que, nos momentos necessários, entenderam que era preciso esclarecer problemas, mas nunca perder de vista a importância de nós seguirmos trabalhando *pela modernização desta região e pela sua continuidade, como parte do Brasil.*

E, sendo parte do Brasil, por consequência, também, com a responsabilidade nossa, de brasileiros, no que diz respeito ao con-

junto do Planeta. Porque nós temos responsabilidade da preservação construtiva desta área, mormente num momento em que há tanta atenção à necessidade do desenvolvimento de formas sustentáveis de crescimento econômico.” (grifei)

Um dos acontecimentos mais importantes da inauguração do empreendimento foi um ato emblemático. O Ministro da Justiça, *Paulo de Tarso Ramos Ribeiro*, determinou à *Polícia Federal* que estourasse um campo de aviação clandestino que os narcotraficantes colombianos mantinham como ponto de apoio, situado em território brasileiro, nas cabeceiras do alto rio Negro. Foi um sinal dado pelas autoridades brasileiras, não só do papel que o projeto *SIVAM/SIPAM* iria exercer no combate ao narcotráfico colombiano, mas também da *presença soberana do Brasil sobre a Amazônia*.

O andamento desse fantástico empreendimento continua. Certamente sua definitiva implementação encontrará muitos percalços, sobretudo, pela dificuldade que haverá para que haja sinergia e sintonia entre as diversas agências e órgãos que devem ter sua atuação imbricada com o sistema *SIPAM/SIVAM*. No momento em que este estudo está sendo redigido, já se podem contabilizar os primeiros resultados positivos do empreendimento. O jornal *O Estado de São Paulo*, edição do dia 16 de março de 2003, anunciou que, em um mês de atuação, o projeto *SIVAM/SIPAM* pôde apresentar os seguintes resultados:

- “84 aviões em vôo ilegal foram identificados e apreendidos”.
- “33 novas pistas de pouso clandestinas foram mapeadas, fechadas e destruídas”.

Estes seriam os primeiros resultados benéficos do Projeto. Por outro lado, o jornalista *Lúcio Flávio Pinto*, na edição do *Jornal Pessoal* da 1ª quinzena de abril de 2003, chama a atenção para a informação de que “*técnicos brasileiros encarregados de operar esse sistema através do SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia), estão chegando à conclusão de que receberam como acervo uma autêntica caixa preta*”. A solução para o problema alvitrada no simpósio havido no Museu Goeldi em fevereiro de 2003, seria nacionalizar o *SIVAM* “*a partir de dentro*”, através do centro científico sediado em Brasília. *Lúcio* pondera que o mais adequado seria sediá-lo na Amazônia,

incorporado à *Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA* que teria, assim, um papel científico relevante no campo da ciência, despida, porém, de suas funções tradicionais, originárias da SUDAM, funções que o poder público já se revelou incapaz de exercer. Como se vê o sistema *SIVAM/SIPAM* continuará sendo objeto de debates, nos quais sempre será incluída a sua forte dimensão geopolítica.

No segundo semestre de 2003 começaram a ser divulgadas as primeiras informações sobre a implantação do *SIPAM – Serviço de Proteção da Amazônia*, ressaltando, sobretudo, o engajamento e a expectativa otimista da comunidade científica amazônica e do País quanto à obtenção de dados importantes para suas pesquisas, como informações mais precisas sobre as estimativas da biomassa vegetal e subsídios para os estudos do carbono, da fitologia e do manejo florestal. Já foi criado o *Centro Gestor de Operações do SIPAM (CENISIPAM)*, vinculado à Casa Civil da Presidência. Admite-se que hoje 70% (setenta por cento) já estejam operando em co-gestão com o INPE, o IBAMA, a FUNAI, a Polícia Federal e o Ministério da Defesa, além de convênios com outras entidades científicas de atuação regional. *O Mapa XVIII*, indica os Centros Gestores de Operação do SIPAM, localizados em *Brasília, Belém, Manaus e Porto Velho*.

Em 2004, observou-se que a implantação do SIVAM e do SIPAM foi acelerada, no sentido da instalação das unidades que os integram ao longo de toda a Região, compreendendo todo o sistema de radares, fixos e móveis, bem como as estações meteorológicas. Também o SIPAM teve sua implantação acelerada, sobretudo para executar o seu papel de *fazer articulação interinstitucional* para que os diversos órgãos regionais façam adequada utilização das informações geradas pelo SIVAM. É uma quantidade muito grande de organismos, cuja atuação na Região depende fundamentalmente, não só de informações mais precisas sobre as suas áreas ou setores de atuação, mas também de um *fortalecimento institucional* que possibilite a maximização do seu desempenho. *O Mapa XIX* apresenta os *Terminais Remotos* de atuação do SIPAM e dá uma idéia da vasta amplitude de sua ação ao longo da Região.

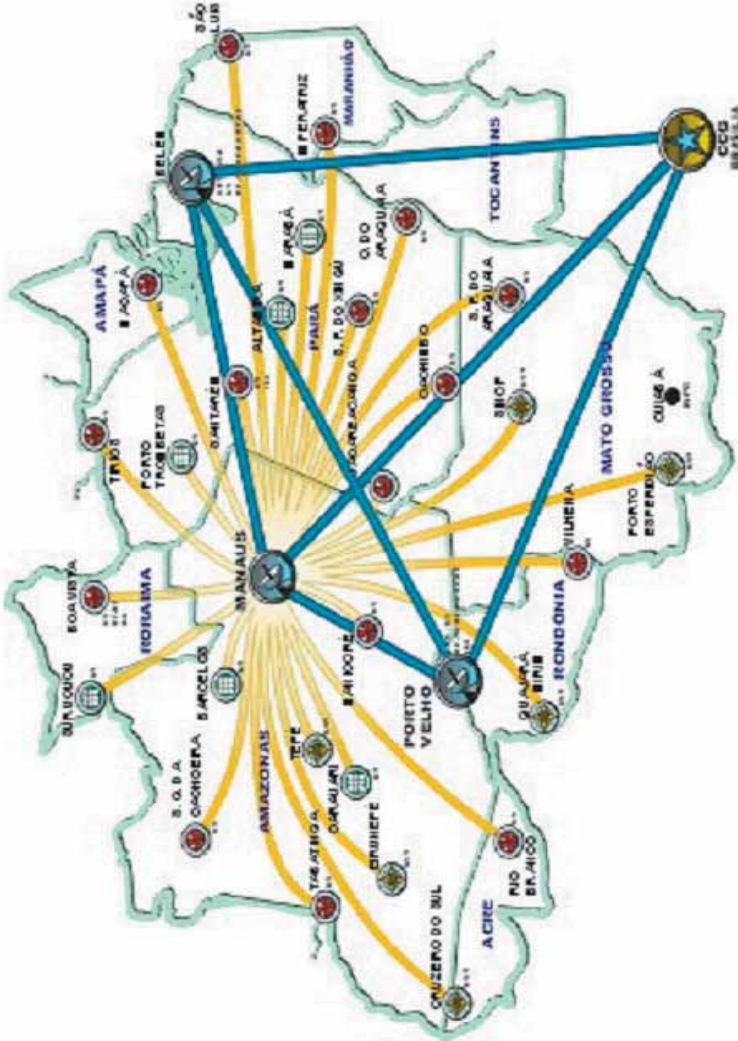
O SIPAM divulgou, em publicação especial, suas diversas áreas de ação, com uma nova sistematização, compreendendo:

- vigilância ambiental;
- monitoramento do desmatamento;
- monitoramento da poluição;
- monitoramento da cobertura vegetal;
- vigilância territorial;
- vigilância meteorológica;
- vigilância do espectro eletromagnético;
- planejamento e controle de operações.

O *gráfico demonstrativo* apresentado em anexo, permite uma melhor compreensão da sua ação interinstitucional, indicando todos os *ministérios* que estarão articulados ao SIPAM, as *bases tecnológicas* e as *áreas de gestão* que levarão aos objetivos que o órgão pretende atingir.

Finalmente, é importante ressaltar que foi baixado o *Decreto nº 5.144 de 16 de julho de 2004*, do Senhor Presidente da República, regulamentando os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 303 da Lei nº 7.565 de 19.12 de 1986 – *Código Brasileiro de Aeronáutica*. Esse decreto dispõe sobre a interceptação de “*aeronaves hostis ou suspeitas de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins*”, levando em conta que estas podem apresentar ameaças à segurança pública. Os artigos 4º, 5º e 6º do mencionado decreto admitem até a possibilidade de *destruição dessas aeronaves*, se esgotadas todas as medidas preconizadas para sua interceptação. Evidentemente, que essas disposições normativas terão um grande *impacto de dissuasão*, sobretudo diante de ameaças de guerrilhas dos países vizinhos, em fuga para o território amazônico brasileiro, ou o tráfico internacional de drogas.

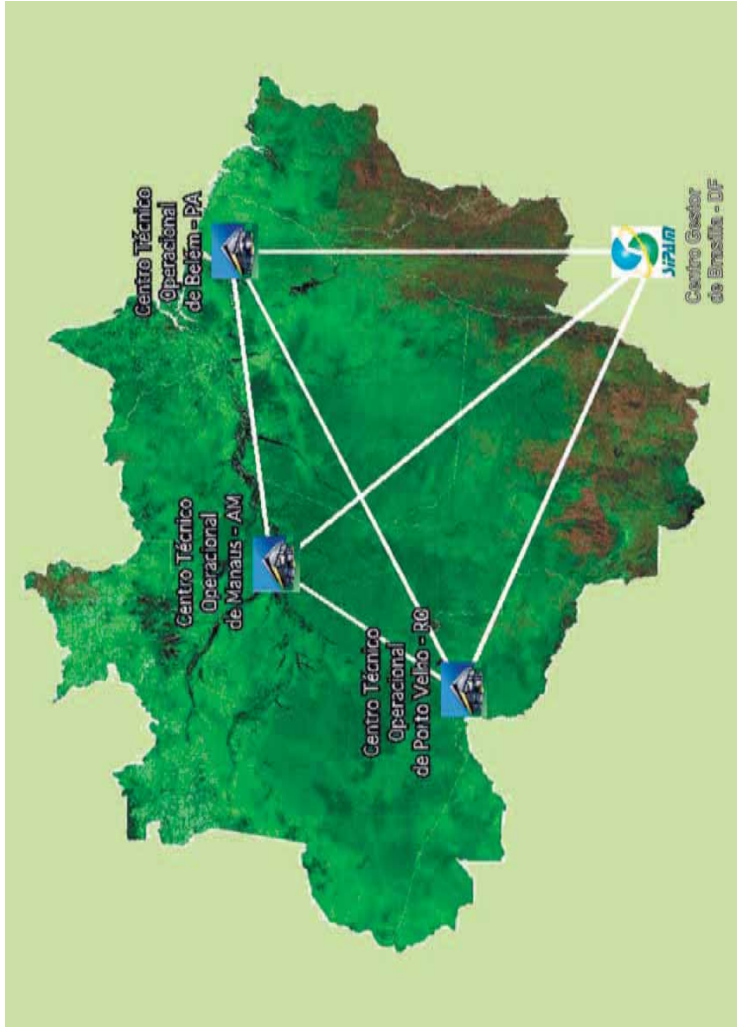
MAPA XVII
SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia



Fonte: Internet: www.sivam.gov.br

MAPA XVIII

SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia



MAPA XIX
SIPAM – Terminais Remotos

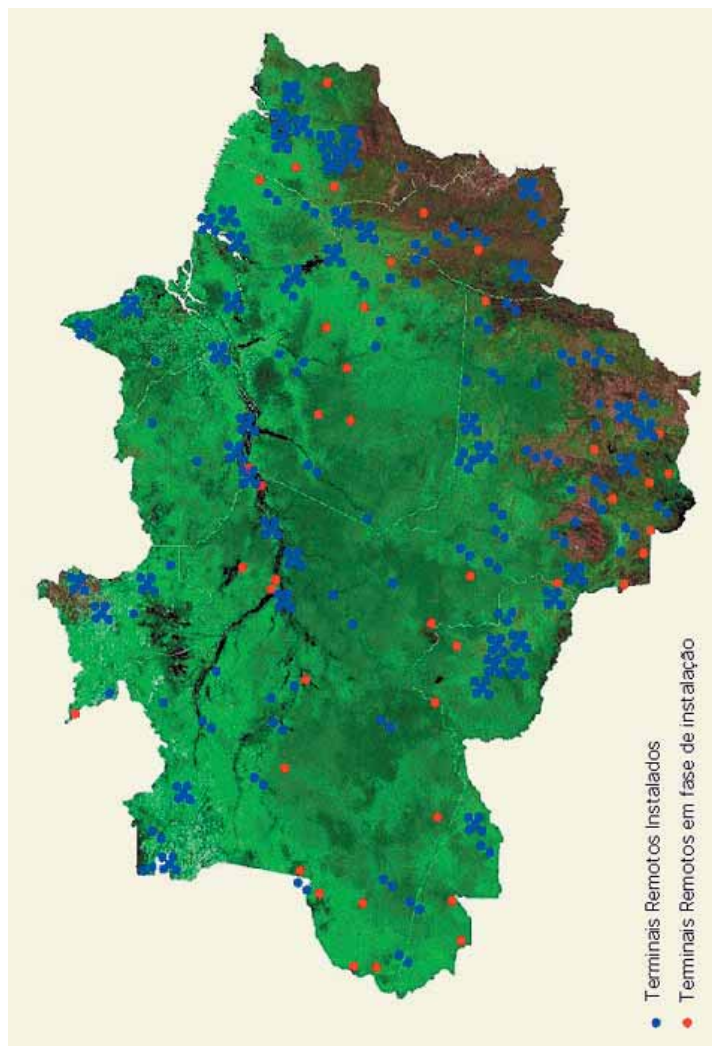
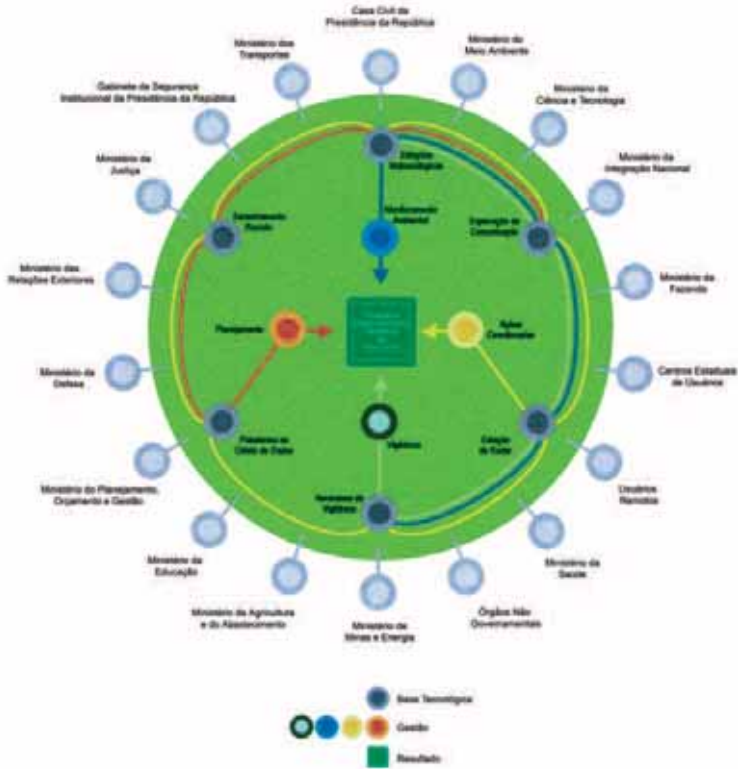


Gráfico demonstrativo da sistemática de atuação do SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia



TÍTULO XV

A TRANSIÇÃO PARA O NOVO MILÊNIO EM
TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO: NOVAS ABORDAGENS
CONCEITUAIS DE SOBERANIA E O DESEMPENHO
DO GOVERNO BRASILEIRO

.....

Capítulo 63

NOVAS ABORDAGENS CONCEITUAIS DA SOBERANIA EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO E SEUS QUESTIONAMENTOS GEOPOLÍTICOS

A

63.1 A concepção clássica de soberania

GLOBALIZAÇÃO dos mercados e o surgimento de uma ordem internacional fracionada em grupos de países com interesses comuns, como a *União Européia*, o *Mercosul*, o *Nafta* e outros, geraram limitações sobre a soberania dos países que os integram. A globalização por si, pelo poder econômico que exerce sobre os diversos países, necessariamente, provoca limitações à soberania, principalmente em se tratando de países pobres e também dos países emergentes, estes objeto do primeiro impacto dos efeitos perversos da transnacionalidade dos mercados.

A noção clássica de soberania supõe o poder supremo de que goza o Estado, no sentido de decidir sobre os seus próprios destinos, observados os imperativos estabelecidos pelo *Direito Internacional Público*. Admitia-se, então, que não poderia existir soberania relativa, limitada ou condicionada, decorrente de outro poder normativo. Surgiram, assim, várias teorias para explicar o conceito de soberania, seja como uma manifestação da vontade popular, seja em função das características próprias do poder monárquico ou dos regimes totalitários em geral. A noção clássica de soberania, entretanto, orienta-se no sentido de que ela é, a um só tempo, *una, indivisi-*

vel, inalienável e imprescritível (Jean Bodin), características essas que foram abaladas pela globalização da economia e suas inevitáveis conseqüências geopolíticas.

A visão moderna de *soberania* pode ser comparada com a da *propriedade*. Naquela há um “*jus imperium*”; é a *soberania absoluta*. Nesta há o “*jus dominium*”; é a propriedade absoluta. São conceitos totalmente ultrapassados; não se admite mais a propriedade dissociada da sua *função social*; o uso anti-social de propriedade cria para o Estado o dever da desapropriação. Como afirma o Papa João Paulo II, existe “*uma hipoteca social que grava toda propriedade*”.⁹⁸ Assim, o conceito de soberania absoluta, embora seja, ainda, freqüentemente adotado, é fruto dos regimes políticos totalitários e cada vez mais se tornam exceção na História e, quando surgem, acabam isolados da comunidade das nações. *É impossível imaginar-se um país sem acordos de cooperação*, pois se torna isolado do mundo, passa a sofrer a mais cruel conseqüência do isolamento sociopolítico: a “*albanização*”, termo auto-explicável pelo drama que sofreu a *Albânia*, durante mais de 40 anos de ditadura comunista.

É próprio do nosso tempo que os países mantenham vínculos permanentes através das *organizações internacionais*, que se aglutinam em torno da ONU, com a finalidade, não só de promover a paz entre as nações, mas também de articular a *cooperação internacional* entre os povos.

É forçoso reconhecer, porém, que essas organizações internacionais, apesar das pressões que sofrem dos países ricos, têm proporcionado um bom apoio aos países em desenvolvimento e, também, aos mais pobres, embora o peso dos países ricos no seu respectivo processo decisório funcione como um fator de inibição para uma atuação mais fecunda. Um destaque pode ser dado à *OMC (Organização Mundial do Comércio)* que, pelos poderes normativos e contenciosos que possui, tem provocado fortes limitações à soberania dos países membros. O desempenho desse organismo tem sido, aparentemente, mais isento, como foi no caso das pendências comerciais da *EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica* com sua con-

98 Discurso do Papa João Paulo II, em Puebla, a 28.1.1979.

corrente do Canadá, a *Bombardier*, o caso da taxaço pelos Estados Unidos do algodão e do açúcar importados do Brasil.

63.2. *A soberania limitada*

A criação da *Organização das Nações Unidas*, embora tenha ressalvado que, na sua origem, estava a *vontade soberana* dos povos que a integram, ao longo do tempo, tornou-se um *fator limitante da soberania*, diante da maximização dos regimes de cooperação internacional sobre os mais diversos ângulos da sociedade humana que a nova entidade implementou. Diz-se, então, que, quando o Estado livremente assume a cooperação internacional, os aspectos normativos inerentes à cooperação assumida adquirem uma força normativa para o povo de cada país integrante do acordo respectivo. Passou-se, daí em diante, a admitir que os Estados, pelos acordos de cooperação que celebram, de forma cada vez mais ampla e verticalizada, tornam a sua soberania autolimitada, em função do próprio regime de cooperação internacional a que livremente aderiram. Evidentemente, que essas medidas passaram a excluir totalmente a noção de *soberania absoluta*, para exaltar a *soberania livremente autolimitada* pelos países que integram acordos de cooperação internacional.

É claro que a globalização da economia e dos mercados, em geral, a partir da última década do século passado, desencadeou um fato novo, provocado pela volatilidade dos mercados de capitais, que geraram, para os países mais vulneráveis, limitações geopolíticas e inafastáveis restrições a sua soberania, pela inelutável dependência que passaram a ter dos fluxos desses capitais. A captação ou a fuga desses capitais podem levar os países mais pobres ao enriquecimento acelerado ou a bruscas depressões econômicas, que aumentam dramaticamente suas condições de pobreza.

Essas assertivas são amplamente discutidas e demonstradas pelo jurista *José Eduardo Faria*, em seu livro *O Direito na Economia Globalizada*, que peremptoriamente, afirma:

- “o grande desafio é, justamente, dar conta dessa ruptura entre a soberania *formal* do Estado e sua autonomia decisória

substantiva, por um lado, e da subsequente recomposição do sistema do poder provocada pelo fenômeno da globalização.”

- “*A soberania do Estado-nação não está sendo simplesmente limitada, ... porém comprometida na base.*”
- “*Uma das facetas mais conhecidas desse processo de redefinição da soberania do Estado-nação é a fragilização de sua autoridade, o exaurimento do equilíbrio dos poderes e a perda de autonomia do seu aparato burocrático.*”
- “*os setores vinculados ao sistema capitalista transnacional e em condições de atuar na ‘economia-mundo’ pressionam o Estado a melhorar e ampliar as condições de ‘competitividade sistêmica’.*”
- “*Entre outras pretensões, eles reivindicam a eliminação dos entraves que bloqueiam a abertura comercial, a desregulamentação dos mercados, a adoção de programas de desestatização, a ‘flexibilização’ da legislação trabalhista e a implementação de outros projetos de ‘deslegalização’ e ‘desconstitucionalização’.*”⁹⁹

Além disso, o poder que têm as agências financeiras internacionais, sobretudo, o *Fundo Monetário Internacional*, o *Banco Mundial* e a *Organização Mundial do Comércio*, tornaram a soberania desses países obviamente mais restrita. Considerando que essas situações são sempre tuteladas pelo *Direito Internacional Público*, as modernas concepções de soberania inserem no seu conceito a noção de que se trata de um poder submetido a regras jurídicas. Assim, o jurista uruguaio *Hebert Arbuét Vignali* ressalta:

“... uma decisão adotada por um Estado, livre e soberanamente, enquanto não o faça perder sua capacidade de exercer o *jus legationem* e o *jus tratatum*, não determinará a perda da sua soberania como atributo jurídico-internacional.”¹⁰⁰

99 Faria, José Eduardo, *O Direito na Economia Globalizada*, Malheiros Editores, págs. 23 a 26.

100 Vignali, Hebert Arbuét, *O Atributo de Soberania*, ed. do Senado Federal, 1996, pág. 24.

Por outro lado, o ilustre jurisconsulto chama a atenção para o aspecto fático do exercício da soberania, sob pena de juridicamente descaracterizar-se, dizendo:¹⁰¹

“ Se essa mesma decisão foi imprudente, não considerou a situação de fato e por isso limita ou pode limitar para o futuro e no campo fático a capacidade de agir do Estado na defesa dos seus interesses vitais e do maior bem-estar de suas populações, de acordo com a vontade política, pode afirmar-se que, a partir de um enfoque político-internacional, se desprezou, limitou, comprometeu, alienou ou perdeu a soberania política do Estado ou um aspecto ou parte substancial dela.”

63.3. Implicações geopolíticas da soberania limitada para os países pobres

O atributo da soberania deve ser entendido, assim, em primeiro lugar e originariamente, como uma concepção de natureza política que se realiza objetiva e faticamente; além disso, essa qualidade da soberania é exercida entre dois eixos: de um lado, *um Estado* que manifesta a sua vontade soberanamente; e de outro, os *demais Estados* que reconhecem essa manifestação. Por isso mesmo, somente os estados possuem soberania, enquanto sujeitos do *Direito Internacional* que exercem a sua vontade de acordo com os marcos jurídicos, políticos e institucionais em que atuam. Surge aí o drama do mais fraco diante do mais forte. Os estados ricos contraem a soberania dos países mais fracos, através do sistema financeiro internacional, impondo contratos de cooperação que se tornam, no plano internacional, verdadeiros “*contratos de adesão*”, sem os quais vêem suas economias destroçadas, seu empobrecimento aumentar rapidamente, ampliando a *linha demarcatória da pobreza de seu povo* e declinando vertiginosamente seus *índices de desenvolvimento humano*.

Registre-se que esse tipo de acordos torna-se limitante da soberania, diante dos contratos celebrados com entidades internacionais da cooperação. A ONU e seus organismos freqüentemente se apresentam como

101 Vignali, Hebert, *ob. cit.*, pág. 24.

entidades supranacionais. “No campo da cooperação, os organismos regionais baseados no art. 52 da Carta da ONU (OEA, OTAN) têm agido em flagrante desrespeito à soberania dos países que os integram ...”, acicata o jurista Aderbal Meira Matos.¹⁰² É o *eclipse da soberania*. É, assim, que funciona a *soberania como processo*, no conceito dos estados nacionais no mundo globalizado, em que a soberania para os países mais ricos é tendente à *práxis do absoluto*; e para os mais pobres é tendente à *práxis do relativo*, do *limitado*. Não foi, por outra razão, que a *Cúpula de Haia* pretendia formalizar que o Brasil e demais países amazônicos somente gozam de *soberania relativa* sobre a Amazônia.

102 Matos, Aderbal Meira, *Direito e Relações Internacionais*. Editora CESUPA, 2003, pág. 138.

.....

Capítulo 64

A PERSISTÊNCIA DAS AMEAÇAS À SOBERANIA DO BRASIL SOBRE A AMAZÔNIA NO FINAL DO MILÊNIO



64.1. O enfoque geopolítico sobre a Amazônia como “Patrimônio da Humanidade”

INSUCESSO da tentativa feita pelos países ricos no sentido de implementar uma entidade com jurisdição supranacional para administrar a questão ambiental amazônica, o que levaria à internacionalização da Região, não foi suficiente para arrefecer o propósito plurissecular desses países, no sentido de encontrar uma forma de intervir na Amazônia, com poder decisório sobre o regime de gestão dos seus recursos naturais. As invectivas contra a soberania brasileira sobre a Região persistiram, embora de forma mais dispersiva e nem sempre com um caráter oficial. A posição do Brasil e suas reações tornaram-se mais enérgicas e sua *capacidade de dissuasão* aumentou extraordinariamente, como adiante será visto.

Como sempre, essas ameaças ou estratégias de internacionalização surgem de forma sutil, aparentemente inocente. É o caso, a título de exemplo, das afirmações feitas por cientistas estrangeiros reiteradamente, no sentido de que a “*Amazônia é um Patrimônio da Humanidade*”. Visualizada, assim, sob a ótica estritamente ambientalista, poderia ser essa afirmação entendida em sentido lato, para proclamar que a Amazônia é im-

portante para a humanidade e que seus recursos são uma alternativa para suprir a escassez de bens essenciais à sobrevivência do gênero humano, sem, entretanto, violar a soberania nacional. Não é assim, entretanto, que habitualmente essas afirmações são feitas. Pretende-se, em geral, dizer que a Amazônia não pertence aos países que, sobre ela, detêm soberano domínio; e sim a entidades internacionais, como a ONU e as organizações sobre as quais tem controle; sugere-se até que a Amazônia seja ocupada e dominada como foi a *Antártida*, através de um *Tratado Internacional* que simplesmente viesse a suprimir qualquer soberania sobre a Região. Não são, porém, afirmações oficiais: as autoridades não cometem essa grosseira; contentam-se em maximizar a necessidade de cooperação científica e a reiterar a incapacidade do Brasil para promover a gestão ambiental de seu vasto patrimônio natural.

64.2. A sugestão de intervenção militar na Amazônia feita em conferência no MIT

No final dos anos noventa, houve um incidente que, pelo seu caráter oficial, é importante aqui referir. O general norte-americano *Patrick Hughes*, do alto de sua condição de diretor de *Agência de Informações das Forças Armadas dos Estados Unidos*, teria defendido a *intervenção militar na Amazônia*, em conferência que pronunciou no *Programa de Estudos de Segurança do Massachusetts Institute of Technology – MIT*. Diante do noticiário havido sobre essa grave e provocante afirmação, o Presidente da República, *Fernando Henrique Cardoso*, aproveitou uma solenidade em que saudava os oficiais-generais recém-promovidos para, em seu discurso, reafirmar a soberania do Brasil sobre seu território, tendo como prioridade a missão das Forças Armadas, sem fazer qualquer alusão ao discurso que teria feito o general norte-americano. O pronunciamento do chefe da Nação teve um *feedback geopolítico* imediato. Poucas horas depois, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil emitiu uma nota oficial desmentindo que tivesse o general *Patrick* feito qualquer pronunciamento em relação à Amazônia e que, em momento algum, o general havia defendido ações militares americanas sobre a Amazônia.

Do incidente havido, podem ser obtidas as seguintes ilações; não ficou bem claro se o general havia feito ou não a afirmação a ele atribuída. Todavia, pôde o Brasil colher uma declaração oficial de que, sinceramente ou não, o governo americano, não compactua com qualquer idéia intervencionista sobre a Amazônia. Isso, evidentemente, foi uma satisfação ao Presidente da República, cujas palavras tiveram um eco positivo no País e possibilitou uma resposta do governo americano, altamente conveniente aos interesses nacionais sob o ângulo geopolítico. Mesmo que verdadeiras as declarações atribuídas ao general, o embaixador *Antônio Dayrell de Lima*, diretor do *Departamento de Temas Especiais do Itamarati* ressaltou que “a declaração de um indivíduo não representa a palavra do governo americano”.

64.3. O incidente provocado pelas declarações do porta-voz do comando sul das Forças Armadas Americanas

O incidente mais grave, porém, ocorreu em *junho de 1997*, quando a imprensa noticiou que a tenente *Jane Campbell*, da Marinha americana, porta-voz do Comando Sul das forças armadas americanas, havia declarado que uma tropa de elite dos Estados Unidos, denominada *Grupo Verde*, já estava preparada para “*guardar a floresta amazônica*”. A repercussão no Brasil foi muito forte. O assunto, em seus pormenores, foi bem veiculado por uma reportagem da revista *ISTOÉ* que vai a seguir transcrita integralmente.¹⁰³

“Selva verde-oliva

Militares e diplomatas brasileiros criticam tropa dos EUA formada para “defender a floresta amazônica”

Hélio Contreiras e Osmar Freitas Jr. de Nova York.

A notícia caiu como uma bomba nos círculos militares e diplomáticos brasileiros. Na quarta-feira 4, a tenente da Marinha americana *Jane Campbell*, porta-voz do Comando Sul dos EUA, sediado no Panamá, anunciou que o Tio Sam já tem

103 Revista *ISTOÉ*, edição de 11 de junho de 1997, sob o título “Selva verde-oliva”.

pronta uma força de elite para “guardar a floresta amazônica”, denominada *Grupo Verde*. “O envio de tropa estrangeira para a Amazônia com a finalidade de proteger a floresta seria uma violação da nossa soberania. A Amazônia, como território brasileiro, tem que ser devidamente respeitada por estrangeiro”, declarou a *ISTOÉ* o brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla, ministro do Superior Tribunal Militar e um dos líderes da corrente nacionalista nas Forças Armadas. “A floresta amazônica está sendo preservada pelo Brasil e não necessitamos de ajuda militar para essa preservação”, acrescentou Ferolla.

O assunto da chamada tropa verde, na verdade, não é novo. Fontes do governo dos EUA dizem que a formação desses soldados começou há quatro anos e já foi motivo de conversa entre militares brasileiros e americanos. “Nós concordamos em conversar sobre essas tropas. Mas sempre mantendo que o Brasil não admite a presença militar estrangeira guardando seu território. Essa tropa ecológica poderia até ser recebida como convidada. Mas o Brasil continua afirmando que não precisa ser ensinado sobre como proteger suas riquezas e interesses”, disse a *ISTOÉ* uma fonte do Itamarati. Oficialmente, entretanto, a reação do governo brasileiro foi bem mais amena: “Não acho que essas tenham sido as palavras exatas do subsecretário Timothy Wirth”, declarou em Washington o embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima. “No entanto, o Brasil continua com sua posição de que não necessita de tutela na preservação de seu território.”

O ânimo do Comando Sul pela tropa verde foi esvaziado já no dia seguinte ao anúncio oficial. Procurada por *ISTOÉ*, a tenente Campbell informou que não poderia dar declarações. “Este é um assunto do Departamento de Estado. Minhas ordens são para dirigir os interessados nesse assunto para o subsecretário Timothy Wirth”, desconversou. Perguntada sobre a possibilidade de uma visita aos campos de treinamento dessa tropa, a porta-voz do Comando Sul foi evasiva. “Mande um requerimento, vou ver o que se pode fazer. Tenho que consultar o comando que ainda não mudou completamente do Panamá para Miami. Em todo caso, acho difícil que possa ser conseguido.”

O mais estranho é que vários correspondentes de publicações latino-americanas, inclusive brasileiras, já fizeram a visita no ano passado, sob a condição de que o assunto não fosse publicado. O subsecretário Wirth estava participando de uma reunião em Miami. Procurado por *ISTOÉ*, sua secretária disse que iria falar sobre o assunto com a revista, mas Wirth não cumpriu o prometido.

Não resta dúvida de que os militares americanos estão muito interessados em obter informações de caráter estratégico sobre a Amazônia. Esse interesse está, inclusive, documentado. Em um desses papéis, com o carimbo “*secreto*”, um general americano defende a cooperação mais intensa na região e sugere a criação de uma escola interamericana na região. *A proposta foi recusada pelo governo brasileiro.*

Tentativas também *foram feitas pela Marinha dos EUA para a realização de exercícios conjuntos na Amazônia.* Um oficial brasileiro impediu que fosse tirada a cópia de um documento no qual a proposta é feita. O documento estava em sua mesa na sexta-feira 6, no Rio de Janeiro. Mas o almirante Hernani Fortuna, da Escola de Guerra Naval, confirma a sugestão: “*O almirante Kelso, ex-comandante de Operações Navais dos EUA, nos fez essa proposta. Expliquei a ele que a operação conjunta não seria conveniente na Amazônia.*”

Mas o que provocou maior irritação nos militares brasileiros foi o texto assinado pelo presidente Bill Clinton, com previsão sobre o uso das Forças Armadas americanas em 1995/1996 e renovado para o atual período. Nele, *Clinton endossa a estratégia de que “a Força Aérea deve estar preparada para intervir em qualquer parte do mundo em que os EUA têm interesses”.* Com base nesse documento, o brigadeiro Murilo Santos, presidente do Conselho Deliberativo do Clube da Aeronáutica, acusa os EUA de quererem ser o *xerife do Planeta.* Segundo essa análise, por ser a única região em que os americanos ainda não fizeram demonstrações de poder, *a Amazônia é considerada objeto de seus interesses futuros.*

E não é só. Já foi dito em diversas publicações e em declarações de autoridades do governo americano que o Pentágono teve a idéia de fazer os chamados “Parques Nacionais”. Seriam áreas de floresta, principalmente na Amazônia, onde uma força internacional cuidaria da preservação e da integridade do território. Um primeiro parque seria numa área de fronteira entre a Venezuela e Colômbia e que está sob litígio. “*O problema é que essa mesma área é riquíssima em petróleo*”, diz uma fonte diplomática. Outro parque estaria localizado no Brasil. “*Existem planos confidenciais para possíveis instalações de oito parques florestais guardados por forças internacionais. Pelo menos um deles fica na Amazônia*”, garantiu a ISTOÉ uma fonte do Pentágono.” (grifos do autor)

A reportagem da revista levou o embaixador americano no Brasil a oferecer uma resposta, fazendo retificações sobre o assunto, nos seguintes termos: ¹⁰⁴

“Amazonas

Esta revista traz uma reportagem intitulada como “Selva verde-oliva” (ISTOÉ 1445), cujo conteúdo merece retificação. Na qualidade de chefe da missão diplomática americana no Brasil, posso assegurar à ISTOÉ, bem como aos seus leitores, que, ao contrário do que diz a matéria, *não existe nenhuma tropa americana “formada para defender a floresta amazônica”*. Lamento que um assunto de tamanha relevância, envolvendo uma região nobre como a Amazônia brasileira, tenha recebido cobertura jornalística pouco coerente com a realidade dos fatos. O Comando Sul dos Estados Unidos *nega categoricamente alegações de que haja planos para envio de forças militares americanas para a Amazônia ou a existência de um “Grupo Verde” para “guardar a floresta amazônica”*. Não existem nem nunca existiriam planos ou intenções de se criar novas unidades mi-

104 Revista ISTOÉ, edição de 2 de julho de 1997, seção de cartas.

litares dos Estados Unidos para proteger a Amazônia ou para realizar programas ambientais naquela região, como divulgado pela imprensa. O Comando Sul nega também que a tenente da Marinha Jane Campbell tenha feito as afirmações a ela atribuídas por *ISTOÉ*. No dia 3 de junho passado, o subsecretário de Estado dos Estados Unidos para Assuntos Globais, Timothy Wirth, participou em Miami da Conferência de Meio Ambiente e Defesa do Hemisfério Ocidental. Em seu discurso, o sr. Wirth descreveu importantes aspectos da política ambiental dos Estados Unidos, com vistas a cumprir o compromisso global assumido pela comunidade internacional na Rio-92, no Rio de Janeiro, de “preservar, proteger e restaurar...o ecossistema da Terra” e de promover o desenvolvimento econômico de forma a preservar nossos recursos naturais. Em nenhum momento o subsecretário falou de posicionamento de tropas militares americanas para preservação da Amazônia. Os Estados Unidos estão empenhados em cooperar com outros países para melhorar as condições de vida no Planeta, tornando-o mais limpo e saudável. Ao contrário do que deixa transparecer a matéria da *ISTOÉ*, o *governo americano não tem nenhuma intenção, qualquer que seja, de violar a soberania de outros países.* (negritos feitos pelo autor)

MELVYN LEVITSKY

Embaixador

Brasília-DF

ISTOÉ responde: Depois de ter concedido entrevista à Agência France Presse, a tenente Jane Campbell disse a *ISTOÉ* que não poderia se pronunciar, sugerindo que a revista procurasse o subsecretário de Estado Timothy Wirth. *A secretária do Sr. Wirth prometeu uma resposta, o que não ocorreu.* No mais, *ISTOÉ* mantém todas as informações publicadas.” (grifos do autor)

A resposta do embaixador americano, tratando-se de um pronunciamento oficial, foi mais uma vez um ponto positivo em favor do Brasil na questão geopolítica amazônica. Em verdade, a resposta do embaixador, de fato, desautoriza a imprudente declaração da tenente *Jane Campbell*; o que não significa dizer:

- que essas declarações não foram feitas; e mais.
- que não existe no seio das forças armadas americanas esse ângulo geopolítico com um tratamento de grande significado: *a hipotética ocupação da Amazônia, tendo como pretexto a defesa ambiental da Região.*

O noticiário da imprensa nacional sobre esse incidente repercutiu, também, negativamente no Congresso Nacional. O Deputado *Luciano Soares* apresentou um *Requerimento de Informações, de nº 2467, de 1997*, dirigido ao Ministro do Exército acerca da matéria que foi objeto de veiculação na imprensa nacional, em especial, na edição nº 1445, da Revista *ISTOÉ*, de 11 de junho de 1997, pág. 132, sob o título *Selva Verde-Oliva*.

64.4. Outros incidentes sobre a questão da soberania amazônica

Um outro incidente ocorreu quando a imprensa nacional noticiou que, em algumas escolas dos Estados Unidos, o mapa do Brasil aparecia com a indicação de que a Amazônia não pertencia ao Brasil e, sim que era “*área de controle internacional*”.¹⁰⁵ A irritação das autoridades brasileiras manifestou-se, ostensivamente, sobretudo de parlamentares em vários níveis; isso provocou nova manifestação do embaixador norte-americano no Brasil, dizendo enfaticamente:

*“A Amazônia pertence ao Brasil. Ponto final. Nós, americanos, somos fascinados pela Amazônia e cientistas brasileiros e americanos estão trabalhando juntos, lado a lado, para compreender melhor a ciência e ecologia nesta região. Mas somente vamos à região amazônica como convidados, agora e no futuro.”*¹⁰⁶

105 Jornal *Diário do Pará*, de 12.6.2000.

106 Jornal *Diário do Pará*, de 13.6.2000.

Ao dizer “*somente vamos à região amazônica como convidados agora e no futuro*”, referia-se, evidentemente, o embaixador norte-americano aos Projetos *PDBFF* e *LBA*.

Também repercutiu negativamente no Congresso Nacional uma entrevista dada ao *Programa do Milênio da GloboNews*, pelo senhor *Anthony Hal*, professor da Escola de Economia de Londres, dizendo-se estudioso da Amazônia, há mais de 20 anos, no sentido de que a construção de várias estradas na Amazônia, especialmente a *Transamazônica*, eram prejudiciais ao meio ambiente e que não haviam dado certo. O Deputado *Nícias Ribeiro*, do Estado do Pará, fez um pronunciamento veemente na Câmara Federal, em abril de 2000, contra a entrevista do cientista inglês, fazendo longo requerimento para ser encaminhado ao jornalista responsável pelo *Programa GloboNews*.

.....

Capítulo 65

A ATUAÇÃO E AS REAÇÕES DO BRASIL NA DÉCADA DE NOVENTA DIANTE DAS TENTATIVAS DOS PAÍSES RICOS DE TORNAR A SOBERANIA RESTRITA SOBRE A AMAZÔNIA UMA SITUAÇÃO FÁTICA



GOVERNO brasileiro não ficou impassível diante das investidas à soberania nacional sobre Amazônia feitas pelos países ricos, trazendo o tema à baila, como se fosse a uma *pendência internacional* que precisava ser resolvida. Esse tipo de ação, porém, sempre teve reações pontuais e eficazes da diplomacia brasileira.

Permanecia, entretanto, sempre um aspecto que, até hoje, se torna uma fonte continuada de discussão e até interpelações internacionais: o Brasil não tem conseguido conter a devastação ambiental da Região, nem mesmo diminuir o ritmo de sua incidência. Em conseqüência, isso continuou a servir como supedâneo da afirmação insistente dos países ricos no sentido de que “*o Brasil não tem revelado possuir competência para monitorar e controlar a devastação ambiental amazônica*”.

Há, porém, esperanças que surgiram nesta primeira década do novo milênio de que será possível conter essa devastação. Algumas políticas de desenvolvimento que se divisam no horizonte e alguns programas em implantação reanimaram a expectativa de que a devastação ambiental de Região possa a ser evitada ou contida, a médio e longo prazo. Além disso,

as autoridades brasileiras vêm adotando uma política de defesa da soberania brasileira que se tem revelado mais eficaz e altamente dissuasiva, a partir da segunda metade dos anos noventa.

65.1. O desempenho do Itamarati e do EMFA

O Governo Brasileiro, desde a independência do País, sempre adotou uma posição firme diante das invectivas dos países ricos sobre a Amazônia. Em verdade, é forçoso reconhecer que, em relação à Amazônia, o Brasil deu continuidade à atuação que Portugal, ao longo de dois séculos (para ser mais preciso, 206 anos), teve para conquistar a Região e nela consolidar seu domínio.

O desempenho do Governo brasileiro, nas quase duas centúrias de seu domínio, foi de reiterada defesa da soberania brasileira sobre a Amazônia. O que significa dizer, também, que essa soberania continuou a ser *contestada*, *ameaçada* ou, pelo menos, *questionada*. Esse desempenho das autoridades brasileiras adveio em seus primórdios na verdadeira antevisão que o brasileiro *Bartolomeu de Gusmão* teve nas negociações que resultaram na celebração no *Tratado de Madri*, em 1750, que incorporou a Amazônia ao território português. Essas negociações foram conduzidas com proficiência e sabedoria por *Bartolomeu de Gusmão*, o que permite afirmar que, desde esse Tratado, a Amazônia já foi, de certa forma, uma conquista brasileira.

Quando, porém, houve a *Independência*, restaram várias questões de limites do Brasil, ao longo da fronteira, com os demais países parcialmente amazônicos. Essas questões todas foram resolvidas pelos caminhos diplomáticos, sob o comando de *José Maria da Silva Paranhos*, o *Barão do Rio Branco* que, com muita competência, conseguiu consolidar a área que forma hoje a *Amazônia Brasileira*. Desde então, a diplomacia brasileira foi se profissionalizando e passou a ser reconhecida, até mesmo no plano internacional, pela sua indiscutível competência.

Nesse aspecto, pode-se reconhecer uma forte identidade entre o *EMFA* – *Estado-Maior das Forças Armadas* e o *Itamarati*; seus quadros são formados para defender os interesses nacionais, o que não significa afirmar que sua atuação pode ser avaliada pelo que, em sua condição funcional, dizem ou escrevem. Na diplomacia, raramente todos os elementos que in-

tegram as negociações, vêm a público, e às vezes, quando vêm, a imprensa nem sempre tem competência para avaliar a importância, para os interesses nacionais, da atuação que vem a lume. Isso tem ocorrido reiteradamente com a questão geopolítica amazônica, sobretudo, nas últimas três décadas do século passado.

Em geral, a atuação desses organismos tem-se pautado basicamente pela *Teoria e a Praxiologia da Dissuasão* que vai a seguir apresentada para uma melhor compreensão do estilo e da forma de atuar que o Brasil vem tendo nos últimos anos para defender a sua soberania sobre a Amazônia.

65.2. A teoria e a praxiologia da dissuasão

Durante e após a *Segunda Guerra Mundial*, os estrategistas concentraram suas atuações na formulação de métodos e procedimentos que pudessem evitar e prevenir novos conflitos bélicos, com um sacrifício de vidas tão elevado e em escala mundial, como havia ocorrido nas duas últimas guerras, a *Primeira* e a *Segunda Guerra Mundiais*. Com a concepção e a elaboração da *teoria dos jogos*, a partir do *raciocínio probabilístico*, foi possível aplicar a sua praxiologia no sentido de induzir o comportamento do adversário, efetivo ou potencial, para um ponto que não representasse humilhações a um ou outro dos contendores. Era a *teoria dos jogos*.

Assim surgiu a *Teoria de Dissuasão* que tem uma aplicação universal, desde as situações de competição no campo da *geopolítica*, entre países, potências, grupos ou blocos ideológicos, até as situações conflituais entre pessoas ou de concorrência entre empresas no mercado aberto. Trata-se de dissuadir o adversário de ter determinado comportamento, ou uma atitude agressiva para com o dissuasor.

Seu apogeu ocorreu no período chamado da *guerra fria* que permeava o comportamento dos blocos de nações liderados pelos *Estados Unidos*, no Ocidente e pela *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)*, sob o comando da Rússia, no Oriente. A dissuasão entre os dois blocos tinha como ponto de partida a capacidade que cada um tinha de destruir

o outro, através da guerra atômica. Cada um, porém sentia-se dissuadido de desencadear a guerra porque o outro poderia também promover a destruição de seu inimigo, uma vez que mantinha seu arsenal nuclear em condições de ser disparado contra o agressor. Assim, embora muitas vezes tenha-se tornado iminente a guerra atômica, a aplicação da técnica da dissuasão tornou possível evitar esse desastre para a humanidade, ao longo das quatro décadas em que perdurou a *guerra fria*.

A aplicação da *dissuasão* pode ocorrer sempre que surge uma ameaça de um procedimento conflitivo que venha a prejudicar o adversário e este procura dissuadir o outro de adotar esse procedimento, oferecendo uma mensagem dissuasória que, em geral, é uma represália que poderá causar algum tipo de situação indesejável por aquele que foi o autor da ameaça. A dissuasão é, portanto, uma alternativa em relação à guerra ou procedimento conflitual. Com muita propriedade, diz o politicólogo Luigi Binanate:

*“... seu objetivo fundamental é de alcançar, através de uma particular obra de persuasão em relação ao adversário, as mesmas vantagens que resultariam do sucesso em um conflito, evitando assim a obrigação de suportar seus custos”.*¹⁰⁷

A dissuasão desdobra-se, portanto, em duas modalidades: a) a *preventiva*, quanto ao surgimento de hostilidades; b) a *sucessiva*, quanto à eclosão do conflito. Trata-se de uma técnica que visa a obter a *abstenção da ameaça* numa relação conflitual, donde se pode inferir que, nas relações públicas e intergovernamentais, tem a dissuasão uma importância extraordinária na construção da paz entre os povos. Ocorre, ainda, a dissuasão de *natureza ativa* e não apenas *abstencionista*; ou seja, tanto para *fazer* como para *não fazer*.

A partir dessa abordagem conceitual, pode-se inferir que a *dissuasão* se exerce sempre em um ambiente de *incerteza*; por isso “a *ameaça dissuasiva é sempre obrigada a apoiar-se na esperança de que as palavras sejam*

107 Binanate, Luigi, in *Dicionário de Política*, de Norberto Bobio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, Ed. Universidade de Brasília, pág. 365.

eficazes”.¹⁰⁸ Assim, a dissuasão tem sempre um caráter *reativo* no qual se acha embutida uma expectativa que envolve algum *risco*.

O que se espera é uma mudança atitudinal do adversário. Portanto, a técnica da dissuasão exige um alto grau de competência e, até mesmo, de profissionalismo da parte de quem a usa. Por isso mesmo, os líderes, movidos pela arrogância do poder, adotam procedimentos dissuasórios que se revelam altamente desastrosos. Sob essa ótica, a Teoria de Dissuasão depende para seu sucesso:

- a) da *credibilidade* que impõe ao seu adversário a *ameaça* que faz o dissuasor;
- b) da *correlação de forças* na matéria que é objeto da dissuasão;
- c) da *importância* da matéria que está sendo objeto de conflito potencial.

65.3. A utilização da dissuasão pelo governo brasileiro na questão geopolítica amazônica

O Governo brasileiro tem enfrentado os questionamentos e as ameaças à soberania sobre a Amazônia sempre pela via diplomática, aplicando os princípios e as técnicas de *vigilância* e da *dissuasão*. Já D. Pedro II, quando o embaixador dos Estados Unidos, em seus encontros formais com o Imperador, desejava tratar do problema da navegação pelo rio Amazonas, ou da questão da vinda dos negros norte-americanos para a Amazônia, logo que o embaixador levantava a questão, respondia: “*esse assunto não consta do nosso pauta!*”. Esse procedimento evitava que o assunto viesse à baila, como uma *pendência* que existiria entre os Estados Unidos e o Brasil. E, assim, o embaixador americano via-se *dissuadido* de tratar do assunto.

Nos anos oitenta e noventa, bem como no início do novo milênio, quando as pressões sobre a Amazônia, feitas pelos países ricos, tomaram como pretexto a *questão ambiental*, o Brasil tem utilizado a dissuasão desses países, em suas pretensões, proclamando sempre que reconhece a

108 Binanate, Luigi, *ob.cit.*, pág. 366.

existência do problema ambiental e que está tomando todas as providências preventivas e repressivas para que o mesmo seja minimizado, esperando, a médio e longo prazo, deter o controle total sobre a ação antrópica deletéria na Amazônia.

A concepção do projeto *SIVAM/SIPAM*, seguido da contratação de uma empresa norte-americana de gabarito internacional para implementá-lo, foi, fora de qualquer dúvida, uma ação de alto significado dissuasor, que teve o mérito de conter a continuação das ameaças de entidades norte-americanas – senadores, militares e cientistas – à soberania sobre a Amazônia. E mais, ainda que persistam declarações dessas autoridades, elas já não gozam de um calor oficial mais forte.

É importante, também, reconhecer o elevado significado dissuasor que teve o Presidente *Fernando Henrique Cardoso*, através de seu desempenho internacional, proclamado por todos os países, como altamente fecundo e proficiente. Poliglota, com longa experiência internacional, inclusive como ministro das Relações Exteriores, o Presidente *Fernando Henrique Cardoso* tornou-se uma autoridade respeitadíssima, talvez a mais respeitada oriunda de um país emergente como o Brasil. O impacto internacional de sua personalidade tornou-se uma barreira para o surgimento de qualquer diálogo sobre a questão ambiental da Amazônia que implicasse trazer à colação a soberania do Brasil sobre a Amazônia, como se fosse um tema questionável no campo internacional.

.....

Capítulo 66

A CÚPULA DOS PRESIDENTES DOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL E SUA EXTRAORDINÁRIA IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA. A OPERAÇÃO COBRA. O NARCOTRÁFICO E A AMEAÇA IMINENTE SOBRE A AMAZÔNIA

O

PONTO mais alto, porém, da *política de dissuasão* adotada pelo Governo brasileiro, em relação à questão da soberania sobre a Amazônia, foi, sem dúvida, a *Cúpula dos Presidentes da América do Sul*, realizada em Brasília, nos dias *31 de agosto e 1º de setembro do ano 2000*. Essa reunião tornou-se conhecida como *A Cúpula da América do Sul*. Em um pronunciamento que fez antes da instalação, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, *Luís Filipe Lampreia*, ressaltou alguns pontos de alto significado geopolítico que tinha o encontro dos presidentes dos países da América do Sul, tais como:

- a) um acontecimento histórico, pois foi a primeira vez que houve uma *Cúpula da América do Sul*;
- b) antes havia dificuldades para esse tipo de reunião, dado que alguns países adotavam regimes autoritários, o que tornava difícil o diálogo; agora, porém, todos esses países estavam sob regimes democráticos, o que facilitava a aproximação entre eles;

- c) a realização da *Cúpula da América do Sul* era uma iniciativa do Presidente *Fernando Henrique Cardoso*, promovida no contexto das celebrações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil.

66.1. O Comunicado de Brasília

A *Cúpula da América do Sul* foi realizada com grande repercussão na imprensa internacional e, em seu encerramento, foi lançado um pronunciamento, denominado *Comunicado de Brasília*. Trata-se de um documento longo, com 62 itens, abordando todos os ângulos das questões comuns dos países sul-americanos. Quanto às dimensões geopolíticas, o comunicado ressalta:

- o caráter histórico e pioneiro de Reunião para os países sul-americanos, por tratar-se da primeira *Cúpula da América do Sul*;
- o ambiente de paz entre os países sul-americanos, como uma característica que os distingue no plano internacional;
- a criação de uma *Zona de Paz Sul-Americana*, inclusive aprofundando o diálogo sobre a segurança na América do Sul;
- a importância que, daí em diante, passou a ser dada aos tratados existentes entre países sul-americanos - MERCOSUL, ALADI, TCA etc...;
- a coesão da América do Sul, como elemento essencial para determinar a inserção de seus países na economia mundial;
- uma maior sinergia entre os países sul-americanos diante das barreiras comerciais impostas pelos países ricos;
- o início das negociações para que seja criada uma área de livre comércio, envolvendo os países que integram o MERCOSUL e os que integram o CAN (Comunidade Andina);
- a formação de um espaço econômico entre os países sul-americanos, que se dará através de um “*regionalismo aberto*”, para

reforçar “*a posição dos países da América do Sul em negociações importantes*”, com os países ricos;

- a maximização do apoio de cada país aos projetos de infraestrutura para *integração física* entre os países sul-americanos; um elenco desses projetos foi apresentado, ressaltando que a maior parte deles destina-se à integração do Brasil com cada um dos demais países sul-americanos;
- um esforço conjugado para combate ao narcotráfico.

No sumário retrorrelacionado não se encontra nenhuma referência à questão ambiental amazônica. Onde, portanto, consigná-lo nessa Declaração?. A resposta é ostensiva: a *Cúpula da América do Sul* procurou evidenciar perante o mundo que seus países estão coesos para defender-se de qualquer invectiva que possa afetar os interesses econômicos e políticos dos países sul-americanos, máxime, evidentemente, quando se tratar da soberania de qualquer um deles.

Na oportunidade em que se realizou a *Cúpula da América do Sul*, havia uma intensa discussão sobre a intervenção dos Estados Unidos na Colômbia para combater as guerrilhas que passaram a ocupar uma vasta área do território colombiano, e que se uniram aos narcotraficantes, organizados em cartéis, para abastecer o mundo inteiro de drogas à base de cocaína. O Brasil, através do *Itamarati* e do Presidente *Fernando Henrique Cardoso*, reagiu sempre com firmeza contra a essa intervenção, não só pelo precedente que seria criado, mas, sobretudo, porque se tratava de uma objetiva aplicação de política do *Big Stick*, concebido e definido no início do século passado, em 1904, no governo de *Theodore Roosevelt*.

A *Cúpula da América do Sul* tornou-se, portanto, um passo importante para neutralizar, e assim, dissuadir qualquer tentativa de internacionalização da Amazônia, ou qualquer outro tipo de agressão à soberania dos países sul-americanos sobre parcelas da Região. Embora não se possa reconhecer que as ameaças a essa soberania tenham sido superadas, até porque continuam a ocorrer intermitentemente, é forçoso ressaltar que os países sul-americanos começaram a construir, sob a liderança do Brasil, um pacto de solidariedade pelo qual, quaisquer ações que venham a afetar a soberania de um país da América do Sul, serão consideradas uma agressão aos demais países que, a partir da *Cúpula*, estão unidos por interesses geopolíticos comuns.

66.2. O Comunicado de Brasília e o Tratado do Rio de Janeiro

O *Comunicado de Brasília* deve também ser examinado, à luz do que dispõe o *Tratado do Rio de Janeiro*, celebrado a 2 de setembro de 1947, “destinado a prevenir e reprimir as ameaças e os atos de agressão contra qualquer dos países da América”. Esse Tratado prevê “auxílio recíproco efetivo para enfrentar os ataques armados contra qualquer Estado americano e conjurar as ameaças de agressão contra eles”. Estabelece, ainda, que os países do continente americano se comprometem a “submeter toda controvérsia, que entre eles surja, aos métodos de solução pacífica e a procurar resolvê-los entre si, mediante os processos vigentes no Sistema Interamericano...”.

Observa-se, assim, que, pelo *Tratado do Rio de Janeiro*, toda e qualquer controvérsia que surja entre os países americanos, será sempre resolvida pelo entendimento e pela negociação diplomática. Teoricamente, essa disposição pactual elide qualquer ameaça ou agressão contra a soberania brasileira ou de outros países que integram a *Pan-Amazônia*, sobre suas respectivas parcelas amazônicas. É indispensável, porém, lembrar que se trata de um pacto internacional que, apenas, *teoricamente*, pode elidir agressões à soberania sobre a Amazônia. Objetivamente, entretanto, pode-se reconhecer que o *Tratado do Rio de Janeiro* tem sido um pacto importante de dissuasão a essas agressões.

66.3. As pressões dos Estados Unidos para intervir na Colômbia com o objetivo de combater o narcotráfico

Nos dias que antecederam à realização da *Cúpula dos Presidentes da América do Sul*, a questão geopolítica amazônica exacerbou-se com o noticiário da imprensa de que os Estados Unidos pretendiam intervir na Colômbia e o governo brasileiro estava sendo fortemente pressionado a apoiar essa investida contra o país amigo.

O objetivo da intervenção seria combater o narcotráfico, originário do território colombiano. A esquerda política colombiana havia-se organizado em dois grupos guerrilheiros: as *FARC*s (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e o *ELN* (Exército de Libertação Nacional). Essas forças haviam-se unido aos narcotraficantes que passaram a sustentar financeiramente

esses grupos guerrilheiros em troca do apoio armado que estes passaram a lhes proporcionar. Evidentemente uma postura aética na medida em que admite que “os fins justificam os meios”. Isso levou o Governo colombiano a criar o *Plano Colômbia*, em agosto de 2000, que passou a contar com o ostensivo apoio dos Estados Unidos, objetivando, não só combater o narcotráfico, mas também recuperar as áreas da Colômbia que estavam sob o poder dos guerrilheiros, que passaram a ocupar 40% do território colombiano.

As autoridades brasileiras perceberam logo que, à medida que o *Plano Colômbia* tivesse sucesso na repressão aos grupos guerrilheiros e aos narcotraficantes, esses grupos tenderiam a recuar no sentido da fronteira com o Brasil e, certamente, iriam invadir o território brasileiro, fosse para continuar a prática do tráfico de drogas, fosse para encontrar refúgio no território brasileiro. E isso não seria difícil, dado que a fronteira do Brasil com a Colômbia tem 1.644 quilômetros de extensão, totalmente recobertos pela vastidão da floresta amazônica.

Vários segmentos do governo brasileiro e de entidades da sociedade civil manifestaram seu protesto contra essas medidas. Até que o Presidente *Fernando Henrique Cardoso*, através do Ministro da Defesa, Dr. *Geraldo Quintão*, manifestou que estava apreensivo com o problema; em sua declaração, disse o Ministro:

“Qualquer auxílio à Colômbia deve ser prestado dentro das linhas mestras que tradicionalmente têm orientado a ação externa brasileira, como a não-intervenção, o respeito à autodeterminação e a não-ingerência em assuntos internos de outros países”.¹⁰⁹

O Brasil reagiu dessa forma às pressões norte-americana e não admitiu qualquer tipo de intervenção militar no país amigo. A sua aceitação, não só violaria a soberania da Colômbia, como representaria um perigosíssimo precedente que colocaria sob ameaça a soberania de todos os países latino-americanos. A reação do Brasil, ao que tudo indica, conseguiu dissuadir a grande potência norte-americana de fazer a intervenção bélica que pretendia. Questiona-se, porém, até quando? Parece que, com o Presidente *George W. Bush* no governo americano, após a dolorosa intervenção no Iraque, será difi-

109 Revista *ISTOÉ*, nº 1614, de 16 de agosto de 2000, pág. 100.

cil evitar que a grande potência norte-americana se abstenha de praticar esse ato, ao amparo do *Corolário Roosevelt* (a doutrina do *Big Stick*).

66.4. A Operação COBRA ¹¹⁰

Sem mais tergiversar, o Brasil lançou a *Operação COBRA* (Colômbia-Brasil) no sentido de guarnecer e reprimir, ao longo da sua extensa área de fronteira com a Colômbia, quaisquer tentativas de incursões no território brasileiro de guerrilheiros e narcotraficantes. A *Operação COBRA* vem tendo sucesso pela ação da polícia federal e das forças armadas, seja estourando campos de pouso clandestinos, seja reprimindo e dissuadindo quaisquer tentativas de penetração no território brasileiro pelos rios, através da Marinha e da Aeronáutica e de todos os postos militares de fronteiras que o Exército mantém nessa extensa região.

Esse quadro agrava o problema interno da Colômbia que não pode deixar, em mãos de guerrilheiros e produtores de drogas, cerca de 40% do seu território. Como o destino das drogas produzidas na Colômbia dirige-se principalmente para os Estados Unidos, o governo americano não abre mão de pressionar o governo colombiano no sentido de reprimir com eficácia o narcotráfico. Evidentemente, que, com o governo de *George Bush* e o precedente da invasão do Iraque, torna-se difícil imaginar que a Colômbia não se torne um dos próximos alvos do *Império Americano*, o que será um perigoso precedente que certamente repercutirá sobre a frágil Amazônia.

Recentemente, já no governo do Presidente *Luis Inácio Lula da Silva*, o problema colombiano voltou a ser objeto de noticiários preocupantes para a geopolítica amazônica. A *Agência Estado*, em notícia provinda de Tóquio, do jornalista *Jamil Chade*, chamou a atenção para o problema.¹¹⁰ A notícia entra diretamente ao assunto dizendo:

“O governo brasileiro está preocupado com os reflexos que a política dos Estados Unidos para a Colômbia possam ter na região amazônica. O conteúdo de comunicados enviados entre a

110 *Jornal O Liberal*, de 17 de fevereiro de 2003, pág. 9, sob o título “Política dos EUA para a Colômbia preocupa o Brasil”.

embaixada do Brasil em Washington e Brasília nas últimas semanas, vem revelando que a *diplomacia teme que o combate contra as drogas se torne um tema que legitime os Estados Unidos a ampliar sua presença militar na região no futuro.*

“A preocupação, segundo fontes do Itamarati, vem de informações obtidas por diplomatas brasileiros sobre a *posição de alguns dos principais generais norte-americanos em relação ao que deve ser feito em países-problemas, como a Colômbia.* A nova política de defesa dos Estados Unidos aponta que *o governo de Washington deve estar disposto a tomar ações de precaução antes que os interesses norte-americanos sejam ameaçados.* Essas medidas poderiam incluir até mesmo o uso de força militar.”

“De fato, a idéia de *ações de precaução* faz parte da nova estratégia de defesa lançada há poucos meses pelo presidente George W. Bush. O plano ainda inclui a Colômbia e o problema das drogas como alguns dos focos de atenção do governo no que se refere à defesa no mundo.

“Oficialmente, o chanceler *Celso Amorim* se recusa a comentar a política de ajuda dos Estados Unidos para o governo da Colômbia e até mesmo a repercussão que o *Plano Colômbia* poderia ter para a região. Mas o ministro não esconde que *acredita que a única possibilidade de finalizar a guerra civil colombiana de mais de 40 anos será a negociação de uma solução pacífica entre as partes.*

“Outro ponto que vem deixando os diplomatas brasileiros preocupados é de que existe, *entre os militares norte-americanos uma avaliação de que a guerra contra o terrorismo somente poderá ser vencida quando todas as regiões do mundo, sem exceção, estiverem monitoradas.* Uma das políticas norte-americanas, portanto, seria a de ficar de olho em regiões pouco habitadas e que seriam locais que serviriam de santuário para terroristas. *Na América do Sul, uma dessas regiões que teriam de ser monitoradas de perto seria a Amazônia.*” (grifei)

Quaisquer comentários são desnecessários; as frases grifadas falam por si só quanto à ameaça que paira sobre a Amazônia.

.....

Capítulo 67

A CÚPULA DO MILÊNIO, NO ANO 2000, E A CÚPULA MUNDIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, NO ANO 2002

C

67.1. A Cúpula do Milênio

OM a aproximação do final do segundo milênio e o começo do terceiro, a ONU acelerou a adoção de providências objetivando à implementação das decisões da *Conferência Mundial do Meio Ambiente*, realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro. A idéia central era fazer uma avaliação do andamento da execução das decisões tomadas na *Rio-92* e envidar esforços no sentido de acelerar a sua implementação. A *Cúpula do Milênio* foi realizada em Nova York, nos dias 6 a 8 de setembro de 2000, com a participação de representantes de 191 países, neles incluídos 147 chefes de Estado e de Governo. Segundo definiu o Secretário Geral das Nações Unidas, Sr. *Kofi A. Annan*, no prefácio da Declaração da Conferência, o objetivo das Nações Unidas ao convocar a referida Cúpula “foi utilizar a força simbólica do Milênio para ir ao encontro das necessidades reais das pessoas de todo o mundo”.¹¹¹ Esclarece que, de forma mais objetiva, foram definidos *alvos concretos, como reduzir pela metade a percentagem de pessoas*

111 “Declaração do Milênio das Nações Unidas”. Biblioteca Digital do Instituto de Inovação Educacional do Ministério da Educação.

que vivem na pobreza extrema, fornecer água potável e educação para todos e inverter a tendência de propagação do VIH/SIDA”, isto é, a AIDS.

A Assembléia Geral emitiu, então, *A DECLARAÇÃO DO MILÊNIO DAS NAÇÕES UNIDAS*, na qual devem ser evidenciados os seguintes pontos de interesse para este estudo:

- “estabelecer uma paz justa e duradoura em todo o mundo”;
- reafirmar a determinação de todos os países, no sentido de “apoiar todos os esforços que visam fazer respeitar a igualdade e soberania de todos os Estados, o respeito pela sua integridade territorial e independência política”;
- reconhecer que, “se é certo que a globalização oferece grandes possibilidades, atualmente os seus benefícios e custos são distribuídos de forma desigual”;
- reconhecer que “os países em desenvolvimento e os países com economia em transição enfrentam sérias dificuldades para fazer frente a este problema fundamental”;
- adotar como “valores fundamentais das relações internacionais no século XXI: a liberdade, a igualdade, a solidariedade, a tolerância, o respeito pela natureza e a responsabilidade comum” na gestão do desenvolvimento econômico e social no mundo.

A Conferência abre um capítulo especial sobre PAZ, SEGURANÇA E DESARMAMENTO, como condição indispensável para libertar os povos do flagelo da guerra, indicando para isso várias medidas que visam a fortalecer o papel das Nações Unidas nas relações internacionais.

Abre, também, um capítulo especial para O DESENVOLVIMENTO E A ERRADICAÇÃO DA POBREZA, como a grande meta para a superação “das condições abjetas e desumanas da pobreza extrema a qual estão submetidos atualmente mais de 1 bilhão de seres humanos”; com essa finalidade indica várias medidas, todas de grande interesse para os países que têm situações de pobreza extrema, como o Brasil e, em especial, a Amazônia.

No capítulo sobre os DIREITOS HUMANOS, A DEMOCRACIA E A BOA GOVERNANÇA, é importante ressaltar que a ONU se

propõe a fortalecer “o estado de direito, assim como o respeito por todos os direitos humanos e liberdades fundamentais”. Com esse objetivo, declara especificamente, “respeitar e fazer aplicar integralmente a Declaração Universal dos Direitos Humanos”. Esta assertiva é, sem dúvida, da maior relevância, tendo em vista as denúncias que vêm sendo feitas por várias lideranças mundiais, inclusive por sacerdotes da *Igreja Católica*, no sentido de que a ONU vem fazendo estudos que objetivam alterar essa *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, para nela incluir a permissão da prática do aborto, das relações homossexuais e outros tipos de comportamentos que violam o caráter sagrado da pessoa humana.

67.2. *A Cúpula Mundial sobre o desenvolvimento sustentável*

A ONU reconheceu que a *Cúpula do Milênio* havia deixado muito a desejar quanto à concretude das ações relativas à proteção ambiental e ao combate à pobreza. Com esse objetivo convocou e promoveu a realização da *Cúpula de Joanesburgo* que se realizou, na África do Sul, no período de 26 de agosto a 4 de setembro de 2002. A denominação dessa Conferência já indica o seu objetivo máximo: a *Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável* que foi chamada por muitos de *Rio+10*, indicando que se tratava de uma avaliação das decisões relativas à implementação do que havia sido preconizado na *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, isto é, a *Rio-92*, nos 10 anos subsequentes.

A preparação da *Rio+10* envolveu alguns pronunciamentos de alta importância para a questão ambiental amazônica. Assim, foi elaborado o *Projeto de Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável*, a 2 de abril de 2002, em Nova York, cujo texto foi aprovado na VII Reunião do Comitê Interseccional do Fórum de Ministros da América Latina e do Caribe, realizada em São Paulo, entre 15 e 17 de maio de 2002. Para os objetivos deste estudo, é importante ressaltar que, nas diretrizes operacionais da Iniciativa, no inciso IV, o *Comitê Interministerial* insiste na aplicação plena do “*princípio das responsabilidades comuns, porém, diferenciadas dos Estados, e o respeito ao direito soberano de cada país sobre os seus recursos naturais*”.

As decisões da *Rio+10* tiveram uma grande abrangência quanto à consolidação de medidas preconizadas para a proteção ambiental e o combate à pobreza, porém, um ponto que será adiante discutido de forma mais pormenorizada, praticamente tornou inócua a *Cúpula de Joanesburgo*: foi a *recusa dos Estados Unidos e outros países ricos quanto à assinatura do Protocolo de Quioto*, que tem por objetivo promover a redução da poluição atmosférica, conseqüentemente, o *efeito estufa* que gradativamente vem aumentando a temperatura do Planeta. Essa recusa dos Estados Unidos, que contribuem com $\frac{1}{4}$ (um quarto) das emissões dos combustíveis fósseis para a atmosfera, não permitiu que o *Protocolo de Quioto*, entrasse em vigor, tornando inconsistentes todas as demais decisões relativas à proteção ambiental. O objetivo central da *Cúpula*, que era conseguir a maximização da sustentabilidade do desenvolvimento, não foi atingido. Espera-se, porém, que o apoio dos países ricos ao combate à pobreza adquira maiores condições de realizabilidade, pois, a humanidade ingressou no Terceiro Milênio, conforme as demonstrações dos relatórios do Banco Mundial, com *quase metade de sua população abaixo da linha demarcatória da pobreza*, ou seja, com renda *per capita* inferior a 2 dólares/dia. E estas populações pobres, incluem 1,3 bilhões de habitantes que sobrevivem com menos que 1 dólar/dia, portanto, em condições de *miséria absoluta*.

Do ponto de vista dos interesses geopolíticos amazônicos, a *Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável* provocou a necessidade da realização da *II Reunião dos Presidentes da América do Sul*, que se realizou em *Guaiaquil*, no *Equador* nos dias 26 e 27 de julho de 2002. Essa reunião foi precedida de um encontro dos representantes dos países amazônicos, realizada em abril de 2002 que apresentou o *Projeto de Declaração dos Países Amazônicos para a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável*. Observa-se aí que, até esse momento, aparentemente, a intenção era fazer uma reunião específica dos países amazônicos que depois evoluiu para *II Reunião dos Presidentes da América do Sul*.

É importante ressaltar, porém, que a reunião dos representantes dos países amazônicos apresenta um projeto de declaração de larga importância para a Região. Esse projeto começa por reforçar os termos do *Tratado de Cooperação Amazônica*, de 3 de julho de 1978, da *Declaração de São Francisco de Quito*, em 7 de março de 1989, e da *Declaração de Manaus*,

de 6 de maio de 1989, que ficou conhecida como a *Declaração da Amazônia*. Observa-se, então, que os países amazônicos continuam preocupados em atuar unidos na defesa dos interesses geopolíticos amazônicos. Por isso mesmo, reafirmam e declaram:

- a *defesa do princípio da soberania nacional* e da preservação dos recursos naturais nos termos preconizados pelo *Tratado de Cooperação Amazônica*;
- a necessidade da cooperação regional e internacional para o desenvolvimento sustentável da Amazônia;
- promover a criação de uma *Organização do Tratado de Cooperação Amazônica*, sediada em Brasília, com o objetivo de fortalecer a implementação das medidas preconizadas no referido Tratado;
- que essa organização terá personalidade jurídica própria e deverá contar com recursos próprios, originários da cooperação internacional.

*

Quanto à *Cúpula do Milênio* e à *Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável*, é frustrante para a humanidade, como um todo, e para o Brasil, em especial, o reconhecimento de que não podem contar com o apoio firme de parte dos países ricos para o combate à pobreza. No caso da Amazônia, além do combate à pobreza, ressalta a questão da poluição e devastação ambiental, diante da qual os países ricos têm uma posição contraditória, pois, de um lado, exigem a proteção ambiental da Região e, de outro, se recusam a dar recursos suficientes para a sustentabilidade da ação antrópica que nela inevitavelmente se pratica. Para a Amazônia, portanto, os pronunciamentos da *Cúpula do Milênio* e da *Cúpula do Desenvolvimento Sustentável* não passaram de meras *declarações de intenções*, pois essas conferências não tiveram o sentido cogente indispensável, seja para a adoção de medidas quanto à proteção ambiental do Planeta, seja quanto à erradicação da pobreza que assola praticamente a metade da população mundial.

TÍTULO XVI

UMA AVALIAÇÃO PROSPECTIVA DA
QUESTÃO GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA
E SUAS PERSPECTIVAS SOMBRIAS

.....

Capítulo 68

O IMPÉRIO AMERICANO. SUA IRRUPÇÃO, MUNDIALIDADE, FORMAÇÃO E CONCEPÇÃO DOUTRINÁRIA. O INTERESSE PELA AMAZÔNIA

D

68.1. A irrupção do Império Americano

DESDE a Segunda Guerra Mundial que os Estados Unidos passaram a ser reconhecidos como uma grande potência, afinal, foi com o seu apoio e envolvimento direto na guerra, que foi possível a derrota do nazifascismo que ameaçava a paz e a liberdade da humanidade inteira. Naquela oportunidade, porém, isso se tornou possível graças à ação conjunta das *forças aliadas* contra as *forças do Eixo* - Alemanha, Itália e Japão. A *II Guerra do Golfo*, entretanto, levou o mundo a tomar conhecimento de que os *Estados Unidos* haviam-se tornado uma *superpotência* em condições de enfrentar qualquer adversário, em qualquer ponto do Planeta. Isso, evidentemente, sem incluir qualquer avaliação do seu *poderio atômico*, mas, apenas, o das suas *armas convencionais*.

Quanto às armas *atômicas* é consabido que, com a queda do muro de Berlim, em novembro de 1989 e a desagregação da *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)*, terminou a *Guerra Fria* e, portanto, o perigoso equilíbrio da *paz armada*. A partir de então passaram a ser incentivadas as adesões ao *Tratado Internacional de Não-Proliferação Nuclear* de 1970, que foi assinado inicialmente pelos países detentores de armas nucleares, ou seja, a URSS, os *Estados Unidos*, a *França*, *Reino Unido* e a *China* que mantiveram entre si, aparentemente, o seu poder de dissuasão, característico da

Guerra Fria – a paz armada. Com a dissolução da URSS, incluíram-se entre os países detentores de armas atômicas, também, a *Ucrânia* e o *Cazaquistão*. A *Ucrânia*, em 1993, proclamou a sua propriedade sobre o arsenal nuclear existente em seu território, quando integrava a URSS; porém concordou em desativar gradualmente suas ogivas nucleares. O *Cazaquistão*, após a desintegração da URSS, em troca da ajuda financeira norte-americana, concordou também em desativar o seu *arsenal nuclear*. Já no final do Segundo Milênio, incorporaram-se aos países atômicos, a *Índia*, em 1977, o *Paquistão*, em 1998, e *Israel*, não se sabe a partir de quando.

O Brasil aderiu ao *Tratado de Não-Proliferação Nuclear*, a 18 de setembro de 1998, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi um momento histórico, pois foi uma opção que o País fez no sentido de não integrar o grupo de países que detêm armas atômicas atualmente. Com isso o Brasil ficou em situação desfavorável, entre alguns países emergentes, como a Índia, a China e o Paquistão. Por isso mesmo, o Brasil relutou tanto em aderir ao Tratado, e só o fez, 3 décadas após a assinatura do Tratado em 1968, sob forte pressão dos Estados Unidos. Com a adesão ao Tratado, hoje o Brasil está submetido às inspeções periódicas da ONU, através da *Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)*. O Brasil também é signatário do *Tratado de Tlatelolco* que cria a *zona livre de armas nucleares na América Latina e no Caribe* e que entrou em vigor para o Brasil em maio de 1994.

As grandes potências atômicas, entretanto, Estados Unidos e Rússia, celebraram o *Tratado de Redução de Armas Estratégicas (START)*, objetivando diminuir periodicamente seus arsenais nucleares, o que, aparentemente, vem sendo cumprido, inclusive pelo governo *George W. Bush*, conforme acordo havido em maio de 2002. Não se pode, entretanto, visualizar no horizonte alguma esperança de que os países, atômicamente armados, venham a eliminar para sempre seus *arsenais nucleares*. Ademais, os Estados Unidos resguardaram para si um poder nuclear maior, quando o governo *Bush*, em junho de 2002, decidiu abandonar o Tratado Antimísseis Balísticos (ABM) que proíbe a construção de sistemas de defesa contra mísseis. Esse ato unilateral garantiu a supremacia nuclear do *Império Americano*, uma vez que a *Rússia* não tem condições econômicas e financeiras de competir com os Estados Unidos no avanço da tecnologia de defesa antimísseis.

Os *Estados Unidos*, entretanto, tornaram-se uma superpotência, através de investimentos maciços em ciência e tecnologia para a construção de uma máquina de guerra capaz de interferir em qualquer recanto do Planeta, sem que para isso utilize suas *armas nucleares* e sim, apenas, o seu sofisticadíssimo arsenal de *armas ditas convencionais*, mas que atingiram condições tecnológicas que nenhum país do mundo tem condições de enfrentar. Por isso, o colunista *Gregg Easterbrook*, do jornal *The New York Times*,¹¹² afirma enfaticamente: “o fato é que a corrida armamentista entre as grandes potências, disputada durante séculos, chegou ao fim depois que o resto do mundo se curvou à vitória americana”; referia-se ele à *II Guerra do Golfo* que terminou com a vitória militar fulminante dos Estados Unidos sobre o Iraque. Duas assertivas do colunista devem ser aqui ressaltadas para que se tenha uma idéia da importância da superpotência em que se transformaram os Estados Unidos:

- “Nenhum outro país do Planeta pode ser remotamente comparado à máquina de guerra dos Estados Unidos. É o melhor exército que jamais existiu.”
- “No futuro previsível, nenhum país vai sequer tentar chegar perto do poderio americano”.

O poderio americano em todos os mares é garantido; atualmente, possui 9 (nove) *superporta-aviões* e está construindo o décimo. E nenhum outro país do mundo possui sequer um porta-aviões que tenha poder idêntico a qualquer um dos *superporta-aviões* americanos que estão em todos os quadrantes do Planeta, sempre acompanhados de *cruzadores* e escoltados por *submarinos nucleares*. Os Estados Unidos adquiriram o *domínio de todos os oceanos e mares do Planeta*, pois, esses *superporta-aviões* tornaram-se verdadeiras *bases militares móveis*, capazes de impor seu poderio a qualquer país do mundo.

O *poderio aéreo* dos Estados Unidos é incomparável, pois tem uma quantidade de caças e bombardeiros avançados maior do que os exis-

112 Easterbrook, Gregg, antigo intitulado “Poder Total, Completo e Imediato”, do *The New York Times*, *apud* revista *Veja*, de 7 de maio de 2003, edição 1801.

tentes em todos os outros países do mundo juntos. Possui 3 (três) tipos de *aviões “invistíveis”*, equipamento bélico que nenhuma outra nação do mundo possui. Essa frota de aviões pode operar em qualquer lugar do mundo graças à fantástica frota de *aviões de abastecimento*. Além disso, dispõe de mísseis e bombas inteligentes que nenhum outro país do mundo possui. Diz o citado colunista do *The New York Times*:

“*Todos os governos do mundo sabem que, se tentarem enviar um único caça contra os americanos, seus aviões serão reduzidos a cacos antes mesmo de recolherem os trens de aterrissagem. A corrida armamentista aérea, relevante nos últimos 50 anos, acabou.*”

Quanto às *forças terrestres*, os Estados Unidos possuem a maior força blindada do mundo, formada por cerca de 9.000 *tanques*, com sistema de artilharia capaz de destruir um tanque inimigo com um só disparo. Além disso, a supremacia em armas eletrônicas é incomparável. Na *I Guerra do Golfo*, apenas 2 a 3% das armas de combate americanas eram “*inteligentes*”. Na *II Guerra do Golfo* esse percentual elevou-se para 98% e, em breve, os Estados Unidos estarão lançando helicópteros e caças não tripulados que abrem o campo de batalha antes das tropas americanas chegarem.

Por outro lado, é consabido que essa fantástica supremacia americana deve-se, sobretudo, a sua disponibilidade de recursos orçamentários para investir em gastos militares. Desde que terminou a *Guerra Fria*, em 1989, os Estados Unidos, que mantêm um poderoso complexo industrial militar, do qual dependem 15 milhões de empregados de todos os níveis intelectuais, continuaram a investir na *corrida armamentista*, voltada, agora, para a formação de um exército superequipado, com seus soldados possuindo dispositivos tecnológicos, de defesa e ataque, que tornam, cada um deles, verdadeiras máquinas de guerra.

Para coroar esse imenso poderio militar, é necessário ter em consideração que os Estados Unidos, desde a primeira metade do século XIX até os nossos dias, sempre estiveram engajados em operações de guerra, o que lhes tem permitido que suas tropas estejam sempre tendo *oportunidade de aprendizagem*, bem como que sejam testadas seus novos dispositivos tecnológicos. A revista *Veja on-line*, de 25 de maio de 2003, apresentou um

quadro cronológico, demonstrando essa freqüência de ações bélicas em que se envolveu a grande nação norte-americana nos últimos 157 anos:

- 1846 a 1848 : a *Guerra do México* – expansão para o sul, e o oeste;
- 1898 a 1902 : a *Guerra Hispano-Americana*: a tomada do Caribe;
- 1917 a 1918: a *Primeira Guerra Mundial*: surge a superpotência;
- 1940 a 1945: a *Segunda Guerra Mundial*: a polarização do mundo;
- 1950 a 1953: a *Guerra da Coréia*;
- 1964 a 1975: a *Guerra do Vietnã*;
- 1982 a 1984: o *ataque ao Líbano*;
- 1983 : a *invasão de Granada*;
- 1989 a 1990: a *invasão do Panamá*;
- 1991: a *Primeira Guerra contra o Iraque*;
- 1992 a 1993: a *invasão da Somália*;
- 1999: o *ataque à Iugoslávia*;
- 2001 a 2002: o *ataque ao Afeganistão*;

Contando com a *II Guerra do Golfo*, são 14 (quatorze) ações bélicas, na média de 1 (uma) guerra a cada 11 (onze) anos, sem incluir nesse período, a *Guerra Fria* com a URSS que perdurou por cerca de 40 (quarenta) anos. Durante todo esse longo período, os EUA procuraram maximizar o seu poderio bélico, para efeito de dissuasão, no que teve êxito.

As conseqüências culturais dessas guerras sucessivas geraram um forte impacto na sociedade americana que assumiu a sua condição de *povo guerreiro*, com um efeito político perverso para a democracia da nação: a tendência do povo de aumentar seu apoio ao Presidente da República que está no poder em períodos de guerra.

Evidentemente que, agora, com a vitória do Sr. *George W. Bush*, reeleito presidente dos Estados Unidos, esse aspecto belicista da sociedade

americana torna-se uma ameaça para a paz no mundo inteiro. Máxime, se for levado em consideração que a sua vitória teve como plataforma a explicitação praxiológica da *Doutrina Bush*, isto é, da *guerra preventiva*, contra qualquer ameaça, efetiva ou potencial e até imaginária que os “falcões” americanos entendam que está ocorrendo e por isso devem atacar imediatamente.

Aliás, é importante atentar para a circunstância de que os analistas do mundo inteiro, sobre a vitória de George W. Bush, são unânimes em reconhecer algumas dimensões da sua *plataforma política*, com direta repercussão geopolítica para todos os países do mundo. A título de exemplo, eis algumas:

- os Estados Unidos são um país predominantemente conservador; mesmo quando se trata dos liberais democratas, a sociedade americana é bem mais conservadora de que o resto do mundo;
- a direita política americana é bem mais à direita do que em qualquer país do mundo;
- todos reconhecem que a defesa dessa posição direitista, que foi assumida de forma ostensiva pelo candidato *George W. Bush*, repercutiu em seu favor no eleitorado americano, que, assim, assumiu a *Doutrina Bush* na sua ética política; a mudança dessa posição majoritária do eleitorado americano só com o tempo poderá ser avaliada, na medida em que os próprios erros da *Pax da guerra preventiva* tenha um “efeito bumerangue”, capaz de mudar a posição do eleitorado americano;
- essa posição conservadora foi assumida de forma politicamente competente pelo Presidente *George W. Bush*, quando assumiu a *postura messiânica*, no sentido de evidenciar que o problema geopolítico americano estava em reconhecer que se tratava de uma “*luta do Bem contra o Mal*”, de tal forma que sejam resguardados os valores em que se apóia a paz desejada pelo povo, ou seja, as igrejas, as empresas, a religiosidade e o capitalismo americanos;

- a luta contra o terror, diante da horrenda agressão de *11 de setembro de 2002*, era a prova de que a guerra preventiva era indispensável para manter afastados os terroristas do território americano.
- além disso, os valores morais em que se apóia a família americana devem ser preservados e George W. Bush conseguiu convencer a maioria do povo de que era o líder preparado para consolidar o futuro da América, através da *intimidação bélica* de todos os países do mundo que, no seu entender, são uma ameaça à *Pax Americana*.

68.2. A “Doutrina Bush”

É importante ressaltar que o ideário da supremacia americana foi formalizado a *1º de junho de 2002*. Nessa oportunidade, o Presidente *George W. Bush* anunciou a sua *doutrina de política externa* que provocou uma drástica reviravolta na estratégia de ação americana no mundo. Foi a *Doutrina Bush*, que, no Brasil, poucos dela tomaram conhecimento, envolvido que estava o povo brasileiro na disputa do pentacampeonato de futebol. O jornalista *Igor Fuser*, em artigo publicado na revista *Época*,¹¹³ assim resumiu a “*Doutrina Bush*”:

- “...os Estados Unidos se arrogam o direito de usar a força, sem aviso prévio, contra qualquer país encarado como hostil ou que tente adquirir armas de destruição em massa – nucleares, químicas ou biológicas;
- “A nova palavra de ordem é atacar preventivamente, mesmo na inexistência de qualquer agressão anterior”;
- “Os Estados Unidos possuem e pretendem manter uma força militar acima de qualquer possibilidade de desafio” (frase do próprio Presidente Bush).

113 Revista *Época*, de 26 de maio de 2003, págs. 75 a 77.

O artigo de *Igor Fuser* atribui ao jurista *Richard Falk*, professor da Universidade da Califórnia, um dos maiores especialistas em Direito Internacional, as seguintes interpretações sobre a *Doutrina Bush*:

- “O recado de *Bush* ao mundo foi de que os EUA resolveram assumir plenamente o papel de gendarme global”;
- “O que está em jogo é transformar a atual ordem mundial, que deixaria de ser um amontoado de Estados soberanos para se tornar um império global administrado a partir de Washington.” (grifo do autor)

Conclui *Igor Fuser* de forma contundente:

“A fagulha que faltava surgiu com os atentados de 11 de setembro, que retiraram qualquer inibição ao exercício pleno do poderio dos EUA.”

Foi, portanto, a “*Doutrina Bush*” que revelou ao mundo os Estados Unidos como uma superpotência imperial, através do ataque de caráter preventivo contra qualquer país que ouse desafiar as autoridades americanas.

O discurso de posse do Sr. *George W. Bush* foi uma proclamação objetiva no sentido de que “*quem não está a favor dos Estados Unidos está contra os Estados Unidos*” e por isso representa uma ameaça potencial à *Pax Americana*. A maior parte do discurso se volta por isso para o mundo e não para as questões internas da sociedade americana. O texano monoglota conscientizou-se de que, para plantar, em qualquer parte do mundo, os desígnios da *Doutrina Bush*, os Estados Unidos precisam falar apenas uma língua, aliás, uma linguagem: a do poderio militar e econômico americano. Esse aspecto assustou os líderes mundiais, mesmo dos países ricos que reconhecem não ter o potencial bélico e econômico do gigante americano.

68.3. A formação do Império Americano

68.3.1. A expansão interna

A vocação imperial da sociedade americana encontra suas origens a partir da independência do país, em 1776, quando o expansionismo

começou a ser forjado para encontrar a sua realização a partir do início do século XIX. Essa manifestação imperial estendeu-se ao longo dos primeiros 50 anos daquele século. É a fase do *expansionismo interno*. As treze colônias que proclamaram a independência dos Estados Unidos tinham cerca de 1 (um) milhão quilômetros quadrados e ocupavam a Costa Atlântica a partir dos montes Apalaches. Essa expansão interna foi muito acelerada e tinha o objetivo de estender os domínios do País até à costa do Pacífico, o que foi conseguido no período de 50 (cinquenta) anos, nas seguintes etapas:

- *em 1803*, os Estados Unidos conseguem negociar com a França a compra da *Louisiana*, um vasto território que se estendia à margem direita do rio Mississipi, prolongando-se ao norte até o limite com o Canadá; e ao sul, até o Caribe;
- *em 1819*, os Estados Unidos conseguem negociar com a Espanha a compra da *Flórida*;
- *em 1845*, declaram a anexação unilateral do Texas, em disputa com o México.;
- *em 1846*, mediante um tratado celebrado com a Grã-Bretanha, foi incorporada a região do *Oregon* e os Estados Unidos conseguem estender o seu território até à *costa do Pacífico*;
- *em 1848*, como resultado da guerra com o México, os Estados Unidos passaram a ocupar a região da *Califórnia*, até o *Novo México*;
- *em 1853*, os Estados Unidos compram do México o território ao sul do *Arizona*.

Chegaram, assim, os Estados Unidos, em 50 anos, a ter um território de mais de 8 milhões quilômetros quadrados e, assim, consolidaram o sonho expansionista do domínio da *costa Atlântica* até à *costa do Pacífico*. Essa área é hoje, de 9.372.614 km², com a compra do *Alasca*, em 1867, à Rússia e a anexação do *Havái*, em 1898.

Um detalhe importante para os países latino-americanos foi a formulação da *Doutrina Monroe*, em 1823, pela qual, o presidente *James Monroe* declarou: “*a América é para os americanos*”, procurando, assim, afastar as tentativas dos países europeus de exercer o seu domínio sobre as regiões do Caribe, da América do Sul e da América Central, através da implantação de colônias.

Na segunda metade do século XIX, os Estados Unidos voltaram-se para a efetiva ocupação do vasto território que passou a dominar na primeira metade do século. Com esse objetivo abriram a ocupação do seu território para a *migração estrangeira*, principalmente, a de *origem européia*, cujas populações viviam na pobreza e até mesmo na miséria. Cerca de *trinta milhões de colonos* migraram para os Estados Unidos, um país que, no início do século XIX, não tinha mais de 7 milhões de habitantes. Essa política de migração encontrou a oposição das populações indígenas que defendiam a *propriedade imemorial de suas terras*. Esse confronto provocou a dizimação das nações indígenas.

Para consolidar a ocupação territorial, rumo ao oeste até à costa do Pacífico, algumas medidas adotadas tiveram maior relevância. A construção de *estradas de ferro* no sentido de *leste para oeste*, através de três grandes ferrovias: a do *Pacífico Norte*, a do *Pacífico Central* e a do *Pacífico Sul*. Outra medida importante foi a manutenção da unidade territorial sob a liderança de *Abraham Lincoln*, que conseguiu vencer a *Guerra de Secessão* promovida pelos latifundiários do sul do país. A visão de futuro do grande estadista americano exprimiou-se de forma mais evidente quando baixou *Homestead Act – a lei da propriedade familiar*, promovendo, assim, a ocupação do território americano, através da exclusão do latifúndio e a implantação de uma estruturação agrária apoiada na família. O imigrante que passou a entrar nos Estados Unidos, logo recebia o seu título de propriedade, formado de 160 acres de terra. O mesmo ocorreu com os escravos libertos, em 1862, que passaram a dispor da propriedade familiar indispensável à sustentação de suas famílias.

Assim, apoiado em uma estrutura agrária otimizada, com estradas de ferro que se estendiam de *Costa a Costa*, um sistema produtivo organizado em famílias agricultoras tradicionais que passaram a trabalhar em terras cujas condições pedológicas eram idênticas às de seu país de origem, o enriquecimento do país pôde ser alavancado e acelerado.

68.3.2. *A expansão planetária*

Ao longo da *Segunda Guerra Mundial* e durante a *Guerra Fria*, os Estados Unidos passaram a envidar esforços, no sentido de consolidar o seu domínio ao longo de todo o Planeta. Com esse objetivo implantaram bases militares e pontos de apoio, não só dentro do seu território, mas, também, ao longo de todos os continentes. Preferencialmente em países ou áreas que haviam conquistado nas múltiplas situações bélicas em que se envolveram, ou naqueles países que haviam dominado durante algum tempo. É o caso do Japão, da Coreia do Sul, das Filipinas, da Itália, da Alemanha e de Cuba. Ou países que haviam concordado, mediante compensações financeiras, em permitir a instalação de bases militares em seu território.

Essas *bases militares* estendem-se ao longo de pontos estratégicos existentes, em todo o Planeta, segundo o noticiário da imprensa, em dezenas de países, possibilitando, com o apoio das *bases móveis*, os *superporta-aviões*, garantir a vigilância armada de todos oceanos e mares, entre estes, sobretudo, o Mediterrâneo e o Caribe.

Outra estratégia de dominação adotada pelo gigante americano tem sido de *caráter econômico e financeiro*, através de suas multinacionais, embaladas pela economia globalizada. Também deve-se acentuar que o controle indireto que os Estados Unidos têm dos grandes organismos financeiros internacionais, como o *FMI* e o *Banco Mundial*, garante em seu favor um implícito poder de veto a qualquer financiamento ou apoio financeiro de que necessitem os países emergentes e os subdesenvolvidos. Afinal, os fluxos monetários internacionais que estremecem os mercados, sobretudo, dos países emergentes, podem ser contidos ou enquadrados em função dos interesses do *Império Americano*, pois pertencem às suas multinacionais e seus bancos, ou a países, como o Japão, a Coreia do Sul, o Reino Unido, que são seus aliados incondicionais. Mesmo os países que não têm um alinhamento econômico-financeiro incondicional com o gigante norte-americano, dele dependem para garantir acesso aos seus mercados e investimentos de suas multinacionais, como é o caso da Rússia, da China, do Brasil, do México, da Argentina e outros.

É importante lembrar a dramática situação em que a Europa se viu envolvida no meado dos anos sessenta do século passado. *Jean-Jacques Servan-Schreiber*, jornalista francês de grande prestígio nacional e interna-

cional, lançou o livro *O Desafio Americano*, que teve grande impacto, sobretudo, na Europa. Nele, o jornalista demonstrou que, a médio e longo prazo, as grandes empresas européias de todos setores da economia estariam sob o controle das multinacionais americanas. Estas estavam se aproveitando das dificuldades financeiras pelas quais passavam as empresas européias, ainda fragilizadas, apesar do apoio que haviam recebido do *Plano Marshall*. Nessas situações de crise, entravam as multinacionais americanas oferecendo capitais em troca do controle acionário. O livro de *Jean-Jacques Servan-Schreiber* teve grande repercussão nos países europeus, que decidiram unir-se para evitar a desnacionalização de seu sistema produtivo. Assim consolidou-se a *Comunidade Econômica Européia (CEE)*, instituída pelo *Tratado de Roma* em 1957 e hoje transformada na *União Européia*.

68.4. A concepção doutrinária do Império Americano

É importante assinalar que a vocação imperial americana sempre procurou apoiar-se em *justificativas de caráter “ético”* e *“princípios” doutrinários* que pudessem sustentar perante o povo qualquer atitude imperialista. Essa visão “ética”, também, sempre serviu de justificativa perante os demais países do mundo, de forma a não parecer que o governo americano estava adotando uma atitude contraditória. De um lado, o Estado democrático e o sistema republicano de governo, apoiado num regime constitucional, concebido e elaborado para a formação de uma sociedade aberta; foi o que preconizaram os líderes que proclamaram a independência dos Estados Unidos e, por agregação, das diversas colônias que formaram o novo país, que desde então se apresentou perante o mundo como um modelo ideal para a organização política dos povos. De outro lado, atos de poder e domínio que, depois de consolidar a expansão interna do país, passaram a estender-se para vários países do mundo.

Logo no meado do século XIX, quando estava consolidada a expansão interna, surgiu a doutrina do *DESTINO MANIFESTO*, pregada pelas lideranças políticas que queriam ampliar o domínio do território americano. A vitória da *Guerra do México* serviu de pretexto, como já foi visto em capítulo anterior, para que o tenente *Matthew Maury* pregasse, ao longo de todo país, que os Estados Unidos tinham o *DESTINO MANIFESTO* de

dominar o território mexicano, a América Central, e a América do Sul, até o leito do rio Amazonas pela margem esquerda e toda a região do Caribe que *Maury* chamava o *Lago Americano*. Nada disso se configurou objetivamente, mas serviu de fundamento para alicerçar a *Doutrina Monroe* e, principalmente, o *Corolário Polk*, emitido pelo Presidente *James Knox Polk*, com o objetivo de justificar a *anexação do Texas*, em 1845, e, afinal, a guerra contra o México. O *Corolário Roosevelt*, concebido pelo Presidente Theodore Roosevelt, surgiu, em 1904, e forjou a *Doutrina do Big Stick* (a “*vara longa*” ou o “*grande porrete*”), pelo qual os Estados Unidos se atribuem o direito de intervir em qualquer país na *defesa dos interesses dos seus nacionais*. Esse complexo *doutrinário* não passa de pretextos formais para intervir em qualquer lugar do mundo.

Subseqüentemente, os Estados Unidos foram coadjuvados decisivamente pela sua participação na Primeira e na Segunda Guerras Mundiais. Nelas os Estados Unidos viram-se compelidos a intervir em favor de nações européias que estavam com sua soberania e liberdade dramaticamente ameaçadas. Assim o foi, realmente, sobretudo na Segunda Guerra Mundial, pela qual a participação maciça dos Estados Unidos foi decisiva para a derrota dos países do Eixo – Alemanha, Itália e Japão, que defendiam o nazifascismo.

Essas concepções doutrinárias não são excludentes. Ao contrário; são etapas evolutivas de uma só concepção e objetivo: a *construção do Império Americano*, com hegemonia e alguma forma de comando sobre todos os povos, evolução essa que encontrou sua consolidação na *Doutrina Bush* que, como já foi visto, é, não só a universalização da *Doutrina do Big Stick*, mas, principalmente, a *guerra sem aviso prévio*, o *ataque preventivo*, a atuação independente e autônoma que exclui qualquer interferência da ONU e de seu Conselho de Segurança. Parece que o *Destino Manifesto* do *Império Americano* é tornar-se uma potência sombria que intimida todos os povos.

68.5. A noção conceitual de império. O Império Romano e o Império Americano.

Embora tenham existido ao longo da História muitos impérios – Império Persa, Império Macedônio, Império Mongol, Império Austro-

Húngaro, Sacro Império Romano-Germânico, Império Britânico, Império Otomano, Império Napoleônico, Império Japonês, Império Chinês, e tantos outros – somente o *Império Romano* chegou a reunir características conceituais que se aproximam do que hoje pode ser entendido como o Império Americano. A *mundialidade* deste estende-se, hoje, por todo o Planeta. O *Império Romano*, também, estendia-se por todo o mundo então conhecido. Os demais povos, germanos, saxões, alanos, visigodos e tantos outros, eram, depreciativamente, chamados de “*bárbaros*”, isto é, povos considerados sem maior qualificação e como tal desprezados pelos romanos. Uma característica comum desses dois impérios mundiais era o exercício centralizador de toda a geopolítica dos países abrangidos pela dominação imperial.

O *Império Romano* teve seu apogeu a partir da ascensão de Otávio, em 31 a.C., até 255 d.C., com Alexandre Severo; sua queda definitiva somente ocorreu em 476 d.C. Sua ação imperial caracterizava-se pela dominação dos povos ao seu redor através de uma estratégia de ocupação militar que garantia o exercício do poder dominante, sobretudo na arrecadação de impostos. No mais, os povos dominados tinham sua própria forma de governo que lhes garantia o exercício do seu poder governamental sobre toda a sociedade, inclusive a expressão cultural desses povos, desde que não se voltassem contra o poder imperial. A história de *Jesus Cristo*, que as autoridades judaicas condenaram à morte, é típica desse estilo de ação imperial. Os judeus o condenaram à morte, porém, não puderam matá-lo por falta de amparo legal e exigiram que o poder imperial, através de Pilatos, assumisse a responsabilidade pela sua condenação, chegando, até mesmo, a ameaçar Pilatos de denunciar ao imperador que ele estava se recusando a punir com a morte um revolucionário que estava se voltando contra César. O caso de *são Paulo*, também, dá uma idéia desse estilo hipócrita de atuação das autoridades dominadas pelo *Império Romano*. Quando viu que os judeus iriam conseguir a sua condenação pelo preposto romano, Paulo não teve dúvidas em usar a sua condição de cidadão romano e apelar para César, o que não lhe foi negado, pois sua cidadania lhe garantia essa prerrogativa.

O *Império Americano*, em geral, não utiliza, apenas, o seu fantástico *poder militar*. Utiliza, também, o extraordinário *poder econômico* a que chegou, através do mercado internacional. Com isso, mediante “*negociações diplomáticas*”, usa o seu poder de dissuasão para compelir os povos de todo

o Planeta a se alinharem aos seus projetos geopolíticos. Verifica-se, então, que a *Doutrina do Big Stick*, agora, foi “enriquecida” pela *Doutrina Bush* que preconiza a *intervenção militar de caráter preventivo*, para salvaguardar seus interesses econômicos, atitude geopolítica que se tornou ostensiva na *II Guerra do Golfo*. Tendo como pretexto a punição à ditadura de *Saddam Hussein* que estaria ameaçando a paz mundial, através do uso de armas de destruição em massa, no caso pela adoção da guerra química e bacteriológica, os Estados Unidos não tiveram dúvidas; promoveram a dominação do *Iraque* de forma fulminante. Lá não foram encontrados indícios de que o país estivesse ameaçando a paz mundial pelo uso de armas de destruição em massa. O poder imperial americano não se importou com isso; seus líderes deram declarações singelas e sem qualquer preocupação ética, no sentido de que as alegações que justificaram a intervenção do Iraque eram, apenas, pretextos, deixando, assim, evidente que o seu objetivo era somente dominar o país que dispõe da segunda maior reserva de petróleo do mundo, e um fantástico estoque de recursos hídricos; e mais, conseguir a dominação de uma área no coração do mundo árabe, para mais de perto controlar os povos que vivem nesses territórios ricos em petróleo, porém, sempre em atritos por motivos religiosos.

Claro está que a identidade entre o *Império Americano* e o *Império Romano* esgota-se nessas três características especiais: a *mundialidade*, o resguardo de alguma *autonomia política*, e o respeito aos *padrões culturais* dos povos sobre os quais têm domínio ou influência dominante. No mais, não há qualquer identidade. O *Império Romano* tinha um governo totalmente ditatorial e teocrático, pois os *Césares*, desde Otávio, proclamaram-se deuses, acrescentando ao seu nome o de Augusto e, como tal, tinham de ser reconhecidos pelos seus súditos. Os povos dominados eram escravos em graus diferentes, conforme seus níveis de intelectualidade. Nem se cogitava de direitos humanos, a não ser depois de *Constantino*, com a adoção do *cristianismo* como religião oficial.

O *Império Americano*, ao contrário, é formado por uma sólida sociedade democrática, embora, segundo seus interesses econômicos ou geopolíticos, não tenham tido pejo de apoiar ditaduras em vários países do mundo. Há que se proclamar, também, que o Império Americano tem procurado colher o “*fruto da iniqüidade*”, sempre que utilizou seu domínio ou influência, para levar os povos à *democratização do Estado* como forma de governo. É o caso do

Japão, da Coréia do Sul e outros países, pois, tratando-se de uma sociedade aberta e democrática, os Estados Unidos fazem de sua democracia um produto de exportação e, evidentemente, levam os povos à construção de sociedades, politicamente, bem organizadas e, economicamente, desenvolvidas. Aparentemente, é nessa empreitada que, agora, pretendem atuar no Iraque e, talvez, em todo o mundo árabe, quando anunciam a intenção de criar uma *área de livre comércio* naquela região. As possibilidades de êxito dessa política parece remota por motivos religiosos de conteúdo *fundamentalista*. A longo prazo, porém, não se pode descartar a possibilidade de realização desse objetivo.

Um ponto importante que os estudiosos vêm ressaltando é que o gigante americano passou a adotar o mesmo regime geopolítico que caracterizava a estratégia de ação do *Império Romano*: a *Pax Romana*, que tinha por sustentação o medo que transmitia aos povos em todo o Mediterrâneo. A identidade com a *Pax Americana* é total, inclusive na postura arrasadora que adotaram os dois impérios diante daqueles que ousaram reagir ao seu domínio. Roma destruiu Cartago, Corinto, Jerusalém, numa política de terra arrasada, sem “deixar pedras sobre pedras”. Os Estados Unidos são a única potência mundial que usou a bomba atômica, destruindo *Hiroxima* e *Nagasaki* para abreviar o término da Segunda Guerra Mundial. Tal como Roma, o *Império Americano*, em nome da paz e da democracia, derruba ditadores ou os sustenta ostensivamente, conforme a conveniência do momento político. Estamos, assim, diante de uma nova ordem mundial, à qual nenhum povo do Planeta pode ficar indiferente ou demonstrar qualquer neutralidade diante do Império Americano, pois isso já constitui uma ameaça *Pax Americana*. Aliás, não se trata de uma nova ordem e sim de uma desordem em que avontade do mais forte é indiscutível.¹¹⁴

68.6. *A questão geopolítica amazônica diante da formação do Império Americano*

A irrupção do *Império Americano* no início do terceiro milênio dá origem a uma *nova ordem política e econômica internacional*, na qual se

114 Sobre o assunto v. Jesus e o Império. *O Reino de Deus e a Nova Desordem Mundial*. De Horsley Richard, ed. Paulus, 2004.

tornou referência necessária, explícita ou implícita, nas decisões geopolíticas de maior magnitude, pois, a *mundialidade* do poder econômico e militar dos Estados Unidos leva a superpotência americana a ser necessariamente considerada nas formulações das principais relações internacionais. Mesmo nas decisões regionais, ainda que de caráter, apenas, bilateral, a variável americana estará presente. A ONU, que os Estados Unidos decidiram marginalizar totalmente, a partir da Doutrina Bush, passou a ter um poder político secundário, cuja eficácia dependerá, sempre, do acordo, do consentimento, ou da tolerância do *Império Americano*.

Ficou, assim, evidenciado que a Amazônia e o Brasil, bem como todos os demais países, sobretudo, os países emergentes e os subdesenvolvidos, a partir do terceiro milênio, vão ter que *conviver com o gigante americano*, o que exigirá muita competência diplomática para que não provoquem a ira do poder imperial e, dessa forma, coloquem em jogo sua soberania.

A soberania dos países amazônicos sobre as suas respectivas áreas amazônicas tornou-se mais *frágil e restrita*, como queria o Presidente *François Mitterrand*. Aliás, desde o meado do século XIX, os Estados Unidos, como já foi demonstrado, sempre tiveram um interesse especial pela Amazônia. Um interesse que às vezes chegou a se manifestar pela intenção direta da dominação, como foi o caso da *República para os Negros Americanos* já referida em capítulo anterior. Manifestou-se, também, nas invectivas do magnata *Nelson Rockefeller* que sempre esteve interessado na abertura total da Região para exploração mineral. Aliás, o livro *Seja feita a Vossa Vontade*,¹¹⁵ de um casal de pesquisadores americanos, relata com minúcias as iniciativas de *Nelson Rockefeller*, inclusive através da utilização do Instituto *Summer of Linguists (SIL)*, com o objetivo de alcançar a dominação de povos indígenas, provocando genocídios e etnocídios nas populações de várias tribos. O livro traz o sugestivo subtítulo: “*A Conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na Idade do Petróleo*”. As pesquisas em que se baseia foram feitas por um casal de cientistas americanos durante duas décadas. É um terrível libelo contra as ambições de *Nelson Rockefeller* em

115 Colby, Gerard, e Dennet, Charlotte, em *Seja feita a Vossa Vontade*. “A conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o Evangelismo da Idade do Petróleo”, Ed. Record, 1998.

relação à América Latina e, em especial, à Amazônia, centradas na exploração mineral, sobretudo do petróleo.

Os cientistas acusam o político americano de praticar ações subalternas para conseguir seus objetivos, contando para isso com o calor oficial do governo americano, onde desempenhou a função de *coordenador de assuntos americanos*, no governo de *Franklin Roosevelt*. O Sr. *Moreira Sales*, embaixador do Brasil nos Estados Unidos, é acusado de servir de canal de acesso para que *Rockefeller* conseguisse alcançar seus objetivos. *Rockefeller* gozava de grande poder junto às autoridades americanas, pois foi conselheiro do *Presidente Truman* e *Presidente do Conselho Nacional de Segurança*, o que lhe dava acesso normal junto à *Agência de Inteligência (CIA)* para suas invectivas imperialistas.

O ponto mais grave repousa na acusação de que o magnata norte-americano se uniu ao líder protestante *William Cameron Townsend*, durante os vários anos em que este chefiava uma organização ultraconservadora, o *Summer Institute of Linguists (SIL)*, no Brasil, conhecida como *Tradutores da Bíblia Wycliffe*. Essa organização teria sido contratada pelo Sr. *Nelson Rockefeller* para pacificar tribos sul-americanas em terras ricas em petróleo e minerais. A união entre *Rockefeller* e *Townsend*, segundo alegam os pesquisadores, baseava-se no objetivo de combater o comunismo que, ameaçava a América Latina.

Mais tarde, a ação do *SIL* teria envolvido a prática de etnocídios contra várias tribos para “limpar” as áreas ricas em minérios, o que é narrado com minúcias no mencionado estudo do casal de pesquisadores. Isso tudo mostra que, ainda que involuntariamente, o gigante norte-americano que, internamente, é uma sociedade aberta, dá aso a ações altamente agressivas, praticadas impunemente pelos seus cidadãos. Felizmente, o Sr. *Nelson Rockefeller* deixou de ter apoio do governo americano no período presidencial de *John Kennedy*, mas a passagem de seus interesses pela Amazônia deixou marcas indeléveis.

O interesse do *Império Americano* pela Amazônia é muito antigo. Começou a evidenciar-se, ainda, meado do século XIX, com a campanha de *Mathew Maury* para que os Estados Unidos implementassem na Amazônia a *República para os Negros Americanos*, ou exercessem o seu destino manifesto de dominar todo o México, a América Central, o Caribe e a Amazônia na parte correspondente à calha norte do rio Amazonas. Teve

prosseguimento no início do século XX, com a *Doutrina do “Big Stick”* de *Theodore Roosevelt* que demonstrou seu grande interesse pela Região, quando decidiu visitá-la, até o seu interior mais recôndito, guiado pelo general *Cândido Rondon*, percorrendo o rio *Aripuanã*, afluente do Madeira e penetrando no rio da Dúvida, afluente do *Aripuanã*, que passou ter o seu nome, rio Roosevelt, homenagem que o governo brasileiro lhe prestou e do qual, como já vimos em capítulo anterior, foi resgatado com a saúde muito abalada.

A geopolítica com o *Império Americano* adquire conotações graves, de um lado, quando se considera esse histórico interesse ou cobiça pela Região; de outro, levando em conta que não se pode reconhecer que, no plano externo, os Estados Unidos adotaram a mesma política democrática que adotaram no plano interno. A história demonstra que tantas vezes, como ocorreu agora na *II Guerra do Golfo*, a política externa americana assumiu um caráter ostensivamente imperialista. Não se pode, portanto, imaginar que a Amazônia esteja indene à política externa imperialista que, intermitentemente, adota o gigante americano, segundo seus interesses circunstanciais.

Aliás, em dezembro de 2004, o Sr. *Thomas Barnett*, doutor em Ciência Política pela Universidade de Havard, ofereceu um pronunciamento, através da revista *Época* de 27.12.04, no qual apresenta uma *visão prospectiva até o ano de 2050, sobre o Império Americano*. Ressalte-se que o mesmo era *assessor e estrategista do Secretário de Defesa americano, Donald Rumsfeld*. Com a maior naturalidade, prognostica que *até o ano de 2050, pelo menos 12 países tornar-se-ão Estados Americanos, entre eles o México*. Fundamenta as suas previsões na dependência que alguns desses países terão do Império Americano. Com exceção do México, não menciona quais serão os outros. Com singeleza de que está apenas fazendo um “*prognóstico científico*” sobre as tendências naturais do mundo globalizado, deixa evidente que o *Império Americano* deverá crescer, não apenas no seu poderio bélico e econômico, mas também na *expansão da sua área de dominação no mundo como fato inevitável*, o que deixa evidente que esses prognósticos não são manifestações solitárias de um profeta do Império, mas sim uma cogitação feita no âmbito das autoridades que integram o estado-maior do gigante americano.

Não se pode, também, deixar de ver com preocupação a notícia publicada pelo jornal *Folha de São Paulo*, no dia 2 de janeiro de 2005, revelando existência de um relatório do *Centro de Inteligência do Exército Brasileiro* que apresenta um mapeamento da presença militar dos Estados Unidos na América do Sul. Os militares americanos têm estado presentes no Paraguai, na Bolívia e no Peru, bem como na Colômbia em função do *Plano Colômbia*. Trata-se, assim, de um verdadeiro cinturão militar em torno da Amazônia, pois nesses países foram montados destacamentos e ministrados cursos preparatórios para o combate ao narcotráfico na selva; cerca de 6.300 *militares americanos* estiveram baseados nesses países, entre 2001 e 2002. Esse quadro fático, a geopolítica do Brasil para a Amazônia não pode ver com indiferença e sim evidentemente com preocupação, pois o Império Americano, estribado na *Doutrina Bush*, pode sempre fazer o que quer, sem que se possa discutir essa atuação à luz da ética política.

.....

Capítulo 69

A DRAMÁTICA SITUAÇÃO DO CLIMA DA TERRA. O PROTOCOLO DE QUIOTO E SUAS IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS. A PARTICIPAÇÃO DA AMAZÔNIA NA FORMAÇÃO DO CLIMA DA TERRA. O COMÉRCIO DO CARBONO

A

69.1. *A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a mudança do clima*

VIDA sobre a Terra somente se tornou possível a partir do momento em que o Planeta passou a dispor de condições climáticas que possibilitassem a sobrevivência das espécies que formam o reino vegetal e o reino animal. Durante milhares de anos o homem pôde desfrutar de condições climáticas otimizadas que garantiram a sua sobrevivência e o povoamento de toda a Terra. Com a *Revolução Industrial*, entretanto, as ações do homem passaram a provocar a formação de gases que poluem a atmosfera e, em consequência, afetam o equilíbrio das condições de vida do Planeta, através do que se convencionou chamar de efeito estufa.

A ONU, a partir da primeira *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, realizada em Estocolmo, em 1972, passou a aprofundar seus estudos sobre as condições climáticas da Terra, objetivando controlar a poluição atmosférica. Assim, promoveu a celebração da *Convenção de Viena sobre a proteção da camada de ozônio*, em 1985, e o *Protocolo de Montreal sobre as substâncias que destroem a camada de ozônio*, em 1987. Finalmente, por ocasião da *II Cúpula da Terra*, isto é, a segunda *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, realizada no Rio

de Janeiro, em junho de 1992, foi aprovada a *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima*. Aprovada em 4 de junho em 1992, foi ratificada, por 193 países e entrou em vigor a 28 de maio de 1994.

O objetivo da Convenção, nos termos do seu art. 2º, é definir o monitoramento da ação antrópica que vem provocando o *efeito estufa em torno do Planeta* e suas conseqüências para a habitabilidade da Terra. Nesse sentido, preconiza a convenção “a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera no nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático”. Esse mesmo dispositivo preconiza que sejam definidos prazos para que os ecossistemas possam adaptar-se à mudança de clima, de forma a evitar que a produção dos alimentos seja ameaçada e, em conseqüência, o desenvolvimento econômico se realize de forma sustentável.

69.2. O Protocolo de Quito e a questão geopolítica amazônica

Com o objetivo de dar concretude aos objetivos da *Convenção-Quadro sobre Mudança de Clima*, reuniram-se a 11 de dezembro de 1997, na cidade de Quioto, no Japão, 84 países que firmaram o acordo que define as *reduções na emissão de gases tóxicos* que cada país deveria implementar para melhorar a qualidade de vida das populações, deteriorada pelo *efeito estufa*, provocado por esses gases. Foi, então, firmado o *Protocolo de Quioto* que, em seu *Anexo A*, define os gases cuja emissão deve ser restringida:

- dióxido de carbono (CO₂)
- metano (CH₄)
- óxido nitroso (N₂O)
- hidrofluorcarbonos (HFCs)
- perfluorcarbonos (PFCs)
- hexafluoreto de enxofre (SF₆)

Para que possa entrar em vigor, o *Protocolo de Quioto* estabelece em seu *artigo 25*:

“Este Protocolo entra em vigor no nonagésimo dia após a data em que pelo menos 55 Partes da Convenção, englobando as

Partes incluídas no *Anexo I* que contabilizaram no total pelo menos 55 por cento das emissões totais de dióxido de carbono em 1990 das Partes incluídas no *Anexo I*, tenham depositado seus instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.”

Conclui-se, então, que o *Protocolo* entrará em vigor quando, *cumulativamente*, forem preenchidos os seguintes requisitos:

- 1ª) forem contabilizados, pelo menos, 55 por cento das emissões totais de dióxido de carbono, em 1990, dos países relacionados no Anexo I da *Convenção-Quadro*.
- 2ª) forem completados noventa (90) dias após a sua ratificação por 55 (cinquenta e cinco) países *convenientes*.

O disposto no citado no art. 25 deve ser entendido nos termos do art. 3º do *Protocolo* que estabelece:

“As Partes incluídas no *Anexo I* devem, individual ou conjuntamente, assegurar que suas emissões antrópicas agregadas, expressas em dióxido de carbono equivalente, dos gases de efeito estufa listados no *Anexo A* não excedam suas quantidades atribuídas, calculadas em conformidade com seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões descritos no *Anexo B* e de acordo com as disposições deste Artigo, com vistas a reduzir suas emissões totais desses gases em pelo menos 5 por cento abaixo dos níveis de 1990 no período de compromisso de 2008 a 2012.”

Desde o ano de 1997, até o primeiro semestre de 2003, grande foi a luta para conseguir que os países responsáveis pela maior parte das emissões de gases poluentes ratificassem o *Protocolo*. No governo *Clinton*, os *Estados Unidos* chegaram a aceitar a ratificação, porém, o *Protocolo* não foi submetido ao Congresso Nacional e, logo depois, o governo passou a ser assumido pelo Sr. *George W. Bush*, cuja campanha presidencial já indicava o seu compromisso com os grandes grupos empresariais que utilizam a energia produzida por combustíveis fósseis, no sentido de que os Estados Unidos não ratificassem o *Protocolo*. Assim ocorreu. Na *Conferência de Joanesburgo*, realizada nos dias 31 de agosto e 1 e 2 de setembro de 2002, grande expectativa surgiu, em todos os países do mundo, quanto à posição dos

Estados Unidos, já no governo *Bush*, a respeito da ratificação do *Protocolo de Quioto*. Essa expectativa justificava-se pelo fato de que os *Estados Unidos* são responsáveis por 25% das *emissões de gases* que provocam o efeito estufa na atmosfera; e mais, dentre estes gases, exatamente na emissão de dióxido de carbono (CO₂), os Estados Unidos são responsáveis pela emissão de 36,1% .

Grande foi a decepção quando o secretário de Estado norte-americano, o General *Colin Powell*, comunicou que seu país não poderia ratificar o *Protocolo de Quioto* porque isso seria altamente prejudicial à economia americana e que seria preferível buscar outras soluções para a redução dos gases poluentes. *Entre as alegações está o fato de o Protocolo não estabelecer metas de redução para os países emergentes como o Brasil*. Apesar disso, vários países industrializados do mundo, aliados da grande nação americana, decidiram não seguir a sua orientação no problema e acabaram por ratificar o *Protocolo*. É o caso do *Japão* e da *União Européia*.

Esse quadro, porém, começou a inverter-se em outubro de 2004. Surpreendentemente, depois de uma fase de indecisão aparente, a *DUMA – Câmara Baixa do Parlamento Russo* decidiu aprovar o *Protocolo de Quioto*; o assunto foi submetido à aprovação da *Câmara Alta do Parlamento*, e depois foi sancionado pelo Presidente *Vladimir Putin* a 7 de novembro de 2004. Essa mudança de atitude do governo russo é da maior relevância, pois com isso, como a Rússia é responsável por 17,4% das emissões dos gases tóxicos do Planeta, o Protocolo entrará em vigor, pois foi superado, entre os países signatários, o limite mínimo de 55% das emissões de poluentes do Planeta. O total das emissões entre os países signatários passou a ser 58,6%. O período de carência para entrar em vigor o Protocolo é de 90 dias, após a Rússia ter entregado oficialmente à ONU a sua adesão. Assim sendo, o Tratado entrou em vigor a partir de 16 de fevereiro de 2005.

Com a entrada do Protocolo em vigor, surge um problema geopolítico da maior relevância: os Estados Unidos ficarão isolados diante do resto do mundo quanto ao compromisso de contribuir para a redução da emissão de gases poluentes da atmosfera. Fica, então, o questionamento: sendo o gigante americano responsável por mais de ¼ das emissões de gases poluentes, irá ele obedecer e cumprir o Protocolo? O Senhor George W. Bush, que é visceralmente contra o Protocolo, já tendo sido reeleito

para mais um mandato de Presidente da República dos Estados Unidos, irá cumpri-lo? Ou irá recusar-se, eximindo-se de cumprir uma decisão da ONU como fez no caso da guerra do Iraque?

Em qualquer circunstância, fica a certeza de que o Tratado certamente entrará em vigor e que a humanidade tem hoje esperanças fundadas, no sentido de que haja a *redução progressiva do efeito estufa*, a níveis compatíveis com a habitabilidade do Planeta.

69.3. O efeito estufa

Para que se possa ter uma idéia da importância que tem a *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas* e o *Protocolo de Quioto*, é importante ressaltar alguns aspectos detectados pela ciência que mostram o perigo que tem o efeito estufa para a habitabilidade da Terra. De forma singela, pode-se dizer que o efeito estufa é formado por uma camada de gases que não permite que a radiação solar refletida pela Terra e pela atmosfera se perca no espaço. Esses gases a que se refere o *Protocolo de Quioto* formam uma barreira que impede que se dissipe na Terra essa energia solar, provocando assim, o *aquecimento do Planeta*. Esses gases normalmente são oriundos da *queima de combustíveis fósseis*, como o petróleo e o carvão, aumentando, assim, a concentração do dióxido de carbono e provocando a elevação da temperatura da Terra.

Os estudos feitos sobre o assunto demonstram que, a partir da *Revolução Industrial*, em 1760, a temperatura *subiu 0,6° C* e a emissão de CO₂ aumentou de 31%; as previsões para os próximos 60 anos são no sentido de que esse acréscimo será de 1°C a 3,5°C. Conseqüentemente o *efeito estufa* é essencial para sobrevivência das espécies, pois permite o equilíbrio da temperatura indispensável à vida. Porém, o seu aumento anormal torna a atmosfera menos permeável, retendo calor que pode provocar gravíssimos impactos sobre o Planeta, tais como:

- o *derretimento do Ártico*, o que pode enfraquecer a corrente do Golfo, provocando invernos rigorosos, sobretudo, na Europa;
- as *neves nas montanhas* podem desaparecer;

- o *derretimento das geleiras* certamente elevará o nível do mar em até *1(um) metro*, provocando o desaparecimento de muitas nações, atingindo, sobretudo, o sudeste asiático e muitos países insulares poderão desaparecer;
- o clima tenderá a ficar sempre mais instável, alterando os fenômenos naturais, como as correntes quentes, no *oceano Pacífico*, o *el Niño* e a *la Niña*.

69.4. O Protocolo de Quioto e a questão geopolítica amazônica

A Amazônia é afetada diretamente pelo *Protocolo de Quioto* na medida em que as pesquisas mais recentes demonstram que a floresta é um *sumidouro do gás carbônico*. Pela sua fantástica dimensão, a floresta amazônica tem a possibilidade de funcionar como uma área que provoca a limpeza dos gases atmosféricos poluentes, tornando-se, assim, o maior espaço do Planeta que pode contribuir para absorver os efeitos perversos provocados pelos países ricos, através da queima dos combustíveis fósseis. Por isso mesmo, o *Protocolo de Quioto*, no item 7 (sete) do seu art. 3º estabelece:

“ As partes incluídas no *Anexo I*, para as quais a mudança no uso da terra e florestas constituíram uma fonte líquida de emissões de gases e de efeito estufa em 1990, devem fazer constar, no seu ano ou período de base de emissões de 1990, as emissões antrópicas agregadas por fontes, *menos as remoções antrópicas por sumidouros em 1990*, expressas em dióxido de carbono equivalente, devidas à mudança no uso da terra, com a finalidade de calcular sua quantidade atribuída.”

O *Anexo I*, a que se refere o mencionado art. 3º, é o constante da *Convenção-Quadro de Mudanças Climáticas*, formado pela relação dos países desenvolvidos ou em transição para a economia de mercado, num total de 36 Estados, neles relacionada a Comunidade Européia.

Fala-se, por isso, que haverá um *mercado mundial da poluição atmosférica* pelo qual uma nação desenvolvida pode continuar poluindo o ar em troca de investimentos que fizer em energia limpa no Terceiro Mundo; é o que vem sendo chamado de *MDL-Mecanismo de Desenvolvimento*

Limpo, preconizado indiretamente pelo *Protocolo de Quioto*, em seu art. 17. Em consequência, a questão para a Amazônia é que, em tese, ela tem *créditos de carbono* diante dos países ricos, emissores de gases de efeito estufa. Há até mesmo estimativas, indicando que, nos próximos anos, haveria uma mobilização de *bilhões de dólares* no mundo inteiro, decorrente dessa mercadização do carbono armazenado.

As autoridades diplomáticas brasileiras têm reagido a essa proposta dos *créditos de carbono*. Segundo preconiza a proposta, o *efeito estufa* seria então resolvido pelo seqüestro do carbono que as florestas tropicais vêm fazendo na dinâmica biológica do Planeta. Haveria, portanto, uma política, formalmente institucionalizada, pela qual os países ricos teriam carta branca para continuar a poluir a atmosfera desde que comprovassem que estavam efetuando pagamento dos créditos previamente arbitrados, aos países emergentes para que não destruíssem suas florestas. É uma proposta *falaciosa*, pela qual os países ricos estariam *recebendo* um incentivo para continuar a *maximizar* suas emissões atmosféricas, em franca violação ao princípio do *poluidor-pagador*, internacionalmente reconhecido.

No caso da Amazônia, os nossos cientistas têm falado em “*seqüestro*” do carbono feito pela floresta e, por isso mesmo, defendem que o Brasil tenha uma *compensação financeira* pela contribuição que a *Floresta Amazônica* oferece à despoluição da atmosfera pela absorção das emissões dos gases, como o dióxido de carbono. O botânico americano *Daniel Neps-tad*, no documento intitulado *O Mundo de Olho na Amazônia*, afirma que “os amazônidas que optam por não cortar ou queimar suas florestas estão deixando de ter ganhos econômicos a curto prazo e devem ser recompensados de maneira justa”. Em verdade, o *Protocolo de Quioto* gerou para o governo brasileiro a necessidade indispensável de estudar como o Brasil deve participar do comércio de emissões, isto é, do *MDL - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo*. Trata-se de dar cumprimento ao que dispõe o *art. 17 do Protocolo de Quioto, ipsis verbis*:

“A Conferência das Partes deve definir os princípios, as modalidades, as regras e diretrizes apropriadas, em particular para a verificação, elaboração de relatórios e prestações de contas do comércio de emissões. As Partes incluídas no *Anexo B* podem participar do comércio de emissões com o objetivo de

cumprir os compromissos assumidos no Artigo 3. Tal comércio deve ser suplementar às ações domésticas com vistas a atender os compromissos quantificados de limitação e redução de emissões, assumidos sobre este Artigo.”

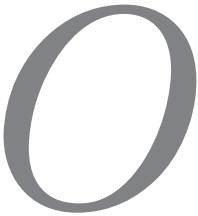
Para dar efetividade ao disposto no artigo 17 do *Protocolo*, o Brasil, por sua representação nas conferências sobre o assunto, propôs a criação de um fundo de ajuda às nações subdesenvolvidas que deu origem ao que tem sido chamado de *MDL - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo*. O Banco Mundial e o BNDES já vêm dando os primeiros passos para participar do MDL.

Em suma, o *Protocolo de Quioto* é um acordo estratégico para a despoluição do Planeta; sua vigência obrigacional é indispensável para a *habitabilidade da Terra* e conseqüentemente para a qualidade de vida dos povos. O Brasil, evidentemente, deve estar preparado para se beneficiar dos mecanismos de comercialização que certamente irão se desencadear no mundo inteiro. Além disso, a vigência do Protocolo provoca um grave problema para o Brasil em relação à Amazônia; por enquanto, o Brasil está fora da relação dos países que devem contribuir para a *redução do efeito estufa*. Pode-se prever, sem qualquer dúvida, porém, que o Brasil terá de *reduzir as queimadas da Amazônia*, pois os demais países, logo no segundo ou terceiro ano de vigência do Protocolo, vão cobrar reversão das queimadas da floresta amazônica, sem que o Brasil tenha condições de reagir, até por um imperativo de ordem ética.

.....

Capítulo 70

A CRISE MUNDIAL DA ÁGUA DOCE. ABUNDÂNCIA, ESCASSEZ E SUA REPERCUSSÃO GEOPOLÍTICA SOBRE A AMAZÔNIA



70.1. A crise mundial da água

PLANETA possui atualmente *1,4 bilhão de quilômetros cúbicos de água*; porém, 97,5% desse total é formado por *água salgada*. A disponibilidade, portanto, da *água doce* é de, apenas, 2,5% do volume hídrico existente no Planeta; deste total, 69% são formados pelas *geleiras e 30% de águas subterrâneas*, restando portanto, apenas, *1% de água doce formando rios e lagos*.¹¹⁶ “Comparando-se as reservas hídricas mundiais com uma caixa-d’água de mil litros, a parcela própria para consumo caberia em uma garrafa média e a água da superfície caberia em, apenas, uma colher de sopa”.¹¹⁷

Comparativamente, portanto, a disponibilidade do precioso líquido é extremamente reduzida. Além disso, a desigualdade de sua distribuição e o alto desperdício que ocorre na sua utilização vêm preocupando a humanidade. Por isso mesmo a ONU criou o *Fórum Mundial da Água*, tendo o *primeiro* se realizado em *Marrocos*, em *1997*, o *segundo* na *Holanda*, no ano *2000* e o

116 *Almanaque Abril*, vol. “Mundo 2003”, pág. 115.

117 *Ob. cit.*, pág. 115.

terceiro em *Quioto*, realizado em *14 de março de 2003*. Esse Fórum tem ressaltado o sentido fundamental da água para a sobrevivência de todo o tipo de vida no Planeta e sua acessibilidade como um *direito fundamental do homem*. Em torno da água de consumo humano têm incidência algumas atividades fundamentais para a *qualidade de vida*, como: o saneamento e a saúde pública, a produção agrícola e pecuária, a geração de energia, a industrialização, o transporte e o lazer. A humanidade, portanto, sofre o desafio de gerir de forma sustentável os recursos hídricos do Planeta, terrivelmente ameaçados pelo crescimento da demanda de milhões de seres vivos, pela degradação ambiental e pelo elevado desperdício. As previsões sobre a acessibilidade à água, se nada for feito, são sombrias, pois *uma*, em cada *três* pessoas do Planeta, vive em regiões de moderada ou alta falta de água. Além disso, estima-se que *2/3* (dois terços) das pessoas irão viver em condições de estresse de água, até o ano 2025.

O *Terceiro Fórum Mundial da Água*, realizado em *Quioto*, chamou atenção para alguns números candentes, conforme divulgado pelo jornal *O Estado de São Paulo*:¹¹⁸

- 1,5 bilhão de pessoas sofrem com a escassez de água;
- 3 bilhões têm de usar água contaminada;
- 12 mil km³ de água poluída circulam pelos rios do mundo;
- 100% foi o aumento registrado no consumo mundial em 50 anos;
- 67% da água utilizada no mundo destinam-se à agricultura;
- 19% são consumidos pela indústria;
- 9% são destinados ao uso residencial;
- mais de 5 milhões de mortes ocorrem anualmente no mundo por doenças de veiculação hídrica;
- 70% das internações hospitalares no Brasil têm o mesmo motivo;

118 V. jornal *O Estado de São Paulo*, de 16 de março de 2003, Caderno Geral, pág. A16.

- com 29 % da população, o Nordeste dispõe de apenas 3% da reserva de água do país” .

A *WWF Internacional* ressaltou nessa ocasião que “o ambiente está enviando sinais de alerta que têm sido largamente ignorados”; e afirma que cada litro de água poluída contamina pelo menos 8 litros de água limpa. Além disso, há conflitos bélicos nas regiões onde dois ou mais países compartilham a água de rios e aquíferos. No Oriente Médio, sobretudo, entre Israel e seus vizinhos países árabes que vivem em permanente situação conflitual por motivos de ordem religiosa, é consabido que, em muitas situações, a acessibilidade à água foi a razão determinante. O mesmo pode-se dizer de alguns conflitos no norte da África, nas áreas periféricas ao deserto do Saara.

A ONU vem se preocupando com a formulação de uma *política internacional da água doce*, no sentido de promover o *controle do desperdício* e de *maximizar a acessibilidade à água limpa* por todas as populações do Planeta. Para enfrentar o problema, algumas medidas objetivas vêm sendo preconizadas, como o aperfeiçoamento da *tecnologia de dessalinização da água*, que hoje ainda se revela muito cara e se, de um lado, resolve o problema da escassez de água doce, de outro gera um problema, ainda sem solução: *o do destino que terá de ser dado ao sal com a dessalinização em larga escala*. Alguns países têm desenvolvido tecnologias para o *aproveitamento da água da chuva* que certamente irão ser objeto de divulgação por todos os países do mundo; é o caso da China que construiu tanques para armazenar água da chuva que fornecem água potável para 15 milhões de pessoas. Também o Japão tem construído canais que levam água da chuva do telhado para tanques de armazenamento do subsolo e que são utilizados para abastecer aparelhos de ar condicionado. A meta estabelecida pela ONU é no sentido de que, até 2015, possa ser reduzido pela metade o número de pessoas sem acesso à água limpa e ao saneamento básico.

A *Cúpula de Joanesburgo 2002*, (Rio +10) ressaltou alguns problemas candentes da água, como:

- *1 bilhão e 600 milhões de pessoas* no mundo carecem de acesso à água potável;
- *2 bilhões e 400 milhões de pessoas* não têm acesso a saneamento adequado;

- a maior parte da água doce, cerca de 70%, é utilizada para a agricultura, adotando tecnologias de irrigação nas quais se perdem, aproximadamente, 60% da água, devido à evaporação ou ao seu derramamento de volta para rios e aquíferos;
- 70% da água doce estão congelados nas calotas glaciais, restando 30% em favor da humanidade, dispersa na superfície ou em aquíferos de grande profundidade;
- a dispersão da água doce é altamente desigual, pois, 40% da massa continental do Planeta são formados por áreas áridas e semi-áridas e contam com, apenas, 2% de vazão superficial;
- adotando a atual taxa de investimentos para a superação da crise mundial da água, pode-se prever que o acesso universal à água potável somente ocorrerá, em 2050, na África, em 2025, na Ásia, em 2040, na América Latina e no Caribe; porém, essas áreas são ocupadas por 82,5 % da população mundial;
- na Conferência de Bonn, em dezembro de 2001, na Alemanha, foi calculado o objetivo do desenvolvimento do milênio no sentido de reduzir para a metade, até 2015, a percentagem de pessoas que não têm acesso à água doce e das que carecem de saneamento básico.

O ano de 2003 foi fixado pelo *Fórum*, como o Ano Internacional da *Água*, e o dia 22 de março passou a ser proclamado como o dia mundial da água.

É importante, também, assinalar o esforço conjugado que vem sendo feito desenvolvido pela ONU, através do *Fórum Mundial da Água* e as organizações não-governamentais. Foi a partir dessa ação conjunta que se criou a *Comissão Mundial da Água (World Water Council – WWC)* com sede em Marselha, na França, e que desenvolve suas atividades objetivando atingir o *equilíbrio entre os recursos disponíveis da água e os seus usos*, meta que se espera alcançar até o ano de 2015.

Esse esforço conjugado possibilitou, também, a criação da *Global Water Partnership (GWP)*, uma sociedade que tem sede em Estocolmo, na Suécia, que conta com o apoio do *Banco Mundial* e do *PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*. O GWP volta suas ações para a formulação de um modelo de gestão dos recursos da água disponível no Planeta.

Outro aspecto importante que parece estar envolvido na questão da crise mundial da água é o surgimento de atividades empresariais aplicadas ao mercado de distribuição e potabilidade da água em vários pontos do mundo, pois diversas cidades não têm recursos, nem acesso à oferta de capitais e por isso vêm sendo obrigadas a recorrer a empresas para explorarem o acesso à água das populações, como uma atividade lucrativa, portanto, como uma *commodity*. Já se fala até na criação de uma organização internacional idêntica à que controla o mercado do petróleo, a *OPEP* (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). Surgiria, então, a *OPEA* (Organização dos Países Exportadores de Água), o que evidentemente terá, se for implementado, repercussões diretas sobre a Amazônia.

70.2. A Amazônia geopoliticamente envolvida na crise da água

Nesse contexto o Brasil é o país que possui a maior reserva de água doce do Planeta, distribuída pelas bacias do rio *Amazonas*, do rio *São Francisco*, do rio *Parnaíba*, do rio *Tocantins-Araguaia*, do rio *Paraná* e outras bacias menores. Está no Brasil o maior aquífero do mundo, o *Aquífero Guarani*, com 1,2 milhões de quilômetros quadrados, dos quais 71% estão em subsolo brasileiro, 19%, na Argentina, 6%, no Paraguai e 4%, no Uruguai. Essa alta disponibilidade de água doce que o País possui aumenta significativamente a sua responsabilidade; não apenas no plano *jurídico internacional*, mas também sob o aspecto moral, gerando para a sociedade brasileira um sério questionamento que se situa no plano da caridade universal.

O rio Amazonas e o fantástico aranhol hídrico que o abastece tem o maior estoque de água doce do Planeta. *São cerca de 1/5 (um quinto) do total das águas potáveis existentes no Planeta*, o que coloca essa grande região do trópico úmido em uma situação privilegiada em todo o mundo. As previsões sobre a evolução da crise mundial da água têm uma repercussão

sobre a Amazônia, geopoliticamente preocupante. Questionam-se as soluções para a crise que terão um caráter pacífico e se basearão em princípios da solidariedade humana. Por isso mesmo, têm sido levantadas as questões, no sentido de perquirir até que ponto os países ricos, sob o comando do *Império Americano*, aceitarão ajustar-se a programas de acesso à água de forma cooperativa e negocial.

A tendência desses países é disporem sempre, *soberanamente*, dos recursos naturais de que necessitam. Hoje, é consabido que essa é a explicação fundamental para a *II Guerra do Golfo* que terminou com o domínio americano sobre o Iraque que, “coincidentalmente”, possui a segunda maior reserva mundial de petróleo e um dos mais altos estoques de água doce do Planeta.

Pode-se concluir que, diante da fragilidade geopolítica da Amazônia, esse aspecto não deixará de estar na agenda das discussões para a solução da crise mundial da água. A professora *Berta Becker*, em excelente estudo que apresentou sobre o assunto em um seminário realizado pelo *Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará*, conclui que “*A Amazônia sul-americana poderia ser capaz de tornar a água efetivamente um bem comum para a população regional e mundial, mediante a comercialização de técnicas e métodos de gestão desenvolvidas numa cooperação pacífica.*”¹¹⁹

119 Becker, Berta, “Inserção da Amazônia na Geopolítica da Água”, em *Problemática do Uso Local e Global da Água na Amazônia*, edição da Universidade Federal do Pará, através do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2003, pág. 189.

.....

Capítulo 71

O FUTURO DA ONU E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA

A

71.1 *Origem, concepção e modelo institucional*

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas (ONU) surgiu logo após o término da *II Guerra Mundial*. O documento que a criou foi a *Carta das Nações Unidas*, assinada no dia *26 de junho de 1945*, na cidade de *São Francisco – EUA*. Seu objetivo era substituir a Liga das Nações, criada logo após a *I Guerra Mundial* e que não obteve sucesso na sua missão de promover a paz entre os povos. A paz foi violada pelo *Japão* que atacou a *China*; a *Itália* que invadiu a *Etiópia*; finalmente, a *Alemanha* retirou-se da Liga para construir a *máquina de guerra nazista*.

Os objetivos fundamentais da ONU compreendem a *manutenção da paz*, a *defesa dos direitos humanos* e das *liberdades fundamentais da pessoa humana*, bem como promover o *desenvolvimento dos povos em escala mundial*. Dentro desses parâmetros, a *ONU* tem um amplo modelo organizacional, que em seu núcleo é formado pela *Secretaria Geral*, cujo titular é responsável pelas negociações entre os povos, objetivando à *manutenção da paz*. Possui, também, uma *Assembléia Geral*, da qual participam todos os países filiados, no total de *191*, dos *193* países existentes no mundo; dela não fazem parte *Taiwan* e o *Vaticano*.

Durante seis (6) décadas de sua existência, a ONU teve um papel fundamental na manutenção da paz, sobretudo, durante a *Guerra Fria*, quando intermediou a bipolarização do poder mundial entre a URSS e os EUA, com relativo sucesso. Ao longo desse anos todos, a ONU estruturou-se para atuar em vários campos de ação, ficando a parte relativa à manutenção da paz a cargo, principalmente, do *Conselho de Segurança*, do *Secretário Geral* e da própria *Assembléia Geral*. O *Conselho de Segurança* é formado de 5 membros permanentes – China, França, Federação Russa, Reino Unido e Estados Unidos – e 10 membros rotativos, eleitos a cada 2 anos. A entidade tem sede em Nova York. Possui também a ONU a *Corte Internacional de Justiça*, que tem sede em Haia e é formada por 15 juizes eleitos pela *Assembléia Geral* e pelo *Conselho de Segurança*. Atua junto aos diversos países do mundo através de um conjunto de *programas e fundos*, em favor dos *direitos humanos*, da *superação da pobreza* e do *desenvolvimento econômico e social*.

Na *manutenção da paz*, as negociações são conduzidas pelo *Secretário Geral*, mas a eficácia dessas negociações depende basicamente da posição que adotar o *Conselho de Segurança*, diante das ameaças de conflitos bélicos, pois os cinco membros permanentes – China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos – têm poder de veto sobre as decisões do colegiado, tornando-se, assim, indispensável a realização de longas negociações para evitar que um deles venha a vetar a decisão.

Foi, porém, no campo da *promoção do desenvolvimento* e, portanto, do *combate à pobreza* que a ONU se organizou mais amplamente, através de 15 *agências especializadas* que atuam nas áreas de finanças, agricultura, saúde, telecomunicações e outras, sob a coordenação do *Conselho Econômico e Social* que é formado por 15 membros, eleitos pela *Assembléia Geral*, e é sediado em Nova York. As *agências especializadas* são as seguintes:

1. o *Banco Mundial*, formado pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Associação de Desenvolvimento Internacional (IDA);
2. o *Fundo Monetário Internacional (FMI)*, para assegurar a estabilidade do sistema financeiro mundial, promover a cooperação financeira internacional e o auxílio aos países que estejam vivendo em situação de crises mais agudas;

3. a *AIEA* - Agência Internacional de Energia Atômica;
4. a *FAO* - Organização da Nações Unidas para Agricultura e Alimentação;
5. o *FIDA* - Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrícola;
6. a *ICAO* - Organização da Aviação Civil Internacional;
7. a *OIT* - Organização Internacional do Trabalho;
8. a *OMI* - Organização Marítima Internacional;
9. a *OMM* - Organização Meteorológica Mundial;
10. a *OMPI* - Organização Mundial da Propriedade Intelectual;
11. a *OMS* - Organização Mundial da Saúde;
12. a *UIT* - União Internacional de Telecomunicações;
13. a *UNESCO* - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura;
14. a *UNIDO* - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial;
15. a *UPU* - União Postal Universal;

Quanto aos *programas e fundos* voltados para melhorar as condições econômico-sociais das populações, a ONU dispõe do:

1. *FNUAP* (Fundo de População das Nações Unidas);
2. *UNICEF* (Fundo das Nações Unidas para a Infância);
3. *PNUD* (Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento);
4. *ACNUR* (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados);
5. *PMA* (Programa Mundial de Alimentos);
6. *UNCTAD* (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento);
7. *PNUFID* (Programa das Nações Unidas para Fiscalização Internacional das Drogas);

8. *PNUMA* (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente);
9. *PNUAH* (Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos);
10. *UNRWA* (Organismo de Obras Públicas e de Socorro aos Refugiados da Palestina e do Oriente Médio).

Esse quadro organizacional indica a importância que têm hoje as Nações Unidas para o mundo, não só para a paz mundial, mas, também, para o apoio às populações pobres e à promoção do desenvolvimento, o que bem demonstra que se trata de uma organização irreversível, apesar das crises institucionais que venha a sofrer.

71.2. *Dificuldades, limitações de poder e a crise institucional da ONU*

Durante as seis décadas de existência, a ONU não tem conseguido sucesso na manutenção da paz entre os povos. Várias guerras estouraram no mundo em quase todos os continentes do Planeta, sem que a ONU tenha conseguido evitá-las. Muitas vezes, entretanto, por decisão do Conselho de Segurança, pôde a ONU intervir em vários países para a manutenção da paz, através de forças colocadas ao seu dispor pelos países membros. Em sua maior parte, todavia, as guerras ocorridas, ao longo das últimas seis décadas, têm sido deflagradas através da total violação da *Carta das Nações Unidas*, dos acordos internacionais e de resoluções da Assembléia Geral, que são desrespeitadas pelos próprios países signatários.

De outro lado, não tem tido sucesso a ONU na *garantia dos direitos humanos*. Ditaduras cruéis se prolongam, em alguns países, por vários decênios, sem que a ONU tenha tido condições de intervir para restabelecer a ordem pública e o estado de direito. Também não tem conseguido sucesso a ONU no *combate à pobreza*. Apesar de suas ações estratégicas, a tendência concentracionista da riqueza mundial, em poder dos países ricos, agravou-se profundamente na segunda metade do século passado. Entre a segunda metade do século passado e o início do novo milênio, o mundo foi atingido pela *explosão demográfica* e chegou a *6 bilhões de habitantes*. Os relatórios do *Banco Mundial* deixaram evidente que metade dessas popula-

ções viviam abaixo da *linha demarcatória da pobreza*, ganhando menos de 2 dólares/dia. Destes, 1,2 bilhão de habitantes vivem em situação de miséria absoluta, ganhando menos de 1 dólar/dia.

A *capitis diminutio* mais dolorosa que sofreu, entretanto, a ONU ocorreu, em 2003, na *II Guerra do Golfo*, quando os Estados Unidos, desrespeitando totalmente o *Conselho de Segurança*, decidiram invadir e ocupar o *Iraque*. Foi um ato de império do gigante americano que contribuiu decisivamente para o enfraquecimento geopolítico da ONU. Esse ato demonstrou que, certamente, se tornou necessária a definição de uma *nova ordem internacional*, na qual o papel da ONU, na manutenção da paz, seja melhor equacionado. Hoje pode-se facilmente constatar que, além de agir sempre em consonância com as decisões do *Conselho de Segurança* e, em especial, com a concordância de cada um de seus 5 membros permanentes, a ONU passou a ter de conformar-se às posições que, sobre os conflitos mundiais, assumir o *império americano*.

Sob outro ângulo, a ONU vem sendo questionada pelos países pobres, sobretudo, os que vivem em situação de miséria absoluta, sobre a capacidade que tem a entidade internacional de promover com rapidez o combate à pobreza. Os orçamentos da ONU dependem basicamente das contribuições financeiras dos países ricos e estes não têm atendido aos apelos do Secretário Geral para maximizarem sua participação nos esforços para o atendimento das exigências humanitárias das populações pobres. Nem sequer pôde influir de maneira mais decisiva em favor das populações do *Iraque*, devastadas pela *II Guerra do Golfo*. Sua interferência ficou restrita à prática de ações humanitárias, pelas que teve de pagar um elevado preço de vidas humanas, vítimas que foram seus funcionários de um ataque terrorista feito por iraquianos inconformados com a dominação americana de seu país. Vinte e três (23) funcionários foram mortos, entre os quais o chefe da missão da ONU, o embaixador brasileiro *Sérgio Vieira de Melo*, sem dúvida um mártir da luta em favor dos direitos humanos, à qual, praticamente, com grande sucesso, havia consagrado sua vida.

De outro lado, as instituições religiosas têm questionado duramente a atuação da ONU, não só quanto à sua omissão diante das *violações dos direitos humanos* e do *combate à pobreza*, mas também têm denunciado que a entidade internacional está tentando viabilizar a adoção de medidas

que levem a alterações substanciais na Declaração Universal dos Direitos Humanos. O padre belga *Michel Schooyans*, membro da *Pontificia Academia das Ciências Sociais*,¹²⁰ é um atento observador do Vaticano sobre a atuação da ONU, que vem denunciando, em palestras feitas em vários países do mundo, inclusive no Brasil, que a entidade vem fazendo estudos objetivando tornar-se um *superestado mundial*. O mais grave é que esses estudos se orientam para a violação dos *princípios da lei natural* que são pressupostos da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, buscando basear-se, exclusivamente, no *direito positivo*, concebido ao talante opinático dos legisladores, abrindo, assim, a possibilidade de que *sejam incluídos, como direitos humanos, o aborto, a eutanásia ativa, as uniões homossexuais*, o que, sem dúvida, será um desastre para a humanidade.

Além disso, denuncia *Schooyans* que os estudos da ONU têm-se baseado muito na *New Age* que se volta, precipuamente, para a criação de *uma nova religião mundial única*, o que implicaria na proibição de qualquer outra religião de fazer proselitismo. A *New Age* seria, então, uma nova maneira de ver a globalização que, além de suas implicações na esfera da política, da economia e do direito, deve envolver uma *alma global*.

Recentemente, o Pe. *Michel Schooyans*, em outro pronunciamento,¹²¹ denunciou de forma *candente* a atuação da ONU contra a família. A entidade vem apresentando um *novo conceito de família* que descaracteriza totalmente a sua natureza como célula-mater da sociedade, para exaltar que o seu sentido seria, apenas, o de uma união *consensual*, entre as partes, ainda que do mesmo sexo, portanto, homossexual. No novo “*conceito*”, a família não inclui a maternidade; o Estado é que passará a se responsabilizar pela educação, pois a família é apenas reprodutora. Trata-se, dessa forma, de uma desfaçatez absurda que levará a humanidade à decalagem total do seu conteúdo ético.

120 Schooyans, Michel, “A ONU e a Globalização”, artigo publicado na revista *Pergunte e Responderemos*, nº 496/2001, pág. 227.

121 Schooyans, Michel, e a Globalização”, artigo publicado na revista *Pergunte e Responderemos*, nº 495, de setembro de 2003, pág. 397.

71.3. O futuro da ONU

Está sendo forjada uma *Nova Ordem Mundial* que, agora, tem de considerar, como fator predominante, a *irrupção do Império Americano*, com o qual a ONU terá de conviver e ao qual terá, muitas vezes, de acomodar-se. Terá, também, que rever seus posicionamentos na questão dos direitos humanos, sobretudo, se considerar que os países ricos praticam ostensiva e legalmente o *aborto*, em sua maior parte, sem restrições de qualquer natureza; alguns já institucionalizaram a *eutanásia ativa* e as *uniões homossexuais*. Surge o doloroso questionamento: até que ponto os países ricos e, sobretudo, o *Império Americano*, apesar de serem uma pequena minoria da humanidade, podem impor sua vontade, em assuntos tão delicados que envolvem o *direito natural*, sobre as populações pobres, inclusive os países emergentes, como China, Índia, Brasil, México e outros? Este questionamento poderá demorar bastante para tornar-se uma decisão da ONU; mas, desde já pode-se detectar que se trata de uma tendência praticamente irreversível, ditada pela soberba, pela vaidade e, sobretudo, pelo ateísmo que a *New Age* vem tentando implementar.

O futuro da ONU, por tudo o que foi demonstrado, parece sombrio e os países emergentes e os mais subdesenvolvidos devem habilitar-se, competentemente, no sentido de definir o futuro de tão importante organização internacional, no sentido de voltar-se para um diálogo eficaz, seja com o *Império Americano*, seja com todos os países ricos, de forma que a *Nova Ordem Internacional* assuma o seu papel no combate à pobreza e respeito à soberania e à cultura de todos os povos.

71.4. A ONU e o futuro da Amazônia

A ONU não se tem mantido indiferente à questão geopolítica amazônica. Ao contrário; tem-se posicionado através de declarações de seus dirigentes, no sentido da subtração da soberania dos países sul-americanos sobre a Amazônia. O Secretário Geral, Sr. *Kofi Annan*, tem levantado a possibilidade ou a conveniência de a Amazônia ser submetida ao *sistema internacional de tutela*, a que se refere a *Carta das Nações Unidas*, em seus artigos 75 e seguintes; para isso tem sido levantada a *questão* de que os

países amazônicos voluntariamente coloquem, sob a jurisdição do Conselho de Tutela, a Região Amazônica, enquanto “*patrimônio da humanidade*”, não só pela vastidão das suas riquezas biológicas, mas também para que se possa coibir definitivamente a devastação florestal da Região. Para que esse objetivo se concretize, o Sr. *Kofi Annan* tem cogitado até mesmo na transformação do Conselho de Tutela em *Conselho de Tutela Ambiental*. De certa forma, é o que preconizou a proposta que *François Mitterand* fez na *Cúpula de Haia*, em 1989.

Um exercício de futorologia, entretanto, pode permitir que o Brasil e os países amazônicos possam “*colher o fruto da iniquidade*”, na medida em que o *Império Americano* preferir que a Amazônia tenha as suas riquezas exploradas predominantemente pelos países do continente americano. *A América para os americanos*, poderá ser uma exigência do gigante norte-americano, o que evidentemente não garante a manutenção da soberania dos países sul-americanos que compartilham o território amazônico. As autoridades brasileiras têm resistido a esse tipo de invectivas com sabedoria e firmeza, sobretudo recusando-se a admitir que esse assunto seja tratado como uma *pendência internacional*.

A situação de crise institucional pela qual vem passando a ONU permite reconhecer que a realizabilidade de qualquer ação que leve esse organismo internacional a exercer qualquer forma de tutela sobre a Amazônia, é, geopoliticamente, inviável.

.....

Capítulo 72

A GEOPOLÍTICA DA GLOBALIZAÇÃO E O FUTURO DA SOBERANIA SOBRE A AMAZÔNIA



72.1 Origem e características da globalização

OS PRIMEIROS PASSOS para a criação da economia globalizada remontam aos séculos XV e XVI, com a descoberta de territórios ultramarinos. No séculos XVIII e XIX, acentuou-se bastante a interdependência da economia, através da *Revolução Industrial*. Foi, porém, no século XX que a dependência econômica entre os países se tornou mais evidente, quando a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, provocou a grande depressão norte-americana que se propagou pelo mundo inteiro através da contração da economia, a queda dos negócios e o desemprego em massa, em escala planetária.

A *II Guerra Mundial* provocou a celebração do *Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT)* que, em 1995, tornou-se a *Organização Mundial do Comércio (OMC)*, cuja função principal é promover negociações multilaterais, objetivando a diminuição das barreiras alfandegárias. A OMC também julga o justo cumprimento de acordos internacionais do comércio, inclusive os de caráter bilateral; é seu papel também promover entendimentos que venham a beneficiar os países pobres.

A década de noventa, impulsionada pela revolução tecnológica, sobretudo no campo das telecomunicações, tornou a troca de informações – dados, voz e imagens – quase instantâneos. Assim, “entre 1950 e 2001 o volume total das transações comerciais saltou de 61 bilhões de dólares para 6,16 trilhões de dólares”.¹²²

A queda da União Soviética, o crescimento acelerado da China, detentora de um mercado de dimensões potenciais gigantescas, aceleraram a globalização de mercados e, sobretudo, deram forma econômica e geopolítica à criação de *blocos econômicos*, dos quais o mais forte e mais profundamente estruturado é a *União Européia*. A informatização, a automação das atividades empresariais e domésticas, a utilização das telecomunicações, a descentralização e tercerização de várias atividades, provocaram a *mundialização* das atividades econômicas, com fortes repercussões de caráter geopolítico. As fusões de empresas e a criação de novos modelos do sistema de produção provocaram novas relações de emprego e de mão-de-obra, para atender a alguns setores que foram redefinidos pela globalização.

O aspecto mais doloroso, entretanto, da globalização é o *desemprego em massa*, provocado pela automação das atividades produtivas, sobretudo, dos países emergentes. O Estado, por sua vez, teve suas funções reduzidas, tendo sido transferidos para a iniciativa privada vários tipos de atividades. Passou a ser preconizada a doutrina do “*Estado mínimo*” que tem agravado as desigualdades entre os povos e, principalmente, dentro do mesmo país, com maior distanciamento entre as classes sociais.

A *Cúpula de Joanesburgo*, realizada entre 26 de agosto e 4 de setembro de 2002, emitiu um documento, ressaltando alguns *problemas característicos da globalização*, tais como:

- “maior prosperidade para os países e empresas que conseguiram aproveitar a globalização e a rápida difusão de novas tecnologias da informação e da comunicação”;
- na década de 90, “os Estados Unidos gozaram de um período de expansão sem precedentes, tendo servido como principal motor da economia mundial”;

122 *Almanaque Abril*, vol. “Mundo/2003”, pág. 84.

- vários países sofreram o impacto das crises financeiras internacionais, como foi o caso do México, de países do Leste Asiático e da Argentina;
- entre os efeitos perversos mais danosos da globalização, está “a criminalidade, os estupefacientes, o terrorismo, as doenças e as armas” que passaram por uma expansão internacional sem precedentes;
- “durante a década de 90, as economias dos países em desenvolvimento que se integraram na economia mundial cresceram a um ritmo mais de duas vezes superior ao dos países ricos” ;
- “a taxa anual média do crescimento do produto interno bruto (PIB) dos países em desenvolvimento no seu conjunto aumentou de 4,3%” .

Como se pode verificar, a globalização é um processo em pleno andamento no mundo inteiro, provocando um efeito devastador na cultura de todos os povos, acelerando as taxas de desenvolvimento de alguns e marginalizando outros que passaram a ter seus níveis de pobreza agravados.

72.2. As relações Brasil-Estados Unidos ao longo da História

A inserção do Brasil no contexto da globalização passa necessariamente pelos Estados Unidos que têm mantido um forte intercâmbio comercial com o Brasil e, por si só, é um grande mercado para os produtos brasileiros; além de ter uma decisiva influência na transferência de tecnologias para a aceleração do desenvolvimento brasileiro. Por isso mesmo, é indispensável que seja feita uma avaliação das relações entre os dois países, pois da qualidade e do volume das transações que mantiverem dependerá necessariamente a participação do Brasil no processo de globalização.

Em média, pode-se dizer que as relações do Brasil com o grande *Império Americano*, ao longo da História, foram boas. Em tempos difíceis os dois países estiveram sempre aliados, como ocorreu na *II Guerra Mundial* e em outras situações mundialmente conflituais. Mas essas relações bilaterais tiveram momentos de desconfiança e indiferença, quando foram

questionadas atitudes consideradas imperialistas da parte dos Estados Unidos para com o Brasil e comportamentos hostis da parte do Brasil para com os Estados Unidos. Sempre que nos Estados Unidos sobem ao poder os famosos “*falcões*” americanos, as relações tornam-se estremecidas ou, pelo menos, objeto de questionamentos de parte das autoridades brasileiras. Atualmente, o comércio do Brasil com os Estados Unidos é relativamente elevado; cerca de 30% do mercado externo brasileiro; mas os Estados Unidos insistem em implementar políticas de barreiras alfandegárias sobre os produtos brasileiros, o que tem impedido uma maior expansão e integração dos dois mercados. Pode-se, entretanto, assegurar que, apesar dessas flutuações nas relações políticas e comerciais entre os dois países, a tendência é a maximização do intercâmbio, o que poderá beneficiar o Brasil, na medida em que gestões diplomáticas ou a criação de mercados comuns e blocos econômicos regionais possam ser implementados de forma benéfica para as relações dos Estados Unidos com o Brasil e com toda a América Latina.

Um dos aspectos que se tornaram um obstáculo das relações político-diplomáticas entre os dois países foi a recusa do Brasil em assinar o *Tratado de não-Proliferação Nuclear*, o que foi superado no governo *Fernando Henrique Cardoso*, que aderiu ao Tratado a 18 de setembro de 1998. Isso permitiu que, no governo *Clinton*, os Estados Unidos adotassem para com o Brasil uma atitude cooperativa mais forte, pela qual reconhecem a importância que tem o Brasil na economia e na política sul-americana. Politicólogos têm admitido que se torna clara a mudança de atitudes para com o Brasil de parte do gigante americano, seja no sentido de excluir desconfianças quanto à condição de aliados, seja pelo fortalecimento da democracia brasileira que possibilitou inclusive a eleição de um líder operário à Presidência da República; seja, enfim, pelo reconhecimento por parte dos Estados Unidos de que o Brasil, tanto na população quanto na economia corresponde à metade da América Latina. A estratégia política brasileira no sentido de evidenciar essa importância do País tem surtido efeitos benéficos diante do império americano. Isso ficou evidenciado quando o Presidente Luís Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência da República e os dois países promoveram uma *reunião de cúpula* entre os seus presidentes, na qual a implantação da ALCA obteve avanços consideráveis. Pode-se, assim, concluir que esse respeito mútuo

entre esses dois países irá certamente proporcionar condições para um maior estreitamento das relações econômico-financeiras entre eles, com repercussão, evidentemente positiva nas relações políticas.

72.3. A Amazônia na contextualidade da globalização

Já foi acentuado que a globalização por si, implica necessariamente uma restrição à soberania de todos os povos, que se torna mais acentuada quanto mais dependente a economia do país respectivo. Portanto, apesar do sucesso com que o Brasil tem defendido a soberania sobre a Amazônia, é obvio que, agora, nestes tempos globalizados, maior será sempre o êxito da geopolítica que preconiza a *soberania restrita* sobre a Amazônia. E é com essa premissa que o Brasil tem de conviver e adotar uma política de dissuasão que evite ao máximo essas restrições à sua soberania sobre a Região.

Já vimos que uma das invectivas mais fortes que, em nome da globalização, têm sido feitas sobre a Amazônia, é proclamar que ela é um “*patrimônio da humanidade*”. Realisticamente é consabido que as verdadeiras razões dessas tentativas de “*globalização*” da Amazônia são: a) a sua *fantástica biodiversidade*; b) o fato de dispor do *maior estoque de recursos hídricos do Planeta*; c) por tratar-se da *maior província mineral do Planeta*; d) a circunstância de dispor do maior estoque de *recursos energéticos do Planeta*. O problema, como já foi visto, entretanto, é que as interpretações que são dadas ao termo “*patrimônio da humanidade*”, têm sido feitas segundo critérios de conveniência e os interesses, sobretudo, dos países ricos, maculados por forte conteúdo imperialista.

Também é importante lembrar que a fragilidade geopolítica da soberania sobre a Amazônia tem sido bastante afetada pelo fato de o Brasil não ter conseguido, até hoje, conter a devastação florestal da Região, o que tem servido de pretexto, como ocorreu na *Cúpula de Haia*, para que seja levantada a questão da transferência do controle ambiental da Região para uma *entidade supranacional*, evidentemente criada pelos países ricos; ou, como já foi alvitrado, a idéia de torná-la uma região sob o controle geopolítico da ONU, através do *Conselho de Tutela*, nos termos da *Carta das Nações Unidas*.

A Amazônia deverá sofrer, portanto, ao longo do primeiro século do Terceiro Milênio, fortes invectivas internacionais sobre a sua so-

berania. O economista *Mário Ramos Ribeiro*, em dois artigos publicados no jornal *O Liberal*, chamou a atenção para o assunto do ponto de vista da Teoria Econômica. No primeiro artigo,¹²³ baseou-se nos estudos de James Heckmann, norte-americano, prêmio Nobel de economia do ano 2000, que demonstrou “*a relação entre educação e crescimento econômico, entre educação e combate à pobreza*”, indicando que o crescimento econômico sempre tem sido condicionado a um fator exógeno que possa romper a estagnação da economia do país. *Heckmann* “foi mais longe para tentar identificar os impulsos internos que uma economia pode ter para crescer de forma sustentável e não apenas com espasmos seguidos de ciclos depressivos, como normalmente acontecem nos países do terceiro mundo, inclusive no Brasil”.

O professor *James Heckmann* utilizou os estudos feitos pela equipe do professor *Jeffrey Sachs*, da *Universidade de Harvard*, que classifica os países do mundo, segundo critérios amparados na informação e na educação. Haveria, então:

- a) “*países fornecedores de tecnologia*”, no qual estão incluídos os países ricos;
- b) “*os países absorvedores de tecnologia*”, porém, sem condições de gerar inovações tecnológicas capazes de induzir aceleração de suas taxas de crescimento; entre estes está o Brasil, porém, somente no eixo do Estado de São Paulo;
- c) “*os países tecnologicamente desconectados*”, que não têm capacidade de gerar e nem de absorver as inovações tecnológicas; entre eles se inclui todo o restante do Brasil.

É evidente que a Amazônia está incluída na terceira categoria, portanto, sem capacidade de absorver ou gerar tecnologias, o que coloca mais em risco a sua soberania, pois estará fadada a viver na pobreza, sem condições de promover o seu desenvolvimento sustentável. A não ser com o apoio dos países ricos, na qualidade de fornecedores de tecnologia e cer-

123 Ribeiro, Mário Ramos, artigo intitulado “Globalização é uma Ameaça à Amazônia, Adverte Economista”, publicado no jornal *O Liberal*, de 11.10.2000.

tamente de capitais, o que implicará, evidentemente, que a Região tenha de sofrer sérias restrições a sua soberania, pois esses países jamais poderão maximizar seus investimentos na Amazônia sem disporem de ampla liberdade de atuação, o que levará, necessariamente, à maximização das restrições à soberania nacional sobre a Região.

Em outro artigo¹²⁴ que escreveu, em 20 de maio de 2001, o economista *Mário Ramos Ribeiro* utiliza as teorias do professor *Amartya Sen*, também prêmio Nobel de economia, estudioso dos problemas do subdesenvolvimento. O economista, nos seus estudos, apresenta duas concepções do desenvolvimento econômico, baseadas em duas atitudes. A primeira, o desenvolvimento “*como um processo feroz, com muito sangue suor e lágrimas*, cuja principal alavanca é exógena e dirige o macromodelo com mão-de-ferro de fora para dentro”. A outra vê o desenvolvimento como “um processo essencialmente ‘*amigável*’, onde existem trocas mutuamente benéficas”. Segundo *Amartya Sen*, esta concepção é a mais adequada, pois permite que o fenômeno do subdesenvolvimento seja entendido como uma “*expansão da liberdade*”. Essa liberdade “desempenharia dois papéis fundamentais na geração do desenvolvimento: primeiro, o papel *constitutivo* da liberdade. Estas liberdades substantivas devem incluir capacidades primárias do tipo capaz de evitar privações como a fome, a subnutrição, a mortalidade prematura, a ausência de liberdade associadas ao direito de soberania”. O papel *instrumental* da liberdade é complementar ao papel *constitutivo*. “O significado do papel instrumental da liberdade política, como meio para o desenvolvimento, de modo algum reduz a importância avaliativa da liberdade como o fim do desenvolvimento.”

Mário Ribeiro chama atenção para o fato de que essa atitude *amigável*, absolutamente óbvia, as autoridades brasileiras não têm aplicado à Amazônia. As lideranças regionais são marginalizadas do processo decisório sobre as políticas de desenvolvimento regional e as preocupações do governo se voltam mais para a manutenção das fronteiras geopolíticas regionais, o que, evidentemente, não garante a soberania do País sobre a Região, pois a cobiça sobre os seus recursos naturais utiliza o aparato político, econômi-

124 Ribeiro, Mário Ramos, artigo intitulado “*Abandono e Castigo para a Amazônia há 500 anos*”, publicado no jornal *O Liberal* de 20.5.2001, caderno “Painel”.

co e tecnológico de que dispõem os países ricos para nela penetrar, atuar, sempre que julgam necessário ou conveniente aos seus interesses.

72.4. A convivência do Brasil com o Império Americano em tempo de globalização e suas implicações sobre a geopolítica amazônica

O gigante americano passou a ter um papel fundamental em toda sua atuação mundial, porém, mais fortes serão, certamente, os efeitos catalíticos da sua presença no continente americano. Pode-se reconhecer que a simples presença do gigante americano seja capaz de dissuadir qualquer país da América Latina e do Caribe de adotar atitudes hostis contra o *Império Americano*. As tendências destes países serão, certamente, no sentido de lutar pela manutenção da sua soberania, porém, sempre numa atitude cooperativa com o gigante americano. As atitudes deste em relação aos países da América Latina dependerão muito dos *humores* de seus dirigentes. Se estes forem os “*falcões*”, a tendência será de que essa cooperação se torne mais autoritária e, certamente, não muito amigável será a sua postura em relação ao desenvolvimento desses países. Porém, os países latino-americanos já têm uma forte presença dentro dos Estados Unidos e já influem na escolha de estadistas para dirigir aquele país. Sempre que as autoridades americanas tiverem posturas de estadistas, a atitude cooperativa certamente tornar-se-á mais amigável e o respeito à soberania será mais ostensivo.

É preciso não esquecer, entretanto, no caso específico da Amazônia, que o *Império Americano*, como foi relatado em capítulo anterior, já possui na Região dois grandes projetos científicos; um dirigido pela *NASA*, o *LBA*; outro dirigido pelo *Smithsonian Institution*, o *PDBFF*. Não é de se prever que esses projetos serão desativados; ao contrário, deverão ser ampliados, segundo os interesses privados e geopolíticos da economia americana, sobretudo, para a exploração da biodiversidade e outros recursos naturais. A ONU, na posição em que ficou, depois da II Guerra do Golfo, como já foi demonstrado, de profunda dependência do Império Americano, tenderá a atuar até mesmo no sentido de “legitimar” as ações do gigante americano sobre a Amazônia. A idéia de que a Região seja submetida à jurisdição do Conselho de Tutela deverá ser totalmente afastada, dado que o Império Americano não tem interesse geopolítico nesse tipo de atuação,

pois dele não vai precisar para participar das pesquisas e estudos sobre os recursos naturais da Amazônia, e nem admitir que essas pesquisas sejam compartilhadas com outros países.

A *ALCA – Área de Livre Comércio das Américas*, certamente, será inevitavelmente implementada e no eixo de mutualidade que caracteriza esse tipo de comunidade econômica, haverá certamente a Amazônia, como elemento de troca no processo de intercâmbio com o *Império Americano*. As concessões que forem feitas ao Brasil, sob a égide da ALCA, poderão ser negociadas, tendo como valor de troca a ampliação das atuações das instituições científicas ou de empresas privadas sobre a Amazônia, o que evidentemente levará à criação de situações factuais de difícil e até impossível remoção, já que, uma vez implementadas, passam a ter o manto protetor da política do *big stick americano*.

É certo, porém, que isso não importará numa total exclusão da ação dos países ricos da *Europa* sobre a Amazônia, eis que o *Império Americano*, em situações desse tipo, não costuma ser exclusivista e sim acaba por ceder algum espaço para a ação cooperativa com os seus aliados europeus, como vem ocorrendo na atuação do *LBA*. É preciso, também, ressaltar que nunca haverá uma linha demarcatória clara, indicando essa posição privilegiada de que os Estados Unidos passarão a gozar em relação a exploração de recursos naturais amazônicos. Ao contrário, as autoridades americanas ficarão sempre observando o significado e a importância que certos empreendimentos têm na sua atuação sobre a Amazônia, diante dos demais países ricos. Enquanto for resguardado o princípio de que a “*América é para os americanos*”, certamente nada será objetado.

72.5. Uma estratégia de ação do Brasil na defesa da sua soberania sobre a Amazônia neste século

Evidentemente que todos os exercícios de futurologia que aqui foram apresentados sobre a ação dos países ricos na Amazônia e, em especial, do *Império Americano*, são em si *conjecturas*, pois as autoridades brasileiras evidentemente que não ficarão inertes diante das invectivas contra a soberania do Brasil sobre a Região, mesmo que estas sejam respaldadas no poderio do gigante americano. De um modo geral, o Brasil atuará sempre

no sentido de excluir e, se não puder, no sentido de minimizar os impactos da globalização sobre a Região e de procurar conter qualquer ação perniciosa e arrogante do *Império Americano*, contra os interesses nacionais. O *Estados Unidos* tenderão sempre a aplicar seus métodos tradicionais de negociação para conseguirem o que querem.

Evidentemente, que a ação diplomática dissuasora e competente do Brasil continuará a se fazer presente em todas as negociações que se realizarem em torno da questão geopolítica amazônica. Certamente, tratar-se-á de uma ação que se caracterizará pela *firmeza e habilidade* das autoridades diplomáticas brasileiras, diante das pressões que houverem, mesmo tratando-se de situações, aparentemente, irremovíveis. Um aspecto importante que certamente orientará o posicionamento das autoridades brasileiras é no sentido de que a cooperação científica que o Brasil acolher tenha, como contrapartida, o apoio financeiro e tecnológico para o *desenvolvimento sustentável da Região*, que até hoje vem ocorrendo de forma muito limitada, pois as pesquisas feitas pelas agências estrangeiras na Região orientam-se sempre no sentido de satisfazer interesses privados de seus grandes laboratórios farmacêuticos, empresas minerárias e multinacionais da indústria madeireira. Por isso mesmo, essas negociações deverão refletir sempre o exercício claro e objetivo da soberania que têm os países sul-americanos sobre a Amazônia.

*

Uma estratégia fundamental, entretanto, que o governo brasileiro deve adotar para evidenciar objetivamente a soberania do Brasil sobre a Amazônia é a adoção de medidas relativas à implantação de *infra-estruturas que tornem mais efetiva a integração da Amazônia ao restante do País*. Como é sabido, essa integração até hoje se faz, apenas, pela via *rodoviária e aero-viária*, quando a sua dimensão mais importante é, sem dúvida, a *integração hidroviária*, através da implementação das hidrovias do *Tocantins-Araguaia*, do *Tapajós-Têles Pires* e do *rio Madeira*. Esses eixos hidroviários permitirão que toda a produção de grãos, de produtos agroindustriais do Brasil Central e da própria Amazônia, se realize de forma mais econômica, no sentido dos países do Hemisfério Norte, através dos portos de Barcarena (em torno de Belém), de Santarém, de Manaus e Itaquatiara. Assim, ao invés de incentivar o povoamento da Amazônia, através das frentes pioneiras de populações

pobres, que precisam da reforma agrária nas suas regiões de origem, ou de empresários do sul do País voltados para a exploração agropecuária, tanto um como o outro, com grande impacto na devastação florestal, as hidrovias terão a vantagem de tornar mais efetiva a ocupação da Amazônia, através do escoamento da produção do Brasil Central, utilizando pontos estratégicos ao longo do rio Amazonas, no sentido países ricos do Hemisfério Norte.

Outro aspecto relevante inerente à *integração hidroviária* será a possibilidade da *integração sul-americana* que, necessariamente, passa pelo eixo do rio Amazonas e envolve todos os países que integram o *Tratado de Cooperação Amazônica*. Essa integração hidroviária possibilitará:

- o acesso da *Bolívia* para o Hemisfério Norte, através da Hidrovia do *Madeira*, evidentemente prolongada até os eixos dos rios Abunã, Beni, Mamoré, Guaporé e Madre de Dios, possibilitando, assim, que o Brasil ofereça à Bolívia o acesso que pretendeu proporcionar-lhe, com base no *Tratado de Petrópolis*, através de *estrada de ferro Madeira-Mamoré* que não teve viabilidade econômica;
- a integração no sentido dos países da *Costa do Pacífico*, em especial através do *Peru* e o *Equador*, utilizando um sistema de transporte intermodal que possibilitará, assim, o escoamento da produção do Brasil Central, no sentido do Japão, da costa oeste norte-americana e dos *tigres asiáticos*, a custos operacionais extremamente mais baixos, já que atualmente estão contingenciados a utilizar como acesso o canal do Panamá;
- esse sistema de transporte intermodal poderá ser feito até:
 - a) ao *porto de Paíta* na *Costa do Peru*, através da ligação hidroviária pelo rio Amazonas até à cidade peruana de *Sarameriza*, no rio *Marañon*, seguindo por via rodoviária até *Paíta*, na costa do Peru;
 - b) ao *Porto de Esmeralda*, na costa do Equador, seguindo por via hidroviária pelo rio Amazonas até *Porto Putumayo*, no rio do mesmo nome, no *Equador*, prosseguindo por via rodoviária até o porto de *Esmeralda*, na *costa equatoriana*; ou pelo rio *Napo* até a cidade de *Francisco Orellana* na confluência com o rio *Coca* e daí, por via rodoviária, até o porto de *Manta* na costa do Equador.

Além disso, possibilitará a integração hidroviária mais efetiva com a Colômbia, através dos rios *Solimões*, *Içá* e *Japurá*, bem como com a *Venezuela*, através do eixo rio *Negro-Orinoco*, utilizando, para isso, o canal do *Caciquiare*; essa interligação terá grande significado certamente para a *economia do turismo*, oriundo das correntes turísticas do Hemisfério Norte que buscam os países do Caribe e certamente poderão ser incentivadas a ter acesso, através do rio Orinoco, a toda a Amazônia e o Brasil Central, chegando até Brasília através da Hidrovia Tocantins-Araguaia.

O recente encontro entre os presidentes *George W. Bush* e *Luís Inácio Lula da Silva* – a *Cúpula Brasil-EUA* – deixou evidente que, mesmo com os “*falcões*” americanos, é possível um nível de entendimento cooperativo que resguarde os interesses nacionais, embora, necessariamente, esses entendimentos tenham que passar pela implementação da *ALCA*, em futuro próximo.

Isso tudo mostra que a soberania do Brasil sobre a Amazônia e a dos demais países latino-americanos sobre os seus respectivos territórios amazônicos, será preservada, ainda que fragilizada pelas incursões de lideranças científicas, empresariais e autoridades públicas dos países ricos e, por isso, não se pode deixar de reconhecer como uma *soberania restrita*.

*

Outra estratégia de ação indispensável para defesa da soberania da Amazônia é o *fortalecimento institucional dos órgãos de poder público que atuam na Região*. Preliminarmente, das agências federais, como *SUDAM*, *BASA*, *Museu Goeldi*, *INPA*, *EMBRAPA*, *FUNASA* e as agências ministeriais. Os *estados* todos têm baixa arrecadação tributária; a política de desenvolvimento regional deveria suprir essa deficiência, sobretudo através de uma maximização, em termos relativos, da participação dos estados amazônicos no *FPE – Fundo de Participação dos estados*. O mesmo se diga em relação ao fortalecimento dos municípios quanto à sua participação no *FPM – Fundo de Participação dos Municípios*. Essa estratégia de ação permitirá a melhoria das condições de vida na Região, pois os *Índices de Desenvolvimento Humano* dos estados e municípios regionais estão entre os mais baixos no País. Assim, a ocupação da Amazônia seguiria uma orientação mais qualitativa do que quantitativa, isto é, por uma população que tenha melhor conscientização da questão geopolítica regional.

.....

Índice Onomástico

A

ABREU, Geraldo José de – 100
ABREU, Pedro Bavão de – 49
ACUÑA, Cristobal de – 47, 53
AEROZA, José Luís – 97
AFONSO I (rei) – 7, 8, 10, 11
AGASSIZ, Louis – 384
AGOSTINHO (Santo) – 7
AGUIRRE, Lope de – 40
ALEXANDRE VI (papa) – 12, 13, 14
ALMEIDA JÚNIOR, José Maria Gonçalves de – 244
ALMEIDA, José Ó de – 186
ALMEIDA, Miguel Osório de – 208
AMATO, Giuliano – 317
AMBRÓSIO (Santo) – 7
AMORIM, Artur Soares – 215
AMORIM, Celso – 388, 402, 468
ANDRADE, João Gomes de – 49
ANGELIM, Eduardo Nogueira – 123, 124
ANNAN, Kofi A. – 469, 517, 518
AQUINO, Tomás de (São) – 7
ARAMAYO, Avelino – 143, 144
ARANHA, Tenreiro – 98
ARAÚJO, Joaquim Lúcio de – 101
ARTRIDE, André de – 47
ASTOLFI FILHO, Spártaco – 375
ATTINA, Fúlvio – XL
AUBLEG, Fuset – 165
AUGUSTO (imperador romano) – 491
AZEVEDO, José Pedro – 98

B

BALBY, João Batista – 98
BARBACENA (marquês de) – 130
BARNETT, Thomas – 495
BARRA, Silvestre Antunes Pereira de (cônego) – 96
BARRETO, Antônio – 98
BARROS, Sebastião do Rego – 186
BASTOS, Aureliano Cândido Tavares – 158
BATES, Henry Walter – 384
BATISTA CAMPOS – Ver CAMPOS, João Batista Gonçalves
BECKER, Berta – XXXVI, 510
BEHAIM, Martim – 9, 17
BELO, Joaquim Mariano de Oliveira – 98
BENCHIMOL, Samuel – 194, 335
BENTES, Dionísio – 188
BERNARDES, Artur – 209
BINANATE, Luigi – 459, 460
BOBBIO, Noberto – XL, 459
BODNER, Richard E. – 303
BONAPARTE, Napoleão – 88, 89, 90, 133-4
BONDIN, Jean – 442
BORGES, Luís C. – 111
BORGONHA, Henrique de – 7
BRAGANÇA (duque de) – 36
BRANCO, Francisco Caldeira Castelo – 42, 105
BRANCO, Humberto Castelo – 217, 234, 238
BRANDÃO, Caetano (frei) – 87

BREJANT, *John* – 310
 BRIEVA, *Domingos de (frei)* – 46
 BRUNDTLAND, *Gro Harlem* – 273
 BUENO, *Eduardo* – 25, 27
 BULHÕES E SOUSA, *Miguel de* – Ver
 SOUSA, *Miguel de Bulhões e*
 BUMPERS, *Dale* – 316
 BUSH, *George* – 239
 BUSH, *George W.* – 239, 466, 468, 481,
 482, 483, 484, 499, 530

C

CÃO, *Diogo* – 9
 CABRAL, *Francisco Xavier de Veiga* – 135,
 139
 CABRAL, *Pedro Álvares* – 21, 22, 23, 25
 CABRALZINHO – Ver CABRAL, *Francisco*
Xavier de Veiga
 CALDAS, *João Pereira* – 86
 CAMPBELL, *Jane* – 449, 450, 453, 454
 CAMPOS, *João Batista Gonçalves* – 95, 100
 CAMPOS, *Roberto* – 215, 218, 234
 CARDOSO, *Fernando Henrique* – 362,
 428, 448, 461, 463, 464, 466
 CARLOS V (*imperador*) – 35
 CARNEIRO, *Paulo Berredo* – 207
 CARVAJAL, *Gaspar de (frei)* – 30, 31, 32,
 43, 47
 CARVALHO, *Carlos de* – 135
 CARVALHO, *Feliciano Celho de* – 58-9, 59
 CARVALHO, *Francisco Coelho de* – 43, 59
 CASTELO BRANCO – Ver BRANCO,
Humberto Castelo
 CASTRO, *Plácido de* – 144
 CÉSAR (*imperador romano*) – 491
 CÉSARES (*os*) – 490
 CHADE, *Jamil* – 467
 CHAFEE, *John* – 316

CHAGAS FILHO, *Carlos* – 208
 CHERMONT, *Teodósio Constantino* – 98
 CHICO MENDES – 312, 313, 314, 315,
 316
 CHURCH, *George* – 174
 CLEARY, *David* – 127
 CLINTON, *Bill* – 309, 451
 COCHRANE (*almirante*) – 99
 COELHO, *Desidério* – 135
 COELHO, *Romualdo de Sousa (dom)* – 99
 COIMBRA (*conde de*) –
 COINTE, *Paul Le* – 384
 COLBY, *Gerard* – 493
 COLOMBO, *Cristóvão* – 11, 12, 13, 14,
 15, 24
 CONDAMINE, *Charles-Marie de la* – 165,
 382
 CONDORI – 30
 CONHORI – 30
 CONSTANTINO – 491
 CONTREIRAS, *Hélio* – 449
 COSTA CAVALCANTI – 268
 COSTA, *Domingos Pires da* –
 COUDREAU, *Henri* – 136, 137, 382,
 383
 COUTINHO, *Leonardo* – 418
 COUTO, *Bernal do* – 98
 COUTO, *Jorge* – 11, 12, 13, 14, 15, 16, 35
 CUTRIM, *Filipe de Matos* – 49
 CUNHA, *Simões da* – 92
 CUNHA, *João Pereira da* – 98
 CUNHA, *Nuno Leitão da* – 22
 CRUZ, *Ernesto* – 89, 125

D

D'ALMADA, *Manuel Gama Lobo* – 87
 DARWIN, *Charles* – 63

DENNET, *Charlotte* – 493

DERBY, *Orville* – 384

DIAS, *Bartolomeu* – 11

E

EASTERBROOK, *Gregg* – 479

ÉLERES, *Paraguaçu* – 6, 178

ERICKSON, *Jon* – 286

ERWIN, *Terry L.* – 302

EVARISTO – Ver MANUEL EVARISTO

F

FALK, *Richard A.* – 484

FARIA, *José Eduardo* – 443, 444

FAVELA, *Pedro da Costa* – 49

FEARNSIDE, *Philip* – 310, 311, 334

FEIJÓ, *Diogo Antônio (regente)* – 126, 127, 130

FERNANDES, *Domingos* – 46

FERNANDO DE CASTELA – 7

FERNANDO VI (*rei*) – 72

FEROLLA, *Sérgio Xavier* – 456

FILIPE II (*rei*) – 35

FILIPE III (*rei*) – 35, 48

FILIPE IV (*rei*) – 35, 44, 48, 49

FONSECA, *Hermes da* – 177

FONSECA, *Olímpio da* – 208

FORD, *Henry* – XLIII, 178, 179, 188

FORTUNA, *Hernani* – 451

FOX, *Henry Stephen* – 126, 127

FRANCO, *Bernardo Sousa* – 98

FREITAS JÚNIOR, *Osmar* – 449

FREITAS, *Gaspar de Sousa de* – 59

FRESNEAU, *François* – 165

FRITZ, *Samuel* – 41, 71

FURTADO, *Francisco Xavier de Mendonça*
– 80, 82, 83, 119

FUSER, *Igor* – 484

G

GAGO, *Fernão Mendes* – 49

GALVEZ, *Luis* – 143

GAMA, *Vasco da* – 24

GAMA, *William Nazaré Guimaráes* – 399, 401

GIBBON, *Lardner* – 153, 154, 383, 384

GOELDI, *Emilio* – 135

GOLDBURG, *Rebecca* – 373

GOMES, *Socorro* – 407

GONÇALVES, *Domingos* – 49

GOODYER, *Charles* – 165

GORE, *Albert* – 315, 316

GRENFELL, *John Pascoe* – 99, 100, 101, 120

GREGÓRIO VII (*papa*) – 5, 6

GROS, *Jules* – 134

GUAJARÁ (*barão de*) – Ver RAIOL, *Domingos Antônio*

GUEDES, *Max Justo* – 25, 27

GUSMÃO, *Alexandre de* – 72, 76

GUSMÃO, *Bartolomeu* – 457

GUZMÁN, *Fernando de* – 40

H

HAL, *Anthony* – 455

HART, *Charles Frederic* – 384

HASTINGS, *Warren Lansford* – 186

HAUSER, *Walter* – 139

HAUSHOFER – XL

HECKMANN, *James* – 524

HEINZ, *John* – 315

HENRIQUE (*rei*) – 8, 34

HENRIQUE IV (*rei*) – 43, 133

HERNDON, *William Lewis* – 153, 154, 383

HOMMA, *Alfredo Kuigo Ojama* – 189, 417, 421, 422

HUGHER, *Patrick* – 448

HUGHUES, *Vitor* – 89

HUMBOLDT, *Alexander von* – 384

HUMBOLDT, *Wilhelm von* – 384

HUMPHREY, *George* – 207

HUNTER, *William* – 154

HUSSEIN, *Saddam* – 491

I

ISABEL (*de Portugal*) – 35

ISABEL (*de Espanha*) – 9, 11, 12, 13, 14, 15, 32

ITURRRIAGA, *José* – 80

J

JOÃO II (*rei*) – 11, 12, 14, 15

JOÃO IV (*rei*) – 36

JOÃO V (*rei*) – 71, 72, 76, 78

JOÃO VI (*regente e rei*) – 88, 89, 91, 92, 134, 150

JOÃO ALBERTO – 180

JOÃO PAULO II (*papa*) – 442

JOÃO, *Xafi da Silva Jorge* – 366

JOSÉ I (*rei*) – 76, 78, 86

JOSÉ BONIFÁCIO – 121

JOSÉ PIO – 98

JÚLIO II (*papa*) – 15

JUNOT (*general*) – 88

K

KAHN, *Herman* – 214, 215

KARSTEN, *Robert* – 316

KELSO (*almirante*) – 451

KENNEDY, *John* – 494

KUBITSCHECK, *Juscelino* – 282

L

LACERDA, *Luis Drude de* – 294

LAMPREIA, *Luis Filipe* – 462

LEITE, *Duarte* – 27

LEMOS, *Gaspar* – 22

LEPE, *Diogo de* – 26

LEVISTSKY, *Melvyn* – 453

LIMA, *Antônio Dayrell de* – 449

LIMA, *Paulo Tarso Flexa de* – 331, 340, 344, 450

LINCOLN, *Abraham* – 156

LOBO DE SOUSA – 123

LOPES, *Eudes Prado* – 215, 216

LOURENÇO, *José Seixas* – 375

LOVELOCK, *James* – 272

LOVEJOY, *Thomas* – 310, 399, 400, 401, 403

LÚCIO – Ver PINTO, *Lúcio Flávio*

LUDWIG, *Daniel* – XLIII, 244

LUGO, *Ariel E.* – 302

LUÍS XIV (*rei*) – 72

LUIZÃO, *Flávio* – 410, 411

LUNIER (*capitão-tenente*) – 135

LUTERO, *Martinho* – 6

LUZ, *Nícia Vilela* – 150-1, 153

M

MACEDO, *Antônio de Sousa* – 59

MACEDO, *Sérgio Teixeira de* – 153, 157

MACINTOSH, *Charles* – 165

MAGALHÃES BARATA – 178

MAHAR, *Dennis* – 310, 334

MALA, *Geraldo* – 210

- MALCHER, Félix Antônio Clemente – 123
MALTEZ, Domingos – 135
MANUEL I (rei) – 15, 21, 22, 35
MANUEL EVARISTO – 98, 138
MARCOVITH, Jacques – 388
MARIA I (rainha) – 86
MARQUES, Manuel – 89
MARREIROS, Domingos – 98
MARTINS, Filipe Alberto Patroni – 91, 92, 95
MARTIUS, Karl Friederick von – 384
MATTEUCCI, Nicola – XL, 459
MATOS, Aderbal Meira – 446
MATOS, Bartolomeu Dias de – 49
MAUÁ (barão de) – 155, 156, 185
MAURY, Matthew Fontaine – 152, 153, 154, 156, 157, 384, 488, 489, 494
MEIRA MATOS (general) – XXXVI, 140
MELO, Celso de Albuquerque – 6, 7
MELO, Sebastião José de Carvalho e – Ver POMBAL (marquês de)
MELO, Sérgio Vieira de – 515
MENDES FILHO, Francisco Alves – Ver CHICO MENDES
MENDES, Armando Dias – 233, 335
MENDONÇA FURTADO – Ver FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça
MENESES, José Narciso de Magalhães – 89
MITTERRAND, François – 344, 345, 493, 518
MONROE, James – 154, 182
MOREIRA NETO, Carlos de Araújo – 82, 83
MOREIRA SALES – 494
MOUCHEZ – 138
MOURA, José Maria de – 95, 96, 97, 98, 99
MYERS, Norman – 301
- N**
- NEPSTAD, Daniel – 503
NOBRE, Antônio Donato – 409
NOGUEIRA NETO, Paulo – 273
NORONHA, Jácome Raimundo – 46, 47, 50
NABUCO, Joaquim – 141
- O**
- OLIVEIRA, Adélia Engrácia de – 53, 57, 61, 62, 63, 87, 104
OLIVEIRA, Antônio Gomes de – 49
OLIVEIRA, Bento Rodrigues de – 49
OLIVEIRA, Manuel de Matos de – 49
OLIVEIRA, Valdeci – 375
ORELLANA, Francisco – 29, 30, 31, 32, 33, 40, 43, 46-7
OTÁVIO (imperador romano) – 491
OVERAL, William Laslie – 303
- P**
- PADILHA, Pero López de – 22
PANDO, José Manuel – 142
PANERO, Robert – 214-5, 215
PALMERSTON (lorde) – 126, 127
PARANHOS, José Maria da Silva – Ver RIO BRANCO (barão do)
PARENTE, Bento Maciel – 44, 50, 58, 59, 133
PASQUINO, Gianfranco – XL, 459

PASSARINHO, *Jarbas* – 332
 PATRONI, *Filipe* – Ver MARTINS, *Filipe Alberto Patroni*
 PEDRO I (*regente e imperador*) – 91, 97, 121
 PEDRO II (*imperador*) – 126, 150, 155, 158
 PENA, *Afonso* – 180
 PEREIRA, *Brás Odorico* – 98
 PEREIRA, *Duarte Pacheco* – 22
 PEREIRA, *José Possidônio* – 98
 PERES, *Leopoldo* – 208
 PILATOS – 490
 PIMENTEL, *Jerônimo* – 98
 PINTO, *Elias Ribeiro* – 127
 PINTO, *Emanuel Pontes* – 30, 49
 PINTO, *Lúcio Flávio* – 126, 252
 PINZÓN, *Vicente Yáñez* – XXXIX, 24, 25, 26, 27, 44
 PIRES, *João Murça* – 302
 PIZARRO, *Francisco* – 28, 29
 PIZARRO, *Gonzalo* – 28, 29, 30
 POLK, *James P.* – 183, 489
 POMBAL (*marquês de*) – 76, 78, 79, 80, 82, 83, 85, 86, 87, 108, 113, 119, 131, 151
 PONTES, *Emanuel Gomes* – 49
 PONTOIS (*mousieur*) – 126, 127, 128
 PORTO, *Durval* – 188
 POWELL, *Colin* – 500
 PUTIN, *Vladimir* – 500

Q

QUINTÃO, *Geraldo* – 466

R

RAIOL, *Domingos Antônio* – 101, 124, 125
 RAVARDIÈRE (*Sieur de la*) – ver TOUCHE, *Daniel de la*
 REBELO, *José Silvestre* – 150

REGO, *José de Araújo* – 121
 REGO, *Gustavo Moraes* – 217, 218
 REIS, *Artur César Ferreira* – XXXV, 44, 123, 125, 135, 139, 157, 212, 213, 217, 382
 RIO BRANCO (*barão do*) – 132, 139, 144, 457
 RIO BRANCO (*visconde do*) – 132
 RIBEIRO, *Francisco José* – 98
 RIBEIRO, *Mário Ramos* – 523, 524, 525
 RIBEIRO, *Nícias* – 455
 RIBEIRO, *Paulo de Tarso Ramos* – 431
 RICHARD, *Horsley* – 492
 ROCARD, *Michel* – 339
 ROCKEFELLER, *Nelson* – 493, 494
 RODRIGUES, *Deborah L.* – 303
 RONDON, *Cândido Mariano da Silva* – 180, 184, 495
 ROOSEVELT, *Franklin* – 494
 ROOSEVELT, *Theodore* – 144, 145, 183, 184, 336, 489, 495
 RUMSFELD, *Donald* – 495

S

SACHS, *Jeffrey* – 524
 SAIÃO, *Bernardo* – 230
 SALAS, *Mariano Picón* – 55
 SALES, *Ifigênio* – 188
 SANTOS, *Breno Augusto dos* – 244, 245, 366
 SANTOS, *Murilo* – 451
 SARNEY FILHO, *José* – 475, 476
 SARNEY, *José* – 323, 336
 SCHOMBURG, *Richard* – 383
 SCHOMBURG, *Robert* – 140, 383
 SCHOOYANS, *Michel* – 516
 SEBASTIÃO (*rei*) – 34, 35, 36
 SECCO, *Ricardo* – 373

- SEIXAS, Romualdo Antônio – 98
SEN, Amartya – 525
SERRÃO, Christine Moore – 127
SERVAN-SCHREIBER, Jean-Jacques – 487, 488
SEVERO, Alexandre – 490
SHELBY, Richard – 315
SIKORSKI, Gerry – 315
SILVA, Alberto Rogério Benedito da – 366, 368
SILVA, Boaventura – 98
SILVA, Joaquim – 17
SILVA, Luís Inácio Lula da – 467, 522, 530
SILVA, Marina – 355
SILVEIRA, Olímpio da – 144
SIOLI, Harald – 307, 308, 316
SISTO IV (papa) – 10
SOARES, ANDRÉIA – 125, 134
SOARES, Luciano – 454
SODRÉ, Lauro – 136, 137, 186
SOUSA, Álvaro de – 59
SOUSA, Miguel de Bulhões e – 80, 87
SOUSA, Irineu Evangelista de – Ver MAUÁ (barão de)
SOUSA, José Antônio Soares de – 157
SOUSA, Márcio – 29, 32, 54, 55, 88, 89
SPECTER, Arlen – 316
SPIX, Johann-Baptist von – 384
SPRUCE, Richard – 384
SYMMS, Steve – 316
- T**
- TÁVORA, Juarez – 175
TEBET, Ramez – 430
TEIXEIRA, Pedro – 41, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 73, 80
TOLEDO, André de – 46
- TOLEDO, Pedro – 177
TORRES (ministro) – 94
TOUCHE, Daniel de la – 43, 133
TOWNSEND, William Cameron – 494
TRAJANO – 136, 138
TRUMAN, Richard – 494
- U**
- URSUA, Pedro de – 40
- V**
- VACA, Luís Eduardo Aragón – 399
VALVERDE, Orlando – 215
VARGAS, Getúlio – 180, 193, 195
VIEIRA, Antônio – 82
VIGNALI, Hebert Arbuet – 444, 445
VILLAS-BOAS, Cláudio – 180
VILLAS-BOAS, Leonardo – 180
VILLAS-BOAS, Orlando – 180
VINAGRE, Francisco Pedro – 123
VIRGÍLIO, Artur – 430
VITÓRIO EMANUEL III – 140-1, 141
- Y**
- YEO, James Lucas – 89
YOUND, Tomás – 140
- W**
- WALLACE, Alfred – 384
WEBB, James Watson – 156
WHITRIGE, Willingford Frederick – 144
WICKHAM, Henry Alexander – 166, 383
WILSON, E. O. – 301
WIRTH, Timothy – 450, 451, 453
WORTH, Tim – 315

A Questão Geopolítica da Amazônia, de Nelson de Figueiredo Ribeiro, foi composto em Garamond, corpo 12, e impresso em papel vergê areia 85g/m², nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial de Editoração e Publicações), do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em novembro de 2005, de acordo com o programa editorial e projeto gráfico do Conselho Editorial do Senado Federal.